

Pontifícia Universidade
Católica de Campinas

Escola de Arquitetura,
Artes e Design

Programa de Pós-graduação
em Arquitetura e Urbanismo

AGENTES MODELADORES DO TERRITÓRIO:

A família Souza Aranha
em Campinas- SP (1806-1902).

Ana Beatris Fernandes Menegaldo

Orientadora:

Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Campinas | 2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

Escola de Arquitetura, Artes e Design

Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ)

Doutorado em Arquitetura e Urbanismo.

ANA BEATRIS FERNANDES MENEGALDO

AGENTES MODELADORES DO TERRITÓRIO:

A família Souza Aranha em Campinas-SP (1806-1902).

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Baesso Pereira

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Campinas, março de 2024

M541a	<p>Menegaldo, Ana Beatris Fernandes</p> <p>AGENTES MODELADORES DO TERRITÓRIO : A família Souza Aranha em Campinas-SP (1806-1902)./ Ana Beatris Fernandes Menegaldo. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>487 f.il.</p> <p>Orientador: Renata Baesso Pereira.</p> <p>Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024. Inclui bibliografia.</p> <p>1. Agente Modelador do Espaço Urbano. 2. Formação Territorial. 3. Família Souza Aranha. I. Pereira, Renata Baesso. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Arquitetura, Artes e Design. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.</p>
-------	---

ANA BEATRIS FERNANDES MENEGALDO

“AGENTES MODELADORES DO TERRITÓRIO: A FAMÍLIA SOUZA ARANHA EM CAMPINAS-SP (1806-1902).”

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo.
Orientadora: Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

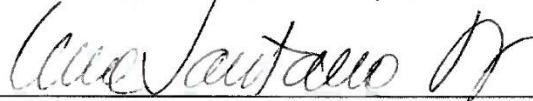
Tese defendida e aprovada em 29 de fevereiro de 2024 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Renata Baesso Pereira
Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Ana Paula Farah
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Vera Santana Luz
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Andrea Buchidid Lowen
Universidade de São Paulo

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA MARIA PESSOA DOS SANTOS
Data: 08/03/2024 19:24:34-0300
Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profa. Dra. Ana Maria Pessoa dos Santos
Fundação Casa de Rui Barbosa

AGRADECIMENTOS.

À minha orientadora de longa data, professora Dr^a. Renata Baesso Pereira, que desde o início só fez minha admiração por ela crescer, assim como meu carinho e minha gratidão. Obrigada por sempre ser tão atenciosa e me motivar a seguir na pesquisa.

Estendo meus agradecimentos aos professores do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, que foram fundamentais em minha formação e no amadurecimento do processo de pesquisa. Em especial, à Dra. Jane Victal Ferreira e ao Dr. Luiz Augusto Maia Costa. À secretária do programa de Pós-Graduação da PUC Campinas, Ana Paula, obrigada por sempre ser tão solícita e ter uma palavra doce.

Agradeço à professora Dr^a. Mara Lúcia Marques por todo o tempo disponibilizado em auxiliar no aprimoramento das pesquisas e pelos aprendizados preciosos.

Minha gratidão à professora aposentada Dra. Ivone Salgado, que acompanhou minha trajetória durante o mestrado e início do doutorado. Muito obrigada por depositar confiança em meu trabalho e por todos os ensinamentos.

Agradeço ao professor Dr. Lindener Pareto Jr. pelas contribuições tecidas durante o exame de qualificação e às professoras Dr^a. Ana Pessoa, Dr^a. Andrea Buchdid Loewen, Dr^a. Ana Paula Farah e Dr^a. Vera Santana Luz pelas considerações e sugestões feitas na defesa deste trabalho.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas do grupo de pesquisa: Rafael Augusto Ferreira, Luciana Valin, Cauana Nandin, Carolina de Almeida Farnetani, Carolina Nunes, Letícia Coelho, Caio Violin, Julia Fernandes e Raquel Mendes. Ao Rafael, minha gratidão especial por compactuar com as minhas ideias e pela parceria nos artigos escritos em conjunto, além de me auxiliar sempre prontamente quando precisei.

Sem dúvida, a pesquisa em acervos se tornou mais prazerosa, pois em meu caminho encontrei pessoas que me ajudaram a trilhar caminhos seguros. De forma especial, meu muito obrigada à Ema Elisabete Rodrigues Camilo, pesquisadora do Centro de Memória-Unicamp (CMU), que, em meio ao caos da pandemia, me permitiu pesquisar durante horas, mostrando-se interessada e muito competente em encontrar cada demanda de que eu precisei. Estendo minha gratidão ao João Paulo Berto e à Alessandra França Barbosa.

Em mesma medida, meu obrigada ao historiador do Arquivo da Câmara Municipal de Campinas, Murilo Favaretto, desde o mestrado muito zeloso em me ajudar com os documentos. À Juliana Siqueira e Regina Joselita Barbosa, funcionárias da gestão de Informação e Documentos do Arquivo Municipal de Campinas, que prontamente me atenderam.

Igualmente sou grata ao Élzio Silva, funcionário do acervo cartográfico do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que me atendeu durante a pandemia com os documentos por vias digitais. Agradeço à Angélica Vicente por viabilizar meu acesso ao acervo do Tribunal de Justiça de São Paulo e à Ana Lucia Del Vecchio por me esclarecer dúvidas e acompanhar minha consulta aos processos do inventário de Joaquim Egídio de Souza Aranha.

Aos demais colegas do programa de Pós-Graduação: Camila Pernambuco Lucas Nakamura, Chayane Galvão, Helena Vilela e Maria Flávia Gottardello, obrigada pelas risadas e pelas motivações.

Aos colegas de sala de aula e, em especial, aos professores Fernando Guedes e Dr. Roberto D'Alessandro, por toda paciência e gentileza.

Aos meus pais, Paulo e Izilda, que sempre priorizaram minha formação, minha gratidão. Meu amor por vocês é incondicional.

Agradeço a toda minha família, em especial, minha amada avó Olívia, campineira saudosista que sempre me incentivou a estudar a história de Campinas. Às minhas madrinhas, Ana Lucia e Áurea (*in memoriam*), professoras e referências em minha vida.

Ao Marcelo, meu companheiro, meu muito obrigada por conseguir trazer à tona a leveza dos dias em que eu mais precisei.

Aos meus amigos, em especial, ao André Luís Colombi, irmão que a arquitetura me deu, pois sem suas palavras de incentivo e seus traços precisos eu não teria chegado até aqui.

À Graça Valéria pelo apoio psicológico fundamental, pela preocupação e pelas palavras de acolhimento em meus momentos de insegurança.

Agradeço à CAPES pela bolsa de doutorado concedida ao longo do desenvolvimento desta tese.

As representações de uma época não
são nem puros reflexos, nem vidros opacos.

Bernard Lepetit

RESUMO

O presente trabalho analisa a formação histórica do território de Campinas - SP (Brasil) a partir das ações da família Souza Aranha, um dos principais sobrenomes do grupo senhorial estabelecido na cidade ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. Durante este período, a partir do incremento das culturas de cana-de-açúcar e do café, a cidade de Campinas passou por um enriquecimento econômico significativo. Investiga-se a trajetória de membros de três gerações da família Souza Aranha enquanto agentes modeladores do território. O processo de urbanização da cidade é abordado através das iniciativas particulares desses agentes e de como as relações estabelecidas nas práticas sociais se especializam e expõem a formação e a transformação dos espaços rurais, periurbanos e urbanos de Campinas. A investigação trilha os caminhos da micro-história da “ação situada” e do “jogo de escalas” (Lepetit, 2016). Contudo, na trama dos eventos particulares, há múltiplas articulações de escalas bem mais vastas, ou seja, ante o evento, há uma estrutura (Braudel, 1978). Para as análises, baseia-se na apreciação cuidadosa de fontes documentais primárias diversas, cruzando os dados compilados e revelando como a forma urbana se apresenta como resultado das práticas dos agentes modeladores. A metodologia se estrutura no cruzamento de dados extraídos das fontes primárias, como listas nominativas de habitantes, tombamento de Bens Rústicos (1818), Registros Paroquiais de Terras de Campinas (1854-1857) e inventários *post mortem*, além de outras fontes complementares. A partir da periodização das gerações familiares e do entendimento da trajetória dos agentes modeladores, demonstra-se que é possível avançar em análises que revelam a transformação do espaço urbano e do território da cidade de Campinas.

Palavras-chave: Agente Modelador do Espaço Urbano; Formação Territorial; Família Souza Aranha; Século XIX; Campinas-SP.

ABSTRACT.

This research analyzes the historical formation of the territory of Campinas - SP (Brazil), based on the actions of the Souza Aranha family, one of the main surnames of the manorial group established in the city throughout the 19th century and the first decades of the 20th century. During this period, with the rise of sugar cane and coffee, the city of Campinas underwent significant economic growth. The trajectory of members of three generations of the Souza Aranha family as shapers of the territory is investigated. The process of urbanization of the city is approached through the particular initiatives of these agents and how these relationships established in social practices are spatialized and expose the formation and transformation of the rural, peri-urban and urban spaces of Campinas. The research follows the paths of the microhistory of "situated action" and the "play of scales" (Lepetit, 2016). However, in the fabric of particular events, there are multiple articulations of much larger scales, in other words, before the event there is a structure (Braudel, 1978). The analysis is based on a careful appraisal of various primary documentary sources, cross-referencing the data compiled and revealing how urban form is presented as a result of the practices of modeling agents. The methodology is based on cross-referencing data extracted from primary sources such as: lists of inhabitants, land registry of rustic property (1818), parish land registries of Campinas.

Keywords: Urban Space Shaping Agent; Territorial Formation; Souza Aranha Family; 19th Century; Campinas-SP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Lista Nominativa de Habitantes para vila de São Carlos no ano de 1818	30
Figura 2. Tombamento dos Bens Rústicos para vila de São Carlos, no ano de 1818	32
Figura 3. Registros Paroquiais de Terras	34
Figura 4. Demonstração do cruzamento documental realizado para hipótese dos bairros existentes no termo da vila de São Carlos em 1818	41
Figura 5. Demonstração do cruzamento documental realizado para hipótese do termo da cidade de Campinas cotejando as sedes das propriedades da família Souza Aranha entre 1854-1857	43
Figura 6. Demonstração do cruzamento documental realizado para esclarecer as ações interessadas da família Souza Aranha de investimentos em companhias ferroviárias na cidade de Campinas.....	44
Figura 7. Demonstração do cruzamento documental realizado para identificação dos imóveis urbanos da família Souza Aranha.....	45
Figura 8. Demonstração do cruzamento documental realizado para reconstituição conjectural de exemplares rurais, periurbanos e urbanos da família Souza Aranha.....	46
Figura 9. Histórico de formação do termo da Vila de Jundiáhy que compreende o bairro do Mato Grosso. Base elaborada a partir da cartografia “Província de São Paulo”, por Cláudio Lomellino de Carvalho, 1879	51
Figura 10. Hipótese de reconstituição do núcleo da vila de São Carlos a partir de 1797.....	59
Figura 11. Hipótese de espacialização do termo da vila de São Carlos, no ano de 1818	76
Figura 12. Mappa em sombra da vila de São Carlos ao Pouso dos Pinheiros, 1810.....	83
Figura 13. Hipótese espacial do arrolamento (da lista nominativa de habitantes) do termo da vila de São Carlos, no ano de 1818.....	93
Figura 14. Hipótese de equivalência dos bairros e aproximação geográfica dentro do termo da vila de São Carlos.....	94
Figura 15. Formação da genealogia da família Souza Aranha.....	105
Figura 16. Reconstituição do deslocamento territorial percorrido por José Francisco Aranha Barreto de Camargo e Joaquim Aranha Barreto de Camargo (1762-1815).....	113
Figura 17. Distância entre as sedes dos engenhos, do Mato Dentro e do Atibaia de Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de Camargo	117
Figura 18. Sedes das propriedades da família Souza Aranha inseridas no termo da vila de São Carlos em 1829.....	125
Figura 19. Sede do engenho do Atibaia pertencente a José Francisco Aranha Barreto de Camargo	133
Figura 20. Sede do engenho do Mato Dentro pertencente a Joaquim Aranha Barreto de Camargo e herdado à Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha.	134
Figura 21. Genealogia da família Souza Aranha- 2ª geração	137

Figura 22. Da esquerda para direita: Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha.....	138
Figura 23. Hipótese de reconstituição do núcleo urbano da cidade de Campinas a partir de 1842.....	149
Figura 24. Classificação das tipificações fundiárias contidas no Registro Paroquial de Terras de Campinas (1854-1857).....	164
Figura 25. Hipótese do arranjo dos bairros existentes na cidade de Campinas (1854-1857).	173
Figura 26. - Hipótese de reconstituição do “cinturão de chácaras” a partir dos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857).....	183
Figura 27. Genealogia da família Souza Aranha- 3ª geração.	216
Figura 28. Relações familiares estabelecidas com a família Souza Aranha.....	220
Figura 29. Sede das propriedades da família Souza Aranha inseridas no termo da cidade de Campinas (1854-1865).....	224
Figura 30. Fotografia do complexo da fazenda Lapa, 1902 ou 1903.....	232
Figura 31. Alpendre de entrada para acesso a sede da fazenda Recreio (sem ano).....	243
Figura 32. Sede da fazenda Recreio que pertenceu a Joaquim Paulino Barbosa Aranha, 2016.	245
Figura 33. Sede das fazendas de Joaquim Policarpo Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha, e a proximidade com o leito da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.	284
Figura 34. Sede das fazendas da família Souza Aranha, e a proximidade com os leitos da Companhia Paulista e Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.	286
Figura 35. Lateral da sede da fazenda Sertão (sem ano).....	331
Figura 36. Sede das propriedades da família Souza Aranha inseridas no termo da cidade de Campinas (1891)..	335
Figura 37. Espacialização de imóveis de Joaquim Policarpo Aranha	350
Figura 38. Identificação de imóveis do Barão de Itapura	351
Figura 39. Espacialização do conjunto de imóveis do Barão de Itapura	355
Figura 40. Propriedades da família Souza Aranha ao final do século XIX.	363
Figura 41. Espacialização de Imóveis urbanos da família Souza Aranha na cidade de Campinas (1888-1889).....	364
Figura 42. Sede da fazenda Mato Dentro.....	369
Figura 43. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Mato Dentro, pavimento térreo.	373
Figura 44. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Mato Dentro, pavimento rés-do-chão.	375
Figura 45. Detalhe da escadaria de acesso a sede da fazenda Mato Dentro (sem ano).....	376
Figura 46. Fachada frontal da sede da fazenda Mato Dentro	377
Figura 47. Sede da fazenda Pau d'Alho (sem ano)..	384
Figura 48. Planta do pavimento térreo da sede da fazenda Pau d'Alho	385

Figura 49. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Pau d'Alho, "casa-grande", pavimento térreo.....	387
Figura 50. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Pau d'Alho, "casavelha", pavimento térreo.....	389
Figura 51. Sede da fazenda Pau d'Alho, localizada em Campinas	391
Figura 52. Fotografia da cidade de Campinas, ao final do século XIX (sem ano).....	394
Figura 53. Implantação da residência urbana de Manoel Carlos Aranha, situada à frente do largo da matriz nova.....	396
Figura 54. Implantação da chácara periurbana de Manoel Carlos Aranha, situada à frente do largo de São Paulo.....	402
Figura 55. Identificação do Palácio Itapura sobre fotografia da cidade de Campinas, 1936.	410
Figura 56. Palácio Itapura, vista a partir da rua Marechal Deodoro.....	412
Figura 57. Palácio Itapura, vista a partir da rua Marechal Deodoro.....	414
Figura 58. Reconstituição do programa de necessidades original do Palácio Itapura.....	416
Figura 59. Fotografia da cidade de Campinas, 1938.....	422
Figura 60. Cavalhadas em Campinas, 1846, óleo sobre tela, 1920, 80x101cm. Benedito Calixto.....	427
Figura 61. Fotografia do 2º Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos, 1908,	429
Figura 62. Fotografia da primeira sede do 2º Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos.....	431
Figura 63. Planta Geral do projeto do "Cine República" em escala 1:100.....	433
Figura 64. Espacialização e identificação visual das residências urbanas e periurbanas da família Souza Aranha.	434
Figura 65. Montagem com várias fotografias da cidade de Campinas, tiradas a partir da torre da matriz nova	435
Figura 66. Histórico de formação do município de Campinas e os desmembramentos territoriais (século XVIII-XXI).....	477
Figura 67. Histórico de formação do território da cidade de Campinas (século XVIII-XIX).	478
Figura 68. Genealogia família Souza Aranha: primeira geração.	479
Figura 69. Genealogia família Souza Aranha: segunda geração.	480
Figura 70. Genealogia família Souza Aranha: terceira geração.	481
Figura 71. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Manoel Carlos Aranha.....	482
Figura 72. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Joaquim Policarpo Aranha.	483
Figura 73. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Joaquim Egídio de Souza Aranha.	484

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Listas nominativas de habitantes consultadas.	31
Quadro 2. Processos consultados e analisados referentes à família Souza Aranha.....	37
Quadro 3. Os principais chefes de fogo na vila de São Carlos em 1797	61
Quadro 4, Levantamento dos bairros a partir das listas nominativas de habitantes para vila de São Carlos (1797-1818).....	73
Quadro 5. Perfil dos principais chefes de fogo da vila de São Carlos em 1818.	97
Quadro 6. Herdeiros de Gertrudes Maria Aranha de Camargo e Francisco Barbosa de Vasconcelos.	107
Quadro 7. Síntese da produção do engenho do Mato Dentro de Joaquim Aranha Barreto de Camargo.	115
Quadro 8. Síntese da produção do engenho do Atibaia de José Francisco Aranha Barreto de Camargo	116
Quadro 9. Síntese da produção do engenho do Mato Dentro, de Francisco Egídio de Souza Aranha, a partir das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos	122
Quadro 10. Produção e proprietários da família Souza Aranha na vila de São Carlos.....	123
Quadro 11. Avaliação dos escravizados de José Francisco Aranha Barreto de Camargo	130
Quadro 12. Bairros existentes na cidade de Campinas (1797-1857).....	170
Quadro 13. Bairros mencionados no Registro Paroquial de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857).....	171
Quadro 14. Chácaras no Termo da cidade de Campinas (1854-1857).	182
Quadro 15. Quintais existentes no termo da cidade de Campinas e declaradas nos RPT (1854-1857)	187
Quadro 16. Extensão das Chácaras e Quintais na cidade de Campinas (1854-1857).....	190
Quadro 17. Terrenos existentes em Campinas e declarados nos RPT (1854-1857)	202
Quadro 18. Extensão dos Terrenos Na cidade Campinas (1854-1857)..	205
Quadro 19. Sobrenomes que possuem maior número de propriedades declaradas.....	210
Quadro 20. Propriedades das famílias Aranha e Souza Aranha junto às declarações dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas (1854-1857)	212
Quadro 21. Herdeiros de Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha..	215
Quadro 22. Cargos políticos exercidos pela família Souza Aranha	263
Quadro 23. Ações investidas pela família Souza Aranha na companhia Paulista de Estradas de Ferro	279
Quadro 24. Investimentos ferroviários de Maria Luzia de Souza Aranha.	287
Quadro 25. Investimentos ferroviários de Joaquim Egídio de Souza Aranha.....	288
Quadro 26. Investimentos ferroviários de Manoel Carlos Aranha	289
Quadro 27. Investimentos ferroviários de Joaquim Policarpo Aranha	289

Quadro 28. Participação financeira na construção do hospital dos bexiguentos pela família Souza Aranha (1875)	293
Quadro 29. Títulos e investimentos de Maria Luzia de Souza Aranha (1879)	295
Quadro 30. Títulos e investimentos de Joaquim Egídio de Souza Aranha (1893)	296
Quadro 31. Títulos e investimentos de Manoel Carlos Aranha (1894)	297
Quadro 32. Títulos e investimentos de Joaquim Policarpo Aranha (1902)	297
Quadro 33. Capitalistas da família Souza Aranha 1878-1886..	302
Quadro 34. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados na construção da Matriz Nova, 1872..	306
Quadro 35. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados na construção da Matriz Nova, 1873..	308
Quadro 36. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados na construção da Matriz Nova, 1874..	309
Quadro 37. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados na construção da Matriz Nova, 1875..	310
Quadro 38. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados na construção da Matriz Nova, 1877..	311
Quadro 39. Classificação do café produzido nas fazendas pertencentes a freguesia de Santa Cruz no ano de 1891.....	323
Quadro 40. Bairros situados na freguesia de Santa Cruz na cidade de Campinas em 1891..	329
Quadro 41. Propriedades rurais da família Souza Aranha ao final do século XIX.....	334
Quadro 42. Imposto sobre prédios, tributação sobre a família Souza Aranha 1874.....	338
Quadro 43. Imóveis urbanos de Joaquim Policarpo Aranha e equalização dos logradouros e numerações.	342
Quadro 44. Informações complementares dos imóveis urbanos de Joaquim Policarpo Aranha	349
Quadro 45. A participação da família Souza Aranha como proprietários de prédios urbanos em Campinas (1872-1879)	356
Quadro 46. Imóveis urbanos de Manoel Carlos Aranha e equalização dos logradouros e numerações..	358
Quadro 47. Imóveis urbanos de Maria Brandina de Souza Aranha e equalização dos logradouros e numerações.....	358
Quadro 48. Quantificação dos imóveis de Manoel Carlos Aranha em Campinas (1873-1894)..	360
Quadro 49. Quantificação dos imóveis de Joaquim Policarpo Aranha em Campinas (1875-1902)	361
Quadro 50. Quantificação dos imóveis da família Souza Aranha segundo Impostos Prediais (1888-1889).....	362
Quadro 51. Quadro com nomenclatura das ruas, praças e largos da cidade de Campinas (1848-2024).....	486

LISTA DE GRÁFICOS.

Gráfico 1. Perfil de ocupações do bairro da Vila de São Carlos em 1818	74
Gráfico 2. Perfil de ocupações dos bairros do Atibaia, bairro das Anhumas, e bairro do Mato Dentro na vila de São Carlos em 1818.).....)	77
Gráfico 3. Perfil de ocupações dos bairros dos Dois Córregos e bairro da Boa Esperança na vila de São Carlos em 1818.....	81
Gráfico 4. Perfil de ocupações dos bairros do Capivari e bairro da Boa Esperança na vila de São Carlos em 1818.....	85
Gráfico 5. Perfil de ocupações dos bairros da Boa Vista e bairro do Campo Grande na vila de São Carlos em 1818.....	87
Gráfico 6. Perfil de ocupações dos bairros da Ponte Alta e bairro das Anhumas na vila de São Carlos em 1818.....	90
Gráfico 7. Local de redação das declarações do Registro Paroquial de Terras de Campinas (1854-1857).....	160
Gráfico 8. Tipificação das propriedades declaradas no Registro Paroquial de Terras de Campinas (1854-1857).....	162
Gráfico 9. Características da produção nos sítios declarados nos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857).....	165
Gráfico 10. Benfeitorias existentes nos sítios declarados nos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857).....	166
Gráfico 11. Características da produção nas chácaras declarados nos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857).....	192
Gráfico 12. Dimensão das propriedades declaradas no RPT da cidade de Campinas.....	206
Gráfico 13. Demonstração da forma de obtenção das terras no RPT de Campinas.....	208
Gráfico 14. Tributação anual da família Souza Aranha referente a construção da Matriz Nova (1872-1877).....	311

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.

APESP- Arquivo Público do Estado de São Paulo

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CMU- Centro de Memória- Unicamp

CONDEPACC- Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas.

CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico

HBN- Hemeroteca da Biblioteca Nacional

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEPO- Núcleo de Estudos de população “Elza Berquó”

PMC- Prefeitura Municipal de Campinas

PUC- Pontifícia Universidade Católica de Campinas

RPT- Registros Paroquiais de Terras

SEADE- Sistema Estadual de Análise de Dados

SEPLAMA- Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

TJSP- Tribunal de Justiça de São Paulo

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	4
RESUMO.....	7
LISTA DE FIGURAS	9
LISTA DE QUADROS.....	12
LISTA DE GRÁFICOS.	14
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	15
INTRODUÇÃO	21
Do presente ao passado: a construção de uma hipótese.....	21
Os Souza Aranha enquanto agentes modeladores do espaço urbano	22
Recorte temporal-espacial	23
A lógica territorial da cidade de Campinas no século XIX.....	24
Do texto ao traço: as fontes primárias além do documento textual	27
Métodos: o cruzamento documental enquanto possibilidade	39
1. O TERRITÓRIO E SUA FORMA: a formação da cidade de Campinas e o	
estabelecimento da família Souza Aranha (1807-1850)	49
1.1 No caminho: o pouso das Campinas do Mato Grosso.....	49
1.2 A freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de	
Jundiaí.....	53
1.3 A vila de São Carlos	56
1.4 A concentração de terras e os arranjos fundiários na vila de São Carlos nas	
primeiras décadas do século XIX.	62
1.5 Os bairros no termo da vila de São Carlos (1797-1818).....	68
1.6 A formação de uma elite senhorial na vila de São Carlos	98
1.7 A genealogia dos Souza Aranha: a primeira geração.....	103
1.7.1 Gertrudes Maria Aranha de Camargo: o estreitamento com a família Barbosa.	106
1.7.2 Maria Francisca Aranha de Camargo	108
1.7.3 Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de	
Camargo: os deslocamentos territoriais dos Souza Aranha e a fixação em terras da vila	
de São Carlos (1791-1815).....	109

1.8	A transmissão da terra à segunda geração dos Souza Aranha e o desenvolvimento da lavoura de café (1817-1839).....	119
1.8.1	Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha: a transmissão dos bens aos herdeiros de José Francisco Aranha Barreto de Camargo (1836-1839).....	126
1.8.2	Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha: os bens rurais adquiridos a partir do matrimônio (1817).....	133
1.9	A transição do plantio da cana-de açúcar para o café e os impactos na cidade de Campinas.....	140
2	A TERRA COMO PROPRIEDADE E A FAMÍLIA COMO PRIORIDADE: os Souza Aranha e a as transformações da cidade de Campinas a partir da segunda metade do século XIX	146
2.1	Os interesses senhoriais, as políticas imperiais e as contradições da década de 1850 na cidade de Campinas.....	146
2.2	A Lei de Terras, seus desdobramentos e a estratégia capitalista	152
2.3	Os Registros Paroquiais de Terras para Campinas: entre o rural e o urbano (1854-1857).....	158
2.4	Uma cidade difusa: o espaço rural de campinas a partir de 1850 – bairros, fazendas, engenhos, sítios	167
2.5	O cinturão de chácaras e o espaço periurbano da cidade de Campinas	174
2.6	A Lei de Terras e o espaço urbano: as propriedades enquanto mercadoria	193
2.7	A família Souza Aranha em meio aos principais proprietários de terras em campinas (1854-1857).....	207
2.8	As uniões com outras famílias e os casamentos endogâmicos como práticas interessadas da família Souza Aranha.....	213
2.8.1	Os casamentos consanguíneos na segunda geração dos Souza Aranha: Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha e Manoel Carlos Aranha e Anna Thereza de Souza Aranha (1843).....	221
2.9	Um balanço das propriedades rurais dos Souza Aranha na metade do século XIX (1854-1865).....	223
2.9.1	As propriedades rurais de Francisco Egídio de Souza Aranha: o engenho do Mato Dentro, o sítio do Marcelino, o engenho do Campo e Cavalheiro, a fazenda São Francisco e a fazenda Lageado.....	225

2.9.2	As propriedades rurais de Maria Brandina de Souza Aranha e Álvaro Xavier de Camargo: o sítio São Bento e o sítio do Mato Dentro.....	230
2.9.3	A propriedade rural de Petronilha Egídio de Souza Aranha: terras “destacadas” do engenho do Mato Dentro.....	232
2.9.4	A propriedade rural de Joaquim Egídio de Souza Aranha: a fazenda Alegre	233
2.9.5	As propriedades rurais de Maria Francisca Barbosa Aranha e Joaquim Paulino Barbosa Aranha: o sítio do Bom Retiro	242
3	ENTRE TÍTULOS E NEGÓCIOS: as estratégias capitalistas da família Souza Aranha e suas implicações no agenciamento urbano a partir da década de 1870.....	247
3.1	Por um tabelião, um barão. Por um ofício de justiça, um título de nobreza: a nobiliarquia como estratégia.....	247
3.2	Estratégias econômicas e políticas: a diversificação das atividades dos Souza Aranha e a produção do espaço urbano	258
3.3	O agenciamento no território: os investimentos dos Souza Aranha nas ferrovias.....	276
3.3.1	Desapropriações e interesses de Joaquim Policarpo Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha nos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro	279
3.3.2	As propriedades dos Souza Aranha e os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.....	285
3.4	Acionistas e capitalistas: iniciativas particulares dos Souza Aranha que moldaram a urbanização da cidade de Campinas.....	290
3.4.1	A cidade como negócio: investimentos dos Souza Aranha em companhias e empresas de infraestrutura urbana.....	292
3.4.2	Negócios bancários e o empréstimo de dinheiro a prêmio	300
3.4.3	Relações da família Souza Aranha com a Igreja como instrumento para agenciamento do espaço urbano.....	303
4.	. ENTRE O RURAL E O URBANO: o agenciamento espacial da família Souza Aranha em Campinas no final do século XIX.....	313
4.1	O território e os bairros na cidade de Campinas no final do século XIX.....	313
4.1.1	As propriedades rurais de Francisco Egídio de Souza Aranha: a fazenda Vista Alegre, a fazenda Pinheiros e a fazenda Sertão	330
4.1.2	Propriedades rurais dos Souza Aranha no final do século XIX.....	332

4.2	Os imóveis urbanos e as práticas imobiliárias dos Souza Aranha em Campinas.....	336
4.3	A família Souza Aranha e a ocupação do espaço urbano: relações e proximidades.....	362
5.	O MORAR DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA: espaços de representatividade e expressão.....	366
5.1	O modo de viver no meio rural: os casos das sedes das fazendas Mato Dentro e da fazenda Pau d'Alho.....	366
5.1.1	A sede da fazenda Mato Dentro: anatomia dos espaços	368
5.1.2	A sede da fazenda Pau d'Alho: reformas e a possível participação de Ramos de Azevedo.....	378
5.1.3	A sede da fazenda Pau d'Alho: a casa grande enquanto residência e a casa velha enquanto administração.....	382
5.2	A anatomia dos espaços de morar no meio periurbano e urbano: as casas de chácara e os palacetes urbanos da família Souza Aranha.....	392
5.2.1	A residência urbana de Manoel Carlos Aranha: a casa da rua do Rosário	393
5.2.2	A residência periurbana de Manoel Carlos Aranha: a chácara do largo São Paulo.....	400
5.2.3	A residência urbana e periurbana de Joaquim Policarpo Aranha: a casa na rua do Góes e o Palácio Itapura	409
5.2.4	A residência urbana de Joaquim Egídio de Souza Aranha: a casa à rua Direita.	419
5.2.5	A residência urbana de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha: o sobrado em frente do largo da matriz nova	423
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	436
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	444
	ANEXO 01. Histórico de formação do município de Campinas e os desmembramentos territoriais (século XVIII-XXI).....	477
	ANEXO 02. Histórico de formação do território da cidade de Campinas (século XVIII-XIX).....	478
	ANEXO 03. Genealogia família Souza Aranha: primeira geração.	479
	ANEXO 04. Genealogia família Souza Aranha: segunda geração.....	480

ANEXO 05. Genealogia família Souza Aranha: terceira geração.	481
ANEXO 06. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Manoel Carlos Aranha.	482
ANEXO 07. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Joaquim Policarpo Aranha.....	483
ANEXO 08. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Joaquim Egídio de Souza Aranha.	484
ANEXO 09. Quadro com nomenclatura das ruas, praças e largos da cidade de Campinas (1848-2024).....	485

INTRODUÇÃO

Do presente ao passado: a construção de uma hipótese

A presente tese é um desdobramento da pesquisa de mestrado, defendida em 2019, de título *Entre o rural e o Urbano: o Barão de Itapura como agente modelador da cidade de Campinas, SP (1869-1902)*. Durante o processo do mestrado, foi estabelecida, enquanto fio condutor da pesquisa, uma edificação remanescente, totalmente inserida atualmente na malha urbana e situada na área central da cidade. Esta edificação me foi apresentada pela professora Renata Baesso Pereira em 2008, no início da minha trajetória na arquitetura, em uma disciplina do primeiro ano da graduação. O Palácio Itapura, residência senhorial em sua origem e que, durante décadas, sediou o *campus* central da Faculdade de Ciências, Filosofia e Letras da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, foi então o objeto de estudo no trabalho de conclusão da disciplina. A partir de indagações sobre como a conjuntura urbana atual da cidade de Campinas é resultante da sobreposição de temporalidades distintas, esse edifício se tornou meu principal objeto de pesquisa durante o mestrado.

Através da investigação realizada para a dissertação, foi possível lançar luz à trajetória de um indivíduo, Joaquim Policarpo Aranha, o barão de Itapura. Com isso, se esclareceu como determinadas ações e práticas, realizadas ao longo da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX, repercutiram em formas e em estruturas fundiárias que ditaram o rumo da urbanização de determinados bairros e áreas da cidade de Campinas. O espaço urbano foi o campo de ação material deste agente, e os pontos de coesão que resistiram ao tempo presente me convidaram a regressar ao passado a fim de formular a hipótese do agenciamento urbano a partir da trajetória de um indivíduo.

Ao regressar ao passado por meio de fontes documentais, as respostas não foram encontradas da forma mais óbvia, motivando a busca por mais pistas, em arquivos, documentos etc. Em meio a este processo, ficou evidente que outros indivíduos ligados a Joaquim Policarpo Aranha foram fundamentais na construção de sua trajetória. Esse fato motivou o alargamento do recorte espacial-temporal da pesquisa e da perspectiva de análise, não mais pautada em um único indivíduo, mas sim no grupo familiar.

Desta forma, a presente tese de doutorado tem por hipótese analisar a formação e as transformações do território da cidade de Campinas ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX e, sobretudo, compreender o papel da família Souza

Aranha (enquanto agentes modeladores) na produção do território e do espaço urbano da cidade.

Dando seguimento à investigação anterior, a tônica foi seguir as trajetórias individuais de determinados membros da família Souza Aranha a fim de elucidar o quanto as condutas, no âmbito individual, reverberaram no território, demonstrando que seus interesses culminaram em uma forma de produzir o espaço urbano e a infraestrutura necessária à urbanização.

Para compreender as conexões entre a formação territorial e as práticas e estratégias familiares, adotou-se a sistematização da genealogia dos Souza Aranha a partir de gerações, tal como feito por Teixeira (2008; 2011; 2014; 2020). A fim de discorrer sobre as famílias que formaram a elite senhorial da cidade de Campinas, três gerações foram estudadas mais a fundo nesta pesquisa.

Os Souza Aranha enquanto agentes modeladores do espaço urbano

O conceito de agente modelador, caro a esta investigação, se vale das formulações de Vasconcellos (2020, 2009 e 2000). Para o autor, o agente modelador é o indivíduo cujas práticas e ações, no processo de construção e produção urbana, se materializam em novas formas urbanas.

Para a presente pesquisa, os agentes são entendidos como indivíduos pertencentes à elite senhorial da cidade de Campinas e possuem, como principal característica em comum, o fato de pertencerem a uma mesma família. A genealogia dos Souza Aranha é bastante extensa, mas alguns indivíduos, devido às suas práticas, possuem trajetórias que, durante a construção da pesquisa, mereceram maior atenção. Nesse sentido, os agentes com maior destaque neste estudo são: Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de Camargo, Francisco Egídio de Souza Aranha, Maria Luzia de Souza Aranha, Joaquim Policarpo Aranha, Libânia de Souza Aranha, Manoel Carlos Aranha, Anna Thereza de Souza Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha. A interação entre os agentes ocorre por interesses particulares, visando à manutenção e ao alargamento do patrimônio familiar.

Os Souza Aranha foram escolhidos como objeto de estudo desta pesquisa, pois, embora a historiografia de Campinas aponte vários feitos de indivíduos desta família, muitas vezes de forma laudatória ou crítica, não se tem conhecimento de um estudo que, a partir de métodos da história urbana, enxergue a genealogia e os indivíduos

enquanto agentes com participação fundamental na modelagem da cidade. A expectativa é que esta pesquisa abra caminhos para estudos sobre outras genealogias que, tal como os Souza Aranha, conduziram estratégias, práticas de manutenção familiar e do patrimônio, estabelecendo lógicas próprias de agenciamento e de arbítrio, culminando em uma forma de produzir a cidade a partir de iniciativas individuais.

Recorte temporal-espacial

O recorte temporal da presente pesquisa abrange todo o século XIX. De forma mais precisa, as datas para a definição do recorte dizem respeito a fontes documentais que revelaram aspectos importantes referentes à família Souza Aranha. A data inicial, 1806, foi definida devido à lista nominativa de habitantes, que arrola, pela primeira vez, o fogo de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, no engenho do Mato Dentro, em terras da vila de São Carlos. Este documento revela o ano em que a família fixa fogo em terras da vila e, a partir de então, começa a definir estratégias para ampliação e sucesso do patrimônio. Contudo, isso não significa que datas pretéritas não façam parte do escopo da pesquisa. Pelo contrário, ao final do século XVIII, a família Souza Aranha teve passagens importantes que revelam que seus membros estavam em consonância com os movimentos de deslocamento e ocupação no território da capitania de São Paulo.

A data que fecha o recorte adotado, 1902, condiz com o ano de falecimento e elaboração do inventário *post mortem* de Joaquim Policarpo Aranha, sendo este o agente modelador do espaço urbano mais “longevo” da segunda geração dessa família. Todavia, ao longo da pesquisa, foram consultadas fontes e ações referentes às primeiras décadas do século XX. Assim, durante o recorte temporal deste estudo, o Brasil foi de colônia para nação independente, passando então pelo regime do primeiro e do segundo Império, tornando-se República ao fim do século XIX.

O recorte espacial da pesquisa é o território de Campinas, compreendendo, portanto, todo o termo da cidade que não teve suas dimensões alteradas ao longo do período pesquisado. Contudo, as mudanças intratermo foram inúmeras tanto na ocupação quanto no processo de transformação do espaço rural para o espaço urbano. Pode-se afirmar que, ainda que Campinas não tenha sofrido desmembramentos nem tenha tido terras anexadas ao seu termo ao longo de mais de um século, o processo de transformação do seu território foi intenso: de vila erigida em 1797, foi elevada à condição de cidade em 1842.

Ainda na primeira metade do século XIX, a vila se consolidou como uma importante localidade produtora de açúcar e, na década de 1850, despontou como uma das principais cidades escravistas e produtoras de café de toda a província de São Paulo. O acúmulo de capital agrário na mão de determinadas famílias que se instalaram desde os primórdios da vila, foi responsável pela reestruturação e pela produção do espaço urbanizado da cidade.

Entre essas famílias, destaque aos Souza Aranha que, instalados em terras da vila de São Carlos nas primeiras décadas do século XIX, passaram a conduzir práticas no âmbito familiar, como casamentos endogâmicos, estreitamento de laços de parentesco com outras famílias que possuíam interesses semelhantes, bem como assumiram cargos de confiança e de destaque na vila

A lógica territorial da cidade de Campinas no século XIX

Concomitantemente à análise da estrutura das gerações familiares, foi necessário sistematizar um método para lançar luz sobre o território da cidade de Campinas ao longo do século XIX. Dessa forma, foi possível situar as ações da família Souza Aranha e formular hipóteses a respeito das transformações sucedidas no espaço durante o período estudado. As bases cartográficas e plantas existentes para Campinas, porém, foram produzidas no final do século XIX e início do século XX, havendo uma lacuna de quase um século a respeito de como era esse território e de quais foram as lógicas de organização e ocupação adotadas.

A solução foi recorrer às séries documentais existentes sobre a vila de São Carlos e cidade de Campinas ao longo do século XIX. Analisar essas séries somente sob a ótica dos Souza Aranha, ou seja, de forma pontual, seria uma solução viável para elucidar a trajetória individual desses agentes. Contudo, essas ações individuais não revelariam as hipóteses de reconstrução desse território em um contexto mais amplo.

Portanto, para constituir uma hipótese do território de Campinas ao longo do século XIX, analisaram-se determinadas séries documentais em sua totalidade, pois dessa forma o “estado da arte” se esclareceria em “situar” a “ação” dos Souza Aranha no contexto estudado.

A ação situada, o jogo de escalas e as temporalidades: o evento e a estrutura

A partir da análise das trajetórias individuais foi possível a apreensão do âmbito familiar dos Souza Aranha, revelando relações pontuais de níveis múltiplos que, ao se conectarem, acabaram por refletir o comportamento da sociedade em uma determinada época. Neste ponto, os referenciais pretendidos se alinharam à perspectiva teórica dos ideários de dois historiadores franceses: Bernard Lepetit (2016) e Fernand Braudel (1984).

Nesta pesquisa, consideram-se as trajetórias individuais no processo investigativo como forma de “enxergar” as lógicas únicas por trás das ações, conforme Lepetit (2016). Busca-se, assim, compreender o papel dos agentes da família Souza Aranha inscritos em situações e posicionados perante relações estabelecidas mediante tais situações. Trata-se do conceito da “ação na situação” ou “ação situada” (Lepetit, 2016, p. 277), que investiga uma ação dentro de uma relação espaço-tempo. Segundo o historiador, a ordem dos fenômenos deve-se ao próprio desdobramento:

A sociedade torna a ser o objeto privilegiado da história. Ela não é mais definida como uma das dimensões particulares das relações de produção ou das representações do mundo, mas como produto da interação, como uma categoria da prática social. E os atores sociais inscrevem-se num sistema de posições e de relações estabelecidas e definidas na situação, na interação que os une por um momento (LEPETIT, 2016, pp. 274-275 - grifo da autora).

No caso dos Souza Aranha, o binômio “ação” e “situação” é dado na relação da prática individual do agente e sua reverberação no meio familiar e na produção do espaço urbano e do território da cidade de Campinas. As práticas conduzidas pelos Souza Aranha revelam o comportamento de um estrato social. A esta proposição, serve à pesquisa, o “jogo de escalas” discutido por Jacques Revel (1998) e por Lepetit (2016). Este método tem por função identificar os sistemas de contextos em que se inscrevem os jogos sociais, ou seja, vislumbrar, na microescala, a ação do agente (individual ou no conjunto comportamental familiar) e “reconhecer a extensão dos campos em que eles são capazes de agir” (Lepetit, 2016, pp. 242-243). Não se trata de uma diferença de escala tomada para analisar “oposições” ou “generalizações de classe”, mas sim da escolha da escala como condição para o conhecimento do que se pretende, constituindo-se, portanto, em um ponto de vista (Lepetit *in* Revel, 1998 pp. 92-93). Ao presente entendimento, o jogo de escalas, seja geográfico ou contextual,

depende de uma apreciação acurada das temporalidades e do contexto em que se insere:

O território, ao contrário, é uma formação espacial que não depende apenas da organização de um espaço, mas da prática de agentes que se desenvolve de acordo com lógicas pouco mensuráveis (LEPETIT, 2016, p. 46 - grifo da autora).

Da mesma forma que Lepetit (2016) e Revel (1998), perseguindo trajetórias individuais, adotaram a perspectiva da micro-história, esta pesquisa se serviu do trabalho de Braudel (1984), mais precisamente do conceito de “dialética da duração” (1978, p. 43). Salgueiro (2016, p. 16) aponta que a perspectiva do historiador é pautada na “perspectiva macroeconômica da história na longa duração”, contudo, a visão de Marquese (2018) sobre Braudel lança luz a um viés interessante. Para Braudel (1984), a duração da temporalidade decorre, de forma dialética, de eventos, ou seja, da variação das temporalidades, acarretando a “pluralidade dos tempos históricos”. O evento é, portanto, o que Braudel (1978, p. 43) define como tempo curto, o tempo presente, do acontecimento. Já a estrutura, essa se encarrega da longa duração, da conjuntura maior.

Pouco a pouco, a dialética curto prazo-longo será compreendida. A ênfase recai a todo momento na “dialética da duração” e na “pluralidade” dos tempos históricos e não apenas na longa duração. Estrutura é interpretada como um conceito analítico, não como um termo descritivo, e como tal, como constructo analítico, se articula diretamente ao conceito de evento [...] estruturas surgem e desaparecem conforme seus ritmos [...] e o evento, por vezes, pode se encarregar de significações e familiaridades (MARQUESE e JÚNIOR, 2018, pp. 50-52).

Nesse sentido, esta pesquisa trata das ações da família Souza Aranha dentro da temporalidade local e curta, ou seja, compreendendo essas ações dentro da microconjuntura, mas também busca jogar luz na estrutura, ou seja, na temporalidade e na conjuntura de fatos maiores, como contextos nacionais e internacionais. Para a pesquisa, a dialética de Braudel (1978) se encarrega de iluminar o evento pela estrutura, ou seja, ação pormenor como consequência da estrutura de longa duração e, no sentido contrário, aclarando a estrutura pelo evento.

Do texto ao traço: as fontes primárias além do documento textual

Durante a minha trajetória de pesquisa, desde o ingresso no mestrado – seja em disciplinas cursadas, seja nas reuniões do grupo de pesquisa **História das cidades: ocupação territorial e ideários urbanos** do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas – discussões e leituras sobre a importância de estudos ligados às redes urbanas, à formação do território e, sobretudo, ao caminho coerente estabelecido ao iniciar tais estudos, foram suscitadas¹.

Referências, como os estudos de Bueno (2012; 2016; 2021) e Reis Filho (2013), e pesquisas trilhadas no campo da história da urbanização de cidades brasileiras serviram de norte para a construção do campo onde essas pesquisas se centram atualmente. O ponto comum apontado por Bueno (2012) é a abordagem da cidade enquanto um artefato social, ou seja, da produção urbana como resultante de processos em suas múltiplas manifestações que, quando estudados na microperspectiva, revelam luzes e dinâmicas que se configuram espacialmente dentro do quadro histórico.

Definir os meios e os recursos disponíveis para estabelecer uma coerência metodológica foi um passo importante neste trabalho. Por se tratar de uma investigação de abordagem histórica sob o aporte da Arquitetura e do Urbanismo, fez-se necessária uma reflexão sobre a apreciação documental e, principalmente, de qual o entendimento de fonte esta pesquisa buscou.

Buscou-se, portanto, a pluralização de fontes históricas, trazendo-as para a discussão, além do documento textual. Bernard Lepetit (2011) esclarece que a construção de uma narrativa depende da autonomia do investigador em escolher quais fontes primárias devem ser trabalhadas e qual deve ser o olhar lançado a elas. Nesse sentido, “novas formas de manipulação” foram utilizadas como possibilidades de reflexão sobre o território e não apenas como formas gráficas de representação de informações históricas no espaço (Santos, 2016, p.75). As fontes que vão além do universo textual (como a cartografia, por exemplo) dizem respeito à produção do espaço como um todo e, quando utilizadas como ferramenta de compreensão espacial, revelam a correlação de forças sociais tensionadas (Nunes, 2016, p.97).

¹ Nesse sentido, destaque às pesquisas de Azevedo (2017), Dias (2016; 2023) Ferreira (2017; 2022); Guedes (2018) Nandin (2020), Nunes (2016; 2021), Oliveira (2023), Sampaio (201) Violin (2023).

No que diz respeito a essa reflexão, cabe apontar o quanto o olhar do profissional de Arquitetura e Urbanismo pode contribuir para as investigações no campo da história urbana. Acredita-se que a habilidade desenvolvida por este profissional, com interpretações espaciais, é um valioso recurso para se enxergar a fonte e o documento de forma a extravasar a narrativa textual, conferindo, como um dos resultados das pesquisas, as interpretações gráficas e espacializações. Segundo Bueno (2016, p.13), realizar a espacialização não é uma tarefa fácil, entretanto permite entrever aspectos invisíveis ao processo, como seus ritmos, suas dinâmicas e lógicas. Dessa forma, as fontes primárias que nortearam este trabalho advêm de matrizes distintas, ou seja, foram produzidas em contextos diversos e possuem naturezas diversas, abrangendo fontes textuais e não textuais.

Determinadas séries documentais foram escolhidas como “fios condutores” da presente pesquisa. A partir delas, tanto hipóteses sobre a formação territorial como quais eram os bairros existentes no termo e dados fundamentais sobre a presença, atuação e arbítrio da família Souza Aranha, se revelaram. As principais séries documentais analisadas foram:

A. Listas Nominativas de Habitantes²

As listas nominativas de habitantes foram estruturadas anualmente e relacionavam informações detalhadas sobre cada indivíduo, livre ou escravizado, por domicílio (denominado como fogo). Conforme Bacellar (2008, p.1 14), a distribuição dessa documentação nos arquivos brasileiros é “profundamente desigual, profusas para a capitania de São Paulo, são rarefeitas para outras áreas da América portuguesa, quando não inexistentes”. Elas foram produzidas, a partir de 1765, dentro da política de reestruturação da capitania de São Paulo.

O teor das informações variava de acordo com a localidade recenseada e com o ano. Em geral, foram contemplados: nome, idade, grau de parentesco ou de relação com o chefe do domicílio, estado conjugal, cor, naturalidade e ocupação, além dos dados sobre a atividade econômica do domicílio. Os domicílios de cada vila eram reunidos por Companhia de Ordenança, em maior ou menor número, dependendo das dimensões da população³ (APESP). Parte desta série se encontra digitalizada e

² Também conhecidos como maços de população.

³ Ao final das listas nominativas de habitantes, tabelas (“mapas”) resumiam as informações demográficas e econômicas por vila, permitindo a tabulação final dos dados referentes a todo o território paulista. A série “Maços de População” pertence ao fundo da Secretaria de Governo por acumulação e é composta por arrolamentos da população produzidos pelas Companhias de Ordenanças (1765-1831)

disponível no site do APESP. Segundo Bacellar (2008, p. 114), além de ser amplamente conhecida e única, essa série abrange questões demográficas econômicas importantes, principalmente em relação à densidade das informações contempladas. Apesar de ser uma série documental definida como “populacional”, a análise dos seus dados não restringe a estudos exclusivamente demográficos, como é o caso do presente trabalho.

Para Campinas, a primeira lista foi realizada quando o bairro do Mato Grosso se tornou freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, em 1774. Os recenseamentos referentes aos anos de 1774 a 1778 não estão digitalizados. Há 28 volumes disponíveis no site do APESP referentes ao período entre 1779 e 1836.

e pelo Juízo Municipal distrital (1831-1850). A consulta de parte do conjunto que foi digitalizado pode ser feita pelos filtros "localidade" e "período".

Lista geral dos habitantes, q. existem na 1.^a Comp.
das Ordenanças da V.ª de S. Carlos em 1818

Folhas	Nomes, Empregos, Naturalidade	Idade	Estado	Sexo	Ocupações, e larcações
1	João Francisco de Amor. natural de Parnaíba. Capitão Mor.	37	C	M	Senhor de Engenho, sua sapataria por 2000
	D. Ana Franca n. da s.ª	52	"	"	Senhor A. 1500
	Teodoro	24	S	"	R. 300
	Vrsula	21	"	"	R. 200
	Joze	16	"	"	M.
	Maria Ag.ª	12	"	"	Agroário. Can. 50
	Joze	75	"	"	Milho algr. 600
	Maria	46	S	"	Teijão 100
	Manoel Escr.ª	22	"	"	Arreanhos Escr.ª
	Antonio	46	C	M	Soagr.ª e Teij.ª g.ª
	Ignacia	54	"	"	nacerao, em morru Serino.
	Joaquim	60	"	"	
	Luiza	37	"	"	
	Manoel	36	"	"	
	Ana	30	"	"	
	Caetano	46	"	"	
	Maria	19	"	"	
	Bento	28	"	"	
	Maria	26	"	"	
	Josefa	21	S	"	
	Lourenço	19	"	"	

100-704-001



Figura 1. Lista Nominativa de Habitantes para vila de São Carlos no ano de 1818. Digitalização da primeira folha referente ao recenseamento da 1ª Companhia de Ordenanças. Fonte: APESP (1818).

Como forma de identificar o deslocamento da família Souza Aranha e de levantar informações sobre o período em que se estabeleceram na vila de São Carlos, foram analisados:

QUADRO 1. LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES CONSULTADAS	
VILA	ANOS
Vila de São Carlos	1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816 1817 e 1818.
Vila de Castro	1801, 1802, ,1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809 ,1810, 1811, 1812, 1813, 1814 e 1815.
Vila de São João de Atibaia	1793, 1794, 1795, 1706 e 1797.

Quadro 1. Listas nominativas de habitantes consultadas. Fonte: APESP.

9.2 Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos (1818)⁴

Em linhas gerais, o Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos foi realizado em 1818, tendo sido composto em nove laudas. Essa série documental se encontra arquivada fisicamente no APESP (não está digitalizada). Ao longo do capítulo 1 desta tese, os “pormenores” do contexto de produção deste documento foram discutidos. Trata-se de uma listagem de declarações das propriedades rurais existentes, realizadas a mando da Coroa Portuguesa como resposta aos conflitos fundiários recorrentes.

Configura-se, portanto, como uma documentação de caráter fundiário organizada através de uma listagem sequencial, na qual cada linha do documento se refere a uma propriedade rural arrolada, conferindo-lhe um caráter “sucinto” em função das informações declaradas serem pontuais. As propriedades declaradas no termo da vila de São Carlos foram recenseadas pelo capitão-mor João Francisco de Andrade. O

⁴ No caso das vilas da província de São Paulo, o conjunto documental dos Bens Rústicos se encontra depositado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Trata-se de 11 pastas, compreendendo o levantamento realizado entre os anos de 1817-1819. Essa série documental computa as relações das propriedades rurais e seus proprietários, especificando o número de escravizados e o uso da terra. Trata-se de um tombamento de bens rústicos da capitania, realizado em cumprimento do aviso régio de 21 de outubro de 1817. Algumas relações estão acompanhadas dos ofícios de remessa para a Secretaria de Governo. Nelas, encontram-se as vilas de Jacareí, Apiaí, Guaratuba, Itapeva da Faxina, Castro, Antonina, Morretes, Cunha, São Miguel das Areias, Queluz, Bananal, Guaratinguetá, Bragança, Atibaia, Conceição de Itanhaém, Itapetininga, Paranapanema, Curitiba, Cananeia, Caconde (Mogi-Mirim), Iguape, Itu, Vila Bela da Princesa, Vila Nova do Príncipe, Taubaté, Sorocaba, São Sebastião, São Vicente, Ubatuba, Vila Real de Pindamonhangaba, Porto Feliz, Santos, São Carlos, São José dos Campos, São Luís do Paraitinga, Jundiá, Lages, Lorena, Mogi das Cruzes, Nazaré, Paranaguá e o Convento do Carmo em São Paulo. Fonte: APESP. Disponível em: <https://bit.ly/3F6TAHs>. Acesso em abr. de 2021.

conteúdo segue a sequência: nome do proprietário; nome da “fazenda” (como a propriedade era conhecida); dimensões da propriedade dada por braças de Testada e braças de sertão); número de escravizados existentes na propriedade; informação se havia ou não cultura na propriedade, indicada por “fazendas em cultura”; e residência dos proprietários (indicando se eles residiam ou não na propriedade recenseada). Para a vila de São Carlos, foram arroladas 289 propriedades rurais.

Nome do Prop. ^o	Nome da Fazenda	Braças de Testada	Braças de Sertão	N.º de Escravizados	Fazenda em Cultura	Residência	
Joaq. Felipe Xavier	49	1	750	850	12	cult.	Reside
Agost. P. de Lamim	50	1	750	1200	5	cult.	Reside
Col. Thom. P. de Lamim	Capivara	900	3750	15	cult.	Reside em S. Carlos	
Joaq. Fran. de S. Paulo	Matadouro	500	750	15	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	2.º	200	550	10	cult.	Reside	
M. P. Antônio de Lamim	2.º	250	358	8	cult.	Reside	
Luiz de S. Paulo	1	350	650	11	cult.	Reside	
Dom. C. de S. Paulo	1	750	1000	28	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	1	200	300	3	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	Suma	250	400	5	cult.	Reside	
Joaq. P. de Lamim	Suma	100	200	1	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	Bufova	200	350	2	cult.	Reside	
Joaq. Valente	Sete	120	230	2	cult.	Reside	
Bento de S. Paulo	Arboreas	500	600	1	cult.	Reside	
Sebast. de S. Paulo	Arboreas	750	1000	0	cult.	Reside	
Franc. de S. Paulo	Arboreas	200	750	1	cult.	Reside	
Luiz de S. Paulo	1	300	750	2	cult.	Reside	
Tomaz Cardoso	1	300	400	2	cult.	Reside	
Antônio Pereira	1	200	750	2	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	1	300	700	2	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	1	750	750	1	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	1	500	750	2	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	Pombal	750	750	1	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	Pombal	500	750	2	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	Sete	400	600	2	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	1	250	200	2	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	Sete	400	700	2	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	2.º	200	600	3	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	1	400	1500	3	cult.	Reside	
M. Ant. de S. Paulo	1	400	1500	4	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	1	300	400	2	cult.	Reside	
Joaq. de S. Paulo	1	400	500	2	cult.	Reside	

Figura 2. Tombamento dos Bens Rústicos para vila de São Carlos, no ano de 1818. Fonte: APESP (1818).

B. Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857)

A série documental denominada Registros Paroquiais de Terras foi produzida em todas as freguesias do Império do Brasil durante o período de 1854 a 1857. A origem dessa documentação remonta à Lei de Terras de 1850, aprovada no mesmo ano da lei que pôs fim ao tráfico de africanos, portanto, diretamente ligada à necessidade de substituição de mão de obra escravizada e da introdução de colonos no país. A Lei de Terras foi o primeiro instrumento jurídico a regulamentar o acesso à propriedade fundiária após o fim do regime de sesmarias, em 17 de julho de 1822. Segundo seu regulamento, publicado em 1854, as terras devolutas seriam reservadas para colonização, aldeamentos indígenas, abertura de estradas e povoamentos (Nicodemo, 2022, p. 05).

A série documental elaborada para a cidade de Campinas contém 148 laudas manuscritas e está arquivada fisicamente no APESP. Em seu teor, há 377 declarações em um único livro referentes a 382 propriedades declaradas. Essa série documental se encontra arquivada fisicamente no APESP (não está digitalizada e sim microfilmada).

1857
 A = Leguinho do Bomfim =
 As terras do Leguinho do Bomfim pertencentes ao Leguinho
 Manoel de Almeida Barbosa parte acha-se situada
 no districto desta Cidade de Campinaes, e parte no districto
 de Indaikatuba, Municipio de Sta. Inez, e parte se acha situada
 a cara de morada e Fabrica, tanto da Lagoa como da Lagoa
 car. Sua estencao regula-se tres quartos de legua e quadra
 dos m. ar. ou menos. Parte destas terras e da Sismaria do
 Quilombo, que foi medida, demarcada, e confirmada e se
 acha em poder de quarto proprietario e parte foi de posse
 se feita por varias pessoas, e se acha em quinto posto
 dor, e ambas e referidos Leguinho possui por titulo de
 compra. Suas confrontancias saõ as seguintes. Da
 parte do Valle junto a cara de Jose Feliciano Leite
 segue o ribeirão e sem a edificação e rumo novamente
 posto ate constantes com as terras do Capitão Jose Pereira de
 Queiroz, comprehendendo durante tres em toda a estencao do
 Sismaria, e procurando outro rumo segue por este ate ao
 do mar e da hi a um pas de Triguinho e da hi para um
 morro de pedras as espigas, e pelo espigas ate a estrada
 de Toracira, e seguindo por esta ate o caminho do fi-
 nado Meriano de Faria, da hi segue a beira do mato
 grande ate quasi a cabeceira do Louço, onde existe uma
 va branca e buca, e descendo pelo corrimo ate um cavado
 que se acha no rumo do Sismo que foi do Capitão Joaquin
 da Silva Lima, que vai dar em um pas grande secco com
 galhos que se acha no espigas do finado Jose e nasce da
 Matto, onde finda o rumo, e seguindo por este em linha
 recta ate um moirão que se acha afimado no caminho
 velho da hi a linha recta e sahír na estrada de Toracira
 de junto a um morro de pedras no lugar onde se acha
 uma Capoeira mais alta e outra mais baixa, e seguindo
 pela estrada ate o caminho que foi de Jose Rodrigues
 da Chaveira Cardoso, e por esta ate onde for espigas e da
 hi a sahír no campo do descampado em uma Porteira
 ficando segue recta para o Descampado de fora, e saõ
 quando o caminho de Jose Feliciano Leite ate o centro
 do Valle, e por este abaisso ate o ribeirão onde principia
 Confirmando dum lado com Antonio Benedicto de Castro,
 de outro com o Capitão Jose Pereira de Queiroz, Francis-
 co Luiz das Chagas Martiniano Pacheco de Silva e
 Dona Pitta de Almeida Leite, e familia por outro com
 Jose de Sales Lima em outro Sismo com Francisco Luiz de
 Chagas, e por outro lado com o Capitão Affonso de
 Brito e Jose Feliciano Leite. Campinaes 8 de Ja-
 nheiro de 1857. Assignatura = Manoel de Almeida
 da Barbosa. Nota = Foram os exemplares por mim fei-
 tos e apresentados arquivados no dia primeiro de
 Junho de mil oitocentos e sinventa e quatro, em dallas
 se acha registado no livro competente folhas duas.
 Campinaes primeiro de Junho de mil oitocentos e sin-
 ta e quatro. O Leguinho Manoel de Almeida da Barbosa.
 Nada mais continha e nem declarava o mencionado

Figura 3. Registros Paroquiais de Terras. Fonte: APESP (1854-1857).

As declarações são bem diversas entre si no que diz respeito às informações nelas contidas. Há declarações extensas – que dão referências sobre a localização precisa da propriedade (por meio de elementos da toponímia e situação de bairros), os confrontantes especificam a cultura e a produção, identificam a presença de benfeitorias –, enquanto outras são bem sucintas. Por meio dessas informações, foi possível desvelar o quanto essa série, quando compiladas todas as declarações, demonstrou ser basilar para os estudos que envolvem os processos de conversão de

terras rurais em espaço urbano. Nesse sentido, compilar toda a série documental teve por objetivo demonstrar um método que pode ser aplicado a outras cidades e regiões, ampliando a compreensão da história urbana das cidades brasileiras.

C. Inventários

A série documental dos inventários (feitos em vida e *post mortem*) e testamentos utilizados nesta tese de doutorado se acham arquivados junto ao fundo do Tribunal de Justiça de Campinas (TJC), sob a custódia da Área de Arquivos Históricos do Centro de Memória-Unicamp (CMU)⁵ e no arquivo do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Trata-se de documentos produzidos dentro da padronização do direito civil e processual, onde o(a) inventariado(a) tem todos os seus bens descritos e avaliados, fazendo com que cada processo tenha particularidades⁶.

São *corpus* documentais extensos (por vezes, o término do processo levava anos para ser concluído) e que possuem, em geral, uma estrutura definida: apresentação dos autos, reconhecimento do falecimento do inventariado(a), definição e nomeação do inventariante, identificação de herdeiros (em caso de menores, era acionado o juízo de órfãos para assuntos de custódia), procuradores e advogados, anexação de testamento (quando possuía), despachos, abertura dos autos de avaliação, descrição e avaliação dos bens (semoventes, mobílias, escravizados, bens de raiz, prédios urbanos, trastes, joias, prataria e todos os bens que compunham o espólio do indivíduo), descrição e avaliação de ações, apólices, debêntures, letras hipotecárias e investimentos em geral, acerto de contas (em dívidas ativas e passivas), partilha de bens e autos conclusivos⁷.

Essa série documental é profícua e, por meio dela, na análise individual da família Souza Aranha, foi possível lançar luz “sobre a vida” do indivíduo, através dos seus

⁵ Mediante ação chancelada, em 1985, a Unicamp estabelece convênio com o TJC, obtendo a custódia dos documentos. O CMU atualmente reúne significativa documentação de variados gêneros, formada por mais de uma centena de conjuntos documentais pessoais e institucionais, tanto públicos quanto privados, que abrangem um período histórico que compreende desde o século XVII até os dias atuais (Berto, 2021, p. 163).

⁶ Trabalhos que auxiliam na compreensão da natureza dessa série documental: Abrahão (2010), Araújo (2006), Cardoso de Mello (1985), Oliveira (2014).

⁷ A definição de inventário confirma a relevância das informações socioeconômicas sobre pessoas e famílias. Trata-se de uma ação promovida pela justiça para arrecadar os bens, direitos e obrigações do cidadão falecido e realizar a partilha do saldo entre seus herdeiros. Em geral, os bens são ativos constituídos de imóveis, mobília, máquinas, joias, ferramentas, animais e estoques. Desse modo, o inventário assume não apenas o caráter de uma lista de bens, mas de uma demonstração da situação econômica do falecido e de sua família (Abrahão, 2015, p. 22).

bens, das situações expostas (como desavenças familiares, por exemplo, ou de nomear como herdeiros filhos não assumidos, estreitando hipóteses das relações paternas). Quando analisado um processo (como no caso de Joaquim Policarpo Aranha, para a dissertação de mestrado), se tem noção do espólio daquele indivíduo, da construção do seu patrimônio individual. Quando a análise se estendeu de forma serial a outros processos de entes da família Souza Aranha, as relações se ampliaram. Sociedades entre indivíduos foram esclarecidas, partilhas de bens revelaram relações de proximidade e compadrio, além de as estratégias de manutenção do patrimônio familiar ficarem mais evidentes.

A análise dessa série documental demonstrou como os bens materiais se tornaram relevantes com o passar das gerações. Os inventários analisados nas primeiras décadas do século XIX (referentes aos indivíduos da primeira geração dos Souza Aranha) aglutinaram o “monte mor” do inventariado em escravizados e animais, descritos e avaliados com detalhes, demonstrando que, naquele momento, a terra possuía valor enquanto recurso de produção. Com o passar das gerações e com as mudanças da noção de propriedade, de consumo e do valor do capital, modificou-se a composição dos bens inventariados. Nos processos de inventários elaborados após 1850, as propriedades rurais passaram a ser descritas em detalhes, com riqueza na caracterização de maquinários, ferramentas e benfeitorias. A dimensão da propriedade e a quantidade de cultura nela produzida passaram a ser atributos que auxiliavam na definição do valor atribuído ao bem.

As “casas de morar⁸” passaram a ter um “recheio” mais detalhado, com descrição de mobiliário minucioso, sendo possível, ainda que hipoteticamente, reconstituir determinados cômodos. Diversos prédios urbanos junto à cidade passaram a compor a lista de bens, com descrições por vezes pormenorizada. A lista de objetos em prata, ouro e cobre passou a ser bem mais extensa, revelando a expansão do patrimônio familiar, mas sobretudo a aspiração cultural de uma sociedade e de um grupo seletivo. Ademais, o agenciamento no âmbito urbano passou a ser perceptível, pois os investimentos em companhias ligadas à infraestrutura e aos melhoramentos urbanos e costuradas aos interesses particulares ficaram mais explícitos. Com a Abolição, o monte mor, antes centrado na mão de obra escravizada, se transmuta à materialidade nos investimentos em obras públicas, em companhias, nas diversas propriedades cotejadas no território e no empréstimo de dinheiro à prêmio.

⁸ Terminologia utilizada frequentemente nos inventários para se referir às residências.

Os processos de inventário analisados durante o desenvolvimento desta tese de doutorado foram:

QUADRO 2. PROCESSOS ANALISADOS DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA			
Nº	ANO	PROCESSO	NOME
1.	1811	Inventário	Eufrozina Mathilde da Silva Botelho
2.	1836	Testamento	José Francisco Aranha Barreto de Camargo
3.	1839	Inventário	José Francisco Aranha Barreto de Camargo
4.	1861	Inventário	Francisco Egídio de Souza Aranha
5.	1865	Inventário	Anna Thereza de Souza Aranha
6.	1875	Inventário	Iria Balbina de Campos
7.	1879	Inventário	Maria Luzia de Souza Aranha
8.	1885	Inventário	Carlos Egídio de Souza Aranha
9.	1887-1889	Inventário	Maria Francisca Barbosa Aranha
10.	1889	Inventário amigável	Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha
11.	1893	Inventário em vida	Maria Brandina de Souza Aranha
12.	1893	Inventário	Manoel Carlos Aranha
13.	1894	Inventário	Maria Brandina de Souza Aranha
14.	1894	Inventário	Joaquim Egídio de Souza Aranha
15.	1902	Inventário	Joaquim Policarpo Aranha
16.	1916	Inventário	José Francisco Aranha
17.	1921	Inventário	Libânia de Souza Aranha

Quadro 2. Processos consultados e analisados referentes à família Souza Aranha.

Materiais: as séries documentais complementares

Outras séries documentais foram utilizadas, durante a pesquisa, como suporte ao método e a fim de comprovar informações e ampliar as discussões.

D. Artigos de jornais junto à imprensa

Os artigos levantados a partir de periódicos revelam elementos na trajetória individual dos agentes modeladores estudados, principalmente a partir da década de 1870, quando as atuações se ampliam. Utilizou-se como fonte de pesquisa a base da Hemeroteca Biblioteca Nacional (HBN) para consulta digital dos jornais “A Gazeta de Campinas”, com edições entre os anos de 1869 e 1875, e o jornal “Correio Paulistano”, com edições disponíveis entre os anos de 1850 e 1920. Edições do jornal “A Gazeta de Campinas” que não estão digitalizadas na HBN, foram consultadas na base do CMU, que possui as edições referentes aos anos de 1869 a 1925.

E. Almanques para a cidade de Campinas

Os almanques foram utilizados na mesma medida que os jornais. São publicações feitas a partir da década de 1870, disponibilizadas em formato digital pelo CMU, que auxiliaram na reconstrução das trajetórias individuais e, principalmente, na atuação dos agentes na cidade de Campinas. Foram consultados os exemplares referentes aos seguintes anos: 1871, 1872, 1873, 1876, 1878, 1879, 1881, 1886, 1888, 1889 e 1900.

F. Livros da Coletoria de Rendas de Campinas

Em especial, foi consultada a série de livros referente aos Lançamentos de Impostos Prediais. Trata-se de uma série anual, arquivada no CMU, que apresenta informações referentes ao recolhimento de impostos de propriedades urbanas, proprietários e o logradouro dos imóveis. Os anos consultados foram: 1879, 1883, 1884, 1885, 1888 e 1889.

G. Livros de Emplacamentos para a cidade de Campinas

A série abrange sete livros, organizados a partir de tabelas, que contém nomes das ruas em ordem alfabética, descrevendo a equivalência numérica para as quatro mudanças ocorridas nos números cadastrados para os lotes e imóveis da cidade de Campinas. O primeiro emplacamento, ao que tudo indica, foi determinado como um controle da tributação e do recolhimento dos impostos sobre os prédios urbanos. O segundo emplacamento foi realizado a partir de 1893, após a implementação de serviços de coleta de água encanada domiciliar e esgoto na cidade. O emplacamento atualmente vigente na cidade de Campinas corresponde ao adotado na elaboração do Plano de Avenidas de Prestes Maia, em 1929. Dessa maneira, o terceiro emplacamento, correspondente ao ano de 1922, é aquele que está representado na elaboração da primeira Planta Cadastral de 1929, elaborada pelo Engenheiro Jorge de Macedo Vieira. Trata-se de um levantamento que precede a implantação do Plano de Prestes Maia para Campinas (Krogh, 2012, p. 20). Essa série se encontra arquivada no Arquivo Municipal de Campinas.

H. Atas de sessão da Câmara Municipal de Campinas, Códigos de Posturas, Livros sobre tributação de café, Impostos sobre a Matriz Nova

Registros civis: de nascimento, batismo e óbito. Classificação de produção de café produzido nas fazendas inseridas na cidade de Campinas. Cartografias na escala

urbana e na escala do território. Fotografias da cidade de Campinas ao final do século XIX e início do século XX.

Métodos: o cruzamento documental enquanto possibilidade

Do ponto de vista metodológico, esta tese leva em conta as trajetórias individuais e a abordagem micro-histórica focada nas ações singulares, ressoando em escalas maiores e demonstrando como os processos são amplos (Lepetit, 2016). O indivíduo é o agente modelador do espaço rural, periurbano e urbano da cidade de Campinas ao longo do século XIX. São os agentes modeladores que materializam os processos sociais na forma de um ambiente construído, seja ele a rede urbana ou o espaço intraurbano (Corrêa, 2019, p. 44).

De acordo com a natureza da ação praticada, desvelaram-se diferentes escalas de análise, ora da arquitetura, ora do urbanismo e ora do território. Todavia, os materiais utilizados para as análises realizadas nem sempre remontam à sua origem documental vinculada à natureza do estudo, cabendo, portanto, buscar alternativas para manusear tais fontes em função do resultado alcançado. Por essa razão, trabalhar com uma única série documental não seria possível, sendo essencial levantar e analisar vários tipos de documentos. Na esteira do pensamento de Lepetit (2016, p. 30), a diversidade de fontes como recurso investigativo é essencial pois não existem representações absolutas.

A busca foi de consolidar um referencial metodológico apoiado em bases de documentos primários dentro do ideário da pluralização de fontes. Utilizaram-se fontes oriundas de matrizes distintas, e o objetivo, através da exploração documental, foi, portanto, constituir hipóteses e perspectivas de análise do espaço construído que compõem fragmentos históricos da cidade de Campinas-SP ao longo do século XIX. A prática metodológica ensina que, além do acréscimo de novas perspectivas analíticas, surge, em meio ao processo, o constante questionamento sobre a complexidade do objeto de estudo.

Coube, portanto, a partir das fontes documentais levantadas, a compilação do material (mediante tabulação de dados, no caso das listas nominativas de habitantes e do Tombamento de Bens Rústicos), a transcrição e interpretação dos documentos manuscritos (como foi o caso dos processos de inventários e dos Registros Paroquiais de Terras), a seleção minuciosa do material (levantamento dos artigos à imprensa) e a interpretação cuidadosa da cartografia e das plantas disponíveis (como recurso de compreender o que era o território e quais as intenções por trás das representações). O

procedimento metodológico que completa a análise de todo o material talvez seja o mais importante na busca dos resultados analíticos desta investigação: o cruzamento das informações.

Cruzar os dados obtidos de fontes distintas se mostrou uma estratégia efetiva, revelando o “fazer urbano” a cargo dos agentes da família Souza Aranha na aquisição de propriedades rurais, na ampliação da quantidade de fazendas com o passar das gerações, na pluralidade de atuação no meio rural e no meio urbano, nas relações de proximidade na vivência urbana ou mesmo nas práticas que priorizavam a família enquanto unidade e patrimônio. Nesse sentido, cruzar as informações das diferentes fontes trabalhadas ao longo da pesquisa se mostrou um método eficaz para a compreensão das estratégias de agenciamento urbano e a expansão do arbítrio na tessitura urbana. O cruzamento de dados, por meio de diversas fontes, permitiu observar recorrências, continuidades e descontinuidades, quebrando qualquer paradigma da pesquisa documental como rotina monótona e estática. Adota-se a noção de que as fontes, por si só, não dizem nada, exigindo que o documento seja habilmente questionado para adquirir um sentido (Borin, 2020, p. 45). O diálogo com as fontes primárias foi estabelecido, de forma indireta, com o campo da história urbana, pois elas versam sobre o universo demográfico, econômico, fundiário, judiciário, legislativo, informativo e outros. Contudo, quando essas informações distintas são cruzadas entre si, a potencialidade da análise “ganha peso”, incitando hipóteses a respeito de como era o território, de como eram os interiores da vida desses agentes e o que estava por trás do agenciamento.

Estrutura da tese

A tese está estruturada em **cinco capítulos**, organizados a partir da cronologia de formação e das transformações que o território da cidade de Campinas foi sofrendo ao longo do século XIX e primeiras décadas do século XX. Neste ponto, em consonância com o território, as sucessões de gerações da família Souza Aranha orientam a narrativa, organizando a leitura.

CAPÍTULO 1. O TERRITÓRIO E SUA FORMA: a formação da cidade de Campinas e o estabelecimento da família Souza Aranha (1807-1850):

Neste capítulo, o objetivo é demonstrar o processo de formação territorial da cidade de Campinas desde sua origem às margens do Caminho dos Goias. A temporalidade trabalhada abarca com maior ênfase as primeiras décadas do século

XIX, enquanto vila de São Carlos e o estabelecimento dos primeiros membros da família Souza Aranha nesse território. Em vista disso, utiliza-se o cruzamento entre as listas nominativas de habitantes com o Tombamento de Bens Rústicos como base para aferir hipóteses sobre a ocupação desse território, seus limites, e compreender quais eram as noções de localização empregadas, mediante a existência dos bairros (figura 4).

Localizar os bairros foi determinante para identificar as primeiras propriedades dos Souza Aranha e conseguir situá-los de forma coerente no território. Na sequência, discute-se nesse capítulo os feitos da primeira geração da família Souza Aranha, o início do plantio de café e como as relações e práticas familiares foram fundamentais para alicerçar os bens conquistados pela segunda geração.

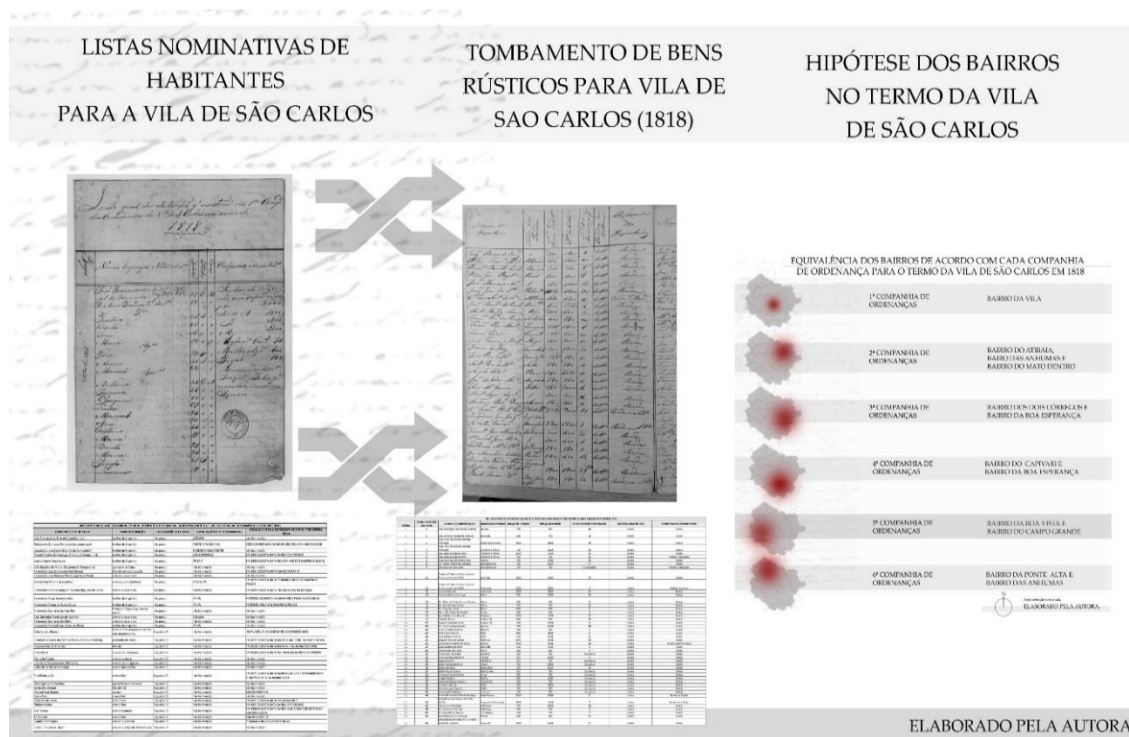


Figura 4. Demonstração do cruzamento documental realizado para hipótese dos bairros existentes no termo da vila de São Carlos em 1818.

Há muitos trabalhos que versam sobre a história da formação de Campinas que serviram de referência para a construção deste capítulo. Dentre eles, coloca-se destaque em Santos (2002), Rossetto, (2006), Corrêa (2019), Badaró (1996). E os que auxiliaram a compreensão das dinâmicas familiares ao longo dos oitocentos, destacam-se: Bacellar (1997; 2008), Ribeiro (2015) e Pupo (1969; 1983).

CAPÍTULO 2. A TERRA COMO PROPRIEDADE E A FAMÍLIA COMO PRIORIDADE: a família Souza Aranha e a as transformações da cidade de Campinas a partir da segunda metade do século XIX:

Ao longo do segundo capítulo, a discussão se centra na cidade de Campinas a partir de 1850, com a instituição da Lei de Terras, o desdobramento dos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857), além do impacto da política imperial sobre o território e, principalmente, sobre a segunda geração da família Souza Aranha. Analisa-se essa série documental a fundo, lançando luz ao protagonismo da elite senhorial e do papel dos Souza Aranha em meio a outros sobrenomes.

Discutem-se, portanto, as estratégias de alargamento do patrimônio da família, as ações que levaram à ampliação do número de propriedades e de como a família se consolidou como um dos principais sobrenomes a possuir terras junto ao termo da cidade (figura 5). Ademais, o estreitamento das práticas familiares, através dos casamentos endogâmicos e das políticas de parentelas, é discutido a partir de autores como Bacellar (1997; 2008), Costa (2022) e Muaze (2006; 2021), embasado pela historiografia que discute a história agrária, como Motta (2002), alinhavado por investigações sobre a cidade de Campinas nesse período (Lapa, 1995; Baeninger, 1996)

Vale ressaltar que muitas pesquisas que abordam questões econômicas, sociais, históricas e demográficas, com ênfase nos estudos do século XIX na cidade de Campinas, têm sido desenvolvidas pelo NEPO - Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" e pelas pesquisas de demografia histórica da UNICAMP, conforme destacado por Bassanezi (1998). Em mesma medida, discussões fundamentais a esta tese estão ligadas ao grupo de História Econômica da UNICAMP, como Alfonso (2018), Bianconi (2002), Danieli Neto (2001), Fraccaro (2018), Sabarim (2016) e Silva (2011). E ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), como Borin (2020), Baeninger (1996), Pedro (2009) Rodrigues (2010) e Siqueira (2008). Esses trabalhos foram importantes no auxílio da construção de dados que reforçaram as hipóteses construídas e espacializadas, além de trazer evidências que serviram de direcionamento na compreensão da formação social e econômica ao longo do século XIX, como, por exemplo, a caracterização do perfil político e das medidas capitalistas adotadas pelos Souza Aranha.

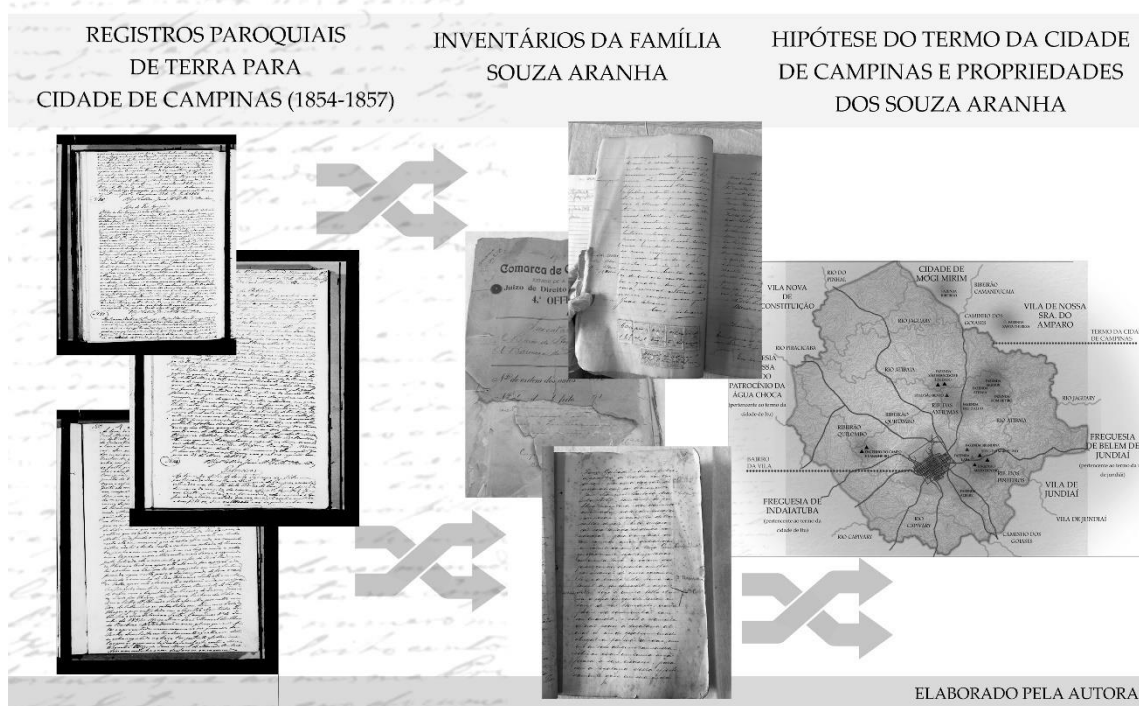


Figura 5. Demonstração do cruzamento documental realizado para hipótese do termo da cidade de Campinas, cotejando as sedes das propriedades da família Souza Aranha entre 1854-1857.

CAPÍTULO 3. ENTRE TÍTULOS E NEGÓCIOS: as estratégias capitalistas da família Souza Aranha e suas implicações no agenciamento urbano a partir da década de 1870:

O terceiro capítulo desta tese investiga as abordagens da família Souza Aranha a partir da segunda metade do século XIX. Este capítulo trata das estratégias capitalistas e de como as articulações destes agentes vão se tornando plurais no decorrer dos eventos ao longo do regime imperial. Discutem-se as estratégias por trás das condecorações nobiliárquicas, a participação em associações, os interesses políticos e como o investimento em companhias se torna produtivo e rentável ao espaço urbano da cidade, especificamente aos agentes da segunda e terceira gerações. Investir na cidade de Campinas e utilizar o espaço urbano como campo de atuação se tornaram recursos fundamentais na trajetória familiar (figura 6).

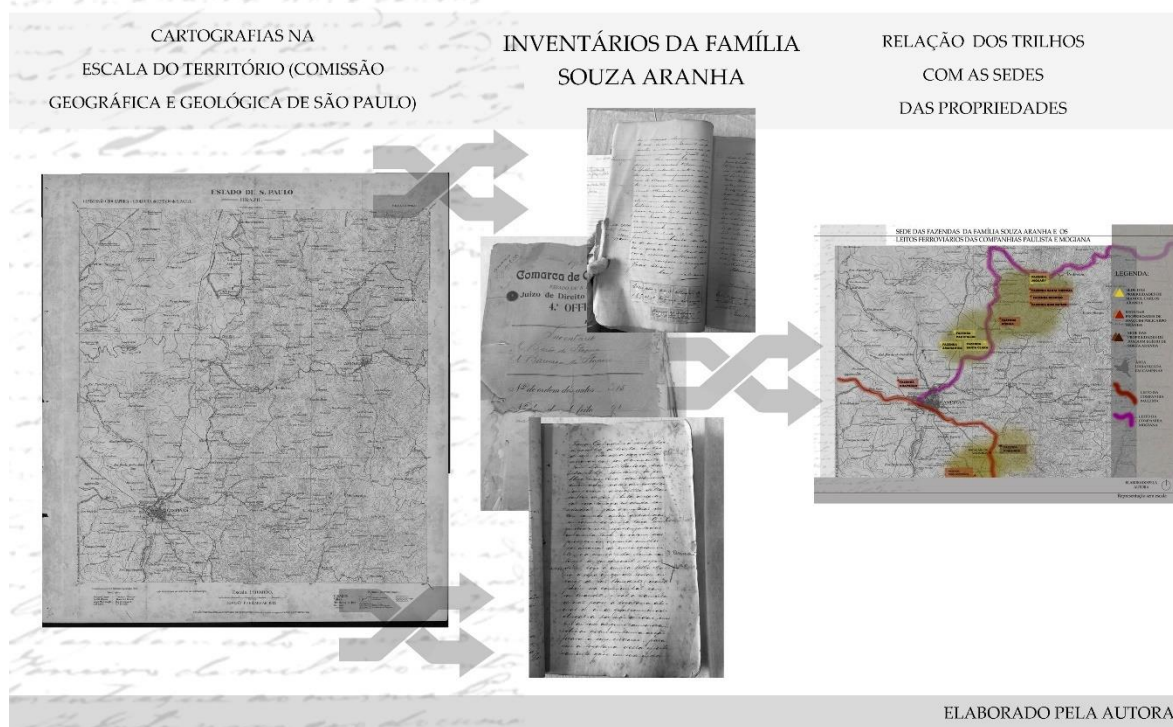


Figura 6. Demonstração do cruzamento documental realizado para esclarecer as ações interessadas da família Souza Aranha de investimentos em companhias ferroviárias na cidade de Campinas.

Para a construção deste capítulo, a leitura de Goyena Soares (2019) e Magalhães (1992) pautaram as discussões acerca do campo político, de como as ações capitalistas demonstraram um posicionamento direcionado e interessado em se manter sob “os holofotes” e de como as consequências dessas ações incidiram no fomento da produção do espaço urbanizado da cidade de Campinas.

CAPÍTULO 4. ENTRE O RURAL E O URBANO: o agenciamento espacial da família Souza Aranha em Campinas no final do século XIX:

Este capítulo busca fazer um compêndio das posses adquiridas e herdadas pela segunda e terceira geração da família Souza Aranha, já em uma cidade de Campinas consolidada e posicionada enquanto referência na produção de café perante a província. Com a abolição, parte significativa dos ativos da família migraram aos bens materiais (imóveis, investimentos, bens de consumo), e morar no núcleo urbanizado da cidade passa a ser representativo das atividades sociais e, sobretudo, do “simbolismo senhorial”.

Analisa-se, então, o território a partir dos bairros, utilizando-o como recurso para entendimento de quais propriedades rurais, ao final do século XIX, pertenciam à

família. Em mesma medida, o agenciamento já extravasara o universo rural, e investir em bens na cidade e em imóveis urbanos com a finalidade de aluguel passa a ser mais uma atividade lucrativa. Revela-se um método efetivo para identificar o montante de bens urbanos da família e, através de fotografias históricas, busca-se “dar vida” à localização e identificação precisa desses imóveis.

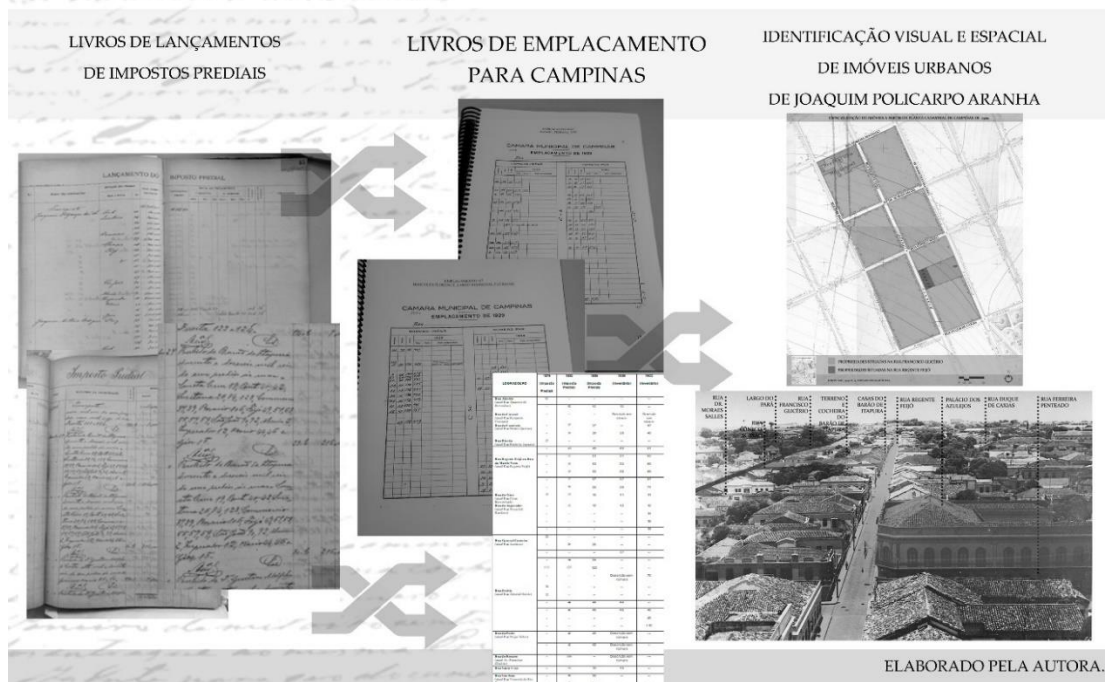


Figura 7. Demonstração do cruzamento documental realizado para identificação dos imóveis urbanos da família Souza Aranha.

O estudo desses exemplares objetiva um olhar inédito para os interiores dessas residências, o que somente o “mergulho” na fonte primária poderia revelar.

ANEXOS: Ao final do volume desta tese se encontra, na seção “anexos”, a genealogia da família Souza Aranha, estruturada a partir das gerações. Há vários casos de homônimos e nomes semelhantes na família e, com a prática recorrente dos casamentos consanguíneos, as trajetórias se entrecruzam. Portanto, a estrutura genealógica objetiva auxiliar no direcionamento da leitura.

is: Por uma doação
das que fez a mulher
Francisca Barbara
Silva, constante e
scriptura devida
nada, valor das
peças, a quantia
de seis. Isto de
na tomada no devida
ca, para a imputação
anuidas, assim distria
cento da minha terça
alante, seja imputa
minha terça, as valores
que dei a minha mi
recações de um e cas
a minha filha Au
de seu casamento e o
Logo a minha filha
edia em que ela se
de da medicta;
da sua minha
aido, sob a de
t poder e legiti
ou de falguem
t-a por as divida
seu aliq. ou se
a Gama, e a mi
nada e a mi
is: Por uma doação
das que fez a mulher
Francisca Barbara
Silva, constante e
scriptura devida
nada, valor das
peças, a quantia
de seis. Isto de
na tomada no devida
ca, para a imputação
anuidas, assim distria

1 O TERRITÓRIO E SUA FORMA:

a formação da cidade de Campinas
e o estabelecimento da família
Souza Aranha (1807-1850).

1. O TERRITÓRIO E SUA FORMA: a formação da cidade de Campinas e o estabelecimento da família Souza Aranha (1807-1850)

1.1 No caminho: o pouso das Campinas do Mato Grosso

A origem do atual município de Campinas-SP vincula-se à abertura da Estrada dos Goiases e ao movimento das tropas em direção aos sertões e às regiões auríferas, no interior do território colonial. A partir de 1721, com a abertura da estrada, há um considerável aumento no índice de concessão de sesmarias na região.⁹ Este extenso território, pertencente ao termo da vila de Jundiaí, recebeu a denominação de Campinas do Mato Grosso de Jundiaí em referência toponomástica à paisagem local. Conforme relatos de viajantes¹⁰, a região mesclava vegetação densa com áreas de clareiras, ensejando a formação de pousos para descanso e acolhimento dos tropeiros¹¹, originando um pequeno núcleo que, posteriormente, se consolidou como município de Campinas. A historiografia sobre Campinas versa sobre a existência de três campinhos ao longo do caminho para Goiás, e, no ponto convergente entre os três, foi implantado o pouso das “Campinas do Mato Grosso”.¹²

Atribui-se ao pouso o significado de “pausa”, isso é, uma forma espacial que nasce da necessidade de espera e de interrupção de um deslocamento, cuja função é acolher e suprir as necessidades que essa paragem exige. O pouso remete ao abrigo, ao acolhimento que, em determinado momento, é oferecido pelo território. Dentro da abordagem tipológica e morfológica, os pousos não surgem sozinhos. São unidades que se consolidam através da existência de caminhos e estradas, classificados como “filhos dos caminhos” (Vidal, 2016, p. 404).

A leitura do pouso anunciada por Vidal (2016) esclarece uma mudança importante no território onde Campinas veio a se instituir como município. Foi a partir da fixação e ocupação preliminar dos três campinhos, enquanto pousos, que surgiu o bairro do

⁹ A Estrada dos Goiases partia de São Paulo, atravessava os atuais municípios de Jundiaí, Mogi-Guaçu, Casa Branca e Franca e seguindo para a região das minas de Goiás (Rossetto, 2006, p.143).

¹⁰ Citando os viajantes e naturalistas Luis D’Alincourt e Saint-Hilaire (1976). Reis Filho (2014, p.35) informa que as matas se estendiam entre as vilas de São Paulo e Jundiaí e os locais em que depois seriam fundadas as vilas de São Carlos (Campinas) e Mogi Mirim. Não por acaso, tanto Campinas quanto Jundiaí tiveram, de início, a expressão Mato Grosso inscrita em seus nomes.

¹¹ *Ibid.*, p. 144.

¹² Importantes referências na discussão originária dos pousos: Rossetto (2006), Lapa (1995), Pelliciotta (2014) e Pupo (1969).

Mato Grosso, pertencente ao termo da vila de Jundiáí. Esse bairro apresentou escasso povoamento até 1765, ano da restauração da Capitania de São Paulo. Os campinhos do Mato Grosso passaram, então, a ser chamados de bairro do Mato Grosso, que pertencia à vila de Jundiáí e, mais tarde, às Campinas do Mato Grosso (Nozoe, 2016, p. 26).

O termo da vila de Jundiáí era bastante vasto e suas fronteiras se perdiam pelos confins de Moji-Guaçu (Izaías, 2012, p. 15). A partir do século XVIII, este território passou por desmembramentos e importantes economias emergiram (entre elas, Campinas). A área que compreendia a jurisdição da vila de Jundiáí confinava com a área de jurisdição da vila de Mogi-Mirim¹³, porém, entre estas duas localidades, contavam-se imensas extensões de terras inabitadas, chamadas terras devolutas, isto é, terras não cultivadas, não povoadas e de domínio da Coroa (Pupo, 1969, p. 25).

¹³ A freguesia de nossa Senhora do Desterro de Jundiáí foi fundada em 1651, sendo elevada à categoria de vila em 1655. A freguesia de São José de Mogi Mirim foi alçada à categoria de vila em 1769. Fonte: SEADE, Histórico da Formação dos Municípios. Disponível em: <<https://shre.ink/roxv/>>. Acesso em dez. 2023.

HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO TERMO DA VILA DE JUNDIAHY E DO BAIRRO DO MATO GROSSO



Figura 9. Histórico de formação do termo da vila de Jundiahy, que compreende o bairro do Mato Grosso. Base elaborada a partir da cartografia “Província de São Paulo”, por Cláudio Lomellino de Carvalho, em 1879. Fonte: Biblioteca Nacional (Brasil).

Como parte das ações de reorganização da Capitania de São Paulo, a mando do governador Morgado de Mateus, a partir de 1765, dá-se ênfase à política de ocupação territorial através da concessão de terras visando à fixação da população. O povoamento do bairro do Mato Grosso é fomentado com estímulos da Coroa (Pelliciotta 2014, p. 15). As primeiras ocupações do bairro do Mato Grosso se deram por meio da posse comum de terras consideradas devolutas, exploradas através de pequenas unidades produtivas. Além dos apossamentos, houve um incremento nos pedidos de concessão de sesmarias na localidade. Naquele momento, os sítios e ranchos no bairro produziam essencialmente milho, feijão, arroz e algodão e criavam gado muar e vacum. O estímulo concedido através da recuperação da autonomia administrativa da Capitania de São Paulo em 1765, assinala um aumento no número de sesmarias concedidas visando à implantação de engenhos de cana-de-açúcar, contribuindo para a fixação da população (Semeghini, 1991, p. 15). O aumento na demanda pelo açúcar na Europa, nas últimas décadas do século XVIII, estabelece circunstâncias locais favoráveis à exportação do produto.

Fazia parte da estratégia do governador Morgado de Mateus, estabelecer povoamentos a partir da rede de estradas, caminhos e dos cursos hidrográficos, consolidando assim a agricultura e a ocupação territorial. Em meio às suas medidas, o capitão Francisco Barreto Leme foi nomeado como diretor responsável pela fundação e povoamento do bairro do Mato Grosso (Santos, 2002, p. 84). Segundo Pupo (1969, p. 26), a lista nominativa de habitantes referente ao ano de 1767 indica que o bairro contava com 38 fogos e 185 habitantes, sendo que todos viviam de roça, lavoura ou tropas, sugerindo uma ocupação de pequenos agricultores e sitiantes junto aos seus ranchos. Era uma paragem para pernoitar e descansar os animais, onde se vendia milho e ofereciam-se refeições. A localização do bairro do Mato Grosso na beira da estrada e a presença de ranchos para os viajantes foi salutar para o crescimento da povoação até a sua elevação ao estatuto de freguesia (Fraccaro, 2018, p. 45).

A fixação de pequenos agricultores junto ao território passou a fomentar uma considerável economia mercantil local, atuando de forma emergente na consolidação do pouso no bairro do Mato Grosso, que pertencia ao termo da vila de Jundiá. O bairro, naquele momento, deixou de conduzir seu crescimento exclusivamente em prol da paragem de apoio à Estrada dos Goiaes, incitando a fixação de singelas propriedades monocultoras e lançando base, assim, de uma “porção urbana”¹⁴ em

¹⁴ Falar de urbanidade, neste contexto, pressupõe a mínima infraestrutura necessária para custodiar as atividades cotidianas do bairro. Roxo (2020, p.40) traz que a demarcação das primeiras ruas e a construção da capela interina estruturaram a primeira “grande obra” considerada urbana junto à freguesia. Segundo o autor, trata-se de um momento em que há um domínio sobre o meio natural, e esses aparatos ditos urbanos se sobressaem. Nessa conjuntura, apenas as cidades e vilas possuem algum caráter maior de urbanidade, se relacionando mais ao sentido da dominação humana sobre o meio natural, ou seja, de distanciar a noção de uma ocupação primitiva e trazê-la mais para o campo da racionalidade. Alinha-se o conceito de urbanidade àquele definido por Bluteau (1728, p. 587) de “cousa

formação por meio de um traçado, delineado a partir da instalação da primeira capela interina do território¹⁵ (Pelliciotta, 2014, p. 13).

1.2 A freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá

Em 1774, o território que compunha o bairro das Campinas do Mato Grosso de Jundiá foi elevado à freguesia, alcançando assim sua autonomia religiosa e sendo nomeada como freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, passando a atrair pequenos lavradores e senhores de engenho. Contudo, tratava-se ainda de uma área com pouca ocupação e com fronteira aberta ao estabelecimento e fixação de novos fogos (Fraccaro, 2018, p. 14), contando, em 1779, com 66 fogos recenseados e 2321 habitantes¹⁶ (APESP, 1779).

Logo após a elevação da freguesia, aumentar o número de moradores se tornou o principal objetivo da localidade, alinhando-se às políticas do governador Morgado de Mateus, fundamentais para alterar o isolamento geográfico em relação à vila de Jundiá, para reverter o quadro de baixa ocupação e a dependência enquanto paragem da Estrada (Fraccaro, 2018, p. 46). Conforme política instaurada na Capitania de São Paulo, o êxito no restabelecimento de sua autonomia administrativa dependia de uma economia exportadora que propiciasse maior fixação populacional ao solo, ou seja, de um produto que possibilitasse uma lavoura em larga escala, monocultora e escravista, implicando numa maior fixação do homem à terra¹⁷ (Bacellar, 1997, p. 26). Nas palavras de Semeghini (1991), foi a inserção da cultura da cana-de-açúcar que indicou

própria dos que vivem em cidades; referente ao bom modo dos que vivem nas cidades". Ainda que, naquele momento, a localidade se caracterizasse como bairro, era o sequenciamento de formas a que o território era suscetível que levava uma determinada localidade da característica de pouso à cidade (Vidal, 2016, p. 417).

¹⁵ Em 1773, uma petição cunhada pelos "homens bons" é encaminhada ao vigário da vila de Jundiá, solicitando a instalação de uma capela interina junto ao bairro. Em mesmo ano, o governador despachou autorização concedendo a construção da capela, a qual foi erguida em terras do capitão Francisco Barreto Leme, que doou parte de sua propriedade em prol do patrimônio religioso, erguido em homenagem à padroeira, Nossa Senhora da Conceição. Acredita-se que as terras de sua propriedade fossem uma das primeiras sesmarias concedidas a Antônio da Cunha de Abreu (Lapa, 1995, p. 49). Conforme Santos (2002, p. 99), Antônio da Cunha de Abreu nunca exerceu o domínio desta concessão de terras e, devido ao abandono, estas foram apropriadas por outros, entre eles, Francisco Barreto Leme.

¹⁶ APESP, 1779, p. 14.

¹⁷ A economia de exportação promoveu certamente mudanças consideráveis no interior da família. O trabalho braçal familiar cedeu lugar ao trabalho escravizado. As fortunas cresceram, e pais, que antes se preocupavam em "dividir sua pobreza", passaram a se afligir com a questão de como transmitir aos filhos a riqueza material que haviam acumulado (Bacellar, 1997, p. 57).

o “importante impulso na efervescência” da freguesia, sinalizando uma crescente ocupação nos anos seguintes.

Os deslocamentos familiares e de indivíduos a fim de aproveitarem as ofertas da exploração agrícola, fomentavam o crescimento demográfico e a ocupação de terras da freguesia, de acordo com Teixeira (2011, pp. 40-41). Fatores norteadores que regulavam as correntes de migrações se relacionavam à demanda açucareira e à fertilidade das terras, sendo, então, consideradas boas para lavoura (Bacellar, 1997, pp. 103-104). No âmbito nacional, a mineração apresentava decadência enquanto principal produto a ser explorado, impulsionando uma lógica de trabalho que tinha a terra como o principal recurso para fonte de renda. Segundo Bacellar (1997, p. 26), essa lógica se estabeleceu de forma objetiva: aumentar a concessão de sesmarias viabilizava o uso da terra e, assim, quanto maior a porção fundiária conferida, maior a possibilidade de cultivo e sua rentabilidade econômica.

A lógica objetiva apresentada por Bacellar (1997) pressupunha uma ocupação intratermo da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá. A concessão de novas sesmarias e a instalação de engenhos, aos olhos do que é a formação territorial, se deu paralelamente ao estabelecimento de pequenas propriedades voltadas à subsistência local.¹⁸ Celia e Neto (2003, p. 106) e Fraccaro (2018, p. 63) trazem que o mercado internacional passava por reviravoltas, como a destruição da produção açucareira em São Domingos (Revolução do Haiti), bem como a interrupção da exportação à Europa, fazendo com que várias regiões do Brasil, até então pouco ligadas ao cultivo do açúcar, se mobilizassem¹⁹.

O próprio estabelecimento populacional, através de roças e culturas voltadas ao abastecimento, serviu como incentivo à migração à freguesia, pois se um indivíduo iniciava seu plantio e obtinha dele boas colheitas, a terra certamente era boa para o cultivo (Fraccaro, 2018 p. 47). Àquele tempo, uma forma de se atestar a fertilidade do solo era por meio da presença de pessoas responsáveis pelo lavradio (Bacellar, 1997, p. 120). Nesse sentido, a presença de agricultores e roceiros são evidências da qualidade do solo. Bacellar (1997, pp. 103-104) aponta a freguesia como “economicamente próspera, e farta de terras cultiváveis” e tanto seu desbravamento quanto a ocupação tardia (se comparada a outras regiões, como o Vale do Paraíba, por exemplo), passam a atuar, a partir do século XVIII, como uma localidade atrativa, fundamentada no potencial que a terra oferecia. Pode-se atribuir, a organização

¹⁸ Conforme analisado por Fraccaro (2018), através das listas nominativas, os pequenos agricultores centraram sua produção em culturas que não requeriam altos investimentos em mão de obra escravizada e nem necessitavam de técnicas específicas e de quantidades excessivas de terra a dispor da plantação, sendo predominante a cultura de milho, arroz, feijão e algodão.

¹⁹ Ao final do século XVIII, a revolta de escravizados em São Domingos, Haiti, retirou a colônia francesa do posto de uma das maiores produtoras de açúcar no mundo e fez com que o preço desse produto subisse, estimulando o interesse no cultivo da cana em outros lugares (Fraccaro, 2018, p. 11).

fundiária e o processo de ocupação da região como consequências desse processo migratório e da origem da formação do patrimônio acumulado do Oeste Paulista. O deslocamento dos indivíduos ao longo do território era regido pela oportunidade conjugal e, ainda, pela busca de novas terras a fim de incorporar a monocultura do açúcar como alternativa exequível na transmissão do patrimônio às futuras gerações²⁰ (Bacellar, 1997, p. 112).

Nos estudos de Fraccaro (2018), é apontado que aqueles que ocuparam a região da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá, não tinham grandes pretensões. Os primeiros moradores tinham pequenas produções de alimentos e escravarias que não passavam de uma dezena. A tímida plantação de cana era dedicada ao abastecimento regional de aguardente, porém esse cenário mudou rapidamente a partir das últimas décadas do século XVIII (Fraccaro, 2018, p.12). As baixas pretensões mencionadas por Fraccaro (2018) possivelmente condizem com as mentalidades daqueles que ocupavam a localidade e que não imaginavam seu futuro desenvolvimento. Entretanto, as provisões emitidas pelo governador Morgado de Mateus, implementando as diretrizes de povoamento (por meio, inclusive, da nomeação do capitão Francisco Barreto Leme), evidenciam estratégias elaboradas pelo governo colonial para a região, enxergando seu potencial de ocupação e produtividade²¹.

Foi a partir de 1788 que houve um incremento no número de concessões de sesmarias da Freguesia de Nossa Os primeiros povoadores do lugar entregaram-se logo ao cultivo da cana e construíram engenhos de açúcar. Dessas primeiras famílias de tão diversos pontos da província, e algumas das quais eram já relacionadas entre si pelos laços de parentesco e da amizade, descendem as grandes famílias em cujas mãos estão hoje as mais importantes fortunas e talvez os destinos deste rico município (ZALUAR, 1953, p. 134).

Senhora da Conceição, incitando o processo de elevação da freguesia à condição de vila emancipada de Jundiá e instituindo seu termo e instância própria²². No decorrer deste período, se instalaram as primeiras gerações dos senhores de engenho, ainda dispendo de propriedades “relativamente acanhadas” (em geral, um único

²⁰ A região da vila de São Carlos é apontada por Bacellar (1997) como um “grande centro de atração imigratória” em função da relativa abundância de terras férteis e poucos exploradas. Ademais, o objetivo dos imigrantes de então era sempre a terra. Terra progressivamente mais valorizada, mais cobiçada e disputada. Numa sociedade eminentemente agrária, viver sem terras era muito difícil, tal como a possibilidade de não se contrair um matrimônio que lhe rendesse algum pecúlio (Bacellar, 1997, pp. 105-106).

²¹ Sobre as medidas descritas por Morgado de Mateus ao diretor Barreto Leme, ver Côrrea (2019, p. 98) e Campos Jr. *In* IBGE (1952, pp. 29-30).

²² Pupo (1969).

engenho por senhor), restringindo a sucessão dos bens aos herdeiros²³ (Bacellar, 1997, p. 120).

1.3 A vila de São Carlos

Em 1797 a freguesia conquistou sua autonomia política, sendo elevada à categoria de vila e denominada como vila de São Carlos²⁴. Foi encaminhada ao governador da Capitania de São Paulo, através do vigário da freguesia, Joaquim José Gomes, em 1797, uma petição assinada por 47 “homens bons”, moradores da localidade, alegando se verem impedidos de exercer cargos junto à câmara de Jundiá dada a longa distância, acarretando “gravíssimos prejuízos de tratarem de suas lavouras”²⁵ (Salgado e Pereira, 2017, p. 09). Essa petição já demonstra os interesses particulares em comum deste grupo, quer seja, de alcançar a elevação da freguesia à vila, fazendo valer suas predileções econômicas²⁶. A elaboração da petição pode ser considerado o primeiro momento em que esses homens, enquanto grupo social, faziam valer seus interesses (Rodrigues, 2010, p. 72).

Em dia seguinte à petição, os procedimentos para ereção da freguesia foram encomendados, sendo instituída a demarcação do pelourinho em frente ao largo da Matriz Velha (como representação da autonomia municipal), seguida da delimitação

²³ Bacellar (1997, p. 120) salienta que a terra já era vista, naquele momento, como produto, e havia um mercado de compra, porém direcionado às gerações posteriores. Os atos de compras de terras cresceram como consequência dos inúmeros filhos dos senhores que, por não herdarem terras, se viram pressionados a pagar por uma porção de terra.

²⁴ A respeito dos procedimentos normatizados pela Capitania de São Paulo, a iniciativa de ereção de freguesias às vilas poderia partir da estratégia do governo ou de uma mobilização local, a partir da petição de moradores da freguesia em questão (Salgado; Pereira, 2017, p. 08).

²⁵ Salgado e Pereira (2017) trabalham com uma análise comparativa das práticas e discursos envolvidos na elevação de três freguesias a vila, em 1797: Jaguari (pertencente à vila de São João de Atibaia), a freguesia de nossa senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso (atual cidade de Campinas e pertencente à vila de Jundiá) e Araraitaguaba (pertencente à vila de Itu). Apesar de distintas as freguesias, as estratégias adotadas para o alcance da autonomia administrativa e política das vilas tinham um viés comum, a estratégia de ocupação do território. Este foi, desde o século XVIII, a base das práticas de agentes cujas ações repercutiam em formas urbanas, a exemplo do rito fundacional das vilas, com a delimitação do rossio, instituição do pelourinho, da casa de câmara e cadeia. O que este artigo demonstra, para o entendimento desta pesquisa, é que atos fundacionais, que seguiam preceptivas e ritos, foram determinantes na configuração espacial dos núcleos urbanos desde a fundação das vilas.

²⁶ Segundo Fonseca (2011, p. 18), a criação de uma vila, no período colonial, implicava necessariamente a imposição de uma instituição jurídica sobre um núcleo urbano formalmente integrado à Coroa portuguesa.

do rossio²⁷ e da definição do terreno para a construção da Casa de Conselho e Cadeia²⁸ (Matos, 2006, p. 30). A partir da delimitação do rossio, a Câmara passou a arbitrar a abertura de novas ruas, a definição de novas quadras, bem como a concessão das Cartas de Datas de Terras²⁹ para a construção de novas edificações, passando à Câmara a responsabilidade enquanto ocupação e a organização intrarrossio³⁰ (Corrêa, 2019, p. 45).

A forma espacial e os limites que o rossio possuía são questões amplamente discutidas na historiografia da atual cidade de Campinas. De acordo com os processos normatizados pela Capitania de São Paulo, a definição do rossio tinha por base o pelourinho, símbolo da ordem e da justiça municipal, sendo considerado o “peão do rossio”. Era demarcado, segundo Santos (2002, p. 99) e Lapa (1995, p. 49), a partir de um círculo de um quarto de légua de raio ou de um quadrado com meia légua de lado. O terreno que compreendia o rossio dizia respeito à formação e desenvolvimento da vila, onde poderiam ser construídas mais casas com quintais para os habitantes. A forma do rossio seguia a tradição portuguesa, ou seja, se estipulava uma figura em quadra, na definição das superfícies, pressupondo a geometria do quadrado. Assim, destacava-se o papel geométrico e geográfico através da forma instituída no território. No tocante à importância das transformações sob a ótica territorial, elucida-se que a instituição (bem como a porção de terras abarcada) delimitava a finalidade do usufruto urbano, atendendo às finalidades políticas, econômicas, religiosas e civis dos que ali habitavam (Marx, 1991, p. 73).

Em termos de instituição jurídica, a demarcação do rossio em nada se relacionava ao terreno doado pelo capitão Francisco Barreto Leme, como patrimônio religioso, em prol da padroeira da freguesia, Nossa Senhora da Conceição. Tratava-se de formas espaciais delimitadas no território cujas finalidades eram distintas. Contudo, as contribuições de Lapa (1995), Santos (2002) e Pupo (1969) apontam que se tratava de terras consoantes àquelas do rossio e as doadas, anteriormente, à Igreja. Em

²⁷ O rossio foi demarcado dentro dos limites do termo, compreendendo a área junto ao núcleo urbano (largo da Matriz velha e entorno). O terreno do rossio era destinado à formação da vila, onde poderiam ser construídas casas com quintais para os seus moradores e, no futuro, aquelas para os seus novos habitantes (Salgado; Pereira, 2017, p. 16).

²⁸ Caracterizavam-se, à época, no largo bastante alongado, duas extremidades distintas: o lado sul, com funções cívicas, ditadas inicialmente pela presença do pelourinho e de uma cadeia provisória, e o lado norte, defronte à Matriz, com caráter religioso (Badaró, 2006, p. 138).

²⁹ Conforme Corrêa (2019, p.104), tratava-se dos lotes junto ao bairro da vila que tinham por padrão de distribuição a medida de seis braças de frente e dezesseis braças de fundo (cerca de 13,20 metros por 35,20 metros).

³⁰ Durante o período colonial, as vilas fundadas tinham, da mesma forma que as da metrópole, a jurisdição e autoridade sobre uma área denominada termo, de cerca de seis léguas no entorno do pelourinho – símbolo da autoridade municipal – instalado no centro de cada vila. Dentro do termo da vila, demarcava-se também o rossio, a área junto ao núcleo urbano fundado destinada ao aproveitamento comum de seus habitantes para pastagens e moradia (Corrêa, 2019, p. 45).

outras palavras, as delimitações espaciais do patrimônio religioso e do rossio eram, provavelmente, coincidentes.

Pupo (1969, p. 71) traz em seus estudos, de forma pioneira, uma hipótese de espacialização do rossio, assumindo sua geometria enquanto um quadrado de um quarto de légua em cada face. Essa hipótese é reconsiderada por Corrêa (2019), que adota a geometria como referência metodológica para espacialização das Datas de Terras³¹. Segundo Matos (2006, p. 31), a demarcação do rossio também se assumia através do quadrado e já mostrava as primeiras preocupações com o posterior desenvolvimento da vila. Além do mais, para Matos (2006), essa delimitação correspondia aos “limites urbanos” à época.

A marcação dos limites da área do rossio foi fundamental para estabelecer a ocupação no espaço urbano, que apresentaria configurações diferentes do espaço ocupado no meio rural (Marx, 1991, p. 45). Conforme observa-se na figura 10, adotam-se as considerações de Pupo (1969), Corrêa (2019) e Matos (2006):

³¹ Recomenda-se ver a figura 13 de Corrêa (2019, p.84).

HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DO BAIRRO DA VILA DE SÃO CARLOS A PARTIR DE 1797

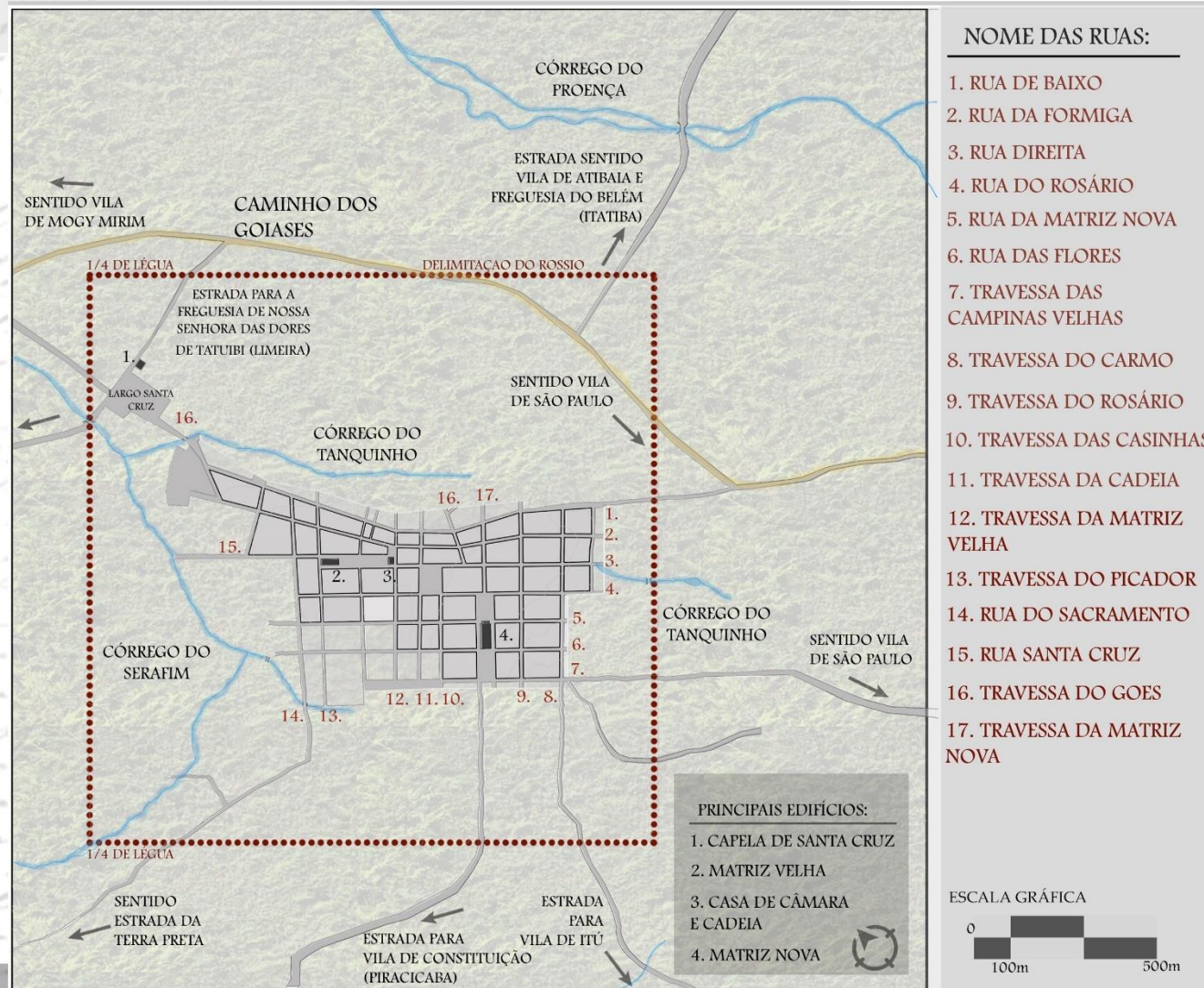


Figura 10. Hipótese de reconstituição do núcleo da vila de São Carlos a partir de 1797. Os limites do traçado urbano foram baseados nas constatações de Pupo (1969, p.114), e para reconstituir os caminhos, a topografia e a hidrografia foram utilizadas dados das plantas da cidade de Campinas de 1878, 1900 e do trabalho de Corrêa (2019, p. 157).

A vila de São Carlos, então estimulada tanto pelo cultivo de cana-de-açúcar quanto pelas políticas para povoamento, viu sua população e sua produção aumentarem rapidamente a partir das últimas décadas do século XVIII. Os índices de crescimento da população são bastante significativos em dois momentos, conforme aponta Teixeira (2011, pp. 40-41): quando há a fundação da freguesia, em 1774, e a partir da última década do século XVIII, em período próximo da elevação à vila em 1797. Esse crescimento se justifica a partir dos deslocamentos migratórios, regulados pela demanda fundiária (Bacellar, 1997, pp. 103-104). A população livre passou de 388 em 1774, para 3700 em 1814, enquanto a população escravizada crescia em um ritmo maior, de 87 para 1893 escravizados no mesmo período, chegando a atingir o número impressionante de 4800 em 1829. A produção de açúcar da vila de São Carlos ultrapassava, neste último ano, mais de 120 mil arrobas, e a vila despontava como importante produtora de açúcar da Província de São Paulo (Fraccaro, 2018, p. 14). No quadro 3, estão listados os sesmeiros e o número de escravizados que possuíam, na vila de São Carlos, em 1797.

Foram concedidas dezenas de sesmarias na vila de São Carlos, sendo a maior parte após a elevação da freguesia à categoria de vila, impactando diretamente na vida dos pequenos agricultores já estabelecidos (Fraccaro, 2018, p. 62). A instituição da vila de São Carlos representou um momento em que houve mudanças nas formas lançadas ao território, bem como na lógica fundiária implementada. Para Fraccaro (2018, p. 63), tratava-se de uma vila repleta de “novos” sesmeiros – majoritariamente produtores de açúcar – em meio a pequenos produtores já ali fixados havia décadas, resultando em embates frequentes. O incremento no número de sesmeiros – em sua maioria, produtores de açúcar – e a subsequente concentração de mão de obra escravizada, provocaram mudanças na relação fundiária existente, onde anteriormente a produção de pequena escala e de subsistência de pequenos agricultores predominava.

As sesmarias, na região da vila de São Carlos, foram concedidas mais tardiamente se comparadas a outras vilas³². Uma das possíveis explicações, segundo Nozoe (2016, p. 25), deve-se aos condicionantes naturais da localidade, como revela a toponímia – bairro do Mato Grosso – por se tratar de uma área onde a vegetação era densa e de difícil ocupação. Além do mais, as sesmarias eram conferidas àqueles que tivessem posses suficientes para cultivá-las, limitando o número de indivíduos competentes a alcançar a condição de sesmeiro (Pupo, 1983, p. 119).

³² Segundo levantamento realizado pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP, 1994), “Repertório de Sesmarias”, ao longo da história do município de Campinas, computam-se 70 concessões de sesmarias.

QUADRO 3. OS PRINCIPAIS CHEFES DE FOGO NA VILA DE SÃO CARLOS EM 1797.			
Nº	CHEFE DO FOGO ³³	Nº DE ESCRAVIZADOS ³⁴	CONDIÇÃO DE ACESSO À TERRA ³⁵
1.	Albano de Almeida Lima	16 escravizados	Sesmeiro
2.	Alexandre Barboza de Andrade	13 escravizados	Sesmeiro
3.	Antônio Corrêa Marques	12 escravizados	Sesmeiro
4.	Antonio de Camargo (Alferes)	10 escravizados	Sesmeiro
5.	Antonio Ferraz de Campos (Capitão)	45 escravizados	Sesmeiro
6.	Bernardo Guedes	12 escravizados	Sesmeiro
7.	Domingos da Costa (Tenente)	11 escravizados	Sesmeiro
8.	Felipe Neri Teixeira	40 escravizados	Sesmeiro
9.	Floriano de Camargo (Alferes)	15 escravizados	Sesmeiro
10.	Francisco de Paula Camargo (Tenente)	13 escravizados	Não há menção
11.	Ignacio Ferreira de Sá	13 escravizados	Sesmeiro
12.	Izabel Correa da Cunha	10 escravizados	Não há menção
13.	Joaquim Antônio de Arruda	12 escravizados	Não há menção
14.	Joaquim José Teixeira (Capitão)	23 escravizados	Sesmeiro
15.	José Antonio do Amaral (Alferes)	12 escravizados	Sesmeiro
16.	José Barboza (Doutor)	17 escravizados	Não há menção
17.	José da Rocha Camargo	13 escravizados	Sesmeiro
18.	José de Camargo Paes (Capitão)	18 escravizados	Sesmeiro
19.	José Pedro da Cunha (Tenente)	12 escravizados	Não há menção
20.	Pedro José Moreira (Tenente)	31 escravizados	Não há menção
21.	Raphael de Oliveira Camargo (Sargento)	13 escravizados	Sesmeiro

Quadro 3. Os principais chefes de fogo na vila de São Carlos em 1797. Informações levantadas a partir da lista nominativa de habitantes para a vila de São Carlos em 1797, cruzados com o Repertório das Sesmarias. Fonte: APESP (1797; 1994).

³³ Dado extraído dos fogos recenseados na lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos em 1797 (APESP, 1797), cruzado com o Repertório das Sesmarias (APESP, 1994).

³⁴ Dado contabilizado a partir da lista nominativa de habitantes para a vila de São Carlos 1797.

³⁵ Dado extraído do Repertório das Sesmarias concedidas pelos capitães gerais da Capitania de São Paulo desde 1721 até 1821. Trata-se de uma publicação feita pela APESP (1994), na qual foram transcritas as cartas concedidas aos donatários no século XVII e XVIII. No início de cada transcrição, há o nome do concessionário ou dos concessionários.

1.4 A concentração de terras e os arranjos fundiários na vila de São Carlos nas primeiras décadas do século XIX.

As concessões de sesmarias atingiram a maior na expressividade numérica na vila durante o período de 1782 a 1822, impulsionadas pelas oportunidades lucrativas proporcionadas pela atividade açucareira (Nozoe, 2016, p. 29). Em essência, os indivíduos que solicitaram sesmarias nesse período dispunham de recursos próprios para financiar todo o aparato necessário à fundação de um engenho, incluindo os elevados custos de maquinário, manutenção e aquisição de mão de obra escravizada. A fim de legitimar e assegurar seus patrimônios, esses homens requeriam, além da carta de concessão da sesmaria, a confirmação da doação como documento comprobatório de que as terras conferidas possuíam valor legal. O não cumprimento dessas normativas colocava sua propriedade em risco, posto que a carta de sesmaria perdia sua validade (Nozoe, 2016, p. 30). Quando os recursos de um indivíduo eram insuficientes para se obter uma sesmaria e legalizar a situação fundiária, a saída era unir vários concessionários para solicitação: dadas as dificuldades e os custos para se obter os documentos comprobatórios, geralmente vários moradores solicitavam uma única carta de sesmaria (Nozoe, 2016, p. 37).

Em geral, o arranjo dos consórcios era determinado pela proximidade e vizinhança entre os indivíduos. É o caso do capitão Antônio Ferraz de Campos, solicitante de duas sesmarias. O primeiro pedido foi solicitado de forma individual, enquanto morador do engenho das Anhumas (APESP, 1994, p. 48). Já o segundo foi feito mediante um consórcio com José da Rocha Camargo, José Alves Lima, Antônio da Silva Leme, Joaquim Cardoso Gusmão e Bernardo Guedes Barreto (APESP, 1994, p. 48). Dentro de uma leitura morfológica do território, configuravam-se grandes porções de terras, com divisões fundiárias internas³⁶.

Em 1797, a vila de São Carlos contava com 335 chefes de fogo, dos quais 21 já apresentavam mais de 10 escravizados em seus latifúndios (conforme observado no quadro 3)³⁷. A quantidade de escravizados pertencentes aos principais sesmeiros e

³⁶ Para a vila de São Carlos, os pedidos de concessões de sesmarias já revelavam a ideia de “sócios” ou propriedade de parte de terras. Situação semelhante foi identificada para a freguesia de Caconde, a partir da análise dos registros paroquiais de terra (RPT), pode-se afirmar que em Caconde havia a predominância da propriedade de parte de terras, partilhadas entre sócios em fazendas. A vila de São Carlos, ao final do século XVIII, já apresentava uma organização que se repetiria em outras localidades, posteriormente, como no caso de Caconde em meados do século XIX. (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 38).

³⁷ APESP, 1797.

senhores de engenho sinaliza os recursos implementados junto à vila. Quinze eram sesmeiros e, entre eles, doze possuíam alguma patente associada aos seus nomes, reforçando o prestígio desses homens por meio da conferência de cargos de confiança³⁸ (Teixeira, 2014, p. 06).

Segundo Pupo (1978, p. 121), existiam algumas formas de se obter o acesso à terra na vila de São Carlos: através do pedido formalizado de concessão da sesmaria; por meio de uma sesmaria já concedida anteriormente a outro indivíduo; ou pela aquisição de terras por fins próprios, sem títulos oficiais junto à Coroa. A prática da posse da terra foi realizada, majoritariamente, por lavradores de alimentos que não possuíam cabedais para comprá-la ou requisitos para solicitar seu próprio quinhão de terra – que normalmente não era extenso. Entretanto, apesar de ser esse o perfil dos posseiros, também era possível encontrar grandes extensões de terra sob seus domínios (Nicolette e Moreno, 2021, p. 02). Os meios discutidos por Pupo (1978) e Nicolette e Moreno (2021) dialogam diretamente com o processo, estudado por Bacellar (1997), de constituição da classe dirigente que se formou na vila de São Carlos³⁹. Indicando a existência de um mercado de compra de terras à margem dos trâmites oficiais. Direcionado, portanto, àqueles que possuíam recursos para comprar terras e torná-las cultiváveis.

Havia uma mudança na noção da terra enquanto mercadoria e, para tanto, os trabalhos de Fraccaro (2018), Marcílio (2000) e Nicolette e Moreno (2021) enfatizam que esse processo não ocorreu de forma pacífica. Não se tratava do processo de mercantilização fundiário, tal como ocorrido na metade do século XIX com a Lei de Terras de 1850, mas sim da compreensão de seu potencial agrário. Referia-se ao crescimento da ocupação em que o acesso legal à terra é a chave para o desenvolvimento da lavoura. Possuir terras é uma oportunidade de ser bem-sucedido economicamente. Até o início da “alta” da concessão das sesmarias, situações de apossamento de terras, sem títulos legais, eram comuns⁴⁰. Os conflitos se iniciaram, quando esses posseiros, já fixados na terra há anos, se depararam com situações em

³⁸ Em 1797, dos 21 principais proprietários de mão de obra escravizada, seis não constam como sesmeiros, ou seja, não têm seus nomes confirmados junto ao Repertório das Sesmarias (1991). Destacam-se o tenente Francisco de Paula Camargo, Izabel Correa da Cunha, Joaquim Antônio de Arruda, o Doutor José Barboza, o tenente José Pedro da Cunha e o tenente Pedro José Moreira.

³⁹ Bacellar (1997, p. 116), ao analisar o Tombamento dos Bens Rústicos para 1818 para as vilas de Itu, Jundiá e Porto Feliz, já constata uma predominância de propriedades adquiridas por compra. Contudo, a natureza documental não esclarece como essa aquisição era realizada: se por meio da compra da carta de sesmarias, através da compra por intermédio de um sesmeiro ou, ainda, se existia um mercado de compra de parcelas dessas sesmarias.

⁴⁰ As primeiras concessões de sesmarias foram feitas a partir de 1740 (Teixeira, 2011, p. 37).

que suas terras se encontravam em meio às terras concedidas aos sesmeiros⁴¹ (Fraccaro, 2018). As práticas que violavam as letras da lei, segundo Nicolette e Moreno (2021), aumentaram, no início do século XIX, sobretudo estimuladas pelo desenvolvimento agrícola e pela forma de exploração do solo⁴².

É formalizada a passagem de um contexto em que a terra era o recurso disponível para subsistência sem trâmites regimentais, passando à propriedade concedida aos que provassem ter condições de torná-la rentável (Marcílio, 2000, p. 183). A aceleração do processo de ocupação acarretou conflitos acerca de questões fundiárias, incitando uma solução vinda da Coroa Portuguesa. Os conflitos entre sesmeiros e posseiros, discutidos por Marcílio (2000) e Fraccaro (2018), se justificavam, em sua maioria, pela falta de definição de limites e na coesão do início e fim das terras, o que resultava em imprecisões na conferência e na demarcação espacial.

Como resposta às desavenças fundiárias, em todas as províncias do território da América Portuguesa, foram regulamentados numerosos decretos, designados Avisos Régios. A Coroa, em sua política de ampliação agrícola, enxergou a necessidade de se regularizar questões referentes às repartições fundiárias, bem como o uso destinado à terra rural. A iniciativa incluía-se na ampla política de desenvolvimento agrícola esboçada por D. João VI durante sua permanência no Brasil⁴³. No que tange aos assuntos relativos ao uso da terra, vários aspectos foram considerados: as medidas que visavam introduzir na Colônia o cultivo de novas plantas de valor comercial; a outorga de sesmarias a estrangeiros; a colonização por meio do imigrante estrangeiro e da tentativa de implantar a pequena propriedade; o fomento a determinadas áreas do território para estimular o povoamento e suprir os “vazios” da ocupação pelo colono (Canabrava, 1972, pp. 79-80). Almeida (2001, p. 11) traz que o Aviso Régio de 21 outubro de 1817 refletiu a tentativa da Coroa de regularizar os conflitos fundiários:

El Rei Nosso Senhor foi servido ordenar que se remetesse sem demora a esta Secretaria d’Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra **relação exata de todas as pessoas que por qualquer título de compra, herança, posse ou sesmaria tiverem qualquer porção de terrenos em cada um dos distritos tanto desta Província do Rio de Janeiro como**

⁴¹ Fraccaro (2019) e Teixeira (2011) apontam que os índices referentes à densidade populacional, a partir da instituição da vila de São Carlos, foram crescentes: houve uma rápida expansão da população livre no fim do século XVIII, seguida por um crescimento modesto no começo do século seguinte, indicando uma instabilidade no fluxo migratório. A hipótese de Fraccaro (2019, p. 68) é que muitas famílias ligadas à agricultura de subsistência e produção local tenham deixado a localidade após a instauração e expansão dos engenhos.

⁴² Para Amoroso (2016, p. 63), as terras, com a possibilidade de concessão através do pedido de sesmaria, acirraram as disputas pelo território.

⁴³ Suas linhas gerais podem ser acompanhadas de perto no extenso repertório legal referente ao seu período (1721-1821).

de todas as mais deste Reino do Brasil, declarando-se nesta relação a freguesia a que pertence, o nome da pessoa que possui, o nome da fazenda, a sua extensão com o número de braças de testada e de fundo. Se está ou não com cultura. Quantos escravos se acham nelas empregados, onde reside o dono, bastando para estas declarações os comandantes dos respectivos distritos ou os oficiais empregados nesta delegacia o informe com o mesmo dono do terreno sem que dele se exija a apresentação de títulos ou documentos estando pelas declarações que fizer e na sua ausência com os seus administradores, feitores, rendeiros ou agregados, convindo porém para maior exatidão que seja nestas relações a ordem em que se acham situados, passando sucessivamente dos confrontantes, de cada terreno ou seja grande ou pequeno com expressa especificação, etc. (AGUIRRA, 1935, pp. 57-64-grifo da autora)

O Aviso Régio de 1817 resultou no esforço de cada localidade de inventariar as terras de seus termos através do “tombamento” de Bens Rústicos⁴⁴. Essa série documental constituiu um verdadeiro levantamento das propriedades, sendo um recurso fundamental para o entendimento da elite agrária que se fixou à terra (Bacellar, 2008, p. 123). A realização da listagem do Tombamento de Bens Rústicos conferiu à Coroa o grau de ocupação do território da Capitania, aferindo seu potencial de desenvolvimento agrário. Sem contar que, nesse sentido, situações de terras lavradas e devolutas foram reveladas⁴⁵. Os objetivos da realização do Tombamento de Bens Rústicos se resumiam em verificar se os requisitos mínimos para a manutenção da concessão das sesmarias estavam sendo cumpridos, além de compreender a divisão e a extensão das propriedades e das fronteiras agrícolas diante das estratégias de exploração da terra (Nicolette e Moreno, 2021, p. 03).

Para a vila de São Carlos, o levantamento do Tombamento de Bens Rústicos realizou-se em 1818 pelas companhias de ordenança (mesma estrutura que recenseava a população residente na vila)⁴⁶, sendo as terras arroladas pelo capitão-mor João

⁴⁴ Nelson Nozoe (2016) esclarece que houve, ao menos, três modalidades diferentes: textual, em forma de tabela e texto com tabela (Nicolette e Moreno, 2021, p. 03).

⁴⁵ Conforme Canabrava (1972, p. 80), o rol do Tombamento dos Bens Rústicos é composto por declarações das propriedades eminentemente rurais situadas em distintas vilas, freguesias, povoados e arraiais da Capitania de São Paulo. Para Fraccaro (2018, p. 100), essa série traz informações importantes sobre o processo de concentração de terras junto ao termo da vila de São Carlos. A autora aponta que, na investigação desta série documental para outras vilas (como por exemplo a vila de Cunha), foi possível observar a menção de como a terra fora adquirida. Entretanto, para o Tombamento dos Bens Rústicos referente ao termo da vila de São Carlos, esta informação não é contemplada.

⁴⁶ As Companhias de Ordenança foram criadas através do Regimento das Ordenanças, postulado no dia dez de dezembro de 1570, constituídas como forças militares da Coroa Portuguesa, compostas por moradores locais e encarregadas da manutenção da ordem interna (Camargo, 2016).

Francisco de Andrade⁴⁷. As propriedades rurais declaradas atestavam o nome do proprietário, o nome da propriedade (comumente conhecida), as dimensões através de braças de testada e braças de sertão, o número de escravizados, a indicação se havia cultura e se o proprietário era residente. Tratava-se de uma listagem que arrolou as características fundiárias, porém de forma sucinta, implicando em uma dificuldade na precisão da identificação espacial dessas terras⁴⁸. Em relação às dimensões das propriedades declaradas, vale salientar que sua correspondência se relacionava a uma estimativa e não ao tamanho exato, sendo, segundo Nicolette e Moreno (2021, p. 03), um informe apenas de caráter declaratório. Nessa perspectiva, para Pupo (1983):

A localização das sesmarias em Campinas é um problema de difícil solução. As dimensões de terras nas sesmarias, criam sérios embaraços para a sua localização; a nomenclatura dos locais, constantemente erradas ou imprecisas, afigura que os que a designavam não tinham segurança no que informavam (PUPO, 1983, pp. 120-121).

A imprecisão nos limites geográficos se estendia não somente às estruturas fundiárias, mas às instituições da lei, a contar pela indefinição precisa dos extremos do rossio que, até hoje, se mostra como uma lacuna na historiografia da formação territorial da cidade de Campinas, pois não há consenso sobre sua geometria e seus limites. Não obstante, em descrições fundiárias, as confusões eram recorrentes entre nomes de proprietários e vizinhos quanto à localização das terras e sobre o processo de transferência desses bens ao longo dos anos (Pupo, 1983, p. 121). As dificuldades em se conhecer o real tamanho das estruturas fundiárias eram consideráveis, e a principal problemática consistia em aceitar que, em geral, o dimensionamento documentado não coincidia com aquele definido espacialmente⁴⁹. Na seara de suscitar hipóteses de espacialização de sesmarias e estruturas fundiárias, aponta-se o compêndio de Ribeiro (2016), no qual há um esforço inédito no avanço da identificação, localização e na hipótese de espacialização de quatro sesmarias

⁴⁷ O inventário das terras da vila de São Carlos, foi realizado em 1818 através do Relatório dos prédios do distrito da Freguesia de S. Carlos, com as declarações determinadas no Livro Régio de 21 de abril de 1818 (APESP, 1818, p. 05).

⁴⁸ A tabela, método aplicado para a vila de São Carlos, diz respeito à tabulação dos dados de maneira objetiva, em que cada linha corresponde à declaração de uma propriedade. Nicolette e Moreno (2021) apontam que, para cada vila consultada, a forma de declarar a propriedade variava, gerando “documentações distintas com qualidades distintas”.

⁴⁹ As medidas relativas ao perímetro de uma área, geralmente, não são fiéis à realidade, pois tendem a subestimar a área em virtude de ignorarem, por exemplo, na demarcação, a topografia da região (Bacellar, 1997, pp. 152-153).

concedidas na região do “Entre Rios”⁵⁰. A fim de avançar nos problemas com que Pupo (1983) e Ribeiro (2016) esbarraram, e na esteira do entendimento territorial, cruzaram-se as informações do Tombamento de Bens Rústicos com o arrolamento demográfico de 1818 (lista nominativa de habitantes⁵¹) para a vila de São Carlos. O cruzamento das listas nominativas com o Tombamento de Bens Rústicos, verdadeiro levantamento das propriedades promovidos em cada vila da capitania, aponta, de maneira contundente, para a disparidade entre o número de fogos e o de propriedades (Bacellar, 2008, p. 123).

Uma das possibilidades aferidas no cruzamento documental, conforme Fraccaro (2018, p. 100), é a compatibilização dos nomes recenseados na lista nominativa com aqueles presentes no Tombamento de Bens Rústicos. As listas nominativas de habitantes, enquanto fonte para metodologia de recenseamento, possuem uma “base espacial” implícita em seu arranjo que possibilita compreender a disposição territorial (Borsoi, 2020, p. 15). Ora, as fontes de grande importância para o estudo da organização administrativa e territorial (Bacellar, 2008, p. 128) trazem em seu teor uma lógica de distribuição e ocupação territorial de todo o termo da vila. Além do mais, é possível “aproximar” a relação entre capital e terra e atestar a hipótese de Bacellar (2008, p. 123), de que havia muitos mais domicílios sem ter a posse legal da terra do que se poderia esperar. É uma maneira de desvelar a concentração fundiária e a discrepância com que a terra era ocupada (Fraccaro, 2018, p. 103), ou seja, havia muita terra ao longo do termo, porém distribuída na mão de poucos proprietários.

Em vista disso, o Tombamento de Bens Rústicos contou com a declaração de 289 propriedades, enquanto a lista nominativa de habitantes, em 1818, arrolou 710 fogos. Ainda que a lei versasse sobre a obrigatoriedade da relação exata mediante qualquer título de compra (fosse por herança, compra ou concessão), os dados, quando cruzados, evidenciam que, perante a quantidade de fogos arrolados, poucos detinham “Bens Rústicos”. Ao estudar algumas características dos latifúndios da vila, arrolados no Tombamento de Bens Rústicos em 1818, a área das propriedades arroladas somava cerca de 50 mil alqueires, demonstrando que a concentração de terras foi “um sintoma generalizado”. Embora a terra em si valesse pouco, as instalações dos engenhos de

⁵⁰ Referência nominal às bacias hidrográficas do Atibaia e Jaguari. Na obra de Ribeiro (2016), das quatro sesmarias identificadas, duas possuem diversos concessionários nomeados em um mesmo pedido.

⁵¹ Essa série faz parte dos recenseamentos anuais feitos dentro do contexto de reorganização e da autonomia política da Capitania de São Paulo, de 1765 até 1836. Esses documentos são popularmente conhecidos como maços de população.

açúcar e as benfeitorias existentes nas propriedades agregavam valor, especialmente complementadas pela numerosa mão de obra escravizada, que na época correspondia ao capital mais valioso do monte mor de um indivíduo (Teixeira, 2011, pp. 172- 173).

A lista nominativa de habitantes de 1818 possuía uma divisão para fins de organização do arrolamento por meio de seis companhias de ordenanças, correspondentes, respectivamente, a uma determinada área a ser levantada. Era responsabilidade do capitão-mor de cada companhia chefiar o levantamento dessa área dentro da circunscrição do termo (Nozoe, 2016; Bacellar, 2008). Dentro da unidade oficial da companhia de ordenança, a divisão se referia à esquadra, sendo recenseada através dos cabos de esquadra. O Tombamento de Bens Rústicos sugere que essa mesma hierarquia foi seguida no modo sequencial de como as propriedades foram declaradas. Para Bacellar (2008) e Nicolette e Moreno (2021), a hipótese mais coerente, referente a como o levantamento demográfico era realizado, é de que os cabos de esquadra eram enviados pelos capitães-mores para percorrerem todos os fogos, dirigindo-se de “porta em porta”. Já, conforme Alfonso (2018, p. 76), os levantamentos eram realizados pelos cabos de esquadra e encaminhados, posteriormente, ao capitão-mor de cada companhia, que tinha por função organizar o conjunto e rubricar ao final.

1.5 Os bairros no termo da vila de São Carlos (1797-1818)

De acordo com Bacellar (2008, p. 128), as listas nominativas de habitantes eram organizadas a partir da divisão dos bairros existentes em determinada vila, sendo recenseado, comumente, em primeiro lugar, o bairro da vila e, na sequência, os demais bairros. Estabelecia-se, portanto, uma lógica do recenseamento baseada em como o território se organizava, isso é, no agrupamento e proximidade dos bairros.

Conforme Borsoi (2020, p. 17), cada bairro ou um conjunto de bairros próximos, poderia compor uma esquadra⁵². O bairro, em linhas gerais, formava-se por uma pequena população com interesses e naturezas similares e passava a ser reconhecido pelos habitantes por um determinado nome, comumente dado por alguma referência toponomástica (Nunes e Salgado, 2019, p. 87). Poderia o bairro se referir tanto ao

⁵² Borsoi (2020, p.16) atentou à “aparicação dos bairros” em sua investigação sobre as listas nominativas da vila de Cunha, ao final do século XVIII.

núcleo da vila (bairro da vila) quanto aos outros núcleos de ocupação inscritos no termo (Borsoi, 2020).

Ao longo da primeira metade do século XIX, o desenvolvimento do núcleo urbano (bairro da vila) foi tênue, se comparado à escala da ocupação do termo da vila. Nesse sentido, os caminhos consolidados ao longo das terras da vila exerceram função determinante na formação dos arranjos de ocupação do termo, formando aglomerados denominados bairros. O bairro, no século XIX, poderia ser compreendido essencialmente como uma unidade espacial rural onde relações sociais embasavam sua estrutura – por meio de laços de parentesco e/ou vizinhança, reforçadas pela existência da unidade religiosa, a capela (Ferreira, Pereira e Menegaldo, 2002, p. 47).

Bluteau (1789, p. 16) define o bairro como “certa parte da cidade com suas casas e ruas”. Halley (2014) traz a etimologia da palavra bairro, esclarecendo que sua origem em latim, *barrium*, aparece nos dicionários portugueses. Entre as definições apresentadas por esse autor, uma se aproxima à de Bluteau (1989), remetendo à ideia de “a cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade ou vila”, enquanto as demais relacionam-se à ideia de um pequeno povoado (arrabalde) encontrado em aglomerados rurais (Ferreira, Pereira e Menegaldo, 2022, p.47). Fatores que incidiam na criação de novos bairros relacionavam-se diretamente às longas distâncias das propriedades rurais em relação ao núcleo da vila, ao círculo restrito de sociabilidade, à subsistência e facilidade de abastecimento entre propriedades vizinhas. Esses eram componentes de um bairro, o qual tinha por função serem células autônomas de produção, porém dependentes de uma vida social indispensável ao homem (Pupo, 1969, p. 77). Em visita à vila de São de Carlos, em meados de 1819, o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire (1976, p. 110) fez as seguintes notas:

Compreende num trecho de cerca de oito léguas, o termo de Campinas, e contava, em 1819, com aproximadamente 6.000 habitantes. Este termo, confinado dentro de estreitos limites, já era bastante populoso em 1819, não comportando grandes levas de imigrantes, e nas condições atuais as terras dos engenhos não aguentarão novas subdivisões (SAINT-HILAIRE, 1976, p. 110).

A percepção de Saint-Hilaire (1976) explicita o processo de ocupação do termo da vila através do crescimento demográfico, bem como por sua distribuição fundiária, que, segundo o viajante, já ocupava seus limites. A respeito de como ocorreu essa ocupação, Bacellar e Teixeira (2016, p. 122) indicam que, no período da ereção da freguesia à vila, houve um maior povoamento das terras ao redor do bairro da vila.

Uma antiga freguesia alcançar o *status* de vila lhe conferia, além da autonomia política e administrativa, a constituição da sede de um território próprio e, para todos os efeitos, um “lugar ao sol” (Marx, 1991, p. 52).

Conforme Bacellar e Teixeira (2016, p. 122), durante o período de desenvolvimento da vila de São Carlos, houve uma divisão de terras ao redor do bairro da vila em decorrência da procura por terras férteis e das correntes migratórias. O aumento do número de habitantes, nos anos subsequentes, acelerou a formação de novos bairros distribuídos no território. Na presente tese, a forma encontrada para elaborar uma hipótese de como se configurava o arranjo dos bairros no território, foi através da consulta das listas nominativas anteriores à 1818, uma vez que nem Tombamento de Bens Rústicos, nem a lista nominativa de habitantes para 1818 fazia menção aos bairros existentes no termo da vila.

O conjunto documental das listas nominativas de habitantes para vila de São Carlos (APESP), contempla vinte e oito volumes recenseados entre 1797 e 1836. Para fins de identificação dos bairros, foram consultados os volumes referentes aos seguintes anos: 1797, 1798, 1799, 1800, 1801, 1803, 1804, 1805, 1806, 1807, 1808, 1809, 1810, 1811, 1812, 1813, 1814, 1815, 1816 e 1817. O método de análise regressiva foi o caminho adotado a fim de identificar quais bairros existiam no território e de esclarecer aspectos da lógica espacial, por trás dos documentos, adotada nos recenseamentos.

Em 1797, a vila contava com 335 fogos e seis bairros: o bairro da vila (com 32 fogos), bairro das Anhumas (13 fogos), bairro do Capivari (185 fogos), bairro da Ponte Alta (42 fogos), bairro do Atibaia (32 fogos) e bairro dos Dois Córregos (31 fogos) (APESP, 1797). No ano seguinte, dois novos bairros foram criados: Boa Vista e Campo Grande, derivados do bairro do Capivari (APESP, 1798). Entre 1799 e 1801, foi mantida a estrutura arrolada a partir de oitos bairros, distribuídos em duas companhias de

ordenanças⁵³ (APESP, 1799; 1800; 1801) ⁵⁴. Em 1803, foi criado o bairro da Boa Esperança, e a organização foi distribuída em três companhias de ordenanças⁵⁵ (APESP, 1803).

Em 1804, o aumento populacional da vila de São Carlos foi refletido no arrolamento de 566 fogos através de seis companhias de ordenanças. A primeira companhia de ordenança arrolou 95 fogos no bairro da vila; a segunda, 71 fogos no bairro da Ponte Alta; a terceira companhia, 93 fogos no bairro dos Dois Córregos; a quarta companhia, 46 fogos no bairro da Boa Esperança; e 62 fogos no bairro do Capivari. A quinta companhia de ordenanças arrolou 125 fogos no bairro da Boa Vista (e Campo Grande, não mencionado nominalmente) e a sexta companhia, 74 fogos no bairro das Anhumas e, possivelmente, o bairro do Atibaia, que não foi mencionado nominalmente (APESP, 1804). A criação de novas companhias registra o aumento da ocupação do termo da vila de São Carlos, sendo necessário encarregar mais homens na tarefa do recenseamento demográfico. Em 1808, foi criado o bairro do Mato Dentro (APESP, 1808).

⁵³ Os corpos (ou companhias) de ordenanças foram criados para auxiliar na defesa do território e na manutenção da ordem, conforme as determinações do regimento de 10 de dezembro de 1570. De acordo com o regimento, cada vila do Reino teria uma companhia de ordenanças, formada por 250 homens, divididos em dez esquadras. Nas capitânicas, todos os homens válidos, entre 18 e 60 anos, eram arregimentados pelos capitães-mores e arrolados nas companhias de ordenanças. Os capitães-mores costumavam ser pessoas de “cabedal e sangue limpo”, eleitos dentro das câmaras municipais. Os capitães-mores precisavam, acima de tudo, serem aptos para redigir documentos, pois entre suas obrigações estava a de manter atualizada as listas de moradores sob sua jurisdição, recrutar soldados, coletar determinados tributos, perseguir escravos fugidos, fazer observar a lei e manter o governador informado de todas as ocorrências na sua freguesia. A partir de 1758, a Coroa reforçou sua participação no processo de nomeação de capitães-mores, determinando que os eleitos fossem providos por um representante do rei e aguardassem a confirmação do Conselho Ultramarino. Ser nomeado enquanto ordenança garantia alguns privilégios, como a dispensa de certos encargos e ter os filhos isentos do recrutamento militar; no entanto, seu principal atrativo era permitir aos escolhidos atuarem junto da administração régia, abrindo as portas para mercês, provisões e outras posições estratégicas na sociedade colonial. Fonte: APESP, Série de Ordenanças. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ftIWX>>. Acesso em dez. 2023.

⁵⁴ Os fogos recenseados pela primeira companhia de ordenança compreendiam o bairro da vila, Anhumas, Boa Vista, Capivari e Campo Grande. Já a segunda companhia de ordenança arrolou os fogos do bairro dos Dois Córregos, Atibaia e Ponte Alta.

⁵⁵ Atenta-se que não há um rigor na menção nominal dos bairros com o passar dos anos. Ao analisar as listas nominativas em anos subsequentes, há anos em que a menção nominal é realizada, mas nos anos seguintes essa menção não ocorre. Sobre essa “especificidade documental”, Bacellar (2008, p. 117) alertou sobre o cuidado com as condições a respeito dessa série e sobre as enormes dificuldades que os homens públicos enfrentaram para levar a bom termo o desejado levantamento populacional. Vilas com territórios bastante alargados, com vias de comunicação precárias e segmentos da população internados em áreas ermas do sertão não constituíam exatamente um panorama facilitador da atividade.

As listas produzidas entre 1810 e 1815 mantiveram o arrolamento por meio das seis companhias de ordenanças, porém a menção nominal dos bairros não foi realizada. Já em 1816, a primeira companhia arrolou 147 fogos, a segunda companhia não está arrolada no conjunto documental consultado, a terceira companhia levantou 121 fogos, enquanto a quarta companhia recenseou 152 fogos. A quinta companhia de ordenanças arrolou 158 fogos e a sexta, 94 fogos (APESP, 1816). De forma a sintetizar a análise e o levantamento dos bairros realizados através das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos entre 1797 e 1818, elaborou-se o quadro 4:

QUADRO 4. LEVANTAMENTO DOS BAIRROS A PARTIR DAS LISTAS NOMINATIVAS DE HABITANTES PARA VILA DE SÃO CARLOS (1797-1818).				
ANO	BAIRROS ARROLADOS	Nº DE BAIRROS	COMPANHIAS DE ORDENANÇAS	Nº DE FOGOS⁵⁶
1797	Bairro da Vila Bairro das Anhumas Bairro do Capivari Bairro da Ponte Alta Bairro do Atibaia Bairro dos Dois Córregos	06 bairros	02 companhias de ordenanças	335 FOGOS
1798-1801	Bairro da Vila Bairro das Anhumas Bairro do Capivari Bairro da Ponte Alta Bairro do Atibaia Bairro dos Dois Córregos Bairro da Boa Vista Bairro do Campo Grande	08 bairros	02 companhias de ordenanças	---
1803	Bairro da Vila Bairro das Anhumas Bairro do Capivari Bairro da Ponte Alta Bairro do Atibaia Bairro dos Dois Córregos Bairro da Boa Vista Bairro do Campo Grande Bairro da Boa Esperança	09 bairros	03 companhias de ordenanças	---
1804-1807	Bairro da Vila Bairro das Anhumas Bairro do Capivari Bairro da Ponte Alta Bairro do Atibaia (não nomeado) Bairro dos Dois Córregos Bairro da Boa Vista Bairro do Campo Grande (não nomeado) Bairro da Boa Esperança	09 bairros	06 companhias de ordenanças	566 FOGOS

⁵⁶ Os fogos foram contados a partir das companhias de ordenanças. Há listas em que os fogos são numerados e outras em que não há numeração.

1808-1809	Bairro da Vila Bairro das Anhumas Bairro do Capivari Bairro da Ponte Alta Bairro do Atibaia (não nomeado) Bairro dos Dois Córregos Bairro da Boa Vista Bairro do Campo Grande (não nomeado) Bairro da Boa Esperança Bairro do Mato Dentro	10 bairros	06 companhias de ordenanças	---
1810-1815	Não há menção nominal dos bairros	10 bairros	06 companhias de ordenanças	---
1816	Não há menção nominal dos bairros	10 bairros	06 companhias de ordenanças	672 FOGOS ⁵⁷
1817	Há menção do bairro das Anhumas, bairro do Atibaia e bairro do Mato Dentro (os demais não são mencionados)	10 bairros	06 companhias de ordenanças	609 FOGOS
1818	Não há menção nominal dos bairros	10 bairros	06 companhias de ordenanças	707 FOGOS

Quadro 4. Levantamento dos bairros a partir das listas nominativas de habitantes para vila de São Carlos. Fonte: APESP (1977; 1818).

Em 1818, o bairro da vila de São Carlos possuía 131 fogos arrolados pela primeira companhia de ordenanças. Eram recorrentes indivíduos com ocupações como: alfaiates, fiandeiras, músicos, carpinteiros, ferreiros, lavadeiras, telheiros, lavradores de madeira, sapateiros, condutores de armazéns, vendas e fazendas secas, quitandeiros, carcereiros, cirurgiões, tecelões, serradores, ourives, louceiras, tabeliões e aqueles que “viviam de jornais”, “viviam de esmolas” e “viviam de suas lavouras” (APESP, 1818). Considerando as ocupações dos moradores do bairro da vila, fica evidente que se tratava da parcela mais urbanizada, pois as atividades ali desempenhadas não estavam diretamente ligadas ao meio rural. Dos 131 fogos situados nesse bairro, apenas 18 foram declarados no Tombamento de Bens Rústicos, o que sugere que, geograficamente, o bairro da vila não se encontrava em uma área eminentemente rural (observar gráfico 1⁵⁸).

⁵⁷ O recenseamento referente à segunda companhia de ordenanças não está no conjunto.

⁵⁸ Os gráficos desenvolvidos para as seis companhias de ordenanças referentes à lista nominativa de habitantes para a vila de São Carlos em 1818 (gráfico 01, 02, 03, 04, 05 e 06), buscam retratar uma hipótese da realidade urbana ou rural dos bairros no termo da vila naquele momento. O critério adotado foi o de contabilizar quantos fogos cada companhia de ordenança recenseou em 1818 e, na sequência, levantar a ocupação dos habitantes recenseados na lista e separar aqueles que tinham profissões que lidavam diretamente com cultura e lavoura (como senhores de engenho, agricultores, lavradores, viviam de suas plantas etc.) daqueles que tinham ocupações ligadas a serviços ou sem uma especificação clara (por exemplo, telheiros, fiandeiros, carpinteiros, que viviam de jornadas ou mesmo os que não havia menção da profissão). Assim, é possível, em certa medida, verificar a quanto “urbana” ou o quanto “rural” era a ocupação dos bairros.

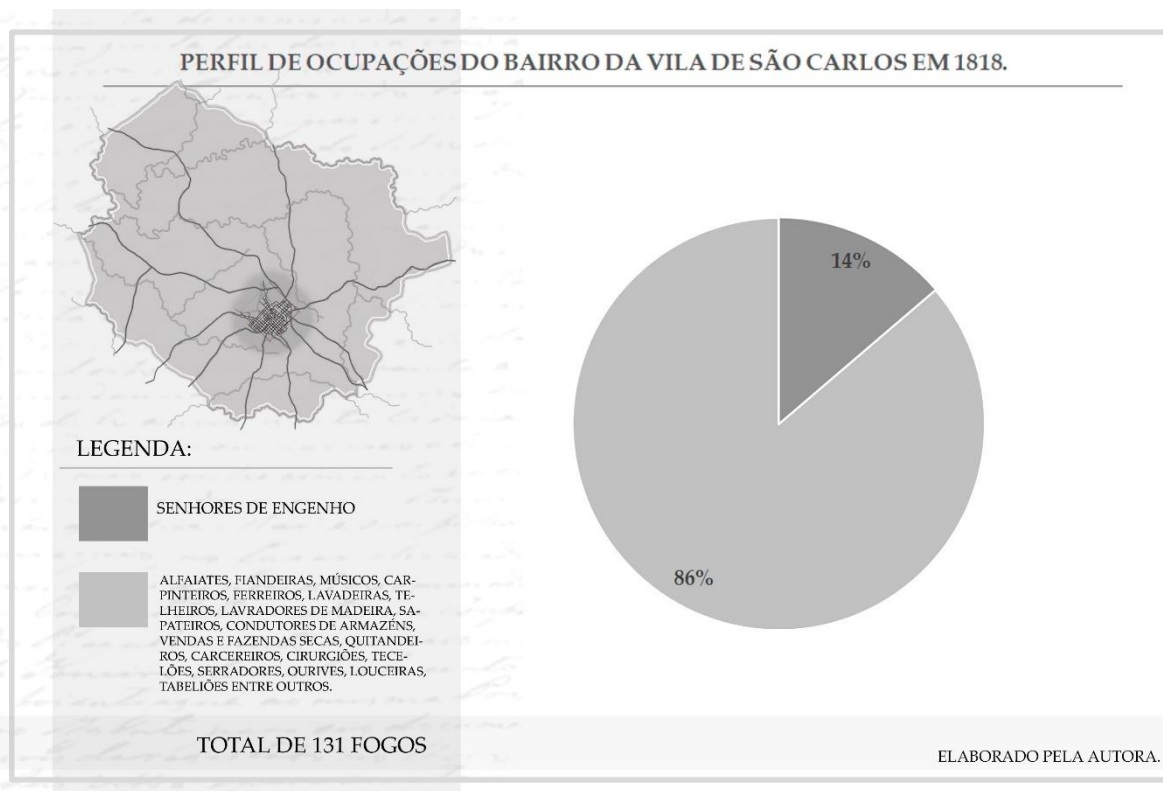


Gráfico 1. Perfil de ocupações do bairro da Vila de São Carlos em 1818. As ocupações foram levantadas a partir da lista nominativa de habitantes cruzadas com as informações do Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1818).

Esse sistema de orientação compreendia uma série de padrões comportamentais e de movimentação no espaço urbano, permitindo aos indivíduos se situarem, se locomoverem e se comunicarem através do referencial de localização (Corrêa, 2019, p. 108). Corrêa (2019) trata sobre essas “relações de orientação” dos indivíduos no território em seus estudos, remontando a uma hipótese da ocupação do bairro da vila de São Carlos, de 1815 a 1859, por meio das Cartas de Datas de Terra. Não somente a identificação dos bairros, mas também a noção espacial através do reconhecimento de marcos construídos, acidentes geográficos e relações binárias (do tipo longe e perto, acima e abaixo) reconhecidas por todos acabavam por organizar deslocamentos e orientavam os habitantes da vila (Corrêa, 2019, p. 109). Os documentos trazem esse sistema de orientação diluído no nome dos bairros, no reconhecimento nominal das propriedades e, como suscitado por Corrêa (2019), no pertencimento aos logradouros, na proximidade toponomástica e nas relações de vizinhança.

O trabalho de Corrêa (2019) trata exclusivamente do núcleo urbanizado, isto é, o bairro da vila e, conforme sua investigação, havia outros bairros em meio ao bairro da vila, a contar pelo bairro Alto, bairro das Campinas Velhas e o bairro de Santa Cruz.

O bairro das Campinas Velhas correspondia à região próxima ao núcleo inicial de ocupação da localidade, ou seja, ao primeiro pouso dos tropeiros. Referia-se a toda região mais baixa até a direção do caminho para o rio Atibaia, que dava nome ao córrego das Campinas Velhas. O bairro de Santa Cruz abrangia a região do entorno da capela de Santa Cruz, situada nas imediações de um dos três campinhos originais, marcando o ponto onde veio a se dar a bifurcação da estrada, que se dividia no sentido de Mogi Mirim e de Limeira. E, por sua vez, o chamado bairro Alto correspondia à região mais alta da cidade, nas proximidades da nascente do córrego do Tanquinho⁵⁹ (Corrêa, 2019, p. 111). Entre os caminhos que levavam às outras vilas, destaca-se, na figura 11, o caminho que conduzia à vila de São Paulo, à vila de Itu, à estrada que levava a vila de Constituição⁶⁰ e que conduzia a Mogi Mirim (percurso da antiga Estrada dos Goiases):

⁵⁹ Nas imediações do atual largo do Pará.

⁶⁰ Atual município de Piracicaba.

HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DO TERMO DA VILA DE SÃO CARLOS EM 1818

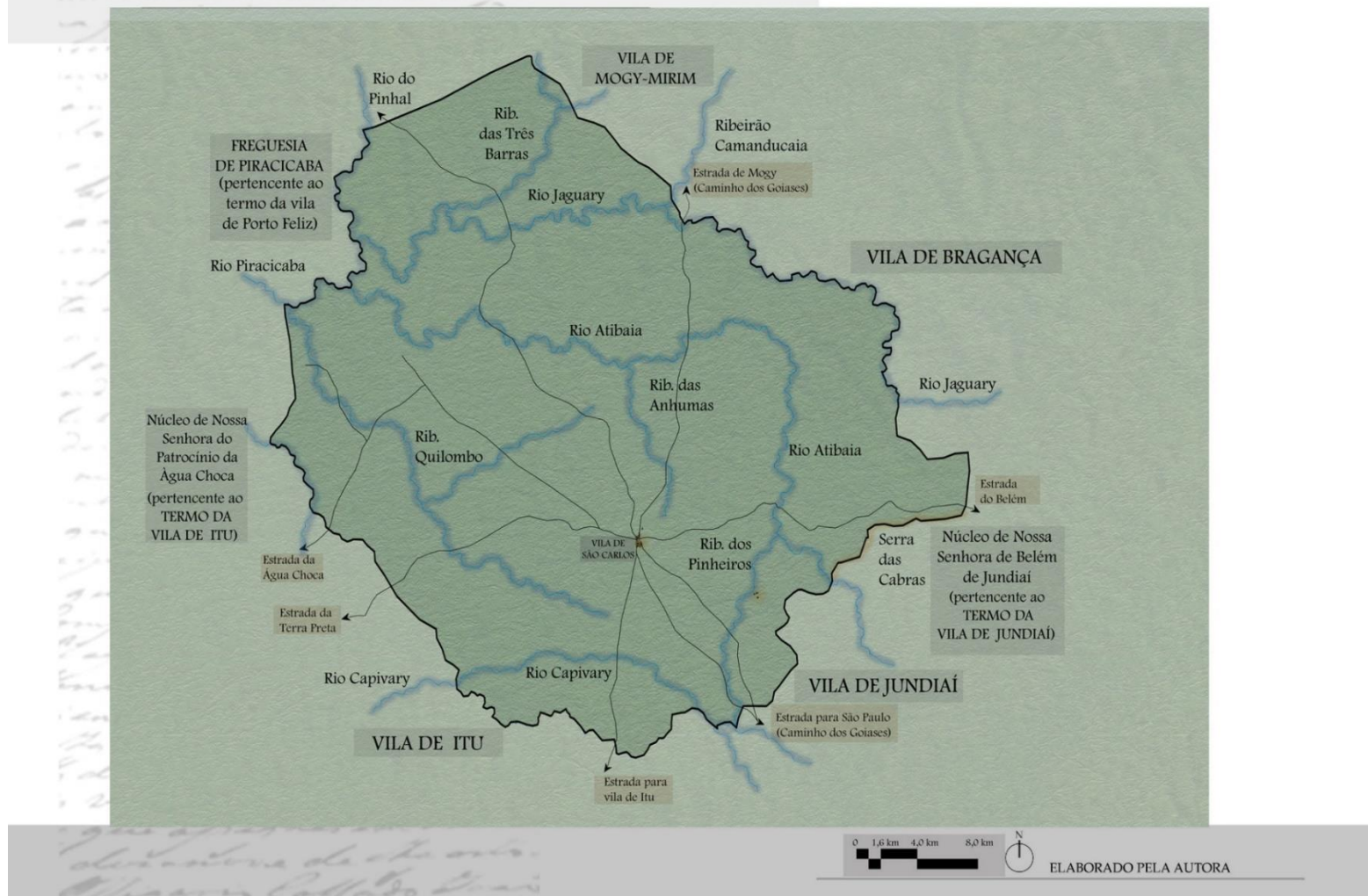


Figura 11. Hipótese de espacialização do termo da vila de São Carlos no ano de 1818. A reconstrução do termo da vila de São Carlos no ano de 1818 foi feita a partir do “Mappa do Município de Campinas de 1916”, que se encontra no livro “Monografia de Campinas, 1916 Typ. Casa Genoud”. Contudo, esse mapa não apresenta os referenciais geográficos que limitam o termo, e foram levantados elementos da toponímia para completar a interpretação (hidrografia e topografia).

A segunda companhia de ordenanças, em 1818, arrolou 79 fogos. Havia 20 senhores de engenho, nove lavradores, dez homens viviam de plantar arroz, cana e milho, quatro declararam possuir “fogos novos”, três viviam de jornais, um telheiro, um ferreiro, um carpinteiro, um sapateiro, dois “viviam de seus negócios”, um “vivia às custas da herança de seu pai”, um “vivia de esmolas” e outro “vivia de sua condução” (APESP, 1818). As atividades ligadas à terra predominavam na área recenseada pela segunda companhia, ou seja, era uma região rural do termo da vila (observar gráfico 2). Em 1817, os fogos correspondentes ao recenseamento da segunda companhia de ordenanças, em 1818, são correlatos aos bairros do Atibaia, Anhumas e Mato Dentro⁶¹ (APESP, 1817). Compreendiam uma região de ocupação mais antiga, dentro do termo da vila, pois os bairros do Atibaia e das Anhumas foram os primeiros registrados em 1797 (APESP, 1797).

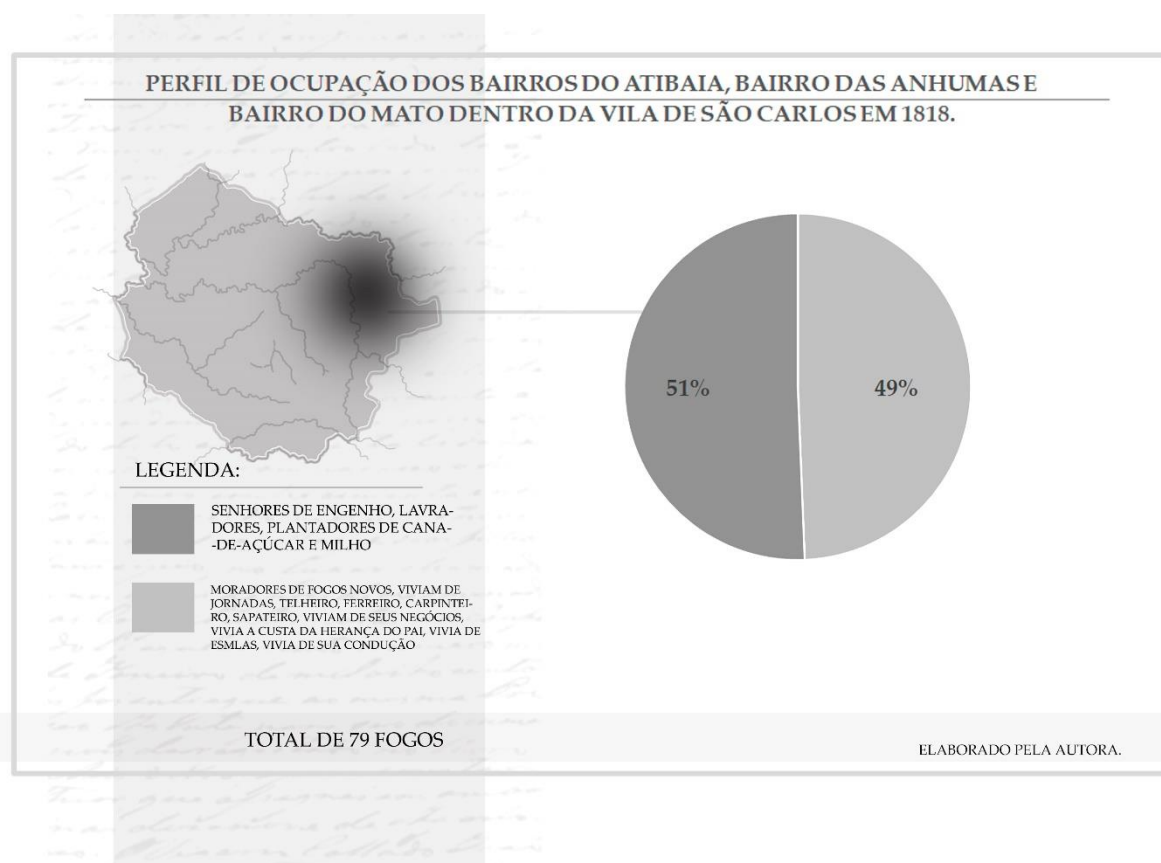


Gráfico 2. Perfil de ocupações dos bairros do Atibaia, bairro das Anhumas e bairro do Mato Dentro, na vila de São Carlos, em 1818. As ocupações foram levantadas a partir da lista nominativa de habitantes cruzada com as informações do Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1818).

⁶¹ A este aspecto, é notório um padrão entre o recenseamento realizado nas duas listas nominativas de habitantes (1817 e 1818), sendo mantida a área geográfica levantada.

Junto da segunda companhia de ordenanças, em 1818, foram arrolados os fogos de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, com o número 55, situado no bairro das Anhumas, e de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, listado como número 60, situado no bairro do Mato Dentro (APESP, 1817; 1818). Os irmãos Aranha são os primeiros indivíduos da família Souza Aranha a se estabelecerem em terras da vila. A proximidade entre os fogos, constatada na numeração do recenseamento, envolvia a complexa lógica geográfica por trás do documento, já que a sequência dos fogos não se mantinha de um ano para outro, dificultando o processo padronização dos possíveis trajetos seguidos para realizar os recenseamentos (Bacellar, 2008, p. 129). Contudo, ter os fogos arranjados dentro de uma mesma companhia de ordenanças, ou de uma mesma esquadra, sinalizava a proximidade entre as propriedades. Seguindo essa premissa, as propriedades dos irmãos Aranha, ainda que situadas em bairros diferentes, possuíam certa proximidade.

Ambos tiveram suas propriedades declaradas junto ao Tombamento de Bens Rústicos: o padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo era residente em sua propriedade denominada Atibaia, que contava com 750 braças de testada, 1500 braças de sertão e possuía cultura a partir da mão de obra de 40 escravizados (APESP, 1818, p. 01v)⁶². Já o tenente coronel Joaquim Aranha de Camargo era residente em sua propriedade situada no bairro do Mato Dentro, com 750 braças de testada e 100 braças de sertão, onde a cultura era feita a partir de seus 28 escravizados (APESP, 1818, p. 02).

⁶² Como explorado por Ribeiro (2016), as terras do “entre rios” já haviam sido ocupadas ao final do século XVIII. Nessa obra, foram feitas hipóteses espaciais para quatro sesmarias situadas nessa região, e o sítio do Atibaia, pertencente a José Francisco Aranha Barreto de Camargo, se encontraria em terras da antiga sesmaria liderada pelo consórcio de José Fernandes de Almeida, José Barros Fajardo, José Rodrigues Almeida, Joaquim José Rosa e Manuel Rodrigues Barros (Ribeiro, 2016, p. 161). De acordo com o inventário das fazendas na região do entre rios, as terras da antiga sesmaria se converteram na “fazenda Atibaia”. Contudo, a fazenda “Atibaia”, ou “Fazendinha”, apresentada pela autora foi outrora pertencente ao brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz e não o sítio de José Francisco Aranha Barreto de Camargo. Uma provável confusão sobre a localização dessas propriedades pode ter ocorrido na obra de Ribeiro (2016), pois é trazido todo o histórico referente à propriedade de Luiz Antônio de Souza Queiroz, localizada em terras do engenho de José Francisco. Na análise do Tombamento dos Bens Rústicos, ficou perceptível que encontrar propriedades rurais com identificações nominais semelhantes era uma realidade, em decorrência do sistema de orientação baseado essencialmente em elementos da toponímia (Corrêa, 2019). Assim, encontrar mais de uma propriedade rural nomeada como “Atibaia” em meio a essa região não era incomum. A fazenda “Atibaia” do brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz se tratava, segundo Pupo (1983, p. 165), de um latifúndio herdado pelo seu filho Vicente de Souza Queiroz e sua esposa, Francisca de Paula Souza Queiroz, posteriormente condecorados como barão e baronesa de Limeira. Com o falecimento de Vicente, a viúva Francisca passou a administrar o latifúndio em sociedade com seus filhos.

Apesar da sequência de identificação das propriedades no Tombamento de Bens Rústicos ser distinta daquela da lista nominativa de 1818, algumas relações podem ser traçadas. Bacellar e Teixeira (2016, p. 121) trazem que, entre os moradores mais antigos, tanto do bairro do Mato Dentro quanto do Atibaia, foram sesmeiros das terras na região que corresponde atualmente aos distritos de Sosas e Joaquim Egídio. Conforme o arranjo espacial adotado no arrolamento de 1818, as terras onde os distritos se encontram diziam respeito, provavelmente, ao levantamento feito pela segunda companhia de ordenanças.

Os sesmeiros em questão – Claudio Furquim de Campos, Ângelo Cordeiro do Amaral, João Monteiro de Oliveira, João Francisco de Camargo Pimentel, Francisco Xavier da Rocha e José Domingues da Rocha – mediante consórcio, em 1796, justificaram a concessão, pois “moravam à beira do rio Atibaia” (APESP, 1994, p.111). Uma parte dessas terras mais tarde foi adquirida pelo brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiroz e outra pelo capitão Joaquim José Teixeira Nogueira, para estabelecimento de seus engenhos de açúcar (Bacellar e Teixeira, 2016, p. 122).

A trajetória de fixação dos primeiros membros dos Souza Queiroz foi semelhante à da família Souza Aranha, conforme Amoroso (2016). Um dos personagens de maior destaque foi o brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiroz, que, segundo a autora, fez fortuna no Brasil, inicialmente levando tropas de burros com mantimentos para os garimpeiros de Cuiabá. Conforme Amoroso (2016, p. 68), o brigadeiro foi pioneiro no desenvolvimento da economia paulista, introduzindo na província um sistema de crédito bancário rudimentar. Essas aplicações de capital na região, desconhecidas até então, renderam-lhe rápida fortuna.

Em 1818, Luiz Antônio de Souza Queiroz era o principal produtor de açúcar da vila (IBGE, 1952, p. 220), onde administrava seu engenho Atibaia, que produzia açúcar, aguardente, milho e contava com a mão de obra de 57 escravizados (APESP, 1818). Essa propriedade foi adquirida por meio de compra dos proprietários do antigo consórcio da sesmaria (Pupo, 1983, p. 142). Arrolado na segunda companhia de ordenanças, a fazenda do brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz contava com 1.080 braças de testada e 1.300 braças de sertão (APESP, 1818). A propriedade, denominada Atibaia, situava-se no bairro do Mato Dentro, sob administração de Joaquim Barbosa, pois Luiz Antônio de Souza Queiroz residia na cidade de São Paulo. Ademais, possuía outras cinco propriedades declaradas em 1818: Tapera, Santo Antônio, Monjolinho, Quilombo e Palmeira, que somavam 249 escravizados (APESP, 1818). Em suas vindas à vila de São Carlos, acomodava-se no engenho do Quilombo

(sua maior propriedade)⁶³. Dessa forma, além das grandes extensões de terra situadas entre as bacias hidrográficas dos rios Atibaia e Jaguari, era comum determinadas famílias possuírem latifúndios em outras localidades, dentro do termo da vila (Ribeiro, 2016, p. 214).

Produzir açúcar se tornou um empreendimento para essas famílias, e possuir várias propriedades assegurava prosperidade. De acordo com Bacellar (1997) e Amoroso (2016), possuir engenhos era a “grande meta” de elite senhorial em formação. Ainda que o sistema de sucessão genealógica das estruturas fundiárias fosse inicial, a nova economia de exportação acarretou mudanças na sociedade, principalmente na estrutura familiar, e trouxe a preocupação de como fortalecer o patrimônio à medida que as fortunas cresciam (Amoroso, 2016, p. 80).

A terceira companhia de ordenanças recenseou 130 fogos em 1818. Os indivíduos que ali residiam eram: senhores de engenho, agricultores, lavradores, “jornaleiros”, outros “viviam de suas plantas”, “viviam de suas tropas” e 11 moradores eram “novos” na vila (APESP, 1818). Atividades ligadas à lavoura predominavam nessa área, se tratando de uma área rural dentro do termo da vila (observar gráfico 3). Trinta moradores nada colheram nesse ano, indicando, possivelmente, uma ocupação nova e rarefeita. Entre os principais chefes de fogo arrolados na terceira companhia, destacava-se Joaquim Antônio de Arruda, senhor de engenho de açúcar, residente da propriedade nomeada Tapera, segundo o Tombamento de Bens Rústicos (APESP, 1818). As terras da Tapera, mais tarde, foram repartidas em diversas fazendas, como a Samambaia, São Pedro, Contendas e Rosário⁶⁴ (Pupo, 1983, pp. 136-137).

⁶³ A propriedade do Quilombo contava com 1.000 braças de testada e 2.250 braças de sertão (APESP, 1818, p.3v).

⁶⁴ Todas as propriedades situadas no atual município de Valinhos- SP, região do antigo pouso dos Pinheiros.

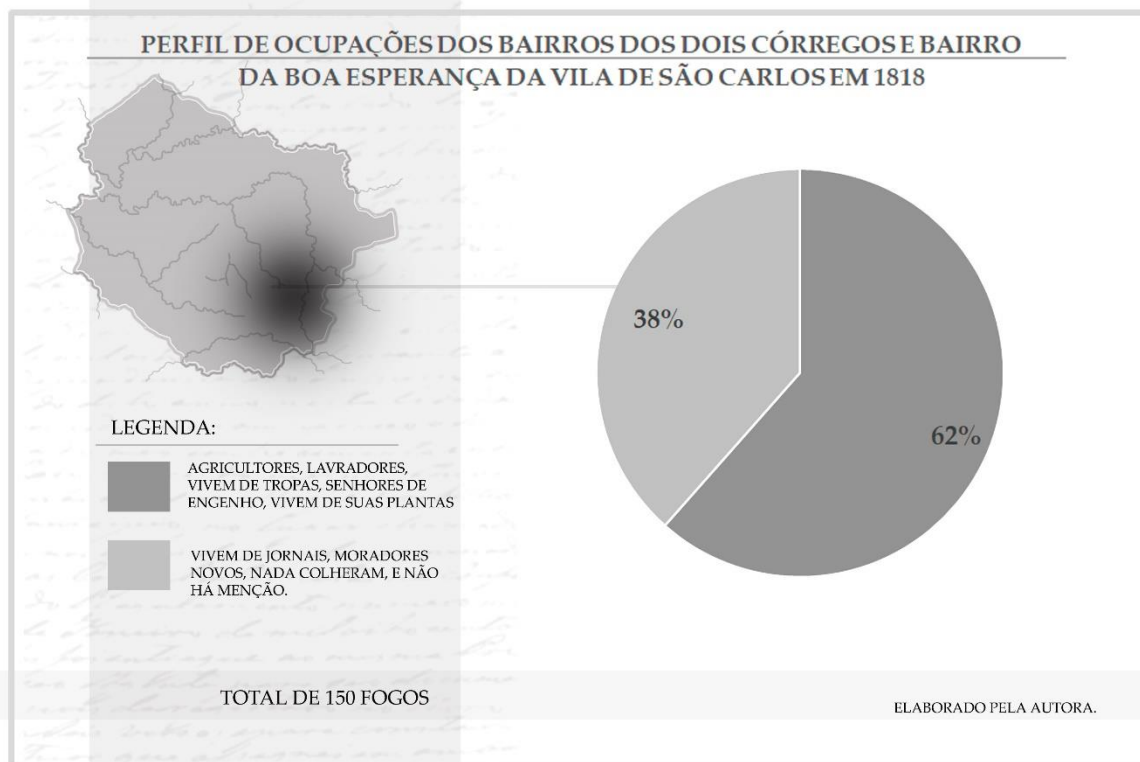


Gráfico 3. Perfil de ocupações dos bairros dos Dois Córregos e bairro da Boa Esperança, na vila de São Carlos em 1818. As ocupações foram levantadas a partir da lista nominativa de habitantes cruzadas com as informações do Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1818).

O engenho Tapera, de Luiz Antônio de Souza Queiroz, mencionado anteriormente, possuía 1.500 braças de testada e 1.500 braças de sertão. Com 61 escravizados, plantava-se cana-de açúcar na propriedade que se situava cerca do antigo pouso dos Pinheiros (APESP, 1818). Em 1810, o engenho de Luiz Antônio de Souza Queiroz foi mencionado no ofício realizado pelo sargento-mor da vila de São Carlos, Joaquim Duarte do Rego. Tal ofício dirigia-se à câmara local e foi enviado à ciência da capitania de São Paulo, solicitando melhorias de estradas e caminhos que conectavam o bairro da vila ao pouso dos Pinheiros:

Conto na respeitável presença de V. Exc.^a os papeis que foi v. Exc.^a servido dirigir-me para serem registrados na Câmara desta vila, os quais trouxe pessoalmente e tudo se cumpriu conforme v. Exc.^a determinou: vai igualmente a Carta da Câmara e um Mapa em sombra do qual se vê todas as mudanças que têm tido este caminho desde que o Coronel comprou aquele Engenho. O Capitão Felipe Neri me disse que fazendo medição achou diferença da que eu fiz dezessete braças mais ou menos; isto se deve atribuir a alguns atalhos e veredas que eles fizeram para atalhar alguns passos e com efeito ainda, sendo o

Caminho velho mais longe trezentas e tantas braças, e assim mesmo se transita em mais breve espaço do que pelo novo por melhor como V. Exc.^a observou, e sendo verdade que este excesso que tem demais procede das mudanças que se tem feito como teve do mapa, que sendo por onde foi desde o seu princípio e com alguns atalhos, beneficia sem dúvida e é mais perto e melhor que o novo. Ofereço a v. Exc.^a a minha completa obediência. Deos guarde a v. Exc.^a muitos anos. Villa de São Carlos, 26 de maio de 1810. De V. Exc.^a. Súdito Obediente Joaquim Duarte do Rego (APESP, 1810).

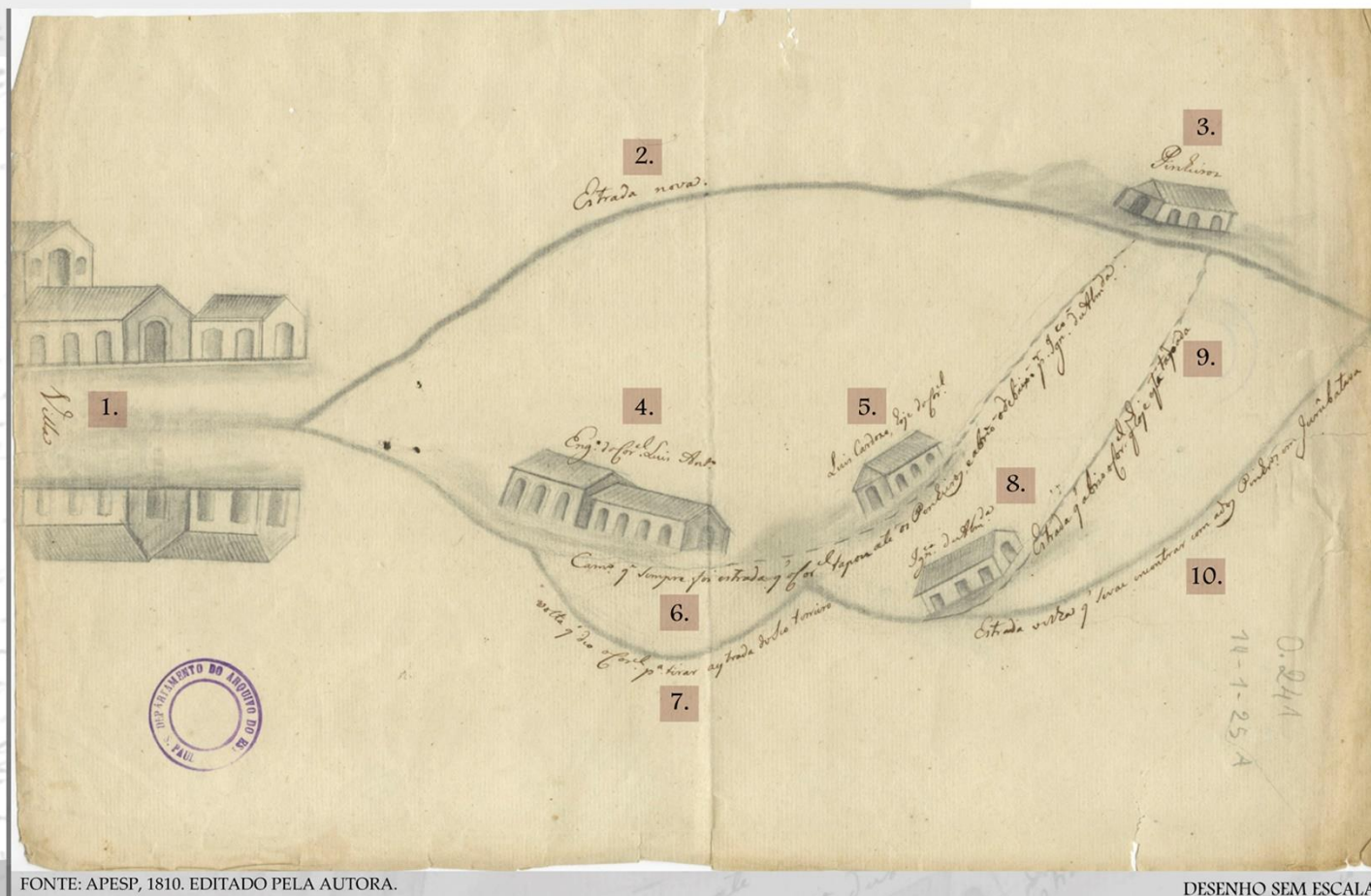
No mapa encaminhado em anexo ao ofício de 1810 (observado na figura 12), foram representados o “caminho velho” e o “caminho novo”⁶⁵. Além do mais, na carta foi justificada a necessidade da manutenção do caminho velho, pois a falta de servidão e conservação causava moléstias aos moradores:

[...] esperamos vigor e estável firmeza na sábia resolução de v. Exc.^a na conservação do caminho velho, atendendo os trabalhos e fadigas que o novo oferecia aos viajantes, gravíssimos incômodos aos moradores, e a suave e fácil translação do velho de cuja posse gozamos pacificamente muitos anos (APESP, 1810).

⁶⁵ A denominação “Mapa em sombra” foi adotada a partir da terminologia utilizada originalmente no documento.

MAPA EM SOMBRA QUE LEVAVA AO POUSO DOS PINHEIROS (1810)

1. VILA DE SÃO CARLOS.
2. ESTRADA NOVA.
3. POUSO DOS PINHEIROS.
4. ENGENHO DO CORONEL LUIZ ANTÔNIO.
5. LUIZ CARDOSO HOJE CORONEL.
6. O CAMINHO QUE SEMPRE FOI DA ESTRADA QUE O CORONEL TAPOU ATÉ OS PINHEIROS E ABRIU DEBAIXO POR IGNÁCIO DE ALMEIDA.
7. VOLTA QUE DEU O CORONEL PARA TIRAR A ESTRADA DO SEU TERRENO.
8. IGNÁCIO DE ALMEIDA.
9. ESTRADA QUE ABRIU O CORONEL, E HOJE ESTÁ TAPADA.
10. ESTRADA VELHA QUE VAI SE ENCONTRAR COM A DOS PINHEIROS EM JURUBATUVA.



FONTE: APESP, 1810. EDITADO PELA AUTORA.

DESENHO SEM ESCALA

Figura 12. Mapa em sombra da vila de São Carlos ao Pousos dos Pinheiros, 1810. Fonte: Acervo Cartográfico APESP.

A análise espacial da área referente ao recenseamento da terceira companhia de ordenanças revela uma possível correlação entre os fogos arrolados e as propriedades declaradas no Tombamento de Bens Rústicos, bem como o entendimento de quais bairros se situavam nesta porção do termo da vila próximo do pouso dos Pinheiros.

No Tombamento de Bens Rústicos, havia terras de diferentes proprietários, mas que foram alistadas com o mesmo nome, como o caso de cinco propriedades declaradas como “Dois Córregos”⁶⁶. Entre elas, estava a propriedade de Maria Custódia de Oliveira, viúva de João Camargo Pimentel, agricultora cuja propriedade, de 400 braças de testada e 1.500 braças de sertão, produziu açúcar e aguardente em 1818 (APESP, 1818). Em 1797, seu marido havia recenseado seu fogo junto ao bairro dos Dois Córregos (APESP, 1797).

Nove fogos descritos, na lista nominativa, foram declarados no Tombamento de Bens Rústicos como propriedade Atibaia e, entre seus proprietários, constavam: José da Cunha Paes Leme, Antônio Pereira, Francisco José Vilela, Tomaz Cardoso, Leandro Antônio Pinto, Izabel Maria Cardoso, Antônio Pereira, João de Siqueira Leme e Antônio de Godoy Lima (APESP, 1818). A menção nominal Atibaia pode ser atribuída a localização correlata ao bairro do Atibaia ou à proximidade do rio, que percorria uma porção considerável do território. Contudo, ao que a análise documental indica, o bairro do Atibaia possivelmente condizia com o levantamento realizado pela segunda companhia de ordenanças. Pupo (1908, p. 121) já alertara, em seus estudos, que usar a localização de uma propriedade ou fogo como Atibaia não traduzia uma localização precisa, pois poderia corresponder a todo o percurso do rio, que era longo e sinuoso, implicando em localizações geográficas distintas. Ao passo que a área geográfica correspondente ao levantamento realizado pela terceira companhia de ordenanças compreendia, provavelmente, à porção nordeste do termo (antigo pouso dos Pinheiros), abrangendo os bairros dos Dois Córregos e parte do bairro da Boa Esperança. Além do mais, era limítrofe com a segunda companhia e, portanto, confrontava com o bairro do Mato Dentro.

Na quarta companhia de ordenanças, 114 fogos foram recenseados, e a população que ali residia era formada por senhores de engenho, muitos agricultores, um indivíduo que “vivia de seus jornais”, carpinteiros, tropeiros, alguns moradores novos e quatro indivíduos ditos como “pobres” (APESP, 1818). Em suma, havia um predomínio de profissões ligadas à terra nesta porção do termo (gráfico 4). As culturas de milho, feijão, arroz e algodão eram numericamente superiores à cultura da cana-de-açúcar (APESP, 1818). O número de escravizados arrolados nos fogos era bem

⁶⁶ Os bens rústicos de Francisco José de Camargo, Maria Custódia de Oliveira, Maria Corrêa de Oliveira, José Gomes e José Antônio, eram todas nomeadas como “Dois Córregos”, sendo propriedades listadas sequencialmente no documento (APESP, 1818, p. 02).

reduzido, se comparado a outras companhias da vila, sítio sugerindo que se tratar de uma região onde as propriedades eram menores no porte da produção, porém coexistiam em maior número.

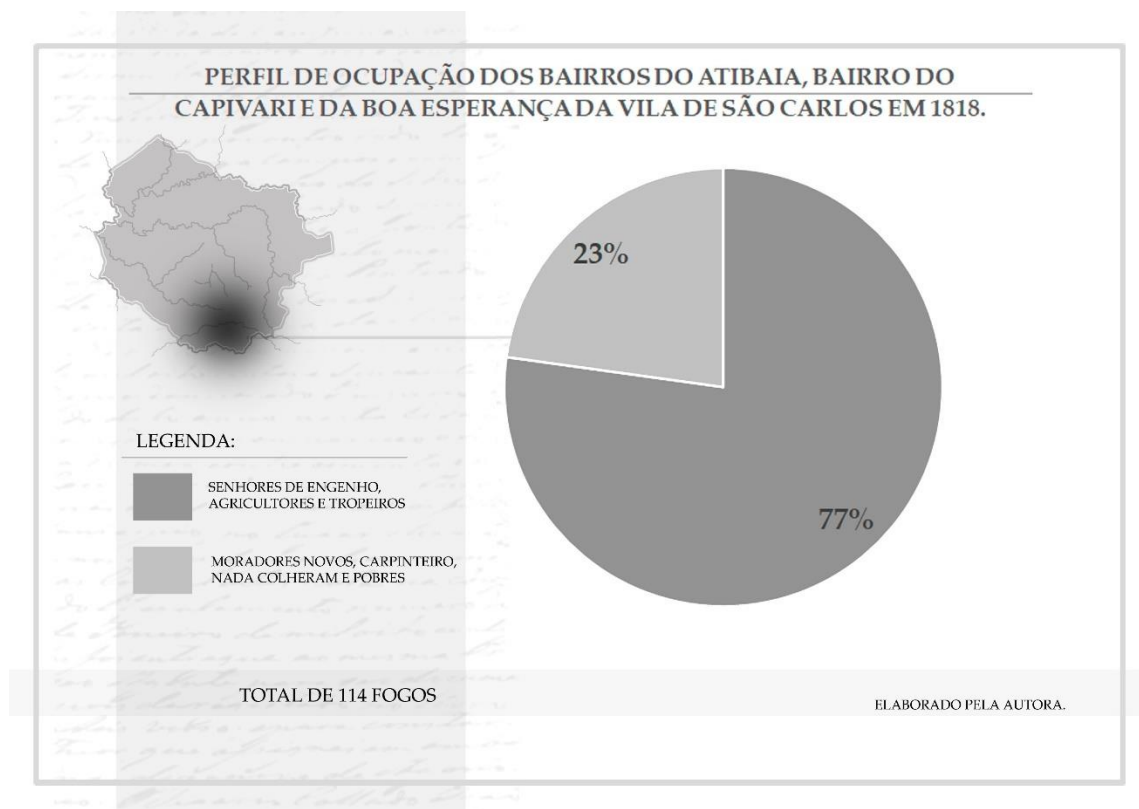


Gráfico 4. Perfil de ocupações dos bairros do Capivari e bairro da Boa Esperança, na vila de São Carlos, em 1818. As ocupações foram levantadas a partir da lista nominativa de habitantes cruzadas com as informações do Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1818).

Igualmente à situação supramencionada para as propriedades denominadas Atibaia, ocorreu para aquelas nomeadas como Capivari, sugerindo a referência ao curso do ribeirão do Capivari, que atravessava a porção sudoeste do termo da vila. O cruzamento documental com listas nominativas precedentes a 1818, apontou que essas propriedades se inseriram no bairro do Capivari. É o caso da propriedade do agricultor Francisco Lourenço, que plantava milho na vila desde 1797 e que, durante dez anos, não possuiu escravizados e assegurou a produção de seu latifúndio a partir do empenho de seus sete filhos, frutos de seus dois casamentos⁶⁷ (APESP, 1797; 1818).

Os senhores de engenho residentes eram o capitão Rafael de Oliveira Cardoso, Joaquim da Silva Leme, Joaquim Antônio Moraes, o tenente José Rodrigues Ferraz do

⁶⁷ Em 1797, Francisco Lourenço era viúvo e possuía três filhos. Após 21 anos, atestou-se casado com sete filhos (APESP, 1797; 1818).

Amaral, dona Ana Maria Cordeiro Novaes e dona Anna Baptista de Matos⁶⁸ (APESP, 1818). O tenente José Rodrigues Ferraz do Amaral era natural da vila de Itu e possuía 76 escravizados. Residia em sua propriedade de 2.800 braças de testada e 1.900 braças de sertão, que contava com a produção de açúcar e aguardente, identificada como Sete Quedas, arrolada em 1797 junto ao bairro do Capivari. Adquiriu a escritura formal de compra da propriedade em 1802, lavrada como um sítio e terras pertencentes à paragem chamada Sete Quedas, que faziam divisa, pelo lado que levava à estrada de Itu, com Francisco Pedroso de Lima⁶⁹ (Pupo, 1983, p. 141). A propriedade Sete Quedas, segundo Pupo (1983, p.205), se situava no bairro da Boa Esperança⁷⁰. Os fogos recenseados em 1818, correspondentes àqueles denominados no Tombamento de Bens Rústicos como "Boa Esperança", foram listados na terceira companhia de ordenança, ao invés da quarta, como seria de esperar. Os dados coletados sugerem a hipótese de que a terceira companhia de ordenanças fazia fronteira com a quarta companhia e, possivelmente, o limite entre as duas era demarcado pela estrada de Itu. Isso explicaria a "inconsistência" na contagem desses fogos relacionados a companhias distintas, conforme observado no levantamento realizado.

A consulta regressiva às listas nominativas de habitantes revelou que a lógica espacial adotada na divisão das companhias de ordenança variava com o passar dos anos, de acordo com o crescimento populacional e a ocupação do termo da vila. Com o aumento anual no número de fogos, se fazia necessário ampliar a quantidade de companhias a fim de dar conta do levantamento de todo o termo, alterando, por vezes, a lógica de quais bairros se inseriram em cada área pertencente a cada companhia. Entretanto, ainda que adotar um padrão comum ao desenvolvimento espacial dos recenseamentos seja difícil, a proximidade entre os bairros recenseados e a sequência das companhias demonstravam relações relevantes, a contar pela proximidade entre os fogos relacionados ao bairro da Boa Esperança e ao bairro do Capivari. Em 1804, os dois bairros foram arrolados pela quarta companhia de ordenanças, enquanto, no ano seguinte, não houve menção ao bairro do Capivari.

⁶⁸ Dona Anna Maria Cordeiro Novaes, em 1817, foi alistada como "senhora de engenho nova", em função do falecimento de seu marido, Custódio Manoel Alves, em 1816. Já em 1818, possuía 41 escravizados em seu latifúndio, que produzia de açúcar e aguardente. (APESP, 1816; 1817; 1818). Já Dona Anna Baptista de Matos, viúva, em 1817 foi registrada como "senhora de engenho nova", possuindo, em 1818, 20 escravizados em seu engenho de açúcar e aguardente (APESP, 1817; 1818). Essa propriedade, em sua origem, era parte da propriedade Sete Quedas, de José Rodrigues Ferraz do Amaral. A propriedade continuou como propriedade de José Rodrigues mesmo após o desmembramento de outras fazendas oriundas do mesmo latifúndio (Pupo, 1983, p. 205).

⁶⁹ Francisco Pedroso de Lima era um dos 22 indivíduos que declararam propriedade como Capivari junto ao Tombamento dos Bens Rústicos (APESP, 1818).

⁷⁰ Para Pupo (1983, p. 124), o bairro da Boa Esperança se localizava próximo da estrada que levava à vila de Itu.

A quinta companhia de ordenanças levantou 149 fogos em 1818⁷¹. Entre as ocupações dos chefes de fogos recenseados, constavam: quatro senhores de engenho, 100 agricultores, cinco alegavam “nada ter colhido”, 31 “moradores novos”, e nove indivíduos “viviam de esmolas” (APESP, 1818). Tal como observado para a área correspondente ao recenseamento realizado pela quarta companhia, o perfil dos habitantes dessa região revelava o predomínio da produção de gêneros agrícolas, além da produção açucareira, como milho, feijão, arroz e algodão (gráfico 5). Em meio aos quatro senhores de engenho, destacavam-se o capitão José Antônio do Amaral, o alferes João Manoel Amaral, o capitão Francisco de Paula Camargo e Ignacio Cabral de Camargo (APESP, 1818).

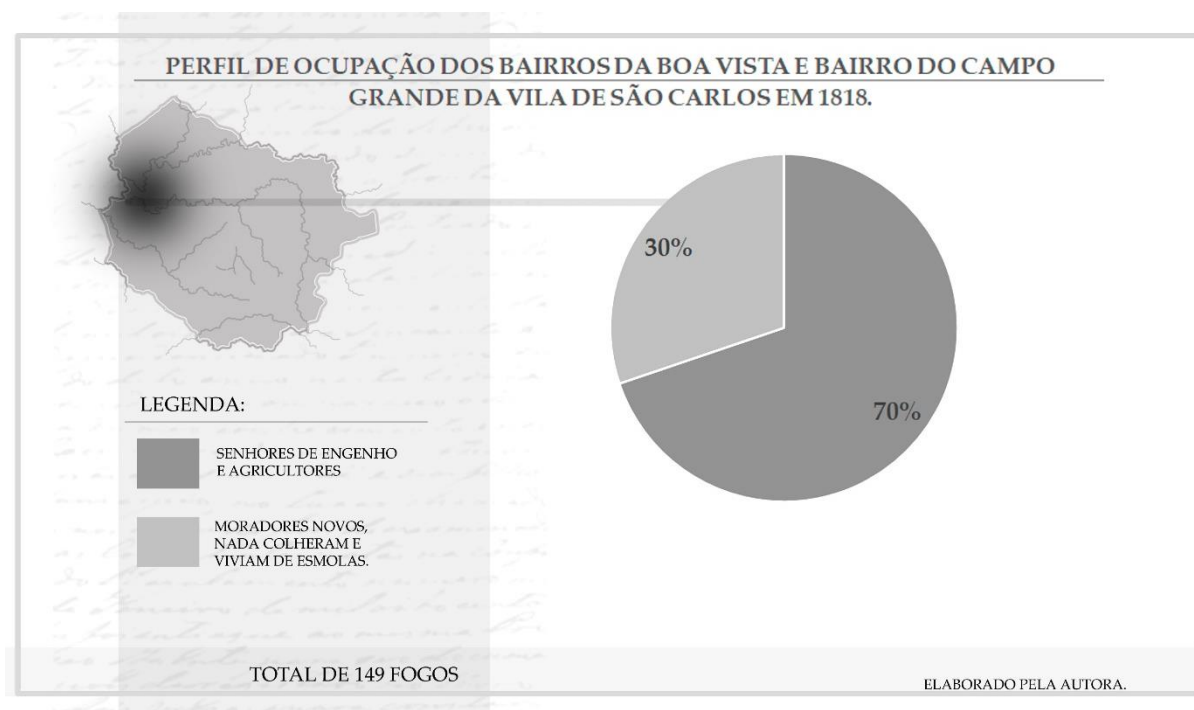


Gráfico 5. Perfil de ocupações dos bairros da Boa Vista e bairro do Campo Grande, na vila de São Carlos, em 1818. As ocupações foram levantadas a partir da lista nominativa de habitantes cruzadas com as informações do Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1818).

João Manoel Amaral era produtor de açúcar, com 20 escravizados em sua propriedade Sítio Alegre, que possuía 1.500 braças de testada e 1.500 braças de sertão (APESP, 1818). Em 1797, sua propriedade foi arrolada no bairro do Capivari, sendo essa adquirida por meio de concessão de sesmária mediante consórcio com outros sesmeiros, como Domingos da Costa Machado e José Antônio do Amaral. Tratava-se de terras devolutas, sendo parte localizada acima do rio Atibaia, com duas léguas de

⁷¹ Recenseada a mando do capitão José Antônio do Amaral, senhor de engenho que possuía 52 escravizados na propriedade Bom Jardim, declarada com 750 braças de testada e 1.500 braças de sertão (APESP, 1818).

sertão que desembocavam no rio Jaguari (APESP, 1994, p. 123). Conforme Pupo (1983, p. 148) as terras dessa sesmaria não foram cultivadas até 1799, sendo parte vendida a outros latifundiários, como Manoel Teixeira Vilela, dando origem ao engenho do Salto Grande. O capitão Francisco de Paula Camargo produzia açúcar por meio de 51 escravizados em sua propriedade declarada com 750 braças de testada e 1.500 braças de sertão, nomeada como Cachoeira, no bairro das Anhumas. Já o senhor Ignacio Cabral de Camargo era natural da vila de São João de Atibaia e estabeleceu engenho com produção de aguardente e oito escravizados. Seu latifúndio foi declarado com 750 braças de testada e 1.500 braças de sertão, localizada no bairro do Atibaia e nomeada como Pau a Pique, segundo o Tombamento de Bens Rústicos (APESP, 1797; 1818).

A maneira pela qual muitas propriedades foram nomeadas nas declarações feitas no Tombamento de Bens Rústicos, a contar pelas situações apontadas acima, não auxiliam na detecção precisa de onde se localizavam para construir uma hipótese de reconstrução do território da vila de São Carlos. A identificação nominal adotada para os casos acima descritos diz respeito a elementos de difícil identificação espacial, sendo necessário ampliar a análise aos casos dos agricultores arrolados na quinta companhia de ordenanças. João Antônio do Vale (ou grafado como Valente) era agricultor, possuía 12 escravizados na produção de milho, arroz e feijão na propriedade declarada com 1.500 braças de testada e 1.500 braças de sertão, nomeada como Boa Vista, possivelmente, referindo-se ao bairro da Boa Vista (APESP, 1818). Além de João Antônio do Vale, outros cinco agricultores declararam suas propriedades como Boa Vista, reforçando a identificação espacial do bairro⁷². Dessa forma, o bairro da Boa Vista situava-se, portanto, na lógica espacial aferida pela quinta companhia.

A propriedade do agricultor Manoel Cardoso de Gusmão, produtor de milho e feijão, foi declarada com 750 braças de testada e 750 braças de sertão e nomeada como Terra Preta. A mesma nomenclatura foi utilizada por Manoel Mendes de Godoy ao declarar suas terras (APESP, 1818). A menção de Terra Preta condizia com a estrada da Terra Preta, caminho que conectava o bairro da vila de São Carlos ao pouso de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca, pertencente ao termo da vila de Itu.⁷³ A estrada da Terra Preta se situava na porção sudoeste do termo da vila de São Carlos, e é provável que as testadas das propriedades de Manoel Cardoso de Gusmão e Manoel Mendes fossem voltadas para a estrada. João Rodrigues Antunes, Antônio Leite e Antônio da Costa Medeiros declararam suas posses no Tombamento de Bens Rústicos

⁷² Eram Antônio de Lima, Antônio Moreira da Costa, Manoel Fernandes Campos, Serafino Lopes e Francisco de Paula (APESP, 1818).

⁷³ Trata-se do atual município de Monte Mor, elevado à freguesia em 1832 e popularmente conhecido como “capela curada de Nossa Senhora do Patrocínio de Água Choca”. Disponível em: <https://bit.ly/47MJNWf>. Acesso jun. 2021.

como Campo Grande. Eram agricultores e produziam milho e feijão, além de residentes em suas propriedades situadas no bairro do Capivari (APESP 1797; 1818). O recenseamento, realizado em 1803, sugere uma proximidade geográfica entre bairros situados na área pertencente à quinta companhia de ordenanças, uma vez que foi iniciado o levantamento dos fogos do bairro da Boa Vista, sequenciado pelo bairro da Boa Esperança e Campo Grande (APESP, 1803).

A sexta companhia de ordenanças arrolou 104 fogos em 1818⁷⁴, destacando as seguintes ocupações dos habitantes: 29 senhores de engenho, 16 agricultores, dois indivíduos “plantavam cana”, quatro “viviam de suas plantas”, sete justificaram que “viviam de favores”, 35 “viviam de seus jornais”, cinco “viviam de esmolas”, dois eram moradores novos, um registrou-se como “doente”, um não possuía ocupação definida e dois “viviam de seus ofícios de carapina⁷⁵” (APESP, 1818). As ocupações levantadas revelam que as atividades agrárias (gráfico 6) e, principalmente, a lavoura açucareira predominavam nessa área do termo da vila, possuindo, dentre as seis companhias, o maior número de engenhos identificados⁷⁶.

⁷⁴ A sexta companhia de ordenanças era organizada pelo capitão Manoel Ferraz de Campos, senhor de engenho, possuidor de 50 escravizados em sua propriedade produtora de açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão (APESP, 1818).

⁷⁵ Eram carpinteiros.

⁷⁶ Contudo, atenta-se para um expressivo número de habitantes que não possuía uma ocupação determinada.

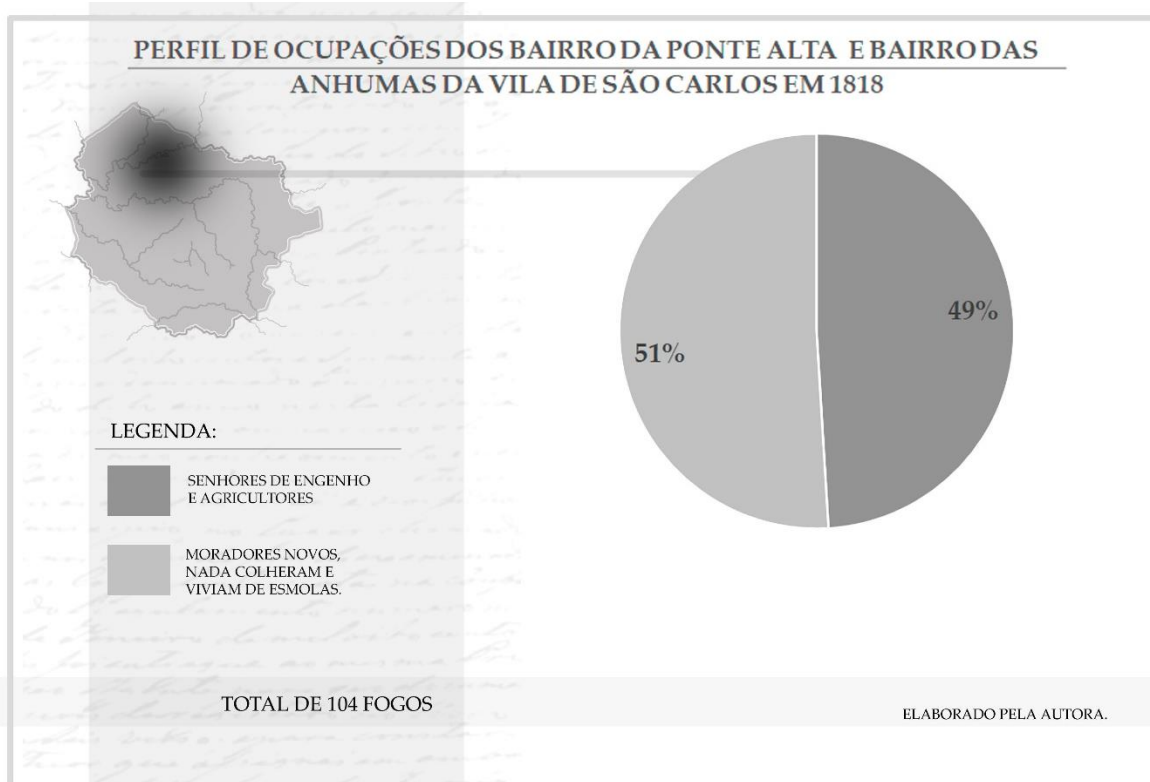


Gráfico 6. Perfil de ocupações dos bairros da Ponte Alta e bairro das Anhumas, na vila de São Carlos, em 1818. As ocupações foram levantadas a partir da lista nominativa de habitantes cruzadas com as informações do Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1818).

Três dos engenhos que produziam açúcar, aguardente, milho e feijão pertenciam ao coronel Luiz Antônio de Souza Queiroz e contavam com administração respectivamente de José Gomes, José Antônio e Melchior Rodrigues de Oliveira (APESP, 1818). O engenho administrado por José Gomes possuía 35 escravizados, foi declarado como Santo Antônio, e contava com 750 braças de testada e 750 braças de sertão. A propriedade administrada por José Antônio contava com 72 escravizados, declarada como engenho Monjolinho. E aquele cujo administrador era Melchior Rodrigues, declarado com 1.000 braças de testada e 2.250 braças de sertão, possuía 48 escravizados e foi nomeado como Quilombo (APESP, 1818). Ao que indica Pupo (1983, p. 188), a propriedade do Quilombo situava-se perto da atual estrada da Rhodia, caminho que conecta os atuais municípios de Campinas e Paulínia, passando pelo distrito de Barão Geraldo. A partir dessas identificações, a área condizente com o recenseamento realizado pela sexta companhia de ordenanças correspondia à parcela noroeste do termo da vila de São Carlos.

Dois engenhos pertenciam ao coronel Francisco Antônio de Souza, irmão do coronel Luiz Antônio de Souza Queiroz⁷⁷. Ambos contavam com administradores para sua custódia: o primeiro sob responsabilidade de José de Camargo Neves, que administrava a produção de açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão através de 50 escravizados. Esse latifúndio foi declarado pelo proprietário, residente em São Paulo, com 1.300 braças de testada e 3.000 braças de sertão, como Morro Grande (APESP, 1818). Essa propriedade é declarada no Tombamento de Bens Rústicos logo após a declaração de Luiz Antônio de Souza Queiroz, do engenho do Quilombo, conferindo uma possível proximidade geográfica, justificada, sob certa medida, pelo método de ordenamento refletido no documento, bem como pela relação familiar existente entre os dois proprietários. Segundo Nicolette e Moreno (2021, p.04), existem evidências de que o Tombamento de Bens Rústicos tenha seguido a mesma lógica espacial adotada nas listas nominativas. O fundamento para sustentar esse argumento refere-se à ordem de numeração dos fogos e das propriedades declaradas em ambas as documentações. A propriedade do Morro Grande, de Francisco Antônio de Souza, foi, mais tarde, passada aos sucessores, sendo desmembrada em distintas fazendas. Entre elas, a fazenda Santa Genebra, posse de Geraldo Ribeiro de Souza Rezende (Barão Geraldo de Rezende) (Pupo, 1983, p.196). Quanto à segunda propriedade, administrada por Joaquim Almeida Lima que ali residia e nomeada como “Palmeira”, foi declarada com 700 braças de testada, 1.000 braças de sertão e 24 escravizados (APESP, 1818).

O tenente Domingos da Costa Machado, natural da vila de São Carlos, igualmente aos irmãos Francisco Antônio e Luiz Antônio, era possuidor do engenho declarado como Ribeirão de São Joaquim. Essa propriedade fazia parte do consórcio de sesmeiros solicitado por João Antônio do Amaral (capitão da quinta companhia) e seu irmão, José Antônio do Amaral. O que indica que a parte fundiária referente ao engenho de Domingos da Costa Machado estava inserida na lógica espacial atribuída à sexta companhia. Essa parte coincidia com a área na qual, mais tarde, fundou-se a sede da indústria Carioba, atualmente circunscrita no município de Americana⁷⁸ (Pupo, 1983, p. 128). Conforme Nandin (2019, p. 86), as primeiras ocupações referentes ao atual município de Americana remetem ao final do século XVIII, a partir de dois

⁷⁷ A família Souza Queiroz consolidou as principais fazendas das regiões Norte e Leste da cidade de Campinas. Este processo tem início, entre os anos de 1788 e 1885, a partir das propriedades Anhumas, Tapera, engenho do Santo Antônio, Morro Grande, Morro Alto, Boa Vista, Quilombo, Monte Alegre, Saltinho da Barra, Pirapitingui, Campos da Bahia, Atibaia, Jurema e fazenda Serra d'Água (Amoroso, 2016, p. 68).

⁷⁸ Os territórios pertencentes aos atuais municípios de Americana e Nova Odessa, faziam parte do termo da vila de São Carlos.

engenhos que, ao longo do XIX, se consolidam como fazendas (fazenda Machadinho e fazenda Salto Grande)⁷⁹. Entre elas, a parte derivada da sesmária concessionada por Domingos da Costa Machado.

O senhor do engenho Boa Esperança e capitão Antônio de Cerqueira César era produtor de gêneros como açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão e possuía, em seu latifúndio, 38 escravizados (APESP, 1818). Suas terras foram declaradas com 600 braças de testada e 1.500 braças de sertão. Apesar do nome declarado sugerir, possivelmente, uma referência à localização do bairro onde a propriedade se situava, em 1807 foi arrolada nos fogos do bairro da Ponte Alta (APESP, 1807). Antônio de Cerqueira César adquiriu suas terras em 1796, compradas dos consórcio de sesmarias formado por Pedro José Baptista, Antônio Bicudo e Anna Telles Moreira, compreendendo três sítios de terras com fundos para o rio Anhumas cerca da antiga estrada dos Goiases (APESP, 1994, p. 40). As terras do seu engenho, posteriormente, formaram as fazendas Santa Cândida, Anhumas e Pau d'Alho, com frente para a antiga estrada que rumava no sentido do termo da vila de Mogi Mirim e levava às minas de Goiás (Pupo, 1983, p.134). A partir de Pupo (1983) e do Repertório das Sesmarias (APESP, 1994), associados às descrições documentais, a hipótese suscitada é de que a área determinada no levantamento realizado pela sexta companhia de ordenanças confrontava com a área destinada à segunda companhia, e que a estrada dos Goiases era um marco de divisão para o limite conferido a cada companhia.

A propriedade de Dona Anna de Campos produzia açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão, contava com 37 escravizados e foi declarada com 2.250 braças de testada e 2.250 braças de sertão, nomeada como Ponte Alta (APESP, 1818). O bairro da Ponte Alta situava-se, portanto, inserido na área de levantamento da sexta companhia, que confrontava seus limites com a segunda e com a quinta companhia de ordenanças e situava-se na porção noroeste do termo da vila de São Carlos (conforme observa-se na figura 13):

⁷⁹ Duas propriedades foram nomeadas no Tombamento dos Bens Rústicos como Salto Grande: a pertencente a Antônio de Siqueira Ferraz, declarada com 750 braças de testada e 2.250 braças de sertão, e a de André de Campos, com 750 braças de testada e 1.500 braças de sertão (APESP, 1818).

HIPÓTESE ESPACIAL DO ARROLAMENTO (DA LISTA NOMINATIVA DE HABITANTES) DO TERMO DA VILA DE SÃO CARLOS EM 1818.

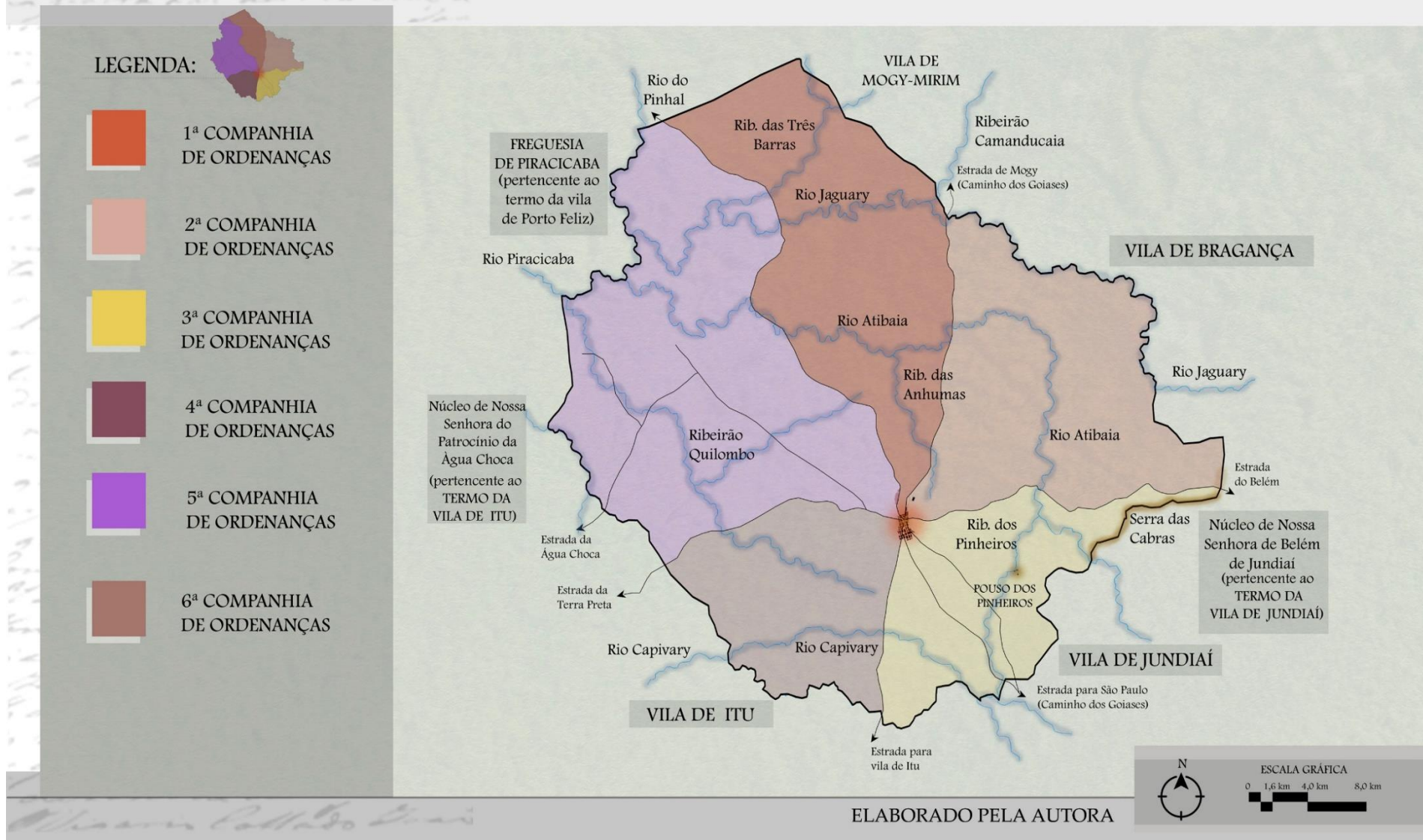


Figura 13. Hipótese espacial do arrolamento (da lista nominativa de habitantes) do termo da vila de São Carlos, no ano de 1818.

As relações esclarecidas para as lógicas espaciais atribuídas a cada uma das seis companhias de ordenanças, através dos cruzamentos documentais, foram basilares na compreensão morfológica desse território. A partir desse processo, revela-se uma lógica por trás da organização espacial adotada no recenseamento demográfico da vila. A sequência de arrolamento dos fogos, nas listas nominativas de habitantes, era iniciada a partir do bairro da vila, prosseguindo para as outras regiões do termo. A espacialização dessa hipótese indica que a ordem listada das companhias de ordenanças era sequenciada a partir do sentido horário, em relação ao norte geográfico do termo (ver figura 14).

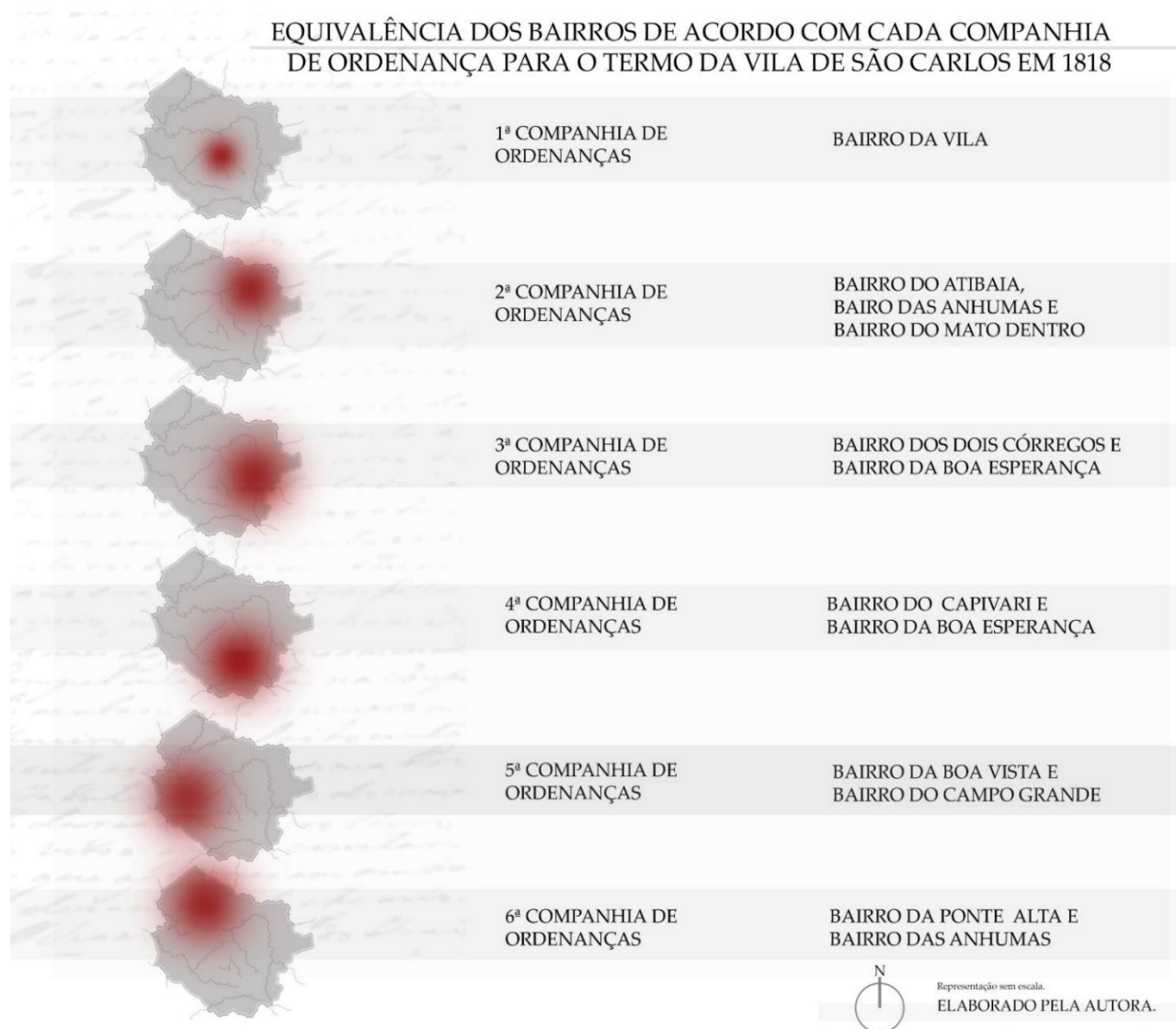


Figura 14. Hipótese de equivalência dos bairros e aproximação geográfica dentro do termo da vila de São Carlos, de acordo com cada companhia de ordenança, em 1818. Dados levantados nas listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos (APESP), associados à análise do Tombamento de Bens Rústicos para vila de São Carlos (APESP, 1818).

No que tange aos bairros, a análise documental, bem como a tentativa de localização, aponta que entendê-los como um núcleo pontual em meio ao território é uma interpretação errônea, não condizente à distribuição adotada nas listas nominativas de habitantes. A representação dos bairros como “pontos” cotejados no território perde ainda mais o sentido quando associada às declarações das possíveis dimensões das propriedades no Tombamento de Bens Rústicos. Por tratar-se de propriedades rurais, as relações de proximidade eram relativas, e a geometria conferida a esses bairros iria na mesma percepção, o que se pode observar na figura 14, elaborada a fim de esclarecer a posição geográfica aproximada dos bairros dentro da lógica das companhias de ordenanças.

Com relação aos principais chefes de fogos, elaborou-se o quadro 5, que traz as informações referentes a suas ocupações, à naturalidade, ao que a propriedade recenseada produzia, à quantidade de escravizados, em qual companhia de ordenança foi arrolada e a hipótese de localização da propriedade em determinado bairro. Vale apontar que o critério para elaboração deste quadro se pautou na quantidade de escravizados, considerando as propriedades que possuíam número acima de 30 escravizados. Embora a propriedade de Joaquim Aranha Barreto de Camargo possuísse 22 escravizados em 1818, foi incluída no quadro 5.

QUADRO 5- PERFIL DOS PRINCIPAIS CHEFES DE FOGO NA VILA DE SÃO CARLOS EM 1818 ⁸⁰							
Nº.	CHEFES DE FOGO	NATURALIDADE	OCUPAÇÃO	PRODUÇÃO	ESCRAVIZADOS	COMPANHIA DE ORDENANÇA	HIPÓTESE DE BAIRRO ⁸¹
1.	João Francisco de Andrade (capitão-mor)	Natural de Parnaíba	Senhor de engenho	Arroz, milho, aguardente e feijão	48 escravizados	1ª companhia de ordenanças	Bairro da Vila
2.	Floriano de Camargo Penteado (sargento-mor)	Natural de Cotia	Senhor de engenho	Arroz, milho, aguardente e feijão	107 escravizados	1ª companhia de ordenanças	Bairro da Vila
3.	Miguel Ribeiro de Camargo (alferes)	Natural de Curitiba	Senhor de engenho	Arroz, milho, aguardente e feijão	32 escravizados	1ª companhia de ordenanças	Bairro da Vila
4.	Antônio Teixeira de Camargo	Natural da vila de São Carlos	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e mantimentos	33 escravizados	1ª companhia de ordenanças	Bairro da Vila
5.	Guarda-mor Manoel Teixeira Vilela	Natural de Minas	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e mantimentos	50 escravizados	1ª companhia de ordenanças	Bairro da Vila
6.	Alexandre Barbosa	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e mantimentos	36 escravizados	2ª companhia de ordenanças	Bairro do Atibaia
7.	Joaquim José dos Santos	Natural de Cotia	Senhor de engenho	Açúcar e aguardente	31 escravizados	2ª companhia de ordenanças	Bairro das Anhumas
8.	Bernardo Guedes	Natural de Jundiá	Senhor de engenho	Açúcar e aguardente	48 escravizados	2ª companhia de ordenanças	Bairro das Anhumas
9.	Luiz Antônio de Souza Queiroz (brigadeiro)	Não há menção	Senhor de engenho	Açúcar, milho, feijão e aguardente	57 escravizados	2ª companhia de ordenanças	Bairro do Mato Dentro
10.	José Francisco Aranha Barreto de Camargo (padre)	Natural de Cotia	Senhor de engenho	Ainda não fez açúcar	34 escravizados	2ª companhia de ordenanças	Bairro do Atibaia
11.	José Carvalho Leal	Natural de Bragança	Agricultor	Milho de algodão	42 escravizados	2ª companhia de ordenanças	Bairro do Mato Dentro
12.	José Francisco de Moraes (capitão-mor)	Natural de São João de Atibaia	Senhor de engenho	Açúcar e aguardente	31 escravizados	3ª companhia de ordenanças	Bairro Dois Córregos ou Boa Esperança
13.	Joaquim Aranha Barreto de Camargo (tenente)	Natural de Santos	Senhor de engenho	Açúcar e aguardente	22 escravizados	3ª companhia de ordenanças	Bairro do Mato Dentro
14.	Francisco Pascual de Toledo	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar	40 escravizados	3ª companhia de ordenanças	Bairro Dois Córregos ou Boa Esperança
15.	Luiz Antônio de Souza Queiroz (coronel)	Natural de Santo Amaro	Senhor de engenho	Açúcar	61 escravizados	3ª companhia de ordenanças	Bairro do Mato Dentro

⁸⁰ Vale apontar que nem a lista nominativa de habitantes nem o Tombamento de Bens Rústicos demonstram a forma de aquisição dessas propriedades.

⁸¹ Hipótese baseada no cruzamento entre a lista nominativa de habitantes para a vila de São Carlos em 1818 e o Tombamento de Bens Rústicos de 1818 (APESP, 1818).

16.	José Rodrigues Ferreira do Amaral (tenente)	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar e aguardente	76 escravizados	4ª companhia de ordenanças	Bairro do Capivari e bairro da Boa Esperança
17.	Anna Maria Cordeiro Novaes	Natural de Itu	Senhora de engenho	Açúcar e aguardente	41 escravizados	4ª companhia de ordenanças	Bairro do Capivari e bairro da Boa Esperança
18.	Francisco de Paula Camargo (capitão)	Natural da vila de São Carlos	Senhor de engenho	Açúcar	51 escravizados	5ª companhia de ordenanças	Bairro da Boa Vista ou bairro do Campo Grande
19.	Manoel Ferraz de Campos (capitão-mor)	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e milho	50 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro das Anhumas
20.	José de Souza Siqueira (alferes)	Natural da vila de São Carlos	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e milho	37 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta ou bairro das Anhumas
21.	José da Silva Camargo (capitão da milícia)	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e milho	63 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta ou bairro das Anhumas
22.	Joaquim Cardozo de Gusmão	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e milho	51 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta ou bairro das Anhumas
23.	Anna de Campos	Natural de Itu	Senhora de engenho	Açúcar, aguardente e milho	37 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta
24.	Antônio de Cerqueira Campos (capitão)	Natural de Pindamonhangaba	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente e milho	38 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta
25.	José Gomes	Natural da vila de São Carlos	Administrador de engenho	Açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão	35 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta
26.	José Antônio	Natural de Portugal	Administrador de engenho	Açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão	72 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta
27.	Melchior Rodrigues de Oliveira	Natural de Queluz	Administrador de engenho	Açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão	48 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta
28.	José de Camargo Neves	Natural de São João de Atibaia	Administrador de engenho	Açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão	50 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta
29.	Joaquim de Almeida Lemes	Natural de Nazaré	Administrador de engenho	Açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão	44 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta
30.	João de Freitas	Natural da vila de São Carlos	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente, milho, arroz e feijão	32 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta ou bairro das Anhumas
31.	Antônio da Silva Leme	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar, milho e feijão	35 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta ou bairro das Anhumas
32.	Theodoro Ferraz (capitão da milícia)	Natural de Itu	Senhor de engenho	Açúcar, milho e feijão	55 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta ou bairro das Anhumas
33.	Joaquim José Seixas	Natural de Minas	Senhor de engenho	Açúcar, aguardente, milho e arroz	62 escravizados	6ª companhia de ordenanças	Bairro da Ponte Alta ou bairro das Anhumas

Quadro 5. Perfil dos principais chefes de fogo da vila de São Carlos em 1818. As ocupações foram levantadas a partir da lista nominativa de habitantes cruzadas com as informações do Tombamento de Bens Rústicos para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1818).

1.6 A formação de uma elite senhorial na vila de São Carlos

No “auge” do período açucareiro, a vila de São Carlos adquiriu características importantes por ser ponto estratégico na rede de transportes, ter a maior concentração de contingente de população escravizada entre os municípios da Província e se destacado como o maior produtor de açúcar, inserindo-se no mercado mundial (Baeninger 1996, p. 25). As formações familiares da vila se estruturaram a partir de três gerações: a primeira seria a dos fundadores; a segunda refere-se aos filhos dos fundadores, chamada de “geração do açúcar”, ou seja, composta por homens e mulheres que se estabeleceram na região durante o período em que predominou a lavoura da cana (Teixeira, 2011, p. 157); e a última geração, composta pelos netos dos fundadores, ou “geração do café”, era formada por indivíduos que viveram o crescimento da cultura do café. Foram as sucessões genealógicas, nas quais senhores de engenhos se tornaram cafeicultores e fizeram as transmissões aos seus herdeiros, que atuaram como mecanismo de sedimentação de um sistema econômico e mercantil propulsor do êxito urbano da vila de São Carlos (Bacellar, 1997; Teixeira, 2011).

Em relação à geração de fundadores, foram inúmeras famílias que se instalaram nos primeiros anos da localidade. As vilas que se posicionavam em melhor situação agrária conseguiam atrair novos indivíduos e povoadores, como no caso da vila de São Carlos (Bacellar, 1997, p.108). Os membros da primeira geração eram, em geral, indivíduos naturais de outras localidades que se estabeleceram para fundar seus engenhos. A segunda geração, responsável por tecer redes de associações que consolidaram o grupo mediante alianças matrimoniais ou de compadrio, buscou gerar capital cada vez maior para a “empresa familiar”. Finalmente, a terceira geração colheu os frutos dos esforços da segunda geração, alcançando o ápice do poder (Teixeira, 2011, p. 158).

Ocorria, portanto, um mecanismo de contínua transferência da terra, obtida pioneiramente por posse e sesmaria, para as mãos de agricultores mais poderosos. Regiões que, após serem desbravadas pela ocupação rarefeita de roceiros e pequenos lavradores, eram repentinamente invadidas pela leva mais rica da colonização, constituída pela grande lavoura monocultora e que seriam, mais tarde, palco de incontáveis transações de terra concentradas. Posteriormente, quando do momento de transição entre essa primeira geração dos fundadores e a de seus sucessores, observou-se um incremento na porcentagem de propriedades transmitidas por herança (Bacellar, 1997, pp. 122-123).

Indivíduos da primeira geração, mencionada por Teixeira (2011) e Bacellar (1997), fixaram fogo na vila de São Carlos e, ao contar com patrimônio financeiro próprio, conquistaram terras, passando a arbitrar as decisões da localidade. Conforme Pupo (1969, p.57), quatro eram os “primeiros” fabricantes e exportadores de açúcar mais bem-sucedidos da vila: Antônio Ferraz de Campos, o capitão Felipe Néri Teixeira, Joaquim José Teixeira Nogueira e Francisco de Paula Camargo. Conforme estudo de Ribeiro (2015, p. 532), os Teixeira Vilela/ Teixeira- Nogueira migraram da capitania de Minas Gerais (comarca do Rio das Mortes), em 1774, tornando-se uma das famílias mais atuantes na vida econômica e política da localidade. De acordo com Amoroso (2016, pp.65-66), a família Souza Queiroz também teve participação fundamental no processo de ocupação territorial da vila, ampliando, ao longo do século XIX, o arbítrio fundiário e as relações sociais.

Estabelecer bom relacionamento com outros “povoadores” garantia a articulação e o arranjo do posicionamento social necessário ao êxito familiar. Costa (2017, pp. 118-119) traz aspectos relevantes sobre as redes sociais formadas pelas famílias oitocentistas: o quanto o “espaço associativo” foi determinante na articulação, na conformação das condutas familiares e no arranjo das relações. No interior do conjunto da sociedade, que vivia todas as possibilidades do período histórico em questão, as trajetórias de vida dos indivíduos se entrecruzavam a partir de outros “nós e laços do tecido social”.

De acordo com Tonon (2003, p. 52), a crescente econômica da vila de São Carlos, que a coloca em “situação de privilégio”, se justifica pelo controle e pelo prestígio dessas famílias tradicionais, que não pouparam esforços para criar alianças matrimoniais entre parentes e grupos de parentela política, fortalecendo, dessa maneira, não somente o poder econômico, mas também o próprio poder político⁸². Dentre as parentelas políticas, destacam-se os Teixeira Nogueira, os Souza Aranha, os Camargo Penteado e os Salles, todas elas bastante atuantes, inicialmente no que diz respeito às propriedades fundiárias e, posteriormente, complementadas por outras atividades ligadas aos melhoramentos urbanos (Tonon, 2003, p. 52). Para além dos negócios e relações entre esses indivíduos, existiam vínculos mais profundos, nos quais as parcerias e colaborações se multiplicavam entre os senhores, formando uma

⁸² É importante definir os conceitos de parentesco e parentela. Por parentesco, entendem-se parentes ligados por laços consanguíneos, enquanto a parentela abrange todas as pessoas ligadas ao grupo familiar por laços matrimoniais. Apesar de serem, por vezes, sinônimos, a parentela é conceitualmente mais significativa, em especial com referência à organização política (Tonon, 2003, p. 53).

teia de relações, uma trama complexa e ampla, que constituía a vida da própria sociedade senhorial daqueles tempos (Costa, 2017, p. 123)⁸³.

Além disso, a estrutura familiar se instalava e se mantinha por meio da integração de novos membros, principalmente da mesma família, contribuindo para a elaboração de genealogias com primos, tios e sobrinhos (Conceição, 2015, p.37). A manutenção dos laços era concretizada pelo parentesco e pela endogamia, mantidos por meio de matrimônios interessados na continuidade do patrimônio familiar⁸⁴. Sob essa perspectiva, a elaboração de genealogias foi uma forma difundida para justificar as posições socioeconômicas, políticas e sociais⁸⁵ (Bacellar, 1997, p. 177). Estreitar laços através do fortalecimento de genealogias era recurso de preservação do sobrenome e de consolidar o *status* perante as localidades. No mais, a opção de recorrer à “base familiar” se dava pelo menor risco aos negócios que a união de parentes significava, por se tratar de indivíduos cujo passado era conhecido e já esclarecidos quanto aos costumes familiares (Silva, 2013, p. 197). A fixação de um sobrenome se tornou um “diferencial”, segundo Bacellar (1997, p. 178), a partir do momento em que alguns indivíduos perceberam que o acúmulo de riqueza os colocava “em contato com um mundo diferente daquele em que viviam”:

Adquirindo novos parâmetros para analisar sua própria sociedade, passaram não somente a se julgar diferenciados, “melhores”, mas também a tentar provar isso. Constroem casas maiores, mais imponentes, com materiais relativamente mais refinados. Elaboram extensas genealogias. Alteram a forma de seus testamentos, diminuindo progressivamente o seu conteúdo religioso, e encorpam, como sinal de enriquecimento, a descrição e destinação de seus bens.

⁸³ Alguns sobrenomes brasileiros são frequentes na amostra de inventários da elite, como Souza Barros, Souza Aranha, Souza Sampaio, Souza Queiroz, Souza Campos, Andrade Nogueira, Andrade de Resende, Andrade Soares, Camargo Andrade, Camargo Penteadado, Camargo Ferraz, Bueno de Camargo, Bueno Nogueira, Teixeira Nogueira, Almeida Nogueira, Leite Penteadado, Moraes Salles e Quirino dos Santos (Abrahão, 2015, p. 127).

⁸⁴ Por razões econômicas e políticas ou por laços de compadrio, também estavam incorporados às fileiras da família patriarcal brasileira, simplificada a partir da seguinte estrutura: um núcleo central composto pelo chefe da família, esposa e legítimos descendentes (filhos e netos por linha paterna e materna), e uma camada periférica, mais complexa e menos delineada, tendo em sua composição elementos de várias origens, como parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravizados, mantendo diferentes tipos de relações com o chefe da casa (Tonon, 2003, p. 43).

⁸⁵ Conforme Motim (1987, p. 109), o poder socioeconômico englobava relações de compadrio, relações paternalistas, onde indivíduos que se destacavam por seu arbítrio prestavam favores de toda ordem à comunidade. Esses indivíduos são, portanto, convidados a participarem de solenidades, batismos, a realizarem empréstimos a prêmio, arranjam emprego aos que procuram e prestam assistência social.

Cobiçam os títulos e patentes e, muitas vezes, de valor apenas simbólico (BACELLAR, 1997, p. 178).

A contar pela não normatização da transmissão do nome da família a partir das gerações seguintes, Bacellar (1997, pp. 181-183) constatou a inexistência de um padrão para adoção de nomes de família como uma característica inicial da sociedade colonial. Contudo, o sobrenome ganhava, progressivamente, valor diferenciador, como a marcar este ou aquele indivíduo como pertencente a um restrito círculo social.

As mudanças direcionadas, como meio de demonstrar que esse grupo social ganhava ciência de que se tornava elite senhorial, foram constituídas paulatinamente⁸⁶. A formação da elite senhorial, em âmbito nacional, tal como projeto de construção do Estado nacional imperial, segundo Salles (2008, p. 46), não pode ser reduzida a uma união de estruturas familiares a partir de uma única localidade. Falar da consonância desse grupo enquanto elite fazia sentido dentro do contexto da Independência e da instituição do Estado imperial. Contudo, os arranjos familiares e as iniciativas cunhadas durante a colônia já trazem “provas de predomínio do surgimento da elite agrária”, uma vez que Bacellar (1997, p. 168) já atentara para o processo de expansão da lavoura de açúcar, ocorrida por meio de autofinanciamento de indivíduos que contavam com recursos. A partir do momento em que as famílias de senhores de engenho e escravizados tomaram consciência de que constituíam um grupo à parte do restante da sociedade, buscaram instituir critérios demarcadores de sua especificidade.

O processo histórico de formação da classe senhorial não foi lógico ou teórico. Foi, sim, uma articulação estrutural-histórica, na medida em que seu alcance, seus efeitos, sentidos, potencialidades, cristalizações simbólicas, institucionais e, principalmente, suas relações sociais de produção condicionaram e ultrapassaram o âmbito das ações e intenções dos sujeitos singulares e reais-concretos, coletivos ou individuais, da classe senhorial. O sentido e o alcance dessas ações e intenções foram além do pretendido imediatamente pelos sujeitos, em suas implicações e conexões com eventos, com outros sujeitos e com processos mais amplos em termos temporais e espaciais. Esse fato ocorreu não porque suas ações produziram resultados que decorreram só de suas intenções, mas também dos efeitos das ações de outros agentes (Salles, 2008, pp. 51-52). Para tanto, a compreensão do que se denomina “ação situada” se faz necessária. Não se trata de desqualificar o longo prazo, ou seja, a compreensão

⁸⁶ Enfim, pode-se considerar como explicação para o enriquecimento das famílias de elite na vila de São Carlos, o casamento no seio do próprio grupo social, assim como o cultivo de produtos de exportação, tais como a cana-de-açúcar e o café, segundo Teixeira (2011, p. 174).

do processo histórico de formação da classe senhorial, mas sim de balizar, *a priori*, as durações e articulações como parte do presente da ação no tempo histórico (Lepetit, 2016, pp. 241-242).

As localidades de “forte base rural”, onde predominavam monoculturas, tal como o caso da vila de São Carlos, constituídas a partir uma classe de proprietários de terras e de escravizados, “floresceram” como “centros de vigorosa vida urbana, social e cultural”. Esse fato e o evidente empenho que os “potentados locais” tiveram em promover um processo de urbanização, que acentuava o componente estético-urbanístico da cidade numa perspectiva civilizacional, podem indicar um “projeto” de classe específico, que transcendia os interesses particulares de seus membros, bem como aqueles interesses comuns (Salles, 2008, p. 147).

Dessa maneira, a elite campineira pode ser retratada como sendo formada por aquelas pessoas que possuíam bens, tanto na forma de um número expressivo de escravizados como de terras e engenhos, além dos títulos que muitas vezes acompanhavam seus nomes, como “doutor” ou “dona”, ou uma patente militar, tal como “capitão”, “sargento”, “alferes” ou outra qualquer. Os “homens bons” (Pupo, 1969; Teixeira, 2011) ou “potentados” (Salles, 2008) eram provenientes dessa elite e, portanto, representavam aqueles que ocupavam os cargos de comando das vilas.

Se tornar parte desse grupo seletivo implicava em unir interesses comuns, como a busca constante pelo “prestígio social” (Motim, 1987, pp. 109-110), através das relações diversas e, principalmente, por meios que fortalecessem a genealogia. O prestígio desses indivíduos era expresso através de convites de apadrinhamento em batismos, além de testemunharem cerimônias religiosas, demonstrando o compromisso e devoção religiosos e estreitando vínculos entre as famílias (Teixeira, 2011, p. 175). O apadrinhamento de crianças não era a única forma de estreitar vínculos entre os grupos. Ser testemunha de um casamento era um convite que muitos entendiam não só como um chamado à aliança, mas também como forma de demonstrar o apreço pela pessoa convidada. Prestigiar, na qualidade de padrinho, uma cerimônia tão importante quanto o casamento era o mesmo que sacramentar não só a união dos noivos, como também da própria amizade entre as famílias. Amizade política, por certo, porém essencial à manutenção do *status* senhorial (Teixeira, 2011, pp. 175-176).

Conforme Daunt (1879), em 1737, período da formação do pouso, já havia na região estruturas fundiárias cultiváveis. Em mesma medida que a historiografia aponta não haver documentos que comprovem essa ocupação inicial (Pupo 1983;

Amoroso 2016; IBGE, 1952), é de difícil precisão a data de chegada de Francisco Barreto Leme, nomeado, posteriormente, como diretor responsável pela fundação e povoamento do bairro do Mato Grosso. Como anteriormente discutido, a política de restauração da capitania de São Paulo e a participação de outros indivíduos foram determinantes na instituição da freguesia e, mais tarde, vila (Pupo 1969; IBGE, 1952).

1.7 A genealogia dos Souza Aranha: a primeira geração

Entre esses indivíduos, José de Souza Siqueira seria um dos “povoadores” iniciais. Se estabeleceu no bairro do Mato Grosso com sua mulher, dona Margarida Soares de Campos, e seus três filhos, instalando-se em terras situadas próximas do curso do ribeirão das Anhumas (Teixeira, 2011, p. 191). Em 1775, um ano após a criação da freguesia, José de Souza Siqueira era um dos indivíduos mais abastados da localidade, possuindo em suas terras, com cerca de 10 alqueires, 11 escravizados que produziam milho, feijão, arroz e cana-de-açúcar (Pupo, 1969; Ribeiro, 2015).

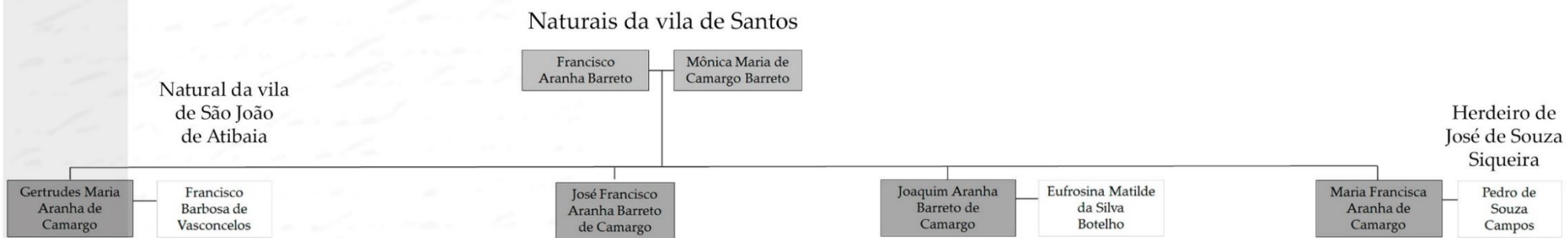
Dessa forma, a família de Francisco Barreto Leme e de José de Souza Siqueira se “aparentaram” (Teixeira, 2011) a partir dos matrimônios interessados dos dois filhos mais velhos de José de Souza Siqueira e Margarida Soares de Campos com as duas filhas de Francisco Barreto Leme e Rosa Maria de Jesus Gusmão. João de Souza Campos e Sebastião de Souza Campos se casaram, respectivamente, com Úrsula da Silva Guedes e Ana de Arruda Cabral (Teixeira, 2011, p. 191). O terceiro herdeiro consanguíneo de José de Souza Siqueira, o alferes Pedro de Souza Campos, casou-se com dona Maria Francisca Aranha de Camargo. Embora Pedro de Souza Campos pertencesse a uma “das famílias da primeira geração dos fundadores” (Teixeira, 2011), não fixou fogo na localidade, o que, segundo Ribeiro (2015), ocorreu devido ao falecimento de seu pai. Mudou-se para vila de Santos, localidade de origem de sua esposa, dando início assim à família Souza Aranha (Ribeiro, 2015, p. 01).

Quanto à formação da família dos Souza Aranha, destaque ao sargento-mor Francisco Barreto Aranha, governador da praça de Santos, comandante da praça do Iguatemi em 1773 e um dos mais prestigiados militares da capitania de São Paulo (Leme, 1903, p. 244). Casou-se com Mônica Maria de Camargo, ambos naturais de vila de Santos, e tiveram quatro filhos: Joaquim Aranha Barreto de Camargo, José Francisco Aranha Barreto de Camargo, Gertrudes Maria Aranha de Camargo e Maria Francisca

Aranha de Camargo⁸⁷ (Leme, 1903, p. 244; Moya, 1941), conforme se observa na figura 15:

⁸⁷ Conforme Pupo (1983, p. 156), a família Camargo era oriunda da vila de São Paulo e a família Barreto, da vila de Santos.

FORMAÇÃO DA GENEALOGIA DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 15. Formação da genealogia da família Souza Aranha. Fonte: Leme, 1903; Moya, 1941.

Conforme Tonon (2003, p. 54), os Souza Aranha descendiam de José de Souza Siqueira, fundador do primeiro estabelecimento agrícola em terras da freguesia de Nossa Senhora das Campinas do Mato Grosso. Segundo a autora, José de Souza Siqueira e Francisco Barreto Leme declararam, na lista nominativa de 1773, possuir sítio por escritura, confirmando a hipótese de terem ocupado terras de sesmeiros anteriores que não usufruíram de suas concessões. Magalhães (1992, p. 159) identificou 50 nomes descendentes de José de Souza Siqueira, que deu origem à família Souza Aranha. Conforme a autora, ao longo do processo de ocupação territorial, as parentelas foram responsáveis por controlar o poder político, por alavancar o processo de superação do exclusivismo agrícola e pela diversificação dos investimentos urbanos.

Os laços familiares, que conduziam o “mandonismo local”, começam a ser criados desde o tempo em que a freguesia não possuía autonomia política e perduraram por todo o século XIX. A contar por José de Souza Siqueira, um dos maiores proprietários locais e sogro de duas filhas de Francisco Barreto Leme⁸⁸, sendo antecedentes da **“formação, mais tarde, de umas das principais parentelas da vida da política local – a dos Souza Aranha”** (Magalhães, 1992, p. 72-grifo da autora).

1.7.1 Gertrudes Maria Aranha de Camargo: o estreitamento com a família Barbosa

Gertrudes Maria Aranha de Camargo (ver figura 15), natural da vila de Santos, casou-se em 1794 com o tenente (depois sargento) Francisco Barbosa de Vasconcelos, natural da vila de São João do Atibaia⁸⁹. Passaram a residir junto ao território da capela de nossa Senhora do Amparo⁹⁰, pertencente à porção do termo da vila de São João do Atibaia que, em 1797, foi desmembrado para formar a vila nova de Bragança⁹¹. Conforme quadro 6, tiveram nove filhos:

⁸⁸ Francisco Barreto Leme foi nomeado diretor da Freguesia pelo Governador da Capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus, em 1774.

⁸⁹ Filho do capitão Antônio Barbosa de Lima e Apolônia Maria do Pilar e Vasconcelos (Leme, 1903).

⁹⁰ A capela foi construída por volta de 1824, dando origem ao bairro da capela de nossa senhora do Amparo, sendo elevada, em 1829, à capela curada, em 1839 à freguesia e em 1863 à condição de cidade. Fonte: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=hist>. Acesso em jul. 2023.

⁹¹ Elevada à categoria de cidade de Bragança Paulista em 1856.

QUADRO 6. HERDEIROS DE GERTRUDES MARIA ARANHA DE CAMARGO E FRANCISCO BARBOSA DE VASCONCELOS		
Nº	HERDEIROS	CÔNJUGE
1.	MARIA BENEDITA BARBOSA ARANHA	CALIXTO JOSÉ DE CAMPOS BUENO (capitão)
2.	JOAQUIM BARBOSA DE CAMPOS ARANHA	POLICENA FLAMINA DE JESUS
3.	MANOEL JOSÉ DE CAMPOS ARANHA	CARLOTA JUSTINIANA DE SOUZA
4.	CAROLINA LEOPOLDINA BARBOSA ARANHA	ANTÔNIO DE SOUZA MELO (capitão)
5.	ANTÔNIO BARBOSA ARANHA	MARIA FRANCISCA BARBOSA ARANHA
6.	FRANCISCO MACHADO DO CAMPOS ARANHA	Não há menção.
7.	JESUÍNO BARBOSA ARANHA (tenente)	IRIA BALBINA DE ALELUIA ⁹²
9.	GERTRUDES (falecida com dois anos de idade)	

Quadro 6. Herdeiros de Gertrudes Maria Aranha de Camargo e Francisco Barbosa de Vasconcelos. Fonte: LEME (1903, p. 376).

Com o casamento de Gertrudes Maria Aranha de Camargo com o tenente Francisco Barbosa de Vasconcelos, a família Aranha fortaleceu seus vínculos com os Barbosa, uma linhagem tradicional na vila de Nova Bragança.⁹³ A partir do casamento entre Carolina Leopoldina Aranha e Antônio de Souza Melo, seis filhos foram gerados: Maria Luiza Barbosa Aranha, Cherubina de Souza Aranha, Brasília de Souza Melo, o major Antônio de Souza Melo, Constança Barbosa Aranha e Beraldo de Souza Melo⁹⁴. A herdeira Brasília de Souza Melo casou-se com o capitão Joaquim Paulino Barbosa Aranha, estes residentes na vila de São Carlos.

Joaquim Paulino Barbosa Aranha era filho de Maria Francisca Barbosa Aranha e Antônio Barbosa Aranha. Em 1887, em testamento de Maria Francisca, incorporado ao seu inventário *post mortem*, declarou ser viúva de Antônio Barbosa Aranha e possuía os seguintes herdeiros: José Francisco Barbosa Aranha, dona Antônia Francisca Barbosa Aranha, dona Gabriella Barbosa de Andrade e Joaquim Paulino Barbosa Aranha⁹⁵ (CMU, 1887, pp. 9-9v).

⁹² Provável filha do padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo.

⁹³ Conforme o trabalho de Nunes (2021) demonstra, 12 indivíduos com o sobrenome Barbosa declararam possuir terras no termo da cidade de Bragança Paulista através dos Registros Paroquiais de Terras, elaborados entre 1854-1856. Não há menção dos Souza Aranha declarando terras na localidade.

⁹⁴ Fonte: Os Amparenses – genealogia da cidade de Amparo – tronco dos Aranha. Disponível em: <https://osamparenses.com.br/aranha/>. Acesso em out. 2023.

⁹⁵ Deixou à Santa Casa de Misericórdia de Campinas 500 mil réis, mesma quantia destinada à Igreja de nossa Senhora Aparecida, e destinou a terça parte de sua herança ao seu filho Joaquim Paulino Barbosa

Uma hipótese é de que Joaquim Paulino Barbosa tenha residido na vila de São Carlos por decorrência das propriedades de seus pais. Em 1829, o engenho Atibaia, propriedade de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, era administrado por Antônio de Vasconcelos, de 24 anos, casado com Maria Francisca, de 18 anos (APESP, 1829, p.16). Antônio de Vasconcelos era, provavelmente, Antônio Barbosa Aranha, pois as mudanças de nomes e as grafias distintas eram comuns nos documentos à época. José Francisco Aranha Barreto de Camargo, em seu testamento, deixou a quantia de 800\$000 (oitocentos mil réis) a José Francisco Barbosa Aranha (homônimo), filho de seu sobrinho Antônio Barbosa Aranha (CMU, 1839, p. 05v).

Do matrimônio entre Brasília de Souza Melo e Joaquim Paulino Barbosa Aranha nasceram: Brandina Aranha e Luíza Barbosa Aranha, a qual se casou com o tenente coronel José Francisco Aranha⁹⁶, filho de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha⁹⁷. Cabe ressaltar que foram essas uniões conjugais endogâmicas que aproximaram os troncos familiares residentes em Campinas daqueles residentes no termo da vila nova de Bragança.

1.7.2 Maria Francisca Aranha de Camargo

Já Maria Francisca Aranha de Camargo (ver figura 15) se casou com Pedro de Souza Campos e foi residir na vila de Santos. Segundo Bacellar (1997, p. 99), reconhecer a origem geográfica dos indivíduos contribui diretamente para a identificação de quais foram as possíveis “correntes migratórias” levadas por famílias que engrossaram o processo de ocupação dos sertões paulistas. Nesse sentido, o autor levanta que as uniões conjugais eram um dos fatores que levavam esses indivíduos a se movimentarem no território. Predominava a migração do noivo para a localidade da noiva, dando preferência à promoção do matrimônio na paróquia da noiva (Bacellar,

Aranha, (CMU, 1887, pp. 9-9v). Dos bens de raiz descritos, foram avaliados: a fazenda Contendas com todas as benfeitorias, contando casas de morada, máquinas, paiol, casa para colonos (antiga senzala), mais benfeitorias existentes, 60 mil pés de café, 70 alqueires de terras, pastos descampados, situada na margem do rio Atibaia e avaliada em 90 contos e 500 mil réis (CMU, 1889, pp. 236-236v).

⁹⁶ José Francisco Aranha nasceu em 01 de janeiro de 1848. Se casou em 1884 com sua prima de segundo grau, Luíza Barbosa Aranha.

⁹⁷ Em inventário amigável de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha, em 1889, foi feito o pagamento da legítima, na quantia de 152 contos e 776 mil réis, para José Francisco Aranha. Ademais, houve o pagamento de metade do valor da fazenda Chapadão com terras, cafezais, benfeitorias, utensílios de trabalho e os móveis existentes na casa de vivenda, avaliados em 250 contos de réis (CMU, 1889, p. 11v).

1997, pp. 99-108). Comumente, os filhos homens solteiros saíam do lar paterno bem antes do casamento e instalavam-se em novos domicílios, que poderiam ser ou não na mesma vila. Saíam para iniciar uma nova vida, independentes, movidos por seus incipientes negócios pessoais ou pela necessidade de se instalar em sua própria terra, acabando, por vezes, por se fixarem em uma localidade onde, mais tarde, arranjariam uma noiva (Bacellar, 1997, p. 106). Os dois filhos de Francisco Barreto Aranha e Mônica Maria de Camargo seguiram o padrão apontado por Bacellar (1997).

1.7.3 Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de Camargo: os deslocamentos territoriais dos Souza Aranha e a fixação em terras da vila de São Carlos (1791-1815)

De certa forma, percorrer os caminhos trilhados por Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de Camargo contribui para o entendimento do porquê os irmãos escolheram a vila de São Carlos para fixarem engenho e darem início à fortuna dessa família. Joaquim Aranha Barreto de Camargo nasceu na vila de Santos, enquanto seu irmão, José Francisco Aranha Barreto de Camargo, era natural da freguesia de Nossa Senhora de Monte Serrat da Cotia.

Seguindo o movimento de expansão da ocupação do território paulista, indo das localidades litorâneas aos sertões, o sargento-mor Francisco Barreto Aranha e sua esposa, Mônica Maria de Camargo, se estabeleceram na freguesia de Cotia, onde Francisco Barreto Aranha exerceu inicialmente suas funções militares. Enquanto Joaquim Aranha Barreto de Camargo seguiu a carreira de seu pai, tornando-se oficial da infantaria da Marinha durante sua permanência da vila de Santos, José Francisco Aranha Barreto de Camargo seguiu ofício sacerdotal, se tornando vigário na vila de São João do Atibaia em fins do século XVIII (Pupo, 1983; Silveira, 1950). Segundo Silveira (1950, p. 239), a igreja de Nazaré sofria com danos que vinham sendo remediados, porém sem uma solução definitiva. Em nome da comunidade do bairro de Nazaré, o vigário José Francisco Aranha Barreto de Camargo redige carta ao governador, atestando as condições precárias da igreja⁹⁸:

⁹⁸ Nazaré foi um bairro rural da vila de São João de Atibaia. Nunes (2016) aponta que o bairro rural de Nazareth teve sua primeira capela, sem registro de data, sobre as terras doadas para o patrimônio religioso por Mathias Lopes, considerado o fundador do povoado. Foi elevada à freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Nazareth em 1676 e foi subordinada à vila de São Paulo até 1769, quando a vila de São João do Atibaia e a Freguesia [...] lhe é anexada. (Nunes 2016, p. 38).

A igreja de Nazaré estava em ruínas; desde muito o vigário e os moradores de lá vinham reclamando providências à Câmara de Atibaia [...] Cansados de esperar pelas providências que nunca vinham, os habitantes de Nazaré recorrem ao Governador [...] Não obstante o grande serviço que conjuntamente com o padre Aranha vinha o Capitão-mor desenvolvendo na construção da Matriz atibaiana [...] (SILVEIRA, 1950 p. 239).

José Francisco Aranha Barreto de Camargo, em 1794, mediante intercessão do capitão-mor da vila, Francisco Silveira Franco, solicitou ao governador Bernardo José de Lorena “uma eficaz providência para ereção de uma outra nova igreja”, atestando o estado “deplorado e indecente” da construção, que possuía “quatro paredes nuas e vermelhas, sem portas nem janelas, representando mais uma olaria que uma casa de Deus” (Silveira, 1950, pp. 239-240). Ademais, queixou-se na carta da “frouxidão” dos fregueses em contribuir com donativos que viabilizassem as melhorias da igreja. A partir da iniciativa de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, a reforma da igreja da vila de São João do Atibaia foi atendida em 1795, onde permaneceu como vigário entre os anos de 1791 e 1797 (Pupo, 1983, p. 156). Declarou, em 1793, possuir cinco escravizados; em 1795, oito escravizados; e, em 1797, dez escravizados (APESP, lista [...] de São João do Atibaia, 1793; 1795; 1797). Em 1798, José Francisco Aranha Barreto de Camargo migrou para a vila de Castro, terras da capitania de São Paulo, sendo, segundo Pupo (1983, p. 156), a mudança realizada para fixar fogo junto ao seu irmão, o tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, proprietário de uma fazenda de criação de muars. José Francisco Aranha Barreto de Camargo deixou a vila de São João do Atibaia a fim de acompanhar a atividade agrária de seu irmão (CONDEPACC, 1995, p. 05).

Algumas vilas da capitania alcançaram o “êxito econômico” por decorrência da localização geográfica, que as posicionavam estrategicamente às margens dos caminhos percorridos pelos tropeiros que se dirigiam à vila de Santos. Portanto, fixar terras às margens dos caminhos unia interesses comuns dos senhores de engenho a fim de realizar o escoamento de suas produções (Bacellar, 1997, p. 116). Após 1730, com a abertura do caminho do Viamão (que conectava a porção sul do território), a

atividade de criação de tropas de muares deu um novo impulso a esse comércio e ao povoamento ao longo do caminho⁹⁹ (Reis Filho, 2014, pp. 30-31).

A vila de Castro, ao final do século XVIII, caracterizava-se pelo poder de grandes sesmeiros e dos primeiros povoadores da região. Esses indivíduos estabeleceram relações econômicas e familiares importantes com a cidade de São Paulo, estreitando seus interesses¹⁰⁰ (Motim, 1987, p. 114). A descoberta do ouro na região das Minas foi responsável pelo grande deslocamento populacional da região. Contudo, de acordo com Motim (1987, pp. 69-70), os pousos, freguesias e vilas próximas dessa região não estavam preparados para alocar tamanho “contingente migratório”, forçando a criação de gado em regiões do sul do país. Dessa forma, as possibilidades econômicas se ampliaram, não apenas na direção do eixo das Minas Gerais, mas também no sentido sul, através do caminho do Viamão, com a condução de tropeiros.

Em 1801, o vigário José Francisco Aranha Barreto de Camargo vivia no bairro de Ponta Grossa, onde declarou ser chefe do fogo 119 com o seu irmão, Joaquim Aranha Barreto de Camargo, o tenente coronel do regimento das milícias da freguesia de Nossa Senhora de Monte Serrate da Cotia. A propriedade vivia de plantio próprio e da criação de muares a partir da mão de obra de 44 escravizados (APESP, lista [...] Castro, 1796-1805). Até 1804, os irmãos Aranha viviam na mesma propriedade, contando com 31 escravizados (APESP, lista [...] Castro, 1796-1805). A partir de 1805, José Francisco passou a residir em latifúndio próprio, na fazenda do Imbiri¹⁰¹, onde vivia de suas ordens e possuía nove escravizados (APESP, lista [...] Castro, 1796-1805), pois Joaquim Aranha Barreto de Camargo mudou-se para terras da vila de São Carlos (observar figura 16, na qual foi traçado o trajeto percorrido por José Francisco Aranha Barreto de Camargo e seu irmão Joaquim Aranha Barreto de Camargo na capitania de São Paulo).

Em 1807, o vigário José Francisco Aranha Barreto de Camargo declarou, no recenseamento realizado para vila de Castro, possuir 20 cavalos, 46 bovinos e 14 escravizados em sua propriedade (APESP, lista [...] Castro, 1807). A atividade pecuária em sua propriedade se expandiu ao longo dos anos que ali permaneceu, contando, em 1808, com 31 cavalos e 70 bovinos e, em 1809, com 38 cavalos e 74 bovinos (APESP,

⁹⁹ Em 1728 já havia cerca de 30 pousos ao longo do caminho para atendimento dos viajantes e escoamento dos animais e da produção vinda da região Sul (Reis Filho, 2014, p. 31).

¹⁰⁰ O ideário suscitado por Motim (1987) é análogo à atuação e práticas do indivíduo enquanto agente modelador.

¹⁰¹ Nada foi encontrado a respeito da localização dessa propriedade.

lista [...] Castro, 1808). Já em 1810, declarou “viver de crias”, possuindo 18 escravizados, 40 cavalos e 90 bovinos (APESP, lista [...] Castro, 1810). José Francisco Aranha Barreto de Camargo permaneceu na vila de Castro até 1815, ano em que declarou possuir sete escravizados apenas. Possivelmente, prevendo sua mudança para as terras da vila de São Carlos, vendeu suas posses.

RECONSTITUIÇÃO DO DESLOCAMENTO TERRITORIAL DE
JOSÉ FRANCISCO ARANHA BARRETO DE CAMARGO E JOAQUIM ARANHA BARRETO DE CAMARGO

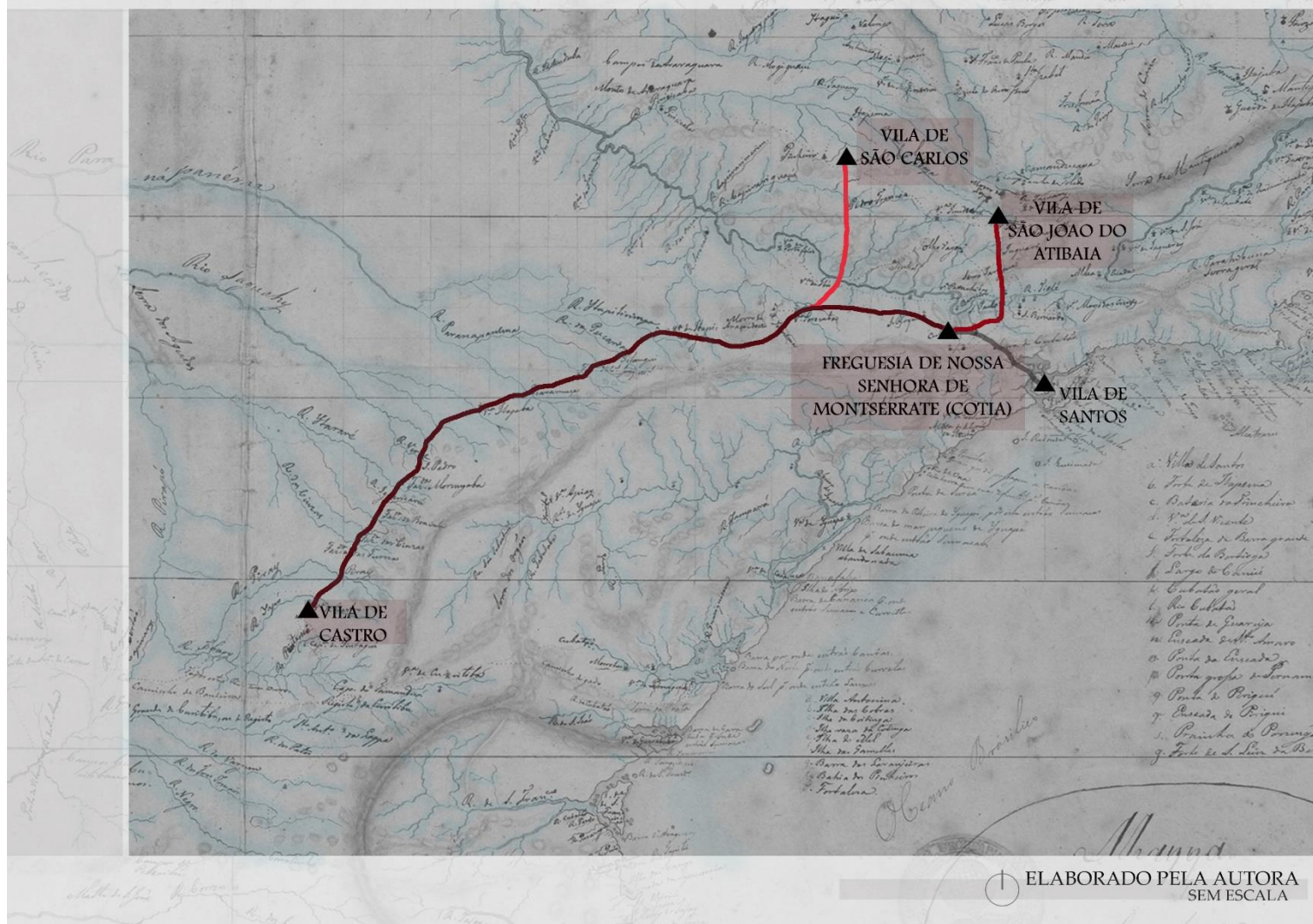


Figura 16. Reconstituição do deslocamento territorial percorrido por José Francisco Aranha Barreto de Camargo e Joaquim Aranha Barreto de Camargo (1762-1815). As informações da trajetória percorrida basearam-se na análise anual das listas nominativas de habitantes para as vilas de São João do Atibaia, freguesia de Nossa Senhora de Montserrat (Cotia), vila de Castro e vila de São Carlos (APESP). Como base de espacialização, utilizou-se o “Mappa da Capitania de São Paulo, ligeiramente copiado do original feito pelo Cel. Eng. Sr. João da Costa Ferreira, em 1811, para uso próprio do Ten. Cel. Eng. Guilherme, Barão de Eschewege” em Escala 1:2.000.000. Fonte: APESP, 1817.

O tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo foi o primeiro membro da família Souza Aranha a se estabelecer na vila de São Carlos, por volta de 1806, deslocando-se da vila de Castro (APESP, lista [...] Castro, 1805). Acompanharam-no a sua esposa, Eufrosina Matilde Silva Botelho, e os três filhos do casal: Maria Luzia de Souza Aranha, com dez anos, Joaquim Aranha de Camargo (filho), com oito anos e José Aranha de Camargo, com seis anos (Ribeiro, 2015, p. 16; APESP, 1806). Contavam com recursos próprios conquistados a partir de seu latifúndio na vila de Castro¹⁰², adquirindo a propriedade do Mato Dentro “para fazer roças de milho, feijão e arroz e a lavoura de cana e, ao mesmo tempo, iniciou a construção de um engenho” (Ribeiro, 2015, p. 16).

Em 1807, Joaquim Aranha, com 45 anos, não havia produzido açúcar, e seus 18 escravizados plantavam mantimentos para suprir seus gastos (APESP, 1807, p. 53). Em 1809, produziu milho e feijão e declarou-se, no arrolamento anual, como senhor do engenho situado no bairro do Mato Dentro (APESP, 1809, p. 61). No ano seguinte, já possuía 26 escravizados e declarou uma safra de 64 arrobas de açúcar alvo e 17 arrobas de açúcar redondo (APESP, 1810, p. 53).

Eufrosina Matilde Silva Botelho faleceu em 23 de julho de 1810, não deixando testamento pronto¹⁰³. Seu inventário *post mortem* foi aberto em 1811, onde foram nomeados Joaquim Aranha Barreto de Camargo como inventariante e seus filhos, Joaquim Aranha de Camargo (filho), com 12 anos; José Aranha de Camargo, com 10 anos; e Maria Luzia de Souza Aranha, com 14 anos, como herdeiros (CMU, 1811, pp. 01-03)¹⁰⁴.

Em 1812, viúvo, o tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo produziu aguardente, milho e feijão (APESP, 1812, p. 43). Em 1815, declarou ter produzido 500 arrobas de açúcar alvo, 300 arrobas de açúcar redondo, 200 arrobas de açúcar mascavo e 60 canadas de aguardente através a mão de obra de seus 22 escravizados (APESP, 1815, pp. 22-23).

¹⁰² Em 1799, Joaquim Aranha Barreto de Camargo vivia na fazenda do Jacará, em Castro, com sua esposa D. Eufrosina, e os dois filhos, Maria, de três anos, e Joaquim, de dois anos. Possuía 14 escravizados e ocupava-se do plantio de milho, feijão e principalmente da atividade pecuária (APESP, lista...Castro, 1799).

¹⁰³ Possivelmente um falecimento repentino. Furtado *in* Pinsky e Luca (2021, p. 95) aponta que os testamentos elaborados ao longo do século XVIII e XIX tinham por objetivo registrar as últimas vontades e desejos do indivíduo acerca do seu momento de falecimento.

¹⁰⁴ CMU, 1811.

Em 1817, seu engenho produziu 400 arrobas de açúcar alvo, 300 arrobas de açúcar redondo, 150 arrobas de açúcar mascavo, além milho, feijão, arroz e 30 canadas de aguardente, conforme quadro 7 (APESP, 1817, p. 40).

QUADRO 7- SÍNTESE DA PRODUÇÃO DO ENGENHO DO MATO DENTRO DE JOAQUIM ARANHA BARRETO DE CAMARGO (1806-1817) ¹⁰⁵				
ANO	PROPRIETÁRIO	PRODUÇÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA	ESCRAVIZADOS
1806	JOAQUIM ARANHA BARRETO DE CAMARGO	Milho, feijão, arroz e açúcar	Não declarada	--
1807		Mantimentos para suprir gastos	Não fez açúcar	18 escravizados
1810		Açúcar	64 arrobas de açúcar alvo 17 arrobas de açúcar redondo	26 escravizados
1812		Aguardente, milho e feijão	50 canadas de aguardente 150 plantas de milho	26 escravizados
1815		Açúcar e aguardente	500 arrobas de açúcar alvo 300 arrobas de açúcar redondo 200 arrobas de açúcar mascavo 60 canadas de aguardente	22 escravizados
1817		Açúcar, aguardente, milho arroz e feijão	400 arrobas de açúcar alvo 300 arrobas de açúcar redondo 150 arrobas de açúcar mascavo 30 canadas de aguardente	22 escravizados

Quadro 7. Síntese da produção do engenho do Mato Dentro, de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, a partir das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1806-1817).

Seu irmão, José Francisco Aranha Barreto de Camargo, chegou à vila em 1815 e, em 1817, declarou ser senhor de “engenho novo”, com 34 escravizados em propriedade situada no bairro das Anhumas¹⁰⁶, conforme quadro 8 (APESP, 1817).

QUADRO 8- SÍNTESE DA PRODUÇÃO DO ENGENHO DO ATIBAIA DE JOSÉ FRANCISCO ARANHA BARRETO DE CAMARGO (1815-1836) ¹⁰⁷				
ANO	PROPRIETÁRIO	PRODUÇÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA	ESCRAVIZADOS
1817	JOSÉ FRANCISCO ARANHA BARRETO DE CAMARGO	Declarou ser “senhor de engenho novo”	Nada declarado	34 escravizados
1818		Declarou “Ainda não fez açúcar”	Nada declarado	34 escravizados
1822		Açúcar e mantimentos	2500 arrobas de açúcar	56 escravizados
1825		Açúcar	1200 arrobas de açúcar branco 300 arrobas de açúcar alvo	59 escravizados
1826		Açúcar e aguardente	1800 arrobas de açúcar 150 canadas de aguardente	66 escravizados
1829		Açúcar e planta mantimentos	2400 arrobas de açúcar	63 escravizados

¹⁰⁵ Dados extraídos das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos (APESP, 1806-1817).

¹⁰⁶ Segundo Teixeira (2011, p. 152), a rede de parentesco e solidariedade aparenta ter sustentado boa parte das migrações ocorridas para a vila de São Carlos.

¹⁰⁷ Dados extraídos das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos (APESP, 1817-1836).

1836		Açúcar, aguardente, feijão e arroz	1100 arrobas de açúcar 700 arrobas de feijão 80 arrobas de arroz	79 escravizados
------	--	------------------------------------	--	-----------------

Quadro 8. Síntese da produção do engenho do Atibaia, de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, a partir das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1817-1836).

Quando se estabeleceu na vila, José Francisco teria abandonado sua função sacerdotal a fim de dedicar-se à cultura do açúcar através do seu engenho (Brito, 1958, p. 119). Ao que a documentação indica, José Francisco Aranha Barreto de Camargo não exerceu sua função da mesma forma que havia seguido na vila de São João do Atibaia, ou seja, na vila de São Carlos não era encomendado nem colado a uma paróquia, atuando como vigário da vara da vila (APESP, 1817; CONDEPACC, 1995, p. 05), cargo esse que, como apontado por Briskievicz (2020, pp. 42-44), tinha por função fiscalizar um distrito ou forania, ou seja, administrava os párocos colados, sendo reconhecido pela Igreja como uma função “mediadora entre os mandos e desmandos dos padres e párocos, bem como dos desajustes religiosos dos fiéis”. Não é demais recordar que, acima do vigário da vara, estava o bispo da diocese, a quem cabia a decisão final de muitos casos, e que o vigário da vara se tornava responsável pela administração da justiça do no seu território eclesiástico (Briskievicz, 2020, pp. 44-45). Vale a menção de que ocupar cargos notórios, fossem políticos, religiosos ou militares, tornou-se uma forma de ascensão de indivíduos que formaram a elite senhorial (Both, 2016, p. 17). Segundo Brito (1958, p. 119), outras “notas” encontradas sobre a trajetória de José Francisco Aranha Barreto de Camargo apontam que ele teria ocupado, em 1829, em momentos oportunos, o cargo de suplente do juiz de paz da vila.

Na busca por terras férteis para iniciar a produção de açúcar, a primeira geração da família Souza Aranha se estabeleceu na vila de São Carlos, com rápida inserção no âmbito social (Ribeiro, 2015, p. 17), pois contavam com recursos próprios ao fixar fogo na vila, ou seja, já possuíam condições financeiras que permitiram a compra de terras e escravizados para iniciar suas produções (observar a figura 17, que traz o termo da vila de São Carlos em 1818, com as distâncias das sedes dos engenhos do Mato Dentro, de Francisco Aranha Barreto de Camargo, e do Atibaia, de José Francisco Aranha Barreto de Camargo).

DISTÂNCIA ENTRE OS ENGENHOS DO MATO DENTRO E DO ATIBAIA



Figura 17. Distância entre as sedes dos engenhos do Mato Dentro e do Atibaia, de Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de Camargo, situados no termo da vila de São Carlos em 1818.

Conforme Teixeira (2019, p. 12), se tornar um senhor de engenho não era uma tarefa fácil, pelo contrário, dependia de uma dotação prévia de capital. As relações de compadrio se estenderam em mesma velocidade, sendo Joaquim Aranha Barreto de Camargo convidado a servir de testemunha no casamento da filha de um dos “pioneiros na fabricação do açúcar” (Pupo, 1969, p.57), o capitão Felipe Néri Teixeira, em 1807 (Ribeiro, 2015, p. 17). Em vista disso, as associações estabelecidas demonstram como a estrutura familiar teve um papel fundamental, seja como ponto de apoio aos filhos, seja como forma de aliança social¹⁰⁸ (Teixeira, 2011, p. 164). Instalado na vila de São Carlos, José Francisco Aranha Barreto de Camargo passou a exercer o cargo de vigário da vara da vila como visitador diocesano, além de adquirir as terras do engenho denominado Atibaia. Enquanto seu irmão, Joaquim Aranha Barreto de Camargo, adquiriu o engenho do Mato Dentro.

As sucessões genealógicas estabelecidas na vila, onde senhores de engenhos se tornaram fazendeiros e fizeram as transmissões aos seus herdeiros, funcionaram como mecanismo de sedimentação de um sistema econômico e mercantil propulsor para o êxito urbano da vila¹⁰⁹ (Bacellar, 1997). A enorme riqueza auferida com o açúcar e, sobretudo, com o início do plantio do café propiciaram não apenas uma série de melhoramentos materiais que beneficiaram a cidade, mas igualmente uma preocupação de ordem cultural, artística, social e religiosa (Matos, 2006, p. 33).

¹⁰⁸ Presos, portanto, por laços de sangue e amizade, os Penteado, Andrade e Souza Aranha formaram umas das principais bases familiares dos grandes proprietários, bem como dos futuros líderes políticos que formaram no nível municipal e que vieram a ocupar importantes segmentos da vida pública mais ampla (Teixeira, 2011, p. 178).

¹⁰⁹ As listas nominativas de habitantes trazem a distinção das ocupações dos chefes de fogo, entre agricultores e senhores de engenho. Esta diferenciação é perceptível no que tange à escala de produção da propriedade, ou seja, ser senhor de engenho subentendia um latifúndio que produzia açúcar. Nos inventários, esta nomenclatura também foi adotada até a primeira metade do século XIX para a vila de São Carlos e, de forma mais específica, para a documentação analisada da família Souza Aranha. Contudo, a partir de 1850, a lógica das propriedades rurais se ampliou, fazendo com que um proprietário possuísse mais de um engenho ou fazenda. A partir daí, observa-se que “fazendeiro” passa a ser a nomenclatura mais assumida nos documentos. A primeira geração, liderada por Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de Camargo, se enquadra no ideário do senhor de engenho, já os herdeiros, como Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha, passam a ser comumente listados, na segunda metade do século XIX, como fazendeiros (almanaques) e não mais senhores de engenho.

1.8 A transmissão da terra à segunda geração dos Souza Aranha e o desenvolvimento da lavoura de café (1817-1839)

Para o ano de 1817, o recenseamento registrou o tenente coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo como morador do bairro do Mato Dentro, onde possuía engenho, tendo produzido 850 arrobas de açúcar e mantimentos, como milho, feijão e arroz (APESP, 1817; Ribeiro, 2015, p.17). No mesmo ano, sua filha, Maria Luzia de Souza Aranha (nascida em Ponta Grossa), se casou com Francisco Egídio de Souza Aranha¹¹⁰. Ambos eram primos e foram dispensados do segundo grau de consanguinidade para se casarem, fator esse muito comum entre diversas famílias e caracterizado por Teixeira (2011) como uma “forma de aliança no seio de uma mesma família”¹¹¹. No caso de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, parte considerável de seu latifúndio, situado no bairro do Mato Dentro, foi passado à sua filha e ao seu genro, no enlace matrimonial. Para as filhas desses “homens bons”, o caminho seguro era garantir a tranquilidade de um “bom” casamento, ou seja, garantir que o matrimônio assegurasse parceiros iguais aos seus, que tivessem a mesma condição social, a mesma cor e, se possível, o mesmo sangue (Teixeira, 2011, p. 170). No registro matrimonial:

Aos dezesseis de junho de mil oitocentos e dezessete [...] o reverendo José Francisco Aranha de Camargo recebeu em matrimônio no sítio do tenente coronel Joaquim Aranha de Camargo, sob dispensa do segundo grau de consanguinidade, Francisco Egídio de Souza Aranha, filho do Alferes Pedro de Souza Campos e Dona Maria Francisca Aranha, com Dona Maria Luzia Aranha¹¹² [...] (FAMILYSEARCH, 1817, p. 126).

Sobre as terras que ficaram sob posse do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, em 1829, com 77 anos, declarou ser negociante de fazendas secas, além de estar envolvido com as tributações referentes à importação e à exportação anual da vila. Quanto à produção de seu latifúndio, que se tratava de parte do engenho do Mato Dentro inicial, era senhor de engenho e plantou mantimentos para suas posses, alegando “viver com seus escravizados empregados no serviço da nova Matriz” (APESP, 1829, p. 118). Nesse ano foram arrolados, na sua declaração, 38

¹¹⁰ Filho de Maria Francisca Aranha de Camargo e do alferes Pedro de Souza Campos, residentes na vila de Santos.

¹¹¹ Seguiu-se, aqui, um tradicional costume da aristocracia rural brasileira. A partir de uma “propriedade tronco”, todos os demais iam se irradiando em seu entorno.

¹¹² FAMILYSEARCH, Livro de registro de Matrimônios 1806-jan 1818. Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, Campinas. Disponível em: <https://bit.ly/483wzED>. Acesso em jul. 2023.

escravizados, o que indica que possivelmente parte trabalhava na produção do latifúndio e parte prestava serviços à construção da nova igreja de Nossa Senhora da Conceição (Matriz nova). A diversificação das atividades agrárias, empregando escravizados em atividades no bairro da vila, além da “idade avançada” (Ribeiro, 2015), demonstrou que a transmissão dos encargos à geração seguinte (de Francisco Egídio e sua filha Maria Luzia) já era uma realidade. Dado que não foi encontrado, durante o desenvolvimento do presente trabalho, o inventário de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, é possível que o mesmo, antes de seu falecimento, tenha voltado à Santos, onde faleceu em 1844, segundo aponta Leme (1903, p. 165).

Uma solução por vezes buscada para a transmissão dos bens era recorrer a membros da família que moravam na vila, oferecendo-lhes um dote a fim de estimulá-los. O dote, por sua vez, poderia ser dado em escravizados, terras, mobílias, chegando até a cessão de fazendas aos novos genros, no intuito de torná-los administradores da propriedade, função que, para grandes fazendeiros, era fundamental delegar a alguém de confiança (Silva, 2013, pp. 196-197). Como parte do dote de Maria Luzia de Souza Aranha, seu pai ofereceu o engenho do Mato Dentro (Ribeiro, 2015; Pupo, 1983), onde ocorreu a cerimônia¹¹³. Entre os convidados, destaque aos padrinhos, João Francisco de Arruda Andrade e o capitão Teodoro Ferraz Leite, cujos nomes não relacionavam parentesco aos Souza Aranha. Entretanto, estreitar vínculos com aqueles que dirigiam a vila à época era “algo demasiado intrincado no jogo do poder local” (Teixeira, 2011, p. 176).

Os primeiros ensaios do plantio de café na vila de São Carlos ocorreram no início do século XIX. O produto tornou-se lucrativo em função da baixa do açúcar, inicialmente nos vales do Paraíba e Fluminense e, concomitantemente, as notícias sobre seu plantio exitoso chegavam à vila de São Carlos (IBGE, 1952, p. 236). O capitão Francisco de Paula Camargo, primo do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, em visita ao Rio de Janeiro, trouxe algumas mudas à região, iniciando com Joaquim o plantio do produto em suas terras. Conforme Campos Júnior (IBGE, 1952, p. 236), a expectativa era de que o café trouxesse “as receitas praticadas na capital”, contudo a inexperiência em lidar com esse produto não trouxe bons resultados iniciais. Ao que parece, nenhum dos dois senhores de engenho daria seguimento aos intuítos comerciais do café. Joaquim Aranha Barreto de Camargo acabou “sendo vítima de seu

¹¹³ Conforme Bacellar (1997, p. 128), não havia regras para a definição do montante do dote. O valor contado baseava-se na eficiência, se tratando de uma prática carregada de importância material e simbólica, na qual a transmissão de parte da herança pautava-se na composição e eficiência do novo casal.

próprio desconhecimento” no que diz respeito ao tratamento do café, plantando mudas de café às sombras de frondosas árvores (Alfonso, 2018, p. 109; IBGE; 1952, p. 236).

[...] induzido por este vantajoso preço, não só plantou um cafezal [...] mas ainda instou com seu amigo o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, para que fizesse igual plantação; o que de fato aconteceu. Estes dois cafezais, porém, ainda foram abandonados: o do primeiro porque não tendo o consumo conservado o alto preço observado no Rio de Janeiro, julgou mais acertado continuar com a cultura de cana e a fabricação de açúcar, que então constituía a principal indústria do município; e o do segundo por ser seu proprietário mal informado sobre o tratamento desta planta, que lhe disseram não vegetar bem se não à sombra, preparando a terra para a plantação deixou ficar as árvores altas para produzirem o competente abrigo; e disso resultou que o cafezal quase nada produziu (AMARAL, 1900, p. 102).

Diante dessa situação, foi a partir da década de 1820 que a primeira experiência na vila com o cultivo do café, voltada ao mercado internacional, foi bem-sucedida, sendo em terras do engenho do Mato Dentro, a lavoura do coronel Francisco Egídio de Souza Aranha, genro de Joaquim Aranha, produziu café (Alfonso, 2018, p. 111). A contar pelas relações sociais estabelecidas, Francisco Egídio de Souza Aranha, segundo IBGE (1952, p. 236), se viu “induzido pelo vantajoso preço no mercado internacional” e pelos ensaios prósperos do plantio no vale Fluminense, contados por outros indivíduos da vila:

Algum tempo depois, tendo esta fazenda passado ao poder do distinto cidadão e lavrador Francisco Egídio de Souza Aranha, parente e genro do coronel Aranha, começou aquele, ou porque o preço do açúcar fosse extremamente baixo ou porque fosse mais audacioso e empreendedor do que seus co-municípes [...] esta tentativa teve êxito e o sr. Egídio começou logo a colher, preparar e exportar café, que alcançava um bom preço no mercado (AMARAL, 1900, p. 102).

Não se sabe ao certo como, mas o cafezal rendeu bons frutos nas mãos do novo proprietário e foram plantados “dez mil pés de café alinhados, e foram estes os primeiros aqui cultivados nestas condições” (IBGE 1952, p. 237).

Em 1822, Francisco Egídio de Souza Aranha, natural da vila de Santos, declarou-se senhor de engenho em conjunto com a sua esposa, dona Maria Luzia de Souza Aranha, natural da vila de Castro, com três filhos, Maria e os gêmeos José e Joaquim. Sua propriedade produziu 1800 arrobas de açúcar e mantimentos para consumo da

fazenda através da mão de obra de seus 31 escravizados, conforme quadro 9 (APESP, 1822, p. 80). Nos anos seguintes, Francisco Egídio só fez impulsionar os negócios. Em 1825, seus 59 escravizados ensacaram 300 arrobas de café (APESP, 1825, p. 164). E, em 1829, a proporção foi elevada para 94 escravizados produzindo 500 arrobas (APESP, 1829, p. 70). A quantidade significativa produzida de café, em 1822, conferia ao produto o caráter comercial buscado, destinado ao mercado e não ao consumo próprio, indicando assim o sucesso na cultura do produto (Ribeiro, 2015, p. 18). Já em 1836, um total de 1.000 arrobas foram ensacadas para venda, muito embora o número de escravizados houvesse diminuído para 75 (Alfonso, 2018, p. 114; APESP, 1836).

QUADRO 9. SÍNTESE DA PRODUÇÃO DO ENGENHO DO MATO DENTRO DE FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA (1818-1836) ¹¹⁴				
ANO	PROPRIETÁRIO	PRODUÇÃO	QUANTIDADE PRODUZIDA	ESCRAVIZADOS
1822	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Açúcar e mantimentos	1800 arrobas de açúcar	31 escravizados
1825		Açúcar, café, aguardente e mantimentos	1800 arrobas de açúcar 1000 arrobas de açúcar branco 500 arrobas de açúcar redondo 300 arrobas de açúcar mascavo 300 arrobas de café 38 canadas de aguardente	59 escravizados
1829		Açúcar, café, milho e feijão	3500 arrobas de açúcar 500 arrobas de café	94 escravizados
1836		Açúcar, café, algodão e milho	4000 arrobas de açúcar 1000 arrobas de café 200 arrobas de algodão 800 arrobas de milho	75 escravizados

Quadro 9. Síntese da produção do engenho do Mato Dentro, de Francisco Egídio de Souza Aranha, a partir das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos. Fonte: APESP (1822-1836).

No último recenseamento realizado para vila de São Carlos, em 1836, Francisco Egídio de Souza Aranha possuía 60 anos e sua esposa, Maria Luzia de Souza Aranha, 38 anos. Foram registrados quatro filhos do casal: José Egídio, com 12 anos; Joaquim Egídio, gêmeo de José; Francisco Egídio, de oito anos; e Pedro Egídio, de seis anos. A propriedade do Mato Dentro produziu além das 1.000 arrobas de café, 200 arrobas de algodão (Ribeiro, 2015, p. 19). Como bem apontado por Alfonso (2018, pp. 114-115), a redução do contingente, com o passar dos anos, estava longe de representar uma perda patrimonial, mas sim uma possível realocação dos escravizados para outros

¹¹⁴ Dados extraídos das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos (APESP, 1817-1836).

latifúndios, que passaram a ser adquiridos como recurso de expansão da riqueza familiar¹¹⁵.

Conforme observado no quadro 10, em 1829, a família Souza Aranha detinha três principais engenhos, sendo o de Francisco Egídio de Souza Aranha o com maior número de escravizados e o que apresentava maior produção. Em certa medida, a sucessão dos patrimônios, já em vigência desde 1817, demonstrava seu êxito na produção do latifúndio (ver figura 18).

QUADRO 10. PRODUÇÃO E PROPRIETÁRIOS DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA NA VILA DE SÃO CARLOS EM 1829					
PROPRIEDADE	PROPRIETÁRIO	IDADE	ATIVIDADE	PRODUTOS	ESCRAVIZADOS
ENGENHO DO MATO DENTRO ¹¹⁶	Joaquim Aranha Barreto de Camargo (tenente-coronel reformado)	66	Senhor de engenho e negociante de fazendas	Açúcar	39 escravizados
ENGENHO DO MATO DENTRO (parte concedida por dote) ¹¹⁷	Francisco Egídio de Souza Aranha	50	Senhor de engenho	Açúcar, café e milho	94 escravizados
ENGENHO DO ATIBAIA ¹¹⁸	José Francisco Aranha Barreto de Camargo (padre)	68	Senhor de engenho	Açúcar e mantimentos	63 escravizados

Quadro 10. Produção e proprietários da família Souza Aranha na vila de São Carlos, segundo a lista nominativa de habitantes de 1829. Fonte: APESP, 1829.

Em mesma medida que seu irmão, o padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo, ciente do êxito na “produção rubiácea” (Ribeiro e Cunha, 2018) em terras de seu sobrinho, manteve em suas terras a produção de açúcar, produzindo, no ano de 1822, cerca de 2500 arrobas de açúcar, além de colher mantimentos para consumo próprio por meio de 54 escravizados. Os agregados ao seu fogo eram Joaquim, branco, de 7 anos; Manoel, branco, de 6 anos; e Salvador, feitor do engenho, preto, de 25 anos (APESP, 1822, pp. 85-86). Em 1824, o padre José Francisco declarou ser agricultor e senhor de engenho, ensacando 1500 arrobas de açúcar através dos braços de 60 escravizados (APESP, 1824, pp. 85-87).

Para 1825, vivia de sua fábrica de açúcar, produzindo 1.800 arrobas de açúcar e 150 canadas de aguardente por meio de 66 escravizados. Neste ano, vivia em seu fogo,

¹¹⁵ Na lista nominativa de habitantes de 1836 não há informações sobre o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Segundo Ribeiro (2015, p. 19), ele provavelmente já teria ido morar na vila de Santos, localidade onde faleceu em 1844.

¹¹⁶ APESP, 1829, p.118

¹¹⁷ APESP, 1829, pp.70-72.

¹¹⁸ APESP, 1829, pp.16-18.

Joaquim, natural da vila de Castro, de 12 anos e branco, nomeado como feitor do engenho de José Francisco Aranha Barreto de Camargo (APESP, 1825, pp. 105-107). Em 1829, o latifúndio do padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo produziu 2400 arrobas de açúcar, além de plantar mantimentos para seu gasto. Joaquim, com 16 anos, era o feitor e, Manoel Carlos, de 13 anos, foi declarado como agregado ao fogo, que contava com 65 escravizados (APESP, 1829, pp. 16-17).

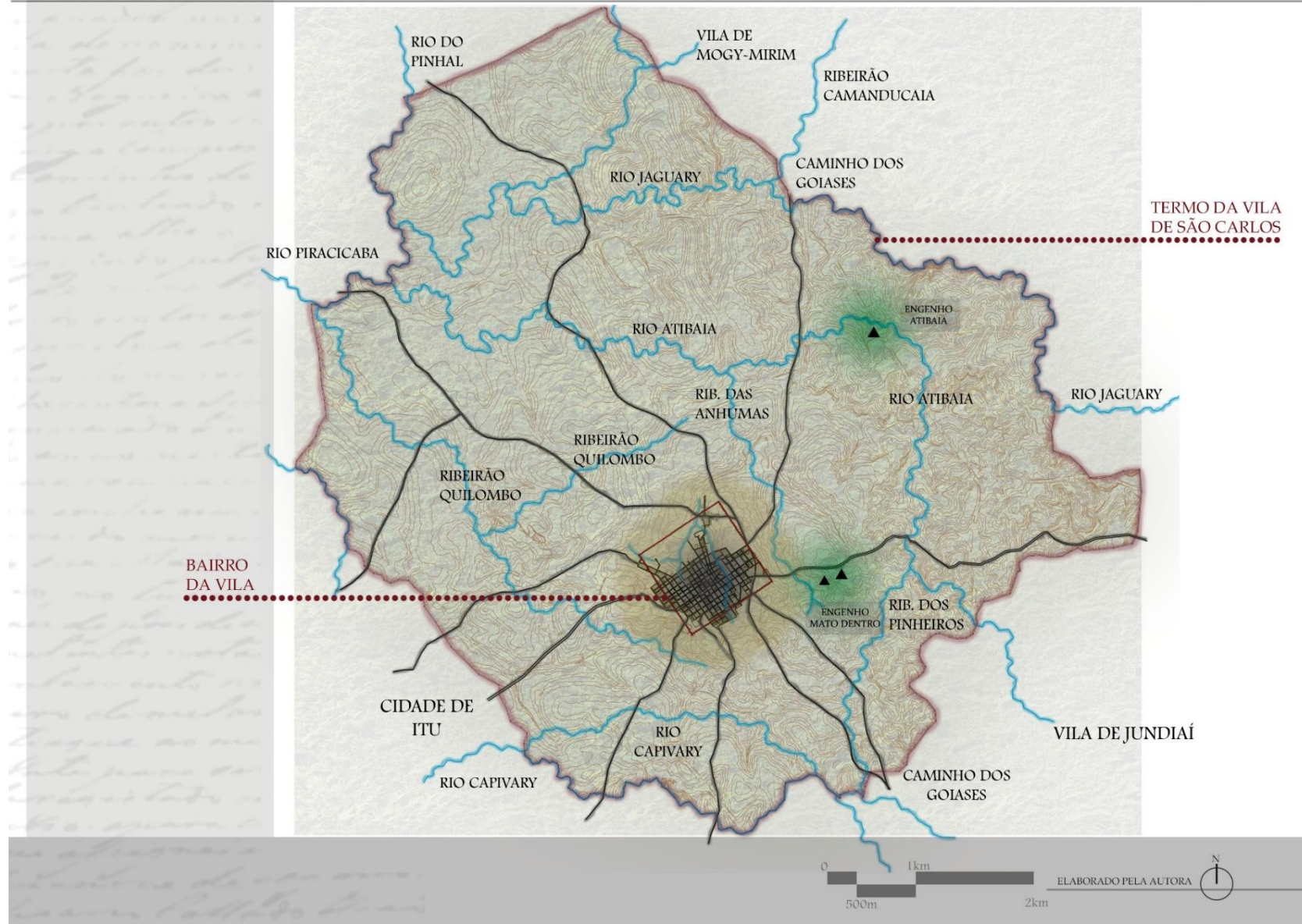


Figura 18. Sedes das propriedades da família Souza Aranha inseridas no termo da vila de São Carlos em 1829 – o engenho do Atibaia, de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, e o engenho do Mato Dentro, desmembrado em duas porções, parte pertencente a Joaquim Aranha Barreto de Camargo e parte doada em dote à filha, Maria Luzia de Souza Aranha, e ao genro, Francisco Egídio de Souza Aranha.

1.8.1 Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha: a transmissão dos bens aos herdeiros de José Francisco Aranha Barreto de Camargo (1836-1839)

José Francisco Aranha Barreto de Camargo, com 74 anos em 1836, declarou ser “vigário da vara da vila”, além de senhor de engenho de sua fábrica de açúcar, que produziu 3.000 arrobas de açúcar, além de insumos como milho, feijão e arroz, a partir da mão de obra de 74 escravizados. Junto ao seu fogo, situado no bairro do Atibaia, arrolou Joaquim Policarpo de Aleluia como administrador e Manoel Carlos de Aleluia como feitor de seu latifúndio (APESP, 1836, p. 36). Joaquim Policarpo e Manoel Carlos foram “dois moços” que, segundo José Francisco Aranha Barreto de Camargo, “se recrearam em sua residência e em recompensa por haver com todo o zelo e prontidão com boa e louvável conduta servindo de administrador e feitor em seu engenho de forma gratuita os beneficiava”, deixando testamento que passava seus bens aos dois (CMU, 1836; 1839). Em 1839, com seu falecimento, foi aberto inventário *post mortem*, onde:

Joaquim Policarpo de Aleluia, Manoel Carlos de Aleluia, e que tendo falecido nesta vila com seu solene testamento o **Reverendo José Francisco Aranha Barreto de Camargo, institui como seus herdeiros universais** aos superiores e o 1º testamento e como tem se deflagrar a décima a Fazenda Nacional querem a vossa senhoria nomeio inventariante dos bens daquele finado para proceder ao inventário Judicial devendo ser nomeado um dos superiores como interessados que são e estão na posse dos bens e depois de nomeado e juramentado, cite-se ao coletor desta vila para louvar-se de sua afim de se proceder aos inventariantes e seguir-se aos termos do mesmo inventário. Nomeio inventariante o próprio superior Joaquim Policarpo de Aleluia que prestava juramento ao já citado o Coletor, para na sua audiência deste juízo louvarem-se todos e seguir-se os mais termos (CMU, 1839, p. 05- grifo da autora)

Dessa maneira, Joaquim Policarpo de Aleluia e Manoel Carlos de Aleluia eram prováveis filhos do padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo (Brito, 1958; Pupo, 1969; Ribeiro, 2015). A relação paternal não foi assumida em nenhum documento consultado para o presente trabalho, provavelmente em função dos ofícios sacerdotais de José Francisco Aranha Barreto de Camargo. Além da transmissão da fortuna passada através do testamento de 1836, a atribuição de cargos de confiança aos dois herdeiros reforça a hipótese da relação consanguínea. Assim, os encargos dados aos jovens Joaquim Policarpo e Manoel Carlos representavam uma estratégia sólida de transmissão do patrimônio. Nas novas terras do extremo Oeste, instalavam seus representantes, denominados administradores ou feitores, que agiam de acordo com

as ordens recebidas. Esses administradores eram, muitas vezes, filhos do proprietário, mas as terras sempre continuavam pertencentes ao pai (Bacellar, 1997 p. 138).

Segundo a lista nominativa para a vila de São Carlos de 1836, foram recenseados, junto ao engenho do Atibaia, de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, os agregados Joaquim Policarpo de Aleluia, Manoel Carlos de Aleluia e Iria Balbina de Aleluia (APESP, 1836, p. 36). Conforme o registro, Joaquim Policarpo de Aleluia e Manoel Carlos de Aleluia receberam maior destaque e, portanto, função atribuída como administrador e feitor, respectivamente, do engenho do Atibaia, funções essas destinadas aos herdeiros homens. Conforme apontado por Bacellar (1997. p.139), era possível, no entendimento das relações familiares, que os administradores de engenhos e latifúndios permanecessem como herdeiros da propriedade no qual trabalhavam por interesse de seu pai em manter a sucessão contínua de seus bens.

Já Iria Balbina de Aleluia não teve nenhum destaque na herança de José Francisco, possivelmente porque, em 1839, já havia se casado com José Machado de Campos Aranha (filho de Gertrudes Maria Aranha e do sargento Francisco Barbosa de Vasconcelos). Em testamento, escrito em conjunto com o marido, elaborado em 1861, Iria Balbina e José Machado declararam:

Em nome de Deus, dizemos nós, José Machado de Campos Aranha e dona Iria Balbina de Campos, que a mais de vinte anos nos casamos na cidade de Campinas, e na forma determinada pela Santa Igreja Católica Apostólica Romana, cuja religião professamos e intencionamos seguir até nossa morte: somos residentes no distrito dessa cidade. **Nossos pais e avós já são falecidos; de nosso consórcio não temos filho algum vivo; não tendo, pois, herdeiro algum necessário**, e sendo-nos por isso permitido deixar nossos bens a quem bem quisermos; declaramos que é de nossa livre vontade, digo, livre e espontânea vontade, instituímo-nos reciprocamente herdeiros um ao outro, a saber aquele que primeiro falecer, instituir e deixar a ser herdeiro universal a aquele que ficar. E a este fica a obrigação de mandar a fazer a escritura pelo modo que quiser [...]. **Nomeamos em primeiro lugar aquele que sobreviver ao outro, em segundo lugar o senhor Joaquim Policarpo Aranha** e em terceiro lugar o senhor Joaquim José Gomes desta cidade¹¹⁹ (CMU, 1875, pp. 6-06v-grifo da autora).

Com o falecimento de Iria Balbina de Campos, em 1875, o testamento foi incorporado ao processo e, por não possuírem herdeiros, legaram o patrimônio a Joaquim Policarpo Aranha, provável irmão de Iria. Ademais, a partir do inventário de José Francisco, os jovens passaram a assinar com o sobrenome da família Souza

¹¹⁹ CMU, 1875.

Aranha, sendo respectivamente Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha (CMU, 1839).

José Francisco Aranha Barreto de Camargo redigiu seu testamento em 1836, com 74 anos. Dado seu falecimento em 1839, seu testamento foi incorporado ao seu inventário *post mortem*:

Saibam que sendo este jubileu instrumento de testamento e juramento do termo da vontade, que no ano de nascimento de nosso senhor Jesus Cristo, digo no ano de mil oitocentos e trinta e seis aos dez dias do mês de junho, nesta vila de São Carlos, que eu, padre José Francisco Aranha Barreto de Camargo estando em meu perfeito juízo em plena posse de minhas faculdades mentais findo de minha livre vontade e faço as declarações e confissões testamentárias que afirmo que se louvarão [...] (CMU, 1839, p. 05).

Os herdeiros universais foram os jovens Joaquim Policarpo de Aleluia e Manoel Carlos de Aleluia, possíveis filhos de José Francisco Aranha Barreto de Camargo. Joaquim Policarpo foi nomeado, conjuntamente, como inventariante de seu suposto pai falecido, sendo encarregado pelo juiz de paz a “descrever com boa consciência todos os bens que ficaram por falecimento do Reverendo” (CMU, 1839, p. 03):

Joaquim Policarpo de Aleluia e Manoel Carlos de Aleluia, e que tendo falecido nessa vila, com seu solene testamento o reverendo José Francisco Aranha Barreto de Camargo, instituindo como herdeiros universais [...] e nomeio como inventariante o próprio superior, Joaquim Policarpo de Aleluia que prestou juramento [...] ¹²⁰(CMU, 1839, p. 05).

No que se refere aos ativos avaliados no inventário *post mortem* de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, a maior parcela de sua fortuna centrava-se no número de escravizados descritos, bem como na avaliação de animais (vacuns e muares). O reverendo José Francisco Aranha Barreto de Camargo possuía, em 1839, 101 escravizados bem como 171 animais (conforme pode ser observado no quadro 11).

¹²⁰ O adendo para os sobrenomes dos jovens, “Aleluia”. No encerramento do inventário, ambos já assinavam como Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha, fortalecendo a hipótese da relação paternal com José Francisco.

QUADRO 11. ESCRAVIZADOS DE JOSÉ FRANCISCO ARANHA BARRETO DE CAMARGO EM 1839 ¹²¹		
Nº	DESCRIÇÃO CONFORME INVENTÁRIO (1839)	AVALIAÇÃO
1.	Boa Ventura Ferreiro de Feitoza acostumado a embriagar-se.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
2.	Antônio de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
3.	Victoriano de Nação	250:000 - duzentos cinquenta mil réis.
4.	Feliz	40:000 - quarenta mil réis.
5.	Lucio com ferida na perna.	250:000 - duzentos e cinquenta mil réis.
6.	José Camargo de Nação.	300:000 - trezentos mil réis.
7.	Joaquim Lubesto Gostoso.	250:000 - duzentos e cinquenta mil réis.
8.	Luciano de Nação Carpinteiro novo.	500:000 - quinhentos mil réis.
9.	João forro por alcunho.	400:000 - quatrocentos mil réis.
10.	Serafim Banqueiro de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
11.	Domingos novo de Nação.	480:000 - quatrocentos e oitenta mil réis.
12.	Francisco de Nação.	480:000 - quatrocentos e oitenta mil réis.
13.	Ivo de Nação.	500:000 - quinhentos mil réis.
14.	Paulo velho arreador.	150:000 - cento e cinquenta mil réis.
15.	João velho quebrado.	160:000 - cento e sessenta mil réis.
16.	Archanjo velho.	300:000 - trezentos mil réis.
17.	Jose Torto.	50:000 - cinquenta mil réis.
18.	Matheus Ordinário.	300:000 - trezentos mil réis.
19.	Antônio quadrado.	400:000 - quatrocentos mil réis.
20.	Luciano.	500:000 - quinhentos mil réis.
21.	Diogo.	480:000 - quatrocentos e oitenta mil réis.
22.	Ignacio Velho de Nação.	350:000 - trezentos e cinquenta mil réis.
23.	Felisberto de Nação.	500:000 - quinhentos mil réis.
24.	Damião.	40:000 - quarenta mil réis.
25.	Policarpo Creto.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
26.	Elis de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
27.	Rafael de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
28.	Estevão Quebrado Nação.	150:000 -cento e cinquenta mil réis.
29.	Faustino de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
30.	Caetano de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
31.	Máximo de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
32.	Augusto.	200:000 - duzentos mil réis.
33.	Antônio Moçambique.	300:000 - trezentos mil réis
34.	Filipe de Nação.	480:000 - quatrocentos e oitenta mil réis.
35.	Floriano de Nação.	500:000 - quinhentos mil réis.
36.	Custodio de Nação.	500:000 - quinhentos mil réis.
37.	Alexandre de Nação	400:000 - quatrocentos mil réis.
38.	Manoel de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
39.	Marcos de Nação, quebrado.	150:000 -cento e cinquenta mil réis.
40.	João Congo.	150:000 -cento e cinquenta mil réis.
41.	Rafael novo de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
42.	Francisco de Nação	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
43.	Anastacio Jacinto de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
44.	Izidro de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
45.	Boaventura Zaimbro.	400:000 - quatrocentos mil réis.
46.	Francisco de Nação, queimado.	350:000 - trezentos e cinquenta mil réis.
47.	Caetano quebrado Nação.	200:000 - duzentos mil réis.
48.	Eurico Crioulo.	130:000 - cento e trinta mil réis.
49.	Calisto de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
50.	Pascoal de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.

¹²¹ CMU, 1839, pp.13v-26v.

51.	Jacinto de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
52.	Sebastião muito ordinário Nação.	30:000 - trinta mil réis.
53.	Justino de Nação.	130:000 - cento e trinta mil réis.
54.	Thomé de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
55.	Jeremias de Nação.	100:000 - cem mil réis.
56.	Silvestre de Nação.	350:000 - trezentos e cinquenta mil réis.
57.	Feliz Pneumático e papudo.	300:000 - trezentos mil réis.
58.	Bendito Idoso.	300:000 - trezentos mil réis.
59.	Jacinto com vilida no olho.	350:000 - trezentos e cinquenta mil réis.
60.	Thomaz idoso.	250:000 - duzentos e cinquenta mil réis.
61.	Teodoro.	500:000 - quinhentos mil réis.
62.	Constantino.	400:000 - quatrocentos mil réis.
63.	Salvador, papudo.	300:000 - trezentos mil réis.
64.	Josefa.	400:000 - quatrocentos mil réis.
65.	Maria Crioula.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
66.	Emília Crioula.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
67.	Anna Crioula.	300:000 - trezentos mil réis.
68.	Jesuína Crioula, costureira.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
69.	Catharina velha de Nação.	300:000 - trezentos mil réis.
70.	Roza doentia.	350:000 - trezentos e cinquenta mil réis.
71.	Joaquina de Nação.	350:000 - trezentos e cinquenta mil réis.
72.	Maria Antônia velha de Nação.	350:000 - trezentos e cinquenta mil réis.
73.	Izabel de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
74.	Cândida de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
75.	Emerenciana Crioula.	400:000 - quatrocentos mil réis.
76.	Luiza de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
77.	Feliciana de Nação.	400:000 - quatrocentos mil réis.
78.	Francisca Crioula.	420:000 - quatrocentos e vinte mil réis.
79.	Mariana de Nação.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
80.	Anna velha crioula.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
81.	Escolástica da Nação.	460:000 - quatrocentos e sessenta mil réis.
82.	Antônia.	400:000 - quatrocentos mil réis.
83.	Maria velha.	450:000 - quatrocentos e cinquenta mil réis.
84.	Por um crioulinho de nome Vicente, de idade de sete anos, pescoço grosso.	200:000 - duzentos mil réis.
85.	Miguel, de idade de sete anos.	200:000 - duzentos mil réis.
86.	Felipe, de idade de sete anos.	200:000 - duzentos mil réis.
87.	Marcelino, de idade de sete anos.	200:000 - duzentos mil réis.
88.	Albino, de idade de quatro anos.	120:000 - cento e vinte mil réis.
89.	Francisco, de idade de quatro anos, doentio.	80:000 - oitenta mil réis.
90.	Mulata de idade de seis anos.	180:000 - cento e oitenta mil réis.
91.	Querubina, de idade de dois anos.	80:000 - oitenta mil réis.
92.	Gabriel, de idade de dois anos.	80:000 - oitenta mil réis.
93.	Geraldo, de idade de dois anos.	64:000 - sessenta e quatro mil réis.
94.	Victorino, de idade de ano.	64:000 - sessenta e quatro mil réis.
95.	Jeronimo, queimado de idade de um ano.	30:000 - trinta mil réis.
96.	Claudino, de idade de um ano	40:000 - quarenta mil réis.
97.	Cesarino, de idade de um ano.	50:000 - cinquenta mil réis.
98.	Carolina, de idade de ano e meio.	20:000 - vinte mil réis.
99.	Ricardo de idade de um ano.	60:000 - sessenta mil réis.
100.	Brás, de idade de um ano.	25:000 - vinte e cinco mil réis.
101.	Zeferino, recém-nascido.	25:000 - vinte e cinco mil réis.

Quadro 11. Avaliação dos escravizados de José Francisco Aranha Barreto de Camargo residentes no engenho do Atibaia. Fonte: CMU, 1839.

É possível que a quantidade expressiva de animais indicasse, além do fomento pecuário, o fornecimento de animais às tropas que se ocupavam em transportar a produção açucareira, como alternativa lucrativa. A acrescentar pela minúcia na descrição de atributos físicos, que qualificavam ou desqualificavam o escravizado e/ou o animal avaliado, concernem a dependência ativa do escravizado e dos vacuns e muares enquanto parcela estrutural da fortuna familiar. Em outras palavras, a condição física, idade jovem e certas habilidades profissionais eram fatores que atribuíam valor, bem como deformações físicas ou a idade avançada os desqualificavam, pois era difícil desempenhar determinadas funções. Da mesma forma, para os animais, atributos de cor, porte e idade também os qualificavam ou desqualificavam na avaliação¹²². A contabilização dos dados referentes aos ativos dos inventários apontava que a mão de obra escravizada e a quantidade de animais eram a base mercantil, indo muito além do valor atribuído à terra naquele momento. Os imóveis pouco representavam enquanto riqueza, pois eram avaliados não por sua área territorial, mas sim pelo “trabalho humano que os fecundavam”. E, finalmente, os imóveis pouco valiam nas avaliações, de modo que a essência do processo de acumulação de que a riqueza, de maneira geral, se traduzia na atribuição dos recursos disponíveis para a manutenção do estoque de bens de produção, representado principalmente pelos escravizados, a fim de garantir o *status* e a manutenção dos níveis mínimos de produção rural¹²³ (Cardoso de Mello, 1985, pp. 47-48).

A lógica escravista era a base econômica e a forma de alçar o êxito familiar enquanto elite. A ação de comprar escravizados indicava uma prosperidade nos negócios agrários de um indivíduo, ao passo que vender escravizados sugeria uma “desagregação” em sua condição senhorial ou apenas uma forma de aquisição de um recurso em dinheiro extra, sem dismantelar seu arranjo de escravizados (Costa, 2017, p. 124). Estar em meio ao mercado de investimentos, fosse de escravizados ou muares, correlacionaram esses indivíduos a outros senhores de outras localidades, fortalecendo ainda mais suas “redes de sociabilidade” (Costa, 2017, pp. 130-134). Investigar a estrutura econômica imperial e a relação social escravista, além de justificar a formação do Estado imperial, revela a hegemonia da elite senhorial brasileira, traduzida por Ribeiro e Cunha (2018) e Salles (2008) como uma classe nacional de proprietários de escravizados. Por outro lado, a representação dos padrões senhoriais traçados nos “rastros documentais” alcança, segundo Costa (2017, p. 118),

¹²² Para o inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, os animais são divididos em vacas, novilhos, gados de trabalho e bestas (CMU, 1839, pp. 26v-40v).

¹²³ Conforme Cardoso de Mello (1985, p. 46), a partir do governo de Morgado de Mateus, simultaneamente à agricultura de subsistência praticada, o comércio de gado (muares) e as monções constituíram as principais atividades dos paulistas.

o *habitus* senhorial, responsável por reproduzir uma cultura que movia as ações a as socializações, transcendendo a formação dos espaços oitocentistas¹²⁴.

Entretanto, durante esse período, a exemplo dos inventariados da família Souza Aranha até a primeira metade do século XIX, não se observava uma relação clara entre a fortuna dos grandes proprietários e a extensão de seus latifúndios. Equacionavam-se as extensões fundiárias pela maior possibilidade de plantio e, portanto, maior necessidade de empregar braços para as lavouras. O valor da terra voltava-se ao seu potencial produtivo, ou seja, na fertilidade do solo e na qualidade do espaço (Bacellar, 1997, p. 153).

José Francisco Aranha Barreto de Camargo era proprietário do sítio do Atibaia, avaliado em 14.400\$000 (14 contos e 400 mil réis), sendo descrito como: “sítio, casas, engenho, seus utensílios, cobres, moinho, senzala mais benfeitorias e plantações que existem nas ditas terras, inclusive carros, seus aprestos [...]” (CMU, 1839, p. 42). Nessa propriedade, o plantio de café, em 1839, já fora iniciado, tal como no engenho do Mato Dentro, sendo avaliados “oito alqueires de café com casca para seis arrobas” (CMU, 1839, p. 42). Foram avaliadas, ainda, uma tenda de ferreiro mal aparelhada e a produção canavieira: “Por quantias de canas maduras [...] por vinte ditos mais ordinários e com os lugares onde já estão cortadas as canas para moagem e por mais seis também já cortados [...]” (CMU, 1839, p. 42). Segundo Pupo (1983, p. 140), foi nessa propriedade que José Francisco Aranha Barreto de Camargo construiu “grande morada em terras que se situavam à margem esquerda do rio Atibaia e transpuseram o rio, através da compra, com considerável área”.

Quanto aos aspectos construtivos da sede de seu engenho, é uma tarefa árdua alicerçar informações precisas, haja vista que esse exemplar não resistiu ao tempo. Segundo Pupo (1983, p. 156), tratava-se de um vistoso sobrado, quadrilátero perfeito com telhado resolvido em quatro águas, inteiramente de uso residencial (conforme se observa na figura 19). Essa casa senhorial possuía uma mobília relativamente simples: quatro camas envernizadas pequenas, meia arroba de prata lavrada (para louças e baixelas, possivelmente), uma mesa ordinária com duas gavetas, uma mesa de jantar com seis cadeiras de assento de palha, uma pequena mesa com puxadores, além de um relógio de parede com caixa e uma marquesa com assento de tecido de palha (CMU, 1839, pp. 40v-41v). Essa propriedade, após o falecimento de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, passou a ser posse de Joaquim Policarpo Aranha e de seu

¹²⁴ O *habitus* senhorial funcionava como uma visão de mundo, uma segunda natureza, na qual os futuros senhores desde a mais tenra idade experimentavam relações escravistas no seu cotidiano e intimidade e, portanto, não podiam se imaginar fora dele (Muaze, 2021, p. 05).

irmão, Manoel Carlos Aranha, quando, em 1851, superou a produção de oito mil arrobas de açúcar e três mil arrobas de café (Pupo, 1983, p. 166). Outrossim, além do sítio do Atibaia, a propriedade dita “por um outro lado do rio Jaguari com cafezais novos, e sua casinha de palha” pertencia a José Francisco, avaliada em 600 mil réis (CMU, 1839, p. 42).



Figura 19. Sede do engenho do Atibaia pertencente a José Francisco Aranha Barreto de Camargo.
Fonte: Pupo, 1983, p. 126.

1.8.2 Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha: os bens rurais adquiridos a partir do matrimônio (1817)

Francisco Egídio de Souza Aranha faleceu em 1860 na cidade de Campinas. Em seu inventário *post mortem* foi nomeada sua esposa e viúva, Maria Luzia de Souza Aranha, como inventariante (CMU, 1861). Seu testamento, redigido em 1859, foi incorporado às letras do inventário, no qual declarou como testamenteiros seus filhos José Egídio, Pedro Egídio e Antônio Egídio (CMU, 1861, p. 10). Depois de transladado o testamento, o inventário foi elaborado pelo juiz e pelos avaliadores dos bens do casal. Quanto ao arrolamento de bens, a composição do patrimônio se distribuiu em três “ativos” (Ribeiro, 2015, p. 21): a avaliação dos escravizados representou a maior parcela do acervo patrimonial; os bens de raiz, incluindo imóveis, engenhos, fazendas, terras, plantações e prédios urbanos, condiziam a segunda maior parcela da riqueza e,

por fim, o empréstimo de dinheiro a terceiros, como terceiro ponto (Ribeiro, 2015, pp. 21-22). Com 82 anos de idade, Francisco Egídio deixou à viúva, Maria Luzia de Souza Aranha, uma fortuna, estimada por Brito (1969, p. 156), de cerca de 1.054.215\$870 (um milhão cinquenta e quatro mil duzentos e quinze contos e oitocentos e setenta reis). A propriedade rural de maior valor arrolada no inventário de Francisco Egídio de Souza Aranha foi o sítio do Mato Dentro:

[...] sítio do Mato Dentro, em que morava o inventariado, com casas de morada, senzalas, máquina de pilões, moinho, ventilador e tocador para água, máquina de carretão, duas tulhas para guardar café, paiol com milho, armazém para guardar mantimentos, enfermaria, sala de escolha do café, chiqueiro, estrebaria, cômodos cobertos com telhas, terreiro murado de enxugar café, tanque, dois pastos valados, sendo um denominado sítio das éguas, com 250 mil pés de café de idade até 25 anos de plantio, e terras do mesmo sítio cujas divisas constam do respectivo registro em poder da inventariante (CMU, 1861, pp. 20-21v.).

O sítio do Mato Dentro foi avaliado em 130:000 \$000 (centro e trinta contos de réis), onde os 241 escravizados que ali trabalhavam valiam 295:650\$000 (duzentos e noventa e cinco contos e seiscentos e cinquenta mil réis). O plantio predominante na propriedade era o café, com produções de gêneros menores que atendiam a produção do latifúndio (CMU, 1861; Ribeiro, 2015, pp. 20-23). Além do sítio do Mato Dentro (figura 20), Francisco Egídio de Souza Aranha possuía mais três propriedades rurais.

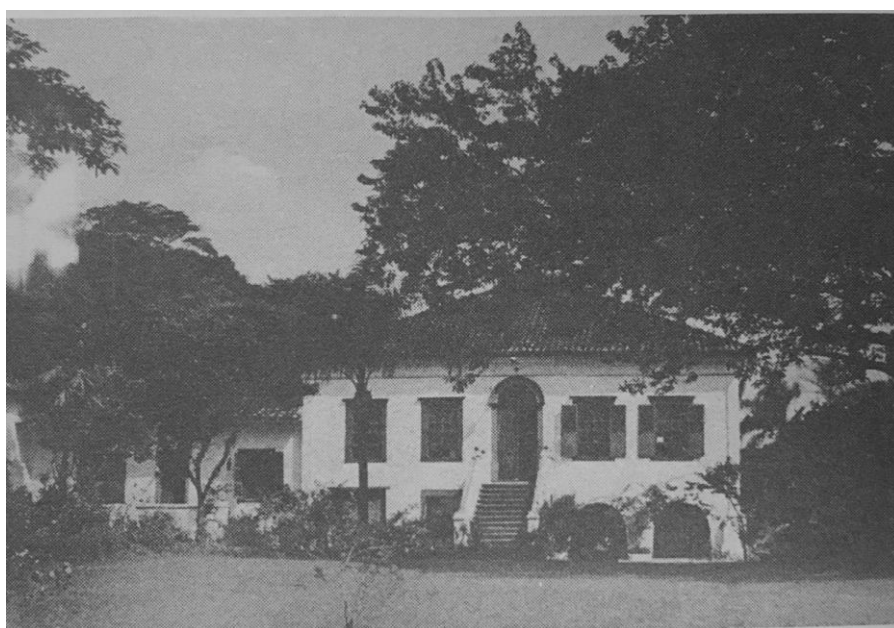


Figura 20. Sede do engenho do Mato Dentro pertencente a Joaquim Aranha Barreto de Camargo e herdado por Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha. Fonte: Pupo, 1983, p. 171.

A primeira, de menor valor, adquirida do finado alferes José Marcelino de Campos, no valor de 25.000\$000 (vinte e cinco contos de réis). O sítio denominava-se Marcelino e tinha pasto valado em terras de cultura (Ribeiro, 2015, p. 23). Sobre o sítio do Marcelino, foi descrito:

[...] um sítio nomeado do Marcelino o qual foi do finado alferes José Marcelino do Campos, com pasto valado e terras de cultura, cujas divisas constam do respectivo registro em poder da inventariante, sendo as terras calculadas em cem alqueires mais ou menos, parte em pastos, parte em cafezais do herdeiro e ajudante Álvaro, e parte em capoeiras e matos, no valor de 25:000\$000 - vinte e cinco contos de réis (CMU, 1861, p. 19v).

Ademais, a fazenda São Francisco, destinada ao cultivo de cana-de açúcar, foi assim descrita:

Fazenda denominada de São Francisco com casas boas de morada assoalhadas, forradas e envidraçadas, com dezoito lanços de senzalas, paiol, armazém e quarto de despejo, casa de depósito de bagaço, fábrica boa de cilindro de fazer açúcar e moinho tocado por água, casa de lenhas com 103 formas de tábuas e vinte e duas de pau, com coxo de aparar garapa, esfriadeira, coxos de azedar, dois caixões de guardar açúcar, três lagares para aguardente, pastos fechados com cerca de garantãs, cujas terras denominadas Lajeado com casa ordinária de morada, serra d'água com a competentes casa e um moinho ordinário (CMU, 1861, pp. 20-21v.).

Tratava-se de um engenho com todo maquinário necessário à produção de açúcar e aguardente. Segundo Pupo (1983, p. 200) e Ribeiro (2015, p. 23), esse engenho foi administrado por Pedro Egídio de Souza Aranha, filho de Francisco Egídio de Souza Aranha. O engenho foi avaliado em 56.000\$000 (cinquenta e seis contos de réis), e possuía 58 escravizados, avaliados em 90.050\$000 (noventa contos e cinquenta mil réis). Por fim, a última propriedade rural descrita foi a denominada Campo, destinada à produção de açúcar e aguardente, com respectivas benfeitorias (Ribeiro, 2015, pp. 23-24). Sua descrição:

[...] um sítio denominado fazenda do Campo com casa velha de morar quadrada com senzalas para escravos, paiol, armazém, casa de despejo, fábrica boa de fazer açúcar tocada por água, com casas de purgar contendo 126 formas de taboa, e 20 de pau, casas de guardar açúcar, duas lagares de aguardente, coxo de aparar garapa, esfriadeira, coxos de azedar, casa de dormitórios de porcos, e um cilindro de ferro avulso, um moinho, um monjolo, açude com roda d'água, pastos fechados com cerca de garantã, e as terras cujas divisas constam do respectivo registro em poder da d. inventariante compreendendo elas a situação chamada do Pari com casas velhas de morar e serra d'água,

um monjolo velho e pasto cercado e a situação denominada do Cavalheiro com casas velhas de morar avaliadas por 40:000\$000-quarenta contos de réis (CMU, 1861, pp. 22v-23).

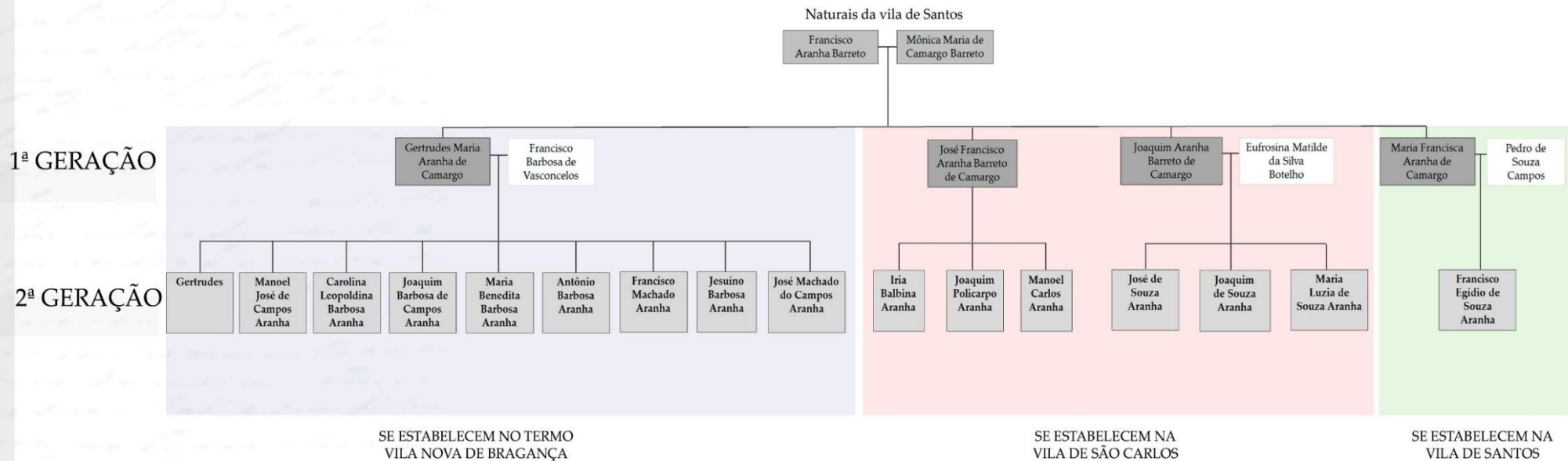
A descrição dos bens rurais avaliados em 1861 revela que a sucessão do engenho do Mato Dentro, de Joaquim Aranha Barreto de Camargo à Francisco Egídio de Souza Aranha, foi significativa para que outras propriedades rurais, como o sítio do Marcelino, a fazenda São Francisco, a fazenda do Campo e o sítio do Cavalheiro fossem conquistadas.

À vista disso, Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha formaram, junto ao casal Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha, a segunda geração da família Souza Aranha. A segunda geração foi responsável por tecer redes de associações que consolidaram o grupo mediante alianças matrimoniais ou de compadrio, como se aplicou a gerar capital cada vez maior para a “empresa familiar”¹²⁵. Portanto, a segunda geração familiar foi aquela que cresceu e se fortaleceu com a produção do açúcar e, com sua subsequente comercialização, concederam meios viáveis para que o “café ganhasse terreno entre as paisagens dos canaviais” (Teixeira, 2014, p. 04). Como levantado por Teixeira (2011, p. 161), a segunda geração foi composta majoritariamente pelos filhos e herdeiros diretos dos primeiros povoadores, além daqueles que chegaram à vila com seus recursos a fim de estabelecerem novos canaviais, sendo esse o caso da família Souza Aranha. Firmar relações entre os filhos dos fundadores e os novos senhores de engenho que na vila se fixaram, foi elementar no arrimo da elite senhorial estruturada na vila de São Carlos (a observar pela genealogia da figura 21).

¹²⁵ O compadrio foi outra forte característica existente na família paulista, realizado através do batizado, tido com uma relação altamente significativa, demonstrando apreço e amizade, no qual competia ao padrinho, rico ou pobre, proteger e beneficiar os afilhados, dos quais esperava-se um comportamento solidário, respeitoso e obediente (Tonon, 2003, p. 47).

GENEALOGIA DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA

- 2ª GERAÇÃO



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 21. Genealogia da família Souza Aranha - 2ª geração. Fonte: CMU (1839; 1879); Leme, 1903; Moya, 1941.

Quanto aos indivíduos pertencentes à segunda geração (Teixeira, 2011), além de herdarem as lavouras como ofício por excelência, observou-se um interesse em extravasar as práticas agrárias como mecanismo de circulação de capital, ou seja, o depósito das condutas iria além de questões civis, sendo associado às práticas que pluralizavam a circulação do capital, uma lógica que ia além do agenciamento dos negócios rurais. Nesse caso, aplicava-se a Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha, enquanto herdeiros de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, e Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha, enquanto herdeiros de Joaquim Aranha Barreto de Camargo (ver figura 22).

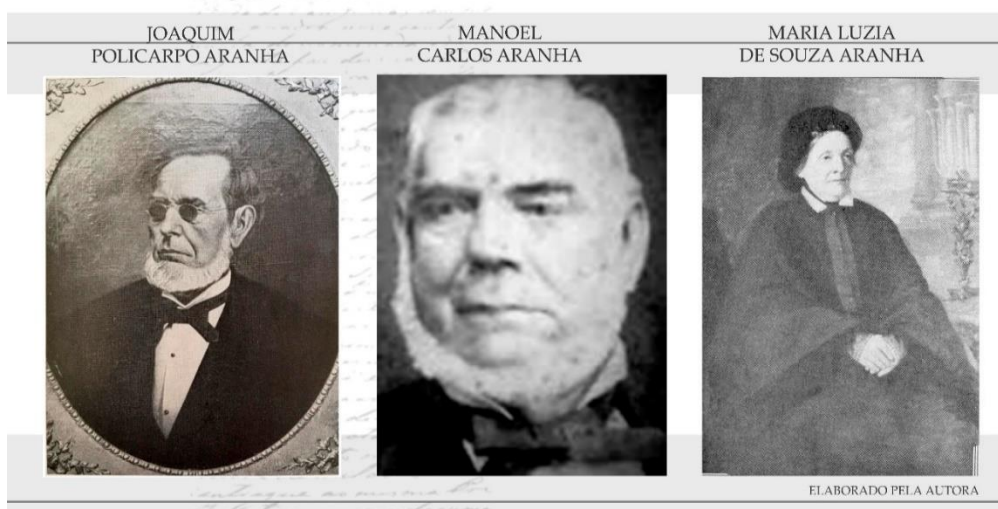


Figura 22. Da esquerda para direita: Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha. Fonte: IBGE, 1952.

Assim, na primeira metade do século XIX, duas gerações da família Souza Aranha se efetivaram na cidade de Campinas. A primeira, liderada por José Francisco Aranha Barreto de Camargo e seu irmão, Joaquim Aranha Barreto de Camargo, como “fundadores” (Teixeira, 2011, p. 159). Geração ligada à função agrária, cujo desafio foi buscar sucesso através do plantio canavieiro. Ambos foram responsáveis pelo êxito de dois latifúndios importantes fundados na vila no início do século: o sítio do Mato Dentro, de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, e o sítio do Atibaia, de José Francisco Aranha Barreto Camargo. Esses homens, através de toda a trajetória posterior à fixação em terras da vila de São Carlos, conquistaram atributos e recursos que permitiram a aquisição de terras, de escravizados e a inserção da família na rede senhorial.

Além disso, as estratégias de ampliação e manutenção do patrimônio familiar foram colocadas em prática por meio de relações de compadrio e parentesco, como o casamento endogâmico de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha. O agenciamento desses indivíduos até o período colonial recaiu sobre o meio

rural, onde ampliaram suas lavouras (em extensão e produção) a partir, essencialmente, da aquisição de escravizados, de animais que fizessem o escoamento da produção canavieira e do aprimoramento do maquinário dos seus engenhos, conforme denotam as listas nominativas e os bens arrecadados em vida, através das descrições inventariadas. Contudo, permear outras esferas fazia parte do “ser senhorial”, como colocado por Muaze (2021, p. 05), no qual esses indivíduos não se constituíam como senhores apenas em seu “fazer econômico”.

José Francisco Aranha Barreto de Camargo transitou no meio público como suplente do cargo de juiz de paz, bem como em seu ofício religioso de vigário da vara da vila. Joaquim Aranha Barreto de Camargo já possuía as patentes de tenente-coronel por cargos ocupados em regimentos da milícia na freguesia de Nossa Senhora de Monte Serrate da Cotia, o que o colocava em um cargo de respeito e notoriedade na vila, facilitando suas relações com outros senhores. A partir da instituição do império e com a construção do Estado nacional, o arbítrio se expandiu, sendo que fazer parte da elite senhorial significava representar uma fração da família imperial. A esse posto, foi prudente “alçar novos ensaios”, como a inserção do gênero cafeeiro (já bem-sucedido no vale Fluminense), praticado sem sucesso na vila de São Carlos por Joaquim Aranha Barreto de Camargo.

Contudo, ao passar seu engenho adiante, Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha garantiram o sucesso na plantação de café. Sua idade avançada já em meados do século XIX, provavelmente, os fez retornar à sua localidade natal, a cidade de Santos, legando, portanto, seu patrimônio aos seus herdeiros. Foram eles membros da segunda geração, que expandiram os bens familiares referentes a esse tronco da genealogia dos Souza Aranha, a exemplo da aquisição do terreno junto ao bairro da vila, onde construíram, mais tarde, a residência urbana do casal. A acrescentar, foi Francisco Egídio de Souza Aranha um dos “afortunados pioneiros” (Pupo, 1969) no plantio bem-sucedido dos pés de café (senão o primeiro), o que permitiu expandir mais os negócios agrários da família.

Referente ao tronco de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, o plantio do café foi introduzido em suas terras após o sucesso de seus sobrinhos no latifúndio, em momento em que seus supostos filhos, Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha, já haviam assumido os encargos de administrador e feitor de seu engenho. De certa forma, a sucessão do patrimônio já estava delineada, uma vez que, a partir de 1829, José Francisco Aranha Barreto de Camargo adquiriu terrenos junto ao bairro da vila, onde construiu sua residência urbana e se estabeleceu até seu falecimento em 1839. Como será explanado a seguir, a contar da década de 1850, em função de diversos

fatores, a atuação dos agentes pertencentes à segunda geração da família Souza Aranha foi diversificada.

Portanto, o herdeiro dos engenhos de açúcar construídos pelas primeiras gerações foi o futuro fazendeiro de café, podendo ser comerciante e negociante, se traduzindo em agente. Para os Souza Aranha, os engenhos fundados respectivamente por José Francisco Aranha Barreto de Camargo e seu irmão, Joaquim Aranha Barreto de Camargo, na vila de São Carlos, foram transmitidos aos herdeiros. Conforme Silva (2013, p. 191), a importância da família na sociedade colonial e imperial brasileira justificava-se a partir da constatação de que o sucesso dos projetos individuais dependia, em grande medida, das bases fornecidas preteritamente pelo clã familiar. Ser proprietário de terras, possuir escravizados, engenhos, se destacar mediante cargos notórios e assumir um sobrenome reconhecido sintetizavam todos os “predicados que poderiam ser preenchidos por algumas famílias” (Silva, 2013), que remontavam suas primeiras gerações aos tempos coloniais, tal como a família Souza Aranha.

1.9 A transição do plantio da cana-de-açúcar para o café e os impactos na cidade de Campinas.

Em relação às questões fundiárias, de acordo com Müller, em 1836 predominavam, na vila, os habitantes ligados à “cultura da cana de açúcar, algum café e mantimentos, havendo senão poucos terrenos devolutos, que por serem estéreis não se cultivam”¹²⁶. Em poucas décadas, a produção de cana-de-açúcar se expandiu tanto numericamente quanto na necessidade em se ter acesso às grandes parcelas fundiárias a fim de sustentar o plantio. Essa frente da produção passou a priorizar a concentração de grandes porções de terras nas mãos de poucos proprietários, uma vez que manter uma estrutura fundiária e seu bom funcionamento produtivo demandava custos elevados (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 26).

No mesmo ano, foram registrados 93 engenhos de açúcar com destilação de aguardente, seis fazendas de criar, nove fazendas de café e 16 engenhos de serrar, fornecendo quase um terço da produção de açúcar de toda a província. Conjuntamente, foram recenseados 859 homens brancos e 866 mulheres brancas, 531 homens pardos e livres, 501 mulheres pardas e livres, 633 homens pardos escravizados, 548 mulheres pardas escravizadas, 832 homens pretos crioulos e escravizados, 818 mulheres pretas

¹²⁶ Ensaio d’um quadro...*op. cit.*, p.40.

crioulas e escravizadas, 534 homens pretos africanos e escravizados e 552 mulheres pretas crioulas e escravizadas, contando com 969 fogos e totalizando 6.689 habitantes¹²⁷.

O avanço e o êxito do plantio de café, na vila de São Carlos, foram viabilizados pela estrutura agrária já consolidada em função do mercado açucareiro. O capital necessário para financiar o plantio e a formação dos cafezais teve sua origem enraizada na atividade canavieira, já que muitos cafeicultores foram antigos plantadores de cana (Semeghini, 1991, p. 22). Por assim dizer, o contingente da produção cafeeira só atingiu tamanhos patamares por decorrência do desenvolvimento livre do tráfico de escravizados oriundos da África, suprindo, na escala adequada, as necessidades da lavoura. Os altos preços do produto no mercado internacional e a menor força de trabalho exigida para a sua cultura, se comparada à cana de açúcar, foram atrativos aos senhores de engenho que, rapidamente, passaram dos plantios experimentais à lavoura efetiva (Semeghini, 1991).

Tendo em vista o ocorrido na vila de São Carlos, a cana-de-açúcar foi a base da gênese da rede urbana regional, povoando a região. O café foi, contudo, a sua expressão econômica, ou seja, o elemento propulsor que transformou a vila em cidade (Carpintéro, 1995, pp. 23-25). O processo de modernização da cidade é, portanto, reconfigurado a partir da estrutura do ciclo de produção do café, embasado, sem dúvidas, no “aparato açucareiro” já sólido, que serviu de base fundamental no que diz respeito à montagem de unidades de produção agrária (Baeninger, 1996; Semeghini, 1991). Efetivamente, a partir da década de 1820, a região do vale do Paraíba assumiu uma posição de destaque no fornecimento internacional do café, com a realocação intensiva do capital arrecadado com a produção açucareira. Áreas até então menos competitivas, como o caso do Oeste Paulista (Bacellar, 1997), foram impelidas a voltar suas forças produtivas às fazendas de café (Alfonso, 2018, p. 100). Tal qual observado anteriormente para a produção canavieira, a “escalada” do café se deu pela confluência entre fatores globais e locais.

A partir de 1830, a cultura do café se consolidou, dando início à substituição paulatina dos canaviais pelos cafezais (Silva, 2006, p. 82). A partir de meados da década de 1840, o açúcar perdeu sua primazia como produto de exportação paulista para o café. Espalhado por amplas faixas do vale do Paraíba e impulsionado pelo crescimento da procura do mercado internacional, o café começara a se tornar mais atraente para muitos dos antigos senhores de engenho do Oeste (Bacellar, 1997, p. 174). Em 1842, a vila de São Carlos foi elevada à categoria de cidade, assumindo o nome de Campinas.

¹²⁷ Ensaio d’um quadro...*op. cit.*, p.131. Além disso, Müller aponta que, em 1836, a vila tinha sua base produtiva na criação de gado de toda espécie e porcos (*Ibid.*, p. 48).

A baixa nos preços internacionais do açúcar moldou as condutas de alguns fazendeiros, introduzindo o café como alternativa lucrativa aos seus rendimentos. Conforme Fernandes (2016, p. 33), ao longo da primeira metade do século XIX, a vila de São Carlos apresentou as maiores taxas de crescimento anual estimadas para a produção canavieira. Entre 1836 e 1874, o crescimento, estruturado no aumento do número de escravizados, sustentou a produção cafeeira. Afere-se, portanto, que o avanço do plantio do café em terras da vila beneficiou-se de terras já desbravadas e ocupadas e, principalmente, da força motriz advinda do numeroso estoque de escravizados alocados nos latifúndios.

Em 1822, a mudança do regime vigente corroborou para a afirmação da classe senhorial na vila de São Carlos. Foi nesse período, próximo à Independência, que uma “visão empreendedora” (Bacellar, 1997) sobre a lavoura se despertou. Tratava-se do esforço mútuo de um grupo, conciso em seus ideais, pautado na manutenção e no alargamento de seus patrimônios, alinhados à política aspirada pelo Império. Essa realidade econômica e política levou as famílias abastadas a traçarem diversas estratégias, bem como à adoção de comportamentos sociais que visavam preservar e, se, possível, concentrar suas novas rendas e seus *status* (Bacellar, 1997, pp. 57-58). Entre elas, e como base propulsora do sistema econômico, destacavam-se a aquisição de terras e a compra numerosa de mão de obra para servir essas terras. Segundo Ribeiro e Cunha (2018), alinhadas a Marquese e Salles (2016), o sistema sedimentado com a Independência traduzia-se em consonância com as alianças políticas e sociais que buscavam conferir estabilidade institucional à estrutura rentável. Em outras palavras, expandir a base estrutural econômica resultou em uma série de arbítrios que permitiram ampliar as possibilidades dos indivíduos que formavam o grupo da elite senhorial.

Fazia parte do projeto imperial, a formação do Estado liberal “forte e com poder central”, segundo o qual o discurso da elite deveria alinhar-se às ideologias Imperiais, eficientes na tarefa de fortalecer o Estado e de desdobrar o enraizamento social monárquico (Carvalho, 1998, pp. 228-229). A centralização do Estado imperial só foi possível em função da iniciativa de grupos hegemônicos, que conseguiram levar a cabo um projeto concentrado baseado na localidade, tratando-se, portanto, de uma construção histórica. Não à toa, através de Ribeiro e Cunha (2018), compreende-se que a visão empreendedora assinalada por Bacellar (1997) assentia a reinvenção da busca avassaladora por escravizados, denominada por autores como Blackburn *in* Salles; Marquese (2016) como o período da “segunda escravidão”, pensada como uma chave

para interpretar a intensificação da escravidão no século XIX em países como Estados Unidos, Cuba e Brasil¹²⁸.

No século XIX, já no período do Estado nacional, o quadro social escravista era estável e permitiu a expansão inaudita do tráfico negreiro transatlântico – nas letras da lei, proibido desde 1831 – e do próprio escravismo brasileiro. Assim, no período de 40 anos (entre a vinda da família real para o Brasil em 1808 e o fim definitivo do tráfico em 1850), foram introduzidos mais de um milhão e 400 mil escravizados em território nacional (Marquese, 2006, pp. 121-122). Nesse ponto, a economia brasileira, no período imperial, assumiu o caráter mercantil-escravista nacional, sendo que o café, enquanto cultura executada por escravizados e cuja demanda se expandia internacionalmente, operou como o principal gênero de exportação desde a década de 1830. Nesse período, o Brasil se tornou o maior produtor mundial ao exportar pouco menos de cinco milhões de sacas de café, montante que superaria as 50 milhões de sacas nos anos de 1880, quando o produto passou a representar mais de 60% das exportações brasileiras, sendo que, das lavouras nacionais, saíam cerca de 60% da oferta mundial cafeeira (Silva, 2011, p. 189). Entrementes, as mudanças operadas no escravismo brasileiro oitocentista –em especial o incrível arranque da cafeicultura no vale do Paraíba e, posteriormente, no oeste Paulista, que rapidamente converteu o Brasil no maior produtor mundial do artigo – contou com práticas arraigadas de longa duração, que possibilitavam introduzir enormes massas de estrangeiros escravizados sem colocar em risco a segurança interna dessa sociedade (Marquese, 2006, p. 121).

Na seara discutida por Ribeiro e Cunha (2018), o recrudescimento da escravidão no sul dos Estados Unidos (com a indústria do algodão) e em Cuba (com plantio açucareiro) foi determinante para o arranque da produção cafeeira no Brasil, reformulando a “segunda escravidão”. Além da intensificação do tráfico, apontou-se para a melhoria da organização produtiva do trabalho escravizado e, conseqüentemente, na eficiência produtiva de mercadorias, no processo industrial e no que tange à produção urbana das localidades (Ribeiro e Cunha, 2018, p. 03). O capital fomentado pelas lavouras foi injetado no desenvolvimento e no avanço do regime de trabalho escravizado de forma intensa. Reestruturou-se, portanto, a lógica a fim de atingir uma maior produtividade, tornando intrínseca e cambiante a relação entre terra, trabalho e mercado (Tomich, 2016, p. 83). Apesar dos incentivos virem da construção imperial, a lógica praticada se centralizava nos engenhos e fazendas, concentrados em mãos senhoriais. Fato é que as demandas para a expansão do café no oeste Paulista se

¹²⁸ A chave de leitura que concerne à interpretação da segunda escravidão inicia-se aproximadamente em 1790, atingindo seu auge perto da metade do século XIX e sendo suprimida em 1888, momento em que o Brasil promulga sua última emancipação e se torna República (Marquese e Salles, 2016, p. 13).

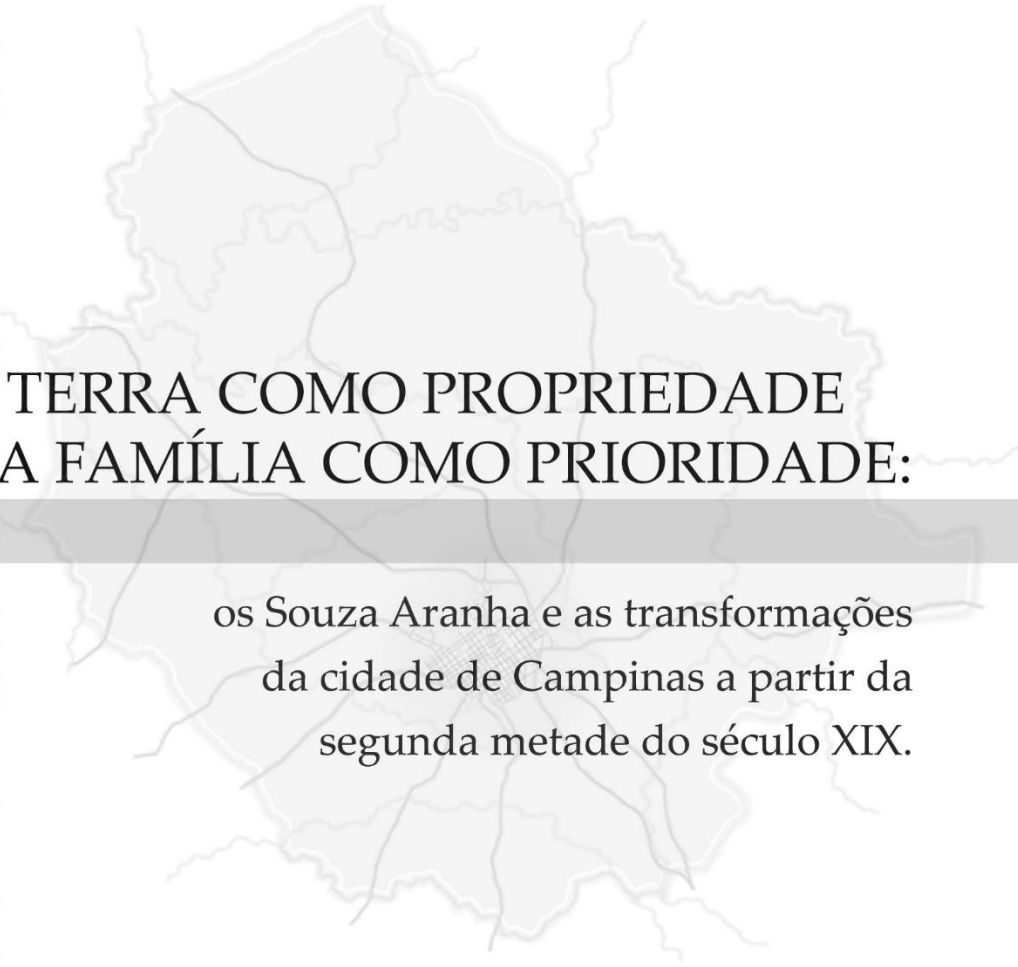
tornaram oportunidades para os capitais nacionais e estrangeiros, justamente na mão de senhores que representariam o capital cafeeiro enquanto empresários que podiam e eram, ao mesmo tempo, cafeicultores, donos de indústrias, acionistas de bancos e ferrovias, grandes comerciantes de importação e exportação, comissários de café e outros gêneros, além de, em muitos casos, participarem da esfera política (Silva, 2013, p. 190). De acordo com Silva (2013), a produção e a projeção alcançadas pelo “complexo cafeeiro” viabilizaram à elite senhorial o acúmulo de riquezas em “moldes modernos”, isso é, atuando na diversificação dos investimentos que “não os prendiam às adversidades de uma má safra cafeeira”.

is: Ser uma doação
rae, que por a unum
Francisco Barbosa
filho, constante e
scriptura, devida
mada, valas des es
esas, a quarta
es de seis. Esta de
na tomada no deido
ca?, para a imputaçã
sumas, assim distri
culo da minha terce
alante, seja imput
minha terça, as valas
que dei a minha mi
reacão do mesmo cas
a minha filha Au
de seu casamento e o
Logo a minha filha
edra em que ela resi
de de dicto;
do camm. ha
ano?, e se a de
t poder a lptar
ou de qualque
t-a por as duca
seu a lquis au se
a Goades e a sua
ual e e e
is: Ser uma doação
rae, que por a unum
Francisco Barbosa
filho, constante e
scriptura, devida
mada, valas des es
esas, a quarta
es de seis. Esta de
na tomada no deido
ca?, para a imputaçã
sumas, assim distri

2

A TERRA COMO PROPRIEDADE E A FAMÍLIA COMO PRIORIDADE:

os Souza Aranha e as transformações
da cidade de Campinas a partir da
segunda metade do século XIX.



2 . A TERRA COMO PROPRIEDADE E A FAMÍLIA COMO PRIORIDADE: os Souza Aranha e as transformações da cidade de Campinas a partir da segunda metade do século XIX

2.1 Os interesses senhoriais, as políticas imperiais e as contradições da década de 1850 na cidade de Campinas

Em 1854, a população total da cidade era de 14.201 habitantes, dos quais 6.052 compunham a população livre e 8.149 compunham a população escravizada. A cidade de Campinas ocupava o primeiro lugar na província em quantidade de escravizados alocados em latifúndios¹²⁹ (Bassanezi, 1998, p. 391; Lapa, 1995, p. 110). No mesmo ano, foram listados 44 estabelecimentos rurais (denominados fazendas) destinados à produção exclusiva de açúcar, que contavam com 1.967 escravizados e 944 muares e vacuns para a condução da lavoura.¹³⁰ A colheita anual resultante dessa estrutura era de 62.290 arrobas, pelo preço de 99.694 réis. A área total das propriedades produtoras de açúcar era de 16 léguas em quadra, correspondendo a 460.800 alqueires de terra. A população escravizada ultrapassou a livre nos anos de 1829, 1836 e 1854, ou seja, antes do plantio do café se consolidar como a principal atividade econômica em Campinas (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 27).

O município de Campinas não contava, segundo Bassanezi (1998), com propriedades destinadas exclusivamente à criação de gado. Em 1854, havia na cidade 177 fazendas, com 28 agregados, 198 colonos, 6.000 escravizados e 944 animais para condução da lavoura.¹³¹ A colheita de café registrada foi de 33.550 arrobas, pagas pelo valor de 1:006\$650 (um conto seis mil seiscientos e cinquenta réis), sendo a área total correspondente às fazendas com produção exclusiva de café igual a 44 léguas e meia em quadra (equivalente a aproximadamente 3.484.800 alqueires de terras). A população residente total da cidade em 1856, segundo Bianconi (2002, p. 19), era de 14.201 habitantes, sendo que em 1852 a população de escravizados já superava 6.000. Conforme Petrone (1968, p. 224), o café exigia menores gastos e cuidados no plantio, na colheita e na produção, em geral, se equiparado ao plantio da cana-de-açúcar e a produção do

¹²⁹ Dados obtidos a partir do NEPO – Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que transcreveu e organizou as informações em planilhas seriadas em anos, a partir do Quadro Estatístico do Movimento da População da Província de São Paulo durante o ano de 1854 (Bassanezi, 1998).

¹³⁰ Bassanezi, 1998, p. 389.

¹³¹ Bassanezi, 1998, p. 389.

açúcar. Sendo assim, entre os anos de 1854 e 1855, o café passou a ser o produto mais produzido e mais exportado da cidade em período correlato à elaboração dos registros paroquiais de terras para Campinas.

Enquanto as “novas” terras de Campinas, exploradas a partir do século XVIII, férteis, extensas, nas mãos de senhores de engenho passaram ao plantio de café, a economia cafeeira na região do vale do Paraíba, já consolidada, dava sinais de desgaste econômico a partir do último quartel do século XIX. As terras já esgotadas, a escassez da mão de obra escravizada e a dificuldade na anexação de novas áreas justificaram o declínio. A liderança econômica do município, no âmbito do interior, acentuou-se com a implantação da cultura do café no oeste paulista a partir do último quartel do século XIX. O desenvolvimento do complexo cafeeiro deu o impulso necessário para que o processo de urbanização lançasse suas bases no estado (Baeninger, 1996, p. 19).

A riqueza aferida por meio das culturas propiciou uma série de melhoramentos materiais na cidade de Campinas, além da atenção às atividades de ordem cultural, artística, social e religiosa. Durante o “deslanche” da economia açucareira em Campinas, houvera a mudança da estrutura fundiária local, e a ocupação territorial foi ditada pelas concessões de sesmarias. Contudo, com o complexo cafeeiro, a lógica da aquisição capitalista da terra passou a imperar através da compra altamente valorizada, preconizada pela instituição da Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, exemplarmente confirmada em Campinas (Santos, 2002, p. 140). Basicamente, o processo em curso, ritmado pelo sistema mercantil-escravista, reforçou a concentração de terras e de capital na mão das famílias locais.¹³² Esse modo de desenvolvimento econômico foi impulsionado pela Lei de Terras, já que o capital foi centralizado nas mãos da elite senhorial, que passou a aplicar seus excedentes em Campinas, influenciando no modo como a cidade passou a se configurar. Para Santos (2002)¹³³:

A produção cafeeira agora assentada em relações capitalistas de produção colocaria historicamente as condições para o futuro surgimento do capital industrial e para a montagem da fábrica no espaço da cidade. A oferta exportadora do ouro negro concentrara uma massa de capital monetário nas mãos de uma fração social da classe dominante obstinada a transformá-la em capital produtivo industrial, fizera da

¹³² Aliás, a terra se tornava mais valorizada, conforme demonstrou Bacellar (1997).

¹³³ Santos (2002, p. 144) trata sobre o papel de Antônio Manoel Proença, um membro da elite senhorial de Campinas, buscando descrever seu papel enquanto “fração” da classe social emergente e sua participação na configuração da cidade de seu tempo. As condutas, bem como as projeções espaciais traçadas por Antônio Manoel Proença, são referidas por Santos (2002) como um “exercício de mandonismo”. O entendimento para a presente pesquisa é de práticas e condutas que partem de interesses privados.

força de trabalho uma mercadoria e promovera a gênese de um adequado mercado interno (SANTOS, 2002, p. 141).

A década de 1850 foi de grandes mudanças no que diz respeito ao desenvolvimento urbano do município de Campinas (Danieli Neto, 2001, p. 41). Nas palavras do autor, o ano específico de 1850 possui um duplo sentido histórico para suas contribuições investigativas. Referia-se tanto ao espaço geográfico recortado (conforme se observa na figura 23), pois concernia ao momento de expansão econômica referente à produção do café quanto à instituição da Lei Eusébio de Queiroz, em 04 de setembro de 1850, que marcou o fim do tráfico transatlântico de escravizados para o Brasil e a instituição da Lei de Terras. A importância do período em questão se traduz na contradição estabelecida: Campinas encontrava-se mergulhada na problemática do regime escravista no mesmo momento histórico em que presenciava uma alta na produção de café e na expansão econômica, tornando-se uma das principais cidades onde se produzia tal cultura e onde se encontrava o maior número de escravizados da província, superando até mesmo a capital (Danieli Neto, 2001, p. 42).

HIPÓTESE DE RECONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO URBANO DA CIDADE DE CAMPINAS A PARTIR DE 1842

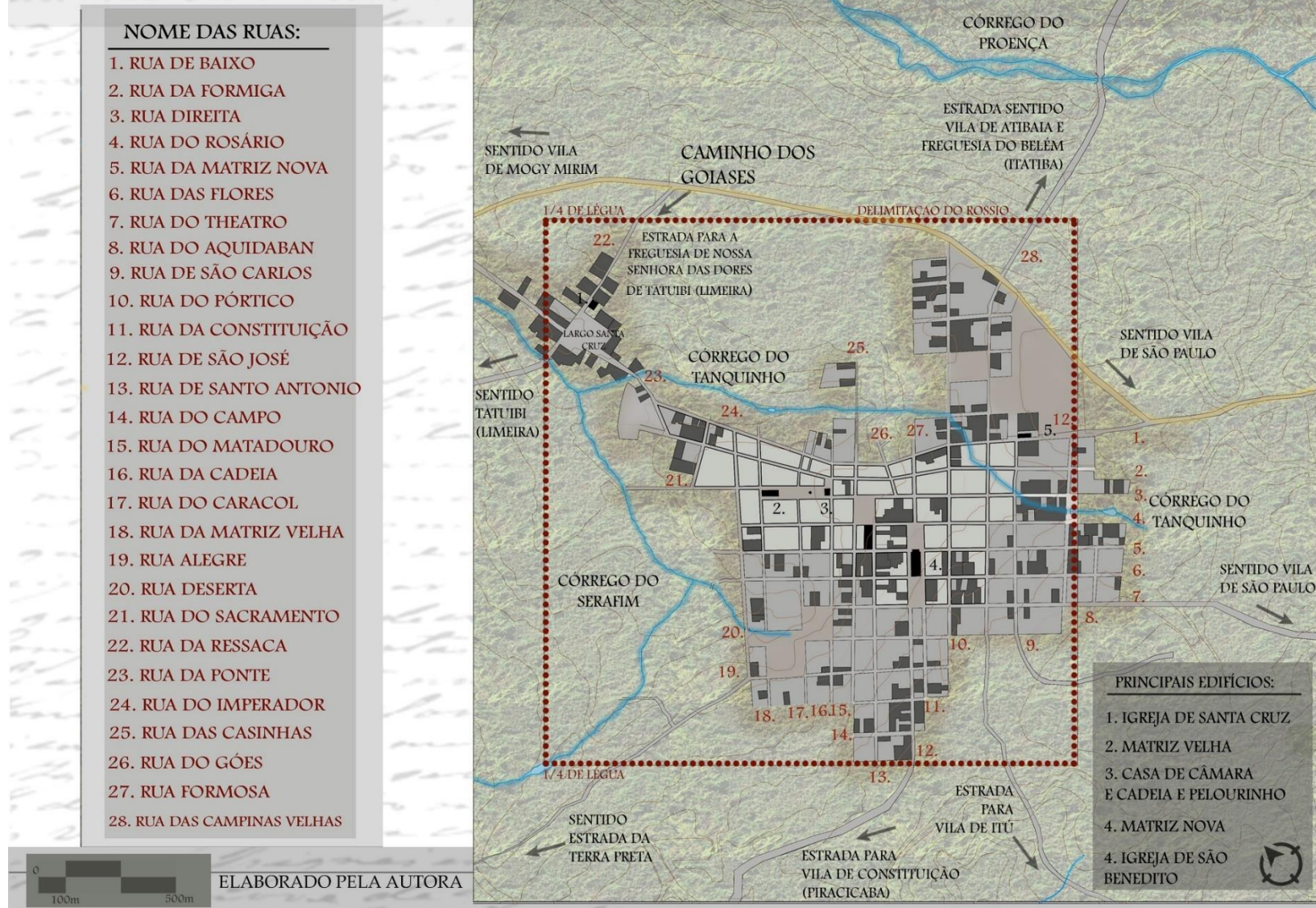


Figura 23. Hipótese de reconstituição do núcleo urbano da cidade de Campinas a partir de 1842. A base foi desenhada a partir do cruzamento de informações analisadas através de Correa (2019), Pupo (1969) e da “Planta da cidade de Campinas”, elaborada no ano de 1878 por Luigi Pucci.

No século XIX, o Brasil se configurou como a única nação independente que praticava o tráfico negreiro em larga escala. Alvo da pressão diplomática e naval britânica, o comércio oceânico de africanos passou a ser proscrito por uma rede de tratados internacionais que a Inglaterra teceu no Atlântico (Alencastro, 2010). Contudo, na prática, conforme apontado por Parron (2009) e Alencastro (2010), a expressão “para inglês ver” se fez valer quando mais de 710 mil indivíduos, chegados de todas as partes da África, foram trazidos num circuito de tráfico clandestino. Os senhores se encontravam diante de um impasse: como sustentar o aumento da produção crescente sem introduzir mais braços nas lavouras.

O desenvolvimento da economia cafeeira, segundo Danieli Neto (2001, p. 42), deu-se no mesmo passo em que o sistema de escravizados traficados da África entrou em crise, com sua proibição definitiva em 1850 a partir das pressões britânicas. O tráfico negreiro, combatido internacionalmente pela Inglaterra, gerou embates entre os políticos brasileiros, entre os estadistas, *corpus* da elite senhorial nacional (Danieli Neto, 2001; Parron, 2009), repercutindo em leis, decretos e avisos que permaneceram “inoperantes” até 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que, de fato, promoveu a extinção definitiva do tráfico de escravizados. Segundo Alencastro (1997, p. 11), entre 1831 e 1850, mais de 500 mil escravizados desembarcaram em terras brasileiras, período de clandestinidade do tráfico. O Brasil, portanto, durante o período em que a Inglaterra buscou acabar com o tráfico de escravizados, permaneceu sendo o maior “mercador escravista” ao longo do século XIX. O tráfico de escravizados era um dos componentes mais importantes da economia brasileira, dentro dos moldes do Estado imperial, em razão de sua tamanha resistência.

Para Carvalho (2007), o ano de 1850 foi interpretado enquanto marco na implementação do Estado brasileiro, muito em função do tráfico de escravizados oriundos da África, que representava a maior dependência econômica nacional. A instituição da Lei Eusébio de Queiroz, que delimitou o fim do tráfico transatlântico de escravizados do Brasil, foi além das pressões inglesas impostas enquanto possíveis meios para evitar o domínio brasileiro sobre o continente africano. O tráfico de escravizados era uma atividade enfeixada na mão de poucos homens afortunados, que investiam simultaneamente em diversas esferas da circulação mercantil, se valendo da acumulação na quantidade expressiva de ativos (empréstimos a particulares e ao Estado) e no investimento massivo em prédios urbanos e em propriedades rurais, deixando, às vezes, o mundo do comércio para se ocuparem da produção agrária. Por fim, obtinham títulos nobiliárquicos e assumiam cargos burocráticos, num percurso que lhes permitiu usar o governo em benefício próprio, vinculando-os diretamente às decisões do Imperador. Construía-se uma via de mão dupla que, quanto mais tornava

o Estado o lócus do interesse privado, mais reduzia os homens privados aos agentes interessados ao Estado (Parron, 2009, pp. 44-45).

Nesse sentido, a importância da produção de café no oeste paulista deve ser considerada não apenas nos termos da efetiva modernização e expansão urbana da região, da qual Campinas foi exemplo bastante significativo, mas também nos efeitos contraditórios dessas transformações, ao elevar o número de escravizados, por exemplo. A consolidação da cafeicultura foi importante no sentido de direcionar os investimentos oriundos dos negócios com o café para vários setores, desdobrando-se essa economia no setor de transportes (ferrovias), infraestrutura urbana e mão de obra escravizada (Danieli Neto, 2001, p. 42).

O fim do comércio de escravizados africanos coincidiu com a expansão da economia paulista, estado onde se fazia necessária a introdução de braços na demanda crescente do café, principalmente em Campinas. Entre os anos de 1842 e 1889, a produção cafeeira moveu a estrutura do escravismo, sobretudo a partir de 1850 em Campinas. Com a proibição do comércio de escravizados, aumentou a demanda por força de trabalho, que seria substituída pela imigração europeia nas décadas seguintes. Além disso, a promulgação da Lei de Terras, no mesmo ano, providenciou a criação de um mercado de terras antes inexistente. Nesta mesma fase, deu-se início à produção capitalista da cidade, incentivada pela imigração e pela urbanização (Roxo, 2020, p. 43).

Portanto, mesmo após a proibição do tráfico de escravizados, Campinas continuou a receber uma grande quantidade de escravizados, que chegavam de outras províncias via tráfico interno. Nessa seara, deve ser considerado o tráfico de escravizados realizado entre os municípios vizinhos a Campinas, entre eles a própria capital (Danieli Neto, 2001, p. 48).

2.2 A Lei de Terras, seus desdobramentos e a estratégia capitalista

A instituição da Lei de Terras e a sua regulamentação, realizada pelo decreto nº 1.318 de janeiro de 1854¹³⁴, compuseram uma política que objetivou de forma primordial a discriminação de terras públicas daquelas que se encontravam em domínio particular (Marx, 1991; Fridman, 2017). Segundo os autores, o “arcabouço” de leis e decretos acerca dessa discussão foram ações decisivas na afirmação conceitual sobre a propriedade fundiária. No que compete ao período imperial, a forma de concessão de terras pela Coroa ou pelo município, enquanto domínio útil ou relativo, foi substituída pela regulamentação da propriedade fundiária, no entendimento do domínio pleno, a partir da compra e vendas das terras (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 03).

Essa lei unia, em uma única proposta, dois grandes interesses nacionais: viabilizar a colonização por imigrantes, além da regulamentação da propriedade com vistas à agricultura de exportação (Ferreira, 2022, p. 11). Discorrer sobre os pormenores da Lei de Terras é esbarrar no grupo senhorial, que se ligava diretamente à problemática da terra. Em vista disso, havia um interesse evidente em sua implementação, por meio da qual o acesso “fácil” à terra seria dificultado mediante a discussão nacional sobre o fim do tráfico transatlântico de escravizados. Assim, regularizar a propriedade fundiária garantia a serventia de braços nas lavouras cafeeiras. Todos esses fatores beneficiavam intensamente a classe senhorial e os possuidores de terras, que dominavam o cenário político e econômico do Brasil imperial (Nunes, 2021, p. 107).

De acordo com a lei, terras consideradas devolutas eram as que não possuísem uso público nacional, provincial ou municipal. As terras que não tinham títulos e que não se achassem ocupadas por posse, foram legitimadas. Parte dessas terras devolutas seria reservada para colonizações indígenas, para novas localidades, aberturas de estradas e construções navais. Foi estabelecida a proibição da aquisição de terras devolutas por qualquer meio, excetuada a compra. Foram legitimadas posses “mansas e pacíficas” que possuísem princípios de cultura e morada habitual, favorecendo o cultivo em caso de eventuais disputas. Além disso, possuidores que não reportassem a medição nos prazos estipulados perderiam todos os benefícios da lei e teriam as terras caídas em comisso, conservando o direito à posse apenas do terreno que cultivassem e tivessem morada, passando o restante a devoluto. (Brasil, 1850; Ferreira, 2022, p.111; Nunes, 2021, pp. 107-108;)

¹³⁴ Brasil. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <https://bit.ly/3woM0D5>. Acesso em jul. 2021.

Para D'Alessandro (2012, p. 59), por trás das práticas de obtenção de lucros e da exploração do sistema mercantil-escravista, houve um deslocamento do valor agregado à mão de obra escravizada para a terra como mercadoria primordial na arrecadação de lucro, mudando sua serventia como sinônimo exclusivo de *status* social. Os capitais, até aquele momento, eram, em grande parte, aplicados na aquisição de escravizados e, a partir de 1850, a terra se tornou um importante ativo financeiro, corroborando à formação de um mercado capitalista fundiário (Fridman, 2017, p. 127). Como desdobramento da Lei de Terras e do decreto de 1854, foram produzidos em todas as freguesias do Império do Brasil, entre 1854 e 1857, os Registros Paroquiais de Terras (RPT). Constituindo o segundo levantamento geral de propriedades rurais do Brasil, os RPT registravam as terras empossadas em cada paróquia (BRASIL, 1850). Tal qual já anteriormente discutido, os avisos régios culminaram no levantamento dos Bens Rústicos (APESP, 1818), sendo que a lei não respaldou a regulamentação agrária, ocorrendo situações de apossamentos e conflitos fundiários.

Os RPT, para Bacellar (1997, pp. 36-37), foram um conjunto de “cadastros de terras”, realizados a partir de uma lista, para cada vila, cidade ou freguesia existente à época no território paulista. Todavia, o autor aponta que se tratava de cadastros complexos, que forneciam “preciosas informações” sobre as propriedades, sendo fundamentais no entendimento da elite agrária. Em seus estudos referentes as estratégias familiares, Bacellar (1997, p. 37) aponta que analisar os registros permite captar possíveis deslocamentos espaciais de uma elite claramente delimitada, que estava prestes a buscar novas terras para incorporar a seu patrimônio. Assim, este cadastro, ao mapear as propriedades de todo um território, constitui documentação primordial para o conhecimento da complexa história da formação de nossa estrutura fundiária e do processo de constituição das grandes propriedades nacionais.

Após a promulgação da Lei de Terras e do decreto, os Registros Paroquiais de Terras foram realizados estritamente por padres e vigários das freguesias ou das capelas nas quais as terras declaradas se incluíam. A partir do decreto de 1854, estipulou-se que todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título de sua propriedade, fossem obrigados a realizar o registro das terras junto ao pároco da freguesia, que o fazia em tombo com essa finalidade. Tais declarações foram enviadas às respectivas repartições de terras públicas da província a fim de proceder às medições das terras e conceder os títulos de propriedade legal, em conformidade com o provisionamento da lei. Nas constatações de Fridman (2017, pp. 237-238), esses instrumentos incidiram como um “divisor de águas” na ordenação territorial brasileira, pois, a partir de então, a propriedade privada se instituiu como demarcador financeiro.

Seguindo a ótica de Fridman (2017), declarar terras junto aos registros significou a garantia do direito à propriedade, bem como limitava ou dificultava o acesso à terra por parte de outros sujeitos, assegurando um maior valor a esse bem que, em décadas anteriores, não possuía tal valorização. Naquele período, houve um momento em que o uso da terra se tornou plural, alargando a percepção de “potencial espaço” para aumento da produção, dentro do sistema mercantil. Declarar posses junto aos registros paroquiais revelou uma mudança no valor atribuído a essas propriedades, além de significar a garantia “legal” do direito à propriedade. Tratava-se de limitar ou dificultar o acesso a essas terras por outros sujeitos e valorizar esse bem, considerando que, em décadas anteriores, era a posse de escravizados e o plantio nas terras que eram valorizados¹³⁵ (Santana, 2017, p. 01). Os registros paroquiais de terra inauguraram o processo de legitimação das posses e revalidação das sesmarias caídas em comisso após a Lei de Terras (Motta, 1996, pp. 225-226). Registrar as terras era o primeiro passo para o declarante regularizar seu domínio, pois somente após os livros do registro serem encaminhados à Repartição Geral de Terras Públicas é que se efetivava o cadastramento e eram realizadas as demarcações e medições (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 12).

Para a cidade de Campinas, os registros vêm de encontro e comprovam a hipótese levantada por Bacellar (1997) sobre o acúmulo fundiário, já desvelada no capítulo 1, por meio da análise do Tombamento de Bens Rústicos (APESP, 1818). Durante o início do século XIX, o território que compreendia a vila de São Carlos podia ser traduzido pela interpretação de imensas porções fundiárias circunscritas em um vasto termo. Essas terras já se concentravam na mão de poucos, que as conquistaram mediante recursos captados previamente ou por meio da concessão da carta de sesmaria. Foi a atividade canavieira que possibilitou a solidez no acúmulo de capital observado, posteriormente, pela lavoura cafeeira (Baeninger 1996; Semeghini, 1991). As experiências realizadas nas décadas de 1830 e 1840, entretanto, já haviam atestado o potencial do café como produto promissor. O crescimento do plantio e a ocupação de novas terras enfrentavam “obstáculos sérios”, dizendo respeito primeiramente à questão do acesso à mão de obra escravizada (Semeghini, 1991, p. 23). Nesse sentido, à

¹³⁵ O trabalho de Santana (2017) traz um avanço para os estudos territoriais, a partir dos Registros Paroquiais de Terras para a região de Alagoinhas, na Bahia, ao discutir o contexto da transformação da terra em bem privado e do processo de mercantilização agrária ocorrida no meio rural da região de estudo. O autor localizou o registro de 450 propriedades e informou, em seus estudos, que o número relativamente acanhado de propriedades registradas indicou, possivelmente, uma concentração fundiária na mão de poucos indivíduos ou, ainda, a ausência de proprietários (Santana, 2017, p. 05).

medida que o café assumiu maior importância econômica, as terras disponíveis foram ficando mais escassas.

Canuto (2016) aponta que a Lei de Terras, e seus desdobramentos, bem como os Registros Paroquiais de Terras, atuaram como estratégias a fim de legitimar a mercantilização de terras, constatando, por exemplo, a preocupação social de se ampliar o poder sobre a posse mantendo os comportamentos familiares. Em outras palavras, legitimar a propriedade legava aos senhores o *status* de capitalistas. Esse comportamento revelava a hierarquia dotada sobre a posse da terra, sobre os direitos exercidos sobre ela e, sobretudo, sobre a permanência da propriedade privada assinalando o arbítrio na ocupação do solo e na organização da lógica territorial. A estratégia familiar prevalecia na posse de terra, pois a base se centrava na ampliação dos patrimônios familiares. Assegurar a posse por herança, seguida de compra para a manipulação e afirmação da terra, é uma forma de se pôr em prática as diretrizes da lei que formulava a mercantilização da terra, porém seguindo a conduta localista de usar tal mecanismo como fator de favorecimento para ampliação da propriedade (Canuto, 2016, p. 404).

Nas palavras de Marx (1991, p. 65), a Lei de Terras foi decisiva para que se compreendesse a posse fundiária como afirmação dos patrimônios. Enquanto até meados da primeira metade do século XIX, os escravizados e os animais representavam o monte mor da riqueza dos senhores, a partir da segunda metade, a maior parcela da riqueza foi depositada nas propriedades, tanto rurais quanto urbanas. Dessa forma, conceituar formalmente a terra como possibilidade de afirmação dos patrimônios, ampliou as formas de transmissão da partilha fundiária, bem como do que se deve adquirir (Marx, 1991, p. 104).

Tendo em vista a finalidade da Lei de Terras de extermar terras públicas de terras privadas, Nunes (2021, p. 81) traz que uma das repercussões de sua prática foi o redesenho das propriedades, possibilitando maiores acúmulos e ampliação de terras agrárias para determinadas famílias. A elite senhorial brasileira se mostrava preocupada com as medidas que interrompiam o acesso à mão de obra escravizada, assim, desenvolver estratégias de como assegurá-la para o cultivo de suas lavouras destinadas à exportação era fundamental, segundo Costa (2022, p. 04). Durante a formação do Estado imperial, discutiam-se intensamente questões agrárias como reflexo do sistema mercantil, culminando em transformações sociais e políticas. A exemplo desse cenário, as medidas que proibiam o tráfico de escravizados, em vigência desde 1831, contribuíram significativamente para uma profunda mudança na concepção da propriedade da terra que, ao deixar de integrar o patrimônio pessoal do Imperador – que a distribuía segundo o prestígio social do beneficiário –, passava a ser considerada

uma mercadoria a ser adquirida à medida do poder econômico do comprador (Nozoe, 2006, pp. 602-603).

É unânime que a Lei de Terras tornou a compra e a venda de terras no único recurso legal de aquisição fundiária sob toda a jurisdição imperial. Dessa forma, a legislação visava regulamentar a propriedade privada e substituir o emprego da renda capitalizada. Conforme Silva (2012, p. 43), a lei de 1850 atuou com caráter duplo: formando um fundo de colonização e normatizando o acesso às terras. Para Oliveira (2018, p. 65), baseada no pensamento de Marx (1991) e tendo em vista a finalidade da Lei de Terras de se legalizar o acesso à terra, a mesma necessidade fazia-se presente na esfera urbana, uma vez que a existência de propriedades não regularizadas também era uma situação comum e constante no âmbito urbano, pois a origem das cidades era geralmente oriunda de extensas propriedades que eram divididas, inicialmente sem qualquer tipo de transferência formal. Nas palavras de Ferreira (2022, p. 113), trata-se do desdobramento da “parte híbrida entre o rural e o urbano”, ou seja, abarcando lotes urbanos e chácaras, entre outras tipologias fundiárias menores do que os latifúndios.

Oliveira e Fischer (2017; 2018) atentaram, em seus estudos, para a incidência da Lei de Terras e os desdobramentos dos RPT, sendo que, no caso da cidade de Belém, o fomento fundiário impactou não apenas no alargamento das propriedades rurais, mas também na área urbanizada do município.¹³⁶ Glezer (2007, p. 91), de forma similar a Silva (2012) e Oliveira (2018), aponta que a falta de “precisão” do que seria o “urbano” fez com que a compreensão para cada localidade fosse distinta, ficando a cargos das municipalidades dispor sobre as terras com certa autonomia. O quarto parágrafo da Lei de Terras foi o que mais se aproximou de uma tentativa de delimitar a área urbana, o qual diz que “os campos de uso comum dos moradores de uma ou mais freguesias, municípios ou comarcas serão conservados em toda a extensão de suas divisas, e continuarão a prestar o mesmo uso, conforme a prática atual, enquanto a lei não dispuser o contrário” (BRASIL, 1850).

Para Silva (2012, p. 62) e Oliveira e Fischer (2017; 2018), a falta de maiores detalhes na lei sobre as terras situadas no espaço periurbano (limítrofes ao limite do rossio ou dos “limites urbanos”) levava à ausência de regulamentação e de definição das terras ditas urbanas e periurbanas. Desse ponto de vista, a ausência da especificidade legislativa quanto ao âmbito exclusivamente urbano foi determinante para contemplar

¹³⁶ Para o caso específico de Belém, nota-se que a instituição da Lei de Terras, em 1850, exerceu um impacto não apenas na conformação de propriedades rurais, mas também organizou o núcleo urbano. As autoras constataram que referências presentes no espaço urbano (nomes de ruas, por exemplo) são indicadas nas estruturas declaradas.

“as formas com as quais os espaços urbanos nasceram e se consolidaram” (Oliveira, 2018, p. 64). A ausência de um instrumento regulatório que determinasse a especificidade da propriedade dita urbana em relação à rural corroborou para que, no caso do município de Campinas, conforme detalhado a seguir, houvesse declarações de distintas tipologias fundiárias junto aos Registros Paroquiais de Terras. Segundo Marx (1991, p. 103) e Silva (2012, p. 45), a resolução adotada pela Lei de Terras foi considerada tardia, haja vista que decorreram 21 anos entre a suspensão do sistema de sesmarias até a elaboração do primeiro projeto da Lei de Terras, esboçado em 1843, culminando nas situações acentuadas de apossamento de terras¹³⁷. É importante esclarecer que, no período colonial, a cessão de terras era uma atribuição da Coroa que se dava por meio do instituto das sesmarias. Um pouco antes da Independência, o regime imperial relaxou essa atribuição de cessão e passou a permitir que as pessoas tomassem posse de qualquer terra que não tivesse sido apropriada por outrem no passado (Costa, 2022, p. 04).

No caso da cidade de Campinas, os apossamentos já eram uma realidade fundiária desde o período colonial. As 289 propriedades declaradas junto aos Bens Rústicos, em 1818, já anunciavam a concentração fundiária, revelando que as terras adquiridas por meios oficiais eram poucas, se comparadas aos quase seis mil habitantes que moravam na vila de São Carlos no ano de 1814 (Teixeira, 2020, p. 04). Conforme Oliveira (2018, p. 63), uma das primeiras dúvidas surgidas no tocante à aplicação da Lei nº 601, de 1850, diz respeito à sua aplicabilidade no âmbito urbano, pois o “limite espacial” que delimitava onde os registros paroquiais deixavam de ser obrigatórios era limítrofe àqueles onde incidia a décima urbana. Nesse sentido, deixava de ser obrigatório o registro paroquial nas áreas em que a décima urbana era aplicada, pois os RPT tinham finalidade estatística, então o Estado já possuía certo conhecimento das terras que estavam alocadas naquele perímetro, na medida que em os proprietários eram obrigados a pagar regularmente o imposto cobrado, no caso a décima urbana (Oliveira, 2018, p. 66).

Já na concepção de Bueno (2016, p. 120), a Lei de Terras foi delineada para incidir sobre as terras devolutas, sesmarias e posses circunscritas em áreas rurais, não compreendendo o “chão urbano” nem as áreas periurbanas aos rossios ou “campos de uso comum” das cidades, conforme as letras da lei. A política fundiária do Segundo Império incidiu sobre a terra rural e não sobre a terra urbana. Na prática, incidiu sobre duas questões: a da posse ilegal de terras públicas e a imigração de estrangeiros em

¹³⁷ Segundo D’Alessandro (2012, p. 60), a concessão do sistema de sesmarias foi suspensa em 1822 e somente em 1843 surgiu um projeto de lei cujo objetivo era o de promover a imigração de trabalhadores pobres, além de proibir novas concessões de terras.

substituição à mão de obra escrava. No que diz respeito à primeira, o governo imperial não podia permitir indefinidamente a apropriação das terras. A “posse” fundamentalmente negava a autoridade do Estado. O Estado tinha de ser capaz de manter seus direitos sobre as terras públicas e, principalmente, precisava estabelecer um meio legítimo de aliená-las (Bueno, 2016, p. 116). A Lei de Terras extinguiu o sistema de sesmarias (para o âmbito rural) e as Datas de Terra (para o âmbito urbano), convertendo as posses e cessões em propriedade plena. Deram ainda às Câmaras e Intendências municipais a propriedade das terras devolutas dos rossios, que passaram a ser transacionadas em hasta pública. Em virtude disso, os registros de Datas de Terra também foram extintos. Porém, a mesma lei instituiu os Registros Paroquiais de Terra como forma de legitimação da propriedade (Corrêa, 2019, p. 50).

Em linhas gerais, os Registros Paroquiais de Terras foram documentos produzidos, por decorrência do regulamento de 1854, com o objetivo de normatizar o procedimento para a implementação do registro de terras nos cartórios. Essa medida visava definir os prazos para a medição e a demarcação das propriedades. O conteúdo dessa documentação diz respeito às declarações de posse constituídas a partir de formas originárias ou primárias, isto é, quando o declarante anunciava ter tomado posse de forma “mansa e pacífica”. A forma secundária se dava por meio daquelas derivadas do direito sucessório, presentes nas partilhas dos inventários *post-mortem*, ou ainda, via mecanismo de compra e venda. (Costa, 2022; Silva, 1996).

2.3 Os Registros Paroquiais de Terras para Campinas: entre o rural e o urbano (1854-1857)

Os RPT para o município de Campinas foram elaborados entre 30 de maio de 1854 e 29 de junho de 1857, através de um único livro com 377 declarações em ordem numérica sequencial, computando 382 lançamentos de propriedades. Quanto à distribuição das declarações ao longo desses três anos, não houve um caráter homogêneo: em 1854, foram realizados 14 registros; em 1855, 255 registros foram feitos; em 1856, 146 registros; e, em 1857, seis registros (APESP, 1854). A maioria dos registros tem um título composto pelo nome da propriedade ou do declarante, e há casos em que um registro declarou mais de uma propriedade, como no caso de Luiz Vicente de Souza Queiroz, neto do brigadeiro Luiz Antônio de Souza Queiroz que, através de uma declaração, arrolou três fazendas: a fazenda das Anhumas, a fazenda do Bom Jardim e a fazenda do Atibaia (APESP, 1854, pp. 87v-88). Seguindo a totalidade documental, a maioria das declarações, correspondendo a 99,53%, descrevem apenas uma

propriedade, enquanto uma porcentagem mínima, correspondente a 0,47%, contém mais de uma descrição no mesmo registro¹³⁸.

As declarações, em geral, possuem variações na forma de descrição e no grau de detalhe fornecido. Há declarações mais extensas nas quais as descrições são mais minuciosas, e há aquelas mais sucintas, em que poucas informações foram declaradas. De certa forma, esse dinamismo nos dados declarados corrobora os “subterfúgios documentais” (Bacellar, 2018, p. 118) e a necessidade de compreender a natureza documental dentro do contexto de sua produção, aguçando “a percepção da informação explícita e anunciada, correlacionada à implícita dentro do quadro envoltório”. Conforme o artigo 13 da lei de 1850, a organização dos RPT foi realizada a mando do governo, contudo a responsabilidade sobre as declarações recaía em quem as fazia, devendo ser “feitas pelos respectivos possuidores, impondo multas e penas aqueles que deixarem fazer nos prazos marcados” (BRASIL, 1950). O processo fornecer informações sobre a propriedade declarada não era, portanto, padronizado e não havia contestação sobre o nível da informação fornecida, atribuindo um caráter diverso às declarações. Ainda, o emolumento do registro fundiário era cobrado de acordo com “... o número de letras, que contiver um exemplar, a razão de dois réis por letra” (BRASIL, 1950). Seguramente, este é o motivo de determinadas declarações serem sucintas e fornecerem apenas informações essenciais. A esse juízo, quanto maior a propriedade e mais extensa a sua declaração, maior o poder aquisitivo do proprietário. No que tange os RPT realizados no município de Campinas, foram contabilizados 580 proprietários e 481 declarantes¹³⁹, revelando que o poder aquisitivo se relacionava diretamente ao prestígio, ao arbítrio social e, conseqüentemente, ao maior agenciamento espacial.

O livro do RPT de Campinas possui declarações lavradas por dois vigários. O primeiro, João Manoel de Almeida Barbosa, vigário colado e bacharel formado, foi responsável pelas declarações até o registro de número 152 (correspondente à propriedade denominada sítio de São Pedro). A primeira declaração que consta neste livro é das terras do próprio vigário, o engenho do Bonfim:

As terras do Engenho do Bonfim pertencentes ao Vigário João Manoel de Almeida Barbosa parte acham-se situadas no distrito desta cidade de Campinas, e parte no distrito de Indaiatuba, município de Itu, na qual se acha situada a casa de morada e fabrica, tanto de café como de açúcar. Sua extensão regula-se três quartos de légua quadradas mais ou menos (APESP, 1854, p. 01).

¹³⁸ Ao computar o volume completo dos RPT para Campinas, constatou-se não haver, um padrão a ser seguido no que tange os aspectos formais das redações das declarações.

¹³⁹ Número levantado sem considerar repetições.

As declarações a partir do número 153 (correspondente à propriedade denominada sítio do Saltinho) passaram à custódia e foram assinadas e lavradas por Antônio Cândido de Mello, vigário encomendado do distrito de Campinas após a aposentadoria de João Manoel de Almeida Barbosa do cargo religioso¹⁴⁰. Segundo o decreto de 1854, as declarações deveriam ser redigidas pelo proprietário por meio de duas vias e, na sequência, entregues ao vigário da freguesia, que faria o lançamento dos livros. Por esse motivo, todas as declarações apresentavam, em seu teor, duas datas: uma seguida do nome do declarante e do local onde havia sido redigida e outra referente ao dia em que o escrivão a transcreveu no livro oficial, seguida de sua rubrica. Das 382 declarações que compõem o RPT de Campinas, 146 foram redigidas na sede religiosa do município, revelando que alguns declarantes se dirigiram à casa do vigário para declararem suas posses. Em contrapartida, 213 declarações não trazem menção explícita de onde foram redigidas e 23 declarações apontam terem sido redigidas em distintas localidades (conforme se observa no gráfico 7):

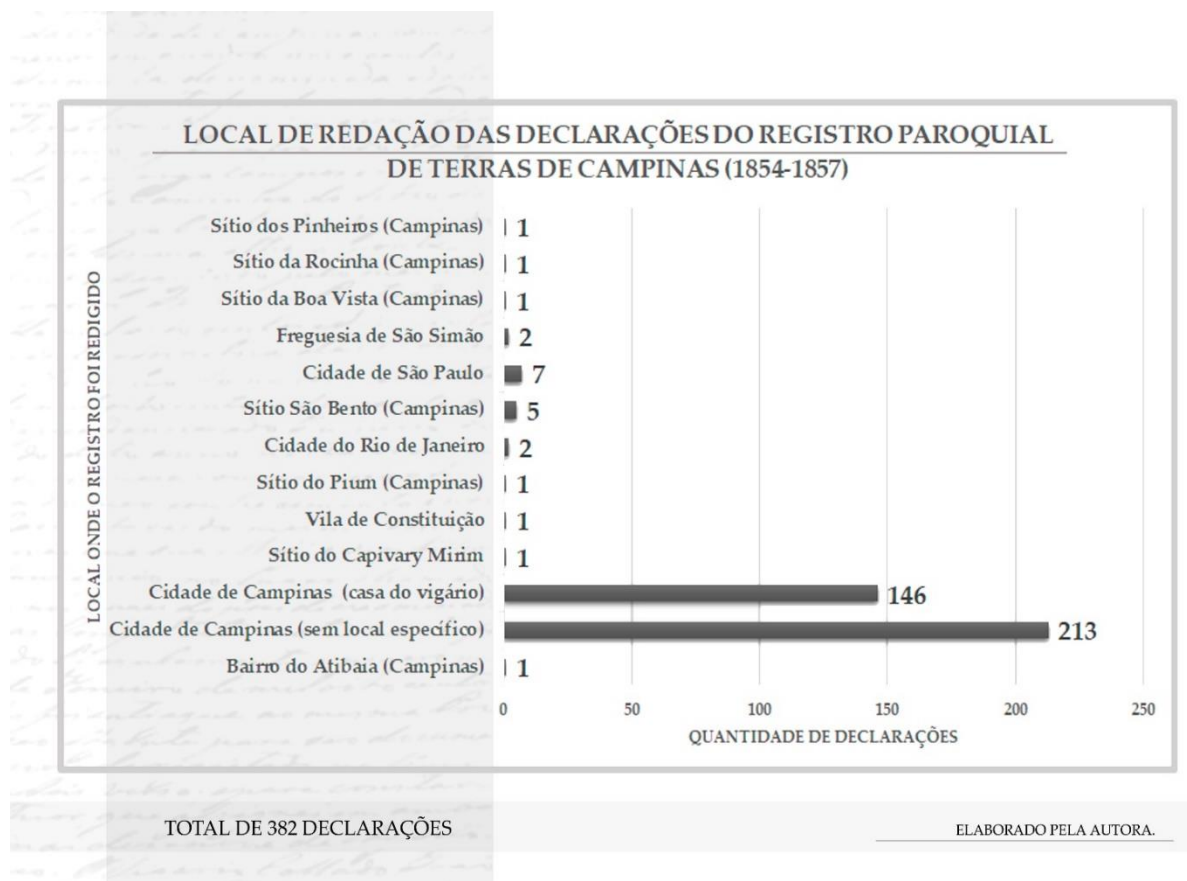


Gráfico 7. Local de redação das declarações do Registro Paroquial de Terras de Campinas (1854-1857). O gráfico demonstra os locais onde foram redigidas as declarações. Fonte: APESP, 1854.

¹⁴⁰ Em 1872, o vigário aposentado João Manoel de Almeida Barbosa é identificado como fazendeiro em sua propriedade do Bonfim (Lisboa, 1872, p. 55).

Entre aquelas que foram realizadas em outras vilas ou municípios, e que especificam o local no qual foram redigidas, uma declaração foi feita em Constituição (atual município de Piracicaba), duas declarações foram redigidas na cidade do Rio de Janeiro, sete declarações foram feitas na cidade de São Paulo e duas declarações realizadas na freguesia de São Simão (pertencente ao termo da vila de Casa Branca). Há poucos casos de declarações redigidas em propriedades inscritas no termo do município de Campinas: uma declaração no sítio dos Pinheiros, uma declaração no sítio da Rocinha e uma declaração no sítio da Boa Vista. Cinco declarações foram redigidas junto ao sítio de São Bento, uma declaração redigida junto ao sítio do Pium, uma declaração no sítio do Capivari Mirim e uma declaração no bairro do Atibaia (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 37).

Outro aspecto desvelado pela documentação dos RPT versa sobre a forma pela qual as propriedades foram nomeadas pelos declarantes, ou seja, a forma pela qual o proprietário ou declarante reconhecia sua propriedade. Quando se comparam os RPT de Campinas com os de outras localidades (como a freguesia de Caconde), as nomenclaturas dadas às propriedades, computadas em sua totalidade, apontam um caminho importante para elucidar aspectos referentes ao “grau de urbanização” das localidades à época de produção dos registros (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 03).

O vínculo entre o proprietário e sua propriedade, para o caso da cidade de Campinas, remonta ao final do século XVIII, quando o processo de ocupação e fixação territorial passou a ser perceptível na localidade, conforme discutido no capítulo 1. Essa relação com a terra envolvia fatores como a forma pela qual a propriedade foi adquirida, caracterizando, portanto, o uso e a função designada. Dessa forma, a variedade de vocábulos utilizados nas declarações sintetiza a morfologia e os valores incorporados no território, revelando que o processo mercantil extravasava bens de consumo, se alargando ao território através das nuances do processo de ocupação e urbanização. Tais transformações articulavam as mudanças do meio rural, dentro do cenário de expansão do café, com modificações fundiárias graduais que se refletiam no espaço urbanizado, sem, contudo, romper radicalmente com a tradição. Grandes sesmarias subdivididas inicialmente em engenhos passaram a ser engenhos subdivididos e adaptados às fazendas de café. Como resultado, foi visível o aparecimento do desenho que incorporava a forma do núcleo urbano da cidade, associado ao universo rural, recompondo morfologicamente os valores das duas soluções diferentes, sintetizadas em um único espaço, ao mesmo tempo, de forma regular e irregular (Bittencourt, 2009, p. 34).

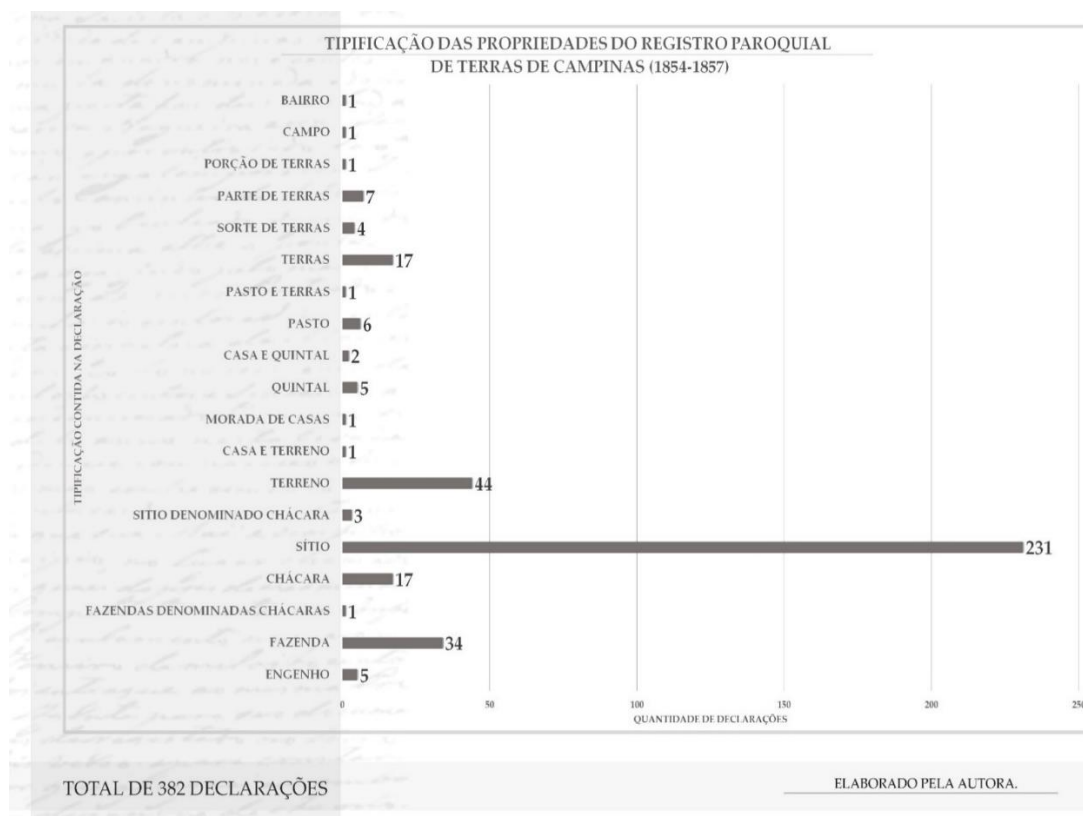


Gráfico 8. Tipificação das propriedades declaradas no Registro Paroquial de Terras de Campinas (1854-1857). O gráfico demonstra a nomenclatura pela qual as propriedades eram reconhecidas quando foram declaradas. Fonte: APESP, 1854.

Conforme observado no gráfico 8, cinco engenhos foram declarados (Bonfim, Campo e Cavalheiro, Ponte Alta, Quilombo e Monjolinho), todos com casas de morada, fábrica de açúcar e cultura de cana (APESP, 1854). Dos cinco engenhos descritos em Campinas, três não possuíam benfeitorias, e dois contavam com fábricas de açúcar e casas de morada. Em mesma medida, 34 fazendas foram declaradas. Dez fazendas apresentavam cultura exclusiva de café, duas possuíam plantações de cana e de café, três se beneficiavam exclusivamente do plantio de cana, uma fazenda apresentava plantas de café e milho, uma fazenda apresentava cultura, e 17 fazendas não mencionavam a presença de culturas.

O gráfico 8 apresenta 20 nomenclaturas distintas contidas nas declarações dos RPT, entre elas: engenhos, fazendas, fazendas denominadas chácaras, chácaras, sítios, sítios denominados chácaras, terrenos, casa e terreno, morada de casas, quintais, casa e quintal, pastos, pastos tire terras, terras, sorte de terras, parte de terras, porção de terras, campo e bairro (APESP, 1854). A partir dessas tipificações, é possível estabelecer uma classificação quanto à natureza das propriedades, ou seja, se eram propriedades situadas no espaço rural, periurbano ou urbano do termo da cidade de Campinas. Da mesma maneira, conforme representado na figura 24, é possível estimar a porcentagem de propriedades rurais, urbanas e periurbanas na cidade nesse momento, não perdendo

de vista que o conjunto dos RPT não representava todas as propriedades existentes no termo da cidade, mas sim “um retrato da parcela de propriedades nas mãos dos abastados do município” (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 55).

Das 382 declarações, 308 propriedades eram rurais (engenhos, fazendas, sítios, pastos, pastos e terras, sorte de terras, parte de terras, porção de terras, campo e bairro), representando 81% do conjunto. Já 21 declarações condiziam às propriedades situadas no espaço periurbano da cidade (fazendas denominadas chácaras, chácaras e sítios denominados chácaras), correspondendo a 5% das propriedades totais declaradas. E, ainda, 53 propriedades eram urbanas (terrenos, casas e terrenos, morada de casas, quintal e casa e quintal), equivalendo a 14% das propriedades.

Essa análise sugere que, na metade do século XIX, o território da cidade de Campinas já possuía uma distinção mais clara do que eram os espaços urbano, periurbano e rural (observar figura 24).

CLASSIFICAÇÃO DAS TIPIIFICAÇÕES FUNDIÁRIAS A PARTIR DO TERMO DA CIDADE DE CAMPINAS (1854-1857)

308 PROPRIEDADES
RURAIS

53 PROPRIEDADES
URBANAS

PROPRIEDADES
URBANAS

PROPRIEDADES
PERIURBANAS

14%

5%

TOTAL DE 382
DECLARAÇÕES

81% PROPRIEDADES
RURAIS



LEGENDA:

- ENGENHOS, FAZENDAS, SÍTIOS, PASTOS, PASTOS E TERRAS, TERRAS, SORTE DE TERRAS, PARTE DE TERRAS, PORÇÃO DE TERRAS, CAMPO E BAIRRO.
- FAZENDAS DENOMINADAS CHÁCARAS, CHÁCARAS E SÍTIOS DENOMINADOS CHÁCARAS.
- TERRENOS, CASA E TERRENO, MORADA DE CASAS, QUINTAL E CASA E QUINTAL.

21 PROPRIEDADES
PERIURBANAS



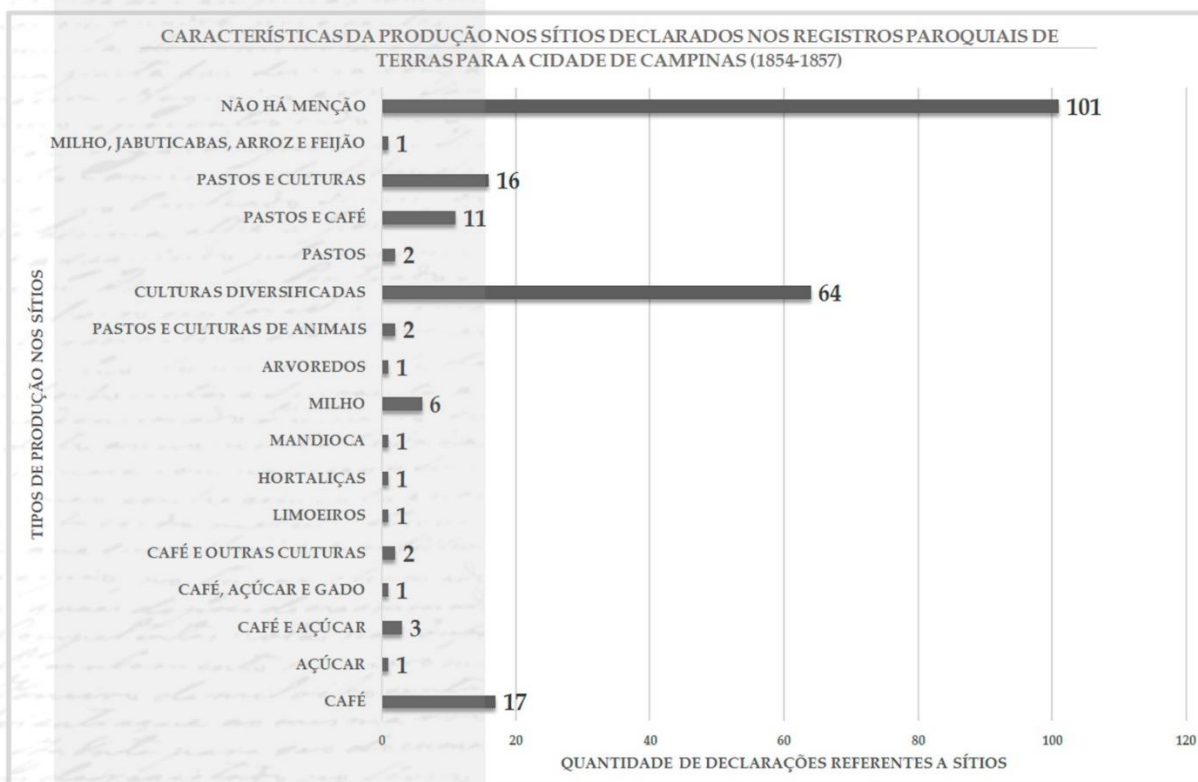
Representação sem escala

ELABORADO PELA AUTORA.

Figura 24. Classificação das tipificações fundiárias contidas no Registro Paroquial de Terras de Campinas (1854-1857), a partir do termo da cidade. Fonte: APESP, 1854.

Foram declarados, nos RPT para Campinas, 231 sítios, revelando ser a tipologia fundiária mais comum nas declarações. Nesse sentido, as estruturas fundiárias rurais eram as predominantes nas propriedades declaradas. Dos 231 sítios, 101 não trazem, ao longo da descrição, menção da produção junto à propriedade. Em contrapartida, um sítio denominado de Maria Pires possuía um pequeno pasto mal cercado, com pés de jabuticabeira, plantação de milho, feijão e arroz para mantimento da família (APESP, 1854, pp. 59-59v). Dezesseis propriedades possuíam pastos e culturas, em 11 havia, além de pastos, plantação de café, e duas possuíam somente pastos.

Um sítio, de Rita Franco de Camargo, denominado Sítio da Boa Vista, possuía arvoredos e casa de morada (APESP, 1854, pp. 105v-106), seis plantavam milho, duas propriedades possuíam pastos e culturas de outros animais, e 64 declararam possuir culturas diversificadas. Um sítio plantava mandioca, um plantava hortaliças e um possuía pés de limoeiros. Dois sítios possuíam plantação de café e outras culturas, um sítio plantava café, cana de açúcar e criava gado, três propriedades plantavam cana de açúcar e café, um sítio plantava somente cana de açúcar e outros 17 possuíam plantio exclusivo de café, conforme gráfico 9 (APESP, 1854).



TOTAL DE 231 DECLARAÇÕES NOMEADAS COMO SÍTIOS

ELABORADO PELA AUTORA.

Gráfico 9. Características da produção nos sítios declarados nos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857). Fonte: APESP, 1854.

Acerca das benfeitorias existentes nos 231 sítios declarados, 113 não fazem menção a nenhuma construção existente. Um sítio declarou não possuir fábrica alguma, outro declarou ter uma casa de morada e fábrica abandonada. Antônio José Ferraz declarou que a sua propriedade, denominada sítio do Campo Redondo, tinha casas de morada e uma olaria (APESP, 1854, p. 63v). Três sítios contavam com casas de moradas e benfeitorias que não foram detalhadas. Outros três sítios contavam com casa de morada e paiol, e dois sítios tinham casas de morada e máquina para apiloar mandioca (APESP, 1854).

Oito propriedades possuíam, além da casa de morada, monjolo, e três contavam com casas de morada, fábricas de açúcar e outras benfeitorias (como depósitos), um sítio contava, além da casa de morada, com rancho para abrigar tropeiros, enquanto o sítio de Joaquim Cândido Alves Nogueira possuía apenas um rancho (APESP, 1854, pp. 122-122v). Um sítio possuía curral, 13 possuíam casas de morada, fábrica de café e dependências, como moinho tocado por água (APESP, 1854, pp. 100v-101), fábrica de socar café e moinho tocado por animais (APESP, 1854, p. 105). Seis sítios possuíam casa de morada com fábrica de açúcar, o proprietário de um sítio declarou não “haver edifício algum” nele (APESP, 1854, pp. 20-20v), e 74 declararam possuir casas de morada, revelando que, provavelmente, essas propriedades eram os locais onde os proprietários residiam – observar gráfico 10.



Gráfico 10. Benfeitorias existentes nos sítios declarados nos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857). Fonte: APESP, 1854.

2.4 Uma cidade difusa: o espaço rural de campinas a partir de 1850 – bairros, fazendas, engenhos, sítios

O bairro, em meio ao século XIX, poderia ser caracterizado, segundo Nunes (2021, p. 17), como uma forma corriqueiramente encontrada junto às listas nominativas de habitantes, a qual remetia à organização e ao agrupamento social dos indivíduos distribuídos ao longo do território. Como analisado no primeiro capítulo desta tese, essa nomenclatura foi adotada desde o final do século XVIII e indicava um agrupamento social que serviu como elemento de referência territorial aos habitantes que viviam no termo da vila de São Carlos. O bairro se formava por uma pequena população que tinha interesses em comum e passava, assim, a ser reconhecido por seus habitantes através de um determinado nome. Dizia respeito, portanto, à forma de distribuição e ao arranjo no território, geralmente dispersos em diversas localizações, ao contrário do bairro referente à sede da vila ou da freguesia em questão (Nunes e Salgado, 2021, p. 05).

A nomenclatura adotada e reconhecida socialmente poderia advir da referência toponomástica que identificava a localidade (como uma característica da vegetação, da topografia ou da hidrografia presente), constituindo uma formação social que supria as atividades cotidianas dos habitantes, estabelecendo certa independência em relação ao núcleo urbano da vila. Tratava-se, portanto, de uma forma que fazia parte de um conjunto espacial que compunha a lógica da ocupação territorial e constituía os fragmentos da cidade difusa (Ferraz, 2016).

Para Ferraz (2016), a noção de cidade correlacionava-se à urbanidade em função dos elementos que compunham o arranjo urbano. Segundo o autor, a forma descontínua com a qual o arranjo se espalhava pelo território, ou seja, era difusa¹⁴¹. Este conjunto de elementos foi responsável por configurar a cidade difusa, carregando, por si, a carga simbólica dos espaços urbanos porque, ainda que na lógica “descontínua e esparramada” pelo território, possuíam um sentido de pertencimento (Ferraz, 2016, p. 282).

Durante o período colonial, na primeira metade do século XIX, a vila de São Carlos possuía dez bairros distribuídos ao longo do termo da vila (identificados no capítulo 1 desta tese a partir da análise das listas nominativas de habitantes). A partir da segunda metade do século XIX, os RPT para Campinas demonstram que

¹⁴¹ Organização por bairros, delimitação do rossió, circunscrição do termo e arranjo das estruturas fundiárias e caminhos.

26 bairros existiam no território da cidade. Entre os bairros mencionados nas declarações, estavam: bairro dos Dois Córregos, bairro do Vira Copos, bairro do Salto Grande, bairro do Ribeirão Quilombo, bairro do Mato Dentro, bairro do Jaguari, bairro do Descampado, bairro do Capivari, bairro do Campo Redondo, bairro do Campo Grande, bairro do Atibaia, bairro de Santa Cruz, bairro das Anhumas, bairro das Caveiras, bairro das Campinas Velhas, bairro da Terra Preta, bairro da Rocinha, bairro do Pirapora, bairro da Jacuba, bairro da Invernada, bairro da Estiva, bairro da Cachoeira, bairro da Boa Vista, bairro da Boa Esperança e bairro da Água Podre (APESP, 1854).

QUADRO 12. BAIRROS EXISTENTES NA CIDADE DE CAMPINAS (1797-1857)			
Nº	BAIRRO ¹⁴²	DATA ESTIMADA DO SURGIMENTO	HIPÓTESE DE SITUAÇÃO JUNTO AO TERMO DA CIDADE
1.	BAIRRO DA ÁGUA PODRE	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
2.	BAIRRO DA BOA ESPERANÇA	Existente desde 1803.	Área rural.
3.	BAIRRO DA BOA VISTA	Existente desde 1801.	Área rural.
4.	BAIRRO DA CACHOEIRA ¹⁴³	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
5.	BAIRRO DA ESTIVA ¹⁴⁴	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
6.	BAIRRO DA FAZENDA VELHA	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
7.	BAIRRO DA INVERNADA	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.

¹⁴² Lista baseada na análise das listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos entre 1797 e 1818, acrescida da análise das 382 declarações dos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857). Fonte: APESP, 1797-1818; APESP, 1854.

¹⁴³ Trecho de uma notícia denominada “Estação na Cachoeira”, que discutia a importância de se estabelecer uma estação ferroviária da Companhia Paulista no bairro da Cachoeira, alegando ser mais profícua à exportação do que uma estação situada no bairro do Capivari (alegando ser próxima do pouso dos Pinheiros, que já atendia a demanda do escoamento), segue trecho: “[...] A colocação de uma estação no Capivari tem a sua razão de ser, assenta sobre causa legítima, que por ninguém é ignorada. Seria, pois, erro condená-la, desconsiderando-a, sendo conhecida a exportação que para ali há de fluir. Porém, uma estação no Capivari, sem outra somente nos Pinheiros não atrai a maior soma de produtos, não chama toda a produção, que outra chamaria em benefício da companhia e, portanto, não satisfaz às suas próprias aspirações e as aspirações dos produtores adjacentes. Capivari far-se-á ponto de concorrência dos produtos do bairro da Cachoeira e será mesmo estação procurada para exportação de uma parte de gêneros de Indaiatuba; mas Capivari está em tal posição relativamente ao centro produtor de Bethlem de Jundiá e de uma das zonas mais fecundas à lavoura do café de Campinas, que se torna inteiramente inútil e imprestável à avultada exportação que vem destes lugares [...]. Fonte: CAMPINAS, 1870, ed. 00069, p. 01.

¹⁴⁴ “Está à venda um sítio no bairro da Estiva, com 50 alqueires de terras, mais ou menos, bastante mato virgem, capoeiras, campos, casas de morada, monjolos, paióis, e um pequeno cafezal. Vende-se ou troca-se com algumas moradas de casas nesta cidade. Quem pretender, dirija-se a José Correa da Silva Lacerda, nesta cidade.” Fonte: CAMPINAS, 1872, ed. 00273, p. 02.

8.	BAIRRO DA JACUBA ¹⁴⁵	Mencionado a partir de 1854.	Área rural, em região que atualmente corresponde ao município de Hortolândia
9.	BAIRRO DA PIRAPORA	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
10.	BAIRRO DA ROCINHA ¹⁴⁶	Mencionado a partir de 1854.	Área rural. Próximo a estrada que levava a Jundiá.
11.	BAIRRO DA TERRA PRETA ¹⁴⁷	Mencionado a partir de 1854.	Área rural, próximo ao bairro da Boa Vista.
12.	BAIRRO DAS CAMPINAS VELHAS	Existente desde a formação da vila em 1797.	Junto ao antigo bairro da vila, ou seja, área urbanizada.
13.	BAIRRO DAS CAVEIRAS	Mencionado a partir de 1854.	Área rural, próximo a estrada que seguia para Bethlem de Jundiá (atual cidade de Itatiba- SP)
14.	BAIRRO DAS ANHUMAS	Existente desde 1797	Área rural.
15.	BAIRRO DE SANTA CRUZ	Existente desde a formação da vila em 1797.	Junto ao antigo bairro da vila, ou seja, área urbanizada.
16.	BAIRRO DO ATIBAIA	Existente desde 1797	Área rural.
17.	BAIRRO DO CAMPO GRANDE	Existente desde 1801	Área rural.
18.	BAIRRO DO CAMPO REDONDO ¹⁴⁸	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
19.	BAIRRO DO CAPIVARI	Existente desde 1797	Área rural.
20.	BAIRRO DO DESCAMPADO	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
21.	BAIRRO DO JAGUARI	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
22.	BAIRRO DO MATO DENTRO	Existente desde 1808.	Área rural, porém, geograficamente próximo ao núcleo urbanizado.
23.	BAIRRO DO RIBEIRÃO QUILOMBO ¹⁴⁹	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.

¹⁴⁵ O município de Hortolândia teve seu território desmembrado da cidade de Campinas em 1953 e surgiu como um bairro denominado Jacuba (SEADE).

¹⁴⁶ “ESCÂNDALO – Joaquim Camillo Ramalho, preso na freguesia do Rio-Novo, comarca de Botucatu, onde reside, foi remetido ao dr. Chefe de polícia por constar ter cometido um assassinato, há seis para oito anos, **no bairro da Rocinha**, termo da cidade de Campinas.” Fonte: CAMPINAS, 1873, ed.00393, p. 02 (grifo da autora).

¹⁴⁷ “Vende-se um **sítio no bairro da Terra Preta**, denominado Santo Ignácio, de 50 a 60 alqueires de terras próprias para mantimentos, com as benfeitorias seguintes: casa de morada já velha, paiol, monjolo, pasto e um pequeno pomar. Divisam as ditas terras com Manoel Joaquim Ferreira Zimbres. Quem pretender, dirija-se a Perfeito Maria Nuevo, nesta cidade, à rua Direita.” Fonte: CAMPINAS, 1872, ed. 00260, p. 03. Acesso em jan. 2024. (grifo da autora).

¹⁴⁸ “ASSASSINATO – No dia seis do corrente às seis horas da tarde, **no lugar denominado Campo Redondo**, a légua e meia desta cidade, foi brutalmente assassinado com um tiro no peito João Garcia Lopes Ferreira, casado e com filhos menores, natural de Minas, mas há anos estabelecido em benquisto em Campinas.” Fonte: CAMPINAS, 1875, ed. 00523, p. 02 (grifo da autora).

¹⁴⁹ “No dia dois do corrente, **no bairro do Quilombo**, José Bento da Cunha e Benedito Antônio de Oliveira, travaram-se de luta, faca a faca, do que resultou ficarem ambos gravemente feridos. Aos que nos consta, o motivo de tal desavença, foi ajuste de contas. A autoridade competente procedeu ao auto do corpo delito e prossegue nas respectivas averiguações.” Fonte: CAMPINAS, 1872, ed. 00238, p. 02 (grifo da autora).

24.	BAIRRO DO SALTO GRANDE¹⁵⁰	Mencionado a partir de 1854.	Área rural, próximo à fazenda Sete Quedas (acerca do município de Amparo)
25.	BAIRRO DO VIRA COPOS	Mencionado a partir de 1854.	Área rural.
26.	BAIRRO DOS DOIS CÓRREGOS	Existente desde 1797.	Área rural, acerca da formação do pouso dos Pinheiros (atual município de Valinhos)
27.	BAIRRO DAS ANHUMAS	Existente desde 1797.	Área rural.
28.	BAIRRO DA PONTE ALTA	Existente desde 1797.	Área rural.

Quadro 12. Bairros existentes na cidade de Campinas (1797-1857). O quadro apresenta os nomes dos bairros extraídos das listas nominativas de habitantes e dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas. Fonte: APESP (1797-1818; APESP, 1854).

Conforme observado no quadro 12, até 1857, a cidade de Campinas contava com 28 bairros distribuídos pelo termo da cidade. Dos 28 bairros levantados, foram identificados 12 existentes desde o período colonial, sendo dez constatados a partir da análise das listas nominativas, realizada no capítulo 1 desta tese. Os demais (indicados em vermelho no quadro 12) foram levantados a partir das declarações nos RPT. Para sustentar essa hipótese, consideraram-se as alusões aos bairros presentes nas descrições dos RPT, como o caso do bairro das Caveiras, mencionado como referência de localização na declaração de duas propriedades pertencentes à Joaquim Antônio de Arruda, sendo um sítio e uma sorte de terras. Em ambas as descrições, as propriedades se localizavam “neste município, situado no bairro das Caveiras, na estrada desta cidade que segue para Bethlem” ¹⁵¹ (APESP, 1854, pp. 116-116v). As notícias veiculadas junto à imprensa local (ainda que notícias anunciadas em datas posteriores) de recorrências nesses bairros auxiliaram na construção da hipótese de localização dos bairros.

Das 382 declarações feitas no RPT de Campinas, 253 não contêm menção alguma à localização por meio de bairros. No quadro 13 estão listados os bairros identificados nos RPT, correlacionando-os à tipologia fundiária declarada, o que fortalece a hipótese construída no quadro 13:

¹⁵⁰ Em 1874, foi formada a colônia do Salto Grande, situada na fazenda Sete Quedas, propriedade de Joaquim Bonifácio do Amaral, situada perto do município de Amparo. Fonte: CAMPINAS, 1874, ed. 00481, p. 02.

¹⁵¹ A estrada do Belém levava ao atual município de Itatiba. Antiga capela de Nossa Senhora do Bethlem de Jundiá, onde se formou a freguesia de Belém de Jundiá, pertencente ao termo da vila de Jundiá (SEADE).

QUADRO 13- BAIROS MENCIONADOS NOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS PARA A CIDADE DE CAMPINAS (1854-1857)			
Nº	BAIRRO	DECLARAÇÕES QUE MENCIONAM	TIPOLOGIA DAS PROPRIEDADES
1.	BAIRRO DA ÁGUA PODRE	1 declaração	Sítio.
2.	BAIRRO DA BOA ESPERANÇA	23 declarações	Sítios, Terras e Fazenda.
3.	BAIRRO DA BOA VISTA	10 declarações	Engenho, Sítios, Terras.
4.	BAIRRO DA CACHOEIRA	1 declaração	Sítio.
5.	BAIRRO DA ESTIVA	2 declarações	Sítios.
6.	BAIRRO DA FAZENDA VELHA	1 declaração	Sítio.
7.	BAIRRO DA INVERNADA	2 declarações	Sítio e Terras.
8.	BAIRRO DA JACUBA	1 declaração	Sítio.
9.	BAIRRO DA PIRAPORA	1 declaração	Sítio.
10.	BAIRRO DA ROCINHA	2 declarações	Sítio e Terras.
11.	BAIRRO DA TERRA PRETA	15 declarações	Sítios e Terras.
12.	BAIRRO DAS CAMPINAS VELHAS	8 declarações	Chácaras, Quintal, Terrenos e Terras.
13.	BAIRRO DAS CAVEIRAS	2 declarações	Sítio e Sorte de Terras.
14.	BAIRRO DAS ANHUMAS	3 declarações	Fazendas, Terras, Pastos.
15.	BAIRRO DE SANTA CRUZ	2 declarações	Pasto e Terreno.
16.	BAIRRO DA ATIBAIA	7 declarações	Terras, Casa e Quintal, Sítio e Terrenos.
17.	BAIRRO DO CAMPO GRANDE	8 declarações	Sítios, Terras, Parte de Terras
18.	BAIRRO DO CAMPO REDONDO	1 declaração	Sítio.
19.	BAIRRO DO CAPIVARY	2 declarações	Sítio e Terras.
20.	BAIRRO DO DESCAMPADO	2 declarações	Sítios.
21.	BAIRRO DO JAGUARI	2 declarações	Sítios.
22.	BAIRRO DO MATTO DENTRO	15 declarações	Sítios, Fazenda, Terras e Chácara.
23.	BAIRRO DO RIBEIRÃO QUILOMBO	9 declarações	Sítio e Terras.
24.	BAIRRO DO SALTO GRANDE	1 declaração	Sítio.
25.	BAIRRO DO VIRA COPOS	2 declarações	Terras.
26.	BAIRRO DOS DOIS CÓRREGOS	5 declarações	Sorte de Terras e Sítios.

Quadro 13. Bairros mencionados no Registro Paroquial de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857). Fonte: APESP,1854.

Os bairros de Santa Cruz e das Campinas Velhas situavam-se junto ao núcleo urbanizado da cidade de Campinas. Duas declarações se referiam a propriedades no bairro de Santa Cruz: uma, registrada sob número 21, de Domingos Araújo Roco, sendo dois pastos situados no subúrbio da cidade, no “lugar denominado bairro de Santa Cruz, na banda da estrada que seguia para Limeira” (APESP, 1854, pp. 12-12v). A segunda propriedade, pertencente a João José da Cunha, possuía um “terreno situado no bairro de Santa Cruz, o qual dividia por um lado com José Ignacio Maciel e por outro com Domingos de Araújo Roco” (APESP, 1854, pp. 12-12v). Em vista disso, a menção de bairros como localização para as estruturas fundiárias declaradas nos RPT não se limita à esfera rural, se tratando também de bairros situados no subúrbio ou junto ao núcleo urbanizado. A propriedade de Simão Rodrigues da Cunha foi declarada como “bairro do Campo Grande” (APESP, 1854, p. 55). A maneira pela qual a propriedade foi designada denotava que a propriedade se situava em meio ao bairro do Campo Grande¹⁵² (figura 25).

¹⁵² Ao analisar o corpo documental completo do RPT para a cidade de Campinas, oito propriedades situavam-se no bairro do Campo Grande.

HIPÓTESE DO ARRANJO DOS BAIRROS EXISTENTES NA CIDADE DE CAMPINAS (1854-1857)

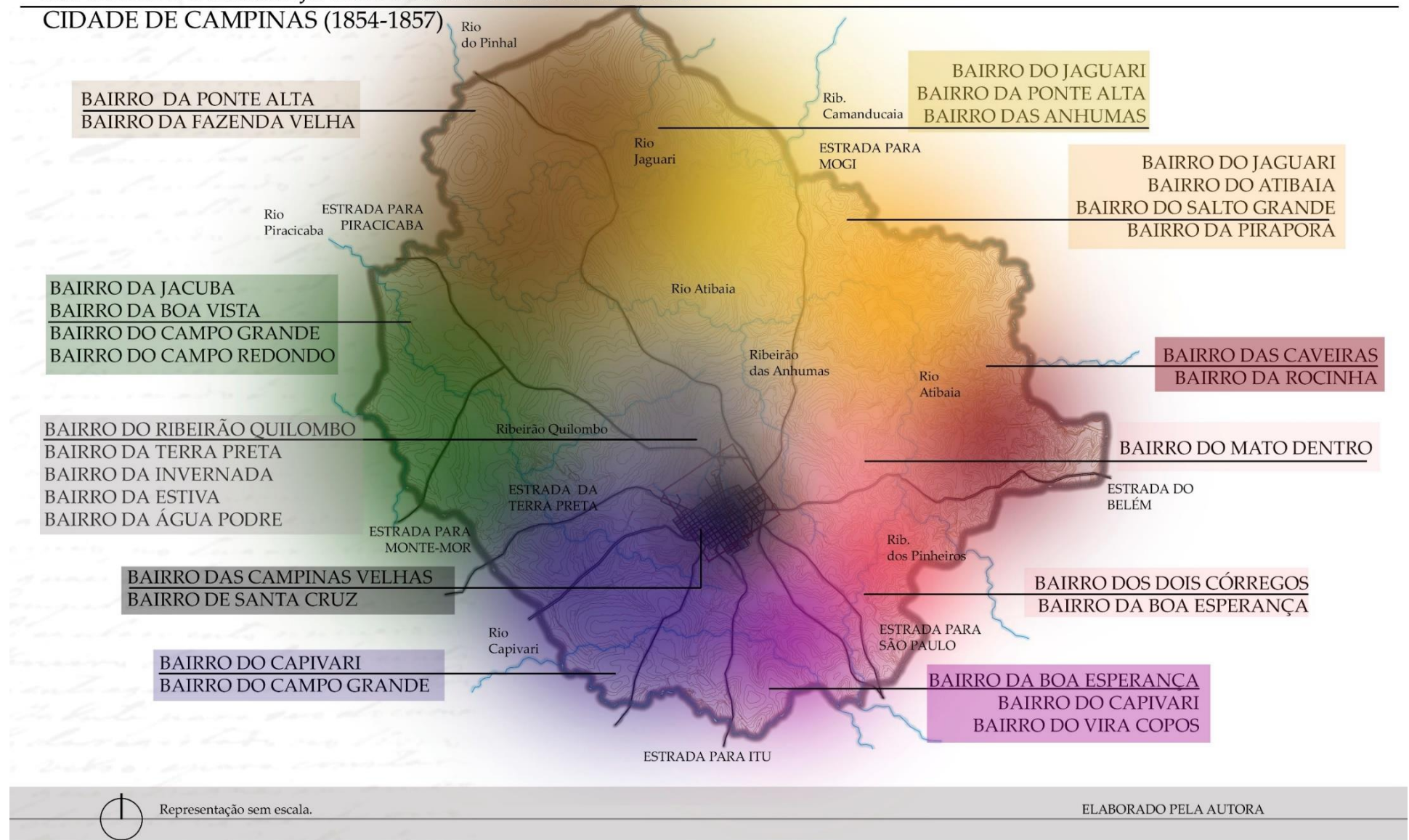


Figura 25. Hipótese do arranjo dos bairros existentes na cidade de Campinas (1854-1857).

2.5 O cinturão de chácaras e o espaço periurbano da cidade de Campinas

A produção rural, baseada nas lavouras, serviu de base para a modernização da cidade de Campinas, propiciando novas formas de morar, expressas no aparecimento de chácaras e de palacetes que trouxeram inovações tanto nas soluções construtivas quanto nos programas de necessidades dos exemplares (Menegaldo, 2019, p. 116). As chácaras, no século XIX, constituem uma tipologia fundiária situada no espaço periurbano da cidade, isso é, nos limites do que se configurava como espaço urbano. A opção por morar em uma chácara revelava uma correlação direta com a situação financeira de seu proprietário.

A característica mais importante de uma chácara, no século XIX e nas primeiras décadas do século XX, segundo Canabrava (1953, p. 56), era sua serventia como residência familiar, em especial, destinada à “elite aristocrática”, ou seja, pertencentes às famílias abastadas que possuíam recursos para transitar entre os universos rural e urbano. Tratava-se de um tipo fundiário calcado “mais ou menos na exploração do solo”, pois, para Canabrava (1953), o uso do terreno, fosse pouco ou bastante extenso, era sempre um diferencial dessa tipologia. As chácaras eram, portanto, propriedades formadas por porções generosas de terras, que contavam com pomares, plantações, pastos e outras benfeitorias necessárias ao abastecimento familiar, associadas às residências que possuíam programas de necessidades adequados ao convívio urbano (Fernandes e Pereira, 2020, p. 03). Conforme Manzoni (2007, p. 88), o próprio uso do termo chácara remete às múltiplas experiências sociais, que incluíam áreas de cultivo agrícola, produção de alimentos e animais, coletas de frutas, pescaria, transporte e comércios de gêneros alimentícios e outras vivências. Ademais, era comum que o excedente da produção realizada nas chácaras, como frutas, chás e hortaliças, fosse comercializado junto ao núcleo urbanizado da cidade.

Para Reis Filho (1970, p. 28), as chácaras apresentavam, por definição, características que as situavam junto ao espaço periférico e, portanto, conformavam-se no entorno do espaço urbanizado. A partir dos fundos das chácaras, geralmente situavam-se as propriedades ditas como rurais, como fazendas e sítios, onde a produção agrícola se estendia em largas escalas. Sob certo aspecto, essa tipologia fundiária congregava benefícios que permitiam a seus proprietários usufruírem do caráter rural e do caráter urbano. Para o caso de Campinas, a conotação atribuída às chácaras revela o resguardo do enriquecimento advindo das produções de açúcar e café, garantindo

exclusividade, o requinte e a admissão de práticas que reforçavam a disciplina e o refinamento que a condição social da elite senhorial exigia (Menegaldo, 2019, p. 276).

Na concepção de Lapa (1995), a cidade de Campinas viveu o “primeiro sopro de modernidade” a partir da década de 1850, quando a classe senhorial deixou de se equilibrar apenas no sistema mercantil escravista, passando a enxergar as “possibilidades urbanísticas” como recursos capitalistas. A ascensão econômica foi vetorizada para a produção do espaço urbano, haja vista que o solo passou a ser o ativo fundamental da riqueza familiar. O momento de transferência desses valores, segundo Lapa (1995, p. 12), ocorreu em Campinas, de forma mais substantiva, colocando certos princípios frente a frente: de um lado, os valores conservadores e, de outro, as aspirações burguesas, refletidas na materialidade da cidade. Nesse jogo, as “aspirações burguesas” e os “valores conservadores” se mostraram como opções para valorizar as aparências, os componentes e, sobretudo, os agentes sociais envolvidos (Lapa, 1995, p. 12). O território urbanizado foi, portanto, o meio onde a elite senhorial oitocentista encontrou sua expressão mais eloquente:

A transição do campo para a cidade nem sempre se faz direta e, nesse sentido, **as chácaras que vão ao pouco acinturando o quadro urbano** constituem um momento em que seus moradores, beneficiados por uma acumulação que já datava de mais de meio século, procuram afastar-se do isolamento rural, sem, contudo, assimilar os inconvenientes urbanos, escolhendo para morada permanente as chácaras (LAPA, 1995, p. 103 - grifo da autora).

Desde praticamente o início do povoamento, ou pelo menos durante o tempo em que o predomínio era de relações sociais de produção rural, as chácaras integravam-se ao próprio quadro urbano e, portanto, dentro da área que poderia ser considerada central na vida social e urbana (Lapa, 1955, p. 103). A hipótese levantada por Lapa (1995), sobre a implantação das chácaras de Campinas formarem um “cinturão” perto do quadro urbano, coincide com a de outros autores para outras localidades, como Homem (1996) para cidade de São Paulo, reforçada, posteriormente, por Manzoni (2007) e pelos estudos de Bueno (2016); por Martins (2014), para a cidade de Diamantina em Minas Gerais; bem como por Alves (2006), para Vassouras, no vale Fluminense. A seara de autores que tratam dessa tipologia fundiária ao longo das investigações é extensa¹⁵³ e, para avançar no estudo sobre Campinas, a investigação de Homem (1996, p. 63) foi importante, pois a autora reconstruiu o que seria parte deste “cinturão” implantado de forma lindeira ao núcleo da cidade de São Paulo¹⁵⁴. Ao proceder a essa reconstrução,

¹⁵³ Alves (2006), Aragão (2017), Canabrava (2005), Freyre (2006), Homem (1996), Langenbuch (1971), Lapa (1995).

¹⁵⁴ Recomenda-se ver Homem (1996, p. 82).

Homem (1996) esclarece que não é coerente classificar esta tipologia fundiária enquanto estrutura rural e nem como estrutura urbana¹⁵⁵.

Para Freyre (2006, p. 307), as chácaras representavam um prestígio social acima dos sobrados das residências urbanas, sendo o tipo preferido dos “paulistas mais ricos”, pois preservavam os deleites da vida rural nessa ótica semiurbana. Já Langenbuch (1971, p. 18) afirma que as chácaras oitocentistas formadas na cidade de São Paulo configuravam um cinturão de características funcionalmente suburbanas em torno da cidade. Essa “função suburbana” condizia a alguns aspectos inerentes às chácaras, entre eles: o caráter familiar e residencial que essas propriedades assumiram, o aspecto estético referente à suntuosidade das construções, o cuidado com a beleza paisagística referente aos jardins e a presença de plantações, pomares e hortas. Em vista disso, a chácara, de forma material e concreta, tinha por função projetar a racionalização que o processo de produção urbana demandava, concernindo, portanto, a sua implantação junto ao espaço periurbano das cidades.

Battistoni Filho (2002, p. 17), discutindo sobre os aspectos da arquitetura de Campinas, traz a chácara como um tipo de habitação característico da cidade. As chácaras, no presente entendimento, vão além da compreensão enquanto uma tipologia de habitação, mas também como uma tipologia fundiária: situando-se na periferia, ela conseguia reunir, às vantagens dessa situação, as facilidades de abastecimento e dos serviços das casas rurais. Solução preferida pelas famílias abastadas, a chácara denunciava, no seu caráter rural, a precariedade das soluções da habitação urbana da época (Battistoni Filho, 2002, p. 17).

A contar de 1850, o cenário nacional tornou-se bem mais favorável a empreendimentos e investimentos diversificados. De um lado, a situação política do país tornou-se mais estável, com o fortalecimento da ordem pública, e, de outro, com a extinção do tráfico transatlântico de escravizados, que livrou muitos capitais que, até então, eram empregados no sistema mercantil escravista. As novas possibilidades de investimentos se refletiram principalmente no desenvolvimento da civilização material (Matos, 1990, p. 63). Segundo Canabrava (2005, p. 241), tradicionalmente o conceito de chácara envolve uma ocupação do solo por meio da agricultura, por mais incipiente que esta esteja. Por outro lado, a chácara, na sua moderna conceituação, embora voltada à agricultura, é um tipo de propriedade que expressa condições econômicas e sociais.

¹⁵⁵ Homem (1996, p. 63) atribui o conceito de “cinturão de Chácaras” a Langenbuch (1971, p. 16), autor que traz que: “A cidade de São Paulo era circundada por um cinturão de chácaras, que além de fins agrícolas encerravam importante função residencial.”

Em período correlato à elaboração dos RPT para Campinas, não havia veiculação de periódicos pela imprensa local.¹⁵⁶ Conforme Mariano (1972, p. 21), o primeiro veículo de Campinas surgiu em 1858 e chamava-se “Aurora Campineira”. É a partir da década de 1860 que negócios envolvendo essas propriedades situadas na cidade de Campinas, como venda, aluguel ou a prestação de serviços, passam a fazer parte das publicações diárias, conforme observado por Fernandes e Pereira (2020)¹⁵⁷. Utilizar essas propriedades como forma de somar ativos aos patrimônios, bem como de divulgá-las junto à imprensa local, revelava as estratégias capitalistas de agenciamento. Uma questão importante suscitada por Alves (2006), a partir da leitura de Aragão (2017), é a identificação da tipologia das casas senhoriais construídas nas chácaras, encontrando-se “isoladas em grandes lotes e cercadas por jardins, com grandes afastamentos laterais e quintais vastos”. Precificar a propriedade e atribuir valor à mesma enquanto mercadoria foi determinante para que, pouco a pouco, as grandes extensões de chácaras fossem “cortadas e recortadas”, dando lugar a elementos urbanos (Alves, 2006, pp. 33-34). Para Canabrava (2005, pp. 234-235), a característica mais importante da chácara era a sua serventia habitual como residência da família, propriamente da família aristocrática paulista que possuía recursos, isso é, da família senhorial. A chácara, segundo estudos de Canabrava (1953, p. 58), era comumente descrita nos anúncios de jornais como um tipo de residência calcado ainda na exploração do solo, pois os anúncios insistiam em chamar a atenção para a utilização do terreno, seja ele de área bastante ou pouco extensa.

Analisar, portanto, o conjunto completo dos RPT para Campinas permite que se espacialize a hipótese de existência de um cinturão de chácaras, suscitada por Lapa (1995), e que se identifiquem as propriedades situadas nas áreas periurbanas do município. Entre 1854 e 1857, 17 declarações registraram propriedades nomeadas como chácaras, três declarações como “sítio denominado chácara” e uma declaração de “fazenda denominada chácara”. A presença expressiva de chácaras declaradas nos registros, além de evidenciar as diferentes formas da ocupação fundiária, revela que a urbanização no município já era uma realidade, conforme quadro 14.

A interpretação das descrições das propriedades presentes nos RPT foi possível através da construção historiográfica realizada ao longo da pesquisa, fundamental na

¹⁵⁶ Deve-se entender que o momento em que um documento, uma série ou um volume documental foi produzido representa uma ação em um momento social. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder, segundo Le Goff (2005, p.546).

¹⁵⁷ Investigação por meio da qual as autoras realizaram um levantamento junto à imprensa local de Campinas, no período entre 1869 e 1894.

identificação dos elementos toponomásticos, como caminhos, hidrografia, bairros e outros elementos. Para tanto, o quadro 14 revela que, à exceção da propriedade de Luiz Antônio de Arruda, todas as demais chácaras declaradas nos RPT de Campinas confrontavam, em pelo menos uma divisa, com outra chacara, reforçando a hipótese do “cinturão” anunciado por Lapa (1995) e reconstituída através da figura 26:

QUADRO 14. CHÁCARAS SITUADAS NO TERMO DE CAMPINAS E DECLARADAS NOS RPT (1854-1857)

NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	REFERÊNCIAS	PROPRIEDADES CONFRONTANTES	
1.	CHÁCARA DAS TRÊS BARRAS ¹⁵⁸	José Joaquim de Oliveira Fernandes	Córrego das Campinas Velhas, Bairro do Matto Dentro, Estrada que vai para Mogi Mirim, Ribeirão das Anhumas e estrada que vai para o Bairro do Atibaia.	Bento José de Abreu Alves Guimarães	Chácara da Boa Vista
				Joaquim Alves Almeida Salles	Chácara
				Domingos de Araújo Roco	Pastos
				Francisco de Paula Bueno	Sítio Taquaral
				Dona Anna Eufrosina de Campos	Sítio
				Francisco Egydio de Souza Aranha	Fazenda Matto Dentro e Sítio do Marcelino
				Francisco Ignacio do Amaral	Sítio do Matto Dentro
				Dona Antônia Maria de Quadros	Chácara do Almeida
2.	CHÁCARA DO PARAÍSO ¹⁵⁹	Joaquim José Soares de Carvalho	Córrego das Campinas Velhas, estrada velha do Matto Dentro, a estrada velha de São Paulo, o rossio da cidade e o Bairro Alto.	Bento José de Abreu Alves Guimarães	Chácara da Boa Vista
				Joaquim de Almeida Leite	Não possui
				Francisco Egydio de Souza Aranha	Fazenda de São Francisco de Lageado
				Cap. Eliseário de Camargo Andrade	Chácara
				Cap. Francisco Alves de Souza	Morada de Casas
				Desembargador Albino José Barboza	Chácara
3.	CHÁCARA ¹⁶⁰	Joaquim Alves de Almeida Salles	Subúrbios desta cidade, da banda poente da cidade.	José Joaquim de Oliveira Fernandes	Chácara das Três Barras
				Bento José de Abreu Alves Guimarães	Chácara da Boa Vista
4.	CHÁCARA DO ALMEIDA ¹⁶¹	Dona Antônia Maria de Quadros	Existe nos limites desta cidade, estrada velha que vai para Atibaia, estrada que segue para o bairro do Matto Dentro e que hoje também segue para Atibaia.	José Joaquim de Oliveira Fernandes	Chácara das Três Barras
5.	CHÁCARA "BAIRRO DA BOA VISTA" ¹⁶²	Manoel da Rocha Ribeiro	Divisa pelo rossio desta cidade, Estrada da Terra Preta.	José de Campos Souza	Terras
				José de Barros Dias	Sítio da Boa Vista
				Cap. Francisco de Paula Camargo (finado)	Fazendas da Atibaia
				Thomaz Luiz Alves	Chácara, Bom Retiro e Chapadão
				Dona Anna Eufrosina de Campos	Chácara
				Luiz Ferraz	Chácara

¹⁵⁸ APESP, 1854, pp. 03-03v.

¹⁵⁹ APESP, 1854, pp. 07-08.

¹⁶⁰ APESP, 1854, pp. 08-08v.

¹⁶¹ APESP, 1854, p. 08v-09.

¹⁶² APESP, 1854, p. 31-31v.

6.	CHÁCARA DA BOA VISTA ¹⁶³	Bento José de Abreu Alves Guimarães	Nesta cidade de Campinas, Córrego das Campinas Velhas, Bairro do Matto Dentro, com o Rossio da cidade.	Joaquim José Soares de Carvalho	Chácara do Paraíso
				José Joaquim de Oliveira Fernandes	Chácara das Três Barras
				João Ferraz de Campos	Terras
				Joaquim Alves de Almeida Salles	Chácara
				Joaquim Gabriel (neto de Dona Maria Thereza)	Chácara
				Antônio Cardozo de Godoy	Terreno
				Francisco Mendes de Godoy	Terreno
7.	CHÁCARA ¹⁶⁴	Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo	Nos arrabaldes desta cidade de Campinas, de frente para bica pública.	Joaquim Alves de Almeida Salles	Chácara
				Divide por três lados com terrenos públicos	
8.	CHÁCARA ¹⁶⁵	Filhas de Antônio Rodrigo de Almeida	No fim da rua Alegre nesta cidade de Campinas até chegar no córrego.	Dona Anna Eufrosina de Campos	Chácara
				Serafim Gomes Moreira	Chácara
9.	CHÁCARA ¹⁶⁶	Caetano José da Silva Costa Pessoa	Situada nos arrabaldes desta cidade, inicia na ponte, por ela se chega sobre o córrego que vem da rua do Imperador.	Serafim Gomes Moreira	Chácara
				Thomaz Luiz Alves	Chácara, Bom Retiro e Chapadão
				Felipe Antônio Franco.	Quintal
				Doutor Francisco de Assis Pupo	Chácara
				Claudino José de Castro	Quintal
10.	CHÁCARA ¹⁶⁷	Serafim Gomes Moreira	Nesta cidade de Campinas, um dos limites é a rua do Imperador, até o córrego, divisando com a rua Alegre.	Caetano José da Silva Costa Pessoa	Chácara
				Thomaz Luiz Alves	Chácara, Bom Retiro e Chapadão
				Tenente Antônio Rodrigues de Almeida	Quintal servindo de Pasto
				Doutor Francisco de Assis Pupo	Chácara
11.	CHÁCARA ¹⁶⁸	Lourenço Guedes Pinto de Vasconcellos	Nesta cidade de Campinas, estrada que vai de Santa Cruz até as Campinas Velhas, largo de Santa Cruz, rua do Alecrim.	Antônio Joaquim de Sampaio Peixoto	Terreno
				Joaquim Gonçalves dos Santos Cruz	Não possui
				Joanna de Tal	Não possui
				Joaquim Antônio Rodrigues	Não possui
				Feliciano Cavalheiro Leite	Não possui

¹⁶³ APESP, 1854, p. 42v-43.

¹⁶⁴ APESP, 1854, p. 46v-47.

¹⁶⁵ APESP, 1854, p. 65v-66.

¹⁶⁶ APESP, 1854, p. 73v-74.

¹⁶⁷ APESP, 1854, p. 75.

¹⁶⁸ APESP, 1854, p. 92-92v.

				José Luiz de Mello	Não possui
				Pedro José de Souza Pimentel	Sítio
				Lucio Gurgel Mascarenhas	Sítio
				Caetano Leme do Prado	Não possui
				Matilde de Tal	Não possui
12.	CHÁCARA ¹⁶⁹	Dona Anna Eufrosina Teixeira de Almeida Nogueira e Luiz Nogueira Ferraz	Inicia pelos subúrbios desta cidade, pela estrada que segue da Terra Preta, pelo caminho velho do Chapadão, segue pelo córrego.	Thomaz Luiz Alves	Chácara, Bom Retiro e Chapadão
				Tenente Antônio Rodrigues de Almeida	Quintal servindo de Pasto
13.	CHÁCARA DA BOA VISTA ¹⁷⁰	Floriano de Camargo Penteado e Antônio Francisco de Camargo	Na beira da Estrada que vai para São Paulo, segue pela estrada das Sete Quedas.	José Caetano da Silva	Não possui
				Dona Anna Eufrosina Teixeira de Almeida Nogueira	Sítio do Monte Olímpio
				Felisberto Rodrigues de Souza	Chácara
14. ¹⁷¹	CHÁCARA DA BOA VISTA ¹⁷²	Antônio Francisco de Camargo Andrade e Floriano de Camargo Penteado	Principia Na Beira da Estrada que vai para São Paulo, segue pela estrada das Sete Quedas.	José Caetano da Silva	Não possui
				Dona Anna Eufrosina Teixeira de Almeida Nogueira	Chácara
				Felisberto Rodrigues de Souza	Chácara
15.	CHÁCARA ¹⁷³	Desembargador Albino José Barboza de Oliveira	Possui no subúrbio da cidade de Campinas (conhecido como Campinas Velhas), caminho para Amparo, Campo da Forca.	Cap. Francisco Alves de Souza	Chácara
				Joaquim José Soares de Carvalho	Chácara do Paraíso
				Cap. Antônio Francisco de Camargo	Chácara da Boa Vista
16.	CHÁCARA ¹⁷⁴	Joaquim Gabriel da Costa Camargo	Esta chácara é limitada ao norte pelo pasto do senhor Joaquim Alves de Almeida Salles, a Leste pelo córrego que vem da chácara do senhor Bento Jose de Abreu Alves Guimarães	Joaquim Alves de Almeida Salles	Chácara
				Bento José de Abreu Alves Guimarães	Chácara da Boa Vista

¹⁶⁹ APESP, 1854, p. 95.

¹⁷⁰ APESP, 1854, p. 98-98v.

¹⁷¹ Os registros de números 233 e 286 tratam da mesma propriedade declarada.

¹⁷² APESP, 1854, p. 112-113.

¹⁷³ APESP, 1854, p. 115v-116.

¹⁷⁴ APESP, 1854, p. 118.

			e a Oeste pela estrada que atravessa a Santa Cruz a estrada de Belém.		
17.	CHÁCARA ¹⁷⁵	Eliseário Camargo Andrade	Começa no rossio da cidade, segue pela estrada de São Paulo, estrada dos Pinheiros.	José Caetano da Silva	Não possui
				Cap. Antônio Francisco de Camargo e Floriano de Camargo Penteado	Chácara da Boa Vista
				Felisberto Rodrigues de Souza	Chácara
				Francisco Egidio de Souza Aranha	Fazenda Matto Dentro
				Joaquim Soares de Carvalho	Chácara do Paraíso
18.	CHÁCARA ¹⁷⁶	Felisberto Rodrigues de Souza	No distrito desta cidade, da estrada que segue da cidade para São Paulo.	Antônio Francisco de Camargo Andrade	Chácara da Boa Vista
				Joaquim Egidio de Souza Aranha	Fazenda Alegre
19.	CHÁCARA ¹⁷⁷	José Pedro de Siqueira	Chácara dita no subúrbio desta Cidade, estrada que vai para Itu, divisando com o rossio da cidade, desce pela estrada do Campo Grande, até o lugar que se acha o monjolo campo grande.	Manoel da Rocha Ribeiro	Chácara "Bairro Boa Vista"
20.	CHÁCARA ¹⁷⁸	Luiz Antônio de Arruda	Chácara dita no subúrbio desta Cidade. Principia no córrego chamado do Piçarrão, na estrada que desta cidade leva para a cidade de Itu.	Felipe Alves de Castro	Terras
				Dona Anna Eufrosina Teixeira de Almeida Nogueira	Sítio
21.	BOM RETIRO, CHAPADÃO E CHÁCARA ¹⁷⁹	Thomaz Luiz Alves e Dona Maria Joaquina de Abreu Cruz	Umás terras situadas na freguesia de Campinas, seguem desde o subúrbio desta cidade até o córrego do Cavalheiros, divisando com a estrada que vai para a vila de Piracicaba, na beira da Estrada da Terra Preta, até os subúrbios desta cidade, divisando com prédios urbanos que fecham no bairro de Santa Cruz.	Dona Anna Eufrosina Teixeira de Almeida Nogueira e Luiz Nogueira Ferraz	Chácara

Quadro 14. Chácaras no termo da cidade de Campinas (1854-1857). Dados extraídos dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas. Fonte: APESP, 1854.

¹⁷⁵ APESP, 1854, p. 119.

¹⁷⁶ APESP, 1854, p. 120.

¹⁷⁷ APESP, 1854, pp. 134-134v.

¹⁷⁸ APESP, 1854, pp. 137v-138.

¹⁷⁹ APESP, 1854, pp. 35-35v.

RECONSTITUIÇÃO DO “CINTURÃO DE CHÁCARAS” NA CIDADE DE CAMPINAS (1854-857)

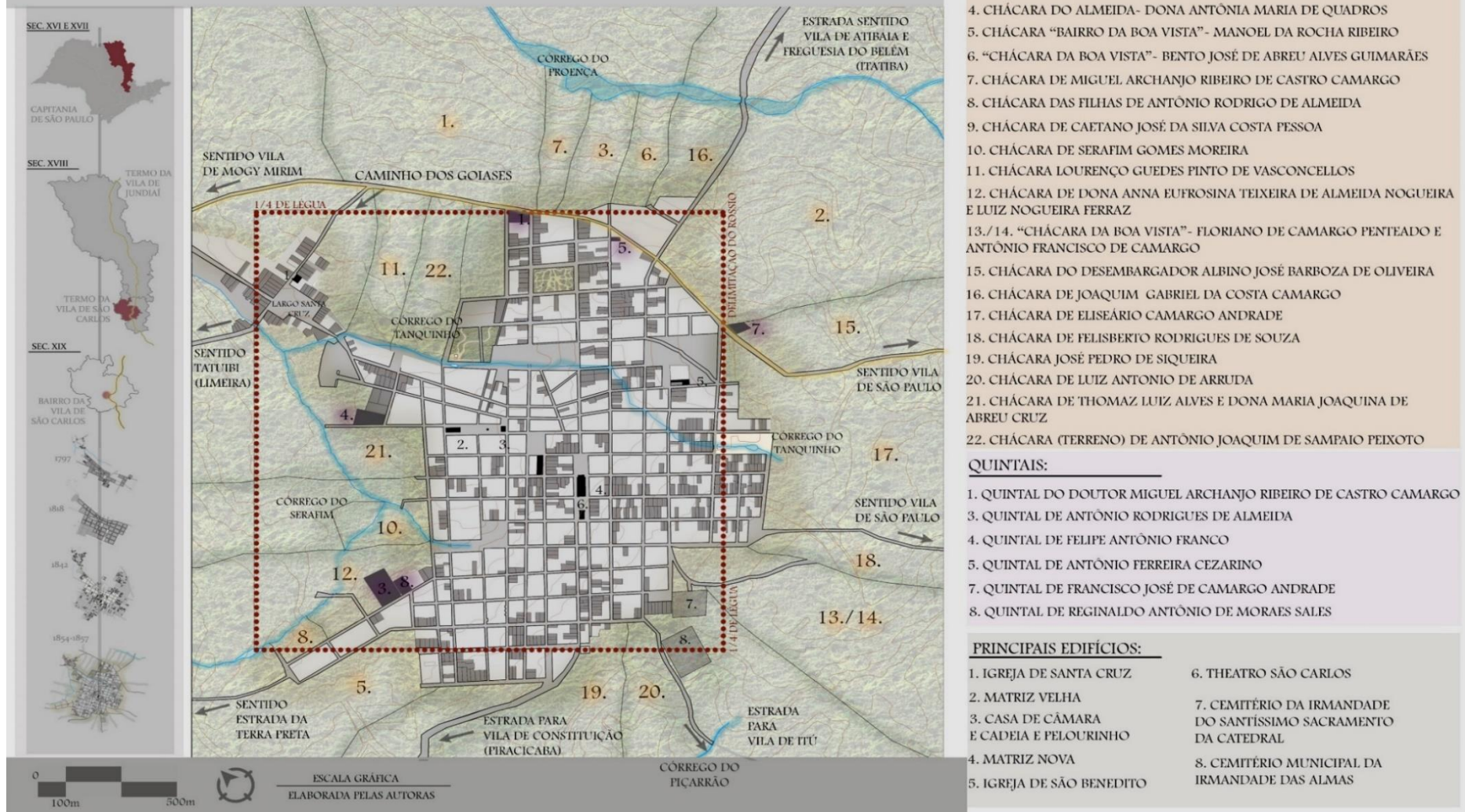


Figura 26. Hipótese de reconstituição do “cinturão de chácaras” a partir dos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857). A base espacial foi elaborada a partir da análise de Corrêa (2019), associada à planta da cidade de Campinas de 1878 e cruzada com a leitura dos registros de terra.

Ainda que várias descrições apontassem se tratar de “figuras irregulares” (APESP, 1854-1857) quanto à geometria das propriedades, foi possível aferir determinados pontos em comum, principalmente no que tange aos aspectos sobre a ocupação do solo. A leitura e a análise, junto aos RPT, de todas as declarações condizentes com as chácaras permitem a reconstrução de uma hipótese de localização espacial, bem como das relações de proximidade, entendendo, para o presente trabalho, como um avanço da análise espacial do que era o termo da cidade de Campinas na década de 1850. As chácaras apresentavam características que as situavam no espaço lindeiro dos núcleos urbanos (Reis Filho, 1978), permitindo, portanto, que os proprietários usufruíssem dos benefícios dos espaços rurais e urbanos. Nos RPT, essa “noção” traduzia-se na menção de como eram situadas nas descrições: “no subúrbio desta cidade de Campinas”; “Chácara que existe no limite desta cidade”; “que divisa com o rocio desta cidade”; “situada nos arrabaldes desta cidade de Campinas”; “Chácara dita no subúrbio desta cidade” (APESP, 1854-1857, p. 134).

A forma de descrever a situação destas propriedades, em relação ao termo da cidade, salienta que pelo menos uma divisa se alinhava e confrontava com os limites urbanos estipulados à época (rossio e os quadros urbanos). Dessa maneira, situá-las em meio à “relação de orientação” (Corrêa, 2019), mencionando elementos como o rossio da cidade, estradas, caminhos, o nome de córregos e de ruas, revela uma realidade muito mais próxima do universo urbano, se comparado ao âmbito rural. Entretanto, a maioria das chácaras declaradas nos RPT e apontadas no quadro 14 divisavam, em pelo menos um lado, com outras estruturas fundiárias, tais como sítios, fazendas ou terras, levando, portanto, ao entendimento de que um dos limites das chácaras (geralmente a testada dessas terras) voltava-se ao núcleo urbanizado da cidade de Campinas. Partindo desses princípios, as chácaras confrontavam suas divisas laterais com outras propriedades símeis e, ainda, divisavam (provavelmente pelos fundos) com outras propriedades rurais, como fazendas e sítios.

A chácara das Três Barras, de José Joaquim de Oliveira Fernandes, ajuda a esclarecer essa situação. O proprietário declarou possuir os títulos legais a partir da aquisição das terras, sendo parte advinda de herança e parte comprada de outros herdeiros:

Denominado Chácara das Três Barras [...] sem extensão conhecida [...] divisando com Bento José de Abreu Alves Guimarães, por um valo, e rumo com Joaquim Alves de Almeida Salles por um rumo e depois por um Caminho e rumo do Córrego das Campinas Velhas, e por este abaixo divisando com Domingos de Araújo Roco, por este córrego abaixo do valo e por este da estrada que vai para Mogi Mirim, seguindo esta

estrada velha por um valo até a divisa de Francisco de Paula Bueno por um valo do Ribeirão das Anhumas com Dona Anna Eufrosina de Campos por um valo em continuação, acabado este segue o rumo divisando com Francisco Egydio de Souza Aranha e Francisco Ignacio do Amaral e com Dona Antônia Maria de Quadro pela Estrada que vai para o Bairro da Atibaia, e seguindo por ela para ao lado de Campinas acompanhando o valo até onde principiou a divisa com o Bento [...] (APESP, 1854, p. 03-03v).

Conforme a declaração, a propriedade fazia divisas com a chácara de Bento José de Abreu Alves Guimarães, com a chácara de Joaquim Alves de Almeida Salles, seguia um caminho até encontrar com o córrego das Campinas Velhas (atual córrego do Proença), divisava (provavelmente por outro lado) com pastos de Domingos de Araújo Roco, no sentido da estrada que levava a Mogi Mirim (antiga estrada dos Goiaes), até a divisa com o sítio de Francisco de Paula Bueno. Seguia indo em direção ao ribeirão das Anhumas, divisando com o sítio de dona Anna Eufrosina de Campos até confrontar com outra propriedade, a fazenda Mato Dentro, de Francisco Egídio de Souza Aranha, com o sítio de Francisco Ignácio do Amaral e com a chácara de dona Antônia Maria de Quadros. Por fim, seguia a estrada que levava ao bairro do Atibaia até encontrar o princípio da divisa.

A definição apresentada por Pinto (1832), em seu Dicionário da língua brasileira, define o vocábulo chácara como: “No Brasil, é o mesmo que quinta”. Para Bluteau (1728), a quinta refere-se à “Casa do Campo ou fazenda de lavoura no campo com sua casaria. Chamou-se assim, porque de ordinário o que arrenda a Quinta, dá ao dono dela a quinta parte do que colhe de frutos”. Verifica-se uma certa equivalência de sentido entre os vocábulos quinta e quintal, este último sendo definido como “[...] é na cidade ou na vila como um pedaço de chão, com árvores frutíferas, cercado por muros. Chama-se de quintal por servir de Quinta no povoado”. Para Pinto (1832), o quintal se traduz em “Pequeno espaço de terreno cercado e plantado [com] árvores, flores etc.” (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 52).

Segundo Carita (2017, p. 253), a palavra quinta é oriunda do latim Quintana, que, em Portugal, derivou nas palavras “quintãa” e quinta. Segundo o autor, a designação de grandes casas senhoriais como quintas está intimamente ligada ao “fenômeno das honras”, ou seja, a uma parcela social cuja posse de determinados terrenos se traduzia em palácios ou quintas. Os quintais eram pequenas propriedades suburbanas que possuíam pomares, hortas e criações de animais em plena produção. Os quintais e chácaras possuíram valor para a sociabilidade, constituindo o núcleo da vivência familiar. Ali se desenvolviam atividades “rústicas, associadas à banalidade da vida material cotidiana, mantendo, muitas vezes, tradições seculares”.

Os quintais, segundo Meneses (2015, p. 70), eram espaços primordiais no entendimento da cultura da localidade estudada.¹⁸⁰ O quintal era a parte da casa onde as relações familiares se constituíam, sendo “uma excelente perspectiva de se pensar as relações entre sociedade e natureza na construção da materialidade cotidiana”. Os quintais, além do espaço de sociabilidade apontado por Martins (2010) e Meneses (2015), revelam a urbanidade relativa à sua implantação, pois, em mesma medida que a chácara, os quintais abasteciam a família e a vida com a construção de uma culinária cotidiana, de um gosto alimentar próprio e no atendimento às emergências para a preservar a saúde das pessoas da casa e daqueles do círculo familiar (Meneses, 2015, p. 72). Em outras palavras e no entendimento de Campinas, podem-se interpretar os quintais como uma redução da tipologia fundiária das chácaras.

Nos RPT de Campinas havia uma diversidade de declarações que condizem com propriedades que se situavam em meio ao espaço urbano e periurbano da cidade. Há uma declaração referente a um “quintal servindo de pasto”, cinco declarações de propriedades nomeadas como “quintais” e duas propriedades nomeadas como “casa e quintal”, conforme o quadro 15:

QUADRO 15. QUINTAIS EXISTENTES NO TERMO DE CAMPINAS E DECLARADOS NOS RPT (1854-1857)					
NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	REFERÊNCIAS	PROPRIEDADES CONFRONTANTES	
1.	QUINTAL ¹⁸¹	Doutor Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo	Nos fins desta cidade de Campinas, divide-se dos quatro lados com becos públicos, por um lado com a Rua das Casinhas.	Manoel Ramos	Casa (não possui registro)
2.	CASA E QUINTAL ¹⁸²	Dona Anna Joaquina de Jesus	Na paragem do Vira Copos, a qual se acha dentro dos limites desta cidade de Campinas, na divisa da estrada que vai para a cidade de Itu.	Antônio Correa de Lemos	Não possui
3.	QUINTAL SERVINDO DE PASTO ¹⁸³	Antônio Rodrigues de Almeida	Com a frente na rua Alegre desta cidade de Campinas.	Miguel Fernandes	Não possui
4.	QUINTAL ¹⁸⁴	Felipe Antônio Franco	A rua do Imperador, número 16.	Antônio Ferreira da Silva	Não Possui
				Claudino José de Castro	Quintal

¹⁸⁰ Ainda que o autor trate especificamente dos quintais do período de colonização das Minas Gerais no século XVIII e XIX, cabe a compreensão do que a presença dessa estrutura fundiária junto ao território reflete acerca da produção urbana e da definição das relações sociais.

¹⁸¹ APESP, 1854, p. 47.

¹⁸² APESP, 1854, p. 65.

¹⁸³ APESP, 1854, p. 66.

¹⁸⁴ APESP, 1854, pp. 72-72v.

				Caetano José da Silva Costa Pessoa	Chácara
				Thomaz Luiz Alves	Bom Retiro, Chapadão e Chácara
				Francisco de Paula Bueno	Sítio Taquaral
5.	QUINTAL ¹⁸⁵	Antônio Ferreira Cezarino	Um quintal na rua das Campinas Velhas com frente para a rua do Pórtico.	Chica Pinto	Não Possui
				José Ignacio de Almeida	Terreno
				Padre Amaro Antunes da Conceição	Não Possui
6.	CASA E QUINTAL ¹⁸⁶	José Leme de Brito	Sita no Bairro da Atibaia, divide com o Rio Atibaia.	Antônio Mariano Ferreira	Não Possui
				Coronel José Franco de Andrade	Sítio
7.	QUINTAL ¹⁸⁷	Francisco José de Camargo Andrade	Um quintal na rua das Campinas Velhas.	Desembargador Albino José Barbosa de Oliveira	Chácara
8.	QUINTAL ¹⁸⁸	Reginaldo Antônio de Moraes Salles	Um quintal situado na rua Alegre.	Não Possui	

Quadro 15. Quintais existentes no termo da cidade de Campinas e declaradas nos RPT (1854-1857). Fonte: APESP, 1854.

A partir do quadro 15, é possível observar que, das oito declarações referentes aos quintais, seis, de acordo com os referencias geográficos descritos, se situavam próximas ao núcleo urbano. Duas declarações nomeadas como “casa e quintal” apresentam referências a bairros localizados na área rural do termo da cidade. Uma propriedade de Anna Joaquina de Jesus, situada na paragem do Vira Copo, comprada de José Leme de Brito (APESP, 1854-1857, p. 65), não tem menções exatas sobre a sua localização, deixando em aberto se se tratava de uma propriedade inscrita no espaço rural ou periurbano.

A segunda, do próprio José de Leme de Brito, era uma casa e quintal situados no bairro do Atibaia. A propriedade possuía pastos e uma pequena plantação de café, além de uma casa de dois lanços coberta com telhas e feita com madeira lavrada (APESP, 1854, p. 111). Indo de encontro às constatações de Meneses (2015), para a cidade Campinas foram declarados, nos RPT, seis quintais situados na esfera periurbana do

¹⁸⁵ APESP, 1854, pp. 106-106v.

¹⁸⁶ APESP, 1854, p. 111.

¹⁸⁷ APESP, 1854, p. 132v.

¹⁸⁸ APESP, 1854, p. 132v.

município e dois quintais que se situavam junto aos bairros Atibaia e Vira Copos, localizados na esfera rural. É possível que essas duas propriedades fossem vizinhas, pois, além de ser bastante comum que os confrontantes se apresentassem juntos para realizar os registros, evitando futuros litígios, tratava-se de uma situação de compra e venda de terras entre os declarantes (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, pp. 52-53).

As cinco propriedades declaradas como quintais (registros de números 98, 159, 260, 353 e 354, respectivamente) contêm na sua descrição: nomes de ruas (rua do Imperador, rua Alegre, rua das Casinhas e rua das Campinas Velhas) como referenciais de localização, informação sobre “quintais cercados por taipas”, e que as divisas eram cercadas por muros (APESP, 1854-1857, p. 111). Para Pinto (1833, p. 111), o quintal se traduz em “Pequeno espaço de terreno cercado e plantado árvores, flores e etc.” No registro de nº 98, o quintal pertencente ao doutor Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo tinha “plantações de chás e hortaliças, acha-se todo cercado de muros, e possui duas casinhas” (APESP, 1854-1857, p. 47). Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo faleceu em cinco de julho de 1872, e sua propriedade foi à venda para arrematação em hasta pública:

Faço saber aos que o presente edital de praça virem , que da publicação do mesmo a três dias [...] há de trazer a pregão de venda e arrematação [...] **de uma chácara murada a roda, com uma boa morada de casa dentro, com arvoredos de qualidades, pertencentes a herança do finado Dr. Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo, situada em frente ao Largo do Mercado entre as ruas General Osório (antiga rua das Casinhas) e Misericórdia**, nesta cidade, divisando com D. Rosa Maria de Jesus e outros, avaliada por dez contos de réis [...] ¹⁸⁹ (CAMPINAS, 1873, p. 03 - grifo da autora).

O quintal declarado junto aos RPT constava, em 1873, como parte da chácara de Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo. Nesse sentido, o uso encontrado, tanto das chácaras quanto dos quintais, não se difere, corroborando a hipótese que aponta a tipologia fundiária dos quintais como uma escala reduzida das chácaras. Aragão (2017, p. 125) aponta que a existência de quintais, jardins e chácaras revelam o sentido do espaço com horta e pomar e, junto a este, a habitação. Esta tipologia remete à ideia do sobrado ou do palacete construído com quintal, porém com uma escala reduzida, se comparada à dimensão das chácaras. A relação de escala entre as duas tipologias fundiárias se esclarece através da organização do quadro 16:

¹⁸⁹ CAMPINAS, 1870, ed. 00362, p. 03.

**QUADRO 16. EXTENSÃO DE CHÁCARAS E QUINTAIS
NA CIDADE DE CAMPINAS (1854-1857)**

NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	Descrição referente a extensão da propriedade	Alqueires
1.	CHÁCARA DAS TRÊS BARRAS	José Joaquim de Oliveira Fernandes	Sem extensão conhecida.	----
2.	CHÁCARA DO PARAÍSO	Joaquim José Soares de Carvalho	Sem extensão conhecida.	----
3.	CHÁCARA	Joaquim Alves de Almeida Salles	Quinhentas e tantas braças de comprimento e duzentas braças de largo.	20,0 alqueires
4.	CHÁCARA DO ALMEIDA	Dona Antônia Maria de Quadros	Trezentas braças de comprido e cento e cinquenta de largo.	9,0 alqueires
5.	CHÁCARA “BAIRRO DA BOA VISTA”	Manoel da Rocha Ribeiro	Sem extensão conhecida.	----
6.	CHÁCARA DA BOA VISTA	Bento José de Abreu Alves Guimarães	Sem extensão conhecida.	----
7.	CHÁCARA	Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo	Trinta braças de comprido e cinquenta e cinco braças de largo.	0,3 alqueire
8.	CHÁCARA	Filhas de Antônio Rodrigo de Almeida	Um alqueire e meio.	1,5 alqueires
9.	CHÁCARA	Caetano José da Silva Costa Pessoa	Cuja extensão não é conhecida por não terem sido medidas e sua figura ser irregular.	----
10.	CHÁCARA	Serafim Gomes Moreira	Cuja extensão não é conhecida por não terem sido medidas e sua figura ser irregular.	----
11.	CHÁCARA	Lourenço Guedes Pinto de Vasconcellos	Cinco alqueires.	5,0 alqueires
12.	CHÁCARA	Dona Anna Eufrosina Teixeira de Almeida Nogueira e Luiz Nogueira Ferraz	Cuja extensão não é conhecida por não terem sido medidas e sua figura ser irregular.	----
13.	CHÁCARA DA BOA VISTA	Floriano de Camargo Penteadado e Antônio Francisco de Camargo	Três mil braças quadradas.	0,6 alqueire
14.	CHÁCARA DA BOA VISTA	Antônio Francisco de Camargo Andrade e Floriano de Camargo Penteadado	Três mil braças em roda.	0,6 alqueire

15.	CHÁCARA	Desembargador Albino José Barboza de Oliveira	Sete alqueires.	7,0 alqueires
16.	CHÁCARA	Joaquim Gabriel da Costa Camargo	duzentos e trinta e oito braças de comprido e cento e duas braças de largo.	4,85 alqueires
17.	CHÁCARA	Eliseário Camargo Andrade	um quarto de légua de comprido e meia légua de largo.	225 alqueires
18.	CHÁCARA	Felisberto Rodrigues de Souza	Sem extensão conhecida.	----
19.	CHÁCARA	José Pedro de Siqueira	Cuja extensão não é conhecida por não terem sido medidas e sua figura ser irregular.	----
20.	CHÁCARA	Luiz Antônio de Arruda	Sem extensão conhecida.	----
21.	BOM RETIRO, CHAPADÃO E CHÁCARA	Thomaz Luiz Alves e Dona Maria Joaquina de Abreu Cruz	Cuja extensão não é conhecida por não ter sido medida.	----
22.	QUINTAL	Doutor Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo	Tem de frente quarenta braças e trinta e duas de fundo.	0,2 alqueire
23.	CASA E QUINTAL	Dona Anna Joaquina de Jesus	Dezesseis braças de comprido (fundo) e oitenta braças de largo (frente).	0,8 alqueire
24.	QUINTAL SERVINDO DE PASTO	Antônio Rodrigues de Almeida	Sem extensão conhecida.	----
25.	QUINTAL	Felipe Antônio Franco	Oitenta braças de comprido (fundo) e trinta braças de largo (frente).	0,4 alqueire
26.	QUINTAL	Antônio Ferreira Cezarino	Sessenta braças quadradas.	0,7 alqueire
27.	CASA E QUINTAL	José Leme de Brito	Oitenta braças de comprido (fundo) e cinquenta braças de largo (frente).	----
28.	QUINTAL	Francisco José de Camargo Andrade	Três quartos de alqueire.	0,75 alqueire.
29.	QUINTAL	Reginaldo Antônio de Moraes Salles	Cinquenta e uma braças de comprido (fundo) e quarenta e uma braças de largo (frente).	0,4 alqueire.

Quadro 16. Extensão das chácaras e quintais na cidade de Campinas (1854-1857). Fonte: APESP, 1854.

O quadro 16 explicita que as chácaras declaradas nos RPT para Campinas possuíam dimensões muito variadas, compreendendo estruturas de 0,3 alqueire, (equivalendo a 3.000,000 metros quadrados), até 225 alqueires (equivalendo a 2.250.000,000 metros quadrados). Os quintais, por sua vez, possuíam extensões menores (inferiores a um alqueire). Tal como apontado por Fernandes e Pereira (2020), nos jornais locais, a recorrência de anúncios referentes aos quintais é equiparável à de chácaras. Os próprios anúncios divulgados na imprensa local corroboram essa hipótese, a ver pelo caso de uma casa amarela situada na Rua do Pórtico, para fins de aluguel, toda forrada com papel ornamentado e “com um quintal que é uma pequena chacara”¹⁹⁰, anunciada na Gazeta de Campinas, em dez de fevereiro de 1870 (CAMPINAS, 1870, p. 03).

A maneira pela qual as chácaras mais extensas eram implantadas correlacionava-se com o uso que esta estrutura possuía no território, ou seja, era possível que chácaras com dimensões maiores possuíssem usos similares e/ou iguais aos sítios e fazendas (destinadas a fábricas de açúcar e café, além de possuir outras culturas), revelando que a produção e o uso desta tipologia fundiária eram, de certa forma, efêmeros. A chacara de Felisberto Rodrigues, situada no distrito da cidade de Campinas, distanciando-se do núcleo urbanizado em cerca de uma légua, possuía pastos e cafezais, com casa de morada, pilões, moinho, máquina de carretão de socar café, além de outras benfeitorias (APESP, 1854, p. 120). Já a chacara de Eliseário Camargo Andrade, declarada sob o registro de número 307, divisava com o rossio da cidade de Campinas, possuía pastos de aluguel e os confrontantes eram:

As divisas são as seguintes: começa no rossio da cidade com a ponta de um valo que divide os meus pastos com os pastos da chacara que foi de José Caetano, descendo por ele abaixo até a barroca e por esta adiante até ponta do valo que serve de divisa dos meus pastos com as terras de meu Irmão Antônio e de meu filho Floriano, até sair na estrada de São Paulo e por esta adiante divisando com Felisberto Rodrigues de Camargo ou de Souza até o espigão, e por este com Joaquim Soares de Carvalho até a cruzinha que está na beira da estrada dos Pinheiros, e por ela adiante até o rossio da Cidade, e por este seguindo uns valos até onde se começou a contar (APESP, 1854, p. 119).

Nesse sentido, o uso destinado a essas propriedades era variado, conforme demonstra o gráfico 11:

¹⁹⁰ CAMPINAS, 1870, ed. 00030, p. 03.

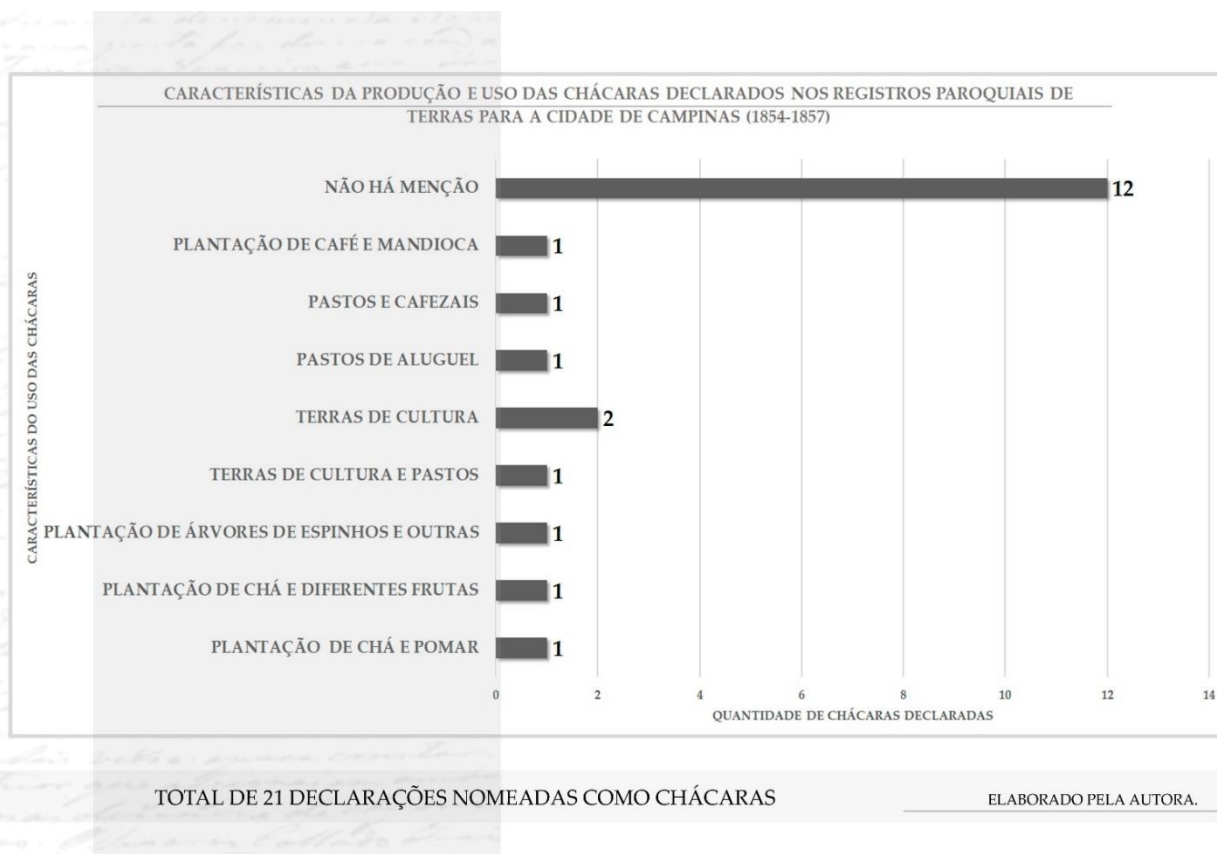


Gráfico 11. Características da produção nas chácaras declarados nos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857). Fonte: APESP, 1854.

A chácara, enquanto tipologia fundiária, possuía certas características específicas, uma vez que sua testada, ou um de seus limites, se abria para o núcleo urbano, situando-se, desse modo, na área lindeira ao espaço urbano da cidade. Contudo, sua extensão de “fundo” muitas vezes se desdobrava em propriedades rurais, o que conferia a ela uma grande extensão. O caráter dessa tipologia fundiária traduzia uma relação transitória de agenciamento sobre a esfera urbana e a esfera rural. Este caso se reflete na propriedade de Thomaz Luiz Alves, denominada “Bom Retiro, Chapadão e Chácara”, cujo registro é o de número 73¹⁹¹:

Neste âmbito se compreendem três prédios ou fazendas com as denominações de chácara Bom Retiro e Chapadão. Umas terras situadas na freguesia de Campinas [...] Umas terras situadas na freguesia desta cidade que por um lado seguem desde o subúrbio desta cidade até o córrego dos Cavalheiros, divisando com a estrada da Vila de Piracicaba, divisando com o antigo sitio da boa Vista debaixo, cujo possuidor é Thomaz Luiz Alves, na beirada da Estrada da Terra Preta, vem por esta divisando com a Chácara de Luiz Nogueira Ferraz a qual dividem mourões de porteira, até divisar com o pasto denominado chácara até

¹⁹¹ Esta propriedade em específico foi estudada a fundo por Menegaldo (2019).

os subúrbios da cidade divisando com vários moradores que prédios urbanos e fecham no bairro de Santa Cruz (APESP, 1854, p. 35).

Ainda que em seu registro não seja possível aferir a extensão da propriedade, uma vez que “não se sabe o número de braças que contém, por não terem sido medidas” (APESP, 1854, p. 35 e 35v), a análise da descrição revela a contiguidade da chácara com o que, posteriormente, se consolidou como a fazenda Chapadão, uma das principais estruturas fundiárias rurais produtoras de açúcar e café do município de Campinas, comprada, em 1869, por Joaquim Policarpo Aranha, o barão de Itapura.

2.6 A Lei de Terras e o espaço urbano: as propriedades enquanto mercadoria

Foi, portanto, na segunda metade do século XIX que, conforme Lapa (1995, p.20), a cidade de Campinas imprimiu um “ritmo próprio de desenvolvimento urbano”. O acúmulo financeiro oriundo das lavouras, associado à necessidade de se expandir os capitais e da mercantilização fundiária lançam luz à reestruturação do uso e da ocupação do solo campineiro, emplacando um modo de se construir a cidade. A modernização passa a ser pauta na imprensa, em anúncios que passam a oferecer equipamentos e serviços, e, conseqüentemente, tem conseqüência no comportamento social e nos modos de vida dos habitantes. Para Semeghini (1991, p. 37), tratou-se de um momento em que a crise econômica mercantil escravista se caracterizou pela emergência de elementos decisivos na conformação do complexo cafeeiro, o que se pode ver pela implantação de ferrovias, na disseminação de fazendas produtoras de café, bem como nos processos mecânicos de beneficiamento. Em uma sociedade cujas relações fundamentais basearam-se, até aquele momento, entre o senhorio e o escravizado, se fez necessário buscar essa relação em outro lugar, onde a condição lucrativa tivesse outro sentido (Martins, 2013, p. 34).

Em 1871, a cidade de Campinas produziu cerca de um milhão de arrobas de café, sendo esse de “qualidade superior e alcançando o primeiro preço” (CAMPINAS, 1871)¹⁹². O café se consolidava como principal produção agrícola no município e alcançava uma cifra enorme (Silva, 1879, p. 06)¹⁹³. A imprensa insistia em retratar anualmente (através dos almanaques) o panorama qualitativo das profissões vigentes, bem como dos comerciantes que emergiam no município. Assim, em 1879, Campinas

¹⁹² CAMPINAS, 1871. ed. 01335, p. 01.

¹⁹³ Almanach Popular para o ano de 1879. Carlos Ferreira e Hypólito da Silva (org.) Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1879, p. 06.

contava com advogados, médicos e cirurgiões, dentistas, veterinários, professores de diferentes áreas (pintores, ciências, musicistas), engenheiros, arquitetos, agrimensores, mecânicos, farmacêuticos, retratistas e fotógrafos, alfaiates e modistas, entre outros. Além disso, a cidade dispunha de armazéns (para lavoura, estocagem de fumo, móveis, gêneros alimentícios), depósitos de insumos importados (charutos de Havana, chapéus italianos, fazendas de linho e algodão inglesas e alemãs), lojas de atividades diversas (porcelanas, cristais, lustres, armarinhos para costura, ferragens, objetos de escritório), açougues cuja especialidade eram os “talhos de carne”, cafés, botequins, casas para banhos públicos, barbeiros e cabelereiros, confeitarias, destilarias, fundições, olarias, hotéis e restaurantes¹⁹⁴ (Silva, 1879, p. 06).

Haja vista que o “ritmo de desenvolvimento”, anunciado por Lapa (1995), teve como ponto de partida as repercussões ocorridas a partir de 1850, Danieli Neto (2001, p. 67) traz que o aumento de atividades produtivas permitiu novos contornos à dinâmica que permeava a relação agrária com a forma de se produzir o espaço urbano. A cidade tornou-se, portanto, fornecedora das atividades agrícolas, oferecendo produtos manufaturados diversos, como arreios, carroças, obras de carpintaria e ferro, destacando-se ainda uma pequena especialização comercial e a produção de bens de consumo (Danieli Neto, 2001, p. 67). Convertida em local de produção urbana, a cidade de Campinas passou a concentrar as primeiras indústrias, produzindo equipamentos para as ferrovias, máquinas agrícolas, além de olarias, fundições, serrarias e serralherias. A cidade transformou-se em negócio, quer pelos lucros indiretos ligados à produção de café, quer pela transformação do espaço da cidade em suporte físico das primeiras oficinas e casas comerciais, possibilitando que o chão, antes público ao constituir o rossio, agora passou a privado, dividido em lotes no interior das quadras, transformado em mercadoria capaz de ser negociada (Bittencourt, 2009, p. 39).

Houve, então, um movimento estrutural resultante da mercantilização fundiária e da crise da mão de obra escravizada. A transformação da acepção da propriedade imobiliária se tornou determinante nas tensões do desenvolvimento industrial e urbano. Dessa maneira, ficou evidente a transferência da aplicação dos capitais excedentes na materialização urbana. Silva (2012) se preocupou em analisar as “dilatações”, circunscritas na cidade de São Paulo, a partir da lógica da produção urbana na segunda metade do século XIX. Para a autora, a área imediata e adjacente ao núcleo urbanizado (antigo bairro da vila e limítrofe ao rossio da cidade), ou seja, o espaço periurbano onde

¹⁹⁴ Almanach Popular para o ano de 1879. Carlos Ferreira e Hypólito da Silva (org.) Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1879, p. 118-147.

situavam-se as chácaras, era o espaço onde a forma e a expansão da cidade seriam modeladas, atuando inicialmente como a transição entre o âmbito rural e o urbano¹⁹⁵.

Com a aprovação da Lei de Terras em 1850, a denominação do rossio foi, lentamente, sendo substituída por “áreas de uso comum” (BRASIL, 1850) e, para o caso da cidade de São Paulo, essa área se confundia com os limites das cobranças de impostos (referentes ao pagamento do tributo sobre a décima urbana), sugerindo a reconfiguração de novos limites que, muitas vezes, se interpolavam. Considerando as pesquisas de Silva (2012) e Bueno (2016), a Lei de Terras auxiliou na definição do que se considerava como espaço urbano da cidade. Para o caso de Campinas, essa conotação é semelhante, mas trilhar o caminho das décimas urbanas que foi seguido pelas autoras não é uma solução simples, haja vista que, até onde se tem conhecimento, essa série documental encontra-se incompleta. A opção foi seguir os passos de Lapa (1995) e realizar a análise dos códigos de Posturas e seus desdobramentos espaciais, associados às declarações dos RPT para Campinas, revelando que o “estágio de urbanização” já era mais avançado, se comparado a outras localidades¹⁹⁶. Nos RPT para Campinas foi declarada uma propriedade denominada “casa e terreno”, outra denominada como “morada de casas”, além de 44 declarações relativas a terrenos (APESP, 1854), conforme o quadro 17:

¹⁹⁵ Conforme Silva (2012, p. 48-49), a Lei de Terras é considerada como “marco historiográfico” da urbanização dos municípios brasileiros. A autora aponta que os estudos suscitados a partir desta temática convergem no pensamento comum de que a criação da lei possibilitou o “afloramento de um mercado de terras” e, a partir de sua confirmação, a terra passa a valer enquanto propriedade e não mais como sinônimo de cultivo. Como meio de ir adiante e entender a incidência da lei junto aos núcleos urbanos, Silva (2012, p.50) propõe, para a cidade de São Paulo, uma divisão da situação fundiária, ou seja, busca entender quais situações fundiárias se apresentavam para a cidade. Entre as considerações de Silva (2012), destaca-se que a falta de detalhes, na lei, sobre como resolver a situação das “terras urbanas” deu margem às interpretações da lei por parte dos vereadores da Câmara Municipal, resultando na dilatação do rossio. A lei regulamentaria o uso das “áreas de uso comum” e seria nessa categoria, então, que a área do rossio “iria cair”, caso os vereadores não discutissem o tempo todo com o governo da província, separando nitidamente o antigo rossio desta categoria, provando que poderiam usufruir do núcleo urbanizado de forma diferente das terras de uso comum (Silva, 2012, p. 51).

¹⁹⁶ Na época da elaboração dos registros paroquiais de terras, a freguesia de Caconde não tinha autonomia plena, pois fazia parte do termo da vila de Casa Branca, junto com outras freguesias que organizaram seus próprios registros de terras. Já Campinas era uma cidade com seu termo bem estabelecido e não tinha, naquele momento, outros núcleos subordinados a ela. Além disso, ambas apresentavam estágios de urbanização muito distintos, uma questão evidente na bibliografia sobre a formação territorial das duas localidades (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, p. 59).

QUADRO 17. TERRENOS EXISTENTES NA CIDADE DE CAMPINAS E DECLARADOS NOS RPT (1854-1857)

NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	REFERÊNCIAS	CONFRONTANTE	PROPRIEDADE
1.	TERRENO ¹⁹⁷	Delfina- filha de Francisco José de Camargo Andrade	Terreno dentro da divisa do Sítio do Sertão	----	-----
2.	TERRENO ¹⁹⁸	Maria- filha de Francisco José de Camargo Andrade	Terreno dentro da divisa do Sítio do Sertão	----	-----
3.	TERRENO ¹⁹⁹	Antônio Joaquim de Sampaio Peixoto	Divisa por um lado com a Estrada de Santa Cruz a Campinas Velhas.	Joaquim José Soares de Carvalho	Chácara do Paraíso
				Lourenço Guedes Pinto de Vasconcellos	Chácara
4.	TERRENO ²⁰⁰	Rafael Barbosa Fran.co	Nesta cidade de Campinas, um lado para a rua do Imperador, por outro com campo devoluto, e de outro com a Estrada que vai para a Terra Preta.	Padre Antônio Candido de Mello	----
6.	TERRENO ²⁰¹	Francisco da Costa	Terras nesta cidade de Campinas, um lado para a rua do Imperador, divisa de um lado com a rua da Matriz Velha, de outro com a estrada que vai para Terra Preta.	José Pinto de Godoy	Terras
7.	TERRENO ²⁰²	Antônio Monteiro de Carvalho e Silva	Nesta cidade de Campinas, um lado para rua do Campo, de outro com a rua de trás da Matriz Velha e de outro com a rua do Caracol, pelo fundo com o campo devoluto pela estrada que vai para a Terra Preta.	----	-----
8.	TERRENO ²⁰³	Antônio Monteiro de Carvalho e Silva	Nesta cidade de Campinas, divisando de um lado com a rua do Matadouro, de outro pela rua de trás com a rua do Campo.	----	-----
9.	TERRENO ²⁰⁴	Antônio Rodrigues de Almeida	Até o córrego, até o beco e a aguada.	Serafim Gomes Moreira	Chácara
				Thomaz Luiz Alves	Chácara, Bom Retiro e Chapadão

¹⁹⁷ APESP, 1854, p. 14.

¹⁹⁸ APESP, 1854, p. 14v.

¹⁹⁹ APESP, 1854, p. 32.

²⁰⁰ APESP, 1854, p. 42.

²⁰¹ APESP, 1854, pp. 46-46v.

²⁰² APESP, 1854, pp. 60v-61.

²⁰³ APESP, 1854, pp. 61-61v.

²⁰⁴ APESP, 1854, pp. 66-66v.

				Luiz Nogueira Ferraz	Chácara
				Dona Anna Eufrosina	Chácara
				Com suas filhas	Chácara
10.	TERRENO ²⁰⁵	Eduarda Brandina de Cerqueira Cesar. Antônia Francisca de Cerqueira Cesar, arrogo de Maria do Carmo de Cerqueira Cesar, José Benicio de Cerqueira Cesar	Um terreno no subúrbio desta cidade, na rua das Flores pelo lado da saída de São Paulo, no canto divide com a rua da Travessa.	Gertrudes Quintiliana	Data de Terra
				Maria de Santos	-----
				José Manoel de Camargo	-----
				Joaquim da Silva	Terreno
				Maria Cabral	Data de Terra
				Joanna de Tal	Data de Terra
				Joaquim Custodio	-----
11.	TERRENO ²⁰⁶	João Pires da Silva Monteiro	Nos arrabaldes desta cidade de Campinas na rua do Bom Jesus.	Antônio da Silva	Data de Terra
				Matheos de Tal	Data de Terra
				Anna Marcineira	-----
				Senhor Azevedinho	-----
12.	TERRENO ²⁰⁷	Antônio Cardozo de Godoy	Um Terreno no município de Campinas, na rua das Campinas Velhas, e segue para Santa Cruz.	Bento José Alves de Abreu Guimarães	Chácara da Boa Vista
				Francisco Mendes de Godoy	Terreno
13.	CASA E TERRENO ²⁰⁸	Joaquim Antônio da Silva Camargo	No Cambuizal, a rua das Casinhas, e com fundos com a rua do Caracol.	Manoel Leite de Barros	Sítio
				João Ribas	Data de Terra
				Braz (escravo de Baldina de tal)	Data de Terra
				Jesuíno Antônio Correa	-----
				Felizardo de Lima (finado)	-----
14.	TERRENO ²⁰⁹	José Ignacio de Almeida	Terreno no município de Campinas na rua das Campinas Velhas.	----	-----

²⁰⁵ APESP, 1854, p. 72v.

²⁰⁶ APESP, 1854, p. 81v.

²⁰⁷ APESP, 1854, p. 82.

²⁰⁸ APESP, 1854, pp. 86v-87.

²⁰⁹ APESP, 1854, p. 92.

15.	TERRENO ²¹⁰	Benedito Eliodoro de Toledo	Terreno nesta cidade de Campinas tendo frente para a rua do Bom Jesus e fundo para a rua das casinhas, de um lado a rua alegre e de outro a rua das Flores.	----	----
16.	TERRENO ²¹¹	Manoel José Gomes	Um terreno no lugar denominado Cambuizal, que faz frente para a rua das casinhas, e por outro lado com a rua da Matriz Nova.	Maria Rita	Data de Terra
				José de Tal	----
				Paula de Tal	----
17.	TERRENO ²¹²	Manoel Leite de Godoy	Um terreno no bairro do Vira Copo, dentro dos limites da cidade de Campinas, divisa para o lado da Estrada.	Manoela Maria	Casa
				Francisca da Tal	Casa
				Antônio Leite de Godoy	Quintal
18.	TERRENO ²¹³	José Custódio de Godoy e José Henrique de Pontes	Um terreno no lugar denominado “Pedras” a margem do Rio Jaguari.	----	----
19.	TERRENO ²¹⁴	João Evangelista do Amaral	Um pequeno terreno no lugar denominado “Vira Copos”, tendo uma divisa com a estrada desta cidade para Itu.	Ignacio Antônio Bueno	Sítio
				Francisco de Paula	Sítio
				Antônio Leite de Godoy	Quintal
				Lino José da Silveira	----
20.	TERRENO ²¹⁵	Manoel de Araújo	Um terreno no Bairro denominado “Atibaia”, segue pelo rio de mesmo nome até sair na estrada para Mogi Mirim.	Coronel José Fran.co de Andrade	Sítio Bocaiuva
				Manoel Alfonso Taborda	Terreno
				Joaquim Rodrigues do Prado	Terras
				José Martins	----
21.	TERRENO ²¹⁶	Manoel Joaquim da Silva	Possui um terreno na beira da Estrada que segue de Campinas para a cidade de Mogi Mirim.	Maria Cândida de Souza	Terreno
				Francisco Paes de Oliveira	Terreno
				Joaquim Rodrigues do Prado	Terras

²¹⁰ APESP, 1854, p. 95.

²¹¹ APESP, 1854, p. 97v.

²¹² APESP, 1854, p. 99v.

²¹³ APESP, 1854, p. 100.

²¹⁴ APESP, 1854, pp. 101v-102.

²¹⁵ APESP, 1854, p. 107.

²¹⁶ APESP, 1854, p. 109.

22.	TERRENO ²¹⁷	Antônio Joaquim da Silva	Possui um terreno na beira da estrada que segue de Campinas para a cidade de Mogi Mirim, no bairro de Atibaia.	Coronel José Fran.co de Andrade	Sítio Bocaiuva
				Antônio Mariano Ferreira	-----
23.	TERRENO ²¹⁸	Manoel Alfonso Taborda	Um terreno que possui no bairro de Atibaia, e segue pela margem do rio Atibaia.	Joaquim Rodrigues do Prado	Terras
				Manoel Francisco de Araújo	-----
				José Dias Leite de Freitas	Terreno
				Maria Cândida de Souza	Terreno
24.	TERRENO ²¹⁹	Maria Cândida de Souza	Um terreno no bairro denominado Atibaia, divisa com a estrada que vai de Campinas para Mogi Mirim.	Manoel Alfonso Taborda	Terreno
				Manoel Joaquim da Silva	Terreno
25.	TERRENO ²²⁰	Antônio Paes de Oliveira	Um terreno no bairro denominado Atibaia no município desta cidade de Campinas, divisa com a estrada que vai desta cidade e segue para Mogi Mirim.	Antônio Joaquim da Silva	Terreno
				Coronel José Fran.co de Andrade	Sítio Bocaiuva
26.	TERRENO ²²¹	Antônio Ferreira Luiz	Um terreno no bairro denominado Atibaia no município desta cidade de Campinas e segue para Mogi Mirim.	José Lemes de Brito	Casa e Quintal
				Antônio Joaquim da Silva	Terreno
				Coronel José Fran.co de Andrade	Sítio Bocaiuva
27.	TERRENO ²²²	José Dias Leite de Freitas e sua mulher	Um terreno situado no distrito desta cidade de Campinas, situado a margem do rio Atibaia, divisa com a estrada que vem de Mogi Mirim para esta cidade	Manoel Alfonso Taborda	Terreno
28.		Francisco Mendes de Godoy e sua mulher		Bento José de Abreu Guimarães	Chácara da Boa Vista

²¹⁷ APESP, 1854, pp. 109-109v.

²¹⁸ APESP, 1854, p. 110v.

²¹⁹ APESP, 1854, p. 111.

²²⁰ APESP, 1854, pp. 111-111v.

²²¹ APESP, 1854, p. 111v.

²²² APESP, 1854, pp. 114-114v.

	TERRENO ²²³		Um terreno sito nesta cidade de Campinas no lugar denominado Campinas Velhas, divisando pela frente com a estrada ou rua que se dirige para a freguesia de Belém.	Antônio Guedes	Sítio
29.	TERRENO ²²⁴	Francisco Paes de Oliveira	No termo desta cidade de Campinas, nas proximidades do rio Atibaia no caminho que se dirige desta cidade para a de Mogi Mirim.	Joaquim Rodrigues do Prado	Terras
				Manoel Alfonso Taborda	Terreno
				Maria Cândida de Souza	Terreno
				Lucio de Souza	-----
30.	TERRENO ²²⁵	Pedro Alves da Silva	Um terreno no distrito desta cidade de Campinas, no lugar denominado Capivari-Guaçú.	----	-----
31.	TERRENO ²²⁶	Apolinário José Rodrigues	Um terreno sito no município de Campinas é na estrada que segue desta cidade para Itu, no lugar denominado Piçarrão, ao pé do córrego do mesmo nome.	Major José de Souza Campos	Sítio
32.	TERRENO ²²⁷	Francisco Teixeira Vilela	Terreno nesta cidade de Campinas.	Joaquim José dos Santos	Terreno
				Thomaz Luiz Alves	Chácara, Bom Retiro e Chapadão
				Antônio Ferreira da Silva	Pasto
				Dona Gabriella (viúva de João Lucas de Tal)	-----
33.	TERRENO ²²⁸	João Baptista de Camargo Leite	Um terreno no termo da cidade de Campinas, principiando no córrego denominado Estiva.	José Rodrigues de Oliveira	Sítio
				Joaquim Antônio da Silva Pacheco	-----
				Antônio Soares	-----

²²³ APESP, 1854, p. 120v.

²²⁴ APESP, 1854, pp. 124v-125.

²²⁵ APESP, 1854, p. 125.

²²⁶ APESP, 1854, p. 126

²²⁷ APESP, 1854, p. 127.

²²⁸ APESP, 1854, pp. 127v-128.

34.	TERRENO ²²⁹	João Leite Penteadó	Terreno nesta cidade de Campinas, faz frente para a rua das Casinhas, fazendo esquina por um lado.	Ignacio Domingues	-----
35.	TERRENO ²³⁰	João Leite Penteadó	Terreno nesta cidade de Campinas, sito na rua do Caracol, até a rua da cadeia.	Rosa Moreira	Data de Terra
				Antônio de Tal	-----
				Anastacio de Paula	Data de Terra
36.	TERRENO ²³¹	João José da Cunha	Um terreno no bairro de Santa Cruz.	José Ignacio Maciel	-----
				Domingos de Araujo Roco	Pastos
				Joaquim Ferreira Zimbres	-----
37.	TERRENO ²³²	Antônia Maria de Jesus	Um terreno nos subúrbios desta cidade.	João Barbosa	Quintal e casa
				Thomaz Luiz Alvez	Chácara, Bom Retiro e Chapadão
38.	TERRENO ²³³	Joaquim Antônio de Lima	Um terreno sito na rua do Bom Jesus.	Antônio Pedro de Moraes	-----
				Bento Antônio da Cunha	Sítio
				José Feliz de Oliveira	-----
39.	TERRENO ²³⁴	Manoel Rodrigues da Silva	Um terreno nesta cidade de Campinas sito na rua da Cadeia, Alegre e das Casinhas.	----	-----
40.	TERRENO ²³⁵	Antônio José Ferraz	Um terreno sito na travessa da Matriz Nova.	Floriano Ferreira de Camargo	Chácara
				Joaquim Bonifácio do Amaral	Data de Terra
				João/José Pires Monteiro	Terras

²²⁹ APESP, 1854, p. 129.

²³⁰ APESP, 1854, p. 129.

²³¹ APESP, 1854, pp. 129-129v.

²³² APESP, 1854, p. 129v.

²³³ APESP, 1854, p. 129v.

²³⁴ APESP, 1854, p. 131v.

²³⁵ APESP, 1854, p. 131v.

41.	TERRENO ²³⁶	Joaquim José dos Santos	Um terreno nesta cidade de Campinas, que faz frente para a rua do Alecrim e esquina com a rua do Sacramento.	Felisberto Pinto Tavares (falecido)	Sobrado
				João Barbosa	Quintal e casa
42.	TERRENO ²³⁷	Francisco Bueno Barbosa Aranha	Um terreno nesta cidade de Campinas, faz frente com a rua do Sacramento.	Thomaz Luiz Alves	Chácara, Bom Retiro e Chapadão
				Francisco Teixeira Vilela	Terreno
43.	TERRENO ²³⁸	Salvador José Gonçalves	Um terreno nesta cidade de Campinas, com frente para a rua alegre.	Lourenço Guedes Pinto de Vasconcellos	Chácara
				Anna Francisca	-----
44.	TERRENO ²³⁹	Manoel Rodrigues da Silva	Um terreno nesta cidade de Campinas, sito na rua Alegre.	Antônio Alemão	-----
45.	TERRENO ²⁴⁰	Padre Luciano Xavier de Oliveira	Um terreno no lugar denominado as Piteiras, na rua do Pórtico, com uma face para a rua Alegre.	Luiz de Gois	Casa
				Joaquim de Tal	Terreno
46.	TERRENO ²⁴¹	Joaquim Xavier de Oliveira	Um terreno sito no caminho que vai para Campinas Velhas.	João Pedro de Oliveira	Data de Terra

Quadro 17. Terrenos existentes em Campinas e declarados nos RPT (1854-1857). Dados extraídos dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas e complementados por informações extraídas de Corrêa (2019). Fonte: APESP (1854) e Corrêa (2019).

²³⁶ APESP, 1854, p. 133.

²³⁷ APESP, 1854, p. 133.

²³⁸ APESP, 1854, pp. 133-133v.

²³⁹ APESP, 1854, p. 133v.

²⁴⁰ APESP, 1854, p. 135.

²⁴¹ APESP, 1854, p. 135,

Além das propriedades levantadas no quadro 17, aponta-se a declaração de número 372, propriedade de Francisco Alves de Souza, nomeada como “uma morada de casas” que possuía quintais murados e fazia frente com a rua do Comércio²⁴² (APESP, 1854, p. 138). Já a declaração sob número 199 tratava da propriedade de Antônio da Silva Camargo, possuidor de “uma casa e terreno” situados no Cambuizal, junto à rua das casinhas²⁴³. A casa estava implantada em frente à rua das casinhas e divisava, pelo lado de baixo, com Manoel Leite e, pelo quintal, com João Ribeiro, dando fundos para a rua do Caracol²⁴⁴ (APESP, 1854, pp. 86v-87).

Para Pinto, a definição do que era um terreno (1869) traduzia-se em um “espaço de terra para se cultivar”, não esclarecendo tratar-se de um espaço rural ou urbano. Já Corona e Lemos (1972, p. 449) apontam que o terreno era um espaço de terra mais ou menos extenso. Das 44 declarações referentes aos terrenos, nos RPT, 39 mencionam algum tipo de referencial construído (nomes de ruas, de caminhos/estradas, ou menção a algum bairro), correspondendo a 88,5%. Enquanto cinco declarações (11,5%) não apresentam referências de onde se localizavam. Pela maioria de descrições que contêm referenciais de localização urbanos, compreende-se que estes terrenos se situavam junto ao espaço urbano da cidade e, portanto, vinculavam-se ao processo de valorização imobiliária. Contudo, alguns terrenos situavam-se nos “subúrbios”, “nos arrabaldes”, “nos limites”, concernindo, portanto, à situação semelhante a de chácaras e quintais, isso é, ao espaço periurbano do município.

As declarações realizadas sob numeração 25 e 26, respectivamente, tratavam sobre propriedades herdadas pelas menores Delfina e Maria, filhas legítimas de Francisco José de Camargo Andrade. Eram terras inscritas junto ao sítio do Sertão, declaradas como “terrenos dado em legítima” (APESP, 1854, pp. 14-14v). Ainda que nas declarações tais terras fossem nomeadas como terrenos, se tratava de terras dentro de uma grande propriedade rural. A fim de compreender como as dimensões fundiárias dialogavam com a noção urbana aferida ao município, elaborou-se o quadro 18:

²⁴² Atual rua Doutor Quirino.

²⁴³ Atual rua General Osório.

²⁴⁴ Atual rua Benjamin Constant.

QUADRO 18. EXTENSÃO DE TERRENOS NA CIDADE DE CAMPINAS (1854-1857)

NOME DA PROPRIEDADE		PROPRIETÁRIO	Descrição referente a extensão da propriedade	Alqueires
1.	TERRENO	Delfina- filha de Francisco José de Camargo Andrade	Sua extensão é de mais ou menos mil braças de comprido e oitocentas de largo.	160,0 alqueires.
2.	TERRENO	Maria- filha de Francisco José de Camargo Andrade	Sua extensão é de mil braças de comprido e seiscentos de largo mais ou menos.	120,0 alqueires.
3.	TERRENO	Antônio Joaquim de Sampaio Peixoto	Terreno de três faces com três alqueires de plantas de milho.	3,0 alqueires.
4.	TERRENO	Rafael Barbosa Franco	Tendo de frente quarenta e nove braças e sete palmos para a Rua do Imperador, sem número divisando a trinta e duas braças de fundo em ambas as linhas e a linha do fundo é igual à da frente, cujo terreno se acha fechado com taipa.	0,3 alqueire.
6.	TERRENO	Francisco da Costa	Tendo de frente quarenta e três braças e quatro palmos para a Rua do Imperador e dezenove braças de fundo em ambas as linhas do fundo é igual à da frente.	0,1 alqueire.
7.	TERRENO	Antônio Monteiro de Carvalho e Silva	Tendo de frente quarenta e seis braças e dois palmos para a rua do Campo e quarenta e nove braças e um palmo de fundo em ambas as linhas, e a linha do fundo é igual a linha do fundo.	0,4 alqueire.
8.	TERRENO	Antônio Monteiro de Carvalho e Silva	Tendo de frente quarenta e seis braças e dois palmos pela rua do Matadouro e trinta e seis braças e dois palmos de fundo em ambas as linhas e a linha do fundo é igual à da frente.	0,3 alqueire
9.	TERRENO	Antônio Rodrigues de Almeida	Poderá levar um alqueire de planta de milho mais ou menos.	1,0 alqueire.
10.	TERRENO	Eduarda Brandina de Cerqueira Cesar. Antônia Francisca de Cerqueira Cesar, arrego de Maria do Carmo de Cerqueira Cesar, José Benicio de Cerqueira Cesar	Tem quarenta palmas de frente.	Não há menção.
11.	TERRENO	João Pires da Silva Monteiro	Tendo de frente vinte e seis braças e dois palmos, tendo vinte e duas braças de comprido.	0,1 alqueire.
12.	TERRENO	Antônio Cardozo de Godoy	Calcula-se de planta de milho, três quartos mais ou menos.	2,7 alqueires.
13.	CASA E TERRENO	Joaquim Antônio da Silva Camargo	Não há menção.	Não há menção.
14.	TERRENO	José Ignacio de Almeida	Tendo de frente setenta e seis braças, pelo lado debaixo tem de comprimento cento e oitenta braças e seis palmos e pelo lado de cima oitenta braças e seis palmas, cento e quarenta e oito braças.	2,5 alqueires.
15.	TERRENO	Benedito Eleodoro de Toledo	Tendo mais ou menos mil duzentos e noventa e oito palmos.	0,06 alqueire.
16.	TERRENO	Manoel José Gomes	Com dezessete braças mais ou menos de largura e com vinte braças mais ou menos de comprido.	0,06 alqueire.
17.	TERRENO	Manoel Leite de Godoy	Não há menção.	Não há menção.
18.	TERRENO	José Custódio de Godoy e José Henrique de Pontes	Não aferindo seus limites por se acharem em terrenos indivisos.	Não há menção.
19.	TERRENO	João Evangelista do Amaral	Não há menção.	Não há menção.

20.	TERRENO	Manoel de Araújo	Não há menção.	Não há menção.
21.	TERRENO	Manoel Joaquim da Silva	Não há menção.	Não há menção.
22.	TERRENO	Antônio Joaquim da Silva	Não há menção.	Não há menção.
23.	TERRENO	Manoel Alfonso Taborda	E este terreno seu regula levar cinquenta alqueires	50,0 alqueires.
24.	TERRENO	Maria Cândida de Souza	Não há menção.	Não há menção.
25.	TERRENO	Antônio Paes de Oliveira	Não há menção.	Não há menção.
26.	TERRENO	Antônio Ferreira Luiz	De frente quatorze braças e de fundo cem braças.	0,28 alqueire.
27.	TERRENO	José Dias Leite de Freitas e sua mulher	Não há menção.	Não há menção.
28.	TERRENO	Francisco Mendes de Godoy e sua mulher	Não há menção.	Não há menção.
29.	TERRENO	Francisco Paes de Oliveira	Não há menção.	Não há menção.
30.	TERRENO	Pedro Alves da Silva	Cujo terreno não declara sua extensão.	Não há menção.
31.	TERRENO	Apolinário José Rodrigues	Não há menção.	Não há menção.
32.	TERRENO	Francisco Teixeira Vilela	Qual terreno tem dezoito braças mais ou menos de frente e sessenta braças mais ou menos de extensão.	0,2 alqueire.
33.	TERRENO	João Baptista de Camargo Leite	Não há menção.	Não há menção.
34.	TERRENO	João Leite Penteadado	Terá de extensão na primeira frente cento e vinte palmos e trezentos e vinte palmos até a rua imediata.	0,07 alqueire.
35.	TERRENO	João Leite Penteadado	Contendo cento e vinte palmos de frente e deste quadreja este terreno com cento e vinte palmos de extensão.	0,02 alqueire.
36.	TERRENO	João José da Cunha	De frente tem cento e cinco braças.	Não há menção.
37.	TERRENO	Antônia Maria de Jesus	Com duzentos e quarenta e cinco de largo.	Não há menção.
38.	TERRENO	Joaquim Antônio de Lima	Tem de frente doze braças ou digo treze braças e de fundo vinte e duas.	0,03 alqueire.
39.	TERRENO	Manoel Rodrigues da Silva	Contendo pela rua da alegre trinta braças mais ou menos de extensão pela rua da Cadeia contém trinta braças mais ou menos e deste faz quadra até a referida rua das casinhas com trinta braças mais ou menos de extensão- cujas extensões não se declara ao certo por não ter sido medidas.	0,1 alqueire.
40.	TERRENO	Antônio José Ferraz	Contém de frente dez braças e vinte e duas de fundo.	0,04 alqueire.
41.	TERRENO	Joaquim José dos Santos	Tendo de frente nove braças e de fundo noventa e oito e meia braças.	0,1 alqueire.
42.	TERRENO	Francisco Bueno Barbosa Aranha	Cujo terreno tem doze braças de frente e de fundo oitenta e duas e meia braças.	0,1 alqueire.
43.	TERRENO	Salvador José Gonçalves	Com trinta e três, digo trinta e duas braças de extensão.	Não há menção.
44.	TERRENO	Manoel Rodrigues da Silva	Não sendo conhecida sua extensão por não ter sido medidas e declara ter mais ou menos de extensão de rua a rua fazendo dois cantos.	Não há menção.
45.	TERRENO	Padre Luciano Xavier de Oliveira	Com cento e vinte e um palmos de frente e duzentos e cinquenta e oito de comprimento.	0,06 alqueire.
46.	TERRENO	Joaquim Xavier de Oliveira	Com cento e sessenta palmos de frente mais ou menos e trezentos e dezesseis de comprido.	0,1 alqueire.

Quadro 18. Extensão dos terrenos na cidade Campinas (1854-1857). Dados extraídos dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas e complementados por informações extraídas de Corrêa (2019). Fonte: APESP (1854) e Correa (2019).

Para a cidade de Campinas, das 382 declarações presentes nos RPT, 159 não possuem descrição da dimensão da propriedade (gráfico 12). Dentre as declarações, algumas sequer mencionam a dimensão, enquanto outras justificam que “a extensão não é conhecida por não terem sido medidas e por possuir figura irregular” (APESP, 1854, p. 80) ou “seu tamanho ignora-se” (APESP, 1854, p. 106v). Quanto a essa medida, o artigo 100 do capítulo IX, decretado em 1854, já havia apontado a não obrigatoriedade de se descrever a extensão da propriedade declarada.²⁴⁵

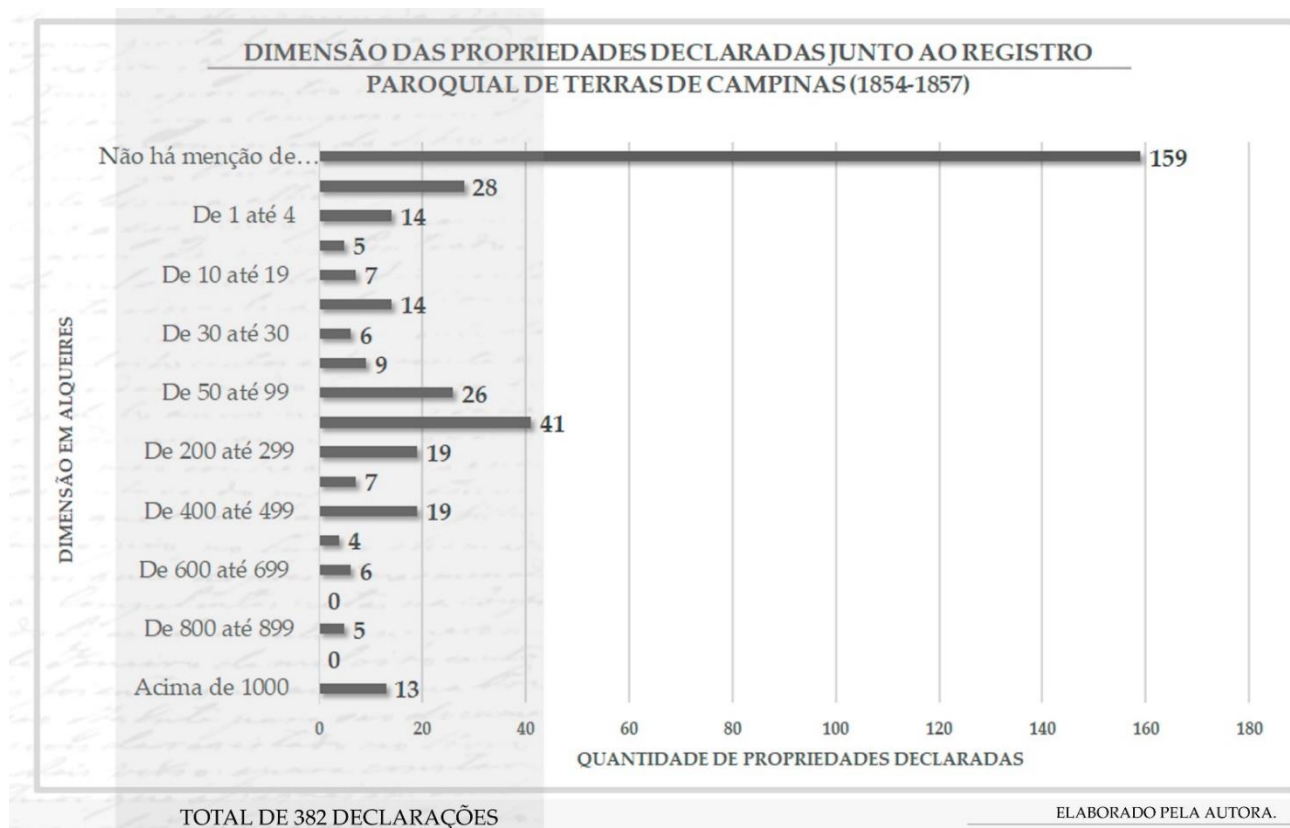


Gráfico 12. Gráfico referente à dimensão das propriedades declaradas no RPT da cidade de Campinas. Adotou-se, como unidade de medida de conversão, o alqueire paulista, equivalente a 24.200 metros quadrados.

Quanto à análise do gráfico 12, para a dimensão de propriedades como terrenos, as declarações feitas no RPT para Campinas revelam que a quantidade de propriedades declaradas com extensão entre 100 e 200 alqueires era significativa. Assim, 44 propriedades se encaixavam nesse intervalo, sendo dois engenhos, cinco fazendas, 34 sítios, uma sorte de terras e dois terrenos (APESP, 1854). Todas as propriedades enquadradas nessas dimensões podiam ser classificadas como rurais.

²⁴⁵ Segundo o artigo 100, as declarações das terras possuídas deveriam conter o nome do possuidor, a designação da freguesia em que se situavam, o nome particular da situação, se soubessem a extensão da propriedade e, se fossem conhecidos, deveriam declarar seus limites (BRASIL, 1854, p. 27).

Cruzando os dados dos quadros 16 e 18, com o gráfico 12 é possível observar que 28 propriedades possuíam área com até um alqueire, sendo: duas casas e quintais, cinco quintais, duas chácaras, um sítio e 18 terrenos (APESP, 1854). Em vista disso, pode-se deduzir que as porções fundiárias menores, declaradas entre 1854 e 1857 em Campinas, concerniam a propriedades situadas no espaço urbano e periurbano do município. Foram declaradas 13 propriedades com mais de 1000 alqueires, sendo que duas delas eram engenhos registrados em nome do proprietário Francisco Antônio de Souza Queiroz²⁴⁶ (APESP, 1854, p. 71). Cabe frisar que, para o município de Campinas, analisar as dimensões das propriedades, revelando a diversidade das extensões e das tipologias fundiárias, revela o agenciamento espacial encabeçado pela elite senhorial local, indo além da modelagem do universo rural.

2.7 A família Souza Aranha em meio aos principais proprietários de terras em campinas (1854-1857)

A partir da década de 1850, a situação econômica dos proprietários de terras em Campinas, se comparada aos seus antecessores, era mais estável (Bacellar, 1997, p. 211). Os fatores que regulavam o mercado de terras da cidade dialogavam diretamente com os mecanismos de transmissão de propriedades, passadas às gerações seguintes. Na forma como os proprietários tiveram acesso às suas posses, segundo os RPT de Campinas, predominava a compra através de títulos legais, sendo 159 propriedades declaradas sob essa razão de aquisição. Sessenta e cinco propriedades foram concedidas por herança, havendo casos em que a linha parental de transmissão foi declarada (ver gráfico 13). Conforme Dora Costa (2022, p. 08), o município de Campinas possuía um valor atribuído ao hectare mais elevado do que outras localidades do oeste paulista, se comparado a Araraquara, por exemplo. A hipótese levantada pela autora para justificar a valorização da terra era a facilidade do escoamento da produção em decorrência da maior proximidade geográfica com o porto de Santos, além da existência de terras apropriadas ao cultivo do café.

²⁴⁶ Filho do brigadeiro Luís Antônio de Souza Queiroz e de Genebra de Barros Leite.

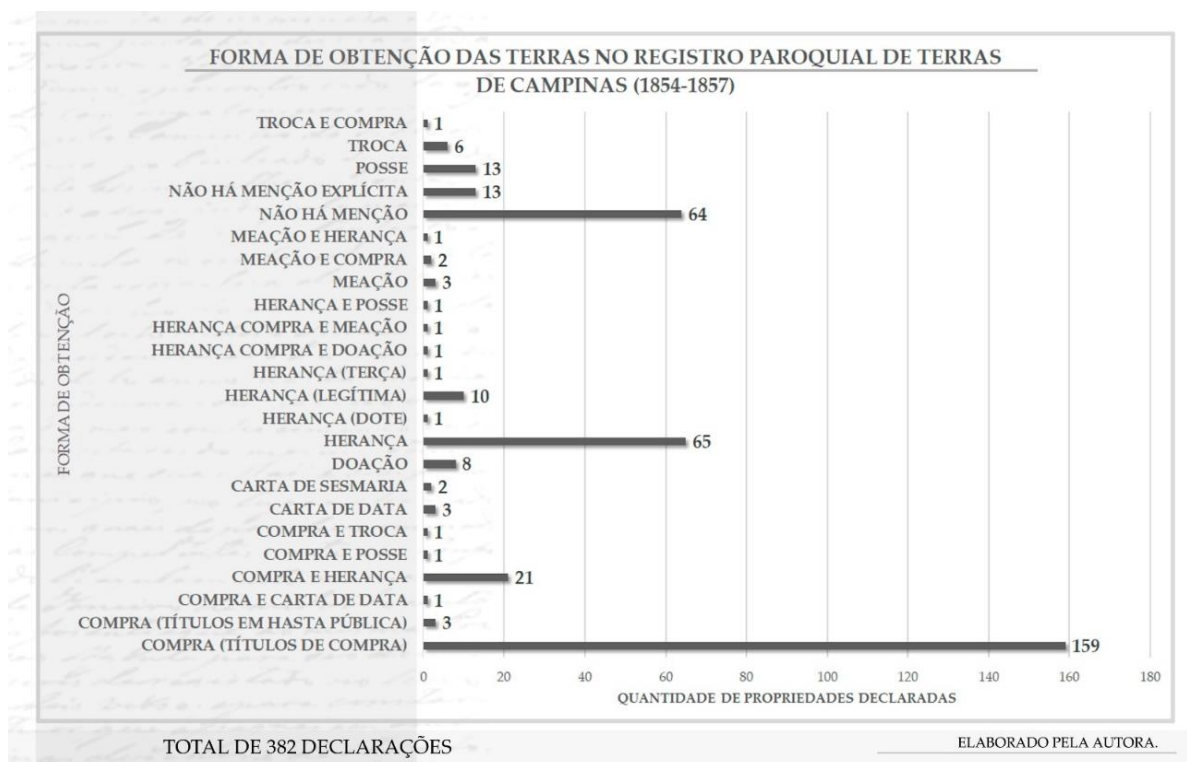


Gráfico 13. Demonstra a forma de obtenção das terras no RPT de Campinas. Fonte: APESP, 1854.

As formas de obtenção de terras evidenciavam os mecanismos de transmissão das propriedades em meados da década de 1850. O grande número de terras obtidas por herança, assegurando a transmissão dos patrimônios familiares, e o número ainda maior de propriedades obtidas por compra, demonstrava a força do mercado de terras, levantado por Dora Costa (2022) e Bacellar (1997, p. 122), fomentado pela ascensão do cultivo das lavouras de cana-de-açúcar e café (Ferreira e Pereira e Menegaldo, 2022, pp. 54-55). Apenas dez propriedades declaradas foram obtidas por posse, apontando para uma suposta escassez de terras devolutas cultiváveis. Os números mais expressivos, no gráfico 13, apontam para as 159 propriedades declaradas e adquiridas por compra, demonstrando a presença da parcela abastada do município, que possuía recursos, seguida pelas 65 propriedades herdadas, ou seja, revelando o quanto as práticas familiares de sucessão patrimonial se tornaram efetivas neste grupo. Para Bacellar (1997, p. 120), o período referente ao recenseamento fundiário, que culmina nos Registros Paroquiais de Terra, atesta a generalização dos mecanismos de concentração fundiária

Dito isso, os fatores que regulavam o mercado de terras para Campinas envolviam diretamente os mecanismos de transmissão da propriedade de uma geração para a seguinte. Do conjunto dos RPT, 449 declarantes eram homens e 32 mulheres.²⁴⁷ No que concerne aos proprietários, havia 489 homens e 99 mulheres (APESP, 1854).

²⁴⁷ Das 32 propriedades declaradas por mulheres, o predomínio era de viúvas e declarantes que herdaram terras por linha de transmissão paterna, possivelmente através de dote, terça ou legítima.

Certamente, o expressivo montante de propriedades com declarantes homens demonstra a lógica dominante de transmissão de bens aos herdeiros (em linhas gerais, o primogênito), encarregados em dar continuidade ao patrimônio familiar. De qualquer maneira, o número de herdeiros e o mercado de terras eram, essencialmente, os fatores reguladores do mecanismo de transmissão da propriedade e, nessa linha de raciocínio, a provável compra de terras vinculava-se a questões relacionadas à forma que a partilha fundiária estava tomando²⁴⁸ (Bacellar, 1997, pp. 119-122). Alguns laços familiares se engendraram a partir das relações fundiárias, solidificando ainda mais as bases das famílias senhoriais campineiras. Se comprar era o procedimento predominante nos RPT, nada mais lógico supor que haveria, por mais incipiente que fosse, um espaço para negociação de terras. Era necessário, de um modo ou de outro, a preços elevados ou aviltados, comprar (Teixeira, 2014, p. 04).

Avoluma-se, portanto, o número de fazendeiros que traduzem a imagem do capitalista, o dono de diversas fazendas, cujos interesses extravasam os negócios agrários. O quadro 19 aponta para os sobrenomes que mais possuíam propriedades declaradas em Campinas entre 1854 e 1857. Os sobrenomes foram definidos como “principais” em decorrência do número de propriedades declaradas, revelando um importante indicador do montante fundiário acumulado enquanto estratégia familiar.

QUADRO 19. SOBRENOMES QUE POSSUEM MAIS PROPRIEDADES DECLARADAS NOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRAS DE CAMPINAS (1854-1857)		
Nº.	PRINCIPAIS SOBRENOMES	PROPRIEDADES DECLARADAS
1.	OUTROS SOBRENOMES	75 declarações
2.	AMARAL E AMARAL CAMPOS	15 declarações
3.	ANDRADE E CAMARGO ANDRADE	15 declarações
4.	BARBOSA E PIRES BARBOSA	15 declarações
5.	FERRAZ, NOGUEIRA FERRAZ E CAMPOS FERRAZ	15 declarações
6.	BUENO E BUENO DE CAMARGO	14 declarações
7.	GODOY, GUEDES GODOY E GODOY LIMA	14 declarações
8.	FERREIRA E FERREIRA PENTEADO	14 declarações
9.	ARANHA E SOUZA ARANHA	14 declarações
10.	TEIXEIRA E TEIXEIRA NOGUEIRA	12 declarações
11.	BARROS E LEITE DE BARROS	11 declarações
12.	CUNHA E CUNHA PAES LEME	9 declarações
13.	ALMEIDA E LEITE DE ALMEIDA	9 declarações
14.	SALLES, SALLES LEME E MORAES SALLES	8 declarações

²⁴⁸ Certamente alguns tipos de terras seriam mais valorizados do que outros, de acordo com os conhecimentos da época. A localização da terra e a disponibilidade de recursos naturais eram cruciais para fornecer os parâmetros de valor (Bacellar, 1997, pp. 123-124).

15.	FERNANDES E FERNANDES DE ABREU	8 declarações
16.	LEITE DE GODOY	7 declarações
17.	ABREU E SOARES ABREU	6 declarações
18.	CAMARGO PENTEADO	6 declarações
19.	CARVALHO	6 declarações
20.	PINTO E PINTO DE VASCONCELLOS	6 declarações
21.	ROCHA CAMARGO	5 declarações
22.	ARRUDA	5 declarações
23.	SOUZA QUEIROZ	5 declarações
24.	SIQUEIRA E SIQUEIRA LIMA	5 declarações
25.	CERQUEIRA CÉSAR	4 declarações
26.	CORRÊA E CORRÊA PIRES	4 declarações
27.	MONTEIRO	4 declarações
28.	PAES LEITE E PAES DE OLIVEIRA	4 declarações
29.	PUPO DE MORAES	4 declarações
30.	RODRIGUES DA SILVA	4 declarações
31.	TEIXEIRA VILELA	4 declarações
32.	SOUZA CAMPOS	4 declarações
33.	ALVES E ALVES DE CASTRO	4 declarações
34.	NOGUEIRA FERRAZ	3 declarações
35.	CONCEIÇÃO	3 declarações
36.	CERQUEIRA LEITE	3 declarações
37.	SOUZA QUEIROZ	3 declarações
38.	LEITE DE ALMEIDA	3 declarações
39.	ARAÚJO E ARAÚJO ROCO	3 declarações
40.	SAMPAIO E SAMPAIO PEIXOTO	3 declarações
41.	XAVIER DE OLIVEIRA	3 declarações
42.	PRADO E RODRIGUES DO PRADO	3 declarações
43.	VASCONCELLOS	3 declarações
44.	CAMARGO SILVA	2 declarações
45.	FERREIRA DE CAMARGO	2 declarações
46.	CERQUEIRA LIMA	2 declarações
47.	DUARTE	2 declarações
48.	FERREIRA PENTEADO	2 declarações
49.	MORAES SALLES	2 declarações
50.	PUPO NOGUEIRA	2 declarações
51.	GALVÃO E GALVÃO DE CAMPOS	2 declarações
52.	COSTA MACHADO	1 declaração

Quadro 19. Sobrenomes que possuem maior número de propriedades declaradas. Dados extraídos dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas. Fonte: APESP, 1854.

Os proprietários listados no quadro 19 tinham uma situação incomparavelmente mais abastada do que a de seus pais e avós, dispondo, portanto, de condições mais favoráveis para as transmissões fundiárias como mecanismo de ampliação de patrimônios particulares (Bacellar, 1997). Sobre os RPT de Campinas, Bacellar (1997, p. 121) aponta que a aquisição das propriedades por meio de compra de títulos legais possuía um peso maior para as famílias de grandes proprietários que possuíam sobrenomes “de peso”.

O quadro 20 demonstra que os Souza Aranha, no cenário completo dos RPT, estavam entre os maiores detentores de propriedades declaradas na cidade de Campinas, ficando atrás de outros sobrenomes, como os Camargo e os Andrade, por exemplo. Ressalta-se a importância da investigação de todo o *corpus* documental do RPT, pois a leitura das declarações mostrou que há mais de uma propriedade arrolada nos registros de Francisco Egídio de Souza Aranha, revelando quatro propriedades declaradas sob dois registros.

Além do mais, foi necessário levar-se em conta o princípio da sucessão como estratégia de ampliação do patrimônio familiar (Bacellar, 1997), observando, portanto, os matrimônios conquistados no âmbito familiar dos Souza Aranha. Registros feitos por indivíduos com sobrenome “Aranha” ou “Souza Aranha”, foram 14, conforme quadro a seguir:

QUADRO 20 -PROPRIEDADES DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA DECLARADAS NOS REGISTROS PAROQUIAIS DE TERRA PARA CAMPINAS (1854-1857)				
Nº	PROPRIETÁRIO	PROPRIEDADE	FORMA DE AQUISIÇÃO	HIPÓTESE DE SITUAÇÃO
1.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ²⁴⁹	Fazenda Mato Dentro	Título de compra	Bairro do Mato Dentro
2.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ²⁵⁰	Sítio do Marcelino	Título de compra	Bairro do Mato Dentro
3.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ²⁵¹	Engenho do Cavalheiro	Título de compra	Bairro da Boa Vista
4.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ²⁵²	Engenho do Campo	Título de compra	Bairro da Boa Vista
5.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ²⁵³	Fazenda São Francisco	Título de compra	Bairro do ribeirão Quilombo
6.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ²⁵⁴	Fazenda Lageado	Título de compra	Bairro do ribeirão Quilombo
7.	JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ²⁵⁵	Fazenda Alegre	Título de compra	Bairro da Boa Esperança
8.	JOAQUIM POLICARPO ARANHA E MANOEL CARLOS ARANHA ²⁵⁶	Sítio do Jaguari	Título de compra	Bairro do Jaguari
9.	JOAQUIM POLICARPO ARANHA E MANOEL CARLOS ARANHA ²⁵⁷	Sítio do Atibaia	Herança	Bairro do Atibaia
10.	MARIA FRANCISCA BARBOSA ARANHA E FILHOS ²⁵⁸	Terras	Parte por meação parte por compra	Bairro do Jaguari
11.	ÁLVARO XAVIER DE CAMARGO E SILVA (E MARIA BRANDINA DE SOUZA ARANHA) ²⁵⁹	Sítio São Bento	Título de compra	Bairro do ribeirão Quilombo
12.	ÁLVARO XAVIER DE CAMARGO E SILVA (E MARIA BRANDINA DE SOUZA ARANHA) ²⁶⁰	Sítio do Mato Dentro	Título de compra	Bairro do Mato Dentro
13.	FRANCISCO BUENO BARBOSA ARANHA ²⁶¹	Terreno	Herança	Junto ao núcleo urbanizado.
14.	FRANCISCO IGNÁCIO DO AMARAL (E PETRONILHA EGÍDIO DE SOUZA ARANHA) ²⁶²	Sítio do Mato Dentro	Título de compra	Bairro do Mato Dentro

Quadro 20. Propriedades das famílias Aranha e Souza Aranha junto às declarações dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas (1854-1857). Fonte: APESP,1854.

²⁴⁹ APESP, 1854, pp. 04-05v.

²⁵⁰ APESP,1854, pp. 05-06.

²⁵¹ APESP, 1854, pp. 06-06v.

²⁵² APESP, 1854, pp. 06-06v.

²⁵³ APESP, 1854, pp. 44v-45.

²⁵⁴ APESP, 1854, pp. 44v-45.

²⁵⁵ APESP, 1854, pp. 71-71v.

²⁵⁶ APESP, 1854, pp. 75-75v.

²⁵⁷ APESP, 1854, pp. 75-75v.

²⁵⁸ APESP, 1854, p. 105.

²⁵⁹ APESP, 1854, p. 130v.

²⁶⁰ APESP, 1854, pp. 130v-131.

²⁶¹ APESP, 1854, p. 133.

²⁶² APESP, 1854, pp. 58-58v.

2.8 As uniões com outras famílias e os casamentos endogâmicos como práticas interessadas da família Souza Aranha

A seleção de cônjuges fazia parte de uma estratégia de vida previamente pensada, visando à estruturação de uma rede de relações familiares complementares às de cunho comercial. Quanto mais amplas e sólidas eram as relações estabelecidas, mais consistente seria o progresso socioeconômico da família (Bacellar (1997, p. 92). Essa estratégia foi adotada pela família Souza Aranha a partir da segunda geração, conforme exposto no capítulo 1. Fazia-se necessário considerar que casamentos vantajosos engrandeciam o seio familiar, fossem endógenos ou exógenos, recaindo uma maior exigência sobre a equidade da fortuna (Muaze, 2006, p. 81). Assim, o estreitamento dos laços familiares por meio do casamento foi um costume da elite senhorial brasileira que impediu a divisão dos bens e descomplicou o desmembramento das propriedades, facilitando a contiguidade das terras e ampliando o arbítrio de seus domínios²⁶³ (Teixeira, 2014, p. 09).

A escolha do cônjuge apontava para a somatória do montante familiar, buscando a manutenção, a transmissão e a multiplicação da fortuna. Casar-se implicava em adquirir terras (fosse por dote, meação, herança ou compra) para se constituir um novo núcleo familiar.²⁶⁴ Elevava-se, portanto, o papel do cônjuge a proprietário/latifundiário, pois esse indivíduo deveria projetar seus negócios, fazendo com que seu sucesso dependesse não apenas de seu desempenho pessoal, mas dos frutos de seus relacionamentos comerciais, o incluindo na rede de negociantes de escravizados, de negócios econômicos, em cargos políticos. Nessa medida, o parentesco, fosse de sangue ou mediante compadrio, era usado como uma garantia a mais para a boa conclusão dos negócios (Bacellar, 1997, p. 97).

O primeiro matrimônio interessado da família Souza Aranha foi o de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, irmão de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, com Eufrosina Matilde Silva Botelho, membro da família Botelho, que, segundo Ribeiro e Campos (2012, p. 60), foi uma genealogia que se instalou ainda no início do século XIX na região de Rio Claro, onde iniciaram a prosperidade familiar mediante concessão de sesmarias. No inventário de Eufrosina Matilde Silva Botelho (CMU, 1811), foram nomeados seus três filhos (Maria Luzia de Souza Aranha, José Aranha de Camargo e Joaquim Aranha de Camargo-filho) como herdeiros legítimos, além de Joaquim Aranha

²⁶³ Para Brügger (2007, p. 222), o casamento “entre iguais” não era um mérito regional, ou seja, tratava-se de um valor herdado da sociedade colonial brasileira como um todo e como um princípio vinculado à moral social.

²⁶⁴ Conforme Bacellar (1997, p. 66), casar-se, no próprio sentido da palavra, era fundar um fogo.

Barreto de Camargo como inventariante. Os três herdeiros eram menores de idade e foram tutelados, na condução da herança, pelo sargento-mor Joaquim José Teixeira Nogueira, revelando a proximidade social entre as famílias Souza Aranha e Teixeira Nogueira.²⁶⁵

Sobre os três herdeiros, em 1818, Joaquim Aranha de Camargo (filho), com 15 anos, declarou-se solteiro, enquanto José Aranha de Camargo já não vivia mais no fogo de seu pai (APESP, 1818, p. 45). A ampliação da riqueza da família Souza Aranha teve como partida a união de Francisco Egídio de Souza Aranha com Maria Luzia de Souza Aranha, sua prima, em 1817. A prática endogâmica regida pela escolha familiar de parentesco por primos (Bacellar, 1997) passou a ser uma estratégia adotada pelos Souza Aranha a partir deste enlace. Depois do casamento, Maria Luzia e Francisco tiveram 12 filhos, segundo demonstrado no quadro 21 (sendo que um dos filhos não resistiu, perdendo a vida logo após o nascimento)²⁶⁶:

QUADRO 21- HERDEIROS DE MARIA LUZIA DE SOUZA ARANHA E FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA		
Nº	HERDEIROS	CÔNJUGE
1.	MARIA BRANDINA DE SOUZA ARANHA	ÁLVARO XAVIER DE CAMARGO E SILVA ²⁶⁷
2.	JOSÉ EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	MARIA LUÍZA PEREIRA DE QUEIROZ (em primeiras núpcias) ²⁶⁸
3.	JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	ANA FRANCISCA DA SILVA PONTES (em primeiras núpcias) ²⁶⁹
4.	PEDRO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	ANA JOAQUINA DO PRADO ARANHA ²⁷⁰
5.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA (filho)	MARIA LUIZA NOGUEIRA ²⁷¹

²⁶⁵ O sargento-mor Joaquim José Teixeira Nogueira casou-se com Ângela Isabel Maria de Souza, e ambos se instalaram na vila de São Carlos ainda no final do século XVIII. Segundo Alfonso (2018, p.206), Joaquim José Teixeira Nogueira e seu irmão, o capitão Felipe Neri Teixeira, ergueram as primeiras indústrias açucareiras da vila.

²⁶⁶ Conforme Teixeira (2011, p. 181), o consórcio entre jovens da elite campineira e o casamento entre parentes puderam ser evidenciados pelas inúmeras dispensas matrimoniais concedidas a diversos noivos que pertenciam à camada social dominante, indicando que interesses materiais se sobrepujavam aos demais.

²⁶⁷ Filho do capitão-mor Floriano de Camargo Penteadado e de Paula Joaquina de Andrade (LEME, 1903, p. 166).

²⁶⁸ Filha do capitão José Pereira de Queiroz e de Escolástica Saturnina de Moraes Jordão (LEME, 1903, p. 166).

²⁶⁹ Filha de José Pereira de Pontes e de Cecília Barbosa de Almeida.

²⁷⁰ Filha do capitão José Pereira de Queiroz e de Escolástica Saturnina de Moraes (LEME, 1903, p. 168). “Falecida em 1875: faleceu ontem em Campinas a exma. Sra. Baronesa dos Três Rios, virtuosa esposa do nosso distinto amigo o exmo. Sr. Barão de Três Rios, a quem dirigimos os nossos pêsames (PAULISTANO, 1875, ed. 05658 p. 02)”.

²⁷¹ Filha de Luiz Nogueira Ferraz e de Gertrudes Eufrosina de Almeida Nogueira (LEME, 1903, p. 169).

6.	LIBÂNIA DE SOUZA ARANHA	JOAQUIM POLICARPO ARANHA ²⁷²
7.	ANNA THEREZA DE SOUZA ARANHA	MANOEL CARLOS ARANHA ²⁷³
8.	PETRONILHA EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	FRANCISCO IGNÁCIO DO AMARAL LAPA ²⁷⁴
9.	ANTÔNIO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	ELISMA DO AMARAL ²⁷⁵
10.	MARTIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	TALVINA DO AMARAL TEIXEIRA NOGUEIRA ²⁷⁶
11.	GERTRUDES DE SOUZA ARANHA	FRANCISCO EMÍLIO DO AMARAL POMPEU
12.	Um filho faleceu logo após o nascimento.	

Quadro 21. Herdeiros de Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha. Fonte: LEME (1903).

A partir dos filhos de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha, ampliaram-se as possibilidades de enlaces, expandindo-se, portanto, as relações de compadrio e parentela da família Souza Aranha com outras famílias. O quadro 21 revela que as uniões estreitaram laços da família Souza Aranha com os Camargo e Silva, Silva Pontes, Nogueira, Prado, Amaral Lapa e Amaral Pompeu.

Segundo Teixeira (2011, p. 176), o matrimônio entre Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha elucidou a prática de que o casamento concretizava uma aliança e não a criava, representando uma oportunidade de novos vínculos de amizade se formarem, além de fortalecer os já existentes, tendo se iniciado pelo casamento de Maria Brandina de Souza Aranha, em 1838, com Álvaro Xavier de Camargo e Silva, filho de Floriano Camargo Penteado, importante membro da família Camargo Penteado, pertencente à geração dos “fundadores” (Teixeira, 2011). O capitão-mor Floriano de Camargo Penteado mudou-se para a freguesia de Campinas, buscando novas terras e novas possibilidades, junto com seu irmão Antônio Pompeu, fundando cada um seu engenho (Alfonso, 2018, p. 164).

Presos por laços de sangue e amizade, os Penteado, os Andrade e os Souza Aranha formaram uma das principais bases familiares dos grandes proprietários da terceira geração (conforme observado na figura 27), bem como dos futuros líderes políticos que se formaram no nível municipal e que vieram a ocupar importantes segmentos da vida pública mais ampla (Teixeira, 2011, p. 178).

²⁷² Suposto filho de José Francisco Aranha Barreto de Camargo.

²⁷³ Suposto filho de José Francisco Aranha Barreto de Camargo.

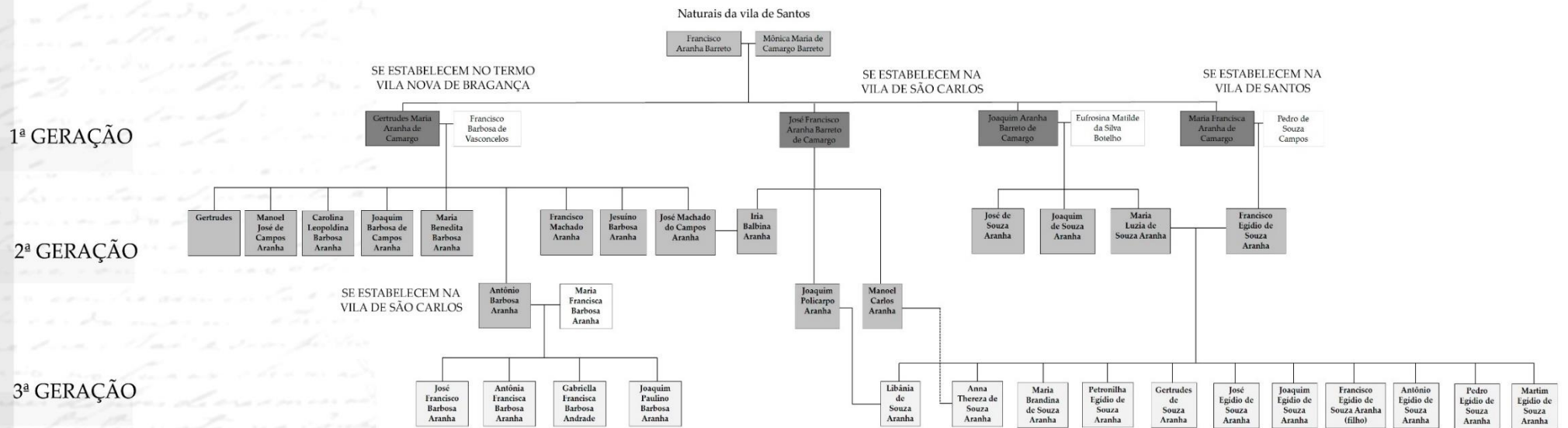
²⁷⁴ Filho de Antônio do Amaral Lapa e de Maria Egídio de Souza Aranha.

²⁷⁵ Filha de Joaquim Bonifácio do Amaral (visconde de Indaiatuba) e de Ana Guilhermina Pompeu do Amaral (Leme, 1903, p. 170).

²⁷⁶ Filha do capitão Francisco Teixeira Nogueira e de Maria Thereza do Amaral (Leme, 1903, p. 171).

GENEALOGIA DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA

- 3ª GERAÇÃO



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 27. Genealogia da família Souza Aranha – 3ª geração. Fonte: Leme, 1903; Moya, 1941 e os Inventários *post mortem* CMU (1839, 1861, 1865, 1879, 1893 e 1902).

Ribeiro (2016, pp. 214-216) aponta que, em função da importância econômica, da atuação política e dos laços de consanguinidade das famílias, os Camargo Penteados, os Barbosa, os Teixeira e os Souza Aranha figuraram entre os grandes proprietários de Campinas, com um acúmulo de terras que se deu mediante a aquisição por compra, por permutas e por casamentos realizados. José Egídio de Souza Aranha se casou em primeiras núpcias com Maria Luíza Pereira de Queiroz, filha de José Pereira de Queiroz e Escolástica Saturnina de Moraes Jordão, naturais de Jundiaí.²⁷⁷ A partir desse enlace, estreitou-se a relação com a família Queiroz/Telles Queiroz que, tal como os Souza Aranha para Campinas, representavam parte da elite senhorial de Jundiaí, a contar pelas propriedades declaradas por José Pereira de Queiroz nos RPT realizados para a vila de Jundiaí entre 1855 e 1865 (Novaes *et. al.*, 2020, pp. 19-30). José Pereira de Queiroz declarou possuir várias propriedades: um sítio do Pau a Pique herdado e situado em bairro do mesmo nome; no bairro denominado Rio Abaixo, o latifundiário declarou o sítio Bicudo; um sítio denominado Rio Abaixo; outra propriedade com mesmo nome adquirida por herança; outro sítio herdado e situado no bairro da Cachoeirinha; uma propriedade denominada Sítio do Mato Dentro adquirida por compra em mesmo bairro; e outra denominada Sítio Rio da Prata, totalizando sete propriedades declaradas junto ao RPT de Jundiaí (Novaes *et. al.*, 2020, pp. 19-30).

José Pereira de Queiroz e Escolástica Saturnina tiveram treze filhos e, a partir da geração dos herdeiros, a proximidade parental com a família Souza Aranha se fortaleceu. Com o falecimento de Maria Luíza Pereira de Queiroz, José Egídio se casou em segundas núpcias com a irmã dela, Antônia Pereira de Queiroz (Leme, 1903). Na mesma geração, Manoel Carlos Aranha, por falecimento de sua primeira esposa, Anna Thereza de Souza Aranha, se casou pela segunda vez com Brandina Augusta de Queiroz, filha do capitão José Pereira de Queiroz. Na mesma medida, outros membros da família Queiroz Telles, a partir de matrimônios interessados, reforçaram a aliança entre as famílias, aumentando o montante patrimonial. Antônio Carlos Pereira de Queiroz (filho do capitão José Pereira e Escolástica) se casou com uma filha de José Egídio de Souza Aranha-filho de Francisco Egídio e Maria Luzia de Souza Aranha (Leme, 1903, p. 38). Em uma geração à frente, Urbano de Souza Aranha, um dos filhos de Manoel Carlos Aranha e de sua primeira esposa, Anna Thereza de Souza Aranha, se casou com Escolástica de Salles Queiroz Aranha, neta de José Pereira de Queiroz e Escolástica Saturnina de Moraes Jordão (Leme, 1903, p. 36).

²⁷⁷ Conforme Leme (1903), o capitão José Pereira de Queiroz era tio de Escolástica Saturnina de Moraes Jordão.

A aproximação de famílias senhoriais – a contar pelo caso dos Souza Aranha com outras genealogias, tais como os Camargo Penteado, os Queiroz Telles e os Teixeira Nogueira – demonstra uma parcela da dimensão das redes estabelecidas a partir da base familiar que, de certo modo, traduziam a abrangência da escala de atuação política e econômica, além de solidificar o *status* familiar (ver quadro 21). A parentela compreendia a relação que extravasava o elo consanguíneo, tornando-se uma rede ampla de parentes, afilhados, amigos e quem interessasse. Condizia a uma organização social marcada por uma fluidez em relação ao que constituía a base familiar, indo além do mero parentesco baseado na consanguinidade (Santos; Lima; Bomfim, 2018, p. 04).

De forma marcante, o sistema de parentelas exerceu forte impacto nos arranjos estruturados ao longo do século XIX, pois dessas uniões derivavam atuações que “inflavam a ocupação de cargos”, não limitada à família, mas expandida a um conjunto de alianças que se distribuía entre parentes, compadres e largas alianças, conformando uma ampla rede baseada na unidade familiar (Santos; Lima; Bomfim, 2018, pp. 04-07). No entendimento de Tonon (2003, p. 44), a família senhorial brasileira se expandiu através dos casamentos entre parentelas ligadas à elite. Com a urbanização e a industrialização, as famílias senhoriais – a exemplo dos Souza Aranha – demonstraram uma capacidade de agenciamento das novas situações, a ver pela administração de empreendimentos financiados por capitais privados, ferrovias, industriários. Nesta linha de pensamento, Tonon (2003, p. 53) aponta que muitas situações de parentelas foram encontradas em Campinas, todas elas bastante atuantes, inicialmente arraigadas à terra e ao sistema mercantil e, posteriormente, complementadas por outras atividades vinculadas aos melhoramentos urbanos e à construção das ferrovias, após 1870.

Por parentela política, designa-se um grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco ou casamento e que tenham ocupado funções públicas. Para distinguir a parentela do parentesco, o qual incluía apenas parentes consanguíneos, cabe reforçar que a parentela abrangia aqueles ligados ao grupo familiar mediante enlaces matrimoniais. (Magalhães, 1992, pp. 151-152). Em vista disso, Tonon (2003), em consonância com Magalhães (1992), aponta que as quatro parentelas mais numerosas da cidade de Campinas eram os Teixeira Nogueira, os Souza Aranha, os Ferreira Penteado e os Salles. Além das quatro “principais parentelas”, a autora destacou os Franco de Andrade, que estreitaram interesses via matrimônio com os Camargo Penteado, com os Souza Aranha e com os Teixeira Nogueira, enquanto os Queiroz Telles, mais seletivos, ligaram-se apenas à família Souza Aranha (Tonon, 2003, p. 54). A união dos Souza Aranha com os Teixeira Nogueira se deu através do casamento de Martim Egídio de Souza Aranha, filho de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha, com Talvina do Amaral Teixeira Nogueira, filha do capitão

Francisco Teixeira Nogueira e Maria Thereza do Amaral.²⁷⁸ Conforme Ribeiro (2015, p.532), os Teixeira Nogueira tornaram-se, em Campinas, uma das famílias mais atuantes na vida econômica e política na cidade. O capitão Francisco Teixeira Nogueira herdou terras de seu pai, Antônio Manoel Teixeira, expandindo o cultivo do café e ampliando a riqueza herdada por meio de compras de terras e escravizados.

²⁷⁸ O capitão Francisco Teixeira Nogueira, envolvido na revolução de 1842, foi preso e depois anistiado. Foi casado em primeiras núpcias com Anna Bernardina, em 1835, e, em segunda vez, em 1836, na vila de São Carlos, com Maria Thereza do Amaral, sendo essa filha de José Rodrigues Ferraz do Amaral e de Anna Mathilde de Almeida Prado (Leme, 1903, p. 236).

RELAÇÕES FAMILIARES ESTABELECIDAS COM A FAMÍLIA SOUZA ARANHA

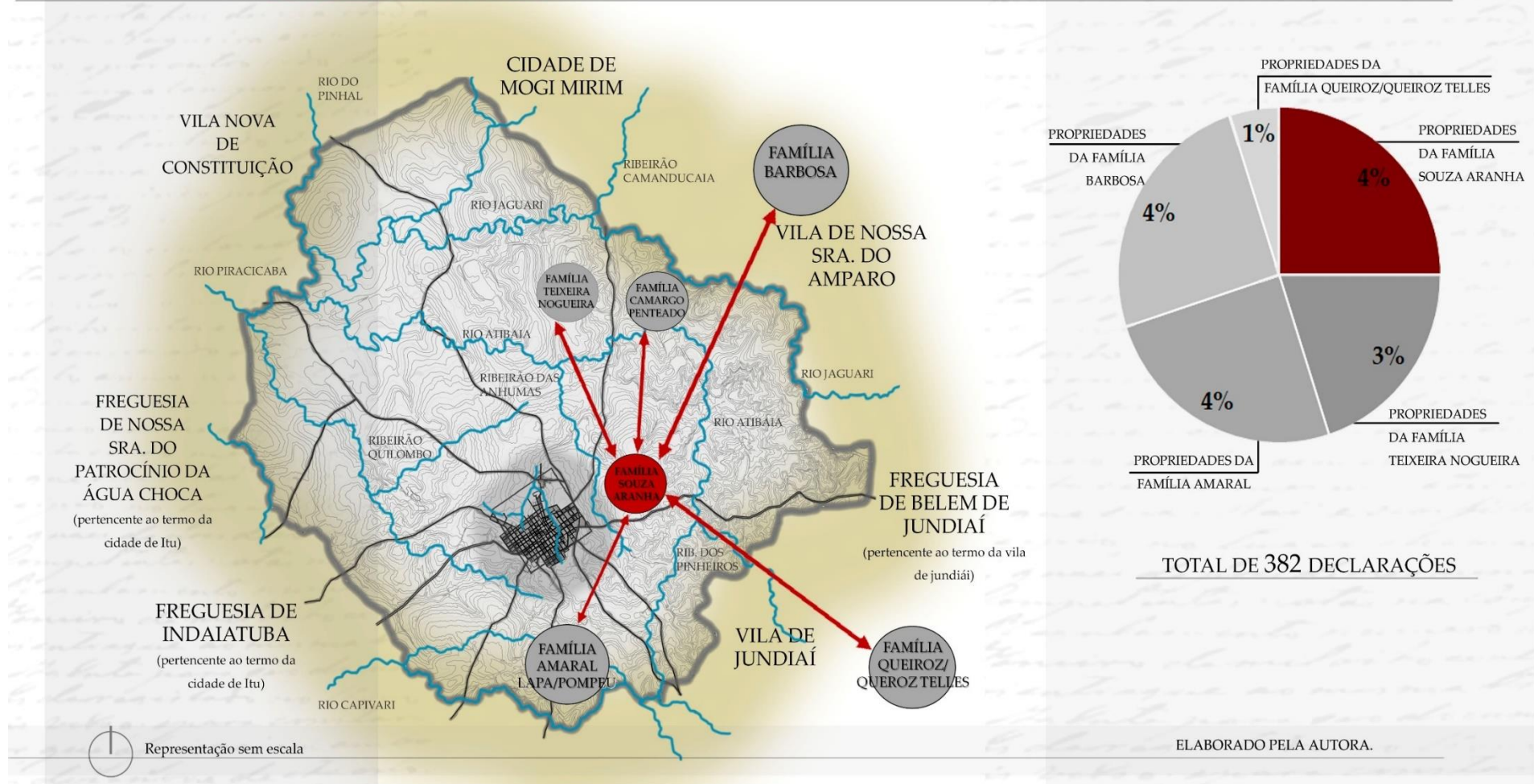


Figura 28. Relações familiares estabelecidas com a família Souza Aranha. À esquerda, estruturaram-se as relações das famílias Souza Aranha com os Teixeira Nogueira, Camargo Penteado e Amaral Lapa/Pompeu, Queiroz/Telles e Barbosa. À direita, o gráfico que demonstra o percentual de propriedades que essas famílias possuíam nas 382 declarações realizadas no RPT (1854-1857). Fonte: APESP (1854).

2.8.1 Os casamentos consanguíneos na segunda geração dos Souza Aranha: Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha e Manoel Carlos Aranha e Anna Thereza de Souza Aranha (1843)

Em relação à primeira geração dos Souza Aranha, José Francisco Aranha Barreto de Camargo, em função do ofício sacerdotal, não contraiu matrimônio. Contudo, seus herdeiros (provavelmente filhos ilegítimos), Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha, seguiram as tendências de fortalecimento do patrimônio. Joaquim Policarpo Aranha, em 1843, casou-se com sua prima de segundo grau, Libânia de Souza Aranha, adotando o casamento consanguíneo como estreitamento dos laços familiares, facilitando, portanto, a divisão dos bens e o desmembramento de propriedades (Teixeira, 2011, pp. 181-182). Mesmo caminho foi adotado para o primeiro matrimônio de Manoel Carlos Aranha, casando-se com Anna Thereza de Souza Aranha, irmã de Libânia e sua prima de segundo grau.

Libânia de Souza Aranha e Anna Thereza de Souza Aranha eram filhas de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha, que eram primos e realizaram a primeira união consanguínea, referente à segunda geração da família. A prática endogâmica foi recorrente nos matrimônios da segunda e da terceira gerações da família Souza Aranha. O casamento entre parentes, segundo Teixeira (2011, p. 192), pareceu ser algo “arranjado” na família Souza Aranha, como demonstram as uniões entre Anna Thereza de Souza Aranha e Manoel Carlos Aranha e Libânia de Souza Aranha e Joaquim Policarpo Aranha, que celebraram seus matrimônios no mesmo dia. Os registros matrimoniais foram lavrados pelo vigário João Manoel de Almeida Barbosa:

Aos seis de fevereiro de mil oito centos de quarenta e três na fazenda Matto Dentro as duas horas da tarde com permissão do vigário da vara que dispensou no cumprimento de terceiro grau junto ao segundo duplicado por consaguinidade em linha colateral, depois de proclamados e não havendo outro impedimento recebo em matrimônio na forma da Igreja, Manoel Carlos Aranha de Camargo, natural de Curitiba, filho de pais incógnitos, em casa do finado Reverendo José Francisco Aranha Barreto de Camargo, com dona Anna Thereza de Anunciação, natural desta paróquia e onde ambos são fregueses, filha de Francisco Egídio de Sousa Aranha e de dona Maria Luzia da Anunciação. Servirão de testemunhas presentes Pedro Manoel de Souza Aranha e Antônio Barbosa Aranha e na mesma ocasião receberão as bênçãos nupciais. Vigário João Manoel de Almeida Barbosa CAMPINAS, registro matrimonial, 1843, pp. 9-10).

Na sequência do registro de Manoel e Anna Thereza, lavrou-se, no tombo, o matrimônio de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia:

Aos seis de fevereiro de mil oitocentos e quarenta e três na fazenda Matto Dentro as duas horas da tarde **com permissão do vigário da vara que dispensou no cumprimento de terceiro grau junto ao segundo duplicado por consanguinidade em linha colateral**, depois de proclamados e não havendo outro impedimento recebo em matrimônio na forma da Igreja ao capitão Joaquim Policarpo Aranha de Camargo, natural de Curitiba, filho de pais incógnitos, em casa do finado Reverendo José Francisco Aranha Barreto de Camargo, com Dona Libânia Leopoldina da Trindade natural desta paróquia e onde ambos são fregueses, filha de Francisco Egídio de Sousa Aranha e de dona Maria Luzia da Anunciação. Servirão de testemunhas presentes o ajudante Álvaro Xavier de Camargo Andrade e Antônio Barbosa Aranha e na mesma ocasião receberão as bênçãos nupciais. Vigário João Manoel de Almeida Barbosa (CAMPINAS, registro matrimonial, 1843, pp. 9-10 - grifo da autora).

Segundo Teixeira (2011, p. 192), as dispensas em “terceiro grau misto ao segundo duplicado por consanguinidade em linha colateral” na fazenda Mato Dentro demonstram o consentimento da Igreja para a desoneração da consanguinidade. Para esses casos de casamento entre pessoas de mesmo sangue, a legislação canônica impunha restrições que se configuravam como impeditivas para a efetivação do matrimônio. No entanto, os registros matrimoniais indicavam que as uniões entre entes familiares eram regulares e ocorriam com o apoio da Igreja mediante dispensas matrimoniais, recurso que liberava os que sofriam com impedimentos conjugais (Ribeiro, 2016, p. 228).

A Igreja legitimava, portanto, tais matrimônios, uma vez que representavam o fortalecimento financeiro familiar. Oficializar a união por meio dos sacramentos, juridicamente reconhecidos, da Igreja era um ato que interessava à elite senhorial. A posse de bens passíveis de transmissão aos descendentes forçava os casais a ascenderem às instâncias oficiais que regiam o matrimônio, o que era uma forma de garantir a transmissão segura desses bens. O casamento legítimo ia além da união sentimental e consensual de um casal, se configurando como um instrumento seguro para a consolidação e transmissão do *status* social (Bacellar, 1997, p. 59). De acordo com Bacellar (1997, p. 97), a escolha matrimonial endogâmica geralmente recaía sobre parentes que fossem primos, visando promover uma união mais estreita entre os ramos da família e não permitindo que os herdeiros se “dispersassem” com estranhos. Os casamentos de famílias da elite senhorial ocorriam, portanto, dentro de duas possíveis estratégias: uma voltada ao viés da união sanguínea, unindo primos, e outra,

interessada em alianças economicamente vantajosas, unindo filhos de famílias poderosas (Bacellar, 1997, p. 98)²⁷⁹. Para Pupo (1983, p. 62), nunca faltaram, outrora, nas regiões paulistas, tradições “de sangue” na classe senhorial, pois elas direcionavam basicamente as escolhas e os entendimentos nupciais. De outra parte, a endogamia exercia papel-chave na seleção conjugal da elite senhorial paulista, já que a garantia de um cônjuge “à altura” se fazia fundamental, pois a manutenção e administração da riqueza dependia de “bons genros” (Silva, 2011, p.68). O sucesso do casamento, sob essa ótica, ia além do desempenho pessoal dos cônjuges, fazendo parte de um cenário em que o parentesco – fosse por consanguinidade ou por compadrio – era mais uma garantia de sucesso dos negócios e da prosperidade genealógica. De certa forma, o casamento era uma questão de propriedade, no sentido de preservação da fortuna e da busca por mais prestígio (Muaze, 2006, p. 87).

2.9 Um balanço das propriedades rurais dos Souza Aranha na metade do século XIX (1854-1865)

Em vista disso, a família Souza Aranha, a partir de 1850, possuía 14 propriedades declaradas no RPT de Campinas²⁸⁰. Diferentemente dos dois engenhos iniciados nas primeiras décadas do século XIX, o engenho do Mato Dentro, de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, e o engenho do Atibaia, de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, a expansão do patrimônio familiar se traduziu nas terras adquiridas e conquistadas, bem como nos engenhos herdados (figura 29).

²⁷⁹ Bacellar (1997) dedica um capítulo, em sua obra, sobre a tratativa da união entre entes de mesmo sangue, apontando que essa era uma nítida estratégia de posicionamento social, por meio da qual o casamento entre familiares permitia a manutenção do sobrenome familiar.

²⁸⁰ Importante salientar que os matrimônios familiares foram fundamentais na compreensão do montante fundiário.

SEDE DAS PROPRIEDADES DA FAMÍLIA

SOUZA ARANHA NO TERMO DA CIDADE DE CAMPINAS (1854-1865)

LEGENDA:

- ▲ PROPRIEDADES DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA E MANOEL CARLOS ARANHA
- ▲ PROPRIEDADES DE JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA
- ▲ PROPRIEDADES DE FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA
- ▲ PROPRIEDADES DE MARIA BRANDINA DE SOUZA ARANHA
- ▲ PROPRIEDADES DE PETRONILHA EGIDIO DE SOUZA ARANHA
- ▲ PROPRIEDADE DE MARIA FRANCISCA BARBOSA ARANHA

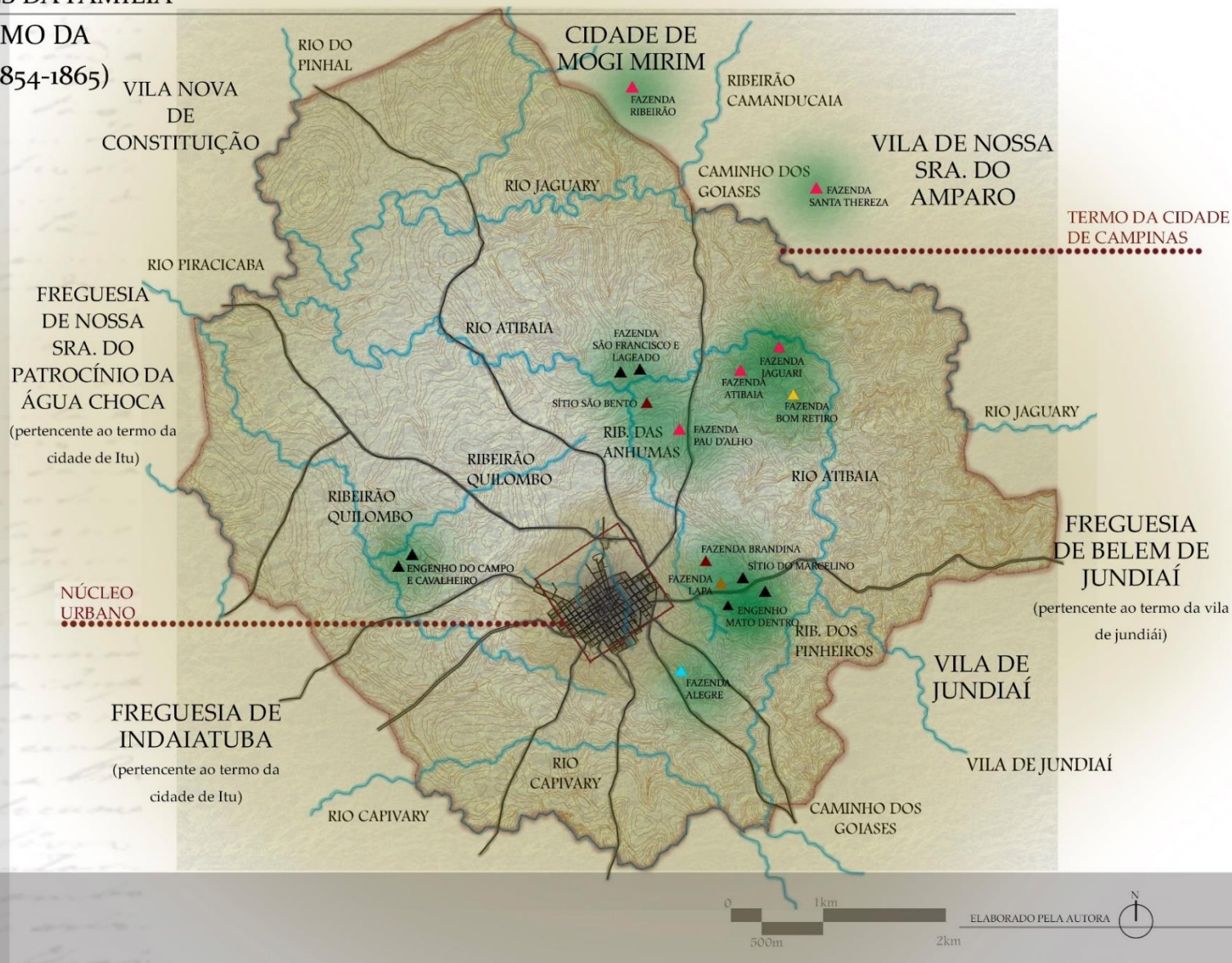


Figura 29. Sede das propriedades da família Souza Aranha inseridas no termo da cidade de Campinas (1854-1865). Fonte: APESP, 1854 e CMU, 1839; 1861 e 1865.

2.9.1 As propriedades rurais de Francisco Egídio de Souza Aranha: o engenho do Mato Dentro, o sítio do Marcelino, o engenho do Campo e Cavalheiro, a fazenda São Francisco e a fazenda Lageado

O primeiro latifúndio adquirido pela família Souza Aranha em terras da vila de São Carlos foi, portanto, o engenho do Mato Dentro, adquirido por provável compra por Joaquim Aranha Barreto de Camargo e Eufrosina Mathilde da Silva Botelho em 1807. Com o falecimento de Eufrosina, em 1810, o engenho foi incorporado ao espólio da inventariada.

A avaliação e descrição dos bens da inventariada ocorreu na propriedade do Mato Dentro – “engenho e morada da dona falecida [...] e atual residência do inventariante Joaquim Aranha Barreto de Camargo” (CMU, 1811, pp. 10v-11) – tendo sido incorporados a pesagem de objetos de prata, 21 escravizados, 41 animais (entre cavalos e bois), ferramentas para lavoura e trastes para engenho, tais como enxadas, martelos, carretões, foices, tachos e caldeirões de cobre, um alambique, selarias, mantas de couro com estribos, cabeçadas e rédea e espingardas de carapina (CMU, 1811, pp. 11v -14v). O engenho do Mato Dentro foi avaliado com a fábrica de açúcar e todos os seus pertences (três catres em bom uso, dois pares de caçarolas velhas com fechaduras e uma caixa de madeira com fechadura velha), bem como as terras, por 4:000\$000 – quatro contos de réis (CMU, 1811, p. 14v).

A partir da transmissão do bem aos herdeiros e inventariante e do casamento de Maria Luzia de Souza Aranha com Francisco Egídio de Souza Aranha, em 1817, o engenho do Mato Dentro introduziu o plantio de café, dando sequência à prosperidade do patrimônio familiar. Se, naquele tempo, a vila de São Carlos era a maior produtora de açúcar, a situação começou a mudar quando Francisco Egídio, casado com Maria Luzia e à frente da administração do latifúndio, implementou o plantio da rubiácea, tendo, com isso, total êxito, pois colheu, preparou e exportou o produto, alcançando altos índices no mercado externo (CONDEPACC, 1998, p. 08).

Francisco Egídio de Souza Aranha se tornou, então, um cafeicultor reconhecido em Campinas, sendo um dos primeiros proprietários de terras a declarar suas posses em 1854. Sob registro de número sete, declarou a fazenda do Mato Dentro com casa de morada e fábrica de café, possuindo meia légua em quadra mais ou menos. Francisco Egídio declarou que se tratava de “terras de posses feitas por várias pessoas, se achando em poder do quarto possuidor” que as adquiriu por título de compra. Terras que eram de seu sogro, passadas a ele parte por dote em seu matrimônio e possivelmente partes

compradas, posteriormente, para expandir o plantio da lavoura de café. Quanto às divisas, iniciavam a partir:

Da porteira da estrada segue por um valo acima dividindo com terras de Francisco Ignacio do Amaral e depois segue divisando com terras do falecido Joaquim de Almeida até bater na beira do pasto do mesmo Almeida e segue com terras de Joaquim Soares de Carvalho e com o mesmo segue divisando até o espigão onde começou a divisa com terras do capitão Eliseário de Camargo e abaixo até o arroio das pedras e por esse abaixo até fazer barra no ribeirão pelo mesmo ribeirão divisando com terras da Samambaia, pertencentes a Antônio Rodrigues Barbosa, e depois por uma barroca fundos com o mesmo Antônio Rodrigues Barbosa até o espigão e por ele acima divisando com mesmo até começar a divisa com José Francisco de Paula pelo mesmo espigão e com o mesmo vai dividindo até a estrada do Atibaia e desse pela estrada até o portão, já mencionado, confinando de um lado com Francisco Ignacio do Amaral e Joaquim de Almeida de outro lado com Joaquim Soares de Carvalho e o Capitão Eliseário de Camargo e de outro lado com Antônio Rodrigues Barbosa e por outro lado com José Francisco de Paula [...] (APESP, 1854, p. 05).

Por volta de 1850, na propriedade do Mato Dentro, predominava a lavoura cafeeira, com 250 mil pés de café e mais benfeitorias (casas de morada, senzala, máquina de beneficiamento de café, máquina de pilões, máquina de carretão, tulhas, terreiro murado para enxugar o café e sala para selecionar seus frutos). Outras benfeitorias atendiam à demanda dos gêneros alimentícios: paiol de milho, armazém para mantimentos, chiqueiro para 80 cabeças de porcos de criar, entre machos e fêmeas (Ribeiro, 2015, p. 22). Entre os edifícios, constava, na fazenda, uma enfermaria para atender os acidentes e doenças dos escravizados, segundo Ribeiro (2015, p. 23). O conjunto todo da fazenda Mato Dentro, em 1860, foi avaliado em 130:000\$000 (centro e trinta contos de réis), possuindo 241 escravizados (avaliados em 295:650\$000 – duzentos e noventa e cinco contos seiscentos e cinquenta mil réis).²⁸¹

Segundo Teixeira (2011, p. 193), Francisco Egídio de Souza Aranha já possuía certa riqueza, revelada a partir das declarações dos RPT. Declarou cinco propriedades, além da fazenda do Mato Dentro (registro de número 07): o sítio denominado Marcelino (registro de número 08), o engenho do Campo e Cavalheiro (sob número 09), a fazenda de São Francisco e a fazenda Lageado (sob número 93). O sítio do Marcelino regulava em um quarto em quadra mais ou menos, e as terras foram compradas do finado alferes José Marcelino de Campos pelo próprio Francisco Egídio (APESP, 1854, p.05 v; Ribeiro, 2015, p. 23), tendo sido avaliadas em 25:000\$000 (vinte e cinco contos de réis). A

²⁸¹ Dados de Ribeiro (2015) a partir do inventário de Francisco Egídio de Souza Aranha, falecido em 1860.

propriedade possuía terras de cultura e pastos valados e divisava com Francisco Ignácio do Amaral, com Álvaro Xavier de Camargo e Silva, José Fernandes e com o major Joaquim Quirino dos Santos (APESP, 1854, pp. 5v-06).

Já o engenho do Campo e Cavalheiro, segundo o registro, situava-se no bairro da Boa Vista, possuindo casas e fábricas de açúcar. A extensão da propriedade regulava em uma légua de comprimento e meia légua de largo, adquirida por compra mediante títulos legais (APESP, 1854, p. 06). Em sua descrição, a demarcação começava pelo:

[...] portão da estrada de Limeira e por ele adiante um arroio denominado do Pedroso, e por ele abaixo divisando com o capitão Manoel Joaquim de Moraes até contestar com a divisa de Joaquim do Amaral Campos e onde faz barra no ribeirão do Capivari e por ele acima até o valo da mesma divisa até contestar com o rumo do Quilombo que pertence ao senador Francisco Antônio de Queiroz e daí segue até a água denominada Cavalheiro e pelo córrego acima até a cabeceira do mesmo divisando com o Morro Grande do desembargador Albino Barbosa e daí segue em linha reta até uma peroba seca que tem na cabeceira do córrego divisando com terras que hoje pertencem a Francisco Teixeira Vilela pelo mesmo córrego abaixo divisando com o mesmo Vilela, e pelo mesmo córrego abaixo até a barra do córrego e por ele acima até o valo do pasto, que vai bater no mesmo portão já mencionado na Estrada de Limeira, confinando por um lado com terras de Luiz Thomaz Alves até o córrego e depois com a Boa Vista até outro córrego e depois com Francisco do Amaral Campos e Quirino do Amaral até bater em uma cabeceira que vai do córrego atrás da Estrada, confinando com terras do finado João Pinto Barreto e de outro lado com terras do Capitão Manoel Joaquim de Moraes e Joaquim do Amaral Campos, e por outro lado com o mesmo Campos e o senador Queiroz e por outro lado com o desembargador Albino Barbosa, por outro lado com Francisco Villela Teixeira [...] (APESP, 1854, pp. 06-06v.).

Francisco Egídio de Souza Aranha faleceu em 1860 com 82 anos de idade, deixando à viúva, Maria Luzia de Souza Aranha, a administração de uma “verdadeira fortuna”, segundo Brito (1958, p. 156). Em seu inventário *post mortem*, a propriedade foi descrita e avaliada como “fazenda do Campo”. Pela descrição, possuía uma casa de morar em condições precárias, avaliada pela importância de 40:000\$000 (quarenta contos de réis). Era administrada por outro filho, o tenente-coronel José Egídio de Souza Aranha (irmão gêmeo de Joaquim Egídio de Souza Aranha), que ofereceu pela herança a importância de 4:138\$000 (quatro contos centro e trinta e oito mil réis) para se tornar, a partir de 1860, proprietário pleno do latifúndio (Ribeiro, 2015, pp. 23-24). Em 1861, foi descrita como:

[...] sítio denominado fazenda do Campo, com casa velha de morar, quadrado com senzala, fábrica [...] boa de cilindros de fazer açúcar,

tocada por água, com casas de lenha, de purgar, contendo 126 formas de taboa e 20 de pau, caixas de guardar açúcar, dois lagares para açúcar, coxo para aparar garapa, esfriadeiras, coxos de azedas, casa de dormitórios de porcos, um cilindro de ferro avulso, um moinho, um monjolo, açude, rego d'água, pastos fechados por vale ou por cerca de garantã, e as terras do sítio, cujas divisas constam de respectivo em poder da inventariante, compreendendo com elas a situação com casas velhas de morar, serra d'água, um monjolo velho e pastos cercados e a situação denominada de Cavalheiro com casas velhas de morar [...] (CMU, 1861, p. 23).

A quarta declaração realizada por Francisco Egídio de Souza Aranha foi registrada sob número 93, sendo duas fazendas: a São Francisco e a do Lageado. As terras das duas fazendas situavam-se no distrito de Campinas, possuindo casas de morada e fábrica de açúcar, regulando em três quartos em quadra de léguas. Em um único registro, Francisco Egídio declarou as duas propriedades por se tratar de terras vizinhas. Segundo a declaração referente à fazenda São Francisco, tratava-se de terras fragmentadas da sesmaria de Nicolau Gonçalves da Silva adquiridas por Francisco Egídio mediante compra feita do major Pedroso da Silva e de Reginaldo de Moraes Salles (APESP, 1854, p. 44v). A declaração foi realizada em 1855, revelando que as terras condizentes com as duas fazendas foram compradas por Francisco Egídio nesse mesmo ano, haja vista que suas outras três posses foram declaradas sequencialmente em ano anterior nos RPT. A demarcação da propriedade teve início a partir:

[...] do marco que está em frente da barra do ribeirão Anhumas com o rio Atibaia até o marco que se acha rio acima que tem de largura mil e quinhentas braças de largura, e desde mesmo marco à beira do rio que segue rumo de norte e quarto de noroeste de sertão da dita sesmaria até o rio Jaguari e onde se acha o marco em um lugar denominado meia lua; e do dito marco no rio abaixo até outro marco na beira do mesmo rio com mil e quinhentas braças de largura e deste mesmo marco segue o rumo de sertão até bater no primeiro marco que se acha na barra dos Anhumas com o rio Atibaia. (APESP, 1854, p. 44v).

Declarou que as terras condiziam com a antiga sesmaria pertencente a Alexandre Barbosa de Campos, que regulava sua extensão em quinhentas braças de largura, mais ou menos, e oitocentas braças de comprimento, mais ou menos, sendo as seguintes divisas:

Começa na margem do rio Jaguari na barra do córrego que fica abaixo da cachoeirinha e segue pelo córrego acima até um rumo que se acha atualmente aberto e onde se acha de fincar em um marco e daí segue de medida duzentas e cinquenta braças até o rumo de sertão do dito sítio no fim das quais se fincará outro marco e deste último marco seguirá um rumo direito a procurar um munchão que fica na beira do caminho entre

ambos os sítios na beira do mato virgem, deste munchão se seguirá a rumo direito a um ponto médio entre o barreiro que fica no córrego deste nome – uma capoeira chamada de invernada, para se obter entre ponto médio se medirá do dito barreiro a dita capoeira e se quebrará no meio e neste meio se fincará um marco e este marco será o ponto médio onde há de se findar o rumo que sai do munchão e deste ponto médio ao marco entre Barreiro e Cerqueira se tirará um rumo na quadra do vento da sesmaria que irá até o rumo do sertão dela na qual o rumo chegará em quadra certa. (APESP, 1854, p. 44v).

Era, portanto, uma propriedade destinada ao cultivo de cana e a à fabricação do açúcar, descrita em 1860, da seguinte forma:

Fazenda denominada São Francisco com casas boas de morada assoalhadas, forradas e envidraçadas, com 18 lanços de senzalas, paiol, armazém e quartos de despejo, casa de depósito de bagaço, fábrica boa de cilindro de fazer açúcar e moinho tocado por água, casa de lenha com 103 formas de tábua e 22 de pau, coxo para aparar garapa, esfriadeira, coxos de azedar, dois caixões de guardar açúcar, três lugares para aguardente, pastos fechados [...] com cerca de garantãs e em valo e as terras do sítio ou fazenda, cujas divisas contam no registro em poder da inventariante ficando compreendendo nas mesmas terras três cilindros de ferro avaliados com os competentes aguilhões [...] (CMU, 1861, pp. 20-21v).

Pela descrição, percebe-se que a fazenda possuía as benfeitorias e as máquinas típicas de um bom engenho. Segundo Ribeiro (2015, p. 23), a fazenda São Francisco era administrada pelo filho de Francisco Egídio, Pedro Egídio de Souza Aranha, avaliada em 56:000\$000 (cinquenta e seis contos de réis) e possuía, em 1860, 58 escravizados. Quanto à descrição da fazenda Lageado, possuía casa ordinária de morada, serra d'água e um moinho ordinário (CMU, 1861, p. 21v) e, em 1855, foi demarcada a partir da seguinte descrição:

Seguia do marco da barra, já mencionado, rio abaixo até onde se media mil braças de rumo direito, sendo o ponto da divisa com as terras de Américo Ferreira de Camargo e deste mesmo ponto seguirá o rumo do sertão ao Rio Jaguari a onde se fincará um marco e deste marco rio acima se medirá setecentas braças até bater no marco, já mencionado da primeira sesmaria e o que consta dos títulos que tenho. (APESP, 1854, p. 44v).

Francisco Egídio de Souza Aranha possuía, portanto, seis propriedades, declaradas por meio de quatro registros.

2.9.2 As propriedades rurais de Maria Brandina de Souza Aranha e Álvaro Xavier de Camargo: o sítio São Bento e o sítio do Mato Dentro

Seu genro, Álvaro Xavier de Camargo e Silva, marido de Maria Brandina de Souza Aranha, casados em 1838, declarou duas propriedades nos RPT de Campinas, o sítio de São Bento (registro de número 345) e o sítio do Mato Dentro (registro de número 346). Já seu outro genro, Francisco Ignácio do Amaral Lapa, casado com Petronilha Egídio de Souza Aranha em 1849, declarou possuir um sítio igualmente nomeado como Mato Dentro (registro realizado sob número 124). Ao longo de sua vida, Francisco Egídio de Souza Aranha construiu um patrimônio constituído pelos latifúndios, administrados por três de seus filhos, José Egídio, Pedro Egídio e Antônio Egídio, de forma que a propriedade do Mato Dentro concentrou a produção de café, enquanto as demais destinaram-se ao plantio açucareiro (Ribeiro, 2015, p. 36).

Conforme analisado por Azevedo e Pereira (2017, p.18), há indícios de que as terras declaradas pelos genros de Francisco Egídio (Francisco Ignácio e Álvaro Xavier) eram provenientes originalmente do engenho do Mato Dentro. A justificar pelo nome das propriedades, que revelam situar-se junto ao bairro do Mato Dentro, além das confrontações com a propriedade de Francisco Egídio de Souza Aranha. Para o caso do sítio do Mato Dentro, registrado sob número 346, Álvaro Xavier de Camargo e Silva declarou em 1856, ser possuidor:

[...] de um sítio no termo desta cidade de Campinas com as seguintes divisas e confrontações: principia adiante de uma porteira que segue por um valo divisando com Francisco Ignacio do Amaral até a porteira do pasto e dessa pelo mesmo valo até o tanque e daí divisando com Vicente Borges de Almeida até a porteira e segue por um córrego a beira da capoeira e pelo córrego acima até o cafezal e daí pelo rumo até a divisa de José de Souza e segue este o cafezal do dito Souza até a divisa de Joaquim Quirino dos Santos aonde saí o rumo e por ele até o marco de uma peroba e segue pelo espigão divisando com mesmo Quirino até um espigãozinho aonde principia a divisa com o senhor Francisco Egídio de Souza Aranha e pelo espigão abaixo até o córrego atravessando o mesmo córrego defronte a um valo que divide o pasto com o mesmo valo até o córrego e por ele acima até a cabeceira e segue pelo lado esquerdo de uma barroca até o valo aonde principiou a divisa. Terá de extensão mais ou menos um quarto em quadra, pois não está medido e houve por arrematação em praça feita nesta cidade por falecimento de dona Maria Siqueira. Tem neste sítio casas de morada, pilões de socar café, pastos e plantações diversas (APESP, 1854, pp. 130v-131).

No mesmo dia, Álvaro Xavier Camargo e Silva e Maria Brandina de Souza Aranha declararam o sítio denominado São Bento, sob registro de número 345 (anterior ao sítio do Mato Dentro). Álvaro Xavier declarou ser senhor e possuidor de um sítio situado no termo da cidade de Campinas, na beira do rio Atibaia, que confrontava com Joaquim do Amaral, Joaquim Ferreira e com o senhor Sabino. Segundo a declaração, a propriedade possuía cerca de três quartos de légua, mais ou menos, pois não foi medida, e Álvaro Xavier Camargo e Silva comprou a propriedade da família Ferreira Penteado – de dona Alda Brandina de Camargo Andrade, Theodoro Leite Penteado, José de Barros Penteado e Antônio Joaquim Ferreira da Silva. Essa propriedade, pela descrição, não se situava no bairro do Mato Dentro, mas sim no bairro do Atibaia, possuindo o sítio, casas de morada, engenho, pastos e plantações diversas (APESP, 1854, p. 130v).

Tratava-se, da futura fazenda Brandina, denominada, segundo Pupo (1983, p. 184), como “fazenda Mato Dentro de Baixo”. Localizava-se em terras “destacadas” do engenho do Mato Dentro, sendo doadas por Maria Luzia de Souza Aranha e seu marido, Francisco Egídio de Souza Aranha, à filha Maria Brandina de Souza Aranha, provavelmente por dote mediante matrimônio com Álvaro Xavier Camargo e Silva (Pupo, 1983, p. 184). Com o casamento de Maria Brandina de Souza Aranha e Álvaro Xavier de Camargo e Silva, o latifúndio herdado de seu avô, Joaquim Aranha Barreto de Camargo, sofreu seu primeiro desmembramento (CONDEPACC, 1998, p. 11).

Embora a fazenda Brandina, propriedade de Álvaro Xavier Camargo e Silva e Maria Brandina de Souza Aranha, não fizesse divisa direta com a propriedade do Mato Dentro, de Francisco Egídio de Souza Aranha, suas confrontações coexistiam com as terras de Francisco Ignácio do Amaral Lapa, que até 1849 pertenceram a Francisco Egídio e Maria Luiza. Com isso, é possível imaginar que as terras doadas mediante dote concedido, em 1836, no casamento de Maria Brandina com Álvaro Xavier, deixaram de fazer divisas com a Mato Dentro de Francisco Egídio de Souza Aranha. A partir desse momento, a fazenda Brandina passou a confrontar seus limites com as terras de Petronilha Egídio de Souza Aranha e Francisco Ignácio do Amaral Lapa, conformando a fazenda Lapa (Azevedo; Pereira, 2017, p. 20). No que concerne à propriedade declarada por Francisco Ignácio do Amaral Lapa, de registro de número 124, era denominada nos RPT como “terras da fazenda do Mato Dentro” (APESP, 1855, p. 56v).

As terras de minha fazenda do Mato Dentro, donde me acho situado nos distritos desta cidade na qual se acha situada casa de morada e fabrica de café, e sua extensão regula-se em meia légua de comprido e um quarto de largo mais ou menos. Estas terras são de posse de segundo possuidor, e eu possuo por herança [...] suas confrontações são as seguintes: seguem da porteira do meu pasto por um valo divisando com terras, divisando com Francisco Ignácio do Amaral, e segue pelo valo mencionado até o fim

do pasto mencionado e daí sobre morro cima até ganhar o espigão divisando com terras do mesmo Amaral, e segue pelo espigão até ganhar a estrada do Atibaia e depois segue pela mesma estrada divisando com terras de José Francisco de Paula e Antônio Januário Pinto Ferraz até bater com terras de José de Souza Campos e daí desse por um rumo divisando com terras do mesmo Souza até ganhar um outro rumo e depois segue pelo rumo em diante divisando com terras de Álvaro Xavier de Camargo e Silva até bater no primeiro córrego e depois segue pelo córrego em diante até bater no centro do pasto de Álvaro, e daí segue por um valo divisando com terras do mesmo Álvaro, até bater no meu tanque, e daí segue até bater na porteira já mencionada. Confinando com Francisco Ignácio do Amaral, confinando com José Francisco de Paula, confinando com Antônio Januário Pinto Ferraz, confinando com falecido Antônio Bueno, confinando com o falecido Antônio de Souza Campos, confinando com José de Souza Campos, confinando com Álvaro Xavier de Camargo e Silva (APESP, 1854, pp. 58-58v).

2.9.3 A propriedade rural de Petronilha Egídio de Souza Aranha: terras “destacadas” do engenho do Mato Dentro

As terras registradas, em 1855, por Francisco Ignácio do Amaral fazem parte da propriedade denominada fazenda Lapa. Tal como o caso da fazenda Brandina, a fazenda Lapa se desmembrou das terras oriundas do engenho do Mato Dentro (Condepacc, 1998, p. 11).

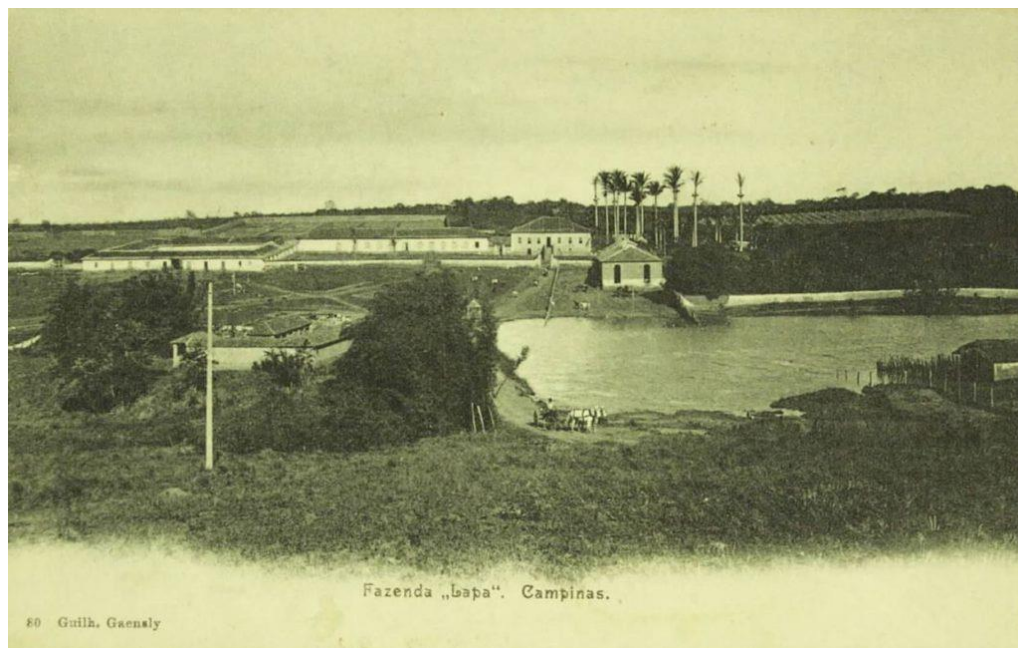


Figura 30. Fotografia do complexo da fazenda Lapa, 1902 ou 1903. Fonte: CMU, Coleção Cartões Postais de Antônio Miranda. Disponível em: <https://encurtador.com.br/myDJ5>. Acesso em jan.2024.

As terras “destacadas” do engenho do Mato Dentro, de Maria Luzia de Francisco Egídio, foram doadas à filha, Petronilha Egídio de Souza Amaral, e a Francisco Ignácio do Amaral (tal como declarada por herança), onde fundaram a fazenda Lapa, com culturas de café (Pupo, 1983, p. 182).

As terras do sítio do Mato Dentro pertencem a Francisco Ignácio do Amaral, e se acham situadas dentro dos limites desta cidade de Campinas [...] tem casas de morada, lavoura de café, pastos, com as confrontações seguintes: seguindo da porteira da estrada que vai para Atibaia por um valo acima e no fim dele pela estrada velha até o espigão dividindo com Francisco Egídio de Souza Aranha, e pelo espigão em diante até a estrada da mesma Atibaia divisando com os herdeiros de Joaquim de Almeida Leme, e virando a mesma estrada para outro lado, seguindo o mesmo espigão, vai divisando com José Joaquim de Oliveira Fernandes até chegar nas terras do sítio chamado do Marcelino, pertencente ao mesmo Egídio, e por desse divisando com o mesmo até um portão que vai para o mesmo sitio, daí em diante por um valo divisando com o ajudante Álvaro Xavier até chegar no tanque de Vicente Borges, subindo o Tanque até chegar em um espigão que por ele acima, divisando com José Francisco de Paula e Francisco Egídio até na porteira onde principiou a divisa (APESP, 1854, p. 58).

2.9.4 A propriedade rural de Joaquim Egídio de Souza Aranha: a fazenda Alegre

Joaquim Egídio de Souza Aranha, o filho primogênito de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha, declarou, em 1855, possuir terras em Campinas, sendo a fazenda Alegre²⁸²:

As terras da fazenda Alegre pertencente a Joaquim Egídio de Souza Aranha, acham-se situadas no distrito desta cidade nas quais se acham situadas casas de morada e fabricas de café e sua extensão regula-se em quarto e meio de comprido e quinhentas braças de largo, mais ou menos. Estas terras foram de posse e foram arrematadas em hasta pública por Antônio Pio Corrêa Bittencourt, de quem comprei possuindo o dito Bittencourt escritura pública que se acha no cartório desta cidade, e suas confrontações são as seguintes: o sítio fazenda Alegre começa a esquerda da estrada de São Paulo em uma barroca e segue por uma carreira de palmeiras, divisando com terras da fazenda Tapera até cair em um córrego subindo pelo córrego acima até o valo que divide os pastos desta fazenda com os da Tapera e segue o mesmo valo até encontrar uma cerca de guarantã e seguindo por esta até encontrar um

²⁸² Essa fazenda, segundo Pupo (1983, p. 203), corresponde à fazenda Vista Alegre, mais tarde nomeada como Serra d'Água.

valo que desce para um tanque e do tanque segue o rumo beirando o cafezal até sair na estrada de São Paulo e atravessando essa faz quadra e segue divisando com terras de dona Thereza beirando o café plantado até o córrego serra da água e atravessando este segue pelo valo de dona Thereza até uma barroca, e daí segue pela mesma barroca acima até um jequitibá e deste segue beirando o cafezal de Antônio Pompeu de Camargo e sair no caminho da fazenda de dona Thereza Pompeu e seguindo pelo caminho acima até sair no cafezal e daí segue a esquerda beirando o cafezal e a capoeira pertencente a mesma senhora dona Thereza até sair em um carreador que serve de divisa entre essa fazenda e a de Felisberto Rodrigues de Souza, seguindo o dito carreador até sair na estrada geral de São Paulo seguindo por essa até a barroca onde começou a divisa como acima se vê (APESP, 1854, pp. 71-71v).

Segundo Cardoso de Mello (1985, p. 134), a respeito de Joaquim Egídio de Souza Aranha “sobejam” informações, que serão discutidas à frente deste trabalho.

2.9.5 A sociedade Joaquim Policarpo Aranha & Irmão: o engenho do Atibaia, o sítio do Jaguari, a fazenda Pau d'Alho, a fazenda Santa Thereza e a fazenda Ribeirão

Em relação ao engenho do Atibaia, adquirido por José Francisco Aranha Barreto de Camargo entre 1816 e 1817, a propriedade é declarada, em 1855, como posse de Joaquim Policarpo Aranha e seu irmão Manoel Carlos Aranha:

Nós, abaixo assinados, somos senhores e possuidores das terras seguintes no município de Campinas: um sítio de terras lavradas no bairro do Atibaia, com meia légua de largo e três quartos de comprido, mais ou menos. Principiando suas divisas no tanquinho do caminho que vai para a cidade procurando uma tira de paus altos dar no Benedito de Cerqueira Leite, e pelo córrego acima até dar no rumo, e seguindo pelo rumo até o espigão que verte para o Rio Atibaia, até aí divisando com terras de Bom Jardim pertencente a Vicente de Souza Queiroz, e do espigão segue até bater no rio Atibaia, divisando com terras de Joaquim José dos Santos, passa o rio para outro lado segue rio acima até um pau de coqueiro areado, que está na beira do rio aonde existe um rumo aberto e seguindo por este rumo que passar na beira de nosso cafezal até dar no espigão que está em cachoeira alta, este rumo terá mais ou menos légua, e seguindo pelo espigão até onde verte para o rio Jaguari, até aí divisando com o dito Santos e de aí em diante seguindo a esquerda pelo espigão que vai dar no espigão do barro com fundo e seguindo pelo espigão do barro com fundo até sair no caminho que vem de nosso sítio do Jaguari até aí divisando com terras de dona Maria Francisca Barbosa Aranha, e atravessando o caminho pelo mesmo espigão, divisando com o cafezal de Américo Ferreira de Camargo até dar no espigão que vem sair no nosso cafezal do Macuco e por este divisando com dona Delfina Penteado de Camargo até no rumo que vem da beira do rio Atibaia, cujo rumo principia cem braças abaixo de uma Itupeva, e passando o rio para o outro lado procurando o córrego que divide nossos pastos com as terras da mesma, e seguindo pelo córrego acima até dar no rumo que tem umas casinhas e seguindo por este rumo até bater na cerca do pasto que foi de Elias Cardoso de dali até o córrego, até aí divisando com a mesma dona Delfina, e seguindo pelo córrego acima até o tanquinho aonde principiou. **Este sítio se comprou de várias partes e obtivemos por herança. Joaquim Policarpo Aranha & Irmão** (APESP, 1854, pp. 75v-76 - grifo da autora).

Essa propriedade situava-se no bairro do Atibaia e, em 1851, superou oito mil arrobas de açúcar e três mil arrobas de café produzidos (Pupo, 1983, p. 166). Em 1818, o engenho do Atibaia havia sido declarado por José Francisco Aranha Barreto de Camargo com 750 braças de testada e 1.500 braças de sertão, equivalendo

grosseiramente a 225 alqueires.²⁸³ Ainda que as medidas descritas nos registros (de 1818 e 1854) não sejam precisas, em 1855 a propriedade foi declarada com meia légua de largo por três quartos de légua de comprimento, equivalendo a cerca de 675 alqueires.²⁸⁴ Conforme declarado no RPT, a propriedade havia sido adquirida por compras diversas: o aumento do latifúndio, com o passar dos anos, se deveu às compras de terras contíguas ao engenho do Atibaia, a contar por partes do engenho do Pau d'Alho e de parte de terras do engenho de São João do Atibaia (Pupo, 1893; APESP, 1854). Anterior ao registro do engenho do Atibaia, foi declarado, em 1855, o sítio do Jaguari, propriedade de Joaquim Policarpo Aranha em sociedade com o seu irmão Manoel Carlos Aranha:

Nós, abaixo assinados, somos senhores e possuidores das terras seguintes, no município da cidade de Campinas: um sítio de terras lavradas no bairro do Jaguari com meia légua em quadra mais ou menos, principiando suas divisas do rio Jaguari por um valo que divide com Francisco de Paula Moraes, cujo valo se acha em frente da casa do mesmo, seguindo pelo valo acima até onde faz canto, e do canto, parte cem braças em linha, fazendo ângulo reto, em direção ao caminho do cultivado do sítio do dito Moraes e aonde der as cem braças faz quadra e segue em rumo, procurando dar em umas pedras grandes, e nessas pedras fará uma quadra de cem braças, seguindo as direitas por uns pés de coqueiros plantados até dar no espigão, até esse pasto que divide com as terras de dona Úrsula Franco de Andrade, e pelo nosso cafezal até dar no mesmo espigão, e pelo espigão seguirá divisando com a mesma até dar nas terras de Américo Ferreira de Camargo que pelo mesmo espigão seguirá até sair no caminho que segue para a cidade e pelo caminho volta divisando pelo lado direito com as terras de dona Maria Francisca Barbosa Aranha até o canto do valo que divide os pastos da mesma, e do canto do valo segue pelo espigão divisando com terras dos órfãos do falecido Henrique de Pontes até dar em uma covinha que está ao pé do mato alto em distância mais ou menos de duzentas braças e desse ponto seguirá em linha reta por umas covinhas já feitas por divisão até dar em um córrego que terá mais ou menos novecentas braças e aí faz quadra e segue em rumo até dar no espigão aonde está o cafezal de dona Maria Francisca Barbosa Aranha e pelo espigão abaixo até o mato divisando com o café da mesma e do mato adiante divisando com as terras de João Pires Baptista até dar no rumo que divide com terras de João Antônio Pereira, e pelo rumo abaixo até bater no barreiro das capivaras, cujo rumo passa no pé da cerca do pasto do mesmo Pereira, e vai até o rio, e pelo rio abaixo até bater onde principiou. Este sítio se acha em quinto possuidor e foi por nós comprado, do qual se possui escritura pública e

²⁸³ Adotaram-se os parâmetros do Sistema Internacional de Unidades de Medida, em que uma braça corresponde a 1,82 metros lineares.

²⁸⁴ Adotaram-se, igualmente, os parâmetros do Sistema Internacional de Unidades de Medida, em uma légua de sesmaria correspondia a 6.000 metros lineares.

se acha lançada nas notas do escrivão Joaquim Roberto Alves nesta cidade (APESP, 1854, reg. nº 170, pp. 75v-76 - grifo da autora).

O sítio do Jaguari era vizinho à propriedade do Atibaia e ambos eram administrados através da sociedade estabelecida entre Manoel Carlos Aranha e Joaquim Policarpo Aranha. Conforme já explanado, Manoel Carlos Aranha foi casado em primeiras núpcias com sua prima de segundo grau, Ana Thereza de Souza Aranha, que faleceu em 1865. Na ausência de testamento deixado em vida, os bens de Anna Thereza foram inventariados e seu marido e viúvo, Manoel Carlos Aranha, foi nomeado como inventariante (CMU, 1865, p. 01). Em função da sociedade estabelecida entre os irmãos, ao longo do inventário de Anna Thereza, todos os bens foram descritos como forma de esclarecer as partilhas realizadas aos herdeiros:

Diz Manoel Carlos Aranha, d'este termo de Campinas, que tendo falecido sua mulher, D. Anna Thereza de Souza Aranha e tendo deixado filhos menores, precisa ele suplicante fazer inventário neste juízo a fim de serem partilhados pelos herdeiros [...] tendo porém o Suplicante, sociedade com todos os bens com seu irmão Joaquim Policarpo Aranha de tal onde que não ambos proprietários de todos os bens moveis e imóveis, e faz-se necessário determinar a parte que pertence a cada um dos proprietários para depois extrair-se da parte pertencente ao suplicante, a meação de sua finada mulher e fazer partilha entre os herdeiros [...] (CMU, 1865, p. 02).

Em 1865, a fazenda Jaguari pertencia à sociedade, possuindo diversos animais, 108 escravizados e quatorze mil quatrocentos e cinquenta pés de cafés avaliados por 5:780\$000 – cinco contos setecentos e oitenta mil réis (CMU, 1865, pp.09-18v). A fazenda possuía todo o aparato necessário à produção rural, como tachos de ferros, fornos de ferro, caldeiras e caldeirinhas, “duas panelas para cozinha para os escravos”, balança de ferro, 80 arados²⁸ foices, 14 machados, quatro pás de ferro, alavancas de ferro, tesoura de ferreiro, bigorna e formão de carpinteiro, três carros bem ferrados com caixão para conduzir café, uma carroça já usada para levar as sacas da roça, quatro cargas de guias arreadas e duas cargas de caixa (CMU, 1865, pp. 07-08).

A observar pela descrição do mobiliário atribuído à sede desse latifúndio, tratava-se de um exemplar mais simples, destinado, possivelmente, à administração da fazenda: uma marquesa velha forrada de palhinha, uma mesa ordinária e velha, uma outra marquesa de madeira e quebrada, uma mesa de jantar ordinária, seis catres ordinários, um catre feito com tábuas corridas, um armário velho e dois bancos (CMU, 1865, p. 07v).

Na mesma medida, a fazenda Atibaia, herdada por Joaquim e Manoel, era parte do patrimônio da sociedade entre os irmãos, contando, em 1865, com a casa de sobrado para morada, senzalas para os escravizados, moinho, engenho de serrar, pilões, dois monjolos tocados por água, pastos fechados com cerca de pau-a-pique, rancho para tropa, chiqueiro, estrebarias, além de 222 mil pés de café formados e de diferentes idades, avaliados por 90:000\$000 – noventa contos de réis (CMU, 1865, pp. 40-40v). A propriedade contava com uma vasta quantidade de gados, novilhos, bestas de carga, 21 porcos gordos e 54 porcos de criar e nove carneiros (CMU, 1865, pp. 24-39v). Ademais, 229 escravizados trabalhavam nas lavouras de café e garantiam o funcionamento do latifúndio (CMU, 1865, pp. 25-39v). Em relação aos objetos em prata, cobre e ferro, foram avaliados: um faqueiro, além de outros talheres diversos, bandejas, jarros e bacias, copos, castiçais diversos, tachos, chaleiras, caçarolas, caldeirões, alambique, rolos de ferro, quatro carros com caixão para levar café, sendo todos forrados, dois carretões de carga, um carretão ordinário, doze carrocinhas com caixas de ferro, uma carroça de levar, duas mesas de carro, selins, silhões e arreios, uma espingarda nova com a baioneta, porções de ferramentas incluindo machados e trastes, e ferramentas de sapateiro, além de 98 enxadões, dez foices e seis machados (CMU, 1865, pp. 19v-25). A descrição sobre as confrontações da propriedade, em 1865, seguiu os mesmos referenciais já declarados em 1855, nos RPT:

O sítio do Atibaia onde mora o sócio Joaquim Policarpo Aranha cujas terras divisam com Delfina de Camargo Penteadado começando na beira do Rio Atibaia até o espigão do macuco, seguindo sempre pelo mesmo espigão até confrontar com Américo Ferreira de Camargo e seguindo ainda o mesmo espigão com Dona Maria Francisca Aranha até encontrar divisando com os herdeiros Joaquim José dos Santos descendo o Rio Atibaia e logo pelo rumo do sitio acima do dito Santo, isto em algum lugar chegando no rio Atibaia e segue até encontrar com as terras de Bom Jardim pertencentes do terreno de planta de milho e descendo pelo mesmo córrego divisando com o sitio do Pau d’Alho e descendo pelo mesmo córrego até o pasto onde faz o córrego e segue por este com Dona Delfina até uma barra com o Rio Atibaia (CMU, 1865, pp. 40-40v - grifo da autora).

As “móbilias e trastes” indicavam que a sede senhorial era completa para a vivência da família de Joaquim Policarpo Aranha, possuindo, dessa forma: uma cômoda velha, três marquês forradas de tábuas, um armário ordinário, uma mesinha baixa com duas gavetas, um caixão para guardar trastes, seis cadeiras brancas americanas, uma mesa de jantar grande e ordinária e uma pequena, 16 cadeiras de assento de palhinha, quatro cadeiras mais velhas, dois baús novos com chave, duas camas de

armação, quatro catres singelos, dois catres forrados com tábuas, um sofá de palhinha, uma mesa usada com gavetas, um aparador e um armário velho e estragado (CMU, 1865, pp. 21v-23).

A fazenda Pau d'Alho, em 1865, compunha uma porção do patrimônio fundiário da sociedade entre os irmãos Joaquim e Manoel. Segundo Pupo (1983, p. 186), esse latifúndio fez parte da sesmaria de Antônio de Cerqueira César, que sofreu desmembramentos, dando origens às fazendas Pau d'Alho, Santa Cândida e Anhumas.²⁸⁵ Em 1855, as terras do "sítio denominado Pau d'Alho" foram registradas como propriedade de Antônio Benedito de Cerqueira César, com terras de cultura e benfeitorias, casa de morada, paiol, fábrica de açúcar, engenho de serra, pilões, moinho, tudo tocado por água, plantações de café, pastos cercados, parte com valos e parte por cerca de pau-a-pique, possuindo, em sua maior largura, 750 braças e em seu maior comprimento légua em quarto, mais ou menos (APESP, 1854, nº209, p. 90v). A propriedade foi declarada com os seguintes limites:

[...] principia na cabeceira do córrego da onça e segue rumo a leste e oeste até a estrada que vai para Goiás e seguindo por ela até o fim de um pasto onde tem um cipó de araruba, e deste cipó segue divisando sempre com terras de Vicente de Souza Queiroz a rumo de Oeste até o córrego que serve de divisa das terras do engenho Santa Genebra pertencente ao Marquês de Valença, descendo pelos cultivados do desembargador Albino José Barbosa de Oliveira e desta vertente segue divisando com terras do dito desembargador por uma carreira da bananeiras até sair no pasto do sítio, servindo depois da divisa uma cerca de garantãs que vai findar no ribeirão das Anhumas, e subindo por este ribeirão vai até outra cerca também de garantãs e depois por um valo divisando com terras do referido desembargador, e quando finda as terras deste segue divisando com as do engenho da Ponte Alta, por um rumo aberto até um longo caminho que ia para o sitio chamado Poço Grande e seguindo o caminho vai até o córrego denominado barreiro alto desde por ele abaixo até um pouco acima de sua barra com córrego que dá em quadra ao sitio de Santa Maria e **deste ponto segue a rumo direito para o sertão divisando com terras de Joaquim**

²⁸⁵ A história da fazenda Pau d'Alho remonta à divisão de terras de Pedro José Batista, de Antônio Bicudo e de Ana Teles Moreira, sesmaria sobre a qual Antônio de Cerqueira César adquiriu direitos de posse em 1788, fundando seu engenho na estrada de Goiás, então chamada Estrada de Anhumas (atual Campinas-Mogi Mirim). Falecido em 1822, deixou a sesmaria para seu filho, o tenente Antônio Benedito de Cerqueira César, que, casado com a escrava Maria Zelina da Conceição, teve dez filhos. Falecido em 1861, sua esposa e viúva vendeu o engenho ao parente Manoel Leite de Barros, cuja esposa, Cândida da Rocha Ferraz, após enviudar, dividiu as terras do engenho, dando origem a três fazendas: Anhumas, Pau d'Alho e Santa Cândida, sendo comprada pelos irmãos Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha (adaptado de MENDONÇA, 2010, p. 15).

Policarpo Aranha & Irmão até o córrego da onça já mencionado onde principiou as confrontações (APESP, 1854, pp. 90v-91 - grifo da autora).

Em 1865, a fazenda foi incorporada ao espólio de Anna Thereza de Souza Aranha, o que, portanto, indicava que Manoel Carlos Aranha e Joaquim Policarpo Aranha a compraram de Antônio Benedito de Cerqueira César. A proximidade geográfica das terras em relação às fazendas Atibaia e Jaguari, provavelmente, foi um fator determinante na compra desse latifúndio. Enquanto as propriedades do Jaguari e do Atibaia denotavam a herança obtida, a fazenda Pau d'Alho já demonstrava o olhar à expansão cafeeira.

O agenciamento cafeeiro trouxe um novo partido para esse tipo de instalação rural, ao voltar a sede, os edifícios para beneficiamento do café (casa de máquinas e tulhas), os edifícios de apoio e a senzala para o terreiro de café, que se situava no núcleo central (Mendonça, 2010, p. 124). Tratava-se de uma tipologia de fazenda que começava a se consolidar, em substituição daquele modelo perpetuado pelo engenho de cana-de-açúcar. O complexo por trás das fazendas cafeeiras revelava a intensificação das relações comerciais, os novos costumes, o perfil mercantilista e atestava a condição do administrador e da família proprietária. A fazenda de café se tornou, a partir dessas mudanças, um empreendimento complexo e competitivo, devido à instalação de inúmeros edifícios necessários à produção cafeeira (Amoroso, 2009, p. 38). O fato de a cidade de Campinas possuir oficinas de reparo e montagens de máquinas e, sobretudo, fábricas de implementos agrícolas, favoreceu enormemente a modernização, a eficiência e o barateamento da produção cafeeira (Silva, 2006, p. 104). Sob essa ótica, a fazenda contava com animais como porcos, gado, carneiros, bestas e cavalos, vacas, além de 167 escravizados e armas, como uma espingarda grande de dois canos, uma espingarda curta de dois canos, um jogo de revólver de seis tiros e quatro pistolas, sendo uma de dois canos, e um sino (CMU, 1865, pp. 45-55v).

Itens pessoais foram avaliados como: um relógio de ouro com patente suíça, joias como pulseiras, adereços de pescoço, broches, um alfinete para senhora com uma figa de pedra, abotoaduras em ouro, correntes para relógio, um par de brincos antigos de ouro, uma figa grande de coral feita com parte em ouro, além de uma medalha cravejada em pedrinhas pequenas. A prataria compreendia copos, um funil velho, um conjunto de salvas de vários tamanhos, faqueiros e castiçais. Peças em cobre faziam parte do acervo avaliado, como sete panelas novas, um tacho de cobre grande, dois tachos usados, um tacho pequeno, bacia, caldeiras, um alambique grande, dez caçarolas com tampas de cobre e cinco caçarolas pequenas com tampo, duas caldeiras grandes, dois caldeirões pequenos, duas chaleiras, três assadeiras redondas e duas assadeiras estanhadas, três panelas grandes para a casinha dos escravizados (CMU, 1865, pp. 40v-

44v). Segundo Mendonça (2010, p. 15), a fazenda – quando adquirida pelos irmãos – sofreu mudanças, tendo sido promovidos “ares mais sofisticados à sede da propriedade, alinhavados pelas mãos de um recém-chegado engenheiro arquiteto, o jovem Francisco de Paula Ramos de Azevedo”. Em 1885, possuía 300 mil pés de cafés, máquina de beneficiamento acionada à água, terreiros atijolados (Pupo, 1983, p. 186).

Em meio ao inventário, imóveis situados na cidade de Campinas são igualmente descritos e avaliados junto ao espólio de Anna Thereza. Esses imóveis urbanos serão discutidos mais à frente nesta pesquisa. Além disso, outras duas fazendas faziam parte do patrimônio inventariado por Manoel Carlos Aranha, viúvo, em 1865, e que “[...] tendo concluído as avaliações dos bens nesta cidade de Campinas [...]” requereu que fossem “[...] avaliados os bens que existiam nos respectivos termos [...]” de Amparo e Mogi- Mirim. A fazenda Santa Thereza, situada no termo da cidade Amparo, pertencente à inventariada por herança, confrontava com “Antônio Manoel Antônio Manoel Proença, com a viúva Anna Franco. da Cunha, e com Joaquim José de Siqueira conhecido amigavelmente por Joaquim Soares, avaliada com suas casas de morada e mais benfeitorias” avaliada por 50:000\$000 – cinquenta contos de réis (CMU, 1865, p. 73v). A fazenda Ribeirão, situada no termo de Mogi-Mirim, avaliada com animais, plantações, uma casa de morada por 500\$000 (quinhentos mil réis) e a fazenda toda por 5:000\$000 - cinco contos de réis (CMU, 1865, pp. 74v-75).

Ao fim das avaliações do inventário da finada Anna Thereza de Souza Aranha, foi realizado o auto de partilha do inventário, sendo que todos os bens passaram a pertencer à sociedade “Joaquim Policarpo & Irmão”:

Dizem Manoel Carlos Aranha e Joaquim Policarpo Aranha, o 1º inventariante dos bens deixados por sua finada mulher Dona Anna Theresa de Souza Aranha e o 2º como sócio da casa, cuja firma é Joaquim Policarpo Aranha & Irmão, que tendo sido avaliados todos os bens pertencente a dita sociedade afim de separar-se, agora pertence ao 1º superior e daí a ser feita a partilha entre elas e serem feitos visto, que a parte que pertence ao 2º superior não pode ser demarcada e englobada no respectivo inventário, que eles superiores tem combinado entre si, que a separação seja feita pela forma seguinte (CMU, 1865, p. 81).

Assim a separação dos bens ocorreu sob os seguintes critérios:

Que fique pertencendo ao 1º superior (Manoel Carlos Aranha) a fazenda do Jaguari com tudo nela existente, terras, benfeitorias, cafezais, escravos, todos os moveis. A fazenda denominada Pau d’Alho com tudo existente, terras, benfeitorias, cafezais, escravos, e todos o moveis e semoventes [...] A conferência da partilha será feita por José Francisco Barbosa Aranha- que fica pertencendo ao sócio 2º superior (Joaquim

Policarpo Aranha) os bens seguintes: A fazenda denominada Atibaia com tudo nela existente – terras, benfeitorias, cafezais, escravos, os móveis, semoventes. A fazenda denominada Santa Thereza – existente no município de Amparo com tudo que nela contém. A fazenda denominada Ribeirão sita no termo de Mogi Mirim com todo o gado, e o que mais nela contém [...] declaram ainda que os ouros, brilhantes, e joias ficam pertencendo a cada um aquele que lhes pertencem como consta os autos [...] (CMU, 1865, pp. 81v-82).

A partir da partilha dos bens inventariados, as fazendas Jaguari e Pau d'Alho passaram a ser propriedade apenas de Manoel Carlos Aranha, enquanto as fazendas Atibaia, Santa Thereza (situada no termo da cidade de Amparo) e Mogi-Mirim (situada no termo da cidade de Mogi-Mirim) passaram a integrar o patrimônio de Joaquim Policarpo Aranha.²⁸⁶ Frisa-se que a sociedade estreitava a divisão dos lucros a partir da produção dos latifúndios, contudo a terra e as benfeitorias, bem como o valor agregado, foram divididas entre os irmãos. Em 1855, Joaquim Policarpo Aranha e seu irmão, Manoel Carlos Aranha, possuíam duas propriedades, enquanto em 1865 o número de latifúndios pertencentes à sociedade era de cinco.

2.9.5 As propriedades rurais de Maria Francisca Barbosa Aranha e Joaquim Paulino Barbosa Aranha: o sítio do Bom Retiro

Em 1856, a propriedade pertencente à dona Maria Francisca Barbosa Aranha e a seus filhos denominava-se sítio Bom Retiro, com casa de morada, com fábrica de socar café, moinho, tudo tocado por animais, terras de cultura, pastos, obtido parte por meação e parte por compra do seu finado marido, Antônio Barbosa Aranha (APESP, 1854, p. 105). Conforme declaração, os limites eram os seguintes:

[...] do caminho que segue desta cidade para a fazenda do Jaguari pertencente a Manoel Carlos Aranha & Irmão em um espigão onde divisa com os referidos Aranhas, segue pelo lado direito, pelo mesmo espigão até terras de João Pires Baptista, divisando até então com os supraditos Aranhas, Joaquim José dos Santos, Bento José dos Santos, cuja extensão é de meia légua mais ou menos, de então fazendo linha curva até encontrar com terras pertencentes a esta proprietária e parte pertencentes aos herdeiros do falecido Henrique de Pontes Pereira Dias, divisando até então com o referido João Pires Baptista e os referidos

²⁸⁶ Em consulta à coleção denominada pelo APESP como Registros Paroquiais de Terras de São Paulo para a cidade de Amparo, há um registro, sob número 8, de uma chácara de José Gomes Babosa situada no bairro dos Pires, propriedade comprada de Manoel Aranha de Campos. Fonte: Nicodemo, 2022, p. 10. Disponível em: <https://bit.ly/3RXVaoL>. Acesso em set. 2023.

Aranhas, sua extensão é de um quarto de légua mais ou menos; e de então segue fazendo quadra em linha reta até sair na estrada divisando com os supraditos herdeiros do falecido Henrique, não demonstrando sua extensão pois se acha indiviso (APESP, 1854, p. 105).

Ao que tudo indica, a fazenda Recreio foi constituída a partir de um desmembramento da fazenda Bom Retiro, parte do espólio de Maria Francisca Barbosa Aranha, mãe de Joaquim Paulino Barbosa Aranha. Segundo Pupo (1983, p. 189), a fazenda Recreio teve sua sede construída por Joaquim Paulino Barbosa Aranha.



Figura 31. Alpendre de entrada para acesso à sede da fazenda Recreio (sem ano). Fonte: Pupo, 1983, p. 177.

Em 1887, no inventário de Maria Francisca Barbosa Aranha²⁸⁷ foi contratado um:

[...] engenheiro agrimensor legalmente habilitado que tirou toda a planta da fazenda “Bom Retiro”, pertencente a herança de D. Maria Francisca Barbosa Aranha, tendo verificado tudo quanto passa a descrever nesta memória narrativa, como para completar ou esclarecer, a descrição representativa junta, desenhada na escala de um para cinco mil: Divisas: principiam na valeta de limite das terras de Antônio Américo de Camargo Andrade, **confinando com terras da fazenda Atibaia, pertencentes ao barão de Itapura (Joaquim Policarpo Aranha)**, seguem pela diretriz da carreada até pela linha média entre o encontro superior das encostas onde verifica-se a separação das águas, que correm em sentidos opostos, para cavidades e terrenos diversos indo até o rio Atibaia ao que correm por terras do mesmo barão e ao Jaguari, as que correm por terras da fazenda Bom Retiro, continuando

²⁸⁷ CMU, 1887.

por diretrizes das caminhadas, seguem para a esquerda até encontrarem as divisas da fazenda São José – confinando com a fazenda ora pertencente a herança do barão de Paranapanema, **com outra dos herdeiros de Martim Egídio de Souza Aranha**, com a fazenda da d. senhorinha Francisca dos Santos Camargo, com outra, d. Antônia Francisca Barbosa do Prado e com o sítio de Jesuíno Leite da Costa. Passando a confinar com a fazenda São José, seguem as divisas, beirando seus cultivados, descendo até o canto do capoeirão, antes de chegarem ao córrego. Desse canto, seguem em reta, de 873 metros, com azimute magnético de 71°NO, **até a curva e encruzilhada do carreador, que demarca o limite das terras da fazenda Recreio, havidas por efeito da divisão judiciária de 1883.** Sobem pela carreada, que se aproxima do carreador até a planta, doravante assinalado por um marco de pedra, de onde descem em reta de 1300 metros o rumo magnético de 8°NE, e deste outro marco de pedra, junto a uma paineira encontrada abatida. Quebram a esquerda por outra reta de 2150 metros e azimute magnético de 81°NO, até a estrada entre os rios Jaguari e Atibaia onde terminam com aquelas terras. Seguem pela estrada e pera a **esquerda confinando com terras do dr. Carlos Noberto de Souza Aranha & Irmãos** até o canto do valo, do pasto, da fazenda e do cafezal, pertencente do confinante Antônio Américo de Camargo Andrade, pelo qual valo seguem a distância de 150 metros determinada por outro canto do mesmo cafezal, onde quebram a direita pelo rumo magnético 30°45'' SO, medindo 1040 metros até uma valeta e desce para a direita em reta de 35 metros até a cumeada e a valeta, onde principiaram e terminam as divisas. A superfície da propriedade compreendia 807 alqueires e sete ares, ou 333,5 alqueires da medida vulgar antiga que é de 500 braças de quadradas, sendo que a fazenda Recreio possui parte dessas terras com divisas demarcadas, na extensão de 125 alqueires, e 84 ares, com 52 alqueires; e a fazenda Palmeiras outra parte também delimitada contendo 102 hectares e 86 ares ou 42,5 alqueires. As terras, atualmente pertencentes a fazenda Bom Retiro, com exclusão das duas referidas porções medem 578 hectares 38 ares ou 239 alqueires, com a classificação segundo o plano figurativo junto medindo 87 hectares e 12 ares ou 36 alqueires cobertas de matas virgens, hectares e 118 ares ou 144 alqueires ocupados pelos cafezais, 111 hectares, 92 ares e 50 centiares, para parte de tanques, terreiros, situação dos edifícios, jardins, pomares e mais benfeitorias e 30 hectares, 85 ares e 50 centiares de terrenos descultivados e sujeitos a geada pelas barrocas e beiras de córrego servindo de cultura de pequena lavoura. Os cafezais segundo informações fornecidas pelo mesmo abaixo assinado pela administração da fazenda, são considerados separadamente sob a denominação de cafezais antigos, já existentes antes da sociedade e cafezais plantados pela sociedade [...] (CMU, 1887, pp. 65-69 - grifo da autora).

A fazenda Recreio foi passada ao genro de Joaquim Paulino Barbosa Aranha, José Francisco Barbosa Aranha, filho de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza

Aranha, casado com sua prima de segundo grau, Luiza Barbosa Aranha (filha de Joaquim Paulino Barbosa Aranha), era administrador da fazenda Bom Retiro e passou a ser proprietário da fazenda Recreio, ambos latifúndios que faziam parte espólio de seus pais (Pupo, 1983, p. 172).



Figura 32. Sede da fazenda Recreio, que pertenceu a Joaquim Paulino Barbosa Aranha, 2016. Fonte: Acervo da autora.

3 ENTRE TÍTULOS E NEGÓCIOS: as estratégias capitalistas da família Souza Aranha e suas implicações no agenciamento urbano a partir da década de 1870

3.1 Por um tabelião, um barão. Por um ofício de justiça, um título de nobreza: a nobiliarquia como estratégia

A abolição do tráfico, a Lei de Terras e a reforma da Guarda Nacional eram medidas claramente vinculadas entre si: a Lei de Terras tinha como propósito extremar a propriedade particular daquela considerada devoluta, enquanto a centralização da Guarda foi uma forma de estreitar os interesses entre Estado e elite, buscando fortalecer a posição do governo perante os proprietários fundiários. Um dos indicadores desta iniciativa de cooptação dos fazendeiros se encontrava na distribuição de títulos nobiliárquicos (Carvalho, 1939, pp. 18-19).

Eram títulos tradicionalmente reservados aos grandes proprietários rurais, particularmente para aqueles que se distinguiam por seu poder e riqueza, mas não por sua projeção na vida política, isto é, por seu pertencimento à elite política. Para os proprietários que ingressavam na elite política, assim como os altos burocratas, eram reservados títulos mais elevados. O baronato foi a marca registrada dos grandes cafeicultores da região do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (Carvalho, 1939, pp. 20). Segundo Costa (2017, p. 147), obter um título ou uma honra militar e imperial fazia parte dos componentes que os integravam à “nobreza da terra” e, desta forma, a nobilitação, além da fortuna, era pré-condição. A aquisição de títulos se colocava, na segunda metade do século XIX, como um elemento primordial para a conquista de importância social. O quesito fortuna foi incorporado pela nobilitação porque, salvo as exceções por mérito, para se obter titulação era necessário um bom cabedal.

O segundo Império estabeleceu políticas de maior vicissitude na relação do Estado com as elites senhoriais locais, o que reflete nas concessões nobiliárquicas, por exemplo. Para tanto, a distribuição dos títulos de hierarquia nobiliárquica variou amplamente ao longo do século XIX. A política de Dom Pedro II possuía uma postura de maior “nacionalização” da monarquia, sobretudo no que se refere aos títulos de baronato conferidos aos grandes proprietários rurais, distintos por seu poder, riqueza e pelo patrimônio acumulado em função da lavoura, e não exclusivamente por projeção política. Em outras palavras, confere-se maior reconhecimento àqueles que conseguiram

expandir suas riquezas, contando com recursos próprios e que não ingressam nesse grupo da elite pelo nascimento.²⁸⁸

Os Leite Ribeiro de Vassouras, por exemplo, tinham, em uma mesma família, oito barões e dois viscondes; os Werneck tinham cinco barões; e os Avelar, seis barões e três viscondes (Carvalho, 2006, p. 238). Eram, em suma, fazendeiros que se distinguiram pelos capitais acumulados em decorrência da produção das lavouras e não apenas pela projeção de cargos políticos. Era conferido maior reconhecimento àqueles que conseguiram expandir suas riquezas por seus recursos próprios, os quais os inseriram nesse grupo senhorial, e não por pertencimento ao mesmo desde o berço. Nesse caso, o entendimento das relações familiares deve ser considerado na reflexão sobre trajetórias individuais e redes de sociabilidade, uma vez que o indivíduo só existe socialmente a partir de seu arranjo familiar e dos laços familiares estabelecidos com a sociedade (Both, 2016, p. 55). A família, no Império, tornou-se a unidade social básica, e realizar as sucessões às gerações posteriores era assumidamente um compromisso público.

Entrar para a nobreza significava cumprir uma série de prerrogativas sociais e econômicas, além de se fazer notar na corte. A elaboração das denominações aos títulos era uma tarefa designada ao Imperador que, além de concedê-los, os criava com nomes bem brasileiros, muitas vezes, inspirados em tupi-guarani. Seu intuito era afirmar, através de uma nobreza brasileira, a particularidade de Império recente, mas que seguia as regras da nobreza europeia, preservando a hierarquia dos títulos e suas instituições, porém inovando nos nomes e afirmando uma singularidade (Muaze, 2006, p. 102).

As concessões imperiais servidas à elite senhorial tiveram um incremento a partir das leis abolicionistas, como forma de aproximar os proprietários da monarquia e de “tentar pagar em símbolo de *status* o que o Estado onerava de interesse material”. Entre 1860 e 1864, 51 títulos de barão foram distribuídos; entre 1870 e 1874, o número subiu para 120 nobiliarquias ligadas ao baronato. Já a partir de 1885 até 1889, 238 títulos de baronato foram concedidos (Carvalho, 1988, p. 20). A alta concessão de títulos de baronato iria na vertente da concessão massiva aos proprietários rurais, o que, devido à ausência de grandes tradições, fazia com que as baronias se adequassem melhor do que os títulos nobiliárquicos mais elevados (Oliveira, 2011, p. 05). No Brasil, diferentemente da nobreza portuguesa, o baronato era individual, vitalício e não hereditário. Os títulos

²⁸⁸ Analisando o segundo reinado como um todo, é possível perceber que houve uma contínua nobilitação de fazendeiros e de outras pessoas afastadas dos círculos centrais de poder, porém, como demonstrado, os objetivos variaram bastante de um gabinete a outro. Outra continuidade foi a concessão de baronatos, que foram a larga maioria de títulos ofertados entre 1840 e 1889, somando 762 baronatos de um total de 1138 títulos (Carvalho, 1988).

nobiliárquicos, principalmente o baronato, correspondiam a um reconhecimento social que a oligarquia rural almejava (Muaze, 2006, p. 106).²⁸⁹

Os antigos ocupantes da vila de São Carlos e posteriores sesmeiros se transformaram nos grandes proprietários no Império, segundo Santos (2002, p. 144), por meio de parentelas interessadamente construídas na solidariedade de parentesco, definindo os chefes de família socialmente importantes e formando uma forte equação de dominação política e econômica. No tocante à titulação nobiliárquica, quatro membros da família Souza Aranha foram possuidores de algum título de nobreza concedida pelo Império: o primeiro foi Joaquim Egídio de Souza Aranha, barão, visconde, conde e marquês de Três Rios, nascido em Campinas, província de São Paulo, e falecido em São Paulo em 19 de maio de 1893, com 72 anos de idade. Pelo decreto de 14 de julho de 1872, foi nomeado barão. Em 15 de agosto de 1872, “[...] o comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha foi agraciado com o título de barão dos Três Rios [...]” (PAULISTANO, 1872, ed. 04797, p. 01). Foi dado um baile em sua residência para comemorar o título:

Baile – Como tensionassem os amigos do exmo. sr. Barão de Três Rios oferecer-lhe um baile em testemunho de regozijo pela graça que lhe conferiu o governo geral, sua mãe a exma. sra. D. Maria Luzia de Souza Aranha tomou a si realizar esse ato e levou-o a efeito no dia 11 do corrente. Deu-se a festa com todo o brilhantismo em seu palacete ao largo da Matriz Nova, achando-se a casa decorada com tanto esmero quanto gosto e primor. A reunião foi numerosíssima e imensamente animada. Sobressaiam dentre o fulgor das flores e das luzes a beleza e a elegância com que se expandiam as *toilettes* das nossas patricias. O serviço era delicado e profuso. As danças ruidosas e geniais prolongaram-se até muito tarde, reinando sempre em todos os semblantes o mais vivo prazer, ao calor das suaves emoções que acorda n’alma o puro encanto das gratas harmonias. Os convidados começaram a dispersar-se alta manhã, recolhendo todos os penhoradíssimos pelo trato amável, pelas atenções e obséquios de que foram alvo. Na noite seguinte repetiu-se uma *soirée* dada pelo sr. Antônio de Queiroz, e nela

²⁸⁹ Para D’Elboux (2006), houve uma certa parcimônia por parte do Imperador na concessão dos títulos, havendo momentos oportunos as “ocasiões de amerceamento”: o primeiro momento foi na década de 1850, quando 160 títulos foram distribuídos em território nacional. A hipótese circundante a esse movimento pode relacionar-se à necessidade de prestigiar a elite agrária (principalmente paulista), composta pelos senhores de engenho e cafeicultores, conjunto à maioria de d. Pedro II, garantindo um ambiente amistoso. No período em que se desenrolou a Guerra do Paraguai, nenhum título foi outorgado, e, após 1871, houve uma segunda “remessa” de condecorações, podendo garantir “doações vultuosas às compras de armamentos”. Com a chegada das ferrovias, foram agraciadas outras figuras que se empenharam em financiar a contento o escoamento de suas valorosas produções. E no último momento, entre 1883 e 1889, o Império, já desestruturado pela pressão abolicionista, outorgou títulos com ímpeto de interessar os ideais da classe dos proprietários rurais (D’Elboux, 2006, pp. 216-217).

fez-se ouvir uma corporação musical, composta toda de moços fazendeiros amadores. Não podemos deixar de fazer menção desta sociedade que assim aproveita as folgas do trabalho dedicando-as ao cultivo de uma arte sublime entre as melhores e em cujos segredos os seus jovens adeptos mostraram-se já tão versados, captando sincera admiração (CAMPINAS, 1872, ed. 00289, p. 02 - grifo da autora).

A nomeação de visconde veio por meio do decreto de 19 de julho de 1879. O título de conde, mediante decreto vigente em 16 de fevereiro de 1880, e a nomeação como marquês, por decreto de 7 de maio de 1887 (Vasconcellos; Smith de Vasconcellos, 1918, p. 514)²⁹⁰. Segundo Oliveira (2018, pp. 237-238), Joaquim Egídio de Souza Aranha, capitalista e fazendeiro, foi diretor do banco de Campinas e presidente da Companhia Paulista.²⁹¹ Engajado na busca por alternativas ao crédito agrícola, participou do Congresso Agrícola no Rio de Janeiro em 1878, mesmo ano em que foi nobilitado à visconde e que ocupava o cargo de vice-presidente da província de São Paulo. Em 19 de julho de 1880, Joaquim Egídio, enquanto visconde de Três Rios, foi elevado à conde em reconhecimento da doação que havia feito à Santa Casa de Misericórdia, no valor de 80:000\$000 (oitenta mil réis), “para fins de construção do novo hospital [...]” dias antes de ser nobilitado (Oliveira, 2018, p. 273; PAULISTANO, 1879, ed. 06798, p. 01).

Em consonância aos apontamentos de Oliveira (2018, p. 218), contribuir para a instrução e para ordem do Estado prestando serviços rendeu títulos nobiliárquicos a diferentes indivíduos. Conceder valiosos donativos, fazer prestações filantrópicas, pertencer e possuir instituições financeiras eram indicativos que “chamavam a atenção” do Imperador. O pintor José Ferraz de Almeida Júnior, redator de “secções particulares” do jornal “O Correio Paulistano”, o qual assinava por “o caipira”, escreveu ao deputado provincial Francisco Xavier Pinto Lima, nobilitado como barão Pinto Lima, sobre sua breve passagem por Campinas em 1872, salientando a hospedagem e proximidade à Joaquim Egídio de Souza Aranha:

[...] Sei que v. exc. e a exma. Esposa de v. exc., minha senhora, foram muito bem tratados pelo meu patrício e caipira, como eu, o sr. Comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha, hoje, barão dos Três Rios, feito pelo sr. Imperador. **Aquilo (entenda-se, o sr. Joaquim Egídio) é um fazendão, um decidido para tratar bem a gente; não tem dúvida. Acredite v. ex. porque é a pura verdade. Ele tinha três casas cheias de hóspedes; e em Campinas hospedar-se tanta gente assim,**

²⁹⁰ Embora os títulos de marquês tenham sido ofertados a pessoas que possuíam trajetórias amplamente conhecidas, a investigação de Oliveira (2018) esclarece que o destaque social do indivíduo não era garantia de nobiliarquia.

²⁹¹ “Banco de Campinas – São convidados os srs. acionistas para uma reunião do dia 1º de fevereiro, na casa do exmo. Barão de Três Rios, ao meio-dia” (CAMPINAS, 1874, ed. 00425, p. 02).

não é marimba que preto toca. É preciso ter coragem, e muitos milheiros de pés de café. Bem empregado barão [...] (PAULISTANO, 1872, ed. 04799, p. 03 - grifo da autora).

Aos olhos de Oliveira (2018), é importante considerar que, frente aos serviços prestados por esses indivíduos, possuir ações, fazer doações grandiosas e explorar recursos lucrativos poderiam ser facilmente interpretados como “recursos de compras” dos títulos nobiliárquicos. Oliveira (2018) pondera que atitudes que “causavam alarde”, como a adoção de posturas abolicionistas, sem dúvida devem ter influenciado na nobilitação de determinados indivíduos.

Na mesma medida, Maria Luzia de Souza Aranha foi nomeada como segunda baronesa de Campinas através do decreto de 9 de janeiro de 1875. Pelo decreto de 19 de julho de 1879, foi agraciada com o título de viscondessa, porém este decreto ficou arquivado por decorrência do falecimento da baronesa (Vasconcellos; Smith de Vasconcellos, 1918, p. 102). Conforme publicação no jornal Correio Paulistano, em 17 de janeiro de 1875: “Por despacho do corrente mês, fez-se mercê do título de baronesa de Campinas à d. Maria Luzia de Souza Aranha, **em atenção aos relevantes serviços que prestou a instrução pública, à humanidade e em relação a guerra com o Paraguai**” (PAULISTANO, 1875, ed. 05490, p. 01 - grifo da autora).

O trabalho de Oliveira (2018) demonstra que a elite senhorial, tendo em mente o crescimento e o vetor lucrativo, apostava pesadas fichas de forma a garantir investimentos e alcançar *status*. Não à toa, a historiografia tende a retratar tais indivíduos, enaltecendo e glorificando seus feitos. Ao que tudo indica, as concessões nobiliárquicas da família Souza Aranha pousam nessa seara. A contar o caso de Joaquim Policarpo Aranha, barão de Itapura, que foi nomeado barão pelo decreto de 19 de janeiro de 1883, tendo falecido em janeiro de 1902 em avançada idade, em Campinas. Casou-se com sua prima, dona Libânia de Souza Aranha, que era filha do coronel Francisco Egídio de Souza Aranha, natural de Curitiba, que se casou, em 1817, na vila de São Carlos, hoje cidade de Campinas, com sua prima irmã dona Maria Luzia de Souza Aranha, a qual, depois de viúva, teve o título de baronesa e viscondessa de Campinas (Vasconcellos; Smith de Vasconcellos, 1918, p. 220). Conforme Campos Júnior *in* IBGE (1952):

Em atenção aos seus relevantes serviços, o Governo Imperial, desejando honrar e elevar o Capitão Joaquim Policarpo Aranha, condecorou-o com as insígnias de Comendador da Imperial ordem da Rosa e, por decreto de 19 de janeiro de 1883, agraciou-o com título de barão de Itapura (Campos Júnior *in* IBGE, 1952, p. 278).

Os méritos atribuídos aos nobilitados eram tão significativos que faziam esses títulos serem uma honra, invertendo a situação: não sendo mais os títulos que

nobilitavam o cidadão, mas sim o nobilitado que dava nobreza à prática, uma inversão bastante eloquente frente à popularização das ofertas (Oliveira, 2018, p. 290). Em 21 de janeiro de 1883, o Correio Paulistano publicou a seguinte nota: “Fez-se mercê do título de barão de Itapura, ao sr. Joaquim Policarpo Aranha²⁹²”. Dois dias após à nota, o mesmo jornal publicou:

Um ilustre liberal de Campinas acaba de ser despachado barão de Itapura. Ainda uma vez o ministério seguiu a boa política das compensações. Negou-se um tabelião, é verdade, mas aí está um novo barão para remunerar o partido do prejuízo que sofreu. Nada mais justo e nada mais politicamente resolvido. **O que mais querem? Por um tabelião, um barão. Por um ofício de justiça, um benefício de nobreza. Por um cartório, um brasão.** A retribuição neste caso tocou os limites da generosidade. Não vá agora o sr. dr. Felício, exigir que o ministério também compense o venerando conselheiro Ramalho, escolhendo algum liberal cá da terra, por exemplo o sr. Laurindo, para receber qualquer baronia que o desclassificou das coleções zoológicas onde ele se acha por um título popular para classificá-lo nas genealogias de recente data. Deste modo ficaram todos satisfeitos, dando-se assim honrosa e completa satisfação à província ofendida pelo ministério, como bem o disse na Assembleia Provincial, o sr. O Dr. Felício de que vez em quando quer fazer negaças ao governo pondo a língua de fora (PAULISTANO, 1883, ed. 07899, p. 02 - grifo da autora)

O título de barão de Itapura, concedido à Joaquim Policarpo Aranha, pode ser interpretado como uma “moeda de troca” a partir de uma política de compensações, onde a ironia da prática foi destacada na notícia (Oliveira, 2018, p. 291). A conquista do baronato não era somente uma questão de fortuna e disposição de recursos para a sua compra, mas também de boas relações e obediência a sua etiqueta de conquista (Muaze, 2006, p. 99).²⁹³ Para D’Elboux (2006, p. 215), os títulos de baronato concedidos no Brasil não poderiam ser comprados em hipótese alguma, apesar de, muitas vezes, terem sido outorgados em troca de “atos de lealdade” ou mesmo de doações ao Império. Os valores por trás das concessões nobiliárquicas estavam mais ligados ao prestígio social e à consequente facilidade para acesso à vida da corte e às esferas mais altas do mundo político e econômico (D’Elboux, 2006, p. 216).

Manoel Carlos Aranha, nomeado barão de Anhumas pelo decreto expedido em 05 de setembro de 1889, falecido em 1893, casou-se em primeiras núpcias com sua prima d. Anna Thereza de Souza Aranha e, em segundas núpcias, casou-se com d. Bernardina de Queiroz Aranha, filha do capitão José Pereira de Queiroz e de sua mulher e sobrinha

²⁹² PAULISTANO, 1883, ed. 07899, p. 02.

²⁹³ Muaze (2006) aponta que a prática de distribuição de títulos foi trazida para o Brasil juntamente com a chegada da família Real, a partir de 1810. Dava-se, assim, continuidade aos procedimentos lusitanos de formalização das mercês e cartas de brasões em terras coloniais.

D. Escolástica Saturnina de Moraes Jordão (Vasconcellos; Smith de Vasconcellos, 1918, p. 47).²⁹⁴ Assim, o arranjo que possibilitou e sustentou o Estado imperial foi uma complexa trama de relações que permitiu às elites de todo o país participarem do mesmo sistema político com dois objetivos comuns: a reprodução das elites no poder e a manutenção da ordem (Both, 2016, pp. 82-83).

Em 1846, em visita do Imperador à cidade de Campinas, foram saudados por d. Pedro II, “bons servidores” que compunham um seletivo grupo social da cidade e que iam de acordo com a postura política estatal. Segundo Pupo (1969, p. 167), foram assim, os liberais os primeiros campineiros a receber, da munificência imperial, as veneras que, geralmente, precedem os títulos nobiliárquicos. Sob esta ótica, alcançar a nobiliarquia relacionava-se diretamente às condutas interessadas e à condição social: o Império galardoava seus bons servidores com títulos nobiliárquicos e com ordens honoríficas. Para tais distinções, o Imperador exigia altas qualidades morais e as verificava pessoalmente. Em Campinas, as concessões confirmaram estas alternativas, pois **grandes virtudes tinham titulares de nossa terra, profundamente honestos e caridosos, aliás, qualidades das mais apreciadas pelo nosso soberano, além do interesse pela instrução que lhe merecia também grande reconhecimento** (Pupo, 1969, p. 167 - grifo da autora).

Apesar das grandes fortunas serem provenientes do capital mercantil, oriundo do comércio de cabotagem e do tráfico atlântico de escravos, os comerciantes de grosso trato não possuíam um *status* social elevado.²⁹⁵ Suas imensas doações para instituições, irmandades e erário público podem ser explicadas como tentativas de reverter esta ordem das coisas. Ao contrário, a hierarquia social estava encabeçada pelos senhores de terras e escravos, demonstrando que a organização social possuía uma lógica que não se restringia somente à riqueza e nem se explicava exclusivamente por fatores econômicos. Portanto, a mobilidade social só era verificada quando se passava a pertencer à classe dirigente da sociedade – aristocracia fundiária e altos estratos da burocracia (Muaze, 2006, pp. 93-94).

Em certa medida, as redes de relacionamento costuradas pela elite senhorial, familiares por conveniência ou por clientelismo, foram basilares no estreitamento das esferas políticas, econômicas e na construção urbana. Outro aspecto discutido por

²⁹⁴ Era recorrente o acerto de casamentos dentro da própria classe ou da família, evitando-se, assim, a subdivisão de terras por herança, e, ao mesmo tempo, ampliava-se o controle político, econômico e social sobre uma região (Muaze, 2006, pp. 94-95)

²⁹⁵ No império brasileiro, a nobreza de linhagem restringia-se apenas à descendência legítima de D. Pedro I. O processo de formação da nobiliarquia brasileira iniciou-se durante a permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, no período de 1808 a 1821. Era atribuição do poder executivo, cujo chefe era o Imperador, conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa dos serviços públicos – civil, militar, acadêmico – e ao poder econômico – fazendeiros, comerciantes, banqueiros. (Abrahão, 2010, p. 53).

Muaze (2006) foi a sociabilidade nos “círculos sociais e em outras esferas aristocráticas”, herdada como legado familiar e mantida através de cargos públicos importantes ligados à burocracia imperial. “Ter uma posta”, como se dizia à época, era garantia de renda, prestígio e posição.

A propriedade do latifúndio enquanto unidade produtora a partir da mão de obra escravizada, era o principal indicativo a alinhar esses senhores à política imperial, conferindo-lhes títulos de nobreza e nomeando-os como barões do café. É através deste grupo senhorial que se promovem novas articulações políticas, novas alianças sociais e relações que envolvem seus interesses. Porém, na construção da “segunda escravidão”, a principal motivação dos plantadores era ganhar dinheiro, já que assim poderiam pagar suas dívidas, aumentar o valor de suas propriedades e assegurar sua posição na classe dominante (Blackburn *in* Salles e Marquese, 2016, p. 17). Foi a base financeira construída ao longo do século XIX que possibilitou o arbítrio dos senhores: de outro lado, vários nomes apareciam colaborando em alforrias, processos judiciais de liberdade e escrituras de compra e venda. Os senhores envolvidos em tais redes sociais persistiam usando os serviços dos escravos lavradores, serviçais domésticos, quitandeiros, jornaleiros e até outros mais especializados, que serviam aos mercados locais (Costa, 2017, p. 120).

A base escravista foi fundamental para angariar força de trabalho, fosse na produção para o mercado (nos braços empregados nas culturas agrárias), fosse nos serviços domésticos (servindo o funcionamento das casas senhoriais), além de ser “base nutritiva” à sociedade e aos negócios da região (na construção de obras públicas, por exemplo). A sociabilidade e a colaboração enquanto estratégia de alcance de notoriedade são “vestígios” que permitem antever certa prosperidade de alguns senhores, formando “uma teia de relações, uma trama complexa e ampla, que constituía a vida da própria sociedade senhorial daqueles tempos” (Costa, 2017, p. 124).

A formação desse estrato social não foi apenas política ou econômica, foi sobretudo senhorial. Na soberba de seus interesses particulares, passaram a arbitrar diversas esferas, decidindo em conjunto operar um projeto que levasse a cabo os ideais do Estado e que, dentro de seus anseios, traduzissem a metonímia da família imperial. A construção do Estado nacional no Brasil se deu como parte do grande contexto de desenvolvimento do mercado mundial capitalista, resultando na formação da classe senhorial que permeou seu arbítrio sob escalas variadas no território nacional. Disso se serviu a classe senhorial do Estado a fim de construir sua unidade, levando a cabo o “seu próprio forjar enquanto classe”. Não era uma classe constituída exclusivamente de lavradores escravistas, mas também de comerciantes e de figuras atuando em setores burocráticos, que tornavam viáveis as articulações entre política e negócios, se distinguindo, sob certa medida, por apresentar, através dos processos individuais, o “forjar” do processo de construção do próprio Estado imperial (Salles, 2008, p. 48).

Esse “papel” senhorial era possível e requerido, segundo Salles (2008), devido à presença “massiva” das indicações de quadros entre famílias, dos grupos de interesse formados e dos “clãs” locais e regionais. Ao pensar a situação da cidade de Campinas, Lapa (1995) discutiu o triunfo dessa elite senhorial, a partir da segunda metade do século XIX, apontando sua conformidade na administração de níveis locais, provinciais e centrais, permeados pela solidariedade do parentesco, pelas afinidades dos interesses econômicos e políticos, pelas alianças casuísticas e matrimoniais (a qual se incluía a consanguinidade), detendo assim posições de mando na administração e na justiça local e provincial (Lapa, 1995, pp. 111-112). Tal atuação bem-sucedida é, segundo Lapa (1995, p. 111), assegurada pela “poderosa teia clânica” que envolve famílias presentes desde a origem embrionária da localidade, e que mantiveram sua “hegemonia política de controle do poder local e do seu patrimônio econômico, como é o caso por exemplo, dos Souza Aranha, dos Camargo Penteado, dos Teixeira Nogueira e dos Salles” (Lapa, 1995, p. 111).

Nesse sentido, e a exemplo da vila de São Carlos, o grupo senhorial emplacou uma cultura e um *ethos*, ou seja, ditou comportamentos, modos de ser, valores, identidades, lugares sociais e construiu espaços que representavam seus interesses. Nestes espaços, sua ocorrência como classe dominante se deu à medida que se transformou em “estilo nacional”, subordinada à direção moral e intelectual emanada pelo Estado, atuando, de certa forma, como formação desse poder ampliado (Salles, 2008, p. 53). Obviamente, o poder econômico favoreceu a elite agrária, além de outros segmentos da sociedade, o consumo de bens e a adoção de padrões de comportamento condizentes com o pertencimento social. A sedução pelo *status* abandonou uma sobriedade dos costumes, e toda materialidade entrou em sintonia com a riqueza de seus proprietários (Abrahão, 2015). Na mesma medida, foi definida enquanto grupo senhorial, essa rede seleta de indivíduos que expandiram seus patrimônios e que, em função da consonância com o projeto de Estado, detinham determinados atributos em comum, sendo possível caracterizá-los homogeneamente.

Para pertencer à elite, era necessário ter um título nobiliárquico (conde, visconde, barão) que posicionaria o indivíduo política e economicamente perante os outros integrantes da elite. Assim, era requisito ter um cargo ou uma patente da Guarda Nacional ou civil (delegado, juiz de Paz); ser um fazendeiro possuidor de grande quantidade de terras, pés de café e numeroso plantel de escravos; e ter um sobrenome que lhe garantisse obter certas influências e privilégios, além de uma rede de parentescos que garantia a permanência dos membros da elite no poder. Esses indicativos garantiam posição social (superior) de elite perante outros agentes, bem como um maior arbítrio, privilégios e um efetivo poder (Conceição, 2016, p. 06).

A partir do raciocínio de Conceição (2016), uma classificação única na descrição da elite senhorial brasileira não se sustentava diante da pluralidade de atividades a que

seus representantes se dedicaram. A situação da elite brasileira no segundo reinado não suportava, portanto, uma classificação puramente funcional, principalmente diante da pluralidade de atividades a que se aplicavam seus representantes, que poderiam ser, e muitas vezes o eram, simultaneamente, capitalistas, negociantes, políticos, fazendeiros e intelectuais (Teixeira, 2011, p. 183). Considerava-se ainda o acúmulo fundiário, apontado por Conceição (2016) e Teixeira (2011), compreendendo a terra como indicativo de ampliação patrimonial familiar. Os demais indicadores suscitados pelos autores reforçam o arbítrio desses indivíduos e, portanto, quanto maior fosse a “conquista de atributos” (Both, 2016, p. 82), maior seu campo de agenciamento espacial (Vasconcelos, 2000; 2009). Foram o arranjo e as possibilidades no agenciamento que “sustentaram as rendas do Estado imperial”, tratando-se de uma “intrincada trama de relações” que permitiu que os senhores e senhoras participassem de um mesmo sistema político que tinha dois objetivos comuns: a reprodução das elites senhoriais no poder e a manutenção da ordem do Estado (Both, 2016; Carvalho, 1996). Portanto, a conquista por atributos anunciada por Both (2016) fazia parte da afirmação representativa através do destaque social, sendo que o engajamento em atividades diversas traduzia certas articulações de meios de atuação, ou melhor, a fluidez em perpassar decisões em ações em distintas esferas.

A fluidez de atuação desses agentes senhoriais, e tratando-se da família Souza Aranha, implicou para a cidade de Campinas, a partir da segunda metade do século XIX, em uma reorganização espacial da tessitura urbana da cidade. O crescimento referente à produção agrária esboçou reflexos materiais no processo de urbanização do município. E, por trás desses processos, engajaram-se entes da família Souza Aranha, conjuntamente com outros sobrenomes estudados, a exemplo de Abrahão (2015): presume-se que as ocupações oriundas da diversificação das atividades rurais tenham se tornado principais em algumas famílias após duas ou três gerações, como indicam os casos das famílias Souza Aranha, Souza Campos e Quirino dos Santos (2015, p. 142).

Nessa chave, a busca e conquista pelos atributos elencados por Both (2016) serviram como recursos de consolidação do estrato senhorial, que deixara de atuar exclusivamente na esfera rural. Conforme noticiado em 7 de agosto de 1879: “falecida em Campinas, a exma. Viscondessa de Campinas, mãe do visconde de Três Rios” (PAULISTANO, 1879, ed. 06811, p. 02). No dia seguinte:

Deu-se ontem à sepultura o cadáver da exma. Viscondessa de Campinas. Às 11 horas saiu o féretro da casa de residência da finada do largo da matriz Nova com direção à igreja da Conceição. Pegaram as argolas do caixão os netos da finada, à entrada do templo. Foi cantado o ofício de defuntos com libera mé, tocando por essa ocasião a orquestra do sr. Sant’Anna Gomes. Foi extraordinário o número de pessoas que acompanharam o cortejo fúnebre, prestando assim as últimas honras à ilustre finada. Do testamento da mesma exma. Viscondessa de

Campinas, aberto ante ontem pelo juiz da província, constam as declarações, que resumindo, abaixo publicamos. Testamento aprovado em 2 de abril de 1875, pelo 2º tabelião Pontes e escrito e assinado a rogo pelo dr. Clemente Falcão de Souza Filho, por não saber escrever, a testadora, baronesa, hoje ex-viscondessa de Campinas. Eis as disposições: Deixou livres a 17 escravos, sendo 12 sem condições e 5 com ela. A d. Maria do Carmo, mulher de Francisco Ferraz o usufruto de um sítio no distrito do Amparo, e por morte da legatária passar dito sítio à propriedade de José Bento Aranha, uma metade e a outra a Severino Aranha, Jeremias e Benedito Aranha. As filhas de Martim Egídio de Souza Aranha, com a condição de nunca poderem alienar, nem ser executado para pagamento de dívidas suas ou de seus maridos, o sítio denominado São José. A cada um dos netos afillhados de batismo, um conto de réis. A Adolpho, filho de sua falecida filha, Petronilha, o escravo de nome Militão. A Euclides, filho de Martim Egídio de Souza Aranha, o creoulo Benedito. A Maria, filha de José Egídio de Souza Aranha, a creoula de nome Firmiana, caso não morra esta antes da posse da legatária, podendo esta, se assim acontecer, escolher uma de qualquer idade de 7 para 8 anos. A Etelvina, filha de sua filha, Gertrudes, uma escrava a sua escolha. A José Bento Aranha, o escravo Vicente, do sítio denominado Paraguai. A Alberto, filho de sua filha Libânia, o padrinho Jonas. A sua afillhada Branca, filha de Joaquim Alves de Almeida Salles Júnior, a quantia de 400.000\$000 – quatrocentos mil réis. Aos pobres, a quantia de 500.000\$000 (quinhentos mil réis), sendo 200 mil réis para os mendigos e 300 mil réis para os recolhidos. Instituiu os testamenteiros, em primeiro lugar ao sr. visconde de Três Rios, em segundo José Egídio de Souza Aranha, e em terceiro o sr. Antônio Egídio de Souza Aranha, todos seus filhos. Calcula-se em mais de mil contos de réis a fortuna deixada pela finada (PAULISTANO, 1879, ed. 06813, p. 03).

A viscondessa de Campinas, dona Maria Luzia de Souza Aranha, distribuiu sua terça para muitos netos, libertou alguns escravizados e privilegiou a sobrinha Maria do Carmo. Porém, a maior parte de seu patrimônio ficou para seu filho Joaquim Egídio de Souza Aranha (Teixeira, 2011, p. 141).

3.2 Estratégias econômicas e políticas: a diversificação das atividades dos Souza Aranha e a produção do espaço urbano

Ora, ora! Esta disposição é uma iniquidade. Não há no Brasil fortunas que resistam a isto! (dissertando sobre concessão de pagamento que geravam impostos altos aos lavradores) Nem mesmo a do barão de Três Rios! (apoiado pelo público, seguido de risos) [...]²⁹⁶

Conforme Queiroz (2003, p. 237), os debates acerca do projeto da lei do Ventre Livre e das medidas que indicavam o fim da mão de obra servil a partir de 1871, foram determinantes para muitos cafeicultores brasileiros tomarem partido em associações que defendiam seus interesses. Além da questão do transporte/escoamento da produção agrícola, que foi recebendo encaminhamento no início da década de 1870, outras questões se impunham ao pleno desenvolvimento da cafeicultura no oeste paulista, como a falta de crédito para a lavoura e a necessidade da substituição do trabalho escravo pelo livre, o que já se colocava em meados do século XIX (Bianconi, 2003, p. 07).

A necessidade da criação de um órgão que tratasse de todas as questões de interesse para a agricultura começou a ser advogada pela imprensa campineira no início de 1876. Assim, por decorrência da ascensão da produção de café, a partir de 1876, os fazendeiros campineiros se organizaram em uma associação que buscava defender os interesses dos agricultores. Em vista disso, formou-se o Clube da Lavoura de Campinas, pioneiro na região e que, em função da sua vasta adesão, estimulou o aparecimento de outras associações com interesses similares em Rio Claro, São Carlos do Pinhal, Botucatu, Itatiba, Jaú, Pindamonhangaba, Indaiatuba, Silveiras, Itu, Piracicaba, Belém do Descalvado, Taubaté, Limeira, Amparo, Jundiaí, Serra Negra, Mogi-Mirim e Penha do Rio do Peixe. Na capital da província de São Paulo, foram feitas várias tentativas no sentido de se fundar uma associação semelhante, mas nenhuma delas chegou a ser tão atuante como a de Campinas (Queiroz, 2003, p. 239).

O objetivo principal, segundo estatuto da associação, visava promover o melhoramento da agricultura do município de Campinas, congregando proprietários rurais. Para Queiroz (2003, p. 241), as relações de temas propostos e discutidos nas reuniões do Clube da Lavoura de Campinas não tratavam somente de “um conjunto de objetivos rígidos e definitivos, mas de um elenco de questões que apenas refletiam

²⁹⁶ Discurso do senhor José Justiniano da Silva dissertando sobre a concessão de pagamento de impostos altos aos lavradores no Congresso Agrícola de 1878, no Rio de Janeiro (AGRÍCOLA, 1878, pp. 166-167).

preocupações momentâneas das pessoas que participaram de sua elaboração”. O liberalismo implícito nas decisões e temáticas discutidas estava de acordo com os “anseios e atuações” dos principais lavradores.

A interpretação de Queiroz (2003, p. 241) sobre a formação do Clube da Lavoura de Campinas sugere que sua criação veio na vertente de atender “preocupações momentâneas das pessoas que participaram da sua elaboração”. Em 1877, foi eleita a diretoria do Clube da Lavoura, com a seguinte composição: “[...]Presidente: Exmo. barão de Ataliba, vice-presidente dr. João Ataliba Nogueira, **diretores: comendador Manoel Carlos Aranha**²⁹⁷, Joaquim Floriano Nevez de Camargo e dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina.”. De acordo com a imprensa local: “[...] o pessoal da diretoria não poderia ser melhor escolhido entre os nossos patrícios lavradores: portanto é justo que esperemos os melhores frutos de sua administração” (PAULISTANO, 1877, ed. 06086, p. 02 - grifo da autora).

Manoel Carlos Aranha foi diretor do Clube da Lavoura de Campinas e, em 1880, participou da comissão que solicitou medidas favoráveis à atração de imigrantes ao presidente do conselho de ministros, além de apresentar à Assembleia Legislativa de São Paulo pedido de proibição absoluta do comércio de escravizados de outras províncias para São Paulo (Bianconi, 2002, p. 66). Portanto, questões como a falta de crédito, a substituição do trabalho escravizado (a fim de viabilizar a aquisição de braços livres para trabalhar na lavoura), a redução dos impostos de exportação e a redução das tarifas das estradas de ferro foram pautas das discussões na associação (Bianconi, 2002, p. 29).

Quanto a esses interesses, Queiroz (2003) traz que as prioridades em resguardar a estabilidade do “aparato agrário” podem ter sido modificadas, posteriormente, em função dos anseios e dos sócios, além de outros fatores que influenciavam a definição de suas metas e atuações. Segundo Bianconi (2002, p. 28), a ideia da formação de um clube de lavradores foi inicialmente “muito bem recebida” em Campinas, sendo organizada uma numerosa reunião, na qual compareceram 45 cidadãos “de grande influência” na cidade. Entre eles, destaque a Antônio Egídio de Souza Aranha e o irmão, Martim Egídio de Souza Aranha, ambos irmãos de Joaquim Egídio de Souza Aranha, demonstrando, portanto, uma participação expressiva da família.²⁹⁸

²⁹⁷ Conforme Ferreira e Dutra (1878, p. 42), o comendador Manoel Carlos Aranha era diretor do Clube da Lavoura.

²⁹⁸ Estiveram presentes na reunião: barão de Atibaia, Joaquim Quirino dos Santos, João Manoel de Almeida Barbosa, o conselheiro Albino de Oliveira, Joaquim Teodoro Teixeira, José Teixeira Nogueira, Francisco Campos de Andrade, Floriano de Campos, Antônio Egídio de Souza Aranha, Estanislau Ferreira de Camargo, Francisco Pompeu, Antônio de Camargo Campos, Bento Bicudo, Francisco de Camargo Andrade, Martim Egídio de Souza Aranha, Manoel de Moraes Salles, Antônio Corrêa Barbosa, Hércules Florence, Francisco de Paula Camargo, João Lacerda, Floriano A. de Moraes, Luiz de Pontes,

Para Teixeira (2011, p. 158), a representatividade e a participação dos Souza Aranha recaíram, naquele momento, sobre membros da “terceira geração” da família, seguindo os passos da segunda geração, que se esmerou em tecer redes de associações que consolidaram o capital “cada vez maior à empresa familiar”. Antônio Egídio de Souza Aranha, Martim Egídio de Souza Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha foram exemplos de herdeiros diretos de Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha que “desfrutaram das vantagens de pertencer à família Souza Aranha, e seguiram os caminhos trilhados pelos seus pais (Teixeira, 2011, p. 170).

A partir de 1850, a política imperial era constituída pela divisão entre conservadores e liberais. Do ponto de vista ideológico, o partido conservador defendia a centralização, era refratário às grandes reformas, apoiava o Conselho do Estado e o poder moderador, sem a tutela de ministros. Os liberais, muitas vezes em contradição com o governo, eram partidários da descentralização, do senado eletivo, da soberania popular e favoráveis ao fim do poder moderador. Os conservadores, em geral, eram proprietários rurais oriundos de regiões exportadoras e de colonização mais antiga, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, enquanto os liberais, em suma, eram profissionais liberais, como advogados, capitalistas etc., possuindo maior presença em Minas Gerais e São Paulo (Silva, 2011, p. 117).

Segundo Magalhães (1992, p. 36), a evolução econômica em Campinas foi expressa na ascendência dos “barões do café” até a década de 1870, quando então emergiram os interesses dos “empresários” de café do oeste ligados a um projeto nacional. Para a autora, a cidade de Campinas percorreu, na segunda metade do século XIX, uma trajetória ímpar no que toca à economia. As transformações econômicas vinculadas ao crescimento da agricultura cafeeira dentro da província de São Paulo trouxeram a reboque novos interesses políticos (Magalhães, 1992, p. 55).

Conforme estudado por Magalhães (1992), a representatividade política do oeste paulista até meados da década de 1870 era “insignificante” face ao peso econômico. Em decorrência da ascensão da produção agrária, os paulistas passaram a se empenhar na pauta de ampliação da representatividade política da província.

Os proprietários rurais passaram a organizar os anseios políticos em seus grupos a fim de estreitar uma relação com o Império, no sentido de responder às necessidades

Francisco Serra, Francisco Glicério, Antônio Penteado, Francisco de Moraes Godoy, José de Souza Campos, João Damy, Francisco de Paula Souza Campos, Joaquim de Souza Campos, Francisco Xavier de Souza, Bernardo Sampaio, José Bento Nogueira, Domingos Penteado Junior, Bento Pupo Nogueira, Antônio Pompeu de Camargo, Joaquim de Souza Tolero, Luiz Antônio de Souza Queiroz, dr. Jorge Miranda e João Manoel Alves Bueno. FONTE: CMU, Gazeta de Campinas, 1876, ed. 721.

da lavoura perante o mercado externo (Magalhães, 1992, pp. 62-63).²⁹⁹ A cidade de Campinas se tornou no último quartel do século XIX, um “forte reduto do partido republicano na província de São Paulo”, na mesma medida em que se mantinha como “grande centro escravocrata” (Bianconi, 2003, p. 01). Bianconi (2003) problematizou a contradição emergente em Campinas a partir da década de 1870: de um lado, uma cidade em ascensão econômica baseada na estrutura escravista, a partir dos principais sobrenomes; e, de outro lado, o surgimento de ideias republicanas que avistavam o desgaste do regime monárquico e anunciavam o fim da mão de obra servil.

De acordo com Magalhães (1992, p. 139), a fundação do partido Republicano, em meados da década de 1870, trouxe a abertura de uma nova opção política, imprimindo uma dimensão mais ampla ao cenário político do município, uma vez que articulações mais complexas se faziam necessárias. Até então, as organizações emergentes centravam-se nos partidos Liberal e Conservador (doravante compondo o sistema eleitoral vigente sob égides parentais).³⁰⁰ Mediações locais se assentavam exclusivamente sobre as “solidariedades das famílias senhoriais” (Magalhães, 1992, p. 139), e, em mesma medida, a cidade de Campinas passou a desempenhar um papel nuclear na economia cafeeira paulista das últimas décadas do século XIX, tornando-se o centro das transformações nas relações de produção do Oeste paulista, com o progressivo abandono do trabalho escravo em favor do trabalho livre, a introdução de ferrovias e da mecanização nas operações de beneficiamento do café (Bianconi, 2003, p. 04).

De forma equalitária, a cidade se tornou o centro das discussões acerca das questões que afligiam a economia cafeeira: a elite campineira (fazendeiros, profissionais liberais etc.) participou de forma ativa na busca de soluções para as importantes questões do período, como a implantação de ferrovias, a falta de crédito agrícola e a necessidade da substituição do trabalho, no contexto da proibição do tráfico de escravos (Bianconi, 2003, p. 04). Nesse sentido, os ideais progressistas, entretanto, normalmente não comungados pela base conservadora mercantil-escravista, passaram a ser palco de discussão da elite senhorial de Campinas. Eram duas as principais razões que levaram os grandes proprietários rurais a tomarem “novos rumos políticos” diante dos problemas: 1. seus interesses particulares e 2. como as redes de amizade, parentesco e compadrio favoreciam os negócios (Magalhães, 1992; Teixeira, 2011).

²⁹⁹ As organizações políticas centraram-se em reuniões, convenções e formação de entidades que discutiam os direcionamentos lucrativos para as produções de Itu, Jundiaí, São Paulo e Campinas (Magalhães, 1992).

³⁰⁰ O partido Liberal dominou a cena política em Campinas desde a sua elevação à cidade, em 1842, até o final da década de 1860. Muitas vezes o partido Conservador nem participava das eleições, tão reduzidas eram suas chances de vitória. As intermediações dos interesses familiares se sobrepujavam perante os partidários. (Magalhães, 1992, pp. 140-141).

Uma vez que os ideários republicanos ensejavam ares progressistas, seus portadores enxergavam “janelas de oportunidades” no discurso republicano (Goyena Soares, 2020). Galgar cargos políticos, praticar estratégias econômicas que favorecessem as culturas, expandir o cabedal social e antever soluções para o fim da mão de obra servil eram formas de consoar com o discurso progressista. Os Souza Aranha formaram um grupo familiar atuante politicamente em Campinas, como pode ser visto no quadro 22. Ao longo do processo de ocupação territorial, as parentelas foram responsáveis por controlar o poder político, por alavancar o processo de superação do exclusivismo agrícola e pela diversificação dos investimentos urbanos. A interligação ferroviária de Campinas com o porto e com outras regiões acarretou o incremento da produção cafeeira, trazendo o desenvolvimento das atividades urbanas e a diversificação da estrutura social (Magalhães, 1992, p. 78).

QUADRO 22. CARGOS POLÍTICOS EXERCIDOS PELA FAMÍLIA SOUZA ARANHA.		
1.	JOSÉ FRANCISCO ARANHA BARRETO DE CAMARGO	Suplente de juiz de Paz, em 1829.
2.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Juiz ordinário em 1812 e vereador em 1820 ³⁰¹ .
3.	JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Membro do partido Liberal – eleitor em 1849, 1853, 1857, 1869, 1872 – suplente de deputado provincial em 1853, suplente de juiz municipal e vereador em 1857, delegado geral em 1861, deputado provincial em 1866, deputado provincial em 1866/1867, vereador e diretor de obras da matriz Nova em 1873, vice-presidente da província em 1877, deputado provincial em 1881 ³⁰² .
4.	JOAQUIM POLICARPO ARANHA	Vereador em 1844 e eleitor em 1849.
5.	MANOEL CARLOS ARANHA	Eleitor em 1853 e diretor da casa Bancária da província de São Paulo ³⁰³ .
6.	CARLOS EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Nomeado como fidalgo e vereador em 1881 ³⁰⁴ .
7.	FRANCISCO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA (2º)	Vereador entre 1865 -1868 ³⁰⁵ .

³⁰¹ Magalhães, 1992, p. 85.

³⁰² Magalhães, 1992, p. 87.

³⁰³ Magalhães, 1992, pp. 161-162.

³⁰⁴ Cargo atribuído pela Casa Imperial, a fim de conotar a influência política.

³⁰⁵ Magalhães, 1992, pp. 161-162.

8.	PEDRO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Eleitor em 1877 ³⁰⁶ .
9.	CARLOS NOBERTO DE SOUZA ARANHA	Redator do periódico “Tribuna Liberal”, membro do partido Liberal, deputado provincial entre 1880-1885 ³⁰⁷ .
10.	ANTÔNIO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Membro do partido Liberal, vereador em 1869-1872, presidente da Câmara Municipal de Campinas em 1872, e 1881-1884, subdelegado em 1877 e suplente de subdelegado em 1887 ³⁰⁸ .
11.	OLAVO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Deputado provincial em 1887 ³⁰⁹ .
12.	MARTIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	Eleitor em 1877 ³¹⁰ .
13.	JOSÉ FRANCISCO BARBOSA ARANHA	Eleitor em 1872.

Quadro 22. Cargos políticos exercidos pela família Souza Aranha. Fonte: Magalhães (1992).

Das vozes políticas da família Souza Aranha, no que concerne à política local, destaca-se Joaquim Policarpo Aranha, eleito como vereador aliado ao partido Liberal, enquanto figura “de destaque social, foi um elemento prestigioso” (Campos Júnior *in* IBGE, 1952, p. 277).³¹¹

Já Joaquim Egídio de Souza Aranha dirigiu o partido Liberal e foi eleito vereador da Câmara Municipal de Campinas nos triênios de 1849 a 1852, de 1857 a 1860 e de 1873 a 1876. Em seu último mandato, foi eleito presidente da Câmara Municipal. Em 1876, passou a residir na cidade de São Paulo, sendo eleito, em 1878, como segundo vice-presidente da província de São Paulo. No exercício do cargo, ocupou a presidência por três vezes: entre dezembro de 1878 a fevereiro de 1879; de março de 1881 a abril de mesmo ano; e de novembro de 1881 a janeiro de 1882 (Campos Júnior *in* IBGE, 1952, p.257). Em 13 de fevereiro de 1879, o Correio Paulistano anunciou:

Deixou ontem a administração da província o honrado sr. barão de Três Rios. Durante o curto período em que esteve à frente dos negócios provinciais, s. Exc.^a, não desmentiu o conceito que a opinião pública faz de seus sentimentos de justiça, nobreza de vistas

³⁰⁶ Magalhães, 1992, pp. 161-162.

³⁰⁷ Magalhães, 1992, pp. 161-162.

³⁰⁸ Antônio Egídio de Souza Aranha, irmão de Joaquim Egídio, foi eleito vereador da Câmara Municipal de Campinas no ano de 1879. Magalhães, 1992, pp. 161-162.

³⁰⁹ Magalhães, 1992, pp. 161-162.

³¹⁰ Magalhães, 1992, pp. 161-162.

³¹¹ Em sete de janeiro de 1845: “[...] em mesma ocasião [...] tomaram posse os senhores [...] Joaquim Policarpo Aranha [...]”. Fonte: CAMPINAS, 1845, p. 03.

e elevado patriotismo. Sucedendo a um administrador que mal barateou os créditos da província, que praticou as maiores injustiças, que desceu mesmo à perpetração de graves delitos e criou gerais desgostos, o ilustre paulista que deixou ontem a cadeira presidencial soube reestabelecer a tranquilidade e o bem-estar gerais, levando ao espírito de seus administradores a esperança de que o império da ilegalidade e do arbítrio havia passado. Se, o honrado, sr. barão de Três Rios, não lega à província, de que é filho, grandes padrões, que atestem aos vindouros os seus incessantes esforços pelo engrandecimento desta terra, e isso devido a não ter o governo imperial espaçado a sua permanência na administração, o que seguramente não foi um bem para a causa da província. O pouco tempo que s. ex. se demorou ali foi, porém, mais que suficiente para aumentar a auréola de respeito que todos lhe tributam. Confirmaram-se as nossas previsões. O ilustre. Sr. barão de Três Rios não continuou os erros da funesta administração transata, o que pretendia era aviltar a briosa província de São Paulo. Contra os gerais desejos, contra os interesses públicos, e contra os justos títulos que possui o honrado, sr. barão, foi ele substituído no elevado cargo, que conscienciosa e dignamente estava exercendo. Como interpretar o ato do governo que escolheu para sucessor o ilustre sr. barão de Três Rios, o dr. Inspetor do tesouro provincial? É talvez cedo ainda para chegar ao conhecimento exato dos intuitos do governo imperial. Se, se atender o que o sr. dr. Laurindo Abelardo de Brito foi chamado à inspetoria do tesouro, para secundar o infeliz sr. João Baptista Pereira na regeneração das finanças, por meio do descrédito dos adversários, cujas práticas foram não obstante, seguidas à risca: se considerar que o gabinete 5 de janeiro, mantendo aquele presidente aceitou a responsabilidade de seus atos inconsiderados; a escolha do sr. dr. Laurindo de Brito pode bem significar que o governo de sua Majestade, o Imperador insiste em fazer experimentar à província de São Paulo novas amarguras. Se, porém os serviços que o ex-inspetor do tesouro prestou, como empregado e subalterno dele sr. Baptista Pereira, originaram-se de uma lealdade política mal-entendida: se o atual sr. presidente da província, aceitando o cargo, fez ver ao governo que era necessário continuar a sábia política do honrado sr. barão de Três Rios, curar ativa e incessantemente no engrandecimento da província e dar tréguas à luta partidária que estraga e esteriliza. Se o governo se convenceu desta verdade: o sr. dr. Laurindo Abelardo de Brito pode fazer uma administração que ilustre seu nome, e granjeie as simpatias daqueles que estremecem esta heroica província. O campo que o novo presidente tem diante de si é vasto; s. ex. encontra-o desbravado e já meio arroteado por seu ilustre antecessor. A prosperidade das finanças, que a honrada administração de seus adversários legou a situação atual, deve desassombrar o espírito do atual presidente, que não desconhece a

extensão dos recursos de que dispõe a província Promover com afinco o desenvolvimento das forças vitais desta, as quais foram brusca e perversamente detidas; eis a síntese das necessidades urgentes que a província de São Paulo reclama da administração. Na parte puramente política só há mister de inteireza e justiça. A época é de calma; a efervescência da luta passou; não há dificuldade alguma no conseguimento daquele escopo. Os verdadeiros amigos e correligionários do presidente não devem querer outra coisa; seus adversários têm o incontestável direito de exigi-la e não mais: todos participarão dos benéficos resultados daqueles princípios. Qual política que o atual presidente vai seguir? A estraga e ruim do infeliz sr. Baptista Pereira? Ou a patriótica e elevada do honrado paulista sr. barão de Três Rios? Os atos do novo administrador dillo-ão. Esperemos pois (PAULISTANO, 1879, ed. 06670 p. 01 - grifo da autora).

Desde o início do povoamento de Campinas, a família Souza Aranha, entre outros sobrenomes, soube estabelecer influência tanto junto ao poder religioso como ao poder político. Seus membros ocuparam diversos cargos, aproximando a ligação dos assuntos políticos aos religiosos, vínculos essenciais para a consolidação do “poder local”, caso de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, que possuía o ofício religioso e, em 1829, ocupou o cargo suplente de juiz de Paz na vila de São Carlos. O controle de cargos políticos garantia não somente o “mandonismo local” (Magalhães, 1992), mas igualmente fornecia prestígio ao grupo familiar do ocupante.

Na visão construída por Lapa (1995, p. 107), a solidez da velha ordem senhorial não conseguiu resistir ao ímpeto da minoria republicana, portadora de uma suposta mudança de valores e símbolos. E, assim, entre arreganhos e arreglos, o senhoriato rural cedeu, pela primeira vez, espaço aos arautos dos novos tempos, quando não ele próprio assumiu esses espaços e tentou, no público e no privado, manter, se não o título, pelo menos o *status* e a dignidade (Lapa, 1995, p. 107).

Goyena Soares (2020) tratou sobre a equação econômica, na qual fatores como o movimento abolicionista e o desmantelamento da ordem imperial ganhavam espaço no cenário campineiro da ascensão social. Em certa medida, ir a favor dos ideários abolicionistas, compactuando com o sistema livre de trabalho, demonstrava ser uma ação interessada. Um grupo de campineiros enxergou, em meio aos prelúdios da Abolição (efetivamente após 1871), uma “janela de oportunidades” para diversificarem seus investimentos, indo além da estrutura monarquista, compreendendo, em certa medida, que a abolição, “resolvida” a partir da vinda de imigrantes como mão de obra “substituta” à servil, os colocaria em um patamar econômico acima da cafeicultura fluminense (Goyena Soares, 2020). Nesse caso, para Goyena Soares (2020, p. 03), aderir às medidas abolicionistas não era uma opção e não ocorreu por fatores simplesmente

econômicos ou, nas palavras do autor, pela “planilha contábil de cada fazenda”, mas sim por uma equação econômica e política que tinha como fatores o movimento abolicionista, o desmantelamento da cafeicultura rival (fluminense) e o ganho de notoriedade perante a administração pública. Contudo, embora favoráveis às reformas servis e a transição, portanto, para o trabalho livre, o grupo de cafeicultores de Campinas, que era tanto político quanto econômico, não abriu mão rapidamente dos escravizados.

Assim como no resto da província de São Paulo, o trabalho servil teve expressiva importância naqueles cafezais até as vésperas de 1888, tornando estranhamente compatíveis os acenos do núcleo ao abolicionismo com a posse escravizada. Não que os valores republicanos não representassem a mudança necessária em função do desgaste do regime monárquico, mas a trajetória baseada na busca pela ascensão econômica, social e pela afirmação do sobrenome familiar se colocava, deveras, acima de valores pessoais.

A esta discussão, a participação dos Souza Aranha não se limitou aos cargos diretos, mas também na participação de associações que arbitravam as condutas políticas e econômicas, ou seja, de forma indireta. Foi o caso de Manoel Carlos Aranha, adepto do partido Liberal e diretor do Clube da Lavoura de Campinas. Acerca do contexto exposto por Muaze (2021) e Queiroz (2003) e das ações vinculadas às práticas de Manoel Carlos Aranha, é possível lançar luz ao ideário que, para os que compunham a classe dominante do Império, durante muito tempo, pertencer ao “mundo civilizado” não significava prescindir da escravidão. Ao contrário, o compromisso com a manutenção da ordem e a expansão da civilização, que reuniu os interesses da classe senhorial e embasou a construção do estado nacional brasileiro, serviu de esteio para a ampliação de uma verdadeira “segunda escravidão” (Muaze, 2021, pp. 04-05).

Nesta seara, a consonância do discurso de Manoel Carlos Aranha com os interesses agrícolas ecoados na imprensa pela associação se estreitou, expondo que as preocupações anunciadas pelo Clube da Lavoura de Campinas, bem como as decisões tomadas pelos fazendeiros que lideravam essa associação, se relacionavam aos interesses partidários do Império (Queiroz, 2003, p. 256). Manoel Carlos Aranha concedeu cartas de alforria a alguns de seus numerosos escravizados quando ainda se verificava, entre os senhores, resistência ao cumprimento das leis abolicionistas que precederam a Abolição em 1888 (Mendonça, 2010, p. 14).

A historiografia que versa sobre a história da cidade de Campinas – alinhavada por autores pioneiros em dar corpo à atuação e à representatividade dos membros da elite de Campinas³¹² – aponta, em geral, Manoel Carlos Aranha como um homem

³¹² A contar por Pupo (1969; 1983) e Brito (1939).

benemérito e de “elevado sentimento de solidariedade humana [...] com gestos altamente meritórios” (Campos Júnior *in* IBGE, 1952, p. 265). Com base no conceito de agente modelador, enquanto indivíduo que direciona suas estratégias em função de interesses que culminam na prática da produção urbana, é possível antever que as condutas de Manoel Carlos Aranha ditavam seus projetos pessoais de se manter enquanto ente senhorial, ampliando seu espólio. Assim dizendo, conceder alforrias significativas à sua mão de obra servil e anunciar tais ações na imprensa como medida liberal apontavam que, além do conhecimento e da certeza de que a Abolição ocorreria em breve, suas práticas estavam sendo direcionadas de forma a manter sua solidez econômica.

Contudo, na mesma moeda em que suas ações liberais ressoavam, o arraigamento ao sistema mercantil baseado na mão de obra escravizada era anunciado nos mesmos periódicos. Em 1870, oito escravizados fugiram da fazenda Jaguari: Rufino Vieira (24 anos), Justino (27 anos), Julião (20 anos), Antônio Evangelista (20 anos), Antônio Simão (30 anos), Antônio José (22 anos), Theodoro Mulato (30 anos) e Adão (40 anos). A prisão ou qualquer notícia sobre o paradeiro dessas pessoas renderia 300.000\$000 (trezentos mil réis) de gratificação feitas pelo comendador Manoel Carlos Aranha (CAMPINAS, 1870, ed. 00080, p. 03).

À contrapelo das notícias levadas à imprensa, em 1871, lavradores, negociantes e capitalistas de Campinas se reuniram em representação enviada à presidência da província, comunicando a preocupação da população livre com o grande contingente de população escravizada, que fazia movimentações à revelia do grupo senhorial. Em ofício enviado, os proprietários pediam às autoridades competentes que tomassem alguma providência a fim de garantir a “segurança e tranquilidade pública dos cidadãos livres”³¹³ (APESP, 1871, p. 01):

³¹³ Assinaram o documento: Camillo Xavier Bueno da Silveira (lavrador), Cândido José Leite Bueno (lavrador), Barão de Ibitinga, Joaquim Bonifácio do Amaral (lavrador), Domingos Leite Penteado, Querubim Uriel Ribeiro de Camargo Castro, Querubim Uriel Ribeiro de Camargo Castro Junior, **José Egídio de Souza Aranha**, **Manoel Carlos Aranha**, João Ataliba Nogueira, Camilo Ferreira da Silva Camargo, Antônio Dias Novaes, **Antônio Egídio de Souza Aranha**, Joaquim Alves A. Salles Junior, Pedro Egídio de Souza Aranha (Lavrador), Manoel Carlos do Amaral (lavrador), Paulino Ayres do Amaral, Francisco Pompeu do Amaral, José Pedro de Sant’Anna Gomes, Augusto C. Luiz, José Guedes de Souza, Francisco Eugenio Pacheco e Silva, dr. Cassiano Bernardo de Noronha C, Manoel Elpídio Pereira de Queiroz, Eliseo Teixeira Nogueira, **Martim Egídio de Souza Aranha**, dr. Theodoro Langgaard, **Joaquim Egídio de Souza Aranha**, Antônio Pompeu de Camargo, Floriano de Camargo Campos, Antônio de Abreu Sampaio, Raphael de Abreu Sampaio, Francisco de Camargo Penteado, João Alves Cruz, Inocêncio Luiz Alves Cruz, João de I. Camargo, A. de Alvares Salles, Francisco Campos Andrade, Floriano de Camargo Penteado, Antônio Pio Corrêa Bittencourt, José Mascarenhas L. Joaquim Ferreira Penteado, Joaquim Floriano Novaes de Camargo, Francisco Martins Alves, Barnabé A. da Fonseca, Pedro A. da Fonseca, Emílio José Gonçalves, José da Costa Lapa Pereira, João Francisco da Silva, Maximiano V. da Cunha, Domingos José Corrêa, Francisco Rodrigues dos Santos, José Martins M., José Martins M. Junior,

Cândido Borges de Cunha (negociante), Jorge Washington Rembrandt, José N. Monteiro, Joaquim Candido (agente consular de Portugal), Manoel José das Chagas (artista), Antônio Carlos Vianna (artista), Salvador Thomaz (guarda livros), José Manoel Alves Cruz, Antônio Alves de Barros Cruz, Custódio Manoel Alves. José Brás de Oliveira, **José Machado de Campos Aranha (lavrador)**, José Duarte Lisboa (negociante), João Nepomuceno de Campos (escrivão e desembargador), Maria Nuevo, Inês da Rocha Leite Belmont, Juvêncio Augusto Monteiro, Benedito Correa de Moraes, João Baptista Monteiro, Firmino Antônio Vieira da Silva (contador), Ananias Dias de Mello, Damaso Xavier da Silva, João Brás da Silva, Felisberto Soares de Brito, Cândido Pinto A, Amaro Pereira da Silva, José Ferreira, Joaquim Theodoro Alves, Antônio Jesuíno de Oliveira Barreto, Balthazar Jesuíno de Oliveira Barreto, José Martins da Silva (artista), João dos Santos, Fidelis Antônio Machado, Valerio Alves de Macedo, José Manoel da Cerqueira César (escrivão de paz), Benedito Theodoro, Joaquim José Mariano, Luiz Manoel Dias, José de Camargo, José Saraiva Salles de Mello, Antônio Carlos Sampaio (lavrador), Antônio Augusto, José Augusto do Amaral Salles, José Ribas de Ávila (subdelegado no 2º distrito), Antônio Sebastião Franco, Joaquim Franco dos Santos, José Firmino dos Santos, José Teixeira Nogueira (lavrador), Antônio G. Machado (negociante), Antônio Carlos de Alves Nogueira (lavrador), José Elias de Oliveira, Bento Quirino dos Santos, Amador Florencio (lavrador), Joaquim Ignácio de Santos Machado (lavrador), **José Francisco Aranha (lavrador)**, **Joaquim Paulino Barbosa Aranha (lavrador)**, **Alberto Egídio de Souza Aranha (lavrador)**, João Fortunato Ramos dos Santos (negociante), Francisco Teixeira Nogueira (lavrador), João Francisco de Andrade Franco (lavrador), Antônio Francisco Castro, Antônio de Sampaio Peixoto, José Bonifácio de Campos Ferraz, Francisco Mário dos Santos (advogado), José Bento dos Santos (lavrador), Januário Ferraz, Raphael Lopes Branco (advogado), Antônio Carlos de Abreu, padre Francisco de Abreu (da freguesia de Santa Cruz), Joaquim Pedro Kehl, o vigário José Joaquim de Souza Alves, **Joaquim Policarpo Aranha (lavrador)**, Joaquim Antônio da Silva Camargo, Joaquim Alves (negociante), Miguel M. (lavrador), Francisco de Paula Bueno (lavrador), Ermelindo Nogueira, Antônio Leite de Campos, João Lopes da Silva (negociante), Manoel Ribeiro (negociante), Antônio Joaquim de Assis, Antônio de Souza Carneiro (negociante), Agostinho Lopes, Villares Queiroz, Bernardo de M. Barros (negociante) Francisco José Carvalho, Antônio Pereira de Sampaio, João Francisco F. Jorge, A. M Ferreira Campos, Domingos M. Fernandes, Francisco José M. de Abreu, Querubim R. Arruda (lavrador), Antônio G. dos Santos, Antônio J. Ribeiro (negociante), Antônio J. Nogueira, Francisco F. de M. (negociante), Francisco R., Antônio José Franco, João G. Ferreira, Manoel Joaquim Duarte (negociante), Firmino A. P. Cabral, João Mendes, Joaquim Duarte de Rezende, João Monteiro Barboza, José Quirino dos Santos Simões (lavrador), Manoel Rego (negociante), Domingos Vieira P. (negociante), Manoel Araújo R. J., **José Francisco Barbosa Aranha (lavrador)**, Manoel Ferraz de Campos Salles (advogado), Diogo Leite Penteado (lavrador), Oscar Leite de Barros (lavrador), Francisco de Paula Souza Camargo (lavrador), Joaquim Carlos Duarte (lavrador), José C. de Cerqueira Leite (lavrador), Antônio Pinto Ferraz, Francisco Glicério de Cerqueira Leite (solicitador), José de Barros Penteado (lavrador), Domingos Teixeira Nogueira, Augusto Xavier Bueno de Silveira (lavrador), Floriano Álvaro de Souza Camargo, Francisco Álvaro de Souza Camargo, José Bicudo de M. (lavrador), Candido de Souza Camargo (lavrador), Antônio C. de Queiroz (lavrador), Antônio Duarte, Bento Bicudo, Antônio Correa Barbosa, José Franco de Andrade, Antônio Cândido de Mello, Luiz Ferraz de Abreu, Lourenço Ferraz de Campos, Francisco de Paula Ferraz, dr. Valentim José de Silveira, Joaquim Martins de Azevedo (vereador), **Carlos Egídio de Souza Aranha (lavrador)**, Estanislau de Campos Salles (lavrador), Eliel Sintra de Barros (advogado), Joaquim de Arruda Camargo (capitalista), Sabino Ferreira da Silva (fazendeiro), Joaquim Ferreira Nogueira (lavrador), Vicente S. Bueno, João Bierrembach (vereador), João Antônio Bierrembach, João Gomes Pinto, Francisco Borges (suplente do subdelegado), Antônio Luiz Veloso (negociante), Antônio Henrique de Carvalho (negociante), Domingos Garcia Nunes, Alfredo Pinheiro, Eloy Cerqueira, Joaquim Correa de Mello, José Manoel Bueno, Francisco Araújo Rozo, Luiz Silveira Alves Cruz, Antônio Francisco do Amaral Gurgel, Aureliano A., dr. Daniel F. Júlio da Silva (médico), João de Paula Mascarenhas (negociante) Antônio Benedito de Cerqueira César (negociante), G. Bernard H. Weill (negociante), Gomes Pujol C. (negociante), Miguel N. A. (negociante), João Baptista de Paula (negociante) (APESP, 1871, pp. 07-14 - grifo da autora).

É notória e sabida por toda a Província a grande superioridade numérica da população escrava sobre a população livre, neste município. É igualmente palpável e patente a todos o antagonismo congênito à diversidade de condições das duas raças. Uma que sempre dominou; outra que ainda reluta obedecer. Daqui esta natural consequência: a população escrava é a inimiga capital da população livre. Certos; e inimigos não se tratando com afagos e carinhos, incompatíveis com o divórcio perene das duas raças que se repelem, este município o maior núcleo de escravos da Província só tem a esperar destes, toda sorte de males que a sua própria condição anômala lhes inspira (APESP, 1871, p. 01).

Alegaram, no teor do ofício, que para a existência do número “avantajadíssimo” de escravizados se sustentasse, “os olhos da província e do Império” deveriam recair sobre o município a fim de velar pela “sua existência e prosperidade” (APESP, 1871, p. 02). Na sequência:

Infelizmente, porém não é tudo; há mais a considerar factos característicos e circunstanciais peculiares a situação que demonstram sua feição grave e justificam sérias apreensões. **Na escravatura do Brasil, depois da abolição do tráfico de Africanos, operou-se uma, hoje completa substituição do pessoal agrícola. Em outros tempos a raça africana braçal quase compunha a totalidade dos escravos. Então o estado de embrutecimento e pouquidade de inteligência que constituíam sua feição particular, menos desconfiança, inspiração e mais facilmente permitiam sua sujeição aos serviços de seus senhores** (APESP, 1871, p. 03 - grifo da autora).

A discussão acerca do documento enviado ao presidente da província, Vicente Pires da Mota, em 1871, alegava que a proibição do tráfico desde 1850 instaurou uma lógica onde os escravizados africanos:

[...] desapareceram e foram substituídos por escravos filhos dos pais [...] **Estes, nascidos e educados entre nós** e conseqüentemente participando da nossa índole, costumes e datados de uma esfera intelectual muito mais dilatada que a de seus, primitivos troncos **tendem a aspirações**, compatíveis com o seu desenvolvimento e, **portanto, a liberar-se daquela subserviência passiva dos primeiros** [...] (APESP, 1871, p. 03 - grifo da autora).

Até 1850-1851, a oferta da mão de obra dependida fundamentalmente do comércio transatlântico, resultando em uma participação elevada de africanos na população escravizada de Campinas. Após a extinção do tráfico, o comércio interno de escravizados, realizado entre os municípios paulistas e as províncias, tornou-se a alternativa de fornecimento. Uma possibilidade de reposição e crescimento da

população escravizada era através da reprodução natural positiva, a qual sempre foi descartada pelos senhores de elite, que a reconhecia como negativa (Ribeiro e Cunha, 2018, p. 11). Nas palavras do ofício encaminhado, ponderavam que a reprodução natural habilitava o direito à discussão dos escravizados, que anunciavam reivindicações como “discutir o direito de propriedade a legitimidade de seus direitos” (APESP, 1871, p. 04). Os argumentos utilizavam tangiam a episódios ocorridos, como o caso de um escravizado de São João do Rio Claro que havia assassinado seu senhor por “não saber a razão de por que deveria trabalhar toda sua vida em proveito exclusivo de um homem igual a si” (APESP, 1871, p. 04):

Enfim, a quadra não é mais a mesma de outros tempos; é cheia de circunstâncias ponderadas; é menos garantidora a tranquilidade publica; e por isso mesmo reclama, mais do que nunca, providencias severas e urgentes. É baseada nestas cogitações e nos factos narrados que as motivam, que os abaixo assignados, ainda que calmos e despidos de terrorismo, profundamente convencidos de que, todavia, há perturbação nos espíritos e que a tranquilidade da produção livre somente voltará quando for colocada nesta cidade, a disposição. Da respectiva autoridade, uma força suficiente vêm pela presente cientificar á V. Exc.^a destas ocorrências importantes e solicitar, com a adversidade possível a remessa de um contingente que com o que existe nesta cidade, faça o número de cem praças efetivas e permanentes comandadas por um oficial de patente correspondente, afim de que a segurança pública neste município possa inspirar alguma confiança e esperam, que V. Exc.^a, conhecedor como é das necessidades da província e com especialidade deste município, se dignará atender a tão justo pedido (APESP, 1871, pp. 06-07).

Doze membros da família Souza Aranha assinaram o ofício encaminhado, entre eles: José Egídio de Souza Aranha, Manoel Carlos Aranha, Carlos Egídio de Souza Aranha (lavrador), José Francisco Barbosa Aranha (lavrador), Joaquim Policarpo Aranha (lavrador), José Francisco Aranha (lavrador), Joaquim Paulino Barbosa Aranha (lavrador), Alberto Egídio de Souza Aranha (lavrador), José Machado de Campos Aranha (lavrador), Joaquim Egídio de Souza Aranha, Martim Egídio de Souza Aranha e Antônio Egídio de Souza Aranha (APESP, 1871).

Esse ofício, além de reforçar a dependência da classe senhorial ao sistema mercantil, revelava, de certa maneira, a contradição entre os anúncios com práticas de alforria e abolicionistas, que podiam ser interpretadas como uma estratégia para elevar a notoriedade. De certa maneira, estavam se resguardando perante o cenário instável: caso a abolição ocorresse, haviam se assegurado mediante as publicações na imprensa e via manifesto. Em caso contrário, os interesses econômicos se manteriam preservados.

Não à toa, em 1887 veiculou-se, na capital da província, notícia de que Manoel Carlos Aranha realizou uma libertação em massa de escravizados em sua fazenda Pau d'Alho: "LIBERTAÇÃO EM MASSA – Eleva-se a trezentos, mais ou menos, o número dos escravos pertencentes ao comendador Manoel Carlos Aranha, importante fazendeiro residente em Campinas e que o mesmo cidadão pretende libertar a 24 de junho de 1890" (PAULISTANO, 1887, ed. 06086, p. 02).

Sem maiores novidades, a Abolição ocorreu em 1888 e, em 1887, sem saber ao certo quando ocorreria, Manoel Carlos Aranha anunciou à imprensa da capital da província a soltura de mais de 300 escravizados. Claramente, uma estratégia de anunciar seu apoio às medidas liberais, se "adiantando" às alforrias. De um lado, sua postura rumava consoante ao que se acreditava ser a solução para a economia agrária, enquanto, de outro, demonstrava que seus ideários se mantinham alinhados à elite, que ia encontrando alternativa lucrativa na lógica da mão de obra livre, de imigrantes empregados nas lavouras, substituindo os escravizados.

Tratava-se de adotar uma postura que demonstrasse seu feito, seu interesse e seu conhecimento perante os assuntos políticos e econômicos. Ao que as notícias indicam, Manoel Carlos Aranha declarava possuir uma relação auspiciosa com seus escravizados. Mendonça (2010, p. 14) aponta que Manoel Carlos Aranha contratou professores para a instrução de seus escravos menores no ano de 1885. A interpretação é dúbia quanto à "generosidade" anunciada: de um lado, fornecer instrução aos seus escravizados era garantia de um vínculo de gratidão e servidão, tornando-os educados e melhor direcionando-os em suas tarefas. Entretanto, de outro lado, "contribuir para a ordem do Estado" era indicativo bem-visto pelo Império (Oliveira, 2018, p.218). Portanto, prestações filantrópicas, pertencer e possuir instituições financeiras, conceder donativos significativos e anunciar seus feitos à imprensa ditavam a escala de possibilidades do seu agenciamento. Em notícia publicada em 1873, possuía um escravo, Lucas Guedes Pinto, encarregado das obras da irmandade de São Benedito, e que assumiu tal função por decorrência do falecimento do juiz Francisco Barbosa do Quilombo (CAMPINAS, 1873, ed. 00416, p. 03). De certa forma, educar e instruir seus escravos permitia que sua influência e arbítrio tivessem um alcance maior em Campinas.

Da mesma forma, Antônio Egídio de Souza Aranha, primo de Manoel Carlos Aranha, trilhou rumos políticos que jogaram luz sobre seus feitos. Em 1869, foi presidente da Câmara Municipal (CAMPINAS, 1869, ed. 00001, p.03), além de prestar auxílio financeiros a causas diversas, tal como o envio, em 1871, da quantia de 30\$000 (trinta mil réis) por "espontânea concorrência de filantropia [...]" às vítimas acometidas pela peste em Buenos Aires (CAMPINAS, 1871, ed. 00151, p. 02).

Em outro momento, em 1871, contribuiu para a “subscrição permanente em favor dos franceses, vítimas da guerra franco-prussiana”, com 10\$000 (dez mil réis). Para essa contribuição, o montante doado pela família Souza Aranha foi grande: Joaquim Paulino Barbosa Aranha doou 20\$000 (vinte mil réis)³¹⁴; José Francisco Barbosa Aranha doou 20\$000 (vinte mil réis); Joaquim Egídio de Souza Aranha doou 10\$000 (dez mil réis), Antônio Egídio de Souza Aranha doou 10\$000 (dez mil réis) e Martim Egídio de Souza Aranha³¹⁵ doou 5\$000 (cinco mil réis), somando uma quantia de 65\$000 – sessenta e cinco mil réis (CAMPINAS, 1871, ed. 00155, pp. 03-04).

A atuação mais emergente e significativa desse grupo se deu a partir da convocação do Congresso Agrícola de 1878. Segundo Muaze (2021), o grupo de cafeicultores de Campinas solicitou a montagem de um estande próprio na exposição, buscando ampliar a sua visibilidade econômica no mercado internacional. Enviavam amostras do café local e participavam ativamente da propaganda do produto a fim de se inserirem nos debates econômicos e de alcançar oportunidades rentáveis. Manoel Ferraz de Campos Salles foi nomeado como orador do Clube da Lavoura de Campinas a fim de representar a associação em seus discursos (AGRÍCOLA, 1878, pp.166-167). Engajados na busca por alternativas ao crédito agrícola, assinaram e atestaram presença no certame, Antônio Egídio de Souza Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha, o barão de Três Rios, de Campinas, São Paulo (AGRÍCOLA, 1878, pp. 03-04).

A partir de 1880, os liberais praticamente dominaram a associação: naquele ano, João Ataliba de Nogueira foi escolhido presidente e, dois anos mais tarde, além do presidente Carlos Noberto de Souza Aranha, pelo menos dois diretores passaram a pertencer ao partido Liberal: Carlos Egídio de Souza Aranha e Antônio Francisco de Andrade Couto³¹⁶ (Queiroz, 2003, p. 251).³¹⁷

Para Goyena Soares (2020, p. 03), a estratégia do grupo senhorial de Campinas foi de compreender que os prenúncios da Abolição significariam um “golpe fatal” à cafeicultura e, portanto, expandir os negócios, ou seja, injetar o capital campineiro excedente em outras atividades que não a lavoura revelava uma forma de enxergar, em

³¹⁴ O capitão Joaquim Paulino Barbosa Aranha foi casado com Brasília de Souza Melo. Fonte: <https://encurtador.com.br/hinW5>. Acesso em out. 2022.

³¹⁵ “De anteontem para ontem, deu um golpe de faca no pescoço de modo a interessar a artéria carótida, a preta Benedita escrava do sr. Martim Egídio de Souza Aranha. O fato passou-se na fazenda e, como era mortal o ferimento, trataram logo de conduzir a ofendida para a cidade a fim de ser-lhe aplicado o devido curativo. Em caminho, porém faleceu. O subdelegado, Alberto Muller fez os autos de corpo delito e procedeu as averiguações legais”. (CAMPINAS, 1875, ed. 00559, p. 02).

³¹⁶ Carlos Noberto de Souza Aranha era filho de Manoel Carlos Aranha e sua primeira esposa, Anna Thereza de Souza Aranha. Carlos Egídio de Souza Aranha era filho de Joaquim Egídio de Souza Aranha e sua primeira esposa, Maria Luíza Pereira de Queiroz.

³¹⁷ Na concepção de Rodrigues (2011), os liberais e os conservadores defendiam a manutenção do sistema servil, a contar que o posicionamento conservador era adepto ao fortalecimento do poder moderador.

meio à crise, uma “janela de oportunidade” de ampliar os negócios e ascensão social. Ao vislumbre das palavras de Goyena Soares (2020), assumir uma afiliação política já anunciava, além da ação interessada, um direcionamento de seus interesses particulares. Em 1870, Manoel Carlos Aranha foi retratado junto à Gazeta de Campinas como “[...] importante e muito conhecido fazendeiro [...]” que em companhia de seu irmão, Joaquim Policarpo Aranha e de outros nomes, recorrem à imprensa para obter adesão e “[...] meios de mandarem vir colonos da Europa a fim de empregarem nas suas fazendas [...]”. Pois, com os desdobramentos abolicionistas a partir de 1850, buscavam uma “[...] solução única do problema que pesa hoje sobre os horizontes da agricultura: a escassez de braços” (CAMPINAS, 1870, ed. 00030, p. 02):

A LAVOURA SE ERGUE – Estamos informados de que os importantes e muito conhecidos fazendeiros, **os senhores comendador Joaquim Bonifácio do Amaral, Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha**, desse município, comendador Antônio Carlos de Arruda Botelho, de São Carlos do Pinhal, Francisco da Cunha Bueno, do Rio Claro, tratam entre si, e procurando a adesão e o concurso do maior número possível de seus colegas lavradores, **tratam, dizemos, de dar um passo interessantíssimo para o futuro lisonjeiro que entre abre os destinos desta província. Acham-se aqueles senhores em combinações atentando e ajustando nos meios de mandarem vir colonos da Europa afim de empregarem nas suas fazendas**, convencidos pela intuitiva razão de que não só essa espécie de trabalhadores oferece as mais sólidas garantias de resultados seguros, avantajados por todas as faces aos de qualquer outra, mas ainda apresenta a solução única do problema que pesa hoje sobre os horizontes da agricultura: a escassez de braços [...] Parabéns, pois aos nossos patrícios que tomam tão **profícua resolução e assim abra o belo exemplo em bem de todos nós que almejamos a prosperidade do nosso país** (CAMPINAS, 1870, ed. 04088, p. 01 - grifo da autora).

Apesar do pioneirismo na introdução de trabalhadores livres em suas fazendas, Manoel Carlos Aranha possuía diversos registros junto à Coletoria de Rendas Provinciais de Campinas sobre a compra de escravizados: comprou 17 escravizados no ano financeiro de 1875-1876; cinco escravizados foram comprados em 1877-1878; 20 escravizados foram adquiridos em 1878-1879 e nove em 1881-1882 (Bianconi, 2002, p. 66). O paradoxo se apresentava, no cenário onde se defendia romper com a dependência dos braços servis, em relação àqueles que expressavam aos ventos vozes abolicionistas, mas aglutinavam em seus latifúndios os maiores números de escravizados, revelando assim que quebrar com o sistema vigente passou a representar que saíam “[...] à frente da reformulação da ordem econômica e política” (Goyena Soares, 2020, p. 03). Em mesma medida, revelava-se a contradição de Manoel Carlos Aranha, que anunciava à imprensa (campineira e da capital da província) suas ações que indicavam romper com a tradição escravista, tal qual noticiado em 1874, onde anunciou junto à “A Gazeta de

Campinas” a alforria, através de carta, de dois escravizados: José e sua esposa, Emília, mediante a quantia de 3:500\$000 (três contos e quinhentos mil réis), passando a chamar o liberto José de Calazans Barbosa (CAMPINAS, 1874, ed. 00481, p. 02).

Contudo, na mesma imprensa, eram notificados diariamente óbitos significativos de seus escravizados: em 1870, 13 escravizados de Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha foram a óbito. Em 1871, esse número representou 36 escravizados, enquanto 33 óbitos foram notificados em 1872; já em 1873, 30 escravizados pertencentes aos irmãos Joaquim e Manoel foram a óbito, e em 1874 esse número foi de 18 escravizados. No total do período, foram levantados 130 obituários de escravizados dos irmãos Joaquim e Manoel.³¹⁸ Sob essa dialética, assumir uma postura a partir de medidas abolicionistas condizia aos interesses do Império e se fazia necessário, portanto, anunciar alforrias e declarar a postura “benemérita” como estratégia para se manter sob os holofotes do prestígio social. Entretanto, pelos óbitos de escravizados notificados diariamente, os pilares do regime imperial se mostravam arraigados na instituição escravista.

Em coluna publicada no “*Almanak de Campinas para 1873*”, escrita por Campos Salles, foi anunciado:

Pode se asseverar que hoje não há em Campinas um só lavrador que não tenha compreendido a necessidade de ir desde já ensaiando o trabalho livre. E compreender essa necessidade é o mesmo que tratar de provê-la: espera-se somente a primeira oportunidade. **A prova desta verdade é que o Sr. Manoel Carlos Aranha, um dos mais opulentos fazendeiros deste município, espera receber em breve um crescido número de colonos que mandou vir da Europa.** Dando tão valioso impulso a esta iniciativa, que será indubitavelmente a melhor salvaguarda dos nossos interesses agrícolas, o ilustre fazendeiro presta um serviço de máximo alcance a lavoura do município (SALLES *in* LISBOA, 1872, p. 79 - grifo da autora).

Nesse mesmo ano, 12 famílias de colonos alemães, totalizando 64 imigrantes, chegaram em Campinas com **destino à fazenda Pau d’Alho de Manoel Carlos Aranha**, anunciado pela imprensa republicana como “o começo da solução dos mais grave dos problemas que agitam o país, pondo os interesses sociais e econômicos envoltos aos esforços individuais [...] e tendem a assegurar o futuro da nossa lavoura” (CAMPINAS, 1873, ed. 00323 p. 02 - grifo da autora).

Os memorialistas locais, pioneiros em dar corpo à atuação e à representatividade dos membros da elite de Campinas, apontavam, em geral, Manoel Carlos Aranha como um homem benemérito e de “elevado sentimento de solidariedade humana”. A ideia

³¹⁸ Dados extraídos da sessão de obituários do jornal A Gazeta de Campinas (1870-1874).

do benemérito não se associava ao discurso laudatório de memorialistas, neste caso. Conforme Bluteau (1728) e Pinto (1789), é àquele que é digno de honra, em consideração aos serviços ou boas obras feitas. A cidade de Campinas era, portanto, vista por seus habitantes como uma cidade de beneméritos, onde não era necessário esperar uma iniciativa do governo, pois a iniciativa particular se sobressaía, fosse cunhada de forma individual ou a partir do grupo senhorial. A coluna escrita no Almanach para Campinas de 1879, sob título “Iniciativa Particular” (utilizada como epígrafe deste subitem), destinou-se a exaltar algumas dessas benfeitorias, bem como seus realizadores (Ferreira e Dutra *in* Almanach, 1879, pp. 85-95).

O discurso de Manoel Carlos Aranha, em uma escala local, era consonante com o imperador D. Pedro II, que já havia feito uma série de atos a fim de sinalizar o fim do sistema escravista: já havia escolhido chefes de gabinetes com vistas a encaminhar propostas temáticas para a discussão da Abolição no Brasil; recomendou projetos que previam abolir a escravidão; forçou a inclusão do tema da escravidão nas falas públicas e agiu na aprovação de leis que beneficiavam os escravizados.³¹⁹

³¹⁹ Sobre a conduta de d. Pedro II, recomenda-se a leitura da tese de doutorado de El Youssef (2019).

3.3 O agenciamento no território: os investimentos dos Souza Aranha nas ferrovias

Entre os anos de 1864 e 1870, o Brasil, aliado à Argentina e ao Uruguai, esteve envolvido na guerra contra o Paraguai. A participação brasileira foi financiada, em grande parte, através da emissão de moeda, dos títulos públicos e dos impostos. Acerca desse momento, nas palavras de Silva (2011), a província de São Paulo “se desgarrou” do Rio de Janeiro, com os paulistas se beneficiando da expansão do papel-moeda emitido para financiar a compra de máquinas de beneficiamento de café e escravizados, enquanto a capital do Império concentrava-se na aquisição de títulos da dívida pública e consolidava-se, portanto, como centro financeiro nacional. Assim, prevaleceu em São Paulo a figura emergente do fazendeiro-empREENDEDOR: homens de “espírito capitalista, iludidos pelo empreendedorismo, pela fertilidade dos solos, da disponibilidade de terras, da modernização das técnicas produtivas e do desenvolvimento ferroviário” (Goyena Soares, 2020, p. 04; Silva, 2011, p. 139).

Sob certa circunstância, a conjuntura econômica favorável proporcionada pela fluidez de capital gerada pela guerra do Paraguai foi associada aos efeitos produtivos ligados ao início da construção das ferrovias. Conforme apontado por Silva (2011, p. 140), o cálculo a ser realizado para estipular onde os ramais férreos seriam implantados dependia da avaliação do lucro em relação à quantidade de produto a ser escoado em determinada região, além da viabilidade do terreno.

O grande fazendeiro de café não restringiu a sua atuação à atividade agrícola, mantendo interesses ligados às atividades comerciais e financeiras. De forma geral, quando começou a atuar em outros negócios, o produtor de café passou a reservar menor atenção às fazendas, dedicando-se cotidianamente às outras empresas (ferrovias, serviços de utilidade pública, grande comércio de importação, bancos e, mais tarde, indústrias), fixando residência nas cidades graças à facilidade de locomoção proporcionada pelas ferrovias, e contribuindo para mudar às características dos centros urbanos (Bianconi, 2002, p. 87).

O viajante suíço Johann Jakob Von Tschudi, em expedição às terras do interior da província de São Paulo, apontou em seus registros a presença massiva de cafezais, mas ainda se tratava de uma produção “realizada de modo extensivo”, pouco racional, o que não favorecia um escoamento rápido e ágil do processo (Bianconi, 2002, pp. 11-12). Os elevados custos do transporte na produção do oeste Paulista até o porto de embarque (Santos), representavam um problema para a expansão lucrativa da lavoura cafeeira na região. Nesse sentido, as vias férreas seriam o meio mais certo, rápido e

eficaz de se realizar o transporte, tornando as novas áreas economicamente viáveis para exportação agrícola (Bianconi, 2002, p. 15).

Como solução do problema do transporte, até então feito por muares e carroças, foi viabilizada uma discussão na província de São Paulo, em meados do século XIX, para a construção de uma estrada de ferro ligando a capital a Santos. Sem dúvida, essa obra beneficiaria municípios produtores de café e açúcar, como Campinas, Jundiaí e Limeira, com grande potencial de expansão da produção, se vencidas as enormes distâncias até o porto de Santos (Bianconi, 2002, p. 16).

Em 1856, foi viabilizada a concessão pelo governo para a construção de uma primeira estrada, que tinha por objetivo conectar a cidade de São Paulo à Santos, ramificando sentido Jundiaí. A concessão era da companhia São Paulo Railway, mediante a garantia de juros recebido pelo governo imperial. A construção teve início em 1860 e término até Jundiaí em 1867. Entretanto, conforme apontado por Bianconi (2002, p.16), o ramal férreo foi finalizado seis léguas antes do terreno mais produtivo da província, entre São Paulo e Jundiaí. O governo, alegando falta de recursos para empreender esse melhoramento, deixou a cargo de agricultores, capitalistas e comerciantes da província a iniciativa da obra, considerando que essa dinâmica os interessava (Bianconi, 2002, p. 17).

No caso da província de São Paulo, essa diversificação foi dinamizada pelas companhias ferroviárias, que articularam a produção cafeeira do interior à zona exportadora do litoral, pois muitos fazendeiros, com a expansão da produção rumo ao oeste paulista, foram quase que obrigados a viabilizar a infraestrutura necessária ao negócio do café. Essa elite paulista transformou as dificuldades em oportunidades para a diversificação de investimento de seus capitais (Silva, 2011, p. 168). Investir em ferrovias passou a ser um caminho seguro, atraindo capitais ligados à economia cafeeira. A estratégia de monopolizar o único caminho que servia de escoadouro de toda a produção cafeeira paulista e de não estender as linhas férreas rumo ao interior, exigiu a organização dos homens ligados ao grupo senhorial (Sabarim, 2016, pp. 24-25).

A implantação das ferrovias em São Paulo, a partir da década de 1870, contribuiu substancialmente para a expansão do processo de acumulação, no complexo cafeeiro, sob dois principais aspectos (Bianconi, 2002, p. 14): 1. aumentar a produtividade, diminuindo os custos com transportes e as perdas durante o percurso, já que as ferrovias elevavam a lucratividade dos produtores, permitindo a expansão do excedente gerado na cafeicultura, sendo, portanto, vista como atividade rentável; 2. uma opção para a utilização desse excedente acumulado com a diminuição dos custos. Investir o excedente em ferrovias era chegar na origem e no destino do capital

acumulado dos fazendeiros-capitalistas. A rede ferroviária facilitou o trajeto que essas famílias passaram a desenvolver. O empresariado do café caracterizou-se pela itinerância. Dividia seu tempo entre a fazenda aonde ia em meados do ano, nos meses de colheita. A cidade próxima à fazenda passou a ficar esquecida pelo cafeicultor, que se dirigia agora diretamente à sua fazenda, alcançada desde a ferrovia principal por ramais. Conforme a importância do fazendeiro, a locomotiva entrava pelos desvios, permitindo que ele apeasse o mais perto possível da sede (Homem, 1996, p. 53).

Surgiu assim, na cidade de Campinas, em 1868, a primeira ferrovia que estendeu os trilhos rumo ao interior: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, constituída como sociedade anônima com 25 mil ações distribuídas entre 654 acionistas (Sabarim, 2016, p.25). De Jundiaí em diante, a obra – que concorreu com os estradões de terra frequentados por muares, tropas e diligências – foi possível devido ao emprego do capital dos fazendeiros paulistas, motivados pela alta produtividade dos cafezais, sendo inaugurado o trecho entre Jundiaí e a cidade de Campinas em 11 de agosto de 1872 (Zambello, 2005, p. 40).

Nos estudos de Sabarim (2016, p. 26) apoiado em Saes (2002), foi apontado que nenhum dos acionistas possuía mais que 1.000 ações investidas de uma só vez na companhia. Contudo, determinados grupos familiares tinham presença destacada, como os Silva Prado, os Souza Queiroz e os Paes de Barros, com capital originário das lavouras e das incursões comerciais. Ainda que Sabarim (2016) não inclua os Souza Aranha nos grupos familiares, em 1872, foram computados como acionistas da Companhia Paulista. A somatória dos investimentos de membros da família Souza Aranha era de 1.080 ações, conforme visto no quadro 23:

QUADRO 23- AÇÕES INVESTIDAS PELA FAMÍLIA SOUZA ARANHA NA COMPANHIA PAULISTA DE ESTRADAS DE FERRO EM 1872 ³²⁰		
Nº	ACIONISTA	AÇÕES INVESTIDAS
1.	ANTÔNIO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	25 ações
2.	JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	125 ações
3.	JOAQUIM PAULINO BARBOSA ARANHA	50 ações
4.	JOAQUIM POLICARPO ARANHA	175 ações
5.	JOSÉ EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	130 ações
6.	JOSÉ FRANCISCO BARBOSA ARANHA	50 ações

³²⁰ PAULISTA, 1872, pp. 35-47.

7.	LUÍS PINTO DE SOUZA ARANHA	10 ações
8.	MANOEL CARLOS ARANHA	150 ações
9.	MARIA BRANDINA DE SOUZA ARANHA	15 ações
10.	MARIA FRANCISCA BARBOSA ARANHA	50 ações
11.	MARIA LUZIA DE SOUZA ARANHA	200 ações
12.	PEDRO EGÍDIO DE SOUZA ARANHA	100 ações

Quadro 23. Ações investidas pela família Souza Aranha na Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Fonte: PAULISTA, 1872, pp. 35-47.

3.3.1 Desapropriações e interesses de Joaquim Policarpo Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha nos trilhos da Companhia Paulista de Estradas de Ferro

Conforme sessão da Assembleia Geral realizada em 28 de janeiro de 1872, foi realizada uma listagem demonstrando quais proprietários sofreram desapropriação de suas terras por passagem do leito férreo, segmentado através de três secções. Na primeira secção e em parte da segunda, localizadas no município de Jundiaí, destaque a três membros da família Queiroz (Estanislau José de Oliveira Queiroz, tenente coronel Manoel Elpídio Pereira de Queiroz e dr. Rodrigo Antônio Monteiro de Queiroz) que tiveram parte de suas terras destinadas à passagem do trilho e que, na data da Assembleia, já haviam estreitado laços com os Souza Aranha mediante casamentos³²¹.

Já na segunda e na terceira secções, compreendendo o trecho pertinente ao termo da cidade de Campinas, Joaquim Policarpo Aranha teve suas terras desapropriadas, assim como o comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha (PAULISTA, 1872, pp. 27-29). As desapropriações foram discutidas em reuniões do diretório da companhia desde 1870, alegando ser necessário “mandar proceder aos trabalhos de desapropriações de terrenos e benfeitorias, que porventura existam na zona de terras, que de servir de leito da estrada[...]” (PAULISTA, 1870, p. 06):

Para esse fim comissionou os prestimosos **cidadãos comendadores Joaquim Egídio de Souza Aranha**, Joaquim Bonifácio do Amaral, doutor Rodrigo Antônio Monteiro de Barros afim de se entenderem com os respectivos proprietários a chegarem a um acordo razoável com os mesmos acerca dos preços das desapropriações, **servindo de avaliador por parte da companhia o tenente coronel José Egídio de Souza**

³²¹ Estanislau José de Oliveira Queiroz foi vigário de Jundiaí e responsável por lavrar as escrituras dos Registros Paroquiais de Terra da cidade de Jundiaí, produzidos entre 1855 e 1865.

Aranha. Graças a valiosa intervenção desses auxiliares, e a boa vontade, que em regra geral se manifesta por parte de todos os paulistas em favor desta empresa, parece que as desapropriações vão ser feitas sem estreito judicial e na melhor harmonia pelas partes interessadas (PAULISTA, 1870, p. 06 - grifo da autora).

O primeiro trecho inaugurado da linha-tronco da Companhia Paulista, que ligava Jundiaí à Campinas, adentrava o município de Campinas através das terras que pertenciam ao bairro do antigo “pouso dos Pinheiros”, conhecido como “região dos Valinhos”³²². A estação dos Valinhos fazia parte da terceira parada deste trecho, sendo anunciada sua inauguração em 3 de março de 1872, na Gazeta de Campinas:

Estrada de ferro - Segundo ouvimos a pessoa fidedigna e bem-informada, abre-se no dia 15 do corrente mês a linha férrea entre Jundiaí e esta cidade, até a estação dos Valinhos em diante. É um ato este que devemos louvar ao diretório da Companhia Paulista por satisfazer a uma necessidade pública e uma aspiração geral (CAMPINAS, 1872, ed. 00237, p. 02).

As terras desapropriadas de Joaquim Policarpo Aranha, eram parte de sua fazenda denominada Dois Córregos. Segundo Pupo (1983, p. 179), o latifúndio era originário de Francisco Teixeira Vilela, herdeiro único de Antônio Manoel Teixeira.³²³ As terras de Francisco Teixeira Vilela foram vendidas a Thomaz Luís Alves e sua esposa, Maria Joaquina de Abreu Cruz, provavelmente na década de 1860.³²⁴ Em 1862, Thomaz Luiz Alves possuiu várias fazendas em Campinas e financiou o conserto da estrada que ligava Campinas à Constituição (atual cidade de Piracicaba). (PAULISTANO, 1862, ed.

³²² Valinhos se tornou freguesia em 1896 e município em 1954. Fonte: SEADE.

³²³ Essa propriedade foi registrada em 1856 junto ao RPT como: “terras pertencentes ao casal de Francisco Teixeira Vilela no distrito de Campinas”, sendo “[...] um sítio denominado Morro Alto – com engenho de fabricar açúcar, terras de cultura, benfeitoria o qual obteve por herança de seu falecido pai, Antônio Manoel Teixeira. Suas divisas principiam na margem do rio denominado Atibaia e segue por um espigão acima e depois desce até um barreiro contendo meia légua de extensão divisando com Felipe Franco, de então segue o rumo direto até uma estrada que se dirige para a fazenda denominada Cachoeira contendo meia légua de extensão e divisa, digo, contendo um quarto de légua mais ou menos de extensão divisando com terras que pertenceram ao falecido Manoel do Amaral, e ignorando hoje quem são seus possuidores, de então atravessa a estrada e segue por um caminho até o campo denominado Invernada, e segue pela estrada que se dirige para esta cidade até um valo e depois segue por uma mata até um pinheiro que existe na beira da estrada e segue de então pela estrada até um espigão até uma porteira velha e desta até a margem do rio acima referido do Atibaia, contendo um quarto de légua mais ou menos de extensão e divisando com Américo Ferreira de Camargo e então vai sempre divisando com Américo Ferreira de Camargo e vai sempre divisando com a margem do rio Atibaia até o lugar onde principiou as divisas”. (APESP, 1854, reg. nº319, p. 123).

³²⁴ A fazenda Dois Córregos não foi o único latifúndio vendido a Joaquim Policarpo Aranha, destaque-se também a Chapadão (contígua às terras da chácara Itapura), a fazenda Santa Thereza, a fazenda Velha, situada no termo da vila de Americana, e a fazenda Bom Retiro, em Campinas (Menegaldo, 2019).

01972, p. 01). Foi diretor do Banco do Brasil em 1865 e tesoureiro da irmandade da Santa Casa de Misericórdia (PAULISTANO, 1863, ed.02233, p. 03). Contudo, ao que tudo indica, residia em São Paulo em uma chácara situada no bairro do Tatuapé e possuía escritório fixo em São Paulo, localizado na rua do Ouvidor, nº36. (PAULISTANO, 1863, ed. 02214, p. 02).

A fazenda Dois Córregos foi avaliada, em 1889, em inventário amigável realizado por Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha e contemplando os cafezais, benfeitorias e utensílios de trabalho, bem como os móveis existentes e a casa de vivenda, em 80:000\$000 – oitenta contos de réis³²⁵ (CMU, 1889, p. 04v).

Esse latifúndio foi herdado pelos filhos José Francisco Aranha e Alberto Aranha, sendo pagos 40 contos de réis a cada um dos herdeiros (CMU, 1889, pp. 11v-12v). Segundo Pupo (1983, p. 179), em 1885, a fazenda possuía 150 mil pés de café em “terra salmourão manchada além de máquina de beneficiamento a vapor”.

Já a propriedade de Joaquim Egídio de Souza Aranha que sofreu desapropriação para a passagem do leito férreo da Companhia Paulista, foi a fazenda Pinheiros, situada na região de “Valinhos”. A fazenda, em 1893, foi avaliada como:

“[...] fazenda Pinheiros, cuja área em sua integridade era de cento e oitenta alqueires ou quatrocentos e trinta e cinco hectares e sessenta ares, um pasto descampado, um pasto com capoeira e mato, **confrontando com as dependências da estação de Valinhos** e com terras de João Nogueira Ferraz, do tenente Coronel Antônio Carlos Pacheco e Silva e outros cuja metade foi avaliada por trinta contos de réis (TJSP, 1893, p. 259).

A estação de Valinhos situava-se, portanto, próxima das terras da propriedade de Joaquim Egídio. Sobre a construção desta estação, foram discutidos, em 1870, os critérios para a implantação e seus objetivos:

Portanto, a **Companhia Paulista**, por intermédio da diretoria, **compreendendo** primeiro e melhor do que nós as vantagens comuns e consideráveis que resultam dos meios de facilitar a exportação e baratear a condução, **deve seguramente ter estudado detidamente a matéria e assentado no modo mais completo e vantajoso aos seus interesses e a todos os ramos da riqueza pública e particular**. Assim, deve ela ter investigado sobre quantas estações devam ser feitas e que **pontos intermediários da linha, tendo em atenção as zonas em que mais abunda a produção e entre estas qual o ponto de preferência deve ser escolhido** [...] fazendo assim convergir a maior soma possível de produtos para a linha [...] Mas, como a resolução e o pensamento dela

³²⁵ No século XX, essa fazenda teve seu nome alterado para fazenda Santa Escolástica, quando foi comprada por Pêrsio Pacheco e Silva e sua esposa, Escolástica de Lacerda. Fonte: IBGE, 1952.

não se tenham ainda externado positivamente e, pelo contrário voem boatos encontrados acerca das estações que devem existir e dos lugares que vão ser feitas, e assim propalem que uma delas será estabelecida no Capivari e outra nos Pinheiros, sendo portanto somente duas as estações intermediárias da linha férrea de Campinas a Jundiáí; entendemos que, mesmo quando esses boatos sejam infundados e a diretoria tenha ainda a proceder a estudos a respeito [...] A colocação de uma estação no Capivari tem sua razão de ser [...] está em tal posição relativamente ao centro produtor de Belém e Jundiáí e uma das zonas mais fecundas à lavoura de café de Campinas, que se torna inteiramente inútil e imprestável a avultada exportação que vem desses lugares [...] (CAMPINAS, 1870. ed. 00069, pp. 01-02 - grifo da autora).

A fazenda Pinheiros não pertencia à herança dos Souza Aranha. Provavelmente foi comprada por Joaquim Egídio de Souza Aranha em meados dos anos 1870, quando sua venda foi anunciada na imprensa de Campinas:

Vende-se a fazenda dos Pinheiros, sita neste município, com superiores terras para lavoura de café e algodão, dando este ano, uma safra de 7.000 arrobas de café. Juntamente com a fazenda vende-se quinze escravos, bons serviços. Para informações, na rua do Comércio nº42, ou em Santos, com Forjaz e Sá (CAMPINAS, 1870, ed. 00107, p. 04).

Dias após o anúncio da venda, os advogados Francisco Quirino dos Santos e João Quirino dos Santos retrataram o anúncio da venda da fazenda em nota: “Atenção – Está sendo anunciada a venda da fazenda dos Pinheiros, neste município, pertencente a Antônio Alves de Castro e por este ilegalmente transpassada a Forjaz & Sá. Declara-se que tal fazenda está em litígio e sob um embargo judicial. Portanto é nula e qualquer transação a seu respeito e contra ela se protesta” (CAMPINAS, 1870, ed. 00108, p. 04). Ainda que não seja possível comprovar a aquisição dessa fazenda mediante acerto da dívida judicial, é provável que Joaquim Egídio de Souza Aranha tenha comprado a fazenda. Tal hipótese poderia ser comprovada mediante a análise de processos e litígios, mas esse corpo de documentos não fez parte do escopo desta pesquisa.

Joaquim Egídio de Souza Aranha tornou-se grande acionista e diretor da Companhia Paulista, vice-presidente do Banco de Comércio e Indústria, diretor e grande acionista das companhias Mogiana, Ituana, Central Paulista, Banco de

Campinas³²⁶, Clube Campineiro³²⁷, Iluminação Pública de Campinas, Banco de Crédito Real de São Paulo, sócio mandatário da Casa Bancária da Província de São Paulo (Nielsen & cia), além de “capitalista” e fazendeiro (Cardoso de Mello, 1985, p. 134).

Desapropriar terras para a passagem do leito férreo demonstrava o interesse em ter os trilhos próximos às fazendas e garantir o escoamento da produção de forma rápida e segura (conforme se observa na figura 33).

Em outubro de 1872, Joaquim Egídio de Souza Aranha assumiu a direção da Companhia Paulista “em substituição ao sr. Ayres Gameiro, que pelo seu estado de enfermidade não pôde continuar a prestar seus bons serviços a esta empresa. Em seguida procedeu-se a eleição de um diretor e ficou eleito o Exmo. barão dos Três Rios por 496 votos” (PAULISTANO, 1872, ed. 04837, p. 01). Segundo relatório da Assembleia Geral da Companhia Paulista, em 1873, foi notificado que:

Na forma dos Estatutos terminada a estrada, fez-se a substituição de um dos membros da Diretoria. O diretor que se retirou foi o senhor Ayres Coelho Silva Gameiro. **O diretor novamente eleito foi o exc. Barão de Três Rios (Joaquim Egídio de Souza Aranha). Sua eleição verificou-se na sessão de 29 de setembro de 1872, para isso especialmente convocada.** É grato, à Diretoria reiterar aqui os merecidos encômios e agradecimentos que são devidos aos relevantes serviços prestados durante o tempo de seu exercício pelo ex-diretor sr. Ayres Gameiro. A Companhia tem para com ele uma grande dívida de gratidão (PAULISTA, 1873, p. 04 - grifo da autora).

³²⁶ “Banco de Campinas – Autorizado pelos srs. incorporadores do Banco de Campinas, convido aos srs. acionistas para uma reunião que terá lugar n’esta cidade no dia 10 de novembro às 11 horas da manhã, na residência do exmo. sr. barão dos Três Rios, à rua Direita nº 151, para a eleição da diretoria do mesmo banco e anteriores resoluções.” Fonte: Campinas, 1872, ed. 00299 p. 03. “Autorizado pelos srs. Incorporadores do Banco de Campinas, convido aos srs. Acionistas para uma reunião que terá lugar nesta cidade do dia 10 de novembro próximo futuro às 11 horas da manhã na residência do exmo. sr. barão de Três Rios a rua Direita nº47 para a eleição da diretoria do mesmo Banco, e anteriores resoluções” (PAULISTANO, 1872, ed. 04854, p. 04)

³²⁷ Em 1872, o tenente coronel José Egídio de Souza Aranha era presidente do Clube Campineiro e o comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha era secretário (Lisboa *in* Almanaque, 1872, p. 43).

SEDE DAS FAZENDAS DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA E JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA E O LEITO FERROVIÁRIO DA COMPANHIA PAULISTA



Figura 33. Sede das fazendas de Joaquim Policarpo Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha e a proximidade delas com o leito da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Fonte: Base cartográfica: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, folha de Campinas, 1925 (APESP).

3.3.2 As propriedades dos Souza Aranha e os trilhos da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

De acordo com levantamento feito pela Câmara Municipal de Campinas entre 1872 e 1873, as propriedades agrícolas de maior porte no município produziam entre 25 mil e 30 mil arrobas (incluindo café, açúcar e algodão). Os proprietários agrícolas com maior volume de produção em Campinas eram: o barão de Limeira, Francisco Teixeira Vilela, **Joaquim Policarpo Aranha**, Joaquim Ferreira Penteado e **Manoel Carlos Aranha**. Além dos lavradores, foram identificados 57 capitalistas para o pagamento do imposto, sendo que o valor a ser pago variava de acordo com o montante de dinheiro emprestado a prêmio por eles. Os maiores capitalistas do município, que tinham a prêmio quantias superiores a 400:000\$000 (quatrocentos mil réis) eram: Antônio Francisco Guimarães, o tenente coronel **José Egídio de Souza Aranha** e a empresa bancária Mauá & Cia. (Bianconi, 2002, p. 13 - grifo da autora).

Com o objetivo de explorar a fértil região à margem direita do rio Mogi-Guaçu, outros fazendeiros da região de Campinas, entre eles Antônio de Queiroz Telles, Carlos Noberto de Souza Aranha³²⁸, Bento Quirino dos Santos e o barão de Ibitinga, formaram a Companhia Mogiana em julho de 1872, autorizada pelo governo imperial em dezembro (Zambello, 2005, p. 42). A chegada do trem à cidade de Campinas apontava para a modernidade, uma nova maneira de se viver, indicando agilidade e, portanto, aos capitalistas, maiores lucros à vista (Anunziata, 2013, p. 45). Dessa maneira, na cidade de Campinas, inicialmente, duas companhias ferroviárias contribuíram para a progressão dos trilhos em São Paulo: A Companhia Paulista e a Companhia Mogiana. Ambas foram formadas pela incumbência desses “fazendeiros-capitalistas”, cientes da complexidade da economia cafeeira e da necessidade de ligarem seus locais de produção ao mercado internacional (Zambello, 2005, p. 38). Os cafeicultores não apenas propiciaram o surgimento e a ampliação da ferrovia paulista, eles também dinamizaram o crédito ao consumo e ao investimento em Campinas, uma vez que, comprovado por Sabarim (2016), cerca de 80% do crédito concedido pelos capitalistas acionistas provinha de indivíduos vinculados à produção agrária, em suma, à lavoura cafeeira.

Segundo Matos (1975, p. 100), de todas as companhias que se constituíram no território da província de São Paulo, foi a Companhia Mogiana a que construiu a maior extensão de linhas férreas. A Mogiana tornou-se, assim, a companhia dos pequenos ramais. Logo no início, o leito férreo compreendeu três secções: a primeira seguia de Campinas rumo a Mogi-Mirim, perpassando “a porção do Jaguari”. Nesta secção, se encontravam diversas propriedades rurais da família Souza Aranha e, portanto, todo o escoamento dessa região seria beneficiado (conforme observa-se na figura 34).

³²⁸ Filho do primeiro casamento de Manoel Carlos Aranha e de Anna Thereza de Souza Aranha.

SEDE DAS FAZENDAS DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA E OS LEITOS FERROVIÁRIOS DAS COMPANHIAS PAULISTA E MOGIANA

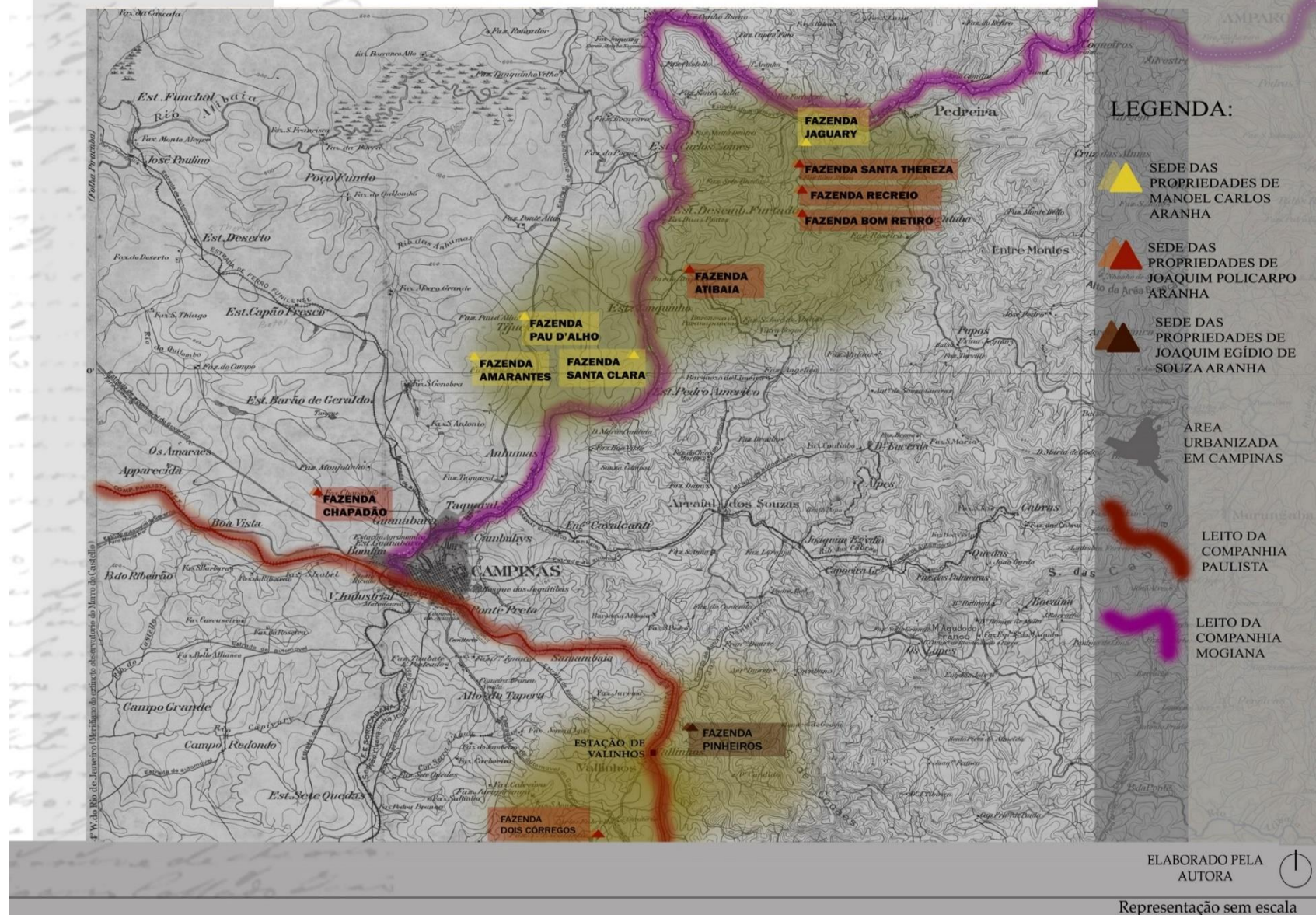


Figura 34. Sede das fazendas da família Souza Aranha e a proximidade com os leitos da Companhia Paulista e da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Fonte: Base cartográfica elaborada pela base cartográfica Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, folha para Campinas, 1925 (APESP).

O capital integralizado no investimento para fundos da companhia foi de 3\$0000 (três mil contos de réis), cuja origem provinha da agricultura, exclusivamente dos recursos advindos de fazendeiros como: Antônio de Queiroz Telles, José Egídio de Souza Aranha, Antônio Pinheiro de Ulhôa Cintra, Joaquim Quirino dos Santos e Antônio Manoel Proença. Assim, a estratégia para constituir outra empresa ferroviária, além da companhia Paulista, não se apoiava apenas no investimento de recursos econômicos, mas também no quanto a modernidade representava para a elite senhorial em geral e aos Souza Aranha em particular, um agenciamento territorial (Anunziata, 2013, p. 46).

Em 1872, ocorreu a primeira reunião junto à Câmara municipal, na qual foi definido o diretório e os fundadores da companhia. Segundo Sabarim (2016, p. 25), os principais acionistas, a partir de 1872, eram a família Souza Prado, Antônio Queiroz Telles, José Estanislau do Amaral e o barão de Tietê. Em 1873, eram acionistas da companhia Mogiana: Manoel Carlos Aranha, com 100 ações, Maria Luzia de Souza Aranha com 100 ações, Pedro Egídio de Souza Aranha, com 100 ações, o tenente-coronel José Egídio de Souza Aranha com 100 ações, Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios) com 50 ações, a viúva Barbosa Aranha & filho, com 50 ações³²⁹ e Antônio Egídio de Souza Aranha, com 25 ações (MOGIANA, 1873, pp. 37-51). Outrossim, em 1873, José Egídio de Souza Aranha era um dos diretores da companhia Mogiana (MOGIANA, 1873, p.19).

QUADRO 24- Investimentos ferroviários de MARIA LUZIA DE SOUZA ARANHA (1879)	
AÇÕES	COMPANHIA
220	Companhia Paulista de Estradas de Ferro
100	Companhia Mogyana de Estradas de Ferro

Quadro 24. Investimentos ferroviários de Maria Luzia de Souza Aranha, a partir do inventário *post mortem*. Fonte: CMU, 1879.

QUADRO 25-Investimentos ferroviários de JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA (1893)	
AÇÕES	COMPANHIA
2250	Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais

³²⁹ A viúva Barbosa Aranha era Maria Francisca Barbosa Aranha e seu filho era Joaquim Paulino Barbosa Aranha. A partir de 1871, firmaram uma sociedade agrícola: “Os abaixo assinados fazem ciente que formaram hoje uma sociedade agrícola na fazenda Bom Retiro, deste município, a qual girará sob a razão de viúva Barbosa Aranha & filho. Campinas, 26 de abril de 1871- Maria Francisca Barbosa Aranha e Joaquim Paulino Barbosa Aranha”. Fonte: CAMPINAS, 1871, ed. 00151, p. 03.

2250	Em mesma companhia (investimento na última ampliação)
21	Companhia Sorocabana
50	Companhia Bragantina
521	Ramal férreo Campineiro
435	Debêntures na Companhia Ituana

Quadro 25. Investimentos ferroviários de Joaquim Egídio de Souza Aranha a partir do inventário *post mortem*. Fonte: TJSP, 1893.

Carlos Noberto de Souza Aranha igualmente integrou a diretoria da companhia Mogiana. Tal como seu pai, foi fazendeiro, advogado formado pela faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e possuiu engajamento político, seguindo os rumos da família: foi deputado provincial, eleito em 1880 (Sabarim, 2016, p. 86). O projeto da estrada de ferro, tal como seria feita a execução, foi aprovado em dezembro de 1872. O primeiro trecho foi construído de Campinas, a partir da estação da companhia Paulista, rumando sentido Jaguari (atual cidade de Jaguariúna), pertencente ao termo do município de Mogi-Mirim. O segundo trecho conectava Jaguari a Mogi-Mirim (Anunziata, 2013, p. 64). A companhia se estruturou, de fato, com base no emprego de capital privado, aplicado através do interesse de determinados fazendeiros (Menegaldo, 2019, p. 62).

De acordo com Sabarim (2016, p. 102), Manoel Carlos Aranha foi um dos maiores proprietários de Campinas e emprestou elevada soma para a construção das estradas de ferro Mogiana e Paulista. Nos almanaques para 1872 e 1873, é listado como acionista da companhia Paulista de Estradas. Manoel Carlos Aranha, em 1873, compunha parte do rol dos acionistas da Companhia Paulista, investindo parte do seu capital no desenvolvimento ferroviário em prol do escoamento de sua produção (Lisboa, 1872; 1873).

Em 1879, foi nomeado como diretor da companhia Mogiana de Estradas de Ferro³³⁰, investindo parte de seu capital no desenvolvimento ferroviário em prol do escoamento de sua produção (MOGIANA, 1879, p. 06). Em 1875, é noticiado que uma estação do ramal férreo da Companhia Mogiana se encontra em suas terras: “[...] abrem na linha Mogiana-Estação Tanquinho- terras do ilustríssimo sr. Comendador Manoel Carlos Aranha, um armazém para comissões do café, ou outros quaisquer gêneros que lhes foram enviados³³¹ [...]”. Já em 1894, foram herdadas pela sua esposa, Brandina

³³⁰ Ferreira e Dutra *in* Almanach, 1879, p. 105.

³³¹ CAMPINAS, 1875 ed. 00551, p. 03.

Augusta de Souza Queiroz, 2.020 ações integradas da companhia Mogiana e 1.000 ações integradas da mesma Companhia, referente à linha de Santos (CMU, 1894, pp. 124-124v). Ademais, em 1900, Brandina Augusta de Souza Queiroz (Baronesa de Anhumas) foi conjuntamente alistada como acionista, com participação integral de 1.010 ações, junto ao relatório anual da Diretoria da Companhia.

QUADRO 26- Investimentos ferroviários de MANOEL CARLOS ARANHA (1894)	
AÇÕES	COMPANHIA
2020	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro
1000	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (linha Santos)
200	Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais

Quadro 26. Investimentos ferroviários de Manoel Carlos Aranha, a partir do inventário *post mortem*. Fonte: CMU, 1894.

Joaquim Policarpo Aranha compunha o rol dos Acionistas da Companhia Paulista de Ferro³³², além de investir em ações da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, computando, em 1902, 151 ações nesta última companhia (CMU, 1902, pp. 17v.-18). Em contrapartida, Joaquim Egídio de Souza Aranha, em 1893, possuía 2250 ações integralizadas na Companhia Paulista e mais 2250 ações investidas na ampliação de um novo trecho da ferrovia da mesma companhia (TJSP, 1893, p. 241v-242 vol.02), conforme se observa no quadro 27:

QUADRO 27. Investimentos ferroviários de JOAQUIM POLICARPO ARANHA (1902)	
AÇÕES	COMPANHIA
151	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro

Quadro 27. Investimentos ferroviários de Joaquim Policarpo Aranha, a partir do inventário *post mortem*. Fonte: CMU, 1902.

³³² Lisboa *in* Almanaque, 1872.

3.4 Acionistas e capitalistas: iniciativas particulares dos Souza Aranha que moldaram a urbanização da cidade de Campinas

“[...] INICIATIVA PARTICULAR – Edificações, Associações, Companhias etc. Estavam lançadas as primeiras sementes que deviam mais tarde produzir essa frondosa árvore cuja sombra se chegam aos desgraçados: a caridade [...]”.³³³

“INTERESSES AGRÍCOLAS – Assim os nossos patrícios se compenstrassem intimamente da necessidade de se reunirem para o debate das causas que os afetam de face [...] Preza a Deus que eles vejam na associação, na iniciativa individual a base verdadeira do verdadeiro engrandecimento [...]”.³³⁴

Na trajetória dos Souza Aranha, as estratégias de repasse do patrimônio mediante os casamentos endogâmicos, dotes e heranças foram substanciais à formação econômica sólida alcançada em Campinas, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Segundo Silva (2011, p. 134), tratava-se de mecanismos que acabaram por financiar a movimentação da economia paulista, pois através das transferências de capital, gerido de geração em geração, possibilitava-se a formação de novas propriedades. A capitalização familiar, a partir do recebimento de heranças legadas pela morte de parentes abastados, constituiu-se um sucedâneo para a escassez de crédito institucional e a tomada de empréstimos a base de juros elevados junto a capitalistas locais e comissários. O risco decorrente do endividamento com indivíduos de outros grupos familiares era substituído pela previsibilidade das relações de parentesco (Silva, 2013, p. 200). Nessa medida, a partir da segunda metade do século XIX, tornar-se um senhor de homens e de terras já não bastava. Tais propriedades proporcionavam uma importância local, contudo não eram garantia de um prestígio social numa esfera mais ampla, que ultrapassasse os limites das províncias (Muaze, 2006, p. 95).

A diversificação dos negócios na segunda metade do século XIX foi deflagrada pela formação de um grande número de sociedades anônimas, segundo Silva (2011, p. 03). A maioria dessas sociedades foram constituídas por representantes do “grande capital cafeeiro”, indivíduos que passaram a se desprender das lavouras e buscaram transitar pela economia paulista de diversas formas: nas diretorias das firmas, formando

³³³ Ferreira e Dutra *in* Almanach, 1879, pp. 85-95.

³³⁴ Campinas, 1870, ed.00028, p. 01.

novas indústrias, bancos, casas comissárias, ferrovias e outros empreendimentos que exibem o caráter empresarial.³³⁵ A “pujança” econômica da elite senhorial paulista foi consequência do perfil “multifacetado” assumido em função das diversas fontes de acumulação e, nesse sentido, nomes como os Souza Aranha passaram a representar essa “poderosa fração da economia paulista”, constantemente figurando nas companhias particulares e nas sociedades estabelecidas (Silva, 2011, pp. 03-04). Esses indivíduos passaram a gerir a propriedade rural através de sociedades e terceiros, enquanto se ocupavam mais das atividades rentistas ligadas aos mercados de capitais do que da administração direta do trabalho nas fazendas. Passaram, portanto, a morar nos centros urbanizados, aspirando às inovações e ao “espírito racional empreendedor” (Cardoso de Mello, 1985, p. 141).

³³⁵ Foi o advento da cafeicultura que integrou a vida econômica de São Paulo à economia produtiva nacional e à economia internacional. Todos os demais traços da influência histórico-social do café decorrem dessa situação: como produto básico de nossa economia tropical, ele se projeta como o substrato econômico de todos os processos que marcaram a formação e o desenvolvimento de novos estilos de vida em São Paulo (Cardoso de Mello, 1985, p. 60).

3.4.1 A cidade como negócio: investimentos dos Souza Aranha em companhias e empresas de infraestrutura urbana

Os serviços urbanos foram impulsionados pelas empresas de capital privado constituídas por ocasião das construções das ferrovias. Como exemplo, podem ser citadas: a Companhia Campineira de Carris de Ferro, a Companhia Telefônica Campineira, a Companhia de Água e Esgotos, a Companhia de Iluminação Pública, depois chamada de Gás de Campinas. **Seus principais acionistas e diretores eram: Joaquim Egídio de Souza Aranha³³⁶, José Egídio de Souza Aranha, Pedro Egídio de Souza Aranha**, Antônio Manoel Proença, Joaquim Quirino dos Santos e Joaquim Ferreira de Camargo Andrade. A maioria deles possuía sobrenomes presentes no município desde seus primórdios (Magalhães, 1992, pp. 80-81 - grifo da autora).

O êxito econômico da família Souza Aranha se fortaleceu pelos casamentos e as sucessões de patrimônio foram de essencial importância à formação dos investimentos. Conforme Bacellar (1997) e Silva (2011), eram mecanismos comuns de aquisição de capital, fortalecimento familiar e que ditavam a “forma de financiamento interno da economia paulista” (Silva, 2011, p. 134). Os capitais da família Souza Aranha iniciaram-se pelos cargos e patentes atribuídos (como capitão, padre, sargento-mor etc.) e pelo cultivo inicialmente agropecuário estabelecido na vila de Castro, que permitiu a conquista de recursos para início dos engenhos de açúcar na vila de São Carlos. A transferência do capital para a formação e êxito dos engenhos de açúcar possibilitou o financiamento de todo o arcabouço cafeeiro.

Na mesma medida, a aplicação do capital, acumulado e expandido a partir da lavoura, reestruturou a ocupação do solo urbano, modernizou a cidade e, por consequência, alterou o comportamento social dos indivíduos, em especial, as ações dos principais lavradores. A transição do capital ocorreu através de ações desses agentes, que expandiram suas riquezas de formas variadas, como a aplicação em companhias privadas, passando também a investir no mercado imobiliário. As atividades que dizem respeito ao âmbito social exercidas pelos Souza Aranha passaram a ser diversificadas.

Manoel Carlos Aranha, em 1872, era, portanto, um dos principais lavradores em relação à maior produção agrária da cidade de Campinas, com volume de cerca de 30

³³⁶ Em 1872, Joaquim Egídio de Souza Aranha era coronel comandante superior da Guarda Nacional de Campinas, e seu irmão, Carlos Egídio de Souza Aranha, era capitão quarte mestre. Martim Egídio de Souza Aranha era alferes porta-bandeira, Francisco Bueno Barbosa Aranha era alferes das companhias e José Egídio de Souza Aranha compunha o batalhão de reserva com o cargo de tenente coronel (Lisboa *in* Almanaque, 1872, pp. 34-36).

mil arrobas de café (Bianconi, 2002, p. 66). Foi relacionado, nos anos de 1872, 1873 e 1879, como um dos principais proprietários de prédios em Campinas.

Assim, as atividades que dizem respeito ao âmbito social exercidas por Manoel Carlos Aranha foram diversificadas. Em 1886 fez uma doação no valor de cem réis ao asilo de Órfãos de Campinas (Campinas, 1886, p. 02). Contribuiu para a construção do hospital dos bexiguentos mediante a comissão de obras públicas da Câmara Municipal, com participação de 1:000\$000 - um conto de réis (Campinas, 1875, p. 02). A participação na construção do hospital foi feita por outros entes da família, somando 5:450\$000 – cinco contos e quatrocentos e cinquenta mil réis.

QUADRO 28. PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA NA CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL DOS BEXIGUENTOS PELA FAMÍLIA SOUZA ARANHA (1875)		
Nome		Valor
1.	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)	1:000\$000 (um conto de réis)
2.	Maria Luzia de Souza Aranha (baronesa de Campinas)	1:000\$000 (um conto de réis)
3.	Viúva Barbosa Aranha e filho	1:000\$000 (um conto de réis)
4.	Joaquim Policarpo Aranha	1:000\$000 (um conto de réis)
5.	Manoel Carlos Aranha	1:000\$000 (um conto de réis)
6.	d. Maria Brandina de Souza Aranha	200\$000 (duzentos mil réis)
7.	Antônio Egídio de Souza Aranha	100\$000 (cem mil réis)
8.	Pedro Egídio de Souza Aranha	100\$000 (cem mil réis)
9.	José Egídio de Queiroz Aranha	50\$000 (cinquenta mil réis)

Quadro 28. Participação financeira na construção do hospital dos bexiguentos pela família Souza Aranha (1875). Fonte: CAMPINAS, 1875, ed. 00547, p. 02

Os Souza Aranha participaram financeiramente da construção da Santa Casa de Misericórdia em Campinas, em 1876, sendo que Maria Luzia de Souza Aranha coadjuvou com 1:000\$000 (um conto de réis), o tenente coronel José Egídio de Souza Aranha cooperou com 1:080\$000 (um conto e oitenta mil réis), Joaquim Egídio de Souza Aranha com participação de 500\$000 (quinhentos mil réis), Manoel Carlos Aranha com 465\$000 (quatrocentos e sessenta e cinco mil réis), Antônio Egídio de Souza Aranha com

200\$000 (duzentos mil réis), d. Maria (mulher de José Francisco Barbosa Aranha) com 30\$000 -trinta mil réis (CMU, gazeta de Campinas, 1876, nº 840, ref. 1236, p. 02).³³⁷

Quanto à construção do Lazareto dos Variolosos, Joaquim Egídio de Souza Aranha integrou a comissão das obras: “A Câmara Municipal convida concorrentes que queiram contratar a construção do lazareto dos variolosos. A planta da obra, seu orçamento e mais esclarecimentos e condições se acham com a respectiva comissão (os srs. exmo. barão de Três Rios, Ferreira e Raphael de Sampaio), devendo os interessados se entenderem com este último” (Campinas, 1875, ed. 00546, p. 03).

Para a Associação Protetora de Famílias, foi feita doação a fim de “contribuir para um futuro bastante importante, para suas filhas, filhos, afilhados ou mesmo para si próprio”. Tratava-se de uma associação brasileira em que o investimento seria convertido em apólices. Nesse sentido, aqueles que contrataram esses serviços foram: o comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha com contrato de 3:000\$000 (três contos de réis), Martim Egídio de Souza Aranha com contrato de 3:000\$000 (três contos de réis), o comendador Joaquim Policarpo Aranha com contrato de 3:000\$000 (três contos de réis), o comendador Manoel Carlos Aranha com contrato de 6:000\$000 (seis contos de réis), Antônio Egídio de Souza Aranha com contrato de 6:000\$000 (seis contos de réis) (CAMPINAS, 1871, ed.00168, p.02).

Manoel Carlos Aranha aplicou parte de seus investimentos em ações de companhias ligadas aos melhoramentos urbanos da cidade, como o Liceu de Artes e Ofícios de Campinas (Sabarim, 2016, p.102).

Conforme se observa nos quadros seguintes (29, 30, 31, 32), os investimentos, traduzidos em ações e títulos, de Maria Luzia de Souza Aranha (1879), Joaquim Egídio de Souza Aranha (1893), Manoel Carlos Aranha (1894) e Joaquim Policarpo Aranha (1902) foram levantados:

³³⁷ Entre os profissionais que atuaram em Campinas na prática da construção civil ao final do século XIX, destaca-se Luigi Pucci ou Luiz Pucci, como ficou conhecido. Nascido em Grassina (província de Florença, Itália) em 1853, estudou no seminário florentino, revelando uma “forte inclinação pela matemática e verdadeira paixão pela astronomia” (Salmoni; Debenedetti, 2007, p.48). Luigi Pucci teve uma atuação maior na cidade de São Paulo, contudo sua passagem pela cidade de Campinas foi igualmente expressiva. Em São Paulo, foi nomeado pela comissão presidida por Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios) para construir o novo edifício da Santa Casa de Misericórdia. É possível que a relação de Luigi Pucci com a família Souza Aranha tenha se estreitado por meio dessa obra em São Paulo, através de Joaquim Egídio de Souza Aranha, que compunha o diretório da Santa Casa e, em 1880, fez uma doação generosa para fins de construção do novo hospital, sendo, na sequência, nomeado como conde de Três Rios. Fonte: PAULISTANO, 1879, ed. 06677, p. 02.

QUADRO 29- TÍTULOS E INVESTIMENTOS DE MARIA LUZIA DE SOUZA ARANHA ³³⁸ (1879)	
AÇÕES	COMPANHIA
100	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação
220	Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais

Quadro 29. Títulos e investimentos de Maria Luzia de Souza Aranha (1879). Fonte: CMU, 1879.

QUADRO 30. TÍTULOS, APÓLICES, DEBÊNTURES E INVESTIMENTOS DE JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA ³³⁹ (1893)	
AÇÕES	COMPANHIA
12	Apólices de Empréstimo Nacional de 1868
16	Apólices de Empréstimo Nacional de 1878
50	Apólices de Empréstimo Nacional de 1889
11	Apólices Gerais averbadas da Delegacia Fiscal
374	Apólices Provinciais do estado de São Paulo
474	Ações da câmara da cidade de Campinas
435	Debêntures da Companhia Ituana
107	Ações da Companhia Açucareira de Porto Feliz
231	Letras Hipotecárias do Banco Predial
1.200	Ações do Banco do Comércio e Indústria
500	Ações do Banco Hipotecário de São Paulo
25	Ações do Banco de Crédito Real de São Paulo
75	Ações do mesmo banco
2.250	Ações da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais
2.250	Ações da mesma companhia
500	Ações da companhia Jardim de Aclimação
21	Ações da Companhia Sorocabana
50	Ações da Companhia Bragantina
2.250	Ações da Companhia Central Paulista

³³⁸ CMU, 1879, p. 134.

³³⁹ TJSP, 1893, p. 241v-242 vol. 02.

500	Ações da Companhia Fabril Paulista
100	Ações da Companhia de Drogas
195	Ações da Companhia Campineira de Iluminação a Gás
25	Ações da Companhia de Gás de Taubaté
521	Ações da Companhia Ramal Férreo Campineira
300	Ações da Companhia Alpestre Balneária
50	Ações da Companhia Açucareira de Porto Feliz
24	Ações do Teatro São Carlos (Campinas)
20	Ações da Companhia Cassino Paulistano
4	Ações do Club Campineiro
75	Ações do Banco Mercantil de Santos

Quadro 30. Títulos e investimentos de Joaquim Egídio de Souza Aranha (1893). Fonte: TJSP, 1893.

Manoel Carlos Aranha possuía investimentos nas seguintes companhias:

QUADRO 31. TÍTULOS E INVESTIMENTOS DE MANOEL CARLOS ARANHA ³⁴⁰ (1894)	
AÇÕES	COMPANHIA
2.020	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação
1.000	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação (linha de Santos)
500	Banco do Comércio e Indústria de São Paulo
240	Banco dos Lavradores
400	Banco de São Paulo
200	Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais
200	Companhia Jardim de Aclimação, Zoologia e Botânica
100	Companhia Sul Brasileira Territorial e Colonizadora
150	Companhia Cortume de Vila Nova (Santos)
100	Companhia Farmacêutica de Santos
138	Câmara Municipal de Campinas (ações da cidade de Campinas)
15	Companhia de Seguros e Providência Ranchista

³⁴⁰ CMU, 1894, pp.124-125.

18	Teatro São Carlos ³⁴¹
18	Companhia Hipódromo Campineiro
5	Companhia Carris de Ferro Campineira
100	Companhia Engenho Central Porto Feliz
200	Associação Mogiana “Club Semanal”

Quadro 31. Títulos e investimentos de Manoel Carlos Aranha (1894). Fonte: CMU, 1894.

Joaquim Policarpo Aranha teve, em seu inventário *post mortem* de 1902, avaliados os seguintes títulos e investimentos:

QUADRO 32- TÍTULOS E INVESTIMENTOS DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA ³⁴² (1902)	
AÇÕES	COMPANHIA
140	Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação
200	Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais
75	Letras da cidade de Campinas
15	Companhia Carris de Ferro Campineira
17	Dívida Pública do Estado.

Quadro 32. Títulos e investimentos de Joaquim Policarpo Aranha (1902). Fonte: CMU, 1902.

Na história da cidade de Campinas, o século XIX representou a sua consolidação, dada na primeira metade, e a sua expansão, ocorrida na segunda metade. A infraestrutura urbana que o açúcar financiara em termos de comércio, transportes, comunicação, lazer, educação e cultura, abastecimento, segurança, saneamento, ainda que usada intensa e extensamente, não conseguiu acompanhar o crescimento quantitativo e, sobretudo, qualitativo (no que tange ao refinamento) da população (Lapa, 1995, pp. 85-86).

Muitos melhoramentos foram implementados em Campinas a partir da expansão da produção cafeeira, modificando o aspecto pouco agradável da cidade. O poder público e a iniciativa particular em grande parte concorriam para a solução das necessidades públicas mais urgentes, como o calçamento de algumas ruas de difícil

³⁴¹ Em 1876, eram acionistas do Teatro São Carlos como sócios de camarote: Joaquim Egídio de Souza Aranha (com 200\$000 - duzentos mil réis), Manoel Carlos Aranha (com 200\$000 - duzentos mil réis), Antônio Barbosa Aranha (com 200\$000 - duzentos mil réis). E como sócios de plateia: Pedro Egídio de Souza Aranha (com 30\$000 - trinta mil réis), Francisco Egídio de Souza Aranha Junior (com 25\$000 - com vinte e cinco mil réis). Fonte: CMU, A Gazeta de Campinas, 1876, nº911, ref. 1301, p. 03 - versão impressa.

³⁴² CMU, 1902, pp. 17v-18.

trânsito, a construção de chafarizes para o abastecimento de boa água e a edificação de um novo matadouro, onde o corte de gado para o consumo público pudesse ser feito dentro de todas as prescrições de higiene (Bianconi, 2002, p. 51). Em compasso com o raciocínio de Bianconi (2002), em 1871, foi anunciado:

INICIATIVA INDIVIDUAL - O importante passo que deram vários fazendeiros do nosso município, consertando a estrada entre esta cidade e Mogi Mirim até o ponto do rio Atibaia, conforme já noticiamos, teve por incitamento o seguinte louvável convite digno de todos os aplausos como ótimo lance de iniciativa e belíssimo espelho para emulação:

O péssimo estado da estrada de Mogi-Mirim na parte compreendida entre a ponte do rio Atibaia e sua junção com a do Amparo, sendo incontestavelmente reconhecido, e não se podendo esperar que o governo trate com urgência de fazer os consertos necessários e muito menos de a substituir por outra de melhor traçado, **resolveram os abaixo assinados,** de acordo com seus vizinhos mais próximos, convidar todos os lavradores que se servem dessa estrada como caminho de sacramento, a consertá-la. E para esse fim, marcaram o dia 21 do corrente mês de agosto para dar-se começo ao conserto devendo se começar no lugar denominado Taquaral, onde se devem reunir todos os trabalhadores: e cada um dos que quiserem concorrer, ascendendo a este convite, para o fim exposto, devem mandar a metade de seus trabalhadores com a ferramenta necessária, como sejam: enxadas para todos, algumas foices, machados e picaretas. Os abaixo assinados não desconhecem, que sendo a estrada geral, ao governo compete a consertar; mas como estão convencidos que enquanto se esperar a ação do governo para o conserto desta estrada a termos sempre no estado em que se acha, resolveram fazer esse convite aos legítimos interessados em que ela fique boa e não continue como até aqui. Esperam que ninguém duvidará fazer um pequeno sacrifício que trará um bem geral e comum e, portanto, anuindo ao convite feito concorram todos os que servem-se da já referida estrada como caminho de sacramento. Campinas, 8 de agosto de 1871- João Ataliba Nogueira e Luís Antônio Pontes Barbosa. A este generoso apelo, corresponderam condignamente os seguintes senhores, cujos nomes damos conjuntamente com a numeração dos serviços por eles prestados: Luiz Antônio Pontes Barbosa; João Ataliba Nogueira; Antônio Corrêa Barbosa; **Carlos Egídio de Souza Aranha;** Francisco Paulino de Moraes; José Machado de Campos Aranha; Francisco Soares de Abreu; Cândido José Leite Bueno; **Joaquim Paulino Barbosa Aranha; José Francisco Barbosa Aranha; Manoel Carlos Aranha;** José da Rocha Camargo e Antônio Leite de Camargo Barros (CAMPINAS, 1871, ed. 00196, p. 02 - grifo da autora).

A soma prestada pelos Souza Aranha, que se empenharam em consertar a estrada, foi de 510 serviços. Quatro membros da família estiveram empenhados nos reparos e na construção da estrada, indicando, em um primeiro momento, a expressiva participação da família nos melhoramentos urbanos, sendo “um ótimo lance de iniciativa”. Um olhar apurado sobre a relação de onde essa estrada se situava revela uma ação que beneficiava diretamente aos que contribuíram, uma vez que, para deslocamento de suas fazendas ao núcleo urbanizado da cidade, dependiam do bom estado deste trajeto. Em suma, as fazendas dos indivíduos que contribuíram com serviços de reparo da estrada situavam-se “no caminho para Mogi-Mirim”: Carlos Egídio de Souza Aranha (filho de Joaquim Egídio de Souza Aranha) era proprietário da fazenda Capim Fino, localizada próxima ao bairro do Jaguari.³⁴³ Joaquim Paulino Barbosa Aranha (casado com Brasília de Mello e Souza) era proprietário da fazenda Recreio, também situada perto da margem do rio Jaguari.

Por fim, Manoel Carlos Aranha, provável filho de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, possuía as fazendas Pau d’Alho e Santa Clara e administrava, junto com o seu irmão Joaquim, as fazendas Jaguari e Atibaia. De certa forma, os negócios de parte da família Souza Aranha situavam-se na região do “Entre Rios”, e garantir o deslocamento desde as fazendas até o núcleo da cidade era um interesse comum a todos os que contribuíram para o seu conserto.

Parte da ata da sessão da Câmara municipal de Campinas referente a 15 de abril de 1872, foi redigida e publicada no dia 5 de maio na Gazeta de Campinas, sob presidência de Joaquim Egídio de Souza Aranha, em que foi requerido um ofício a mando do engenheiro Cândido Gomide, informando que foram feitos consertos na rua

³⁴³ A fazenda Capim Fino remonta às terras da sesmaria do coronel Luís Antônio Souza e Bernardes Guedes Barreto, situadas atualmente no município de Jaguariúna. Sucessórios desmembramentos dessa propriedade ocorreram, culminando no engenho Camanducaia, de Salvador Bueno da Silveira. Com o falecimento de Salvador Bueno, o engenho foi passado a um de seus quatro herdeiros, o capitão Cândido José Leite Bueno, casado em segundas núpcias com sua cunhada, Umbelina Teixeira de Moraes Bueno. É provável que o complexo arquitetônico tenha sido construído no período em que Cândido José foi proprietário. Na sucessão hereditária da terceira geração, a terra foi dividida entre os três filhos do casal: 1. parte das terras que se aproximavam do leito do rio Jaguari destinou-se ao coronel Amâncio Bueno, passando a se chamar fazenda Florianópolis; 2. a gleba que abrangia a sede da fazenda Camanducaia destinou-se às duas filhas que a dividiram, Júlia Bueno do Amaral (casada com Otaviano Pompeu do Amaral), se mantendo com parte das terras (que mantiveram o nome de fazenda Camanducaia); 3. e Maria Ângela de Moraes Bueno ficou com partes de terra, que passaram a ser denominadas como fazenda Capim Fino (Leme, 1759, p.400; Ribeiro, 2008, pp.55-57). Maria Ângela de Moraes Bueno Aranha se casou com o major Carlos Egídio de Souza Aranha, filho de Joaquim Egídio de Souza Aranha e Ana Francisca Pontes. Conforme inventário de Maria Ângela de Moraes Bueno Aranha, em 1885, a fazenda Capim Fino continha casas de morada, de máquina, paiol, estrebarias, senzalas, moinho, pilões, máquina movida a vapor, pastos fechados, terreiro com 78 alqueires de terras, pouco mais pouco menos, e 80 mil pés de café, sendo sessenta formados com várias idades, valendo 80:000\$000 (oitenta contos de réis). (CMU, 1885, pp. 18-18v).

do Rosário e nas travessas próximas, com trabalhadores fornecidos pelos cidadãos: Francisco Egídio de Souza Aranha, d. Maria Luzia de Souza Aranha, Manoel Carlos Aranha, Francisco Pompeu do Amaral e Antônio Pompeu de Camargo, “..lembrando a conveniência de calçar as pedras da sarjetas dos lugares consertados, a fim de serem melhores aproveitados esses melhoramentos” (CAMPINAS, 1872, ed. 00254, p. 01).

Em 1876, contribuíram para a construção do passeio público da cidade de Campinas: Joaquim Policarpo Aranha, com 200 mil réis; Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios), com 100 mil réis; Antônio Egídio de Souza Aranha, com 50 mil réis; Pedro Egídio de Souza Aranha, com 50 mil réis; José Egídio de Souza Aranha, com 50 mil réis; Manoel Carlos Aranha, com 50 mil réis; Carlos Egídio de Souza Aranha, com 20 mil réis. (CMU, gazeta de Campinas, 1876, nº652, ref. 1053, pp. 02-03). Além disso, Joaquim Policarpo Aranha designou 32 escravizados para o trabalho das obras da praça municipal, que foi preparada para a inauguração do passeio (CMU, gazeta de Campinas, 1876, nº904, ref.1293, p. 02). Maria Brandina de Souza Aranha designou 25 escravizados para trabalharem, em 1876, durante as obras do Largo Municipal (CMU, gazeta de Campinas, 1876, nº909, ref.1299 p. 02), enquanto Maria Luzia de Souza Aranha (baronesa de Campinas) designou 30 escravizados para as obras do largo municipal (CMU, 1876, nº911, ref. 1301, p. 02).

3.4.2 Negócios bancários e o empréstimo de dinheiro a prêmio

A presença marcante das ações na composição da riqueza de determinados indivíduos da família Souza Aranha, mostrava existirem recursos em dinheiro que, convertidos em ações, constituíram importante fonte de financiamento de novos empreendimentos. Nesse sentido, a capacidade financeira desses agentes era grande, ainda que o sistema de crédito fosse pouco desenvolvido (Cardoso de Mello, 1985 p. 150).

Manoel Carlos Aranha esteve entre os acionistas do Banco da Província, fundado em 1855, que teria sede na capital paulista e agências em Santos e Campinas (Bianconi, 2002, p. 66). Em 14 de julho de 1889, a Casa Bancária da Província de São Paulo o apresentou como sócio comanditário (São Paulo, 1889, p. 04). Conforme investigou Ribeiro (2015, p. 36), diversificar a produção, os negócios e tornar-se “capitalista fazia parte da tradição da família Souza Aranha”.³⁴⁴ Entre as estratégias, o empréstimo de

³⁴⁴ Esse perfil do investidor múltiplo, enquanto indivíduo público que assumia compromissos sociais e investia seu capital em fontes distintas, passou às gerações posteriores da família Souza Aranha, conforme explanado por Brandão (2022): pertencente à tradicional família Souza Aranha, ligada à economia cafeeira da região de Campinas, Alfredo Egídio de Souza Aranha era bisneto de Joaquim Bonifácio do Amaral,

dinheiro a prêmio passou a representar parte significativa dos investimentos. Através dessa alternativa, caracterizava-se o mercado de crédito privado da época, baseado na rede familiar e de amizade, um mercado para poucos, diante da ausência de capital-dinheiro (Ribeiro, 2015, p.36). Em meio aos ativos arrolados no inventário *post mortem* de Manoel Carlos Aranha, 12 devedores são listados, somando “um saldo a favor da herança do inventariado na quantia de duzentos e noventa contos duzentos e cinquenta mil e sessenta reis- 290:250\$060” (CMU, 1894, p. 135-136v).

As noções de universo rural e de universo urbano se integralizou através da mercantilização do café. A aplicação na esfera urbana do excedente do capital produzido na esfera rural delinea o que Cardoso de Mello (1985) denominou como “substrato econômico de todos os processos que marcam a formação e o desenvolvimento de novos estilos de vida”.

Cardoso de Mello (1985, pp. 141-142) verificou essa premissa para Joaquim Egídio de Souza Aranha, pois seus investimentos passaram a ressoar no âmbito das transformações urbanas. Como fator adicional, a partir de 1873 as terras – e não mais os escravos – passaram a servir como garantia de crédito. Como consequência desses fatores, “durante a crise do trabalho servil, o objeto da renda capitalizada passa do escravo para a terra, do predomínio num para o outro” (Cardoso de Mello, 1985, p. 87).

Além de casas em São Paulo e Campinas, Joaquim Egídio de Souza Aranha possuía cinco fazendas em Campinas e Rio Claro. Possuía apólices de empréstimo nacional, apólices gerais, provinciais, letras bancárias, debêntures, ações de diversas companhias como: Teatro São Carlos (Campinas)³⁴⁵, Cassino Paulistano, Clube

visconde de Indaiatuba, e de Maria Luzia de Souza Aranha, viscondessa de Campinas. Seu avô materno, Francisco Antônio de Souza Queiroz, o barão de Souza Queiroz, além de grande proprietário rural, foi deputado provincial, deputado-geral, presidente da província de São Paulo e senador do Império (Brandão *apud* Martins, 2022, p. 197). Mas não era apenas com a economia cafeeira que os Souza Aranha tinham vinculações. Em 1889, Joaquim Egídio de Souza Aranha, o marquês de Três Rios, fundou o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo (Brandão, 2002, p. 197). Conforme Brandão (2022), a relação da família Souza Aranha com a atividade bancária, portanto, já existia desde o final do século XIX. Também o pai de Alfredo Egídio de Souza Aranha, Olavo Egídio de Souza Aranha, fundou, em 1909, o Banco de Crédito Hipotecário Agrícola do Estado de São Paulo, instituição que daria origem ao Banco Banespa. Ademais, Olavo Egídio de Souza Aranha, advogado, foi deputado, senador e acionista principal das companhias de Estrada de Ferro Paulista e Estradas de Ferro Mogiana. O ramo bancário era um negócio bem conhecido pelos Souza Aranha. Assim, cerca de seis meses após inaugurarem a sede do Banco Central de Crédito em São Paulo, abriram uma agência em Campinas, importante centro econômico e cidade onde os Souza Aranha tinham se estabelecido no início do século XIX e dado início à fortuna a partir do açúcar e do café (Brandão, 2022, pp. 197-198).

³⁴⁵ “Teatro São Carlos - Reuniu-se a 28 do mês findo a assembleia geral dos **acionistas proprietários do teatro São Carlos, desta cidade**. A comissão encarregada de apresentar o projeto de estatutos e reorganização da sociedade cumpriu o seu mandato, e logo procedeu-se a discussão e aprovação dos diferentes artigos do mesmo projeto, **sendo a sessão presidida pelo exmo. sr. barão dos Três Rios,**

Campineiro, Companhia Açucareira Porto Feliz, Companhia Jardim Aclimação, Banco Comércio de Indústria, Banco Hipotecário, Banco Crédito Real de São Paulo, Banco Mercantil de Santos, Companhia Central Paulista, Companhia Paulista, Companhia de Ramal Férreo de Campinas e Companhia Alpestre Balneário. Entre as receitas, constavam participação nos lucros líquidos como diretor do Banco Comércio e Indústria, vendas de café, juros de dívida ativas, dividendos e aluguéis de prédios (Cardoso de Mello, 1985, pp. 134-135).

Passou-se, portanto, da riqueza antiga, baseada em escravizados, à nova, baseada, primordialmente, em ações.³⁴⁶ Criaram-se outras fontes de rentabilidade, e os circuitos de valorização apresentavam-se cada vez mais amplos. Não era mais possível, ao reverso do que ocorria antes, caracterizar proprietários tipicamente urbanos ou rurais (tal como observado nas profissões levantadas nas listas nominativas de habitantes, do início do século XIX, para vila de São Carlos), com funções especializadas. O cenário refletia proprietários rurais com diversas atividades urbanas e vice-versa. Anteriormente, esses indivíduos eram exclusivamente lavradores e fazendeiros e, quando possuíam outras atribuições (como cargos públicos e patentes, por exemplo), elas vinculavam-se de alguma forma à lavoura.

Ribeiro (2015) observou que Francisco Egídio de Souza Aranha teve, na composição do seu patrimônio (CMU, 1861), uma parte significativa em empréstimo de dinheiro a juros, o que lhe valeu, à época, a denominação de capitalista. O vocábulo “capitalista” era comumente empregado para designar um indivíduo que emprestava dinheiro a prêmio (Ribeiro, 2015, p. 32).

QUADRO 33. CAPITALISTAS DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA (1878-1886) ³⁴⁷	
	NOME
1.	Antônio Egídio de Souza Aranha
2.	Carlos Noberto de Souza Aranha
3.	Joaquim Paulino Barbosa Aranha
4.	Manoel Carlos Aranha

Quadro 33. Capitalistas da família Souza Aranha (1878-1886). Fonte: Almanques (1878-1886).

A partir de 1870, os inventários apresentavam contas em banco e letras bancárias, sugerindo as modificações que estavam a ocorrer nesta sociedade. Tal fato traduz a

servindo de secretário o sr. Francisco Glicério e de tesoureiro o sr. coronel Joaquim Quirino dos Santos.” Fonte: Campinas, 1875, ed. 00544, p. 02. - grifo da autora.

³⁴⁶ O item ações compreendia também apólices. Passou a ser comum possuir papéis de companhias ferroviárias, serviços públicos, bancos e diversas atividades. Entre as primeiras, destacam-se em número de eventos a Companhia Paulista e seus prolongamentos, a Companhia Mogiana e diversas companhias bancárias e de melhoramentos urbanos (Cardoso de Mello, 1985, p. 80).

³⁴⁷ Barcellos *in* Almanach, 1886, pp. 87-88.

aparição e o desenvolvimento de técnicas financeiras novas, ligadas às inovações econômicas e a uma nova medida de desenvolvimento da economia capitalista (Cardoso de Mello, 1985, p. 90).

Ao tomar os elementos constitutivos da fortuna pessoal, Cardoso de Mello (1985, p. 87) observou que, a partir da década de 1870, houve um declínio da participação de escravizados enquanto valor, havendo uma transição para a propriedade imobiliária. De acordo com a autora, além dos imóveis, novas formas foram integradas à composição das fortunas, tais como as ações, que contribuíram significativamente para o montante patrimonial. Essa transformação paulatina expressa na composição da riqueza revelava “novas aspirações” incorporadas pela elite senhorial, indicando a “evolução de uma economia capitalista dominada por ativos mais abstratos” (Cardoso de Mello, 1985, p. 89).

A mudança é perceptível, uma vez que os investimentos e a alocação do patrimonial migrou para as atividades urbanas e, dessa forma, a produção do espaço urbano é sinônimo de possibilidades de injeção de investimentos (Cardoso de Mello, 1985, pp. 139-140). O universo rural deixou de ser o meio de renda segura e exclusivo para ser mais uma alternativa rentável. Mas não foi somente esta que ampliou seu lugar na riqueza, os valores mobiliários, particularmente as ações, aumentaram a sua participação. Temos agora a renda capitalizada sob a forma de imóveis e ações (Cardoso de Mello, 1985, p. 87). O senhor de engenho, sucedido pelo fazendeiro de café, nestas condições, passou a se tornar um empreendedor capitalista, pluralizando suas ações nas mais diversas esferas.³⁴⁸

3.4.3 Relações da família Souza Aranha com a Igreja como instrumento para agenciamento do espaço urbano

A atuação social também estava ligada a obras da Igreja. Joaquim Policarpo Aranha, em 1872, era provedor da Irmandade do Sacramento do Rosário³⁴⁹ (Lisboa,

³⁴⁸ Em 1872, os Souza Aranha que compunham o rol dos capitalistas em Campinas eram: Antônio Egídio de Souza Aranha, residente no largo da Matriz Nova, Joaquim Egídio de Souza Aranha (comendador), residente na rua Direita, José Egídio de Souza Aranha (tenente coronel), residente na rua Direita, d. Maria Luzia de Souza Aranha, residente no largo da Matriz Nova, Pedro Egídio de Souza Aranha, residente no largo do Rosário (Lisboa, 1872, p. 48). Já os proprietários eram: Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha e Maria Brandina de Souza Aranha (Lisboa, 1872, pp. 50-51). Aqueles alistados como fazendeiros eram: Antônio Francisco Barbosa Aranha, capitão Carlos Egídio de Souza Aranha, alferes Francisco Egídio de Souza Aranha, comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha, Joaquim Paulino Barbosa Aranha, comendador Joaquim Policarpo Aranha, José Francisco Barbosa Aranha, José Machado Campos Aranha, comendador Manoel Carlos Aranha, d. Maria Brandina de Souza Aranha, d. Maria Luzia de Souza Aranha e Martim Egídio de Souza Aranha (Lisboa *in* Almanaque, 1872, pp. 52-57).

³⁴⁹ Lisboa *in* Almanaque, 1872, p. 39.

1872, p.38). Manoel Carlos Aranha compôs o rol dos eleitores especiais da Paróquia de Santa Cruz e foi nomeado como irmão de Mesa da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em 1878 (Ferreira e Dutra *in* Almanach, 1878, p. 31). Em 1874, uma nota publicada na Gazeta informa uma celebração de semana santa:

SEMANA SANTA - Manoel Carlos Aranha e Joaquim Policarpo Aranha, Provedores da Festa da Semana Santa, que se tem de celebrar na Freguesia da Conceição, pedem a todos os devotos que costumam dar anjos para acompanhar as procissões, que mais uma vez se dignem concorrer o maio brilhantismo desses festejos religiosos. O mesmo convite faz às irmandades de ambas as paróquias. (A GAZETA DE CAMPINAS, 1874, p. 03 - grifo da autora)

O envolvimento em eventos sociais reforça o destaque dos Souza Aranha enquanto agentes em Campinas. As oportunidades de atuação em solenidades como provedores, com a participação financeira em recursos distintos, além de fomentar a produção do espaço urbano da cidade de Campinas, acabava por demonstrar um “espírito benemérito”. Nesse aspecto, Joaquim Egídio de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha administraram a festa do Espírito Santo em 1874:

FESTA DO ESPÍRITO SANTO - O barão de Três Rios e Francisco de Souza Aranha tendo de solenizar a festa do Espírito Santo, na freguesia da Conceição, no dia 24 do corrente convidam a todas as pessoas para acompanharem a bandeira nesse dia às 8 horas da manhã para a tirada de esmolas, assim como a todos os atos religiosos do estilo. A bandeira sai da casa do barão de Três Rios, destinada para a festa. Pede-se instantaneamente a concorrência das irmandades de ambas as paróquias, e anjos para abrilhantarem a procissão (CAMPINAS, 1874, ed. 00458, p. 03).

Segundo anunciada a festa, foi realizada “às expensas” da esposa de Joaquim Egídio de Souza Aranha e do sr. Francisco Egídio de Souza Aranha (CAMPINAS, 1874, ed. 00461, p. 02). Conforme discutido por D’Elboux (2006, p. 215), o “baronato local” – isso é, os grupos senhoriais estabelecidos localmente – foi de importância fundamental para o desenvolvimento social, desempenhando boa parte dos melhoramentos urbanos e agindo na propagação do “novo gosto europeizado vindo da corte ou da Europa diretamente”. Segundo a autora, a doação e tributação de “grandes somas para a construção de templos religiosos, palácios, palacetes”, entre outros edifícios, resultaram na concessão de numerosos títulos e ordens honoríficas (D’Elboux, 2006, p. 216).

Para Campinas, o auxílio financeiro pago à construção da Matriz Nova era uma tributação obrigatória imposta à classificação de lavradores e capitalistas do município

de Campinas³⁵⁰. Conforme Pupo (1969, p. 200), definiu-se o pagamento de dez por cento da produção dos principais lavradores e capitalistas como forma de angariar a construção da igreja. A lista, anunciada anualmente à imprensa, era organizada mediante “classes” atribuídas em função do valor tributado sobre a produção, ou seja, quanto maior o potencial produtivo e a colheita anual mais alta era a ordem ordenada a esses sujeitos. Não obstante, a família Souza Aranha contribuía “para arrecadação do imposto à benefício da Matriz Nova [quadro 34], em cumprimento da lei provincial de 30 de março de 1872³⁵¹, a junta de lançamento fez a classificação dos lavradores e capitalistas deste município” (CAMPINAS, 1872, ed. 00302, p. 03).

QUADRO 34. LISTA DE CONTRIBUINTE DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA TRIBUTADOS NA CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NOVA (1872)			
CLASSE	NOME		TRIBUTOS
1.	1ª	José Machado de Campos Aranha	30\$000 (trinta mil réis)
2.	1ª	Martim Egídio de Souza Aranha (tenente)	30\$000 (trinta mil réis)
3.	2ª	d. Antônia Francisca Barbosa Aranha	80\$000 (oitenta mil réis)
4.	2ª	Francisco Egídio de Souza Aranha (tenente)	80\$000 (oitenta mil réis)
5.	3ª	Antônio Egídio de Souza Aranha (tenente)	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
6.	3ª	José Francisco Barbosa Aranha	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
7.	3ª	Pedro Egídio de Souza Aranha & Irmão ³⁵²	160\$000 (cento e sessenta mil réis)

³⁵⁰ O processo de construção da igreja de Nossa Senhora da Conceição, doravante denominada como Matriz Nova, foi extenso por decorrências políticas, dificuldades construtivas e, sobretudo, por diversas alterações em seu projeto arquitetônico original. O início da construção se deu em 1807, enquanto sua inauguração ocorreu em 07 de dezembro de 1883. As incursões historiográficas acerca do processo construtivo da igreja foram amplamente exploradas por Rodrigues (2010).

³⁵¹ Resolução de nº 27, de 30 de março de 1872, que estabelecia o modo pelo qual os impostos criados para as obras da Matriz Nova da freguesia da Conceição, no município de Campinas, os quais foram arbitrados e arrecadados. Estabeleceu, mediante resolução, os seguintes artigos: § 1.º - Os lavradores de café, açúcar e algodão serão lançados em doze classes diversas, segundo o número de arrobas que produzirem suas fazendas. A 1.ª classe compreenderá os lavradores que colherem de 500 a 1,000 arrobas. A 2ª, de 1,000 a 3,000. A 3.ª do 3,000 a 5,000. A 4.ª, do 5,000 a 7,000. A 5ª, de 7,000 a 9,000. A 6.ª, de 9.000 a 12,000. A 7.ª, de 12,000 a 15,000. A 8ª, do 15,000 a 18,000. A 9.ª, de 18,000 a 21.000. A 10ª, de 21,000 a 25,000. A 11ª, de 23,000 a 30,000. A 12ª, de 30,000 para mais. Art. 11. - Os lavradores pagarão pela tabela seguinte: Os de 1ª classe, 30\$000.- Os de 2ª, 80\$000.- Os de 3ª, 160\$000.- Os de 4ª, 240\$000.- Os de 5ª, 320\$000.- Os de 6ª, 420\$000.- Os de 7ª, 540\$000. Os de 8ª, 660\$000.- Os de 9ª, 780\$000.- Os de 10ª, 920\$000. - Os de 11ª, 1:100\$000. - Os de 12ª, 1:300\$000. Disponível em: <https://encurtador.com.br/agS12>. Acesso em out. 2023.

³⁵² Em 1873, Pedro Egídio de Souza Aranha vendeu açúcar à empresa Ferreira Novo & Filho “cuja boa qualidade é reconhecida. Seus preços a dinheiro são: branco 6\$, redondo bem a 4\$800, redondo abaixo 4\$400. Em grande porção faz-se algum abatimento.” (CAMPINAS, 1873, ed. 00365, p. 02).

8.	4 ^a	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)	240\$000 (duzentos e quarenta mil réis)
9.	4 ^a	d. Maria Luzia de Souza Aranha	240\$000 (duzentos e quarenta mil réis)
10.	4 ^a	d. Maria Brandina de Souza Aranha	240\$000 (duzentos e quarenta mil réis)
11.	4 ^a	d. Petronilha Egídio Aranha do Amaral Lapa	240\$000 (duzentos e quarenta mil réis)
12.	6 ^a	d. Maria Francisca Barbosa Aranha	420\$000 (quatrocentos e vinte mil réis)
13.	11 ^a	Joaquim Policarpo Aranha (comendador)	1:100\$000 (um conto e cem mil réis)
14.	11 ^a	Manoel Carlos Aranha (comendador)	1:100\$000 (um conto e cem mil réis)

Quadro 34. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados na construção da Matriz Nova, 1872. Fonte: CAMPINAS, 1872 ed. 00302, p. 03.

A somatória de impostos tributados à família em 1872 superou os 4:280\$000 (quatro contos e duzentos mil réis). A tributação ocorria junto à Câmara Municipal de Campinas, a partir do diretório das obras da igreja, sendo “coletados todos os nomes conforme sua profissão e segundo a categoria em que foram classificados em vista das informações obtidas e julgadas pela junta” (CAMPINAS, 1873, ed. 00418, p. 05). A contar que, no mesmo ano, o presidente da Câmara Municipal era Antônio Egídio de Souza Aranha, filho de Maria Luzia de Souza Aranha e irmão de Joaquim Egídio de Souza Aranha (Lisboa *in* Almanak, 1871, p. 27). Em 1872, foi dirigido ao presidente e aos membros do diretório da Matriz Nova um abaixo-assinado³⁵³:

O abaixo assinado vem a jusante, v. sr^a, reclamar a classificação que foi feita por v. exc^a, **colocando os superiores entre os fazendeiros da 3^a classe deste município, e sujeito ao imposto fixo anual de cento e sessenta mil réis.** A reclamação dos superiores tem o seu fundamento nos seguintes fatos. Na classe em que foi colocado os superiores se acham outros que tem o dobro de trabalhadores, terras e produção do que tem os superiores entre as quais apresentará o dr. Augusto Xavier R. de Andrade, Antônio Egídio de Souza Aranha, Pedro Egídio de Souza Aranha & Irmão, e muitos outros colocados na mesma classe dos superiores, e que tem escassas terras, poucos braços e sem possibilidade de alargar sua produção. Mesmo na segunda classe encontra os

³⁵³ “O presidente do diretório das obras da Matriz Nova era o vigário José Joaquim de Souza e Oliveira, enquanto os membros eram dr. Francisco Quirino dos Santos, dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, dr. Antônio Carlos de Moraes Salles, **o comendador Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)**, o capitão Camilo Xavier Bueno da Silveira e Antônio Pompeu de Camargo.” (Lisboa *in* Almanak, 1871, p. 30 - grifo da autora).

superiores que em terras, trabalhadores e produção excedem muito os superiores, e entre eles os superiores apresentam as seguintes: os herdeiros de Eliseu Ferraz de Campos Sousa, Abílio de Camargo Andrade, Francisco Egídio de Souza Aranha. **O lugar, pois, dos superiores é nessa classe, onde aliás, como disse, estão colocadas várias pessoas superiores, em produção e outros recursos aos superiores.** É nessa classe que os superiores com justiça podem ser colocados, e fundando-se na justiça [...] aos superiores requerer a servidão, procedendo a justa rescisão, colocar os superiores na segunda classe como é de justiça³⁵⁴ (ARQUIDIOCESE, 1872, pp. 01-01v - grifo da autora).

Esta não foi a única petição de reclamantes do imposto das obras da Matriz Nova. Em dezembro de 1872, foi feita uma relação “[...] do imposto anual das Obras da Matriz Nova, desta Cidade apresentado a junta de Reclamação”, na qual, entre vários lavradores, estava “Joaquim Policarpo Aranha – [que] pediu a redução da contribuição que lhe foi lançada como lavrador da 11ª classe, em razão de sua colheita no presente ano não estar nessa proporção”. Seu pedido foi indeferido por “falta de provas” que comprovassem a baixa produção (ARQUIDIOCESE, 1872).

QUADRO 35. LISTA DE CONTRIBUINTES DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA TRIBUTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NOVA (1873)			
CLASSE		NOME	TRIBUTO
1.	2ª	Martim Egídio de Souza Aranha (tenente)	80\$000 (oitenta mil réis)
2.	3ª	Antônio Egídio de Souza Aranha	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
3.	3ª	d. Antônia Francisca Barbosa Aranha	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
3.	3ª	Pedro Egídio de Souza Aranha & Irmão	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
4.	4ª	Francisco Egídio de Souza Aranha	240\$000 (duzentos e quarenta mil réis)
5.	5ª	José Francisco Barbosa Aranha	320\$000 (trezentos e vinte mil réis)
6.	7ª	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)
7.	7ª	Herdeiros de d. Petronilha Egídio Aranha do Amaral Lapa	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)
8.	7ª	Maria Luzia de Souza Aranha	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)

³⁵⁴ ARQUIDIOCESE, Cx. 02 Processo 5899, 1872.

9.	8 ^a	Maria Brandina de Souza Aranha	660\$000 (seiscentos e sessenta mil réis)
10.	12 ^a	Joaquim Policarpo Aranha (comendador)	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)
11.	12 ^a	Manoel Carlos Aranha (comendador)	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)
12.	12 ^a	Viúva Barbosa Aranha & filho	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)

Quadro 35. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados para a construção da Matriz Nova, 1873. Fonte: CAMPINAS, 1873, ed. 00418, p. 05.

No ano de 1873³⁵⁵, a produção dos lavradores da família Souza Aranha foi superior à de 1872, a contar pelo maior valor arrecadado para a tributação da igreja, somando 7:300\$000 (sete contos e trezentos mil réis), conforme apontado no quadro 35. Ademais, o valor agregado à produção de Joaquim Policarpo Aranha foi superior ao ano anterior, o que lhe conferiu a 12^a classe de tributos. A “comum” insatisfação dos lavradores em pagar altas quantias ao tributo, segundo Lapa (1995, p. 106), se enquadrava no desejo social e nos comportamentos coletivos que lhes conferiam certa identidade.

QUADRO 36. LISTA DE CONTRIBUINTES DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA TRIBUTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NOVA (1874)			
CLASSE		NOME	TRIBUTO
1.	2 ^a	Martim Egídio de Souza Aranha (tenente)	80\$000 (oitenta mil réis)
2.	2 ^a	Francisco Egídio de Souza Aranha	80\$000 (oitenta mil réis)
3.	3 ^a	Antônio Egídio de Souza Aranha	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
4.	3 ^a	Pedro Egídio de Souza Aranha & irmão	160\$000 (cento e sessenta mil réis)

³⁵⁵ Em 1873, Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios) era presidente da Câmara Municipal (Lisboa, 1873, p. 03), membro do diretório das obras da matriz nova (Lisboa, 1873, p. 07). Quanto à Guarda Nacional de Campinas, o coronel comandante superior era o barão de Três Rios, Carlos Egídio de Souza Aranha era capital quartel- mestres, os tenentes eram Francisco Bueno Aranha e Martim Egídio de Souza Aranha, do batalhão da reserva, destaque ao tenente coronel José Egídio de Souza Aranha, alferes porta-bandeira Francisco Egídio de Souza Aranha e o alferes porta-estandarte era José Egídio de Queiroz Aranha (Lisboa *in* Almanaque, 1873, pp. 12-13). Os capitalistas alistados em 1873: Antônio Egídio de Souza Aranha, residente no largo da matriz Nova, n^o1, barão de Três Rios, rua Direita, n^o51, e Maria Luzia de Souza Aranha, largo da Matriz Nova, n^o1 (Lisboa, 1873, pp. 21-22). Proprietários eram: o comendador Joaquim Policarpo Aranha, o comendador Manoel Carlos Aranha, d. Maria Brandina de Souza Aranha (Lisboa *in* Almanaque, 1873, pp. 22-25).

5.	5 ^a	José Francisco Barbosa Aranha	320\$000 (trezentos e vinte mil réis)
6.	7 ^a	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)
7.	7 ^a	Herdeiros de d. Petronilha Egídio Aranha do Amaral Lapa	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)
8.	7 ^a	Maria Luzia de Souza Aranha	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)
9.	8 ^a	Maria Brandina de Souza Aranha	660\$000 (seiscentos e sessenta mil réis)
10.	11 ^a	Manoel Carlos Aranha (comendador)	1:100\$000 (um conto e cem mil réis)
11.	12 ^a	Joaquim Policarpo Aranha (comendador)	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)
12.	12 ^a	Viúva Barbosa Aranha & filho	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)

Quadro 36. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados para a construção da Matriz Nova, 1874. Fonte: CAMPINAS, 1874, ed. 00434, p. 05.

Em 1874, a quantia tributada à família Souza Aranha para a construção da igreja foi de 6:780\$000 (seis contos setecentos e oitenta mil réis).

QUADRO 37. LISTA DE CONTRIBUINTES DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA TRIBUTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NOVA (1875)			
CLASSE		NOME	TRIBUTO
1.	2 ^a	Martim Egídio de Souza Aranha (tenente)	80\$000 (oitenta mil réis)
2.	3 ^a	Francisco Egídio de Souza Aranha	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
3.	5 ^a	d. Antônia Francisca Barbosa Aranha	320\$000 (trezentos e vinte mil réis)
4.	5 ^a	José Francisco Barbosa Aranha	320\$000 (trezentos e vinte mil réis)
5.	5 ^a	Pedro Egídio de Souza Aranha	320\$000 (trezentos e vinte mil réis)
6.	6 ^a	Antônio Egídio de Souza Aranha	420\$000 (quatrocentos e vinte mil réis)
7.	6 ^a	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios) ³⁵⁶	420\$000 (quatrocentos e vinte mil réis)

³⁵⁶ Compunham o diretório das obras da Matriz Nova, o senhor barão de Três Rios, os senhores Antônio Pompeu de Camargo, drs. Campos Salles, Moraes Salles, Cassiano, F. Quirino dos Santos e o presidente nato, que era o revdo. Vigário Souza e Oliveira (Campinas, 1874, ed. 00510, p. 01).

8.	7 ^a	Maria Luzia de Souza Aranha (baronesa de Campinas)	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)
9.	7 ^a	d. Maria Brandina de Souza Aranha	540\$000 (quinhentos e quarenta mil réis)
10.	12 ^a	Manoel Carlos Aranha (comendador)	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)
11.	12 ^a	Joaquim Policarpo Aranha (comendador)	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)
12.	12 ^a	Viúva Barbosa Aranha & filho	1:300\$000 (um conto e trezentos mil réis)

Quadro 37. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados para a construção da Matriz Nova, 1875. Fonte: CAMPINAS, 1875, ed. 00532, p. 02.

Em 1875, a somatória dos impostos voltado às obras da Matriz Nova, por parte dos Souza Aranha foi 7:020\$000 (sete contos e vinte mil réis).

QUADRO 38. LISTA DE CONTRIBUINTES DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA TRIBUTADOS PARA A CONSTRUÇÃO DA MATRIZ NOVA (1877)			
CLASSE		NOME	TRIBUTO
1.	1 ^a	Viúva de Francisco Egídio de Souza Aranha	30\$000 (trinta mil réis)
2.	2 ^a	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)	80\$000 (oitenta mil réis)
3.	2 ^a	Maria Luzia de Souza Aranha (baronesa de Campinas)	80\$000 (oitenta mil réis)
4.	2 ^a	Martim Egídio de Souza Aranha (tenente)	80\$000 (oitenta mil réis)
5.	2 ^a	Pedro Egídio de Souza Aranha	80\$000 (oitenta mil réis)
6.	3 ^a	d. Antônia Francisco Barbosa Aranha	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
7.	3 ^a	Antônio Egídio de Souza Aranha	160\$000 (cento e sessenta mil réis)
8.	4 ^a	Herdeiros de d. Petronilha Egídio Aranha do Amaral Lapa	240\$000 (duzentos e quarenta mil réis)
9.	5 ^a	José Francisco Barbosa Aranha	320\$000 (trezentos e vinte mil réis)
10.	6 ^a	Manoel Carlos Aranha (comendador)	420\$000 (quatrocentos e vinte mil réis)
11.	8 ^a	Viúva Barbosa Aranha & filho	660\$000 (seiscentos e sessenta mil réis)

12.	9 ^a	Joaquim Policarpo Aranha (comendador)	780\$000 (setecentos e oitenta mil réis)
-----	----------------	---------------------------------------	--

Quadro 38. Lista de contribuintes da família Souza Aranha tributados para a construção da Matriz Nova, 1877.
 Fonte: CMU, CAMPINAS. n° 910, p. 02,1877, ref. 1329.

Para 1877, a família Souza Aranha contribuiu com 3:090\$000 (três contos e noventa mil réis), demonstrando uma queda na produção anual agrária.

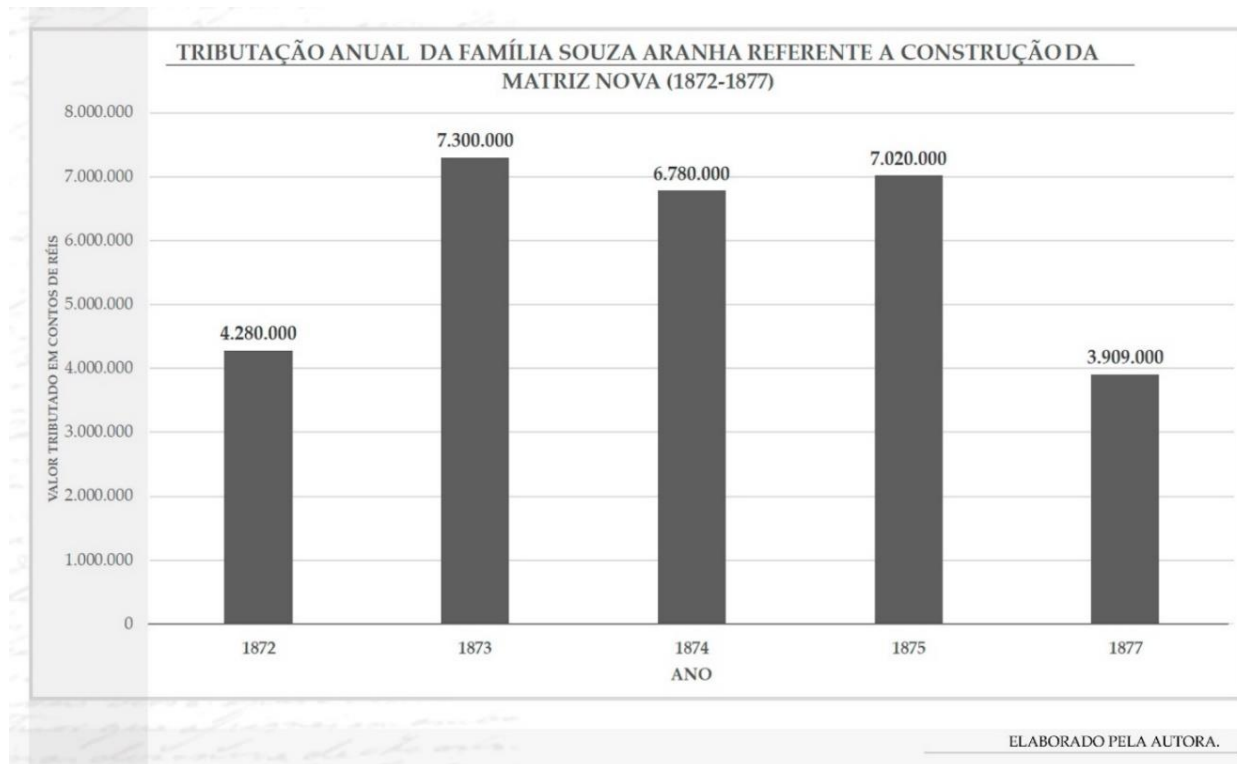


Gráfico 14. Tributação anual da família Souza Aranha referente à construção da Matriz Nova (1872-1877). Fonte: Dados extraídos do jornal A Gazeta de Campinas.

... Ser uma doação
... que foi a meu
... Francisco Barbara
... filha, constante e
... scriptura, devida
... nada, valas dos
... eças, a quantia
... de seis. Esta de
... tomada no deida
... para a imputação
... assim distria
... da minha terça
... sepa imputa
... a terça, as valas
... que dei a minha
... de novo cas
... a minha filha Au
... de seu casamento e o
... Logo a minha filha
... edia em que ela se
... de São B. dicto;
... da cau...
... a de
... pode a
... de q
... a bar
... seu unje
... a Gabada
... aha de
... Ser uma doação
... que foi a meu
... Francisco Barbara
... filha, constante e
... scriptura, devida
... nada, valas dos
... eças, a quantia
... de seis. Esta de
... tomada no deida
... para a imputação
... assim distria



4

ENTRE O RURAL E O URBANO:

o agenciamento espacial da família
Souza Aranha em Campinas
no final do século XIX.

4. . ENTRE O RURAL E O URBANO: o agenciamento espacial da família Souza Aranha em Campinas no final do século XIX

4.1 O território e os bairros na cidade de Campinas no final do século XIX

Segundo Goyena Soares (2019, p. 451), o conceito de “classe senhorial”, até o final do século XIX e primeira metade do século XX, se sustentava a partir da diferença econômica e de renda existente. Era um universo significativamente diferente aquele das camadas ascendentes e o das já ascendidas. O último quartel do século XIX testemunhou o desenvolvimento, nos centros urbanos, das profissões empresariais: cresceu o número de indústrias, de banqueiros e de acionistas. Em última instância, o tamanho do “soldo” – e o patrimônio – determinava os limites da cidadania, se a considerarmos, especialmente, no sentido do que hoje é compreendido por direitos políticos e sociais. A renda, portanto, era um critério de visibilidade e de projeção social, o que punha em xeque igualmente os direitos civis. A classe fazia-se, em primeiro lugar, a partir da renda que, num segundo momento, determinava as identidades culturais e coletivas por intermédio do acesso a estes ou aqueles espaços de socialização (Goyena Soares, 2019. pp. 453-454). Para tanto, o *status*, via de regra, tendia a andar junto com a classe, vinculados, segundo Goyena Soares (2019, p. 455), pela renda.

As grandes transformações econômicas do século XIX, impulsionadas pelo desenvolvimento da cafeicultura, envolvem o fenômeno da diferenciação e constituição das classes sociais, particularmente o processo da formação da burguesia paulista, que assumia papel histórico nacional já no fim do mesmo século (Cardoso de Mello, 1985, p. 125). A partir da década de 1880, a economia cafeeira rumava à constituição de uma economia capitalista, segundo Silva (2011, p. 205). Os proprietários de cafezais, detentores de escravizados, passaram a ser, concomitantemente, acionistas em novas sociedades que se formaram a fim de viabilizar a infraestrutura da produção e exportação do café, servindo à continuidade do processo econômico.

As fazendas de café aceleraram a concentração fundiária e ampliaram significativamente o número de escravizados, transformando a cidade de Campinas no centro mais populoso de escravizados da província de São Paulo a partir da década de 1870, ao mesmo tempo em que a expansão da economia cafeeira fragilizou, ou mesmo desestruturou, as bases da antiga economia mercantil de abastecimento, disseminando um outro padrão de relações produtivas com a terra (Pellicciotta, 2014, p. 26). No início da década de 1880, Campinas era considerada uma das cidades mais importantes da província, já contando com serviço regular de bonde e iluminação a gás e melhoramentos urbanos (Bianconi, 2002, pp. 50-51).

Para Santos (2002, p. 162), as operações de melhoramentos urbanos das cidades do âmbito do café, marcaram os esforços de constituição das condições gerais para uma cidade capitalista, mas, em Campinas, essas estiveram sobre determinadas pelos interesses fundiários da elite senhorial local. No pensamento de Santos (2002, p. 163), montava-se necessariamente, junto à formação das empresas de água, luz, bondes e trens, um mecanismo de apropriação do valor, diretamente vinculado à alavancagem da propriedade de terra, ou seja, já objetivando sua posterior transformação em capital privado. Empresas privadas eram dirigidas pela mesma fração da elite de parentelas e baronatos, para a realização de obras e serviços de água e saneamento, iluminação e transporte elétrico, configurando as alterações da cidade conforme os interesses capitalistas que convergiam em função da localização das suas propriedades (Santos, 2002, p. 163)

Construindo as pioneiras indústrias de geração de energia, captação hídrica, as ferrovias, bem como arbitrando na abertura de caminhos e estradas ao redor de suas próprias fazendas e fazendo seus próprios caminhos, três principais famílias de Campinas – os Abreu Soares, os Quirino dos Santos e os **Souza Aranha** – estavam se apropriando de valor por meio de capital social investido ao lado de seus domínios. O capital acumulado nestas propriedades multiplicou-se de acordo com a capacidade aglomerante conferida por este tipo de política urbana emergente, ao combinar produção de café com uma nova configuração e reprodução da cidade e da própria formação social nela contida. Café exportado, cidade crescendo e investimentos públicos e privados de infraestrutura urbana alocados na moldura destas fazendas, tudo agregava, automática e exponencialmente, valor à sua localização e, portanto, a valorização ocorrida nas fazendas garantiu a acumulação de ganhos derivados da retenção destas propriedades pelos seus detentores, em prol da consolidação de uma economia urbana e capitalista em Campinas (Santos, 2002, pp. 163-164 - grifo da autora).

No âmbito da urbanização, o café motivou os lavradores a exigirem o cumprimento de um novo papel na cidade: aquele de fornecer novas condições para o desenvolvimento das lavouras. À cidade caberia, de fato, gerar um novo leque de serviços e de atividades necessárias à estruturação e desenvolvimento das lavouras, das colheitas, do beneficiamento e do escoamento da produção. No curso do século XIX, portanto, as dimensões rural e urbana passavam a se entrelaçar de maneira inédita: da produção agrícola, originava-se a maior acumulação de riqueza, enquanto da cidade, advinha toda uma dinâmica de escoamento, migração, comércio e serviços, o que garantia a sustentabilidade e o desenvolvimento do complexo cafeeiro, ampliando-se as melhorias de infraestrutura e, de forma concomitante, a complexificação e especialização das atividades rurais e urbanas (Pellicciotta, 2014, p. 27).

Manfredini (2010, p. 126) observou, em seu estudo centrado na cidade de Limeira, que a formação urbana se atrelou diretamente à evolução patrimonial e de riquezas, reproduzindo-se a partir de doações e ocupações, apoiadas nas condições de domínio do espaço brasileiro, impostas pelo governo imperial. Este, objetivando a ocupação e a consolidação do território nacional, se associou à Igreja e aos proprietários de terras, notadamente agentes pautados nos interesses imperiais de domínio e expansão das fronteiras físicas e econômicas do país. Com sua representação política e social, tais agentes contribuíram tanto para as pretensões da nação emergente quanto para a ratificação de sua condição de domínio em relação às comunidades locais. Consoante com o autor, o processo de ocupação e de transformação de terras rurais em espaço urbanizado em Campinas seguiu também essa lógica, onde o acúmulo de capital agregado no espaço rural foi injetado em prol da cidade por meio de equipamentos, infraestrutura e no fomento do mercado imobiliário. Em função do crescimento populacional da cidade com o passar dos anos, em 1870 foi necessário dividir o território para a jurisdição religiosa em duas paróquias. A então paróquia de Santa Cruz comportava já cerca de 33 mil pessoas que residiam no município, sendo que dez mil residiam no núcleo urbano, conforme Bianconi (2002, p. 12).

Nesse sentido, para os registros de nascimentos, casamentos e óbitos, a partir desta data, os habitantes deveriam se dirigir àquela mais próxima de sua cercania. Ficou, portanto, dividido o território em duas paróquias, sendo que a porção norte do termo da cidade ficou sob a denominação de paróquia de Santa Cruz de Campinas, tendo, por sede, a matriz velha. Já a porção sul, denominada paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Campinas, tinha por sede a matriz nova. Embora essa medida tenha sido tomada em 1870, a finalização das obras da matriz nova só aconteceu em 1883, ficando, até esta data, a Igreja do Rosário como sede provisória da paróquia de Nossa Senhora da Conceição (Matos, 2004, p. 22). O projeto passou pela assembleia provincial, porém, segundo publicado por Francisco Quirino dos Santos, a aceitação não foi recebida com entusiasmo:

A ASSEMBLEIA PROVINCIAL - Um **projeto** assinado pelo sr. Fonseca e outros deputados, **acaba de propor à assembleia provincial a divisão de Campinas em duas paróquias, ficando a primeira composta de uma parte da cidade e fazendas adjacentes e a segunda formando-se de outra parte com o bairro de Santa Cruz, e igualmente as fazendas do respectivo lado [...]** A ideia aventada pelo sr. Fonseca e seus colegas não traz um único proveito; antes é de todo ponto inaceitável. Tem ela por fim somente transtornar o estado das relações do nosso povo para com a igreja, dificultando em todos os casos e mesmo tornando impossível quase o discriminar cada qual o ponto em que deve cumprir e realizar as práticas do culto religioso, visto que a ordem de colocação nas casas da cidade não é a mesma que se observa com a posição das fazendas [...] Por certo não irá

avante o pensamento dos que pretendem as duas paróquias para esta cidade. Confiamos em que os próprios iniciadores dele o abandonem e assim tornem ao posto elevado de onde devem zelar com todo o esmero, com todo o cuidado os grandes empreendimentos que podem redundar em mananciais para a riqueza e florescimento do país [...] F. Quirino dos Santos (CAMPINAS, 1870, ed. 00032, pp. 01-02 - grifo da autora).

Dias após refutar a proposta, alegando que não havia vantagem alguma, os membros da Câmara Municipal de Campinas se dirigiram ao presidente e membros da assembleia provincial de São Paulo, alegando que:

tendo sido apresentado um projeto tendente a dividir a paróquia de Campinas, vem opor algumas considerações [...] o projeto não tem outro fim, nem pode tê-lo senão de acudir a algum interesse da igreja reclamado por circunstâncias [...] como determinar divisas entre uma paróquia e outra que evitem conflitos entre os respectivos párocos, conflitos que redundam em graves males aos interessados e ainda mais ao princípio religioso? **Trata-se de uma população agrícola, onde os estabelecimentos de lavoura não demoram na mesma freguesia, em que os respectivos proprietários têm a sua residência, dentro da cidade. Isto é, avultado número de lavradores que tem de ficar na nova paróquia, residem, quando na cidade, dentro dos limites da outra e vice-versa** (CAMPINAS, 1870, ed. 00040, p. 02 - grifo da autora).

Em sete de abril de 1870, mesmo à revelia, a divisão territorial de Campinas em duas paróquias “passou na assembleia provincial, em terceira discussão, [por meio do] projeto do sr. Fonseca, sendo a divisão da paróquia em Campinas, em duas” (CAMPINAS, 1870, ed. 00046, p. 02). Ficou então a cidade dividida em duas freguesias: de Santa Cruz e a da Conceição, tratando-se da jurisdição religiosa do território. De forma distinta do cenário visto no início do século XIX (1818) e na metade do século (1854-1857), ao final do século XIX, a cidade de Campinas já contava com, ao menos, os seguintes bairros: Campinas Velha, Mato Dentro, Sousas, Limas, Penteados, Jaguari, Pedreira, Santa Cruz, Atibaia, Ilheos, Tanquinho, Terra Preta, Boa Vista, Quilombo, Foguete, Venda do Mato³⁵⁷, Rebouças, Itapevuçú, Estiva. A classificação observada no quadro 39, referente à produção cafeeira em 1891, foi realizada para parte do território da cidade de Campinas³⁵⁸ em 1891, para a freguesia de Santa Cruz:

³⁵⁷ A referência a este bairro encontra-se em notícia de jornal local: “PARRICÍDIO - No dia 2 do corrente, no bairro da Venda do Mato, Antônio Pinheiro desfechou um tiro de espingarda, em seu pai, Antônio José Pinheiro, de que lhe resultou a morte. Ignoramos os motivos que levaram ao filho parricida, a cometer tão horrível atentado.” (CAMPINAS, 1870, ed. 00095, p. 02).

³⁵⁸ Não foi encontrada a classificação referente à freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

QUADRO 39. CLASSIFICAÇÃO DO CAFÉ PRODUZIDO NAS FAZENDAS PERTENCENTES À FREGUESIA DE SANTA CRUZ NO ANO DE 1891- CAMPINAS.³⁵⁹

Nº	Bairros	Fazenda	Proprietários	Arrobas de café
1.	Campinas Velha	Chácara	Eliseário Ferreira de Camargo	2.500
2.	Campinas Velha	Chácara	Francisco Florence	2.000
3.	Mato Dentro	Lapa ³⁶⁰	Souza Camargo & Penteado	13.000
4.	Mato Dentro	Mato Dentro ³⁶¹	d. Maria Brandina Souza Aranha	10.000
5.	Mato Dentro	Fortaleza	Cândido Álvaro C.	8.000
6.	Mato Dentro	Pico	João de Souza Campos	4.500
7.	Sousas	Pires	Felix Corrêa Marques	250
8.	Sousas	Atibaia	João Bueno de Camargo Domingues	10.000
9.	Sousas	São João	Clemente G. da Fonseca	3.000
10.	Sousas	Meia Lua	d. Brasília Queiroz	4.000
11.	Limas	Morrinho	José Caetano da Silva	200
12.	Limas	Mato Dentro ³⁶²	João Aranha	350
13.	Limas	Venda	Herculano Almeida	400
14.	Limas	Pedras	Viúva Coutinho & filhos	22.000
15.	Penteados	Soledade	d. Cândida Penteado	2.500

³⁵⁹ CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal de Pareceres da Câmara 1889-1891. Cx. 16 2240 C. folhas avulsas, 09 p.

³⁶⁰ Tratava-se do latifúndio desmembrado do engenho do Mato Dentro herdado por Petronilha Egídio de Souza Aranha, casada com Francisco Inácio do Amaral. Com o falecimento do casal, a propriedade passou para as filhas Olímpia, casada com Antônio Álvaro de Souza Camargo, e Leonor, casada com Eliseário Penteado. Em 1885, a firma Souza Camargo & Penteado detinha a propriedade (Pupo, 1983, p.182).

³⁶¹ Tratava-se do engenho do Mato Dentro oriundo de Joaquim Aranha Barreto de Camargo.

³⁶² Não foram encontradas informações sobre este latifúndio.

16.	Penteados	Pico	d. Maria Penteado	9.000
17.	Penteados	São Francisco	Francisco Penteado	8.500
18.	Penteados	Aracajú	Domingos Leite Penteado	7.000
19.	Jaguari	São Domingos	Franklin Nogueira	6.000
20.	Jaguari	Bela Vista	José B. Pupo Nogueira	1.200
21.	Jaguari	Gramado	Adolpho Pupo	800
22.	Jaguari	Ponte	Tourville Nogueira	3.000
23.	Jaguari	Boa Esperança	Arthur L. de Barros	7.500
24.	Pedreira	Camargo	Castro	Fazenda passou de Amparo para Campinas
25.	Santa Cruz	Barra	Cap. João F. de Souza Campos	4.500
26.	Santa Cruz	Bom Sucesso	Cel. José Quirino	2.500
27.	Santa Cruz	São Quirino	José Paulino Nogueira	6.000
28.	Santa Cruz	Palmeira	Herdeiros de d. Maria Imp.	5.000
29.	Santa Cruz	Boa Esperança	José de Souza Campos	5.000
30.	Santa Cruz	São Pedro	Viúva de Pedro Américo	7.000
31.	Atibaia	Santo Antônio	d. Amélia de Paula	6.000
32.	Atibaia	Pedra Alta	d. Anna Sampaio	6.000
33.	Atibaia	Posse	Francisco Antônio Martins	800
34.	Atibaia	Sobrado	José Thomaz Paula	2.000
35.	Atibaia	Fazendinha	Baronesa da Limeira	15.000
36.	Atibaia	Santo Antônio	d. Maria D.	5.000

37.	Atibaia	Atibaia	Baronesa de Paranapanema	5.500
38.	Ilheos	Angélica	Domingos Penteado	5.000
39.	Ilheos	Santa Cruz	João Mendonça	200
40.	Ilheos	Ilheos	Antônio Correa Mendonça	1.800
41.	Ilheos	M. Branco	dr. Theobaldo Queiroz	5.000
42.	Jaguari	Roseira	F. Ferreira & irmãos	10.000
43.	Jaguari	Palmeira	Viúva Barbosa & genro	9.000
44.	Jaguari	Caracol	Jesuino da Silva	200
45.	Jaguari	São José ³⁶³	cel. José Aranha	2.500
46.	Jaguari	Santa Clara ³⁶⁴	Barão de Anhumas	4.500
47.	Pedreira	Santa Thereza ³⁶⁵	Manoel Carlos Aranha & irmãos	12.000 (passado do Amparo para Campinas)
48.	Limas	Chácara	Joaquim Leite de Campos	450
49.	Limas	Chácara	Antônio M. Godoy	50
50.	Limas	Chácara	Anna Elias W.	600
51.	Limas	Taquaral	Cap. Francisco de Paula Bueno	8.000

³⁶³ Segundo Pupo (1983, p. 202), fazia parte das terras originárias da sesmaria de Alexandre Barbosa de Almeida e a partir de 1885 passou a Joaquim Paulino Barbosa Aranha. O latifúndio provavelmente foi herdado por sua filha Luíza Barbosa Aranha, casada com o tenente coronel José Francisco Aranha, proprietário em 1891.

³⁶⁴ A fazenda Santa Clara pertencia à Manoel Carlos Aranha, sendo descrita e avaliada em seu inventário em 1894 como: com trezentos e cinquenta alqueires de terras mais ou menos, inclusive as que são ocupadas pelos pastos, cafezais e benfeitorias da fazenda denominada “Santa Clara” [...] Por setenta mil pés de café da fazenda Santa Clara, excluídos vinte mil pés de café, pertencentes a Jaguari e quais todas as benfeitorias, casas, pastos etc. Fazenda essa situada em terras da fazenda Jaguari (CMU, 1894, pp. 53v-54). Segundo Pupo (1983, p. 195), em 1914, a fazenda estava sob posse de Carlos Noberto de Souza Aranha, filho de Manoel Carlos Aranha.

³⁶⁵ Em 1889, a fazenda Santa Thereza era propriedade de Joaquim Policarpo Aranha, descrita em seu inventário amigável com sua esposa Libânia Augusta de Souza Aranha como: uma fazenda denominada Santa Thereza, com cafezais e todas as suas benfeitorias, utensílios de trabalho, e os moveis existentes na casa de vivenda, avaliada por cento e oitenta contos de réis (CMU, 1889, p. 05).

52.	Limas	Capuava	d. Anna de Oliveira Rocha	2.000
53.	Limas	Anhumas	d. Gertrudes Rocha Camargo	6.000
54.	Limas	Boa Vista	Américo Ferreira Camargo	7.000
55.	Limas	Palmeiras	d. Maria C. de Arruda Barros	8.500
56.	Limas	Anhumas	João Rodovalho	500
57.	Limas	Pau Grande	Baronesa de Limeira	9.000
58.	Limas	Pau d'Alho ³⁶⁶	Barão de Anhumas	13.000
59.	Tanquinho	Santa Maria	Barão de Anhumas	1.500
60.	Tanquinho	Atibaia ³⁶⁷	Joaquim Aranha & irmãos	11.000
61.	Tanquinho	Duas Pontes	Ignácio Ferreira Camargo	9.000
62.	Tanquinho	Ponte Alta ³⁶⁸	Major Álvaro Xavier	6.000
63.	Tanquinho	Poço	Cap. José Elias de Oliveira	5.500
64.	Mato Dentro	Poço	Cel. Bento Bicudo	15.000
65.	Mato Dentro	Sete Quedas	José Theodoro Andrade	5.000
66.	Mato Dentro	Bom Retiro ³⁶⁹	Joaquim Aranha & irmãos	12.000
67.	Mato Dentro	Recreio ³⁷⁰	cel. José Aranha	6.000

³⁶⁶ Propriedade de Manoel Carlos Aranha, que, segundo Pupo (1983, p. 186), em 1900 pertencia à baronesa de Anhumas (Brandina Augusta de Queiroz Aranha), produzindo 14 mil arrobas de café, adjunta à fazenda Santa Maria.

³⁶⁷ Tratava-se do engenho do Atibaia, oriundo de José Francisco Aranha Barreto de Camargo.

³⁶⁸ Casado com Maria Brandina de Souza Aranha, filha de Maria Luzia de Souza Aranha e de Francisco Egídio de Souza Aranha.

³⁶⁹ Propriedade de Joaquim Policarpo Aranha, comprada de Thomaz Luiz Alves em 1869, adjunta à fazenda Chapadão. Em 1889, foi herdada metade do latifúndio por seu filho José Francisco Aranha e a outra metade, pelo outro herdeiro, Alberto Aranha (CMU, 1889, pp. 11-12v).

³⁷⁰ Propriedade originalmente de Joaquim Paulino Barbosa Aranha, herdada por sua filha Luíza Barbosa Aranha, casada com o tenente coronel José Francisco Aranha (filho de Joaquim Policarpo Aranha e Libânia Augusta de Souza Aranha), proprietário em 1891.

68.	Estação do Jaguari	Jaguari ³⁷¹	dr. Carlos Noberto de Souza Aranha	14.000
69.	Jaguari	Pedras	Amâncio Bueno	4.500
70.	Jaguari	Castelo	Antônio A. de Camargo	8.000
71.	Jaguari	Jaguari	Barão de Ataliba	7.000
72.	Terra Preta	Borges	João Alexandre	100
73.	Terra Preta	Dois Córregos	Justo Alemão	20
74.	Terra Preta	Venda	João Blumen	30
75.	Boa Vista	Monte Alegre	João Carlos do Amaral	700
76.	Boa Vista	Boa Vista ³⁷²	Antônio Egídio de Souza Aranha	7.000
77.	Boa Vista	Chapadão ³⁷³	Alberto Aranha & irmãos	12.000
78.	Quilombo	Pingurra	Joaquim Custodio Leite da Cunha	600
79.	Quilombo	Quilombo	Martiniano P. de M.	2.000
80.	Quilombo	Bom Retiro	Banco Predial	600
81.	Quilombo	Pindaúba	José Manchim	550
82.	Quilombo	Palmeira	Antônio B. de M. Teixeira	6.500
83.	Quilombo	Boa Vista	João P. Galvão	550
84.	Foguete	São Luiz	Francisco da Rocha Campos	1.200

³⁷¹ Segundo Pupo (1983, p.181), fazia parte das terras originárias da sesmaria de Alexandre Barbosa e, em 1900, pertencia a Carlos Noberto de Souza Aranha, filho de Manoel Carlos Aranha. Segundo inventário de Manoel Carlos Aranha, de 1894, a fazenda Jaguari: “[...] fazenda esta que confina com o rio Jaguari, com a fazenda Santa Clara do doutor Carlos Noberto de Souza Aranha, com a fazenda Recreio, pertencente ao coronel José Francisco Aranha, com a fazenda São José, do mesmo José Aranha [...] (CMU, 1894, p. 58v).

³⁷² Não foram encontradas informações sobre este latifúndio.

³⁷³ Tal como a propriedade do Bom Retiro, a fazenda Chapadão foi comprada por Joaquim Policarpo Aranha de Thomaz Luiz Alves em 1869. Recomenda-se a leitura de Menegaldo (2019).

85.	Foguete	São Luiz	José C. Ferreira da Cunha	500
86.	Foguete	Saltinho	João R. de Toledo Piza	600
87.	Foguete	Morro das Pedras	Joaquim da Rocha Campos	400
88.	Foguete	Morro das Pedras	José da Rocha Campos	90
89.	Foguete	Morro das Pedras	Manoel C. de Toledo Leite	90
90.	Foguete	Pau d'Alho	Banco Predial	700
91.	Foguete	Paiolzinho	Francisco Rodovalho de Toledo	2.500
92.	Foguete	Mumbuco	João Baptista do Nascimento	400
93.	Foguete	Pau d'água	Manoel José do Nascimento	450
94.	Foguete	Venda	d. Anna Joaquina de Camargo	2.000
95.	Foguete	Venda	Balthazar de Campos Camargo	400
96.	Foguete	Venda	Antônio Elias de Camargo	450
97.	Venda do Mato	Fazendinha	José Leite de Camargo Silva	2.000
98.	Venda do Mato	Santa Bárbara	Francisco de Campos & Filhos	6.000
99.	Venda do Mato	Santa Adelaide	Augusto do Nascimento	1.000
100.	Venda do Mato	Tamanduá	Banco Predial	--
101.	Venda do Mato	Pombal	Alfredo E.	500
102.	Venda do Mato	Lagoa	Jacinto Leite da Silva	550
103.	Venda do Mato	Lagoa	Joaquim A. da Rocha Campos	120
104.	Venda do Mato	Pirajú	José Leite da Silva	300
105.	Venda do Mato	Pirajú	Izaias Machado	200

106.	Venda do Mato	Pirajú	Joaquim Machado	250
107.	Rebouças	Rebouças	Companhia de Melhoramentos Maitaré	3.000
108.	Rebouças	Bento Leite	Jacinto M.	150
109.	Rebouças	São Simão	Mariano Xavier de Almeida	250
110.	Rebouças	Pinheiros	Barão de Ibitinga	2.500
111.	Rebouças	Candelária	Companhia Sul Brasileira	1.200
112.	Rebouças	Bela Vista	Fernando J. de M. Barros	1.800
113.	Rebouças	Santa Luzia	João de Lima	500
114.	Rebouças	Capuava	Romão Ferraz	2.500
115.	Itapevuçú	Itapevuçú	Antônio Galvão	800
116.	Itapevuçú	Itapevuçú	João Arruda	1.500
117.	Itapevuçú	Morro Alto	Companhia Sul Brasileira	5.000
118.	Estiva	Deserto	José de Salles Leme	1.800
119.	Estiva	Estiva	Leandro	200
120.	Estiva	Rio das Pedras	Gerêncio de Albino Barbosa	---
121.	Estiva	Santa Genebra	Barão Geraldo de Rezende	18.000
122.	Estiva	Santo Antônio	Barão Geraldo de Rezende	
123.	Estiva	Monjolinho	Barão Geraldo de Rezende	

Quadro 39. Classificação do café produzido nas fazendas pertencentes à freguesia de Santa Cruz no ano de 1891. Fonte: CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal de Campinas. Pareceres da Câmara 1889-1891. Cx. 16 2240 C. folhas avulsas, 09 p.

A cidade de Campinas, a partir de 1870, contava com a divisão em dois “distritos de paz”, denominados por Amaral (1889, p. 62) como “urbanos” e “que correspondiam ao que se achava delimitado a cidade”, além do distrito de paz de “Valinhos” e o que correspondia ao “Arraial dos Souzas”³⁷⁴. Conforme Bianconi (2003, p. 57) e Amaral (1889, pp. 62-65), a descrição dos distritos “urbanos”, que correspondiam ao distrito de Santa Cruz e ao distrito de Conceição eram as seguintes: as divisas iniciavam-se no rio Jaguari, onde havia uma ponte, na estrada do Amparo, e seguiam por esta até o entroncamento na estrada do Belém de Jundiá (atual cidade de Itatiba), seguindo por esta até a rua das Campinas Velhas (rua São Carlos e, posteriormente, av. Moraes Salles), e nesta, acima, até a estrada que chegava de Santa Cruz (atual rua Coronel Quirino).

Seguia-se por esta estrada, acompanhando a chácara do padre Francisco de Abreu Sampaio e irmãos, até o portão da antiga oficina de Antônio Carlos de Sampaio Peixoto, descendo depois pela rua do Caracol (Benjamin Constant) até o largo do Mercado (praça Carlos Gomes), de onde se seguia pela rua da Cadeia (Bernardino de Campos) até o fim do Campo (rua Francisco Teodoro) e continuava até encontrar a estrada da Terra Preta, que passava pelo Hipódromo e seguia até as divisas da paróquia do Capivari de cima³⁷⁵. Ao fim da descrição, Amaral apontou que:

³⁷⁴ Do qual surgiu o subdistrito de Joaquim Egídio. Conforme Ribeiro (2015), a sesmaria que remontava à região onde atualmente se localizam os distritos de Sousas e subdistrito de Joaquim Egídio, pertencia ao consórcio de Cláudio Furquim de Campos, João Monteiro de Oliveira, João Franco, Ângelo Cordeiro, Francisco de Camargo Pimental, Francisco Xavier da Rocha e José Domingues da Rocha, dando origem às diversas fazendas, entre elas, a fazenda Laranjal, de Luciano Teixeira Nogueira. Segundo a autora, no interior dessa fazenda surgiu o povoado que depois ficou conhecido como bairro do Laranjal ou bairro São Luciano e, por fim, como Arraial de Joaquim Egídio. A história de fundação de Joaquim Egídio está ligada a três figuras, como apontado por Ribeiro (2015): o major Luciano Teixeira Nogueira, Joaquim Egídio de Souza Aranha, sendo esse neto do marquês de Três Rios, e Valentim dos Santos Carvalho. Ao que tudo indica, Joaquim Egídio de Souza Aranha (neto) era filho de Carlos Egídio de Souza Aranha (filho) com Maria Ângela de Moraes Aranha (Ribeiro, 2015, 328).

³⁷⁵ A descrição levantada por Leopoldo Amaral: “O município e Comarca de Campinas divide com o município de Mogi-mirim pelo rio Jaguari, desde onde defrontam os limites de Pedreira e aquele município, e rio abaixo até o sítio do Funil; daí começam as divisas com Limeira pelo mesmo rio Jaguari, e desce este rio até receber o Atibaia e formar o Piracicaba pela confluência desses dois e seguem pelo mesmo Piracicaba abaixo até a barra do Quilombo, ao pé da Fábrica da Carioba, onde começam as divisas com o município de Santa Bárbara e comarca de Piracicaba, em um marco de pedra, que se acha contíguo a barra do mesmo ribeirão do Quilombo e que lhe serve de divisa da sesmaria de D. Margarida da Graça Martins, com a sesmaria da herança do capitão Joaquim José Teixeira Nogueira e dali seguirá pelo rumo das duas sesmarias, a vento do sul, até alcançar outro marco do qual seguirá o rumo do sul quarto de sudoeste, divisando com sesmaria do capitão Ignacio Caetano Leme e o brigadeiro Joaquim Mariano Galvão e chegando no marco da testada do dito capitão Ignacio Caetano, cujo foi afincado ao pé de um ribeirão acima como diz até suas cabeceiras e dali seguindo o mesmo rumo até encontrar com as divisas do Capivari, que lhe fica perto; advertindo que esse dito ribeirão reparte-se no campo chamado dos Amarais ou do capitão André em três braços o que se prefere por seguir na direção do rumo, que veem das sesmarias é o do meio. Daí desse ponto começam as divisas com o município de Monte Mor, comarca de Capivari, pela estrada de S. Luiz e por esta estrada até as divisas entre as terras do tenente José Machado da Silva e seus confinantes, e daí se dirigem ao engenho de Antônio de Faria e em direitura à casa de Roque de

A Câmara Municipal, verificando que as divisas civis estabelecidas pelas leis de 1870 e 1871, relativamente à área da cidade, precisavam ser alteradas, porquanto o desenvolvimento urbano se fez mais para Conceição do que para Santa Cruz, estabeleceu [...] **que a divisão eclesiástica, pela respectiva autoridade diocesana se fez em harmonia com a discriminação supra, reguladora da jurisdição administrativa do município.**³⁷⁶ (AMARAL, 1889, p. 65 - grifo da autora).

Com base na constatação de Amaral e no arrolamento dos bairros circunscritos, em 1891, na freguesia de Santa Cruz, é possível afirmar que os limites das freguesias e dos distritos eram coincidentes. Dessa maneira, o distrito localizado do lado norte dessa demarcação passou a ser denominado de Santa Cruz de Campinas, e o distrito localizado ao sul, de Conceição de Campinas³⁷⁷ (Bianconi, 2003, pp. 57-58).

Segundo Fernandes (2016, pp.60-61), o território do distrito e, portanto, da freguesia de Santa Cruz, correspondia aos bairros de Santa Cruz, Taquaral, Guanabara, Barão Geraldo, Rebouças (atual Sumaré), Quilombo (que compreendia parte dos territórios de Hortolândia, Sumaré e Nova Odessa), além da região da vila Americana (atual município de Americana) e de Campos das Palmeiras (atual município de Cosmópolis). Na mesma medida, o território referente à freguesia e à paróquia da Conceição e correspondente ao

Lima donde procura o rio Capivari-Guaçu e desse lugar ao Campo Grande e a estrada que vem de Indaiatuba. Aí principiam os limites de Campinas com o município de Indaiatuba e comarca de Itu, os quais seguem pelo rio Capivari-mirim, ficando as fazendas Boa União, do tenente- coronel Eloy Pompeo de Camargo e Bom Fim, de Manoel de Moraes, para Campinas até que se encontram as divisas de Jundiá com Campinas, as quais começam no ponto extremo dos cafezais de Francisco Antônio de Queiroz Telles, que se acham encravados na fazenda Rio da Prata, e daí aos cafezais de José Queiroz Telles; ao rumo das fazendas Rio da Prata e Sitio Grande e desse rumo até apanhar o rumo da sesmaria pertencente a outrora do Barão de Jundiá e do rumo dessa sesmaria, em reta, até cair no tanque da fazenda Souza Camargo, chamada Santa Cândida; deste ponto do tanque, em rumo ao moinho de José Caetano de Macedo e do moinho do córrego denominado também do Macedo, seguindo por este acima até ao espigão da Estrada Nova, entre os sítios de Lino Antônio Guedes e Anastacio de tal; desse espigão vai à Estrada Velha e daí ao ribeirão ao tanque de Ignacio Dias e deste ponto, onde Jundiá confronta com Itatiba, a rumo encontrar o morro do Rangel e deste pela frente da casa de Francisco de Moraes Campos, fazenda S. Bento, de Orosimbo Maia, pela serra de Pirapora e deste ponto por um córrego seco descendo até ao Ribeirão do Domingues apanhar a barra que faz no Atibaia e deste, rio acima, ao espigão até o morro do Agudo e deste pela serra adianta (das Cabras), que divide as terras outrora de Joaquim Ferreira Penteado (Barão de Itatiba) com as de José Pires de Camargo, e das serra das Cabras até o caminho que de Bethlem (Itatiba) veem aos Moraes e desse caminho ao espigão e pelo espigão até cair na barra do Ribeirão dos Moraes, no rio Jaguari e pelo mesmo rio abaixo até as divisas de Mogi Mirim e Pedreira, onde começou o perímetro divisório[...]. Fonte: AMARAL, 1889, pp. 62-64.

³⁷⁶ Leis provinciais nº 85, de 18 de abril de 1870, e nº31, de 24 de março de 1871.

³⁷⁷ No período imperial, foi instituída, enquanto divisão territorial, a divisão através dos distritos de Paz. Conforme Hidalgo (2013, p.53), se tratava de uma circunscrição, ou seja, de uma área determinada, sob a jurisdição dos Juizes de Paz. O Juizes de Paz eram homens magistrados encarregados da conciliação que perpassava a resolução de crimes, problemas civis, fiscalização e atribuições policiais. Nesse sentido, os Distritos condiziam com a área arbitrária dos juizes.

distrito da Conceição, abarcava a circunscrição referente aos bairros do Cambuí e Bosque (Fernandes, 2016, pp. 60-61).

Conforme Siqueira (2008, p. 131), a instituição e a delimitação de distritos indicavam características do processo de “diferenciação político-territorial”, ou seja, vinculado à necessidade de uma reorganização populacional e de uma redistribuição de poder político no espaço intramunicipal. Com as mudanças sofridas pelo município a partir da segunda metade do século XIX, a contar pelo crescimento demográfico, pela implementação de infraestrutura como o aparato ferroviário, com o crescimento da produção agrária e com o fomento da urbanização, implementar circunscrições jurídicas no território se mostrava um bom instrumento para o arbítrio perante problemas civis e atribuições policiais.

O bairro, enquanto unidade e “eixo importante de conexão e ocupação do território”, assume a lógica da dinâmica econômica própria, conforme observado no quadro 40. A partir da segunda metade do século XIX, a Campinas “imperial do café” está mais consolidada e começa a encontrar as primeiras barreiras à sua expansão física. Depois de ordenado, o conteúdo simbólico do núcleo original da vila diluiu-se dentro da nova estratégia de organização da produção do espaço urbano, em que a cidade crescia sem parar em várias direções (Bittencourt, 2009, p. 51).

A partir da classificação da produção de café na freguesia de Santa Cruz, é possível contabilizar 19 bairros circunscritos a essa delimitação civil e eclesiástica. Em contrapartida, em meados do século XIX, mais precisamente durante a produção dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas (entre 1854-1857), 26 bairros foram identificados para todo o termo do município, indicando, desta forma, um crescimento no número de bairros em relação ao começo do século XIX. Determinados bairros foram denominados a partir de sobrenomes das famílias que se vinculavam à produção expressiva do café.

É o caso do bairro dos Sousas, dos Limas e dos Penteados. No que interessa sobre os Souza Aranha, objeto de estudo desta pesquisa, a classificação da produção de café, em 1891, apresenta uma relação direta com os membros da família. Quando analisado o montante da produção (listado no quadro 40), observa-se que os bairros do 1. Mato Dentro (com a **fazendas Mato Dentro**, de Maria Brandina de Souza Aranha; **Bom Retiro**, dos herdeiros de Joaquim Policarpo Aranha; e a **Recreio**, do coronel José Francisco Aranha); 2. dos Limas (com as **fazendas Mato Dentro** de João Aranha e **Pau d’Alho**, de Manoel Carlos Aranha); 3. do Jaguari (com as **fazendas São José**, de José Francisco Aranha; **Santa Clara**, de Manoel Carlos Aranha; e **Jaguari**, de Carlos Noberto de Souza Aranha, filho de Manoel Carlos Aranha); 4. Pedreira (com a **fazenda Santa Thereza**, de Joaquim Policarpo Aranha); 5. Tanquinho (com as **fazendas Santa Maria**, de Manoel Carlos Aranha; **Atibaia**, de

Joaquim Policarpo Aranha; e **Ponte Alta**, do major Álvaro Xavier Camargo e Silva e Maria Brandina de Souza Aranha) e 6. Boa Vista (com as **fazendas Boa Vista**, de Antônio Egídio de Souza Aranha; e **Chapadão**, de Alberto Aranha e José Francisco Aranha, filhos de Joaquim Policarpo Aranha) representam a maior produção de café registrada no ano de 1891.

A presença de propriedades da família Souza Aranha em vários bairros da freguesia de Santa Cruz, na cidade de Campinas, revela que o agenciamento da produção agrária, ao final do século XIX, não era concentrado, mas sim distribuído por todo o território.

QUADRO 40. BAIRROS REGISTRADOS EM 1891 NA FREGUESIA DE SANTA CRUZ EM CAMPINAS

Nº	BAIRROS	HIPÓTESE DE LOCALIZAÇÃO	PRODUÇÃO	SOBRENOMES	PROPRIEDADES
1.	CAMPINAS VELHA	Perto dos atuais bairros do Proença	4.500 arrobas	Ferreira de Camargo e Florence	2 PROPRIEDADES
2.	MATO DENTRO	Acerca da origem do engenho do Mato Dentro	35.500 arrobas	Souza Aranha, Camargo Penteado e Campos	4 PROPRIEDADES
3.	SOUSAS	Atual distrito de Sousas	19.500 arrobas	Marques, Domingues, Fonseca e Queiroz	4 PROPRIEDADES
4.	LIMAS	Acerca dos atuais bairros do Taquaral, e parte do território que vai sentido Jaguariúna	78.100 arrobas	Silva, Aranha, Almeida, Coutinho	15 PROPRIEDADES
5.	PENTEADOS	Parte do território acerca do município de Jaguariúna	27.000 arrobas	Penteado	4 PROPRIEDADES
6.	JAGUARI	Parte do território acerca do município de Jaguariúna	90.200 arrobas	Ferreira, Barbosa, Silva, Souza Aranha, Bueno, Camargo, Nogueira, Pupo e Barros	14 PROPRIEDADES
7.	PEDREIRA	A propriedade passou de Amparo para Campinas	Não indicado	Souza Aranha	1 PROPRIEDADE
8.	SANTA CRUZ	Perto dos atuais bairros Taquaral, São Quirino	30.000 arrobas	Campos, Quirino, Nogueira, Américo	6 PROPRIEDADES
9.	ATIBAIA	Parte do território acerca do município de Pedreira e Jaguariúna	40.300 arrobas	Sampaio, Martins, de Paula, Souza Queiroz, Abreu Soares	7 PROPRIEDADES
10.	ILHÉOS	Não identificado.	12.000 arrobas	Penteado, Mendonça, Queiroz	4 PROPRIEDADES
11.	TANQUINHO	Parte do território acerca do município de Jaguariúna	33.000 arrobas	Souza Aranha, Ferreira Camargo, Oliveira	5 PROPRIEDADES
12.	TERRA PRETA	Parte do território acerca da estrada da Terra Preta (atual estrada "Campinas-Monte-Mor")	150 arrobas	Alexandre e Blumen	3 PROPRIEDADES

13.	BOA VISTA	Parte do território acerca da fazenda Chapadão	19.700 arrobas	Amaral e Souza Aranha	3 PROPRIEDADES
14.	QUILOMBO	Parte do território dos atuais municípios de Hortolândia, Sumaré e Nova Odessa	10.800 arrobas	Leite da Cunha, Manchim, Banco Predial, Teixeira, Galvão	6 PROPRIEDADES
15.	FOGUETE	Não identificado.	9.780 arrobas	Rocha Campos, Cunha, Toledo, Nascimento, Camargo	13 PROPRIEDADES
16.	VENDA DO MATO	Parte do território que ia sentido estrada de Limeira ³⁷⁸	2.920 arrobas	Camargo Silva, Campos, Nascimento, Banco Predial, Silva, Rocha Campos, Machado,	10 PROPRIEDADES
17.	REBOUÇAS	Atual município de Sumaré	19.200 arrobas	Companhia de melhoramentos Maitaré, Almeida, Camargo Andrade, Companhia Sul Brasileira, Barros, Lima, Ferraz	8 PROPRIEDADES
18.	ITAPEVUÇÚ	Não identificado.	2.800 arrobas	Galvão, Arruda e Companhia Sul Brasileira	3 PROPRIEDADES
19.	ESTIVA	Atual distrito de Barão Geraldo	20.000 arrobas	Salles Leme, Barbosa, Souza Rezende	6 PROPRIEDADES

Quadro 40. Bairros situados na freguesia de Santa Cruz, na cidade de Campinas, em 1891. As linhas em vermelho destacam os bairros onde a família Souza Aranha possuía propriedades.

³⁷⁸ “Fugiu da fazenda do dr. Augusto Cincinnato de Almeida Lima, no município do Patrocínio das Araras, o escravo de nome Donato, natural do Norte, idade 25 anos, fulo, cheio de corpo, boa dentadura, rosto achatado, porém bonita figura, pés bem-feitos, e muito falante etc. Desapareceu no dia 17 do corrente ano (1872), costuma sempre em suas fugidas dirigir-se para os lados do bairro da Venda do Matto (estrada de Limeira para Campinas). Quem o prender e entregar a seu senhor em sua fazenda será bem gratificado.” (CAMPINAS, 1872, ed. 00298, p. 03).

4.1.1 As propriedades rurais de Francisco Egídio de Souza Aranha: a fazenda Vista Alegre, a fazenda Pinheiros e a fazenda Sertão

Ainda que o quadro 40 só tenha classificado as propriedades situadas na freguesia de Santa Cruz, havia outras fazendas, pertencentes à família Souza Aranha, situadas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, em Campinas, no período correlato. Joaquim Egídio de Souza Aranha, o marquês de Três Rios, possuía a fazenda Vista Alegre, situada no bairro da Terra Preta, com todas as suas benfeitorias e mobília da casa de morada³⁷⁹:

[...] da fazenda denominada Vista Alegre cuja superfície mede cerca de duzentos alqueires ou quatrocentos e setenta e quatro hectares, compreendendo a seção denominada Botafogo- que adquiriu por compra da Baronesa de Limeira, em confrontações com as fazendas de Francisco de Barros Paula Souza, Herculano Pompeo, dona Gertrudes Pompeo do Amaral e filhos , em seguida com a estrada de São Paulo e as fazendas de Dois Córregos Silvano de Pacheco Silva e Irmão, Nicolau Lange, Maria Camila, Francisco Fernandes de Abreu, e da fazenda desmembrada da Tapera do doutor França Carvalho, e doutor Leoncio de Carvalho contendo casa de morada e mais benfeitorias que a cercam, casa de máquinas, com máquinas para café, e serra para lenha, tocadas a vapor, tulhas, paio, terreiro de café, uma parte ladrilhada, dois grupos um de treze e outro de sete casas para colonos e mais benfeitorias com exceção da cachoeira no pasto pertencente ao herdeiro Candido Egídio de Souza Aranha, portão e seus fechos e centro e três mil pés de café em melhor estado e noventa e sete mil pés de café inferiores, tendo avaliados por 442:650\$000 (quatrocentos e quarenta e dois contos seiscentos e cinquenta mil réis) (TJSP, 1893, pp. 255-257v).

A parte denominada “invernada” dependente da fazenda Vista Alegre situava-se igualmente no bairro da Terra Preta, enquanto propriedade de Joaquim Egídio de Souza Aranha, medindo cerca de 20 alqueires de terra não firme (terreno de areia), dividida por valos e água, em confrontação com terra de Bartolomeu Bueno da Silva Prado, Guilherme de Tal e outros (TJSP, 1893, pp. 257v-258). A fazenda Pinheiros pertencia a Joaquim Egídio de Souza Aranha, conforme inventário (TJSP,

³⁷⁹ Duas cadeiras de palhinha com sofás, cadeiras de braço e de balanço singelas, um espelho grande de moldura dourada, uma mesa redonda, duas mesinhas, um aparador, dois *tagéres*, um espelho, uma marquesa, duas camas antigas, e dois marquesões, uma mesa de jantar ordinária e vários utensílios de cozinha avaliados por 1:000\$000- um conto de réis. De acessórios a fazenda contava com três carrocinhas com arreios, três carros velhos, três carroças arreadas, um trole velho sem arreios, um carroção e mais utensílios avaliados por 2:000\$000- dois contos de réis. Cinquenta carneiros, treze bestas de serviços, cinco bestas mais ordinárias, um cavalo, um touro, treze vacas, onze novilhos, dois porcos e seis leitões (TJSP, 1893, pp.255-256v).

1893), cuja área, em sua integridade, correspondia a “cento e oitenta alqueires ou quatrocentos e trinta e cinco hectares e sessenta ares, com um pasto com capoeirão e mato confrontando com as dependências da estação de Valinhos” (TJSP, 1893, pp. 258v-259). A fazenda Sertão, originária do engenho de nossa Senhora da Conceição do Sertão, passou a pertencer, em 1885, a Joaquim Egídio de Souza Aranha até seu falecimento, em 1893 (Argollo, 2015, p. 242; Pupo, 1982, p. 205).



Figura 35. Lateral da sede da fazenda Sertão (sem ano). Fonte: Pupo, 1983, p. 198

Segundo o inventário:

[...] fazenda denominada Sertão pertencente à herança do finado marquês de Três Rios [...] avaliada com suas benfeitorias, acessórios e mais mobílias³⁸⁰ [...] (TJSP, 1893, p. 260v-261) **A fazenda denominada “Sertão” no distrito e Arraial dos Souzas** cuja superfície mede cerca de duzentos e trinta alqueires, em quinhentos e cinquenta e seis hectares e sessenta ares, compreendida a seção denominada Cachoeirinha, **adquirido por compra do Banco de Crédito Real**, a dita seção, em confrontação com a fazenda de Francisco Antônio da Silva Serra, de José Bonifácio de Camargo, de

³⁸⁰ “Os móveis da casa de morada consistentes de dois sofás, dezessete cadeiras singelas, duas de balanço, mesa redonda, uma mesinha de mármore, quatro aparadores, sendo dois com tampo de mármore, duas mesinhas, dois *tagéres*, uma mesa de jantar, uma escrivaninha, dois armários, um cavalete para arreios, dois espelhos de parede, cinco camas, um criado mudo, dois lavatórios ordinários, um de mármore com espelho e uma caixa para guardar roupa, uma bacia de cobre para banho, utensílios de cozinha, mais aparelho de louça de jantar, copos, cálices e xícaras, talheres e mais objetos de louças, castiçais. Um carro de volta em bom uso um dito estragado, um carretão com correntes, um carroção de quatro rodas com arreio, um dito de duas rodas, duas carrocinhas, sendo uma ordinária, um trole com arreios usados e estragados, um selim e um arado. Semoventes: duas porcas [...] dezesseis bois de carro, uma vaca e um novilho, vinte e nove carneiros, dezesseis bestas, doze bestas, um cavalo e um cavalo alazão” (TJSP, 1892, pp. 261- 263).

Joaquim José da Cunha Raposo, Joaquim Floriano Novaes de Camargo, Campos e irmão, Dario Pompeo de Camargo, dona Maria Luiza Nogueira de Camargo, doutor Cerqueira Mendes e Ascendino Reis, Augusto Teixeira Nogueira e doutor Prudente Maria de Paula Lacerda, compreendido casa de morada e mais benfeitorias como casa de máquina com mecanismos existentes, lavador, depósito de café, terreiro ladrilhado, descascador, arado, serras, casas de colonos, pastos e mais benfeitorias incluídas os da cachoeirinha bem como duzentos e trinta mil pés de café de diversas idades e qualidades tudo visto e avaliado pela quantia de 530:000\$000 - quinhentos e trinta mil contos de réis. (TJSP, 1893, pp. 263-264 - grifo da autora).

Conforme Pupo (1983, p. 205), em 1900 esta fazenda pertencia a Carlos Egídio de Souza Aranha, neto de Joaquim Egídio de Souza Aranha, com uma produção de 12 mil arrobas de café.

4.1.2 Propriedades rurais dos Souza Aranha no final do século XIX

Observa-se, portanto, que tal como há mudanças no território (a contar pelos bairros e pelas transformações do espaço rural em espaço urbanizado) da cidade de Campinas, ao longo de século XIX, há mudanças no arbítrio da família Souza Aranha sobre este território. Nesta seara, vale apontar que a primeira geração dos Souza Aranha – que se fixou no termo da vila ainda nas primeiras décadas do século XIX, “encabeçada” por Joaquim Aranha Barreto de Camargo e José Francisco Aranha Barreto de Camargo – conquistou dois latifúndios que foram determinantes para que as gerações posteriores obtivessem êxito econômico, social, político e, por meio das práticas ministradas dentro do âmbito familiar, conseguissem alargar o arbítrio sobre a vila de São Carlos. Assim, como observado na figura 36, é plausível o entendimento de que o engenho do Atibaia e o engenho do Mato Dentro tenham sido as propriedades pioneiras na produção da família, alavancada pela lavoura canavieira.

Com a sucessão das propriedades aos herdeiros, a segunda geração da família inseriu o café como produto rentável e apostou nos casamentos endogâmicos como reforço na manutenção e ampliação do patrimônio. Nesse sentido, a geração ligada ao tronco de José Francisco Aranha Barreto de Camargo foi liderada por Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha, que, ao final da década de 1850, mais precisamente em 1857, possuíam duas propriedades produtoras de café, o engenho do Atibaia e o Sítio do Jaguarí, e se casaram com suas primas de segundo grau, respectivamente Libânia Augusta de Souza Aranha e Anna Thereza de Souza Aranha.

Em contrapartida, os herdeiros de Joaquim Aranha Barreto de Camargo, mais precisamente Maria Luzia de Souza Aranha, casada com seu primo, Francisco Egídio de

Souza Aranha, ampliaram quantitativamente os bens rurais, possuindo, na metade do século XIX, oito propriedades registradas: o engenho do Mato Dentro, o sítio do Marcelino, o engenho do Campo e Cavalheiro, fazenda São Francisco, fazenda Lageado, o sítio do Mato Dentro (posteriormente se tornou a fazenda Lapa), o sítio São Bento (posteriormente se tornou a fazenda Brandina), a fazenda Alegre e o sítio situado no bairro do Jaguari (conforme se observa na figura 36).

A terceira geração da família Souza Aranha deu sequência ao alargamento do patrimônio familiar, com uma postura mais ligada às atividades urbanas, uma vez que diversificar os investimentos se mostrou uma forma rentável e segura perante a proibição do tráfico de escravizados (1850) e o cenário internacional econômico. Contudo, a base estabelecida como fonte financeira principal, arraigada na base mercantil, se manteve assegurada no plantio do café. Nesse sentido, destaque aos herdeiros Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio, Joaquim Egídio de Souza Aranha (investigado de forma mais detalhada neste trabalho), José Egídio de Souza Aranha, Maria Brandina de Souza Aranha, Pedro Egídio de Souza Aranha, Petronilha Egídio de Souza Aranha, Antônio Egídio de Souza Aranha, Martim Egídio de Souza Aranha³⁸¹, Gertrudes de Souza Aranha, Libânia Augusta de Souza Aranha, Anna Thereza de Souza Aranha, bem como Joaquim Paulino Barbosa Aranha.

As propriedades rurais pertencentes à família Souza Aranha situadas na cidade de Campinas, ao final do século XIX, eram: fazenda Mato Dentro, fazenda Lapa, sítio Mato Dentro (de João Aranha), fazenda São José, fazenda Santa Clara, fazenda Santa Thereza, fazenda Pau d'Alho, fazenda Santa Maria, fazenda Atibaia, fazenda Bom Retiro, fazenda Recreio, fazenda Jaguari, fazenda Boa Vista, fazenda Chapadão, fazenda Vista Alegre (de Joaquim Egídio de Souza), fazenda Pinheiros, fazenda Sertão, fazenda Dois Córregos (de Joaquim Policarpo Aranha), fazenda Amarantes (de Manoel Carlos Aranha) e a fazenda Brandina. Nesse sentido, em 1818, a família Souza Aranha declarou nos Bens Rústicos dois latifúndios. Já entre 1854-1857, nos Registros Paroquiais de Terras, foram declaradas 11 propriedades rurais em nome da família Souza Aranha. Ao final do século XIX, a família Souza Aranha possuía 20 propriedades rurais situadas no termo da cidade de Campinas, conforme quadro 41.

³⁸¹ Fugiram da fazenda de Martim Egídio de Souza Aranha dois escravos comprados no dia oito do corrente, à Delfino Ribeiro de Abreu, com os seguintes sinais: Philipino, preto, mais do que regular em altura, sem barba; levou a roupa em um saco de couro com pelo, uma rede, roupa fina de riscado e de brim pardo, com blusas, chapéu preto de merino. José, alto, fula, sem barba, sobancelhas serradas, levou a roupa em um saco, uma rede e roupa de riscado, sendo calças, camisas, blusa e uma calça de algodão fino; um chapéu de pano pardo, e uma faca pequena de cabo de osso, e tem algumas cicatrizes na coxa do lado esquerdo. Fugiram no dia 12 de fevereiro do corrente ano. Quem os pegar e entregar ao seu senhor, ou ao barão de Três Rios em Campinas será gratificado com 100:000\$000 (cem mil réis) (CAMPINAS, 1874, ed. 00436, p. 04).

QUADRO 41. PROPRIEDADES RURAIS DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA AO FINAL DO SÉCULO XIX.

Nº	Nome	Proprietário
1.	FAZENDA MATO DENTRO	Herdeiros de Maria Brandina de Souza Aranha
2.	SÍTIO MATO DENTRO	João Aranha
3.	FAZENDA LAPA	Herdeiros de Petronilha Egídio de Souza Aranha
4.	FAZENDA SÃO JOSÉ	José Francisco Aranha
5.	FAZENDA SANTA CLARA	Manoel Carlos Aranha
6.	FAZENDA SANTA THEREZA	Joaquim Policarpo Aranha
7.	FAZENDA PAU D'ALHO	Manoel Carlos Aranha
8.	FAZENDA SANTA MARIA	Manoel Carlos Aranha
9.	FAZENDA ATIBAIA	Joaquim Policarpo Aranha
10.	FAZENDA BOM RETIRO	Herdeiros de Joaquim Policarpo Aranha
11.	FAZENDA RECREIO	Herdeiros de Joaquim Policarpo Aranha
12.	FAZENDA JAGUARI	Herdeiros de Manoel Carlos Aranha
13.	FAZENDA BOA VISTA	Antônio Egídio de Souza Aranha
14.	FAZENDA CHAPADÃO	Herdeiros de Joaquim Policarpo Aranha
15.	FAZENDA VISTA ALEGRE	Joaquim Egídio de Souza Aranha
16.	FAZENDA PINHEIROS	Joaquim Egídio de Souza Aranha
17.	FAZENDA SERTÃO	Joaquim Egídio de Souza Aranha
18.	FAZENDA AMARANTES	Manoel Carlos Aranha
19.	FAZENDA DOIS CÓRREGOS	Joaquim Policarpo Aranha
20.	FAZENDA BRANDINA	Herdeiros de Maria Brandina de Souza Aranha

Quadro 41. Propriedades rurais da família Souza Aranha ao final do século XIX. Fonte: Lista de Classificação do café produzido nas fazendas pertencentes à freguesia de Santa Cruz (Campinas,1891). Fonte: CMU,1889,1894 e TJSP, 1893.

4.2 Os imóveis urbanos e as práticas imobiliárias dos Souza Aranha em Campinas.

Como demonstrado no capítulo anterior, o processo de industrialização e, conseqüentemente, a produção do espaço urbano na cidade de Campinas foram fomentados por agentes que dirigiram o excedente do capital cafeeiro para outras atividades. O espaço urbano foi o campo de atuação e de produção desses agentes, entre os quais se destacam os Souza Aranha. A propriedade de imóveis urbanos, tendo por finalidade a locação, era uma atividade exercida por diversos agentes de Campinas, cuja atuação se estendia a vários outros setores (Bianconi, 2002, p. 63). Em 1879, no almanaque anual da cidade, o artigo de José Hypolito da Silva apresentava um panorama desse tipo de ações:

A principal produção agrícola é atualmente o café, cuja exportação atinge uma cifra enorme. A cidade está edificada em vasta planície arborizada e nas melhores condições higiênicas. **Seus edifícios mais notáveis pela vastidão e belezas de arquitetura,** são a Matriz Nova, a casa do colégio Culto à Ciência, a Santa Casa de Misericórdia, o hospital da Sociedade Portuguesa de Beneficência, a estação da Companhia Paulista e o Teatro S. Carlos, **quase todos construídos por iniciativas particulares, e muitos prédios pertencentes em sua maioria à lavradores e capitalistas** que os fizeram levantar com todas as belezas exigidas pelas construções modernas (FERREIRA e DUTRA *in* ALMANACH, 1879, p. 06 - grifo da autora).

A acumulação dos capitais advindos do café acelerou, ampliou e reestruturou a ocupação do solo urbano, modernizando seus equipamentos e serviços e, em consequência, mudando o estilo de vida da maioria dos seus moradores e atraindo novos habitantes (Lapa, 1996, p. 20). Assim, o investimento imobiliário passou a ser uma atividade crescente, em que a aquisição de imóveis urbanos se tornou mais uma alternativa rentável. Até meados do século XIX, as construções particulares não ocuparam uma posição de destaque no meio urbano. A escassez de infraestrutura, a pobreza do centro urbano e o interesse em aplicar recursos no mundo rural, não favoreciam o aparecimento de construções mais importantes (Battistoni Filho, 1996, p. 35).

De acordo com Botelho (2007, p.98), a produção habitacional, nos últimos anos do século XIX, poderia ser caracterizada por atender consumidores de alta renda ou proprietários imobiliários rentistas que encomendavam moradias para

aluguel. Essas atividades imobiliárias resultavam das orientações dos excedentes de capital advindos do setor de exportação da produção de café. Conforme Bianconi (2002, p. 67), a construção de imóveis com a finalidade de diversificação de investimentos e geração de rendas, além das edificações destinadas à habitação própria, passou a ser um nicho lucrativo (Bianconi, 2002, p. 67). Contudo, ainda em meados da década de 1870, a propriedade urbana não apresentava grande concentração. No ano de 1874, a Coletoria de Rendas de Campinas tributou 304 proprietários, de um total de 555 imóveis³⁸² (Bianconi, 2002, p. 67). Nesse sentido, os imóveis tributados pertencentes à família Souza Aranha eram os seguintes:

³⁸² Bianconi (2002) discorre sobre a quantidade de imóveis, apontando que, provavelmente, esses 555 imóveis condiziam com aqueles tributados e não com o número total de imóveis existentes em Campinas.

QUADRO 42. IMPOSTO SOBRE PRÉDIOS- tributação sobre a família Souza Aranha (1874) ³⁸³				
RUA	EDIFICAÇÃO	NOME		VALOR
1.	Rua Direita	Térrea	Joaquim Policarpo Aranha	10\$000 (dez mil réis)
2.	Rua Direita	Térrea	D. Maria Brandina de Souza Aranha	17\$000 (dezessete mil réis)
3.	Rua Direita	Térrea	D. Maria Brandina de Souza Aranha	3\$000 (três mil réis)
4.	Rua Direita	Térrea	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)	4\$000 (quatro mil réis)
5.	Rua Direita	Assobradado	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios)	29\$000 (vinte e nove mil réis)
6.	Rua Direita	Assobradado	Manoel Carlos Aranha	12\$000 (doze mil réis)
7.	Rua Direita	Assobradado	Manoel Carlos Aranha	11\$000 (onze mil réis)
8.	Rua do Rosário	Térrea	Manoel Carlos Aranha	11\$000 (onze mil réis)
9.	Rua do Rosário	Térrea	Manoel Carlos Aranha	15\$000 (quinze mil réis)
10.	Rua do Rosário	Assobradado	Francisco Egídio de Souza Aranha	17\$000 (dezessete mil réis)
11.	Rua do Rosário	Terreno	Francisco Egídio de Souza Aranha	5\$000 (cinco mil réis)
12.	Rua do Rosário	Térrea	Manoel Carlos Aranha	3\$000 (três mil réis)
13.	Rua do Rosário	Assobradado	José Francisco Barbosa Aranha	8\$000 (oito mil réis)
14.	Rua do Regente Feijó ³⁸⁴	Térrea	Miguel Pompeu Aranha	1\$000 (um mil réis)
15.	Rua do Regente Feijó	Térrea	Miguel Pompeu Aranha	1\$000 (um mil réis)
16.	Rua do General Osório ³⁸⁵	Térrea	Joaquim Policarpo Aranha	2\$000 (dois mil réis)
17.	Rua do Bom Jesus	Assobradado	Pedro Egídio de Souza Aranha	16\$000 (dezesseis mil réis)
18.	Rua da Constituição ³⁸⁶	Assobradado	D. Maria Luzia de Souza Aranha	40\$000 (quarenta mil réis)
19.	Rua Formosa ³⁸⁷	Térrea	Joaquim José Aranha	1\$000 (um mil réis)
20.	Rua do Góes	Assobradado	Joaquim Policarpo Aranha	8\$000 (oito mil réis)

Quadro 42. Imposto sobre prédios, tributação sobre a família Souza Aranha, 1874. Fonte: CAMPINAS, 1874, ed. 00440, p. 03. Acesso em out. 2021.

³⁸³ CAMPINAS, 1874, ed.00440, p. 03.

³⁸⁴ CAMPINAS, 1874, ed. 00441, p. 03.

³⁸⁵ CAMPINAS, 1874, ed. 00467, p. 02.

³⁸⁶ CAMPINAS, 1874, ed. 00468, pp. 02-03.

³⁸⁷ CAMPINAS, 1874, ed. 00469, p. 03.

Os impostos cobrados sobre os imóveis na Coletoria de Rendas de Campinas eram calculados de acordo com o valor locativo dos mesmos, de modo que os maiores montantes de imposto pago correspondiam aos imóveis de maior valor na cidade (Bianconi, 2002, p. 68). Conforme apontado por Bianconi (2002), bem como constatado através do quadro 42, o sobrado situado na rua Constituição, de Maria Luzia de Souza Aranha, foi tributado em 40\$000 (quarenta mil réis). O sobrado de Joaquim Egídio de Souza Aranha, situado na rua Direita, foi tributado em 29\$000 (vinte e nove mil réis). Na mesma medida, o sobrado de Joaquim Policarpo Aranha, situado na rua do Góes, foi tributado em 8\$000 (oito mil réis) e o imóvel térreo de Manoel Carlos Aranha na rua Direita, tributado em 15\$000 (quinze mil réis), o imóvel de Pedro Egídio de Souza Aranha, na rua do Bom Jesus, em 16\$000 (dezesesseis mil réis) e o imóvel de d. Maria Brandina de Souza Aranha, na rua Direita, tributado em 17\$000 (dezesete mil réis). Tais edificações referem-se às tributações mais altas pagas por esses indivíduos, sugerindo que essas eram suas residências urbanas. Sob esse raciocínio, possuir mais de um imóvel urbano indicava que a prática do investimento imobiliário se tornou uma das possibilidades no meio urbano como forma de capitalização. Em 1874, Joaquim Policarpo Aranha possuía, segundo Bianconi (2002, p. 64), oito imóveis urbanos, além de ser um dos maiores lavradores de Campinas, com um volume de produção de café entre 25 e 30 mil arrobas.

QUADRO 43 - PRÉDIOS URBANOS DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA EM CAMPINAS (1875-1902)

LOGRADOURO	FONTES CONSULTADAS					EQUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS	
	1875 ³⁸⁸	1883 ³⁸⁹	1885 ³⁹⁰	1889 ³⁹¹	1902 ³⁹²	1922 ³⁹³ (Levantamento que consta na Planta Cadastral)	1929 ³⁹⁴ (Emplacamento atual)
RUA ALECRIM (atual Rua Quatorze de Dezembro)	01	--	--	--	--	09	44
	--	02	02	02	--	02	141
RUA DO CARACOL (atual Rua Benjamin Constant)	--	--	--	s/n	s/n		+ - 1820
RUA DO COMÉRCIO (atual Rua Doutor Quirino)	--	37	37	--	47	47	1656
	--	39	39	39	49	49	1644
RUA DIREITA (atual Rua Barão de Jaguara)	27	--	--	--	--	37	1184
	--	49	49	49	61	95	624
	--	51	51	51	63	97	614
	--	53	53	53	65	99	612
	--	55	55	55	69	103	596

³⁸⁸ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1875.

³⁸⁹ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1883-1884.

³⁹⁰ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1885.

³⁹¹ CMU. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável de 1889, Ofício 02, Caixa 236. Processo 5623.

³⁹² CMU. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura de 1902, Ofício 04, Caixa 244. Processo 5899.

³⁹³ CAMPINAS, Arquivo Municipal. Planta da cidade de Campinas, 1929, fl. N°15.

³⁹⁴ CAMPINAS, Arquivo Municipal. Série de 07 Livros de Emplacamento.

RUA REGENTE FEIJÓ OU RUA DA MATRIZ NOVA (atual Rua Regente Feijó)	--	57	57	57	67	101	602
	--	59	59	59	71	105	592
RUA DO GÓES (atual Rua César Bierrenbach)	15	15	15	11	11	29	106
RUA DO IMPERADOR (atual Rua Marechal Deodoro)	--	12	12	12	12	28	1099
	--	--	--	--	14	14	1189
	--	--	--	--	16	16	1179
	--	--	--	--	18	18	1173
RUA GENERAL CARNEIRO (atual Rua Luzitana)	22	--	--	--	--	38	1705
	--	26	26	--	--	78	1427
	--	--	--	37	--	69	1456
	--	84	84	--	--	158	947
	115	123	123	--	--	149	1132
	--	--	--	s/n	70	144	1047
RUA OSÓRIO (atual Rua General Osório)	30	--	--	--	--	32	1739
	32	--	--	--	--	34	1747
	--	44	44	44	--	46	1649
	--	46	46	46	46	48	1643
	--	--	--	--	48	50	1637

	--	--	--	--	110	130	1260
RUA DA PONTE	--	40	40	s/n	---	144	463
(atual Rua Major Sólón)	--	42	42	s/n	--	146	453
RUA DO ROSÁRIO	--	106	--	s/n	---	132	655
(atual Av. Francisco Glicério)							
RUA SANTA CRUZ	--	19	19	19	--	135	171
RUA SÃO JOÃO	--	90	90	--	--	118	177
(atual Rua Visconde do Rio Branco)	--	92	92	--	--	122	159

Quadro 43. Imóveis urbanos de Joaquim Policarpo Aranha e equalização dos logradouros e numerações. Fonte: CMU, 1875-1902.

A partir da construção do quadro 43, nota-se um crescimento na aquisição de imóveis de Joaquim Policarpo Aranha entre os anos de 1875 e 1902. No ano de 1875, pagou a tributação referente a sete imóveis. Em 1883, possuía 22 imóveis, número mantido na contagem da tributação realizada em 1885. Em 1889, em inventário amigável com sua esposa Libânia Augusta de Souza Aranha, foram avaliados 23 imóveis, enquanto em seu inventário *post mortem*, em 1902, 20 imóveis urbanos foram descritos e avaliados em Campinas.

O decréscimo no montante de imóveis de Joaquim Policarpo Aranha entre os anos de 1889 e 1902 ocorreu, provavelmente, pela doação realizada em vida de alguns imóveis. É o caso do imóvel localizado na rua Santa Cruz sob número 19. Esse imóvel foi tributado nos anos de 1883 e 1885. Em 1889, foi descrito como: “[...] Uma casinha sita a rua da Santa Cruz avaliada por quinhentos mil réis com terreno situado entre as ruas de Santa Cruz, largo deste nome e Dona Libânia [...]” (CMU,1889, p.04). Em 1902, esse imóvel não fazia parte do espólio avaliado de Joaquim Policarpo Aranha. Uma busca detalhada por outros documentos associados à Joaquim Policarpo Aranha revelou que esse imóvel foi doado, em 1900, à Argentina Aranha, tutorada e suposta filha fora do casamento de Joaquim Policarpo Aranha. Em 1893, em nota publicada no “Correio Paulistano”, anunciou-se o casamento de Argentina Aranha com Manoel Lopes Fortuna: “Casou-se naquele município, na fazenda Bom Retiro a exma. sra. D. Argentina Aranha, pupila do sr. Barão de Itapura, com o sr. Manoel Lopes Fortuna” (Paulistano, 1893³⁹⁵). No registro de matrimônio de Argentina Aranha e Manoel Lopes Fortuna consta que:

A primeiro de julho de mil oitocentos e noventa e três, em presença do Reverendo Padre Alexandrino previamente autorizado e das testemunhas Alfredo Monteiro d’Aguiar, Tenente Coronel José Francisco Aranha, Joaquim Policarpo Aranha Junior e Dr. Gustavo Adolpho de Castro se receberão em matrimônio Manoel Lopes Fortuna e Anna-Rosa de Jesus, ele filho legítimo de José Lopes Fortuna e **Anna Rosa de Jesus, ela exposta em casa do Excelentíssimo Sr. Barão d’Itapura**³⁹⁶ (FAMILYSEARCH, 1891 - grifo da autora).

³⁹⁵ PAULISTANO, Correio. 1893, ed. 10008, p. 01.

³⁹⁶ FAMILYSEARCH, Livro de Registro de Matrimônio de 1891- nov. 1902. Paróquia de Nossa Senhora do Carmo, Campinas. Disponível em: <https://bit.ly/3wI6EQD>. Acesso em dez. 2017.

Anna Rosa de Jesus era a mesma Argentina Aranha³⁹⁷ e sequer foi mencionada nos inventários do Joaquim Policarpo Aranha e sua esposa (em 1889 e 1902), indicando, possivelmente, uma relação de paternidade ilegítima. Assumi-la como herdeira direta poderia colocar à prova o prestígio social e a integridade familiar. Em 1909, Argentina Aranha deu entrada em ação de divórcio, justificando a separação de Manoel Lopes Fortuna a fim de “evitar dívidas futuras”, declarando ser “órfã que foi exposta e tem sido tratada na casa de seus doadores, o Barão e a Baronesa de Itapura” (CMU, 1909, p. 10v-11). Em meio à ação de divórcio de Argentina e de Manoel Lopes Fortuna, foram avaliados os bens a serem divididos pelas partes interessadas no processo e, entre eles, destacou-se o:

[...] prédio dito a rua de Santa Cruz, freguesia deste nome nesta comarca, tendo atualmente número 19, o qual divide-se tanto pelo lado direito como esquerdo com propriedades de Domingos Balthazar Gomes e pelos fundos com terrenos que foram de Jose Raggio da Cunha Lobo, prédio este que entre outros bens reservam valorizado em quinhentos mil réis[...] (CMU, 1909, p. 10 v- 11).

Conforme o documento, o imóvel pertencia a Joaquim Policarpo Aranha e sua esposa, sendo doado à escravizada já liberta, Cândida Aranha “[...] em reconhecimento aos serviços que a donatária lhes havia prestado e como desejavam que tal patrimônio proporcione algum proveito pessoal a mesma donatária durante sua vida [...]” (CMU, 1909, p. 10v-11). A doação deste imóvel foi feita mediante condições: a escravizada liberta dos barões, Cândida Aranha, não poderia vendê-lo como meio de quitar dívidas e, em caso de Cândida viesse a faltar, “[...] passará dito prédio a menor Argentina Aranha, órfã que foi exposta e tem sido tratada na casa dos doadores [...]” (CMU, 1909, p. 10v-11). Inclui-se, portanto, tal bem junto a ação de divórcio de Argentina Aranha em decorrência do falecimento de Cândida Aranha, em 1909. O quadro 44 demonstra de forma mais detalhada as informações sobre os imóveis de Joaquim Policarpo Aranha, trazendo, por exemplo, os confrontantes e as descrições que esclarecem determinadas características tipológicas, extraídas dos inventários (1889 e 1902):

³⁹⁷ Anna Rosa de Jesus era a mesma Argentina Aranha, uma vez que, na lateral do livro de tombo, o qual contém o registro, há uma rasura sobre o nome de Anna Rosa e por cima é escrito o nome de Argentina Aranha.

QUADRO 44. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DOS PRÉDIOS URBANOS DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA EM CAMPINAS (1875-1902)

LOGRADOURO	NÚMERO	TIPO DE IMÓVEL	CONFRONTANTES	OBSERVAÇÃO	EXTRAÍDO DE
RUA ALECRIM (atual Rua Quatorze de Dezembro)	01	Casa	---	---	Imposto Predial de 1875
	02	Casa e Terreno de esquina	---	A casa situada na rua do Alecrim e respectivo terreno, sob número dois, avaliada por oito contos de reis.	Inventário de 1889
			Antônio Carlos de Almeida Bicudo (lado de cima) e nos fundos com a rua General Carneiro	Casa na rua Quatorze de Dezembro, 02, esquina com a rua Doutor Quirino, divisando pelo lado de cima com Antônio Carlos de Almeida Bicudo e nos fundos com a rua General Carneiro.	Inventário de 1902
RUA DO CARACOL (atual Rua Benjamin Constant)	--	Terreno	Imóveis da rua General Osório	Um terreno sito na rua do Caracol até encontrar, em parte, com o terreno das casas anteriores avaliado por quatro contos de reis.	Inventário de 1889
			Manoel Jacinto de Faria (lado de cima) Barão de Ibitinga (lado de baixo), Marcio Pessoa, Francisco Lapa, Artur de Rocha Brito, João G. e Bernardo Francisco Ferreira (fundos)	Terreno a rua Benjamin Constant, divisando pelo lado de cima com Manoel Jacinto de Faria, pelo lado de baixo com o Barão de Ibitinga e fundos com Marcio Pessoa, Francisco Lapa, Artur de Rocha Brito, João G. e Bernardo Francisco Ferreira.	Inventário de 1902
RUA DO COMÉRCIO (atual Rua Doutor Quirino)	47	Casa	Antônio Álvaro de Souza Camargo (lados e fundos)	A casa na mesma rua, número 47, divisando aos lados com a herança e com Antônio Álvaro de Souza Camargo e fundos com o mesmo, a quantia de seis contos e quinhentos mil reis.	Inventário de 1902
	39	Casa	---	Uma casa situada na rua Doutor Quirino, sob número trinte e nove.	Inventário de 1889
			Orosimbo Maia (lado de cima), Jacinto Carneiro (fundo)	A casa da rua Doutor Quirino número 49 divisando pelo lado de cima com Orosimbo Maia, por outro lado com a herança e fundos com Jacinto Carneiro, vinte e quatro contos de reis.	Inventário de 1902
RUA DIREITA (atual Rua Barão de Jaguará)	27	Casa	---	---	Imposto Predial de 1875

**RUA FEIJÓ OU RUA
DA MATRIZ NOVA**
(atual Rua Regente
Feijó)

49	Casa e Terreno	---	A casa situada na rua do Regente Feijó, sob número quarenta e nove, avaliada por dois contos de reis.	Inventário de 1889
		Herança (cima e fundos) e Belluomini & Irmãos (lado de baixo)	A casa e o terreno na mesma rua, de número 61, divisando pelos lados de cima e dos fundos com terrenos de herança e lado de baixo com A. Belluomini & Irmãos, a quantia de quatro contos e quinhentos mil reis.	Inventário de 1902
51	Casa e Terreno	---	Outra dita na mesma rua, sob número cinquenta e um, avaliada por dois contos de reis.	Inventário de 1889
		Herança (pelos lados e fundos)	A casa e o terreno na mesma rua número 63, divisando com prédios da herança pelos lados e fundos a quantia de quatro contos e quinhentos mil reis.	Inventário de 1902
53	Casa e Terreno	---	Outra dita na mesma rua, sob número cinquenta e três, avaliada por dois contos de reis	Inventário de 1889
		Herança (pelos lados e fundos)	A casa e o terreno na mesma rua número 65, divisando pelos lados e fundos com prédios da herança, a quantia de quatro contos e quinhentos mil reis.	Inventário de 1902
55	Casa e Terreno	---	Por outra dita situada na mesma rua, sob número cinquenta e cinco, avaliada por dois contos de reis.	Inventário de 1889
		Herança (pelos lados e fundos)	A casa e terreno a rua Regente Feijó número 69, divisando pelos lados e fundos com prédios da herança, a quantia de quatro contos de reis.	Inventário de 1902
57	Casa e Terreno	---	Por duas ditas na mesma rua com terrenos comum, sob números cinquenta e sete e cinquenta e nove, avaliadas por dois contos de reis.	Inventário de 1889
		Herança (pelos lados e fundos)	A casa e o terreno da mesma rua número 67, divisando pelos lados e fundos com prédios da herança, a quantia de quatro contos e quinhentos mil reis.	Inventário de 1902
59	Casa e Terreno	---	Por duas ditas na mesma rua com terrenos comum, sob números cinquenta e sete e cinquenta e nove, avaliadas por dois contos de reis.	Inventário de 1889

			Thomaz Pereira da Fonseca (lado de cima), Herança (lado de baixo e fundo)	A casa e terreno a rua Regente Feijó número 71, divisando pelo lado de cima com Thomaz Pereira da Fonseca, pelo lado de baixo e fundos em prédios de herança, a quantia de dois contos e quinhentos mil reis.	Inventário de 1902
RUA DO GÓES (atual Rua César Bierrenbach)	15	Casa de esquina	---	A casa situada na rua do Goes, esquina da Lusitana, avaliada por dez contos de reis.	Inventário de 1889
			Joaquim Moreira de Rocha Bruto (lado) herança (fundos)	A casa da rua do Goes número 11, esquina da rua General Carneiro, divisando pelo lado com Joaquim Moreira de Rocha Brito, que em herança em fundos com prédios de herança, a quantia de dezoito contos de reis.	Inventário de 1902
RUA DO IMPERADOR (atual Rua Marechal Deodoro)	12	Palacete (casa) e Chácara	---	O palacete dito a rua do Imperador, hoje rua Marechal Deodoro, com o respectivo terreno até o córrego, compreendendo de todos os moveis e utensílios existentes dentro daquele, com exclusão somente dos especialmente avaliados, avaliado por cem contos de reis.	Inventário de 1889
			Divisando com rua Dona Libânia, Antônio Almeida Valente, Orosimbo Maia, Barão de Ibitinga, Francisco de Paula Camargo e a Companhia de Gás	Da chácara verba abaixo da avenida Itapura com todas as benfeitorias existentes, divisando com rua dona Libânia que a herança de Antônio de Almeida Valente, Orosimbo Maia, Barão de Ibitinga, Francisco de Paula Camargo e a Companhia Gás, a quantia de sessenta contos de reis.	Inventário de 1902
	14	Casa (sobrado)	Herança (por um lado), Doutor Ricardo Daunt (outro lado) viela do Sacramento (fundos)	Casa (sobrado) na rua Marechal Deodoro, 14 – por um lado faz divisa com outra casa do mesmo e a outra divisa com a esposa do Dr. Ricardo Daunt e faz fundos a viela do sacramento.	Inventário de 1902
	16	Casa	---	---	Inventário de 1889
			Herança (lados e fundos)	A casa a rua Marechal Deodoro número 16, divisando pelos lados e fundos com prédios da herança, doze contos de reis.	Inventário de 1902
18	Casa	---	A casa velha situada a rua Marechal Deodoro, esquina da rua do Rosario, hoje Francisco Glicério, compreendendo os terrenos que ficam aquém e além desta até o córrego, avaliada por três contos de reis.	Inventário de 1889	

			Herança (lados e fundos) e por outro lado está desapropriado para abertura da Av. Francisco Glicério	A casa na mesma rua Marechal Deodoro número 18, divisando pelo lado e fundos com prédios de herança e por outro lado em terreno que está desapropriado para passagem da rua Francisco Glicério, dois contos de reis.	Inventário de 1902
RUA LUZITANA (antiga Rua General Carneiro)	22	Casa	---	---	Imposto Predial de 1875
	26	Casa	---	---	Imposto Predial de 1883
	37	Casa	---	A casa situada na mesma rua, sob número trinta e sete, que serve de escritório, avaliada por dois contos de reis.	Inventário de 1889
	84	Casa	---	---	Imposto Predial de 1883
	115	Casa	---	---	Imposto Predial de 1875
	70	Casa e Terreno	Herança (lado de baixo), Joaquim Moreira de Rocha Brito (lado de baixo), Constantino Lopes Rodrigues (fundo) e Francisco de Paula (lado de cima)	A casa e terreno da rua General Carneiro número 70, divisando pelo lado de baixo com prédios de herança e de Joaquim Moreira de Rocha Brito, fundo das casas de herança de Constantino Lopes Rodrigues e pelo lado cima com Francisco de Paula, doze contos de reis.	Inventário de 1902
RUA OSÓRIO (atual Rua General Osório)	30	Casa	---	---	Imposto Predial de 1875
	32	Casa	---	---	Imposto Predial de 1875
	44	Casa	----	---	Imposto Predial de 1883
	46	Casa	Maria do Carmo Pereira (lado de baixo) e herança (fundo)	Casa na rua General Osório, 46, divisando pelo lado de cima com Maria do Carmo Pereira e pelo lado de baixo e fundo com outro prédio parte dessa herança.	Inventário de 1902

	48	Casa e terreno	Herança (lado de cima e fundos) e com Francisco Lapa (lado de baixo)	Casa (com terreno) na rua General Osório, 48, divisando pelo lado de cima e fundos com prédio parte dessa herança e pelo lado de baixo com Francisco Lapa;	Inventário de 1902
	110	Terreno	José Cardozo (lado de cima), A. Belluomini & Irmãos (fundo)	Terreno na rua General Osório, 110, fazendo divisa (pelo lado de cima) com José Cardozo, pelo lado de baixo com A. Belluomini & Irmãos e pelo fundo com outro prédio parte dessa herança.	Inventário de 1902
RUA DA PONTE (atual Rua Major Sólón)	40	Casa e terreno	No largo Santa Cruz	Terreno situado entre as ruas de Santa Cruz, largo deste nome e dona Libânia, compreendendo duas casas em ruína, situadas no largo referido de Santa Cruz, salvas as propriedades encravadas avaliadas por quatro contos de reis.	Inventário de 1889
	42	Casa e terreno	No largo Santa Cruz	Terreno situado entre as ruas de Santa Cruz, largo deste nome, e dona Libânia, compreendendo duas casas em ruína, situadas no largo referido de Santa Cruz, salvas as propriedades encravadas avaliadas por quatro contos de reis.	Inventário de 1889
RUA DO ROSÁRIO (atual Av. Francisco Glicério)	106	Terreno e Cocheira	---	---	Imposto Predial de 1883
			Divisando com casas da rua Regente Feijó (fundos)	Um terreno e cocheira situado na rua do Rosario, hoje Dr. Francisco Glicério, nos fundos das casas da rua do Regente Feijó, avaliado por quatro contos e quinhentos mil reis	Inventário de 1889
RUA SANTA CRUZ	19	Casa	---	Uma casinha situada na rua da Santa Cruz, avaliada por quinhentos mil reis	Inventário de 1889
RUA SÃO JOÃO (atual Rua Visconde do Rio Branco)	90	Casa	---	---	Imposto Predial de 1883
	92	Casa	---	---	Imposto Predial de 1883
TERRENO NA LINHA MOGIANA	--	Terreno	Divisando com a Companhia Mogiana e Estrada dos Amarais	Terreno da Linha Mogiana com vinte alqueires mais ou menos, divisando com a Companhia Mogiana e com a Estrada dos Amarais	Inventário de 1902

Quadro 44. Informações complementares dos imóveis urbanos de Joaquim Policarpo Aranha. Fonte: CMU, 1875-1902.

Outra situação observada no quadro 44 refere-se ao imóvel situado na antiga rua do Rosário (atual Av. Francisco Glicério), sob número 106. Em 1889, esse imóvel foi descrito e avaliado como “[...] terreno e cocheira situado a rua do Rosário hoje Dr. Francisco Glicério, nos fundos das casas da rua do Regente Feijó avaliado por quatro contos e quinhentos mil reis - 4:500\$000” (CMU,1889, p.09-09v). Interpretando a descrição, o imóvel confrontava pelos fundos com seis outras propriedades de Joaquim Policarpo Aranha, situadas na rua Regente Feijó (antiga rua da Matriz Nova).³⁹⁸ Mediante a equivalência, em 1883, esse imóvel possuía a numeração 103, o que, em 1922, correspondia ao imóvel emplacado sob número 132. As seis casas de Joaquim Policarpo Aranha, situadas na rua Regente Feijó, correspondiam, no levantamento de 1922, aos números respectivos: 95, 97, 99, 101, 103 e 105. A espacialização desses dados (conforme observado na figura 37) demonstra que o imóvel, com frente para rua do Rosário, confrontava, aos fundos, com seis casas do mesmo proprietário:

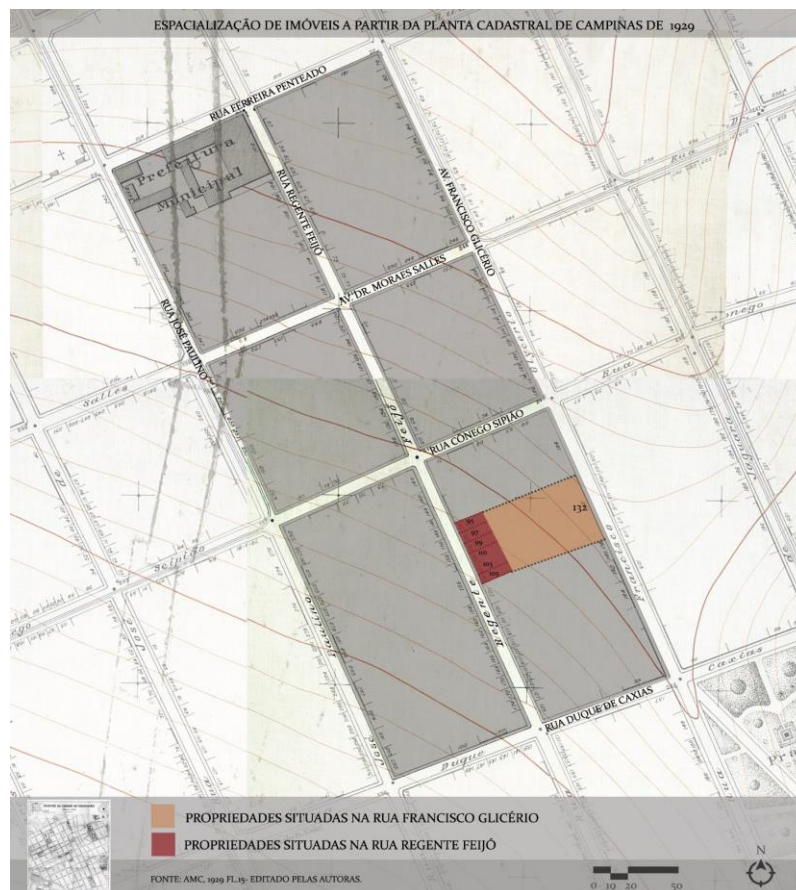


Figura 37. Espacialização de imóveis de Joaquim Policarpo Aranha: ruas Regente Feijó e do Rosário, atual Av. Francisco Glicério. Fonte: AMC -Planta Cadastral de Campinas, 1929, fl. 15.

³⁹⁸ A interpretação foi baseada nos dados textuais levantados dos inventários e dos livros de coleta de impostos, associado à cartografia histórica da cidade de Campinas (1878, 1900 e 1929).

Por meio da espacialização, foi possível identificar tais imóveis em uma fotografia da década de 1930 (tirada a partir de um ângulo que retratava o cruzamento entre as ruas Regente Feijó e Ferreira Penteadado). Através desta fotografia, foi possível, portanto, identificar e reconhecer as características tipológicas destes imóveis. A respeito dos seis imóveis que possuíam testada à rua Regente Feijó, tratava-se de casas térreas com aspectos semelhantes e, de acordo com a implantação, apresentavam certa regularidade no tamanho dos lotes e na forma das coberturas (estruturadas em duas águas, conforme se observa na figura 38).

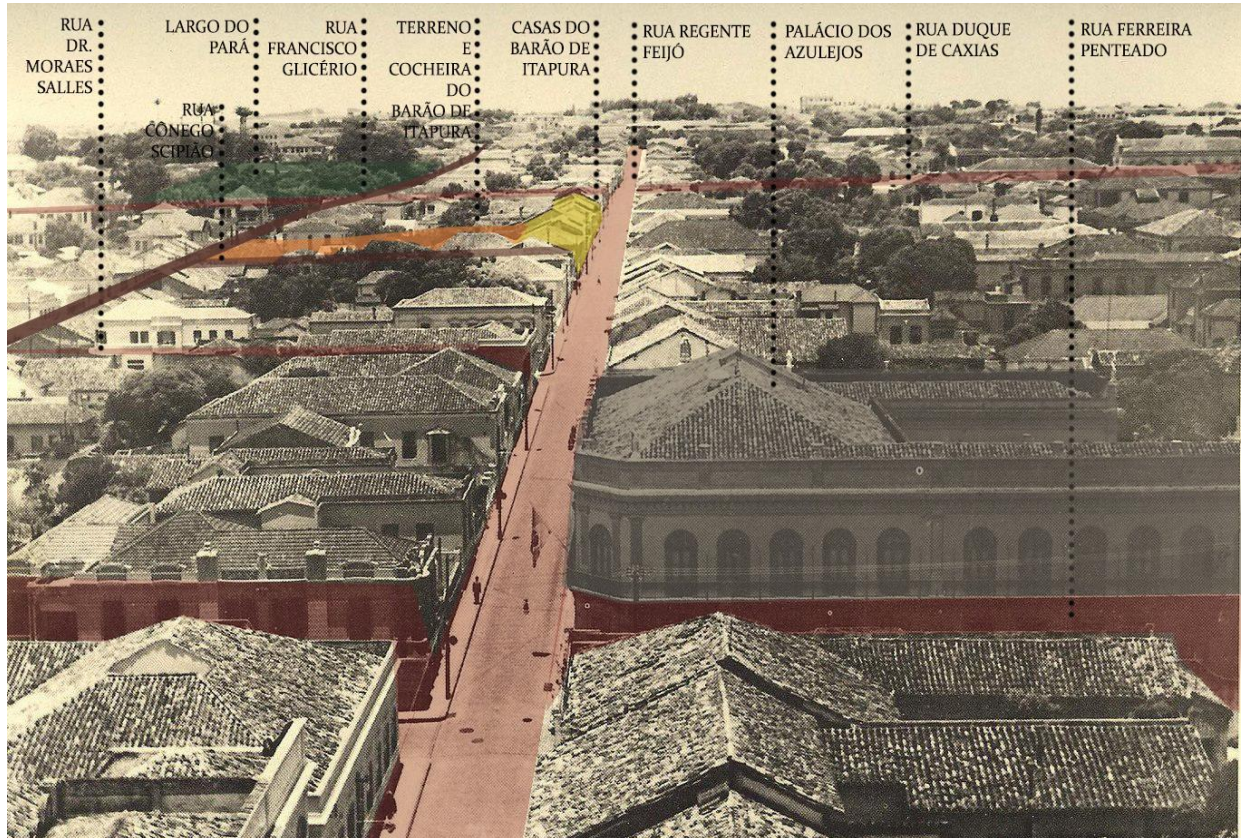


Figura 38. Identificação de imóveis do Barão de Itapura: fotografia a partir do cruzamento entre as ruas Regente Feijó e Ferreira Penteadado, 1927. Disponível em: <https://bit.ly/30pYeRG> . Acesso em abr. 2020.

Na tributação de 1882, estes imóveis foram descritos como “prédios de locação”, revelando que o dinamismo cafeeiro, construído através das gerações, gerou excedentes monetários e a diversificação das atividades, entre elas, o investimento consistente no ramo imobiliário (Sabarim 2016, p. 17). Estes seis imóveis foram passados à esposa de Joaquim Policarpo Aranha em 1902. Com o falecimento da baronesa de Itapura (em consorte), em 1921, os imóveis foram descritos e avaliados em seu inventário *post mortem* (CMU, 1921, pp. 29v-31):

Um prédio, terreno e quintal a Rua Regente Feijó, número noventa e cinco (95), antigo 61, desta cidade de Campinas, Freguesia da Conceição, primeiro distrito de Paz, tendo uma porta e duas janelas de frente, confrontando de um lado com Miguel, de outro e fundos com

seus finados da herança da inventariada, vistos e avaliados por foi contos e quinhentos mil reis. **Uma casa, terreno e quintal a mesma rua precedente, sob número 97, antigo 63 da mesma rua Regente Feijó, freguesia e distrito de Paz, por referidos, tendo uma porta e duas janelas de frente** confrontando com lado e fundos com possuidores da herança da inventariada, vistas e avaliadas por quatro contos de reis. **Uma casa terreno e quintal, a mesma Precedente, sob número noventa e nove (antigo 65) nesta cidade de Campinas, a rua Regente Feijó.** Freguesia e distrito de Paz, **tendo porta e duas janelas de frente,** confrontando com propriedades de herança da inventariada, vista e avaliada por quatro contos de reis. **Uma casa, terreno e quintal, anexo a precedente, sob número 101 (antigo 67) a mesma rua Regente Feijó, nesta cidade, freguesia e distrito de paz, tendo uma porta e duas janelas de frente,** confrontando com propriedades de herança da inventariada, vista e avaliada por quatro contos de reis. **Uma casa, terreno e quintal, anexa a precedente, sob número cento e três- 103- antigo 69, da mesma rua Regente Feijó, desta cidade,** nesta Freguesia e Distrito de Paz, tendo uma porta e duas janelas de frente confrontando com propriedades de herança da inventariada, vista e avaliada por quatro contos de reis. **Uma casa, terreno e quintal, anexa a precedente, sob número cento e cinco -105- antigo 71, da rua Regente Feijó,** desta cidade, nesta Freguesia e Distrito de Paz, tendo uma porta e duas janelas de frente confrontando com propriedades de herança da inventariada, vista e avaliada por quatro contos de réis³⁹⁹ (CMU, 1921, pp. 29v-31v. - grifo da autora).

A cocheira, localizada no terreno com frente à rua do Rosário, situava-se em meio à área urbanizada da cidade ao final do século XIX. Nesse período, Campinas, apresentava um cenário carente no que tangia aos sistemas efetivos de coleta de esgoto, abastecimento de água canalizada e com qualidade, de recolhimento de lixo, de iluminação pública e manutenção dos leitos carroçáveis (Menegaldo, 2019, p. 122). À época, o espaço urbano era disciplinado pela municipalidade através da aplicação dos Códigos de Posturas.⁴⁰⁰ Aos que possuíssem uma cocheira ou estrebaria em meio ao

³⁹⁹ CMU, 1921, p. 29v-31v.

⁴⁰⁰ Em 1829, foi promulgado, pela Câmara Municipal da vila de São Carlos, o primeiro Código de Posturas, descrito por Lapa (1995, p. 55) como o principal “instrumento regulador da vida urbana” do século XIX, para Campinas. Para o autor, a necessidade de se implementarem as Posturas emergia em momentos em que mudanças e transformações sociais exigiam respostas, alterações e correções no comportamento social e no modo de viver. Fraccaro (2015, p. 114) aponta que o Código de Posturas implementado em 1829 buscou atender demandas referentes ao comércio local existente no núcleo da vila. Os Códigos de Posturas promulgados em Campinas constituem-se como fontes primárias de importância basilar para a investigação das mudanças, seja no tocante à história da cidade, de modo mais abrangente, ou à história do urbanismo e, ainda, da arquitetura. Tratava-se de instrumentos reguladores

espaço urbano, a partir das Posturas de 1880, deveriam, de forma obrigatória, “conservá-las no melhor estado de asseio possível, fazendo remover o lixo de doze em doze horas”. Aqueles que infringissem a postura estavam sujeitos a multas de 30 réis e, em reincidência, o valor seria o dobro⁴⁰¹.

A resolução efetiva, que viria a proibir a existência de cocheiras e estrebarias, foi promulgada em 1890 mediante o estabelecimento de um quadro. Os quadros eram implementados de forma análoga à atual noção de perímetro urbano. Estabelecia-se uma “linha” que delimitava a área considerada urbana, pela distribuição de edificações e pelo traçado de vias e praças. Essa era a área compreendida pelo conjunto de regras, representadas pelas posturas que normatizavam a ordem pública a ser cumprida pelos municípios. A delimitação de tais quadros exigia uma necessária precisão, capaz de definir o alcance dos serviços municipais, a área de cobertura referente à tributação do fisco, bem como de conduzir o exercício dos cidadãos em manter a civilidade urbana (Lapa, 1995, p. 54).

Como observado em pesquisas anteriores (Menegaldo, 2019), a delimitação dos quadros variava de acordo com a temática do artigo em discussão junto às Posturas.⁴⁰²

da vida urbana que normatizavam a ordem pública a ser cumprida pelos municípios e cuja característica fundamental era a diversidade dos temas abordados: de edificações, saúde pública e higiene à regulamentação dos jogos de azar; do fabrico e uso de materiais inflamáveis ao procedimento para funerais (Francisco, 2013, p. 97). Para Bittencourt (2009, p. 39), os Códigos de Posturas foram instrumentos legais e amplos que visavam organizar a vida urbana no espaço da cidade. Os Códigos de Posturas passaram a delinear o espaço urbano com mais clareza principalmente a partir da década de 50. A necessidade de implementar as Posturas se vinculava diretamente ao fomento gerado na esfera urbana. O Código de Postura elaborado após ao de 1829 entrou em vigor no ano de 1858, ou seja, em período próximo ao término dos Registros Paroquiais de Terras para Campinas (iniciados em 1854 e finalizados em 1857). Nas palavras de Lapa (1995, p. 56), o Código de Posturas de 1858 flagrou a cidade exatamente no início de sua mudança de colonial para senhorial. A cidade apresentou em lento processo de desfazimento dos seus costumes e artefatos coloniais para atender às exigências de uma aristocracia agrária que transitava do campo para a cidade, financiando serviços e equipamentos urbanos dos quais antes não se dispunha (Lapa, 1995, p. 56). Os anos sequenciais à produção dos Códigos foram 1864, 1866 e 1880. Segundo Lapa (1995, p. 55), a periodicidade próxima e irregular dos anos em que foram deferidos chamava a atenção: quatro codificações em 50 anos podem revelar-nos, em princípio, uma racionalidade disciplinadora diante de uma manifesta dinâmica urbana. Entre o de 1858 e o de 1864, decorreram cinco anos, para logo em seguida, dois anos depois, ser promulgado o terceiro (1866), enquanto o de 1880 viria 14 anos depois. Essa irregularidade pode resultar da dinâmica com que a população vivia e usava a cidade e que, por isso, seria incapaz de respeitar intervalos regulares para cada iniciativa de codificação (Lapa, 1995, p. 55).

⁴⁰¹ Artigo 49 do Código de Posturas de 1880. Disponível em: <https://bit.ly/3wI8MYv> . Acesso em abr.2020.

⁴⁰² Para a pesquisa concluída em 2019, foi possível avançar na reconstrução e espacialização de determinados quadros referentes aos artigos postulados no código de 1880. A pesquisa se nutriu do entendimento espacial dos quadros como recurso de reconstituição de determinados limites urbanos do município. A hipótese de espacialização foi realizada nos quadros estipulados em 1881 referentes à obrigação do varrimento e limpeza das testadas de casas, chácaras e terrenos e à cobrança do fisco para

Referente ao quadro estabelecido em 1890, seus limites compreendiam: a rua da Estação, rua Nova, a rua Coronel Quirino, a rua de Santa Cruz, a rua Marechal Deodoro, a rua Culto à Ciência e Andrade Neves, “alcançando praticamente todo o centro urbano de então”, segundo Salgado (1992, p. 17). A figura 39 traz a hipótese de espacialização do conjunto dos imóveis urbanos de Joaquim Policarpo Aranha, com a projeção do quadro dado pelas Posturas de 1890, que proibiam as cocheiras e estrebarias:

aqueles que não implementassem as construções de canos para a condução de águas pluviais. Em 1886, comprovaram que a rua Marechal Deodoro (antiga rua do Imperador) se conformava com um limite urbano do município (Menegaldo, 2019, p. 125). Pois bem, a definição e a descrição desses quadros não são contempladas junto ao teor das codificações publicadas, mas sim em um livro de registros onde os fiscais registravam os editais.



Figura 39. Espacialização do conjunto de imóveis do Barão de Itapura (destacados em vermelho); localização da Chácara Itapura (destacada em laranja); e espacialização do quadro, determinado em 1890, que proibiu a conservação de cocheiras e estrebarias sobre a Planta do Município de Campinas em 1900 in Amaral, 1889.

Os almanaques anuais para Campinas listavam quem eram os “proprietários de prédios” que compunham o rol do referido ano (quadro 45). O aumento na aquisição de

imóveis urbanos com finalidade de locação revelava o engajamento em investir junto ao mercado imobiliário que se apresentava na cidade de Campinas. Bianconi (2011, p. 63) afirma que a propriedade de imóveis com finalidade de locação era uma atividade desenvolvida por diversos agentes econômicos de Campinas, cuja atuação se estendia a vários outros setores. Além disso, os diversos investimentos suscitavam o trânsito desses agentes para construir suas “moradas por excelência” (Lapa, 1995, p. 106).

QUADRO 45. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA COMO PROPRIETÁRIOS DE PRÉDIOS URBANOS EM CAMPINAS (1872-1879)	
1871 ⁴⁰³	Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha e Maria Brandina de Souza Aranha.
1872/1873 ⁴⁰⁴	Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha, Maria Brandina de Souza Aranha.
1879 ⁴⁰⁵	Joaquim Egídio de Souza Aranha (barão de Três Rios), Maria Luzia de Souza Aranha (baronesa de Campinas), Francisco Egídio de Souza Aranha (em herança), Joaquim Policarpo Aranha, Joaquim Paulino Barbosa Aranha, Manoel Carlos Aranha.

Quadro 45. A participação da família Souza Aranha como proprietários de prédios urbanos em Campinas (1872-1879). Fonte: Almanques.

No intervalo entre 1871 e 1873, Joaquim Policarpo Aranha, seu irmão Manoel Carlos Aranha e Maria Brandina de Souza Aranha⁴⁰⁶ foram alistados no rol dos principais proprietários de prédios urbanos em Campinas, indicando que a atividade imobiliária já fazia parte da diversificação dos investimentos da família. A partir de 1879, outros familiares, como Joaquim Egídio de Souza Aranha, Maria Luzia de Souza Aranha, os herdeiros de Francisco Egídio de Souza Aranha (entre os quais se incluía Maria Brandina) e Joaquim Paulino Barbosa Aranha passaram a compor a lista, tornando o negócio um investimento familiar. A seguir, o quadro 46 e o quadro 47 demonstram os imóveis urbanos que Manoel Carlos Aranha e Maria Brandina de Souza Aranha possuíam na cidade de Campinas:

⁴⁰³ Lisboa *in* Almanak, 1871, pp. 49-51.

⁴⁰⁴ Lisboa *in* Almanak, 1872, pp. 22-25.

⁴⁰⁵ Ferreira e Dutra *in* Almanach, 1879, pp. 72-85.

⁴⁰⁶ Proprietária da fazenda Brandina, desmembrada do engenho do Mato Dentro, esposa de Álvaro Xavier, conforme já discutido no capítulo 02.

QUADRO 46. PRÉDIOS URBANOS DE MANOEL CARLOS ARANHA EM CAMPINAS (1865-1894)

LOGRADOURO	FONTES CONSULTADAS						EQUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS	
	1865 ⁴⁰⁷ (Inventário de Anna Teresa)	1875 ⁴⁰⁸ (Imposto Predial)	1883 ⁴⁰⁹ (Imposto Predial)	1885 ⁴¹⁰ (Imposto Predial)	1889 ⁴¹¹ (Imposto Predial)	1894 ⁴¹² (Inventário de Manoel Carlos Aranha)	1922 ⁴¹³ (Levantamento que consta na Planta Cadastral)	1929 ⁴¹⁴ (Emplacamento atual)
RUA DO ROSÁRIO (atual rua Francisco Glicério)	s/n	--	37	--	37	37	49	1074
	s/n	--	39	--	39	39	51	1066
	s/n		41		41	41	53	1052
	--				59	59	73	872
	--		75		75	--	89	822
RUA DIREITA (atual rua Barão de Jaguará)	s/n		76		76	76	98	1081/1077
	--		78		78	78	102	1049
	--		80		80	80	102	1031
	--		84		84	84	106	1011
	--		86		86	--	108	991
RUA DOUTOR QUIRINO	--		137		137	137	189	860

⁴⁰⁷ CMU, Centro de Memória-UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Anna Thereza de Souza Aranha, 1865. Ofício 03, Caixa 401. Processo 7021.

⁴⁰⁸ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1875.

⁴⁰⁹ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1883-1884.

⁴¹⁰ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1885.

⁴¹¹ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1885.

⁴¹² CMU, Centro de Memória-UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura, 1902. Ofício 04, Caixa 244. Processo 5899.

⁴¹³ CAMPINAS, Arquivo Municipal. Planta da cidade de Campinas, 1929, fl. N°15.

⁴¹⁴ CAMPINAS, Arquivo Municipal. Série de 07 Livros de Emplacamento.

Rua Jathahy (atual Henrique de Barcelos) - Largo São Paulo/Uruguaiana	--	--	--	--	01	01	--	--
RUA FERREIRA PENTEADO	--				--	81	109	1112
RUA LUZITANA	--		--		104	104	--	--
			106		106	--	194	725
	--		114		114	114	198	699

Quadro 46. Imóveis urbanos de Manoel Carlos Aranha e equalização dos logradouros e numerações. Fonte: CMU, 1875-1894.

QUADRO 47. PRÉDIOS URBANOS DE MARIA BRANDINA DE SOUZA ARANHA (1875-1885)						
LOGRADOURO	FONTES CONSULTADAS				EQUALIZAÇÃO DE IMÓVEIS	
	1875 ⁴¹⁵ (Imposto Predial)	1883 ⁴¹⁶ (Imposto Predial)	1885 ⁴¹⁷ (Imposto Predial)	1889 (Imposto Predial)	1922 ⁴¹⁸ (Levantamento que consta na Planta Cadastral)	1929 ⁴¹⁹ (Emplacamento atual)
RUA DIREITA (atual rua Barão de Jaguará)	--	--	--	47	75	1026
	--	--	--	49	77	1020

Quadro 47. Imóveis urbanos de Maria Brandina de Souza Aranha e equalização dos logradouros e numerações. Fonte: CMU, 1875-1889.

⁴¹⁵ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1875.

⁴¹⁶ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1883-1884.

⁴¹⁷ CMU, Centro de Memória -Unicamp. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1885.

⁴¹⁸ CAMPINAS, Arquivo Municipal. Planta da cidade de Campinas, 1929, fl. N°15.

⁴¹⁹ CAMPINAS, Arquivo Municipal. Série de 07 Livros de Emplacamento.

Sobre a casa de Maria Brandina de Souza Aranha, em 1870, foi anunciado que correspondia à numeração 44:

SOCIEDADE TERPHISCHORE FAMILIAR - Em virtude da deliberação tomada, em sessão de 19 do corrente, **terá lugar no dia 17 de outubro futuro, em casa da exma. sra. D. Maria Brandina de Souza Aranha, à rua Direita, nº 44, uma *soirée* extraordinária desta associação** em aplauso ao 1º aniversário de sua instalação. O directório pede e espera o comparecimento de todas as senhoras associadas, a fim de tornar-se mais animada e brilhante esta partida com o concurso de toda a sociedade; e previne as mesmas senhoras que podem convidar para esta partida todos os seus parentes, mais pessoas da família e hóspedes, procurando as cartas de convite, tanto para homens como para senhoras, em casa da presidente, a exma. D. Antônia de Andrade Lima (CAMPINAS, 1870, ed. 00093, p. 03 - grifo da autora).

Bianconi (2002, p. 66), consultando os Impostos Prediais referentes à Coletoria de Rendas de Campinas, aponta que Manoel Carlos Aranha no ano financeiro de 1874-1875 possuía cinco imóveis urbanos. As medições das testadas dos imóveis urbanos de Campinas, realizadas a mando da intendência municipal pelo arruador João de Campos Beker, em 21 de maio de 1873, levantaram que Manoel Carlos Aranha possuía um imóvel junto à rua do Rosário (atual rua Francisco Glicério) com frente de 57 metros e 64 centímetros; um imóvel na rua do Pórtico (atual rua Ferreira Penteados) medindo 21 metros e 56 centímetros; um imóvel localizado na rua Direita (atual rua Barão de Jaguará) de 12 metros e 32 centímetros; e um imóvel na rua Formosa (atual rua Conceição) de 27 metros e 28 centímetros⁴²⁰ (Campinas, 1873, p. 02). Já um edital sobre a coleta do Imposto Predial para o ano financeiro de 1873-1874 atribuiu a Manoel Carlos Aranha um imóvel situado na rua Direita, nº66, assobradado, com imposto referente a 12\$000 (doze mil réis), outro em mesma rua, nº68, assobradado, impostado em 12\$000 (doze mil réis). Na rua do Rosário, nº29, um imóvel térreo com cobrança de 15\$000 (quinze mil réis) (Campinas, 1874, p. 03)⁴²¹.

⁴²⁰ CAMPINAS, 1873, ed. 00361, p. 02.

⁴²¹ CAMPINAS, 1874, ed. 00440, p. 03.

QUADRO 48. QUANTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS DE MANOEL CARLOS ARANHA (1873-1894) ⁴²²		
ANO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	FONTE CONSULTADA
1873	04 IMÓVEIS	Imposto Predial
1874	05 IMÓVEIS	Jornal “A Gazeta de Campinas”
1875	05 IMÓVEIS	Imposto Predial
1884	13 IMÓVEIS	Imposto Predial
1888	15 IMÓVEIS	Imposto Predial
1894	16 IMÓVEIS	Inventário <i>post mortem</i> de Manoel Carlos Aranha

Quadro 48. Quantificação dos imóveis de Manoel Carlos Aranha em Campinas (1873-1894). Dados extraídos dos livros de Impostos Prediais, de anúncios do jornal “A Gazeta de Campinas” e do inventário. Fonte: CMU (1894).

Dos 16 imóveis levantados a partir do auto de avaliação do inventário de Manoel Carlos Aranha (1894), destacam-se: uma chácara situada a “Praça de São Paulo”, cinco imóveis na rua Francisco Glicério (antiga rua do Rosário), cinco imóveis na rua Barão de Jaguará (antiga rua Direita), um imóvel na rua Doutor Quirino (antiga rua do Comércio), um na Rua Ferreira Penteado (antiga rua do Pórtico) e três na rua Luzitana (CMU, 1894, p. 38v-41) (Menegaldo e Pereira, 2022, p. 30).

Na mesma medida, foi elaborado o quadro 49, que aponta a quantificação dos imóveis de Joaquim Policarpo Aranha no período entre 1875 e 1902, cujos dados foram levantados a partir das tributações de impostos prediais e dos inventários (CMU, 1889 e 1902):

⁴²² Manoel Carlos Aranha faleceu em 1894, sendo sepultado no cemitério da Consolação, em São Paulo, cidade na qual residiu no final da vida. Ao que a historiografia conta, ele teria se mudado para São Paulo por decorrência dos surtos de febre amarela que acometeram a cidade de Campinas no final da década de 1890. Naquela época, estava casado com Brandina Augusta de Queiroz Aranha, falecida em 1928. Durante o curso desta investigação, tentou-se localizar o inventário de Brandina Augusta de Queiroz Aranha junto ao arquivo do TJSP, em São Paulo, e ao acervo do TJC, no CMU, contudo sem sucesso.

QUADRO 49. QUANTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA (1875-1902)		
ANO	QUANTIDADE DE IMÓVEIS	FONTE CONSULTADA
1875	07 IMÓVEIS	Imposto Predial
1883	22 IMÓVEIS	Imposto Predial
1885	22 IMÓVEIS	Imposto Predial
1889	23 IMÓVEIS	Inventário amigável
1902	20 IMÓVEIS	Inventário <i>post mortem</i> de Joaquim Policarpo Aranha

Quadro 49. Quantificação dos imóveis de Joaquim Policarpo Aranha em Campinas (1875-1902). Dados extraídos dos livros de Impostos Prediais e dos inventários. Fonte: CMU (1889;1902).

Quando Joaquim Egídio de Souza Aranha assumiu cargos políticos em São Paulo, se mudou para capital e lá concentrou a maior quantidade de imóveis próprios destinados a aluguel⁴²³. Na cidade de Campinas, em seu inventário, foram avaliados três imóveis urbanos: uma casa na rua Barão de Jaguara, número 59, outra casa na mesma rua, sob número 57, e uma casa tipo sobrado, em mesma rua, sob número 68⁴²⁴ (TJSP, 1893, pp. 250v-252v).

⁴²³ A discussão dos imóveis situados em outras cidades não faz parte do escopo desta pesquisa.

⁴²⁴ Sobre esses imóveis, a discussão está mais detalhada no capítulo 5.

4.3 A família Souza Aranha e a ocupação do espaço urbano: relações e proximidades

O aumento do número de imóveis e de negócios vinculados ao meio urbano dialogava diretamente com estratégias desses agentes em manter a posição social e se destacar cada vez mais, alargando seus patrimônios. Nesse ponto, considera-se que a construção do espaço urbano seja também uma questão política, já que a configuração formal da cidade tem em si um grande poder de comunicação, revelando como uma determinada sociedade quer se representar (Monteiro, 2000, p. 20).

QUADRO 50. QUANTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA SEGUNDO IMPOSTOS PREDIAIS (1888-1889).		
NOME		QUANTIDADE DE IMÓVEIS
1	Manoel Carlos Aranha	15 IMÓVEIS ⁴²⁵
2	Joaquim Paulino Barbosa Aranha	08 IMÓVEIS ⁴²⁶
3	Joaquim Egídio de Souza Aranha (marquês de Três Rios)	10 IMÓVEIS ⁴²⁷
4	Joaquim Policarpo Aranha (barão de Itapura)	23 IMÓVEIS ⁴²⁸
5	Maria Francisca Barbosa Aranha	01 IMÓVEL ⁴²⁹
6	Maria Brandina de Souza Aranha	02 IMÓVEIS ⁴³⁰
7	Maria Luiza Nogueira Aranha	01 IMÓVEL ⁴³¹
8	Pedro Egídio de Souza Aranha	09 IMÓVEIS ⁴³²
9	Urbano de Souza Aranha	01 IMÓVEL ⁴³³

Quadro 50. Quantificação dos imóveis da família Souza Aranha segundo Impostos Prediais (1888-1889). Dados extraídos dos livros de Impostos Prediais e dos inventários. Fonte: CMU (1889;1902).

⁴²⁵ Lusitana (104, 106, 114), Dr. Quirino (137), Direita (76, 78, 80, 84, 85), Rosário (37, 41, 59, 75), Largo São Paulo (sem número). Fonte: CMU, 1888, pp. 07-08.

⁴²⁶ Lusitana (69, 71, 73, 79, 81), Dr. Quirino (51, 53), Rosário (62)

⁴²⁷ Guanabara (sem número), Direita (39, 68), Regente Feijó (69), Imperador (05), Barreto Leme (10), Bom Jesus (2), Conceição (64), Constituição (1, 30). Fonte: CMU, 1888, pp. 06-07.

⁴²⁸ A lista de impostos para o ano corrente de 1888-1889 foi organizada por ordem alfabética. Contudo, as páginas iniciais não constam no livro em que deveriam estar os “barões”, no caso, Joaquim Policarpo Aranha, o barão de Itapura. Portanto, esse dado foi extraído do inventário amigável do barão e baronesa de Itapura em mesmo ano da tributação, 1889.

⁴²⁹ Dr. Quirino (19). Fonte: CMU, 1888, pp. 08-09.

⁴³⁰ Direita (47, 49). Fonte: CMU, 1888, pp. 09-10.

⁴³¹ Rosário (65). Fonte: CMU, 1888, pp. 09-10.

⁴³² Rosário (110), Bom Jesus (7), Ferreira Penteadado (57, 59, 61, 81, 85, 87) São Carlos (88). Fonte: CMU, 1888, pp. 19-20.

⁴³³ Constituição (15). Fonte: CMU, 1888, pp. 26-27.

A partir da quantificação acima representada (quadro 50), foi possível elaborar a espacialização dos imóveis urbanos da família Souza Aranha no final do século XIX.

Foram espacializados 70 imóveis urbanos. Ressalva para a concentração maior de imóveis nas ruas: Luzitana, Doutor Quirino, Barão de Jaguara, Regente Feijó e av. Francisco Glicério. Conforme a figura 41, é possível destacar que os imóveis, na maioria, se situavam na área central, próximos de equipamentos como a matriz nova, o Teatro São Carlos e o largo da matriz velha.



Figura 40. Propriedades da família Souza Aranha no final do século XIX. Fonte: CMU; APESP.

ESPAIALIZAÇÃO DOS IMÓVEIS URBANOS
DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA NA CIDADE DE CAMPINAS (1888-1889)

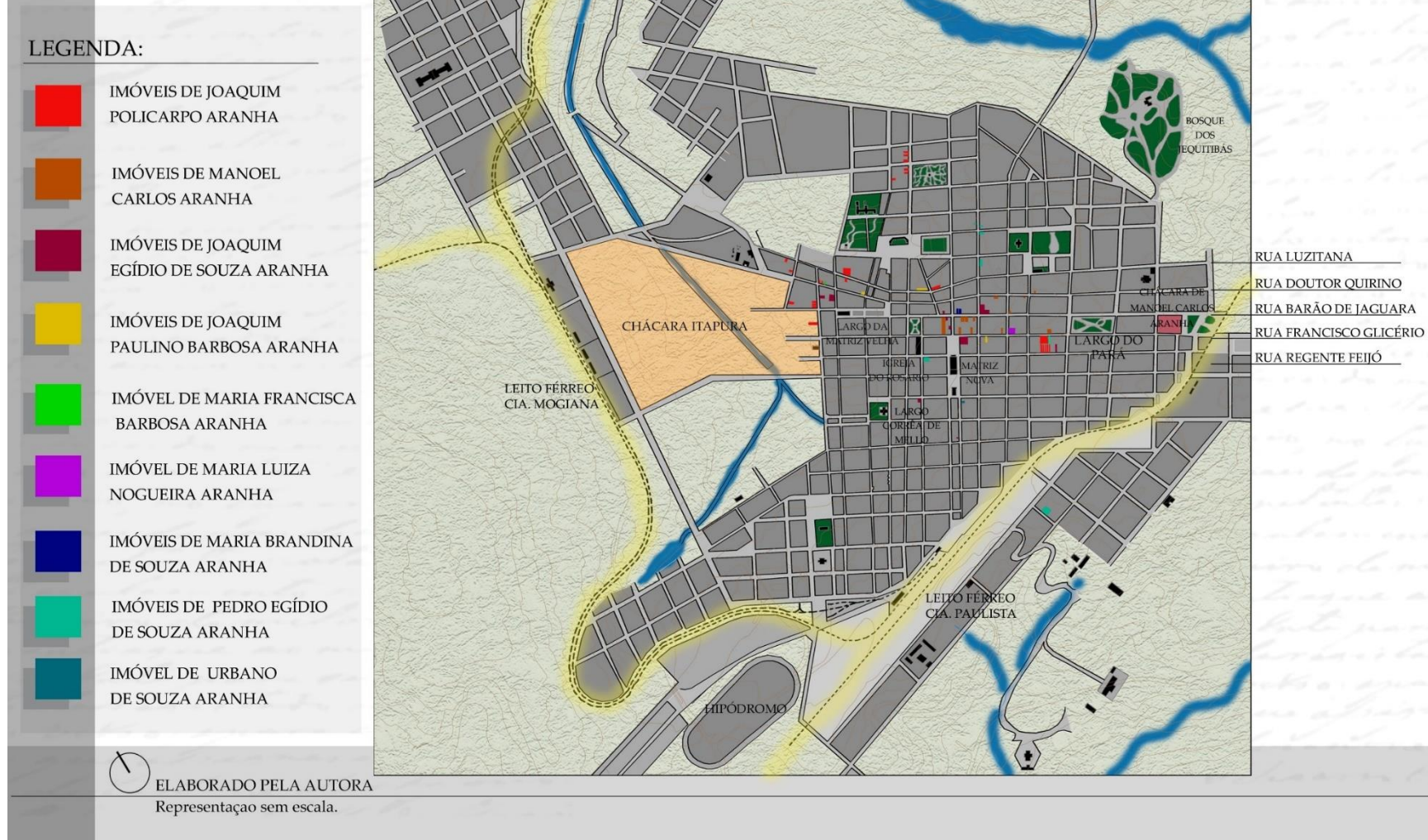


Figura 41. Espacialização de imóveis urbanos da família Souza Aranha na cidade de Campinas (1888-1889). A base foi elaborada a partir da planta da cidade de Campinas desenhada em 1900 (AMARAL, 1889). Fonte: CMU, 1875-1889.

...a de
...: Ser uma doação
... que por a quem
... Francisca Barbosa
... filha, constante e
... scriptura, devida
... nada, valas dos
... resas, a quarta
... de seis. Esta die
... tomada no deuido
... para a imputação
... assim distria
... da minha terce
... almente, seja imput
... da terce, as valas
... que dei a minha
... de novo cas
... a minha filha
... de seu consorcio e o
... Logo a minha filha
... eja eu que ella se
... de dicto;
... da ammeuhoã
... e sab a elo
... pot
... de q
... a por ma
... de alguem
... e
... de dicto
... Ser uma doação
... que por a quem
... Francisca Barbosa
... filha, constante e
... scriptura, devida
... nada, valas dos
... resas, a quarta
... de seis. Esta die
... tomada no deuido
... para a imputação
... assim distria

5

O MORAR DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA:

espaços de representatividade e expressão.



5. O MORAR DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA: espaços de representatividade e expressão

5.1 O modo de viver no meio rural: os casos das sedes das fazendas Mato Dentro e da fazenda Pau d'Alho.

Reconstituir a memória dessas antigas sedes de propriedades, com seus espaços de morar [...] é recuperar os agentes envolvidos nestas produções [...] (Silva, 2006, p. 82).

A construção e implantação das sedes das grandes fazendas de café, ao final do século XIX, revelavam a sintonia com a cultura do período, através das atuações de profissionais qualificados no campo da engenharia e da arquitetura, que eram ligados diretamente à emergente burguesia e à aristocracia cafeeira (Amoroso, 2009, p. 39). A partir da extinção do tráfico de escravizados, das mudanças na relação de posse fundiária, subsidiadas na lavoura cafeeira, a mentalidade do “morar” sofreu mudanças. A partir de 1850, a família Souza Aranha passou a estreitar seus laços e a vincular suas atividades à esfera urbana da cidade de Campinas, através das inúmeras participações na produção direta e indireta do espaço urbanizado. Nas palavras de Amoroso (2009, p. 19), a elite cafeeira, quando passou a morar em seus palacetes na cidade, adquiriu gostos mais apurados, tornando-se mais exigente tanto na maneira de “se portar” socialmente quanto na maneira de morar, evidenciando o refinamento e a cultura conquistados.

Conforme Argollo Ferrão (2015, p. 186), a partir da década de 1880, a cafeicultura se desenvolveu de tal forma que induziu mudanças do próprio ambiente construído (rural e urbano). As primeiras fazendas de café do oeste paulista, especificamente na região de Campinas, tinham como modelo as fazendas no vale do Paraíba, sendo quase que autossuficientes no que diz respeito a alimentos, materiais de construção, animais de tração etc. No entanto, gradativamente, após a abolição e com o advento da República, foram passando por grandes transformações arquitetônicas e organizacionais a fim de se adaptar ao novo contexto socioeconômico (Argollo, 2015, p. 189). Portanto, na região de Campinas, as fazendas cuja arquitetura guardavam, inicialmente, características semelhantes às das fazendas do vale do Paraíba, depois modificaram-se radicalmente, transformando-se nos modelos seguidos pelas sofisticadas empresas cafeeiras. Para Argollo (2015, pp. 215-216), em se tratando da arquitetura rural, a região de Campinas compôs um cenário único no

estado de São Paulo, pois foi “palco de todos os tipos de unidades produtoras”, desde engenhos de açúcar a grandes latifúndios, os quais foram implementados e preparados para a larga demanda do café. Em Campinas, morar no campo era uma imposição do tipo de trabalho exercido pelos grandes senhores de “engenho e terras”. O café e o enriquecimento desses proprietários fizeram com que estes investissem na construção de suntuosas casas urbanas, onde passaram a residir. Tais edificações formavam par com as residências senhoriais rurais, nas fazendas de café, que sucederam os exemplares do tempo do açúcar (Argollo Ferrão, 2015, p. 228).

A metodologia para a espacialização dos exemplares de casas senhoriais, estudados na presente pesquisa, trilha os caminhos iniciados na dissertação de Menegaldo (2019) para o palácio Itapura, principal residência de Joaquim Policarpo Aranha, construída em sua chácara, no espaço periurbano da cidade de Campinas, em 1883. A análise baseia-se no levantamento de dados sobre a materialidade dos exemplares (tais como plantas, desenhos e levantamento *in loco*), associado à leitura dos autos de avaliação de inventários de agentes da família Souza Aranha, podendo, portanto, aferir hipóteses sobre os programas distributivos originais. Nas palavras de Silva (2006, p. 115), a leitura dos inventários lança luzes sobre esses cenários, trazendo de volta o “recheio” dos ambientes.

Dessa forma, busca-se trazer dois exemplares de casas senhoriais rurais, pertencentes à família Souza Aranha e remanescentes na cidade de Campinas, como forma de analisar de forma mais ampla a distribuição do programa e de elucidar a representatividade desses espaços. As duas sedes de fazendas estudadas são tombadas, sendo que a sede da fazenda Mato Dentro foi tombada, na esfera estadual, pelo CONDEPHAAT em 1982⁴³⁴ e a sede da fazenda Pau d’Alho foi tombada, em esfera municipal, pelo CONDEPACC em 2004.

O primeiro exemplar, o engenho do Mato Dentro, situava-se no bairro do Mato Dentro, sendo o primeiro latifúndio fundado pela família Souza Aranha, ainda no início do século XIX, por Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Essa propriedade perpassou gerações da família Souza Aranha e se manteve sob sua posse ao longo de todo o século XIX. A investigação sobre o programa distributivo dessa casa senhorial rural – morada principal de parte da família Souza Aranha, ainda no início do século XIX, quando se fixou na vila de São Carlos – demonstra como a relação da família com essa residência vai se alterando ao longo do tempo.

⁴³⁴ Processo nº42/04- 2004, referente à sede da fazenda Pau d’Alho (CONDEPACC) e processo nº173 - 1982 referente à sede da fazenda Mato Dentro (CONDEPHAAT).

O segundo exemplar estudado é a fazenda Pau d'Alho, propriedade que foi provavelmente comprada em sociedade por Manoel Carlos Aranha e Joaquim Policarpo Aranha de Antônio de Cerqueira César, após 1857.⁴³⁵ Conforme já tratado no capítulo 2, essa fazenda integrava um conjunto fundiário maior, que se desdobrou nas fazendas Pau d'Alho, Santa Cândida e Anhumas (Mendonça, 2010; Pupo, 1983). Diferentemente da fazenda Mato Dentro, a Pau d'Alho é adquirida pela família Souza Aranha em um período em que expandir as produções de café foi fundamental para a ascensão financeira, permanecendo na família até meados do século XX, sendo passada por herança às gerações posteriores.⁴³⁶

5.1.1 A sede da fazenda Mato Dentro: anatomia dos espaços

O engenho do Mato Dentro foi fundado e adquirido, em 1807, por Joaquim Aranha Barreto de Camargo e sua esposa Eufrosina Mathilde da Silva Botelho. Sua sede foi construída como residência da família desde o princípio do latifúndio. Em 1810, com o falecimento de Eufrosina, o engenho passou ao seu marido.⁴³⁷ No inventário de Eufrosina, foram descritos e avaliados poucos “bens móveis” dessa residência, como uma sela velha com manta de couro e estribos de ferro, uma espingarda de carapina, três catres em bom uso, uma caixa de madeira com fechadura velha, dois pares de caçarolas velhas com fechaduras (CMU, 1811, p. 14v).

A residência da fazenda Mato Dentro pertenceu a Joaquim Aranha Barreto de Camargo, conservando fundações e paredes remanescentes do período açucareiro. Erguidas em taipa de pilão e pedra entaipada, elas formam as paredes externas e internas estruturais do pavimento inferior, sobre as quais se assenta a moradia do período do café (Silva, 2006, p. 90). Com a habitação burguesa do século XIX, surgiram novos espaços privados nas casas da elite, ou seja, ocorreu uma compartimentação do espaço doméstico.

Os inventários analisados no início do século XIX revelam descrições minuciosas dos bens que faziam parte da maior parcela do “monte mor” do(a) inventariado(a). A mão de obra escravizada e os animais, fundamentais para o sucesso do plantio, eram descritos com detalhes que auxiliavam na definição do valor do bem avaliado. Em contrapartida, objetos como “acessórios, utensílios, mobílias e trastes” (CMU, 1811) eram poucos, sem

⁴³⁵ Não foi encontrado o registro de compra dessa propriedade.

⁴³⁶ Segundo o processo de tombamento, a fazenda Pau d'Alho foi muitas décadas propriedade da família Souza Aranha, sendo vendida em 1950 pelo neto de Manoel Carlos Aranha, seu homônimo, à atual proprietária, Marguerite Dutilh, de origem holandesa.

⁴³⁷ CMU, 1811.

muitos detalhes atribuídos a esses bens, demonstrando que o interior das sedes de moradas era simples e sem muitos objetos. Nas palavras de Abrahão (2010, p. 77), o que, no início do século XIX, eram “peças de mobiliário”, com o passar das décadas, “transformou-se em ambientes específicos”, pois o valor simbólico e material dos objetos, e dos exemplares senhoriais, se transformou.



Figura 42. Sede da fazenda Mato Dentro. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kovAK>. Acesso em dez. 2023.

Em 1817, com o matrimônio de Maria Luzia de Souza Aranha (herdeira do casal) com seu primo Francisco Egídio de Souza Aranha, deu-se início ao plantio de café na propriedade. Francisco Egídio de Souza Aranha faleceu em 1860 e, em seu inventário elaborado em 1861⁴³⁸, constavam: ouro e joias, prataria (entre copos, colheres, faqueiros, castiçais, bandejas, paliteiros, salvas, estribos etc.), cobre e arames (bacias, tachos) e um debulhador de ferro (CMU, 1861, pp. 14-15v).⁴³⁹ Na mesma descrição, foram avaliados

⁴³⁸CMU, 1861.

⁴³⁹ Os herdeiros nomeados no inventário de Francisco Egídio de Souza Aranha foram: o tenente coronel José Egídio de Souza Aranha e sua mulher, dona Maria Luzia de Queiroz Aranha; Joaquim Egídio de Souza Aranha e sua mulher; o ajudante Álvaro Xavier de Camargo e Silva e sua mulher, dona Maria Brandina de Souza Aranha; Francisco Egídio de Souza Aranha; Joaquim Policarpo Aranha e sua mulher, dona Libânia Leopoldina (?) de Souza Aranha; Manoel Carlos Aranha e sua mulher, dona Anna Thereza de Souza Aranha; Francisco Ignácio do Amaral Lapa e sua mulher, dona Petronilha Egídio de Souza Aranha; Pedro Egídio de Souza Aranha e sua mulher, dona Anna Joaquina da Silva Prado Aranha;

“trastes de madeira”, como 11 cadeiras tecidas de palhinha usadas, uma marquesa velha forrada, uma cama velha de armação de cabeceira, uma cama velha pequena de armação, um relógio de parede com caixa velha, uma mesa velha de cabeceira com duas gavetas e uma outra mesa mais velha com duas gavetas (CMU, 1861, p. 15v).

A descrição dos objetos avaliados nessa residência senhorial, em 1861, revelava poucos detalhes quanto às características e à disposição dos ambientes. Contudo, a descrição do “bem de raiz” denominado sítio do Mato Dentro, onde morava Francisco Egídio de Souza Aranha, indica que possuía:

[...] casas de morar, senzalas, máquina de pilões, moinho e ventiladores tocados por água, máquina de carretão, duas tulhas de guardar café, paiol com o milho existente, armazém de guardar mantimentos existentes, enfermaria, sala de escolha de café, chiqueiro, estrebaria, e mais cômodos, todos cobertos de telhas, terreiro murado para enxugar café, tanque, dois pastos valados, sendo um chamado sítio das éguas, com duzentos e cinquenta mil pés de café de idade de até vinte e cinco anos, parte em bom e parte em mau estado, sendo porção plantada em terra do mesmo sítio, cujas divisas constam em poder da inventariante, Maria Luzia de Souza Aranha, avaliados por cento e trinta contos de réis - 130:000\$000 (CMU, 1861, p. 19v).

Em 1871, um dos herdeiros de Francisco Egídio e Maria Luzia de Souza Aranha, Joaquim Egídio de Souza Aranha, vendeu suas partes da fazenda a seus sobrinhos (dos quais era tutor), filhos de sua irmã Petronilha Egídio de Souza Aranha e de Francisco Ignácio do Amaral Lapa (ambos já falecidos) e antigos proprietários da fazenda Lapa, então desmembrada do engenho do Mato Dentro (Pupo, 1983, p. 184).

Com o falecimento de Maria Luzia de Souza Aranha, viscondessa de Campinas, a sede da fazenda foi descrita e avaliada por José Bonifácio da Silva Pontes, Joaquim Celestino de Abreu Soares e Joaquim Teixeira de Camargo Andrade em 1879 (CMU, 1879, p. 35v). Os avaliadores percorreram os cômodos da sede residencial desta fazenda para então descrevê-los e listar os objetos ali existentes que possuíssem algum valor a ser computado no espólio.

Em presença do inventariante, Joaquim Egídio de Souza Aranha, os avaliadores iniciaram os trabalhos pela sala principal da sede da fazenda, que continha “um sofá, dois aparadores, uma mesa de centro com tampo de mármore e vinte e duas cadeiras, de assento de palhinhas e duas de braços, tudo em bom estado”. Na mesma sala, havia dois

Francisco Pompeu do Amaral e sua mulher, dona Gertrudes de Souza Aranha; Antônio Egídio de Souza Aranha e sua mulher, Elisma de Souza Aranha; e Martim Egídio de Souza Aranha (CMU, 1861, p. 14).

marquesões acolchoados, dois espelhos grandes, um lavatório pequeno com tampo de mármore, um criado mudo e dois pares de jarros pequenos (CMU, 1879, p. 36).

Nessa sala principal, conforme se observa na figura 43, havia duas alcovas, sendo que uma delas era a capela com cortinado, avaliada no inventário por 40 mil réis - 40\$000 (CMU, 1879, p. 38). Cultivar a sociabilidade era algo que fazia parte do conjunto de saberes a serem transmitidos entre os membros da família e que os ambientes como salas de jantares propiciavam (Abrahão, 2010, p. 150). Ao lado, uma segunda sala possuía uma mesa com 14 cadeiras com fundo de palhinha, sendo duas de braços e dois aparadores, além de uma mesa de centro com tampo de mármore, dois marquesões acolchoados, um antigo catre com colchão, um lavatório ordinário, outro lavatório com tampo de mármore e um piano usado (CMU, 1879, p. 36v). Essa sala, como pode ser observado na figura 43, possuía duas alcovas, onde provavelmente se situavam o catre e os lavatórios.

A sede possuía uma varanda que dava acesso a “duas saletas”. A primeira saleta possuía uma cama de armação antiga, um armário com acabamento “oleado”, uma cômoda antiga e um lavatório com espelho e tampo em mármore. A segunda saleta contava com uma “cama de sistema antigo e colchão”, um lavatório com tampo de mármore e pertences, um espelho antigo, uma mesa redonda ordinária, uma cama de criança, outra cama forrada com couro e um criado-mudo (CMU, 1879, p. 36v). As saletas, tratavam-se, de alcovas.

Segundo Carita (2014), a alcova definia-se como um pequeno compartimento situado no interior dos exemplares, sem janela para o exterior.⁴⁴⁰ Na varanda, havia dois espelhos antigos e uma marquesa velha de palhinha (CMU, 1879, p. 37). A sala, considerada o espaço primordial do *habitat* nas casas, era também denominada “varanda”, servindo como sala de visita, de jantar e de almoço, conforme observado por Abrahão (2010, p. 79). De acordo com Silva (2006, pp. 90-91), a residência sede da fazenda Mato Dentro teve sua disposição organizada simetricamente em torno de um corredor central, dispondo a varanda (sala de jantar) no centro da casa, circunscrita, portanto, em prisma retangular. O anexo lateral ao corpo da residência foi construído posteriormente.

Na varanda (ou sala de jantar principal), geralmente havia uma grande mesa de madeira, utilizada para as refeições da família de seus convidados, e utensílio de cozinha. Esse cômodo, segundo Abrahão (2010, p. 79), possuía características “aglutinadoras”, onde todos se reuniam. Os outros cômodos não foram nomeados na sequência do inventário,

⁴⁴⁰ Definição feita pelo professor Helder Carita, no glossário elaborado pelo projeto “A Casa Senhorial”. Disponível em: <https://shre.ink/robK>. Acesso em out. 2023.

mas pela descrição da mobília avaliada é plausível a interpretação de que a sede contava com mais uma sala de jantar, que possuía uma mesa de jantar antiga e outra “bem estragada”, além de duas mesas menores e um sofá antigo (CMU, 1879, p. 37v).

Outra hipótese que a descrição do inventário sugere era a existência de outros quartos de dormir e outras salas, haja vista que foram descritos uma cama antiga com cabeceira e véu embutido, um armário ordinário, 11 cadeiras ordinárias, um lampião para querosene com três globos, um relógio com caixa e um guarda-louças (CMU, 1879, p. 37v). A cozinha também compunha o programa distributivo dessa sede rural, uma vez que foram avaliados tachos, bacias de cobre, louças da serventia da casa, sacas da despensa, um galheteiro com jarra e cálice e um “tacho da cozinha” (CMU, 1879, p.38).



Figura 43. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Mato Dentro, pavimento térreo. Fonte: CMU, 1811,1861 e 1879; CONDEPHAAT.

Uma das características das velhas construções do final do século XVIII e primeiros anos do século XIX estava nos telhados de quatro águas sobre o quadrilátero perfeito de construção, ou de três águas com partes térreas adidas a sobrados. Este é o caso da sede da fazenda Mato Dentro, uma residência rural com requintes, como porta principal com entalhes e bandeira ornamentada em ferro fundido, forro do salão nobre e com a singularidade de ser a casa um perfeito quadrilátero, com telhado de quatro águas, dispondo de um outro lanço, à direita da casa, com piso inferior (e comunicação interior),

no alinhamento da fachada principal, destinada ao cômodo de serviços, cozinha, dispensa etc. Assim, o quadrilátero principal se destinou exclusivamente aos cômodos sociais e íntimos (Pupo, 1983, pp. 158-159).

A sede da fazenda Mato Dentro foi erguida sobre um porão todo construído em técnica mista, com paredes espessas de taipa de pilão e pedras entaipadas (características comuns às construções do período açucareiro). Sobre esse pavimento, foram lançados barrotes de madeira com um assoalho em tabuado corrido e, no alinhamento das alvenarias, ergueram-se as alvenarias do lanço superior. Inicialmente, essas alvenarias eram todas em taipa de mão (pau a pique), com armação da gaiola em madeira. Na sede da fazenda Mato Dentro, sobre as antigas paredes de taipa de pilão e pedra entaipada do período do açúcar, foram erguidas as paredes de vedação do pavimento superior em pau-a-pique, estruturado no sistema enxaimel, isto é, em vigas cruzadas e em alvenaria de tijolos, enquanto as divisões internas foram executadas em pau a pique (Silva, 2006, p. 108).

Conforme a autora, o pavimento inferior (porão ou rés do chão) era sempre reservado para depósitos, como uma senzala doméstica (aos escravizados que serviam à residência) ou para instalação e armazenamento de acessórios (Silva, 2006, p.112).

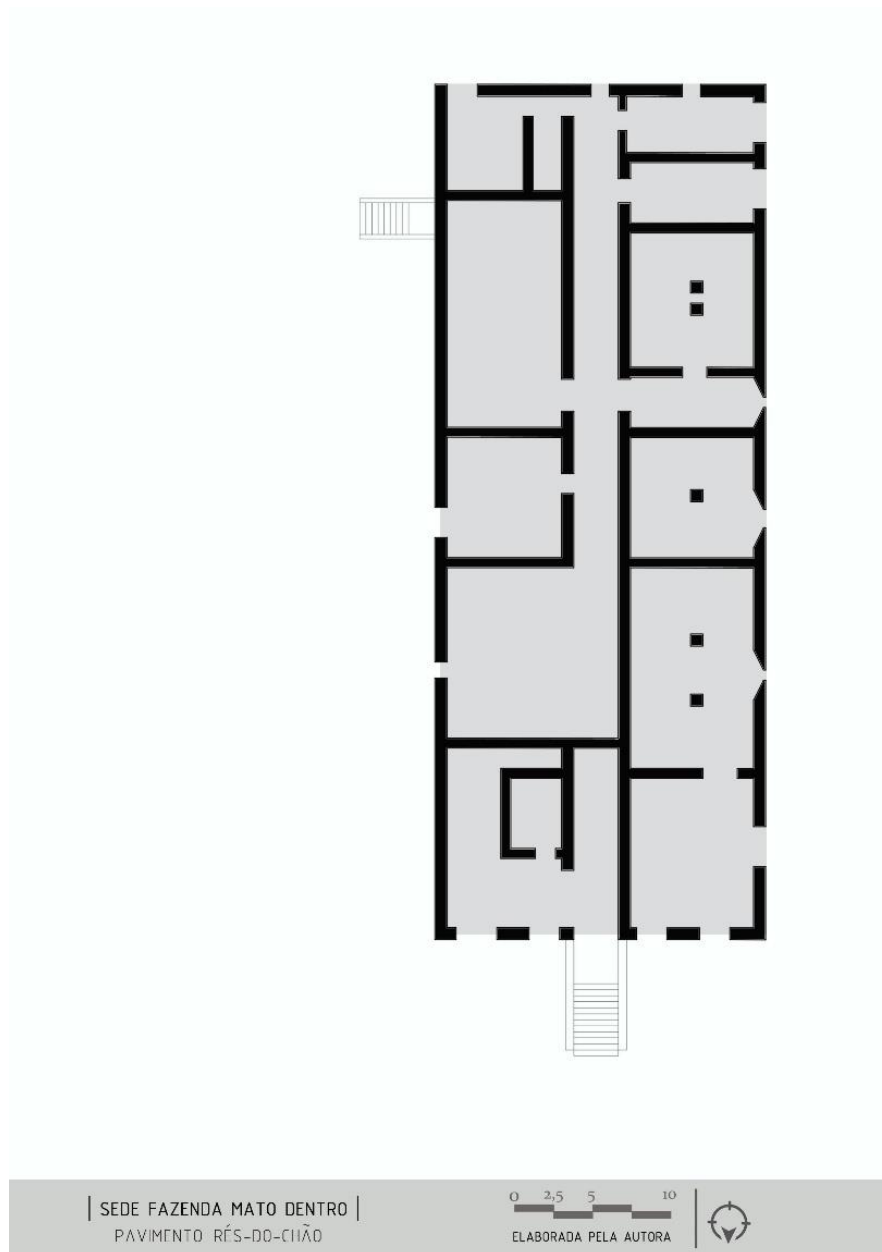


Figura 44. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Mato Dentro, pavimento rés do chão. Fonte: CMU, 1811,1861 e 1879; CONDEPHAAT.

Conforme Ribeiro (2015, p. 36) e Pupo (1983, p. 184), a fazenda do Mato Dentro passou a ser administrada por Pedro Egídio de Souza Aranha. Em 1885, o latifúndio havia produzido 200 mil pés de café e, com o falecimento de Pedro Egídio de Souza Aranha em 1897, sua esposa, dona Ana Joaquina da Silva Prado, passou a ser proprietária do latifúndio.⁴⁴¹

⁴⁴¹ Não foram localizados os inventários de Pedro Egídio de Souza Aranha e dona Ana Joaquina da Silva Prado. Uma hipótese é que tenham se mudado de Campinas no final do século XIX.

A construção possui simetria na fachada, onde o eixo é demarcado por uma imponente escadaria central (encimada por pináculos no início e no final dos degraus) para acessar seu interior. A porta principal possui uma bandeira em arco pleno de ferro fundido ornamentada e folhas de madeira almofadadas.

Mantendo a simetria do volume, quatro janelas arrematadas em verga reta se abrem na fachada principal, sendo janelas de guilhotina com vidraças e com folhas de “escuro” em madeira. No pavimento “rés do chão”, ou porão, há duas portas de madeira simples (mais baixas, pois o pé direito deste pavimento é mais baixo) e duas janelas com folhas de “escuro” (conforme se observa na figura 45).



Figura 45. Detalhe da escadaria de acesso a sede da fazenda Mato Dentro (sem ano). Fonte: PUPO, 1983, p. 172.

A composição do conjunto construtivo demonstra a representatividade da família residente através dos detalhes, a exemplo das cimalkhas abaixo do arremate do telhado, bem como dos acabamentos laterais, com alinhamento das pilastras. Esses detalhes construtivos, acrescidos a esta construção com o passar das décadas e em consonância com a ampliação do patrimônio familiar, retrataram simbolicamente a ascensão social e financeira da família Souza Aranha (figura 46).

Ao longo do século XIX, a arquitetura cafeeira manteve-se vinculada à herança arquitetônica dos engenhos, revelada pela primazia das técnicas construtivas tradicionais

e pela preferência por tipologias de casas assobradadas ou térreas, sempre organizadas em espaços internos segregados – salas sociais na frontaria, alcovas e quartos no centro, varanda (atual sala de jantar) nos fundos e áreas de serviços no prolongo ou puxado. A recorrência dessa herança mostra, sem dúvida, a permanência de formas sociais profundamente arraigadas na cultura local (Silva, 2006, pp. 107-108).



Figura 46. Fachada frontal da sede da fazenda Mato Dentro. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kovAK>. Acesso em dez.2023.

5.1.2 A sede da fazenda Pau d'Alho: reformas e a possível participação de Ramos de Azevedo

O romper da década de 1880 anunciou a presença de uma vida urbana que, cada vez mais intensa e diversificada, exigia a incorporação e a multiplicação de edifícios que correspondessem às novas necessidades sociais. Aos edifícios públicos, construídos no período, incorporaram-se novos programas, além de inéditas soluções técnico-construtivas. Não obstante, passaram a expressar uma composição arquitetônica que ainda não se vira por estas paragens (Monteiro, 2002, p. 04). Em Campinas, o engenheiro-arquiteto Francisco Ramos de Azevedo (1851-1928) foi um dos principais profissionais responsáveis pela introdução dessa nova arquitetura, de acordo com Farah (2003), Monteiro (2002) e Mendonça (2010).⁴⁴²

Um fato de grande importância foi a passagem e hospedagem da princesa Isabel, do conde d'Eu e dos príncipes d. Pedro, d. Luís e d. Antônio no palacete de Joaquim Egídio de Souza Aranha, o marquês de Três Rios, em Campinas em 1884. Com isso, houve a necessidade de executar melhorias em suas propriedades, dotando-as de maior conforto e luxo. Para tanto, foram contratados profissionais que tinham conhecimento das obras de arte estrangeiras. Foi naquele momento que a moradia se transformou, passando a ser símbolo pelo qual essa camada expressava seu posicionamento econômico, social e pela adoção de hábitos culturais (Amoroso, 2009, p. 29).

Para Campinas, a fazenda de café se tornou, a partir dessas mudanças, o exemplo da "eficiente implantação do setor industrial". Dessa forma, compreender a eficiência dessa indústria resumia-se em implantá-la próxima de cursos d'água, em locais com boa insolação para secagem e manuseio do café, cuidando do correto posicionamento da sede, das dependências da mão de obra, como senzalas, enfermarias e, mais tarde, casas de colonos, além de apoio para serviços, boas estradas, proximidade no escoamento (como a relação com as ferrovias), além de uma boa reserva de mata nativa para expansão do plantio (Amoroso, 2009, p.38). Em certo sentido, em princípio, a indústria de café revelou a preferência pelos métodos e materiais tradicionais da cultura da arquitetura paulista, muito embasada no domínio da taipa de mão e de pilão, até a chegada das ferrovias a partir da década de 1870.

Segundo Amoroso (2009, pp. 81-82), o professor Carlos Lemos apontou em entrevistas que Francisco Ramos de Azevedo fez, ao longo de sua carreira, "inúmeras

⁴⁴² Sobre a atuação de Francisco Ramos de Azevedo na cidade de Campinas (1879-1886), destaque ao trabalho da professora Ana Maria Monteiro Góes (2000).

sedes de fazendas para os barões do café”, que eram realizadas pelos engenheiros que trabalhavam com ele, então alocados em usinas elétricas ou nas ferrovias, onde seu escritório estaria atuando. O estreitamento da relação com Antônio de Queiroz Telles, o barão de Parnaíba, um dos principais acionistas da companhia Mogiana, culminou em sua primeira “grande tarefa como arquiteto de edificações em Campinas” ⁴⁴³(Mendonça, 2010, p. 23). Tratava-se de acompanhar as obras de conclusão da fachada da Igreja matriz de nossa Senhora da Conceição, etapa iniciada em 1879. Efetivamente, a construção da igreja foi iniciada em 1807, porém por decorrências de gestão, alteração de projeto e conflitos políticos, a conclusão da obra se arrastou por décadas, redundando numa série de patologias que impediam a conclusão do projeto (Mendonça, 2010, p. 23).

Uma das hipóteses levantadas na pesquisa de Mendonça (2010) indica que o trabalho conduzido por Ramos de Azevedo nas obras da matriz contribuiu para seu amadurecimento profissional, de como tomar decisões coerentes quanto aos materiais e técnicas construtivas a serem utilizadas em seus projetos. No caso da matriz, uma das assertivas de Ramos de Azevedo, ao assumir a condução final das obras, foi compreender que a introdução de elementos da linguagem clássica na fachada do edifício só seria possível mediante a técnica construtiva do “encamisamento” de tijolos sobre as robustas paredes em taipa de pilão, uma vez que as saliências, as reentrâncias das modenaturas, cornijas, frisos e entablamentos não se suportavam a partir do engaste realizado sobre a taipa. Foi necessário, portanto, escorá-los sobre o “plano” de tijolos que poderia receber elementos salientes, além de proteger a taipa da umidade e da exposição⁴⁴⁴ (Mendonça, 2010; Rodrigues, 2010).

A inauguração da obra ocorreu em 8 de dezembro de 1883, com uma “bela festividade” organizada por Manoel Carlos Aranha, integrante do diretório da Igreja (Mendonça, 2010, p. 23). Como explanado anteriormente, as relações de compadrio e notoriedade social eram comuns entre membros da elite senhorial de Campinas, o que corrobora a hipótese da proximidade entre o engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo e a família Souza Aranha.

Conforme Mendonça (2010, p. 24), Ramos de Azevedo foi comissionado por Manoel Carlos Aranha para reformar a sede da fazenda Pau d’Alho, onde aplicou soluções construtivas muito semelhantes às adotadas na reforma da matriz nova.

⁴⁴³ Contudo, estudos que tratem especificamente sobre a relação destes projetos com as famílias financiadoras de obras e iniciativas particulares ainda são incipientes.

⁴⁴⁴ A técnica construtiva do “encamisamento”, segundo Lemos (1989, p. 29), foi difundida na província de São Paulo, no século XIX, e constituía em recobrir, com alvenaria de tijolos, as fachadas das construções de taipa de pilão, possibilitando novos arranjos às linguagens dos edifícios.

Conforme o levantamento histórico da fazenda, realizado por Zákia (Condepacc, 2004, p. 21), não existem documentos nem registros que comprovem que a reforma seja de autoria de Ramos de Azevedo, mas existe uma probabilidade bastante grande de o fato ser verídico.

É sabido, através das pesquisas de Amoroso (2009), Farah (2003), Monteiro (2002), Mendonça (2010) e Rodrigues (2010), que Ramos de Azevedo projetou palacetes urbanos, obras públicas (como o mercado municipal, o chalé do bosque dos Jequitibás), bem como projetos ligados ao âmbito rural, como o caso da sede da fazenda São Vicente em Campinas, da família Paes de Barros e, possivelmente, a reforma da fazenda Pau d'Alho. Embora Ramos de Azevedo, na organização do curso de arquitetura na Escola Politécnica, classificasse as residências em “casas operárias”, “casas civis”, “vilas e palácios”, na sua carreira estiveram presentes também o estudo e projetos de “casas de campo” (Amoroso, 2009, p. 82).

Ademais, a divulgação da arquitetura privada em São Paulo, e se estendendo a Campinas – uma vez que os agentes da família Souza Aranha possuíam arbítrio em forma de ações e imóveis e na ocupação de cargos políticos e econômicos –, dava-se de forma oral, por meio de conversas e negócios entre famílias e amigos. Conforme Campos (1997, p. 278), esses diálogos e relações propiciaram que determinados profissionais, como engenheiros, arquitetos ou práticos licenciados, se tornassem praticamente “exclusivos” de certos círculos burgueses, como o caso de Ramos de Azevedo com as famílias Paes de Barros e Prado e Luigi Pucci com os Souza Aranha.

Mendonça (2010) aponta que a ligação entre Manoel Carlos Aranha e Ramos de Azevedo era “claramente próxima”, mesmo alegando que não encontrou em sua pesquisa provas ou indícios do contrato ou da negociação de reforma da sede da fazenda. O argumento da proximidade entre o profissional e a família Souza Aranha se sustenta, segundo a autora, a partir das obras da matriz nova. Em 1883, ano de inauguração da igreja, para “promover os meios de solenidade da inauguração da matriz nova”, foram nomeados Manoel Carlos Aranha, Francisco Pompeu do Amaral, Francisco de Paula Moraes, Antônio Egídio de Souza Aranha, Estanislau Ferreira de Camargo Andrade e José Teixeira (Paulistano, 1883, ed. 08028, p. 02).

Um dia antes da inauguração da Igreja, em 7 de dezembro de 1883, o jornal Correio Paulistano, veiculado na capital da província, dedicou uma página à inauguração da matriz nova, onde o objetivo foi rememorar a história longínqua da construção da Igreja:

No ano de 1807 [...] na vila de São Carlos, os juizes ordinários da vila, oficiais da câmara, republicanos, homens bons, o vigário e outros eclesiásticos [...] se obrigaram [...] a fundar um novo tempo para culto divino [...] Que para isto conseguirem se obrigavam os senhores de engenho, a dar tanta porção de açúcar quanto pagavam para o dízimo. Esta ata notável foi assinada por [...] **Joaquim Aranha Barreto de Camargo (entre outros nomes)**. Só em 1827 que houve outra reunião dos homens bons de então para nomeação de empregados para substituírem as faltas de alguns que haviam falecido nesse período de vinte anos [...] Que as obras só tiveram começo nesse ano de 1827 se vê em ata de outra **reunião feita em 4 de abril de 1831, em que o administrador das obras, o coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, declarou que no espaço de três anos estavam concluídas as taipas da capela mor, corredores e do corpo da Igreja até meia altura** [...] A administração da obra era feita por uma diretoria, **composta dos seguintes senhores: coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, João Dias Aranha (entre outros)** [...] As obras prosseguiram com lentidão e vagar por falta de recursos; mas em 1845 cobriu-se o corpo de Igreja [...] Em 1852, encomendou-se entalhadores da Bahia [...] Em 1853, vieram os entalhadores contratados Victoriano dos Anjos [...] Em 1872 contratou a diretoria com Villaronga & Comp., para a construção da fachada [...] reconhecendo-se em 1874 que as obras feitas ameaçavam ruína e perigo eminente, estiveram paradas as obras, retomadas em abril de 1876, fez-se contrato com o engenheiro Cristovam Bonini, não só para derrubar a fachada toda [...] como para fazer nova fachada e outras obras. **Nessa época foi convidado o atual engenheiro-arquiteto dr. Francisco de Paula Ramos de Azevedo, para tomar a si a direção dos trabalhos para conclusão das obras.** Este engenheiro serviu interinamente [...] felizmente estes trabalhos estão concluídos [...] (PAULISTANO, 1883, ed. 08194, p. 01 - grifo da autora).

A participação assídua da família Souza Aranha na construção da matriz nova – com altas contribuições referentes aos impostos pagos (conforme explanado no capítulo 03), bem como no engajamento em decisões que arbitraram a construção da igreja – foram perceptíveis:

É justo que se consigne um voto de reconhecimento e gratidão a memória daqueles que mais trabalharam para a fundação desse grandioso edifício; e entre todos pede a justiça que se registre os nomes de: [...] **coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo [...] Francisco Egídio de Souza Aranha (entre outros)** [...] (Paulistano, 1883, ed. 08194, p. 01 - grifo da autora).

Quanto às cerimônias de entrega da matriz nova, foi noticiado:

Efetou-se ontem a entrega da chave da Matriz, pelo diretório à Câmara Municipal, sendo por esta entregue ao sr. vigário da Conceição, padre

Souza e Oliveira. **Pronunciaram discursos os srs. drs. Carlos Noberto de Souza Aranha, em nome do diretório**, o sr. Amador Florence, presidente da câmara e vigário Souza e Oliveira, o qual convidou as corporações e mais pessoas presentes para um copo de água que oferecia ao sr. dr. Ramos de Azevedo, em uma sala da Matriz. **Ali trocaram-se os seguintes brindes: [...] do dr. Carlos Noberto de Souza Aranha, em nome do diretório, ao dr. Ramos de Azevedo [...]** (Paulistano, 1883, ed. 08194, p. 01 - grifo da autora).

Carlos Noberto de Souza Aranha era filho de Manoel Carlos Aranha e sua primeira esposa, Anna Thereza de Souza Aranha. Pela idade avançada de seu pai em 1883 e, seguindo as estratégias de assumir os negócios familiares (Bacellar, 1997), é possível que Carlos Noberto de Souza Aranha tenha representado seu pai no discurso. A partir dessas notícias veiculadas na imprensa, demonstra-se a proximidade do engenheiro-arquiteto com a família Souza Aranha durante o período de envolvimento nas obras da matriz nova.⁴⁴⁵

5.1.3 A sede da fazenda Pau d'Alho: a casa grande enquanto residência e a casa velha enquanto administração

Como já referido no capítulo 2 deste trabalho, a fazenda Pau d'Alho foi adquirida por Joaquim Policarpo Aranha e seu irmão Manoel Carlos Aranha após 1857.⁴⁴⁶ Tratava-se, portanto, de um latifúndio que pertencera a Antônio Benedito Cerqueira César e foi, provavelmente, comprado a fim de ampliar o patrimônio cafeeiro dos irmãos. Com o falecimento, em 1865, da primeira esposa de Manoel Carlos Aranha, Anna Thereza de Souza Aranha, a fazenda foi agregada ao espólio, sendo avaliados⁴⁴⁷: um relógio de ouro com patente suíça, outras joias, como pulseiras antigas de ouro, adereços antigos de ouro

⁴⁴⁵ Mendonça (2010) aponta em sua dissertação que a única confirmação que atesta que a reforma foi realizada por Ramos de Azevedo foi a entrevista com Julie Dutilh, filha da atual proprietária da fazenda, que confirmou a informação.

⁴⁴⁶ Mendonça (2010) e Zákia *in* CONDEPACC (2004), apoiadas provavelmente em Pupo (1983), apontam que Manoel Carlos Aranha adquiriu a fazenda em 1885. Uma inverdade, pois em 1865, no inventário de Anna Thereza de Souza Aranha, a fazenda já compunha o espólio da inventariada e de Manoel Carlos Aranha em sociedade com seu irmão Joaquim Policarpo Aranha.

⁴⁴⁷ Outrossim são avaliadas propriedades situadas em outras localidades, como a fazenda Santa Thereza, situada no termo da cidade de Amparo, e a fazenda denominada Ribeirão, situada em Mogi-Mirim (CMU, 1865).

como fivelas e alfinetes, argolas de ouro, abotoaduras, correntes para relógio, pares de brincos e uma figa grande de coral com ouro⁴⁴⁸ (CMU, 1865, pp. 41-42).

Objetos em prata, alguns copos velhos, funis e algumas salvas foram avaliados, enquanto bacias, tachos, caldeiras, alambique, caçarolas, caldeirões, chaleiras, assadeiras e panelas compunham os itens descritos em cobre (CMU, 1865, pp. 42-45). Espingardas, pistolas e dois revólveres foram avaliados como armas de fogo (CMU, 1865, p. 55). Quanto à mobília, a avaliação foi iniciada por uma mesa envernizada, outra mesa com duas gavetas, dois aparadores, 24 assentos de palhinha, um sofá forrado com palhinha, um espelho em bom uso, uma marquesa de palhinha usada, uma marquesa forrada na sala, duas mesas ordinárias, uma mesa pequena com duas gavetas velhas, uma mesa com cinco gavetas, uma mesa com duas gavetas sendo uma com chave, um relógio de mesa, uma mesinha pequena com uma gaveta, uma mesa maior com duas gavetas, um armário grande e outro pequeno estragado, uma marquesa forrada de couro, duas marquesas forradas de tábuas, um marquesão forrado de tábuas, uma mesa pequena com duas gavetas, outra mesa menor com uma gaveta e 15 catres forrados (CMU, 1865, pp. 55v-56).

Pela descrição, não há a distinção dos ambientes, mas é possível aferir que a avaliação teve início a partir de uma sala de jantar, passando por outros cômodos, como salas possivelmente de estar, bem como quartos de dormir. Após o encerramento da tramitação do inventário de Anna Thereza, a fazenda Pau d'Alho passou à posse total de Manoel Carlos Aranha, “com tudo existente, terras, benfeitorias, cafezais, escravos, e todos os móveis e semoventes” (CMU, 1865, p. 81v-82).

Em 1865 a fazenda Pau d'Alho contava com 167 escravizados (CMU, 1866, p.41v-60). Conforme Pupo (1983, p.186), a fazenda Pau d'Alho, em 1885, já contava com 300 mil pés de café, máquina de beneficiamento agrícola acionada por água, além de terreiros atijolados. Com a produção de café em crescimento exponencial, Mendonça (2010, p. 14) expõe que Manoel Carlos Aranha resolvera reformar a sede da fazenda a fim de estabelecê-la como “sede de sua fazenda e residência para sua família”, formada já a partir de seu segundo enlace matrimonial com Brandina Augusta Queiroz Aranha.⁴⁴⁹ Segundo Mendonça (2010), a reforma compreendeu diversas mudanças, a começar pelas salas, onde o piso frio ganhava maior distinção quando substituído pelo tabuado; as janelas agora

⁴⁴⁸ De seu primeiro matrimônio, Manoel Carlos Aranha possui cinco herdeiros: Anna Barbosa Aranha, Carlos Norberto de Souza Aranha, Urbano de Souza Aranha, Pedro de Souza Aranha e Joaquim de Souza Aranha.

⁴⁴⁹ Brandina (ou Blandina, conforme grafia em certos documentos) era filha do capitão José Pereira de Queiroz e de Escolástica Saturnina de Moraes, membros da importante família Queiroz Telles, natural da vila de Jundiá.

exibiam maior sofisticação, com o vidro em detalhe azul que lhes encimava a parte curva; o ferro trabalhado, compondo adereços, adornava grades e portões. Os dormitórios eram arejados, ostentando altos pés-direitos, e a bela varanda, com as seis colunas neoclássicas e entradas laterais, refrescava a casa agora assobradada. Frisos e detalhes neoclássicos emolduravam todas as aberturas: não se achavam vestígios da singela vida de outrora (Mendonça, 2010 p. 14).

Manoel Carlos Aranha promoveu significativas reformas na sede da fazenda Pau d'Alho, promovendo "ares mais sofisticados, alinhavados, provavelmente, pelas mãos de um recém-chegado engenheiro-arquiteto que se ausentara da cidade por seis anos para se dedicar aos estudos na Bélgica que o introduziram no ofício, no caso Francisco de Paula Ramos de Azevedo" (Mendonça, 2010, p. 15). Nas palavras da autora, esta reforma agregou e sintetizou mudanças construtivas significativas nos processos de produção da arquitetura e da cidade. (figura 47)



Figura 47. Sede da fazenda Pau d'Alho (sem ano). Fonte: Pupo, 1983, p. 175.

Com o falecimento de Manoel Carlos Aranha, a fazenda Pau d'Alho foi incorporada ao seu inventário. No dia 30 de maio de 1894, dirigiram-se à fazenda Joaquim Ferreira de Camargo Andrade (barão de Ibatinga), Avelino Austero de Oliveira Valente e o doutor Antônio Alvares Lobo para proceder a avaliação dos bens ali contidos. Segundo descrição, a sede da fazenda, já reformada, era denominada como "casa-grande" (figura 48), sendo iniciada a avaliação a partir da sala de entrada, que possuía

uma mobília austríaca composta de um sofá, duas cadeiras de balanço, duas cadeiras de braço, doze cadeiras simples, dois aparadores e duas seringas de vidro grandes⁴⁵⁰ (CMU, 1894, p. 60).

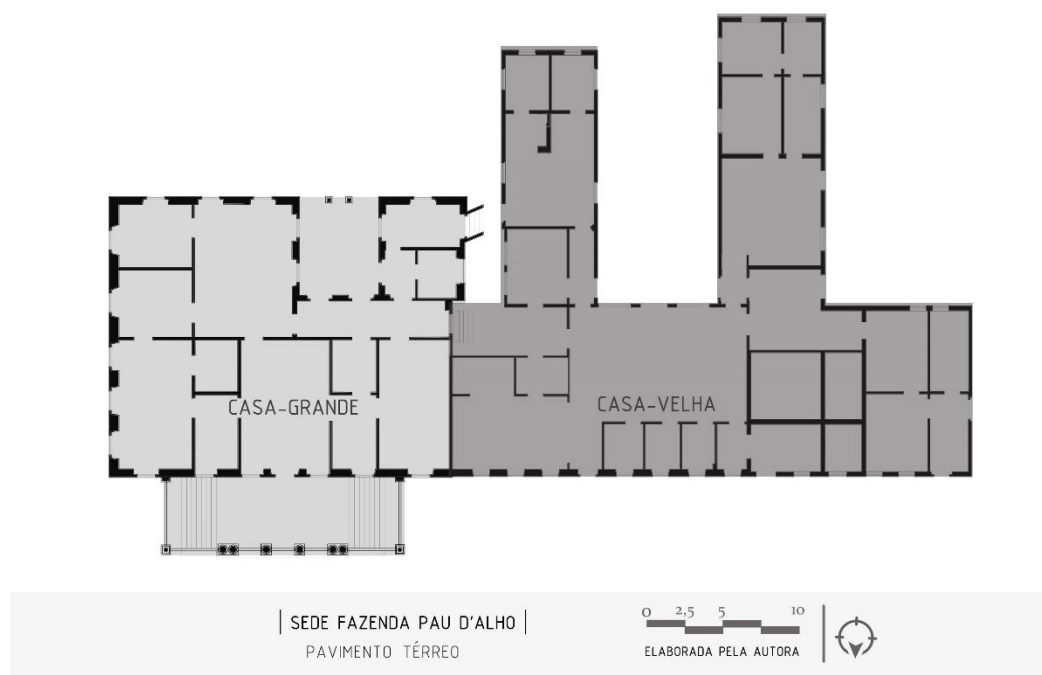


Figura 48. Planta do pavimento térreo da sede da fazenda Pau d'Alho. À esquerda, a “casa-grande e, à direita, a “casa-velha”. Fonte: CMU,1865; 1893; CONDEPHAAT e Mendonça (2010).

Foram avaliados uma cama de solteiro com criado-mudo, uma mesinha e um espelho alocados na alcova da sala de entrada. A sala de visitas possuía uma mobília toda com medalhão, sendo um sofá, duas cadeiras de braços, duas cadeiras de balanço, dez cadeiras simples, dois aparadores e uma mesa de centro, além de um espelho de vidro, três mangas de vidro, dois castiçais de manga de vidro, dois pares de vasos de vidro e um piano velho (CMU, 1894, p. 60v). A sala de visita dava acesso a uma “primeira” alcova, com uma cama francesa para solteiro, criado-mudo, uma mesinha e um espelho, e a uma “segunda” alcova, com uma cama, um lavatório, um criado-mudo, um cabide e uma pequena capela (CMU, 1894, p. 61).

Em sequência, a sala de jantar possuía uma mesa de jantar, dois aparadores, um *tagère*, um sofá, um espelho e 18 cadeiras simples. A alcova da varanda possuía duas camas, um criado-mudo, um espelho, uma mesinha, três cadeiras, um cabide, um jarro, e uma bacia. A descrição dirigiu-se para um corredor que conectava à parte íntima da

⁴⁵⁰ CMU, 1984.

residência, demonstrando a preocupação do engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo em definir os usos atribuídos ao programa distributivo.

Assim, no “primeiro quarto do corredor” havia uma cama, uma mesinha, um espelho, um jarro, uma bacia e três cadeiras. No segundo quarto, uma cama, uma capela, uma cômoda, um *bidet*, um lavatório, um jarro, uma bacia e um cabide. E, em um cômodo denominado “salinha”, havia uma mesinha, um sofá, um guarda-roupa, um lavatório e pertences. Foram avaliados um armário e uma mesa situados no “quartinho da escada”, bem como uma mesa redonda, um sofá, cinco cadeiras, uma mesinha e um espelho no estilo “Napoleão”, situados na “sala de baixo” (CMU, 1894, p. 62).



| SEDE FAZENDA PAU D'ALHO- CASA GRANDE |
PAVIMENTO TÉRREO

0 2,5 5 10
ELABORADA PELA AUTORA

Figura 49. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Pau d'Alho, "casa-grande", pavimento térreo. Fonte: CMU, 1865; 1893; CONDEPHAAT e Mendonça (2010).

A descrição contida no inventário de Manoel Carlos Aranha tem continuidade na "casa velha". Essa distinção em "casa grande" e "casa velha" pode ser interpretada, primeiramente, como o indício da reforma. Ademais, em meio à descrição da "casa velha", a avaliação iniciou-se por uma primeira alcova situada na sala de baixo, com duas camas, pertences e uma mesinha, seguida por uma segunda alcova, que igualmente possuía duas camas, pertences e uma mesinha. Havia uma "sala grande", com uma mesa

de jantar, dois sofás, uma cadeira grande, um relógio de parede, um banco comprido, um estrado e um “escritório” com uma escrivaninha de ferro e pertences, uma mesinha, um lavatório e uma cadeira com espelho (CMU, 1894, p. 62).

O caráter atribuído aos ambientes, bem como aos objetos descritos neles, levam à hipótese de que a “casa velha” destinava-se à parte de tratativa de negócios da fazenda. O trabalho de Mendonça (2010), apesar de avançar significativamente nos aspectos construtivos desse conjunto rural, pouco esclarece sobre a distribuição espacial desse exemplar à época. Segundo a autora, a sede da fazenda Pau d’Alho assemelhava-se a uma “pequena fábrica”, com muitos cômodos dedicados a atividades específicas, que impediam o conflito e o entrecruzamento de serviços e serviços (Mendonça, 2010, p. 141).

À ótica dos detalhes fornecidos pelo inventário de Anna Thereza de Souza Aranha (CMU, 1865) e Manoel Carlos Aranha (CMU, 1894), a sede da fazenda Pau d’Alho possuía uma clara distribuição dos usos ligados ao cotidiano familiar e atribuídos à casa grande, distintos daqueles vinculados à administração e ao gerenciamento do latifúndio, atribuídos à casa velha. Ao longo de 1893, a fazenda Pau d’Alho produziu 4 mil arrobas de café (CAMPINAS, 1893, livro 044-01, pp. 01-02), demonstrando não se tratar de uma “pequena fábrica”.

A sequência de cômodos descritos e avaliados no inventário reforçam que a “casa velha” concentrava usos ligados aos negócios da fazenda: uma casinha com trastes existentes e uma escada, uma sala para casa da administração com mesa de jantar e quatro bancos compridos, um primeiro quarto com uma cama e uma mesinha, um segundo quarto com um armário e uma mesa (CMU, 1894, p. 62v).

Outras construções importantes compunham a arquitetura das fazendas de café, ao final do século XIX: a residência do proprietário, que nesse período já morava na cidade, mas visitava sua propriedade nas épocas de colheita; as colônias, agrupamento de casas em geral alinhadas ao longo de uma rua; e, finalmente, as construções destinadas a abrigar atividades complementares e suplementares àquelas do principal processo produtivo da fazenda. Eram cocheiras, estrebarias e oficinas diversas, de carpintaria e outras atividades profissionais, formando uma aglomeração que, nas maiores fazendas, chegava a ser impressionante (Argollo, 2004, p. 225).

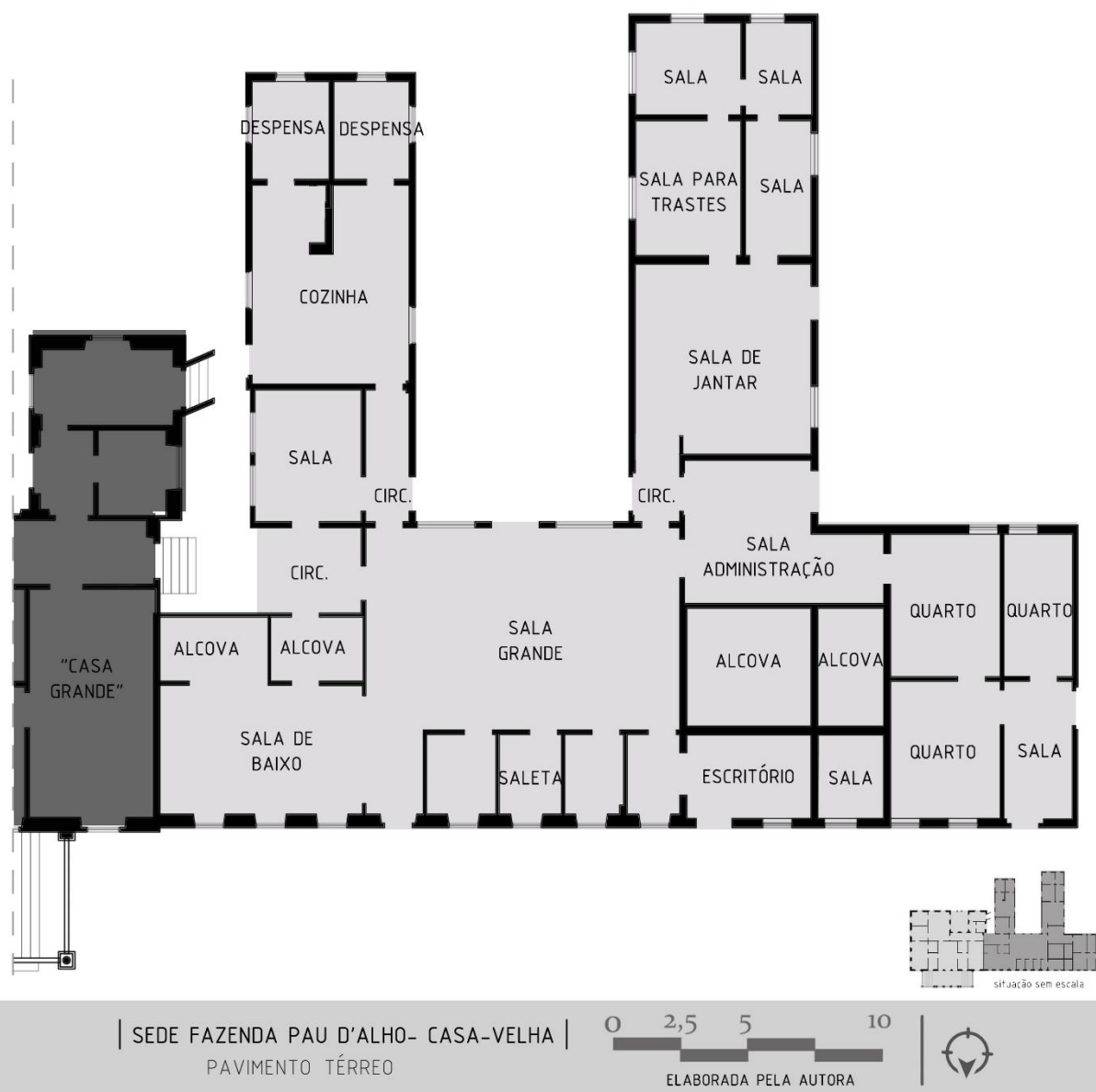


Figura 50. Hipótese de programa distributivo original da sede da fazenda Pau d'Alho, "casa-velha", pavimento térreo. Fonte: CMU,186; 1893; CONDEPHAAT e Mendonça (2010).

Os bens avaliados na fazenda Pau d'Alho em 1894 eram compostos, além de objetos e pertences, pelos semoventes: animais de trole, animais de carroça, bois de guia, bois de pasto, bois de coice, vacas de leite, touros, porcos, carneiros, cabras e cavalos (CMU, 1894, pp. 63-68v). O conjunto da fazenda Pau d'Alho contava com ferramentas e trastes, como dois carros com caixões novos e dois carros com caixões velhos, uma carroça com caixão, uma carretela, uma carroça de quatro rodas, dois carros quadrados, três carrocinhas, um carretão, três troles arreadas e um trole usado (CMU, 1894, p. 68v). Quanto às benfeitorias, foram avaliadas em 1894: 13 casas construídas de taipa para

colonos, sete casas modernas ditas de madeira para colonos, dez casas de tijolos para colonos, uma capela para colonos, quatro casas na “chacrinha”, seis casas de madeira para colonos.

A descrição completa do bem de raiz compreendia a casa nova de morada, casa de máquinas e maquinário completo para beneficiar café, casa de enfermaria e farmácia, casa de administração, moinho, engenho, estrabarias, casa para guardar tijolo e coisas, serra de água, terreiro ladrilhado, casas para empregados, mangueiras, pomar, curral, e muitas outras benfeitorias existentes na fazenda, avaliadas em 397\$000:000 (trezentos e noventa e sete contos de réis). A fazenda contava com quatrocentos alqueires mais ou menos, divisando com terras de d. Isabel de Souza Queiroz, Bárbara de Oliveira, do barão Geraldo de Rezende, da baronesa de Limeira, de Ignácio Ferreira de Camargo, de Álvaro Xavier de Camargo Andrade e com terras da fazenda Santa Maria, que também pertenciam a Manoel Carlos Aranha (CMU,1894, pp. 68v-70v).

Com relação às reformas feitas na sede da fazenda Pau d’Alho, possivelmente pelo engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo, a pesquisa histórica elaborada por Zákia (CONDEPACC, 2004) traz que, originalmente, o conjunto arquitetônico contava com “uma estrutura de madeira formando uma gaiola e cujas vedações foram preenchidas pela taipa de mão, assentadas sobre uma fundação de pedra”, conforme observado na figura 51. Essa parte da sede foi toda reconstruída e ampliada na reforma, sendo toda “encamisada” por alvenaria de tijolos (tijolos, segundo consta, produzidos na própria fazenda e que portam a insígnia “B.A”, de barão de Anhumas (Zákia *in* CONDEPAAC, 2004, p. 20).



Figura 51. Sede da fazenda Pau d'Alho, localizada em Campinas. Fonte: Silvia Zákia in CONDEPACC, 2004. Disponível em: <https://encurtador.com.br/koABQ>. Acesso em nov. 2023.

Com a reforma, a “casa grande” (CMU, 1984) ganhou um alpendre neoclássico, sustentado por seis colunas, as envasaduras do corpo da residência foram encimadas por arcos-pletos e o embasamento recebeu bossagens. Na mesma medida, os cunhais ganharam destaque com molduras e bossagens que se repetem ao longo de toda a sede. Sobre os cunhais, ao longo do entablamento do edifício, encontram-se outros ornatos neoclássicos, como um par de triglífos (Zákia in CONDEPAAC, 2004, p. 20).

As reformas da fazenda Pau d'Alho ocorreram entre os anos de 1879 e 1886, período em que Ramos de Azevedo concentrou suas atividades na cidade de Campinas. Em vista disso, as características ditas como “modernizantes” da reforma, como o “encamisamento” das taipas das paredes externas com alvenaria de tijolos, a inclusão do alpendre e a adição de uma simetria e de ornatos à fachada evidenciaram os usos de elementos ao “gosto eclético” de Ramos de Azevedo” (Zákia in CONDEPAAC, 2004, p. 22).

5.2 A anatomia dos espaços de morar no meio periurbano e urbano: as casas de chácara e os palacetes urbanos da família Souza Aranha

A elite senhorial de Campinas se auto reconhecia e era reconhecida pela comunidade, procurando viver como tal no relacionamento social, procurando, portanto, corresponder à titulação (Lapa, 1995, p. 106).

No começo do ciclo do café, a arquitetura das casas ricas urbanas foi aquela ainda comprometida com as soluções pombalinas, aliadas a critérios de composição próprios do neoclássico. Foi uma fatal aliança de estilos, por acaso possibilitada pelos precários recursos técnico-construtivos ainda vigentes, pois a taipa de pilão com as suas limitações não permitia devaneios arquitetônicos, nada além daquilo que sabiam e estavam a fazer. Bem ultrapassada, na segunda metade do século XIX surgiram as novas possibilidades construtivas e a elas foi atrelado o ecletismo. Com o novo estilo, despontaram os tão decantados palacetes dos barões do café (Lemos, 1999, p. 184).

Mediante a presença de engenheiros-arquitetos como Ramos de Azevedo e, sobretudo, devido ao emprego dos conhecimentos e técnicas de arquitetos anônimos e práticos licenciados, muitos deles imigrantes, Campinas, a partir do último quartel do século XIX, presenciou a expansão de sua área central, cada vez mais preenchida pela arquitetura neoclássica e eclética com raízes europeias. Isso era percebido em construções menores, como residências mais simples ou monumentos, ou em obras maiores, como templos religiosos, edifícios públicos, ou palacetes ligados à elite senhorial. Segundo Araújo (2020, pp.01-02), essas transformações, ocorridas pela industrialização da cidade, promoveram mudanças significativas no desenho urbano de Campinas, além de demarcar um processo histórico-cultural importante na formação da identidade local.

Na cidade, começaram a multiplicar-se os exemplares mais acabados do refinamento cultural, do conforto e da ostentação com que a aristocracia se urbaniza e se modernizou (Lapa, 1995, p. 104). Campinas vinha de uma incipiente modernização graças ao êxito da lavoura canavieira, mas as mudanças arquitetônicas e decorativas das residências do período cafeeiro foram evidentes. (Abrahão, 2010, p. 95). Nesse ponto, a família Souza Aranha passou a multiplicar os exemplares urbanos situados em Campinas como necessidade e prática comum de afirmação dos costumes sociais modernos. Analisa-se, portanto, sob um certo ineditismo, determinadas residências urbanas e propriedades periurbanas pertencentes à

família Souza Aranha, com o intuito de avançar nos estudos da arquitetura local e situá-la em um quadro mais amplo da produção brasileira.

5.2.1 A residência urbana de Manoel Carlos Aranha: a casa da rua do Rosário

A Gazeta de Campinas, informou, em 1871, a chegada recente de um médico à Campinas:

MÉDICO - O dr. Oliveira Santos, a pouco chegado do Rio de Janeiro, pretendendo demorar-se por alguns tempos nesta cidade, atende aos chamados das pessoas que o quiserem honrar com sua confiança. Reside na rua do Rosário, próximo ao largo da Matriz Nova, casa do sr. Comendador Manoel Carlos Aranha (A GAZETA DE CAMPINAS, 1871, p. 03 - grifo da autora).

A notícia revelava, portanto, que o imóvel da rua do Rosário era a residência de Manoel Carlos Aranha. No inventário de Anna Thereza de Souza Aranha, de 1865, foi declarado por Manoel Carlos Aranha que: “[...] existem bens na cidade que tão bem devem ser avaliados [...]” (CMU, 1865, pp. 61v-66).

Entre os “bens ditos na cidade”, encontrava-se a “casa da residência do inventariante Manoel Carlos Aranha na Rua do Rosário”, na qual foram avaliados joias, prataria, trastes e móveis, armas de fogo e 15 escravizados, que serviam ao uso da residência (Menegaldo, Pereira, 2022, p. 527):

Uma morada de casas, dita na rua do Rosário divisando do lado de baixo com os herdeiros de José de Souza Campos e do lado de cima com um terreno que vai fazer canto na rua do Pórtico **e pelo fundo divide com a casa onde mora o sócio Joaquim Policarpo Aranha, cujo quintal se acha ainda em comum para ser dividido na altura onde passa o poço d’água que ficara pertencendo a ambas as casas, e com um portão de um lado, fechando com cerca no quintal**, avaliada por dezoito contos de réis (CMU, 1865, p. 66v-67 - grifo da autora).

Ainda que não conste a numeração do imóvel no inventário de Anna Thereza de Souza Aranha (CMU, 1865), pela interpretação realizada nesta investigação, a residência acima declarada estava implantada em um lote que ocupava as duas testadas do quarteirão, ou seja, possuía frente para a rua do Rosário e fundos que se abriam para a rua Direita, onde situava-se uma casa de Joaquim Policarpo Aranha. O quintal de ambas

as casas era compartilhado, e havia um poço que servia para o abastecimento das duas residências. Dessa forma, Joaquim Policarpo Aranha morou na residência situada aos fundos daquela de Manoel Carlos Aranha até 1865. Ao final do inventário, com a partilha dos bens, quando a sociedade entre os irmãos é extinta, “a casa situada na rua do Rosário com tudo que nela existe, repartindo-se a prata que nela foi avaliada” passa a pertencer unicamente a Manoel Carlos Aranha (CMU, 1865, p. 81v-82).



Figura 52. Fotografia da cidade de Campinas ao final do século XIX (sem data específica). Em vermelho, do lado esquerdo, destaque ao sobrado de Manoel Carlos Aranha. Fonte: Campinas de Antigamente, disponível em: <https://bit.ly/3yOnG1D>. Acesso em jul. 2022.

O terreno na rua do Rosário, pertencente a Manoel Carlos Aranha a partir da 1865, sugere uma hipótese interessante quanto à sua origem: a de que fazia parte do espólio deixado a Joaquim Policarpo Aranha e Manoel Carlos Aranha por parte de seu suposto pai, José Francisco Aranha Barreto de Camargo, falecido em 1839.

No inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo foram descritos e avaliados imóveis situados junto ao “bairro da vila” de São Carlos: “[...]umas moradas de casas de sobrado com quintal ditas atrás da matriz nova avaliadas pela quantia de três contos de reis.”⁴⁵¹ (CMU, 1839, p.45v.) além de “[...] **um terreno no pátio do Rosário de rua a rua, visto e avaliado pela quantia de oitocentos mil reis**” (CMU, 1839, p. 46. -

⁴⁵¹ A descrição de casas de sobrado condizia com a localização da antiga rua das Flores, posteriormente nomeada como rua do Rosário e atual av. Francisco Glicério.

grifo da autora). Como as descrições trazidas no auto de avaliação do inventário referente a estes imóveis urbanos não revelam detalhes do emplacamento (numeração) dessas propriedades, identificá-los com precisão é uma tarefa árdua (Menegaldo, Pereira, 2022, p. 525). Contudo, em 1829, José Francisco Aranha Barreto adquiriu uma carta de Data de Terras, mediante concessão junto à Câmara, solicitando um terreno de seis braças de frente e 16 de fundo “que vai do Carmo para Campinas Velhas⁴⁵²”. Conforme documento, tratava-se de terras devolutas. José Francisco Aranha Barreto de Camargo justificou sua solicitação alegando fazer “sua morada de casas” (CAMPINAS, reg. nº27/094, 1829, p. 58).

A localização “Carmo” dizia respeito ao entorno do largo do Carmo, local onde se localizava a matriz velha – igreja de nossa senhora do Carmo – e o sentido “Campinas Velhas” era o que levava ao bairro das Campinas Velhas, próximo à região do cruzamento entre as atuais avenidas Moraes Sales e José de Souza Campos (conhecida como Norte-Sul). A partir dessas premissas, é possível interpretar que a Data de Terras concedida à José Francisco Aranha Barreto de Camargo em 1829 era o mesmo terreno avaliado em seu inventário em 1839, possuindo uma de suas testadas voltada à rua Direita.⁴⁵³

⁴⁵² Silva (2012) traz que a concessão fundiária através das Cartas de Data de Terra era uma forma de adquirir um lote de terreno junto ao rossio da vila.

⁴⁵³ Segundo transcrição feita por Correa (2019, p. 274), a rua entre a matriz velha e a casa do capitão Francisco José de Camargo era a rua direita. Como já observado, é comum haver variação na escrita dos nomes, bem como omissão de determinados sobrenomes nos documentos, muito provavelmente, tratava-se de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, o padre Aranha.

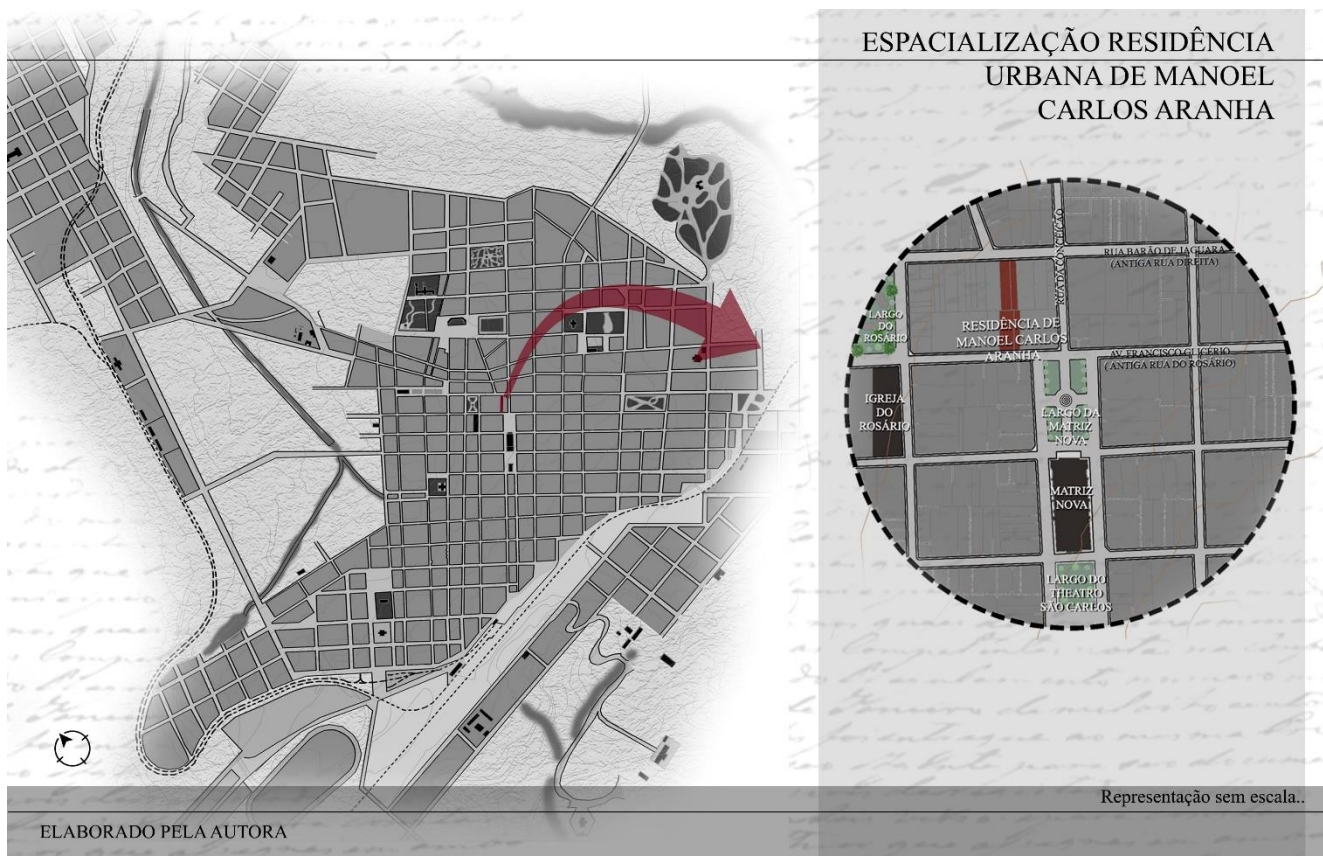


Figura 53. Implantação da residência urbana de Manoel Carlos Aranha, situada na frente do largo da matriz nova.

A residência avaliada no inventário de Anna Thereza de Souza Aranha, dita como uma casa na rua Direita, possuía joias, como um adereço velho contendo colar, brincos, alfinetes, um par de pulseiras de ouro, um relicário de ouro, uma cruz de ouro, um alfinete de peito para senhora, um colar de corais com cadeado de ouro, uma pulseira de ouro, um alfinete de brilhantes, um par de brincos de brilhantes, um par de brincos de ouro, um outro par de brincos pequenos de brilhantes e um velho broche de ouro (CMU, 1865, pp. 67-67v).

Outros objetos de valor atribuídos à essa residência foram descritos e avaliados como itens em prata: um par de candelabros de prata grandes, dois pares de castiçais, uma escrivaninha velha em prata, uma salva oval de prata, uma salva de prata nova, duas pequenas bandejas, um paliteiro, um par de chaleiras e um par de esporas quebradas (CMU, 1865, pp. 67v-68). Duas bacias de cobre e um tacho de cobre também faziam parte dos pertences da residência. Cultivar a sociabilidade era um “investimento” que, ao mesmo tempo em que reforçava antigos laços sociais, possibilitava a criação de novas oportunidades. Em vista disso, a análise dos fragmentos da cultura material ligados às práticas alimentares das famílias, como serviços de jantar,

chá e café, pratos e salvas, permitiu que fossem apreendidos os possíveis significados desses objetos, incorporados avidamente pela sociedade à sua vida cotidiana, indicando os modos de viver (Abrahão, 2010, p. 150).

A descrição da mobília não dá indícios de como era o programa funcional da residência, sequer da quantidade de cômodos que possuía, entretanto os detalhes atribuídos aos itens reforçam a condição social da família residente. Foi iniciada a avaliação por uma mesa usada, com tampo de mármore, quatro mesinhas com tampo de mármore, 23 cadeiras de palhinha e seis cadeiras finas de braço (CMU, 1865, pp. 68-68v), indicando se tratar, pelo caráter da mobília, provavelmente da descrição de uma sala de jantar.

Segundo Abrahão (2010, pp. 151-152), a sala de jantar era um espaço de exibição predominantemente masculino, onde eram expostas as alfaias da família, ou seja, os símbolos de prestígio e superioridade social. O senhor da casa comandava os jantares e os negócios, ambos destinados ao estreitamento de vínculos e alianças. Contudo, o requinte desse ambiente, detalhado por objetos de adorno e serviço de louça, ligava-se também ao universo feminino, refletindo a personalidade da proprietária. A elegância na escolha da mobília, dos objetos e o esmero evidenciavam o cuidado neste ambiente de exposição social familiar.

Na mesma medida, um sofá fino, um espelho grande, oito moringas de vidro bordadas, três vasos de porcelana, uma cama francesa, uma outra cama francesa e um cabide foram avaliados em seguida, sugerindo a presença de um quarto de dormir ou de alcovas. Com base na descrição e análise de outros inventários em meio a esta pesquisa, é mais provável se tratar de dormitórios dos residentes, pois as alcovas possuíam mobílias mais simples e geralmente camas de “armar”. Em contrapartida, Abrahão (2010, p. 121) aponta que a alcova, além de ser o cômodo destinado ao descanso e à reclusão, possuía seu requinte dependente do poder aquisitivo da família.

Foram descritas uma mesa redonda envernizada, três caçarolas grandes, 24 cadeiras de assento de palhinha e quatro cadeiras de braços que, possivelmente, indicavam a presença de outra sala junto ao programa da casa (CMU, 1865, p. 68v). Um sofá, um espelho grande de parede, dez moringas de vidros lisas, dois marquesões com duas gavetas, uma mesa de jantar, uma mesa ordinária, uma marquesa de palhinha, uma mesinha ordinária (CMU, 1865, p. 69) demonstravam a existência de um cômodo com mais requinte e conforto, uma provável sala de estar ou sala de visitas que possuía uma alcova, sendo avaliados um lavatório com tampo de mármore, um aparador velho

e ordinário, uma cama ordinária e uma marquesa grande e quebrada, sem valor, além de duas marquesas pequenas de tábuas (CMU, 1865, p. 69v). De acordo com o jornal local, Manoel Carlos Aranha era residente na rua do Rosário, próximo ao Largo da Matriz Nova” (A GAZETA DE CAMPINAS, 1871, p.04). Tratava-se da principal residência urbana de Manoel Carlos Aranha, onde passou a residir com sua segunda esposa e filhos (Menegaldo, Pereira, 2022, p. 529).

Em 1883, um dos filhos de Manoel Carlos Aranha e Anna Thereza de Souza Aranha, Urbano Sabino de Souza Aranha, retornou ao Brasil:

CAMPINAS - Anteontem chegara aquela cidade o sr. dr. Urbano Sabino de Souza Aranha, filho do sr. comendador Manoel Carlos Aranha. O dr. Urbano formou-se em engenharia, em Bruxelas, e há nove anos achava-se ausente (PAULISTANO, 1883, ed. 07889, p. 01).

Possivelmente, Urbano Sabino de Souza Aranha ficou hospedado na casa de seu pai, a residência da rua do Rosário, onde, no ano seguinte, se casou com Escolástica de Salles Queiroz:

Realizou-se, às 18 horas do corrente (domingo, dia 22 de junho de 1884), em oratório particular, **o consórcio do sr. dr. Urbano Sabino de Souza Aranha, com a exma. sra. D. Escolástica de Salles Queiroz**, filha do sr. tenente-coronel Manoel Elpídio Pereira de Queiroz. Foram testemunhas: da noiva o sr. Luiz José Pereira de Queiroz e a exma. sra. d. Brandina de Queiroz Aranha; do noivo o sr. barão de Itapura e sr. dr. Carlos Noberto de Souza Aranha. **O ato religioso, celebrado pelo reverendo sr. vigário Souza e Oliveira, deu-se no elegante palacete do sr. comendador Manoel Carlos Aranha, pai do noivo**, achando-se presente um extraordinário número de pessoas (PAULISTANO, 1884, ed. 08353, p. 01 - grifo da autora).

O auto de avaliação do inventário de Manoel Carlos Aranha de 1894 contém a descrição e avaliação de uma “casa da cidade”. Trata-se da mesma residência situada na rua do Rosário, já anteriormente avaliada no inventário de Anna Thereza, em 1865. Em 1894, competia a este imóvel a seguinte descrição: pela casa da rua Francisco Glicério (antiga rua do Rosário), de número 39, e terreno anexo divisando ao lado direito com a casa da herança de número 37, ao lado esquerdo com terrenos da herança, anexo ao número 41 e pelos fundos com o quintal da casa da herança.⁴⁵⁴

⁴⁵⁴ CMU, 1894, p. 38v.

Diferentemente da avaliação realizada em 1865, o inventário de Manoel Carlos Aranha apresentava uma descrição mais detalhada dessa residência, que se inicia pela descrição do escritório, que possuía uma escrivaninha, um armarinho para guardar papéis, duas cadeiras e três quadros ordinários (CMU, 1894, p. 34v). Sem dúvida, esses ambientes eram destinados às tratativas e aos negócios de Manoel Carlos Aranha. O escritório era um reduto masculino, um refúgio dos donos da casa. Normalmente localizava-se na parte frontal da casa, acentuando sua ligação com o ambiente externo. Essa disposição evitava que pessoas estranhas circulassem por áreas privadas da residência. Em seus escritórios, os proprietários recebiam amigos, faziam negócios e lidavam com tratativas (Abrahão, 2010, pp. 122-123). Próximo ao escritório, existia um “quarto do escritório” com duas camas, sendo uma com colchão, uma cruzinha, um jarro e uma bacia (CMU, 1894, p. 34v). Esse quarto poderia ser uma antiga alcova destinada a hospedar viajantes a negócio e amigos da família.

A sala do “raio” possuía uma mobília completa composta de um sofá, uma mesa de centro, quatro aparadores, 24 cadeiras simples e seis de braços, um espelho grande estragado, um par de escarradeiras e três vasos ordinários⁴⁵⁵ (CMU, 1894, p. 34v). A seguir, o quarto da sala possuía uma marquesa de couro, e o quarto do armário contava com duas mesas velhas, uma cadeira de pau e um banco escada (CMU, 1894, p. 35). A sala de jantar contava com uma mesa de jantar elástica, dois guarda-louças, três aparadores, três aparadores “iguais em São Paulo”, uma mesa redonda, um relógio de caixa, um esguicho, oito quadros, um espelho, um cabide para guarda-chuvas, uma mobília austríaca composta de um sofá, dez cadeiras simples, duas de braços e uma de balanço, além de duas cadeiras de balanço “em São Paulo⁴⁵⁶” (CMU, 1894, pp. 35-35v).

A sala do tapete possuía dois quadros grandes, um espelho, três pares de vasos e um par de escarradeiras, e o quarto desta sala contava com uma marquesa e um colchão, uma cama francesa com um colchão para solteiro, um lavatório com pertences, um criado-mudo, um cabide, duas cadeiras de braço, dez cadeiras “em São Paulo”, dois lavatórios “em São Paulo”, dois criados-mudos “em São Paulo” e uma cama francesa de solteiro “em São Paulo” (CMU, 1894, pp. 35-35v). Um quarto de vestir possuía uma boa escrivaninha, um guarda-casaco, uma mesa, um lavatório com pertences, um armarinho tipo botica e uma cadeira de calçar, e o quarto de dormir possuía uma cama para

⁴⁵⁵ Possivelmente o “raio” referia-se a alguma ornamentação do ambiente, um afresco, ou algum trabalho de entalhe no piso.

⁴⁵⁶ A expressão refere-se à residência situada na chácara no Largo de São Paulo, situada na cidade de Campinas.

casados, um criado-mudo, uma marquesa com colchão, uma cômoda, um guarda-roupa grande e uma escrivaninha redonda.

A casa contava como uma alcova da varanda que possuía uma mesinha e um quarto de criados com uma cama ordinária e colchão e diversas peças de lavatórios, além de um quarto, dito da “casa velha”, com cabide e uma caixa grande, e uma “casinha” com bacia grande, uma escada de abrir e um banco velho (CMU, 1894, p. 36v-37).

5.2.2 A residência periurbana de Manoel Carlos Aranha: a chácara do largo São Paulo

A opção por morar em chácaras foi adotada como condição da elite senhorial de Campinas, sendo observado o surgimento dessa tipologia com mais frequência a partir da segunda metade do século XIX, conforme explanado no capítulo 2 deste trabalho. Em vista disso, as chácaras possuíam dimensões variadas, desde as mais compactas até as mais extensas e, a partir de seus limites, as terras eram contíguas a outras propriedades rurais, como fazendas e sítios, destinadas à produção agrícola⁴⁵⁷, atestando, portanto, a hipótese de um “cinturão” periurbano (Homem, 1996; Lapa, 1995).

É relevante ressaltar que um outro tipo de habitação, herdada do período colonial e preservada no Império e mesmo na República, foi a chácara, localizada na periferia dos centros urbanos e muito utilizada pelos proprietários de casas urbanas, pois, denunciando no seu caráter rural e a precariedade das soluções das habitações urbanas, solucionava o maior problema existente nos sobrados da cidade: a falta de espaço em muitos quintais e a precariedade no abastecimento. Além da presença obrigatória dos veios d’água, nela existia o plantio de gêneros alimentícios, como arroz, feijão, milho, mandioca, acrescentando-se algumas culturas extensivas para troca ou venda dos excedentes, tais como o café, o chá ou a videira. Algumas contavam ainda com olarias, máquinas para beneficiamento dos produtos das lavouras, como o monjolo, a moenda

⁴⁵⁷ Reis Filho (1978, p. 28) discute que as chácaras, apresentavam, por definição, atributos que as situavam em um espaço periférico e, portanto, lindeiras aos núcleos urbanos. Sob certo aspecto, essa tipologia fundiária congrega benefícios que permitiam aos seus proprietários usufruírem tanto do âmbito rural quanto do universo urbano. Para Campinas, como já atentado em estudos anteriores, as chácaras representavam o patrimônio de famílias abastadas, sustentado pelas lavouras, e que garantem exclusividade e refinamento que a condição social exige.

e as prensas, bem como árvores frutíferas, armazéns, senzalas e capinzais para as mais diversas citações, chegando-se à conclusão de que muitas delas não passavam de quintais dos próprios sobrados⁴⁵⁸ (Tonon, 2003, p. 89).

Trazendo esta discussão para o estudo de caso referente à família Souza Aranha, observa-se que a opção por morar em uma chácara foi uma escolha recorrente. Em Campinas, Joaquim Policarpo Aranha possuía, a partir de 1869, uma chácara denominada Itapura, enquanto Manoel Carlos Aranha, no final do século XIX, adquiriu uma propriedade situada perto do “largo de São Paulo”, doravante denominada chácara. No ano corrente de 1888, este imóvel foi tributado em nome do comendador Manoel Carlos Aranha no valor anual de 2:100\$000 (dois contos e cem mil réis)⁴⁵⁹ (CMU, 1888, p. 07). Em 1894, este imóvel foi avaliado “na chácara de herança e residência da inventariante” (CMU, 1894, p. 24):

[...] pela **chácara da Praça de São Paulo, número um**, divisando pelas ruas Francisco Glicério (antiga rua do Rosário) e Barão de Jaguará (antiga rua Direita), com todas as dependências, inclusive a casa de fundos e com frente para a rua Jathay (atual rua Henrique de Barcellos), canto da rua Francisco Glicério com estrebaria etc., vista e avaliada pela quantia de duzentos contos de réis (CMU, 1894, pp. 38-38v - grifo da autora).

Tratava-se, portanto, de uma propriedade ladeada por ruas, onde a forma do terreno correspondia ao desenho de uma quadra (conforme se observa na figura 54). Esta hipótese se sustenta, uma vez que as referências de localização e de divisa são: três faces voltadas para ruas (Francisco Glicério, Barão de Jaguará e Jathay) e uma face provavelmente voltada para a praça/largo. Diferentemente da chácara Itapura, pertencente ao seu irmão Joaquim Policarpo Aranha, barão de Itapura, que possuía dimensões mais generosas e usos bem mais definidos⁴⁶⁰, a chácara de Manoel Carlos Aranha vai na vertente apontada por Cardoso de Mello (1985, p.59) de que, talvez, a característica mais importante da chácara como tipologia fundiária fosse sua serventia enquanto residência representativa da família aristocrática, afirmando então os recursos dos proprietários (Menegaldo, Pereira, 2022, pp. 531-532).

⁴⁵⁸ Segundo Tonon (2003, p. 89), a chácara da família Ferreira Penteados localizava-se no bairro do Bonfim.

⁴⁵⁹ CMU, Coletoria de Campinas, Imposto sobre Prédios, 1888-1889.

⁴⁶⁰ Conforme descrição do auto de avaliação do inventário *post mortem* de Libânia de Souza Aranha (esposa de Joaquim Policarpo Aranha e Baronesa de Itapura em consorte), de 1921, a chácara Itapura possuía benfeitorias, como pomares, casa grande, casas menores destinadas à enfermaria e uma coudelaria (CMU, 1921, pp. 41v-43).

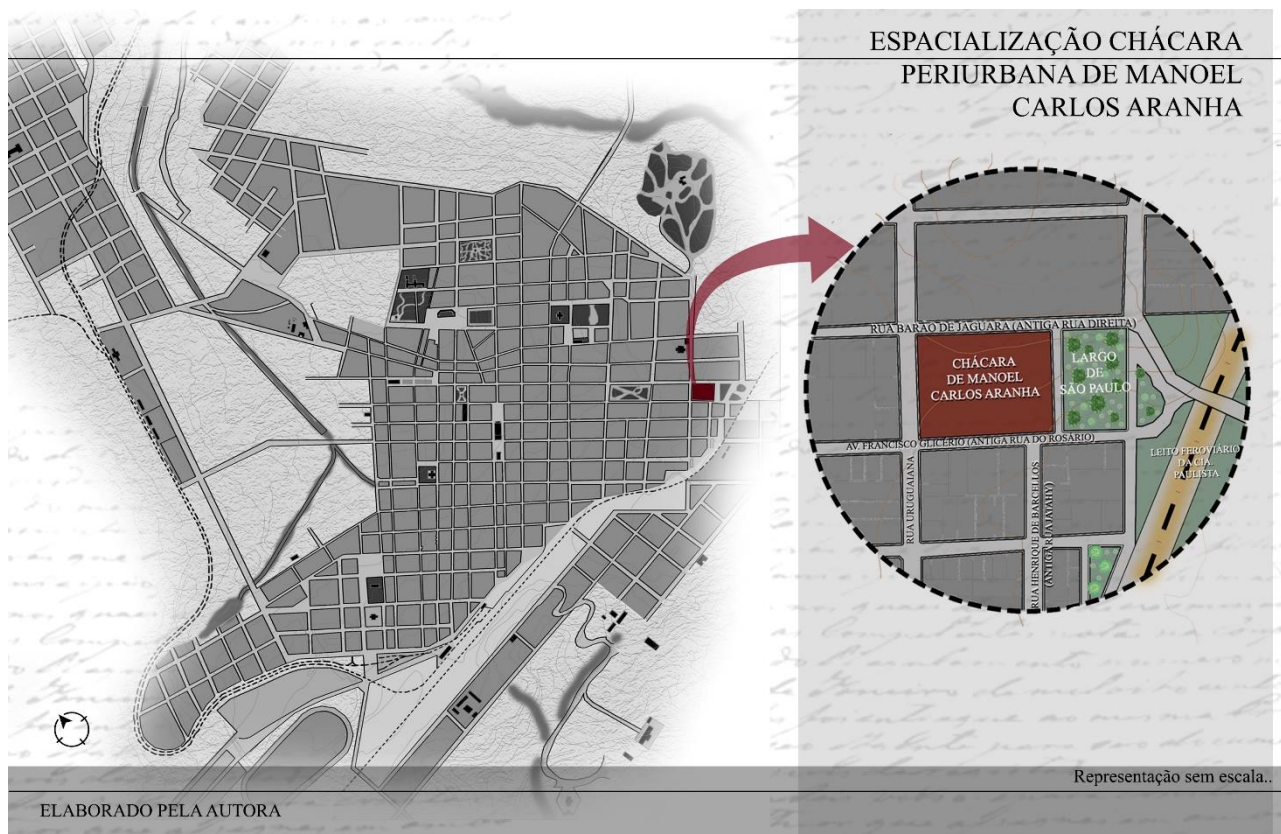


Figura 54. Implantação da chácara periurbana de Manoel Carlos Aranha, situada na frente do largo de São Paulo.

A chácara do largo São Paulo situava-se, da mesma forma que a chácara Itapura, junto ao espaço periurbano da cidade de Campinas, ou seja, em áreas para onde a expansão urbana estava sendo direcionada. Contudo, o que se observa é que, em 1894, nessa área da cidade já havia alguma infraestrutura que dava suporte à propriedade. A exemplo, em 1891, foi noticiada a intenção de se prolongar um ramal do bonde em Campinas. O prolongamento dessa linha, que passaria próximo à chácara de Manoel Carlos Aranha, tinha como objetivo atender à população residente na região da cidade próxima ao bairro do “Fundão”, perto do cemitério da Saudade e sentido da saída para a cidade de São Paulo (Menegaldo, Pereira, 2022, p. 532):

A Companhia Carris de Ferro Campineira projeta estender as suas linhas. O projeto é mais ou menos este: - Construir uma linha partindo em frente de O Grande Hotel Campineiro, com destino ao Fundão; **outra que partindo do Largo de São Paulo, próximo à chácara do sr. Manoel Carlos Aranha,** servirá aos moradores próximos ao Bosque dos Jequitibás e largo do Riachuelo e a outra finalmente que ligará o passeio

público com o bairro de Santa Cruz⁴⁶¹ (O CORREIO PAULISTANO, 1891, p. 01 - grifo da autora).

A implementação de uma nova linha de bonde, sem dúvida, representava melhorias urbanas para a população residente naquela região da cidade. Entretanto, a definição do traçado da linha próximo à chácara de Manoel Carlos Aranha era uma ação interessada, uma vez que ele era acionista e possuía títulos e investimentos na Companhia Campineira de Carris de Ferro⁴⁶² (CMU, 1894, p. 125). Todavia, ao observar a figura 54, é notável a proximidade de parte do ramal férreo da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em relação à chácara de Manoel Carlos Aranha, que possuía 200 ações investidas na Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais (CMU, 1894, p. 124).

Conforme investigou Ribeiro (2015, p. 36), diversificar a produção, os negócios e tornar-se “capitalista fazia parte da tradição da família Souza Aranha”. Era comum que fazendeiros e negociantes possuíssem suas residências no centro, situadas em local privilegiado, próximo dos seus negócios e da vida social. Todavia, poderiam conjuntamente possuir chácaras para negócios, que funcionavam como uma segunda moradia, em geral, elas eram isoladas, possibilitando uma certa privacidade (Araújo, 2006, p.184). Assim, a residência principal era a casa situada na rua do Rosário, em localização privilegiada, próxima do largo da matriz nova e favorável à vida social e aos negócios. Em consonância com a afirmação de Araújo (2006), Manoel Carlos Aranha possuía uma chácara retirada da área central da cidade, onde a privacidade e a afirmação da sua condição social eram anunciadas.

A tipologia da chácara de propriedade de Manoel Carlos Aranha reafirmava o substrato econômico de todos os processos, marcando a formação e o desenvolvimento de novos estilos de vida em Campinas no século XIX. A chácara, de forma concreta e espacial, projetava a racionalização que o processo de produção urbana exigia. Situando-se nos arredores do espaço urbano, a chácara reunia as vantagens dessa situação com as facilidades e a proximidade geográfica das atividades cotidianas do núcleo urbano.

⁴⁶¹ PAULISTANO, 1891. Ed. 10399, p. 01.

⁴⁶² Esta Companhia era responsável pelos serviços urbanos de transporte por meio de bondes, fundada em 1878. Os serviços foram concedidos pelo governo da Província de São Paulo por meio de uma concessão de 50 anos para exploração e ampliação das linhas de bondes de tração animal (Menegaldo, 2019). Em 1886, o Comendador Manoel Carlos Aranha já possuía cinco títulos de ações na Companhia Campineira de Carris de Ferro. (Barcellos *in* Almanaque, 1886 p. 71).

A chácara foi adquirida por Manoel Carlos Aranha no final do século XIX, possivelmente após 1883, uma vez que sua tributação passa a ser estimada a partir do ano corrente de 1888 (CMU, 1888). Em seu inventário, em 1894, foram avaliados, junto à chácara, ouro, brilhantes e prata como objetos de uso mais pessoal, revelando se tratar de uma segunda residência da família:

[...] uma cruz de brilhantes, um colar de pérolas “dados por ocasião do casamento” de Manoel Carlos Aranha e Brandina Augusta de Queiroz Aranha, além de um bracelete de brilhantes, uma figa de ouro, um alfinete de brilhantes, um par de brinco de brilhantes, um relógio com corrente de ouro, um anel de brilhantes, um par de brincos de brilhantes, um alfinete de brilhantes, uma pulseira de brilhantes, um par de brinco de brilhantes “em uso da inventariante”, um anel de ouro “que foi da mãe da inventariante⁴⁶³”, um anel de ouro “em uso da inventariante”, uma corrente com cruz e medalha de santa Luzia em ouro, uma corrente de relógio, diversas peças de ouro, por uma pulseira de “uso da inventariante”, uma testeira com alfinetes, além de um par de brincos, um colar de ouro velho e um par de pulseiras, uma por caixa de ouro, outra caixa de ouro redonda, um anel de ouro, uma caixa de tartaruga, uma caixa de prata dourada, duas caixas pequenas de prata, duas abotoaduras de prata, um par de brincos de ouro ordinário e uma lapiseira de ouro [...] (CMU, 1894, pp. 25-26v).

A prataria de uso comum da residência compreendia: um serviço completo de chá de prata, um jarro e uma bacia de prata, uma doceira, uma vasilha, um copo de prata, um paliteiro, duas escrivaninhas de prata, três terços de contas grandes, uma salva de pé de prata, um par de farinheiras, um par de candelabros de seis luzes, um par de serpenteiras de 13 luzes, oito pares de castiçais de prata, um castiçal pequeno de prata, três pares de tesouras de prata, um par de estribos de prata, duas facas e bainhas, um faqueiro francês de prata faltando quatro colherinhas, um faqueiro de cabo pardo (constando de 24 facas, 24 garfos, um par de colheres de sopa, uma de arroz, 15 colheres, 19 colherinhas e uma concha para açúcar), uma colher de tirar sopa e uma de arroz, um faqueiro com cabo trabalhado (de 24 garfos e 24 facas, 23 colheres, duas colheres para arroz, duas para sopa, duas de peixe, duas conchas para açúcar, 14 colherinhas e um garfo), 18 colherinhas de açúcar, um crucifixo de prata e três bengalas com castão de prata. Ademais, a chácara contava com um aparelho de chá, um porta-pães e um licoreiro de cristais (CMU, 1894, pp. 26v-29).

⁴⁶³ Brandina Augusta de Souza Queiroz era filha de José Pereira de Queiroz e Escolástica Saturnina de Moraes Jordão.

A descrição dos objetos de uso pessoal da família residente na chácara revelava o cuidado com o luxo e o bem-estar, a fim de individualizar e expressar o êxito econômico, o gosto e as preferências culturais dos proprietários, atuando como “cartão de visitas” da família (Homem, 1996, p.18). Assim sendo, pela descrição dos itens existentes na residência da chácara, se comparados aos da residência da rua do Rosário, demonstrava-se um maior requinte e um maior esmero nos detalhes declarados referentes aos objetos da chácara. O estilo arquitetônico e a decoração interna deveriam sugerir o poder econômico, o gosto, o grau de ilustração e o cosmopolitismo dos proprietários, ao mesmo tempo que proporcionariam as condições necessárias ao seu isolamento (Homem, 1996, p. 29).

Essa residência, situada aos moldes de chácara, possuía certa autonomia em relação àquela situada na rua do Rosário, uma vez que foi construída “à maneira” do proprietário: a casa burguesa tornou-se a expressão da individualidade do proprietário que, doravante, passou a conquistar “por si mesmo” (Homem, 1996, p. 27). Em outras palavras, esse imóvel foi adquirido por Manoel Carlos Aranha e não herdado. Não obstante, a casa situada na rua do Rosário era um imóvel onde prevalecia “a mera sucessão de espaços sem outra utilidade que a de mostrar os troféus e as façanhas dos nobres de uma família”. Assim, os sobrados que não dispusessem de quintais amplos, apoiavam-se nas chácaras. Pensando sob essa ótica, a residência da rua do Rosário era um sobrado sem corredores laterais, que seguia a lógica dos lotes coloniais e que, portanto, de certa maneira “limitava” as possibilidades construtivas e de uso. Outros aspectos considerados por Homem (1996, p. 39), e que se aplicam à realidade da cidade de Campinas, abarcam a precariedade no fornecimento de água e na evasão de dejetos, o que, no caso da chácara, era facilmente resolvido mediante a existência de poços e cursos d’água na propriedade.

A avaliação dessa residência, sediada na chácara do largo São Paulo, foi iniciada através das descrições dos móveis situados na “sala de entrada”, sendo dois portamantos com espelhos e uma mobília completa composta por um sofá, dois marqueses, seis cadeiras simples e duas de braços (CMU, 1894, p. 29v), de maneira coerente com os programas distributivos de palácios e exemplares do século XIX. Na sequência, procedeu-se a avaliação de um “quarto de papel de parede vermelho” que possuía um criado-mudo, uma cama de solteiro e pertences, além de um lavatório e pertences, e seguidamente, outro “quarto de papel de parede azul” que possuía uma cama francesa para casados com os pertences, um criado-mudo e um lavatório com pertences (CMU, 1894, p. 29v). Pela descrição, é perceptível que se tratava, provavelmente, dos quartos

dos filhos e, segundo Homem (1996, p. 57), naquela época era comum decorar com distintos objetos, aliados aos tecidos, utilizando, por exemplo, cores diferentes: “entrando na moda” a sala azul, a saleta verde, o salão vermelho etc.

O salão possuía uma mobília completa com um sofá, quatro marquesas, quatro cadeiras de braços, 12 cadeiras, duas jardineiras, um espelho oval, um par de quadros oleográficos, dois pares de vasos, duas escarradeiras e duas almofadas (CMU, 1894, p. 30). Nas palavras de Homem (1996, p. 56), em matéria de utensílios domésticos, com o processo de industrialização, passou a ser comum, nos interiores senhoriais, haver móveis estofados e franceses e tampos de mármore; as escarradeiras invadiram os quartos e as salas; multiplicaram-se as cortinas, os estofados, tapetes, vidros, cristais, porcelanas, espelhos, quadros e prataria. Denominado como “quarto do salão”, havia um lavatório e pertences, duas mesas isoladas, um canapé, uma cama de casados “vinda da casa de São Paulo” e uma capela (CMU, 1894, p. 30v). Por ser uma residência construída ao final do século XIX, as alcovas não faziam parte do programa distributivo, embora a função do “quarto do salão” não se distanciasse da ideia do acolhimento pretendido com as alcovas, sendo que a ventilação e a salubridade dos cômodos já balizavam as construções.

A sala do piano contava com uma mobília com um sofá, duas cadeiras de braço, 12 cadeiras simples, duas marquesas, um piano velho e baixo, uma estante de vime, um par de escarradeiras, um tapete e um espelho oval (CMU, 1894, p. 30v). A sala de jantar contava com uma mesa elástica de jantar, dois *tagéres*, um par de quadros oleográficos, um aparador de carvalho, um relógio de carvalho, uma mobília com sofá, duas cadeiras de braço, quatro cadeiras de balanço, 18 cadeiras simples, dois marqueses, dois pares de vãos, um espelho oval, um par de escarradeiras, um pequeno lavatório de bronze, um par de vasos para plantas e um porão cheio de pertences (CMU, 1894, p. 31). Conforme aponta Lemos (1999, p. 208), a sala de jantar representava o maior e, talvez, mais importante aposento da casa, pois esse ambiente carregava o simbolismo familiar.

Na sequência, avaliou-se a mobília referente ao “quarto de dona Anna”, tratando-se da filha de Manoel Carlos Aranha e Brandina Augusta de Queiroz Aranha, Anna Blandina de Queiroz Aranha, que possuía uma cama para casados, um criado-mudo, uma cômoda, um armário e dois aparadores austríacos⁴⁶⁴ (CMU, 1894, pp. 31-

⁴⁶⁴ Conforme ação testamentária de Manoel Carlos Aranha e Brandina Augusta de Queiroz Aranha, elaborada em 1894, disse o comendador na abertura do processo: “[...] Tenho de meu primeiro consórcio cinco filhos: Maria de Souza Aranha (casada com José Francisco Barbosa Aranha), Carlos Noberto de Souza Aranha (casado com sua prima Escolástica de Souza Aranha), Urbano Sabino de Souza Aranha

31v). O quarto do casal (Manoel e Brandina) possuía uma mobília composta por uma cama e pertences, dois criados-mudos, um lavatório, um guarda-vestidos, uma cômoda, uma capela, duas poltronas de couro, uma cadeira descalçadora, uma cômoda grande, uma papelreira e um armário do tipo “botica” (CMU, 1894, p. 31v). O quarto “com papel de parede cor-de-rosa” possuía uma cama francesa para solteiro com pertences, três malas de viagem, uma cômoda de duas gavetas, um guarda-roupas e um *bidet* (CMU, 1894, p. 32).

A seguir, foi descrito um “quarto da escada” que possuía um filtro, uma cruzinha ordinária, uma cesta, uma canastra de louça e um armário velho (CMU, 1894, p. 31). Uma segunda varanda possuía uma mesa elástica de jantar de carvalho, oito cadeiras de carvalho, um buffet de carvalho, um *tagére*, outro *tagére* “que está em São Paulo”, um guarda-comida e um relógio pequeno de parede (CMU, 1894, p. 32v). Seguramente, pela mobília da “varanda”, tratava-se de mais uma sala de jantar, doravante denominada como varanda. Conforme Lemos (1999, p. 77), a expressão “varanda”, a partir do século XVIII, poderia conotar, no linguajar comum, uma sala de jantar, tanto em exemplares rurais como nas casas urbanas.

A residência não contava com instalações sanitárias como parte do programa de necessidades, uma vez que foi construída em momento anterior à introdução de rede água encanada e esgotos na cidade. A higiene pessoal, componente defendido pelo ideário do estrato senhorial, incluía o asseio como procedimento diário. Dada a inexistência de vasos sanitários e pias embutidas antes da introdução da rede de esgotos, é possível que o cômodo como banheiro ou *toilette* moderno tenha aparecido apenas quando a rede de água e esgoto alcançou as residências (Lapa, 1995, p. 187). Nesse ponto, na chácara do largo São Paulo, existia a dependência da “casinha”, que possuía uma latrina, uma mesa de mármore, um armário com portas de vidro, uma prateleira e uma escada de madeira (CMU, 1894, p. 32v).

O cômodo destinado ao escritório possuía uma escrivaninha, um banco velho, quatro cadeiras, uma prensa e havia um “quarto unido ao escritório” que contava com uma cama e pertences, um lavatório com jarro e bacia e uma mesinha com duas gavetas (CMU, 1894, p. 33). O *status* do trabalho masculino no âmbito familiar era revelado pela

(casado com Escolástica de Salles Pereira de Queiroz), Pedro de Alcântara de Souza Aranha (casado com Isabel de Carvalho) e Joaquim Antônio de Souza Aranha [...] e do segundo consórcio tenho três filhos: José de Queiroz Aranha (casado com sua prima Maria Egídia de Souza Aranha), Luiz Augusto de Queiroz Aranha (casado com Marina da Silva Prado) e Anna Blandina de Queiroz Aranha (casada com dr. José Estanislau de Oliveira)” (CMU, 1894, p.02).

existência dos gabinetes (ou escritórios) tantas vezes assimilados e reproduzidos nas habitações, no agenciamento da casa (Almeida *in* Pessoa; Malta, 2016, p. 105). Quarto do porfírio com uma cama, pertences e um cabide velho⁴⁶⁵ (CMU, 1894, p. 33)

O quarto das meninas possuía uma cama austríaca e pertences, um lavatório com pertences, um guarda-roupas, um criado-mudo, um espelho pequeno um quadro “de uma missa no Brasil”, um armário e seis cadeiras (CMU, 1894, pp. 33-33v). A distinção dos papéis femininos e masculinos entre a esfera familiar e a pública era marcada, no espaço doméstico, pela procura de proximidades e contiguidades dos cômodos (Almeida *in* Pessoa; Malta, 2016, p. 105). Bem possível que esse aposento fosse destinado às atividades femininas, como estudos, costuras e orações.

O “quarto de baixo” possuía uma cama francesa e pertences, uma outra cama ordinária com pertences, um armário, um mapa velho, uma mesa redonda, um espelho. O “quarto perto da escada” possuía uma cama ordinária, duas caixas grandes forradas, além de dois colchões ordinários (CMU, 1894, p. 33v). Este quarto provavelmente destinava-se aos criados e escravizados que garantiam o funcionamento da residência. Ademais, a menção à uma escada sugere tratar-se de um sobrado.

Ainda foram avaliados na chácara veículos e objetos, como uma vitória arreada, um *coupe* arreado, um trole arreado, dois tachos, uma bacia de cobre, duas bacias de metal e quatro bandejas, além de toda a louça de cristal existente. A chácara possuía jardins que contavam com uma mobília de ferro composta por dois sofás, uma conversadeira, seis cadeiras, dois bancos, duas mesinhas redondas, duas passadeiras, dois bancos grandes e outros dois bancos ordinários (CMU, 1894, p. 34).

⁴⁶⁵ O porfírio, provavelmente, referia-se à cor púrpura que este quarto possuía em pintura ou papel de parede.

5.2.3 A residência urbana e periurbana de Joaquim Policarpo Aranha: a casa na rua do Góes e o Palácio Itapura

Desapareceu da chácara do sr. comendador Joaquim Policarpo Aranha, no dia 6 de agosto do presente, dois cavalos com os sinais seguintes: cor vermelha, grande, velho, tem o casco do pé do lado de montar, desmanchado de que manca algum tanto, é marchador, e andadura, tem estrela na testa e calçado dos pés. O outro de cor saina, quase vermelho, pequeno, marchador e andadura, frente aberta, cabeça muito acarneirada, bem forte e tem o bolso inchado. Quem os achar e entregar a João Lopes da Silva será gratificado (CAMPINAS, 1871, ed. 00189, p. 03 - grifo da autora).

Joaquim Policarpo Aranha casou-se com Libânia de Souza Aranha em 1843. O casal teve seis herdeiros: Joaquim Policarpo Aranha (filho), Manoel Carlos Aranha, José Francisco Aranha, Isolete Augusta de Souza Aranha, Alberto Egídio de Souza Aranha e Olímpio Aranha (falecido com pouco mais de um ano de idade).

Em 1865, Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha já residiam no núcleo urbanizado da cidade de Campinas. Mais precisamente, no imóvel situado nos fundos da residência urbana de seu irmão e sua prima, Manoel Carlos Aranha e Anna Thereza de Souza Aranha. A residência descrita como de Joaquim Policarpo Aranha situava-se na rua Direita, fazendo divisa de um lado com d. Anna Joaquina Ribeiro de Barros, pelo lado dito “de baixo”, com um portão da casa e com um terreno de Álvaro Xavier de Camargo⁴⁶⁶ e, pelo fundo, com a casa de Manoel Carlos Aranha, a qual era uma residência toda forrada, assoalhada e “empapelada”, avaliada em 1865 por 14:000\$0000 (quatorze contos de réis) (CMU, 1865, p. 69v).

Até 1865, Joaquim Policarpo Aranha e seu irmão, Manoel Carlos Aranha, possuíam imóveis urbanos e fazendas em sociedade, entre eles as casas voltadas à rua do Rosário e à rua Direita (ambas oriundas da data herdada de seu suposto pai, José Francisco Aranha Barreto de Camargo). Com o falecimento de Anna Thereza (1865), todos os bens da sociedade foram partilhados, ficando a casa da rua do Rosário, com tudo que nela existia (exceto a prataria, que foi repartida igualmente), e a casa da rua Direita (com exceção da prataria, igualmente dividida, e das joias que ficaram “cada um que lhes pertencem de origem”) como propriedades de Manoel Carlos Aranha (CMU,

⁴⁶⁶ Casado com Maria Brandina de Souza Aranha e, portanto, cunhado de Libânia e Anna Thereza.

1865, pp. 81v-82). Com a partilha, provavelmente Joaquim Policarpo Aranha e sua esposa, tenham se mudado, a partir de 1865, para outra residência urbana, situada na confluência das ruas do Góes (atual rua César Bierrembach) e Luzitana (Menegaldo, 2019).⁴⁶⁷

É possível que Joaquim Policarpo Aranha e sua família tenham residido nesta residência até 1883, ano de finalização e inauguração de sua propriedade de maior imponência, o palácio Itapura, implantado na sua chácara periurbana (Menegaldo, 2019, p. 112). Localizava-se na rua do Imperador número 12 (atual rua Marechal Deodoro, número 1099), sendo a sede da Chácara Itapura doravante denominada como palácio Itapura (conforme se observa na figura 55).

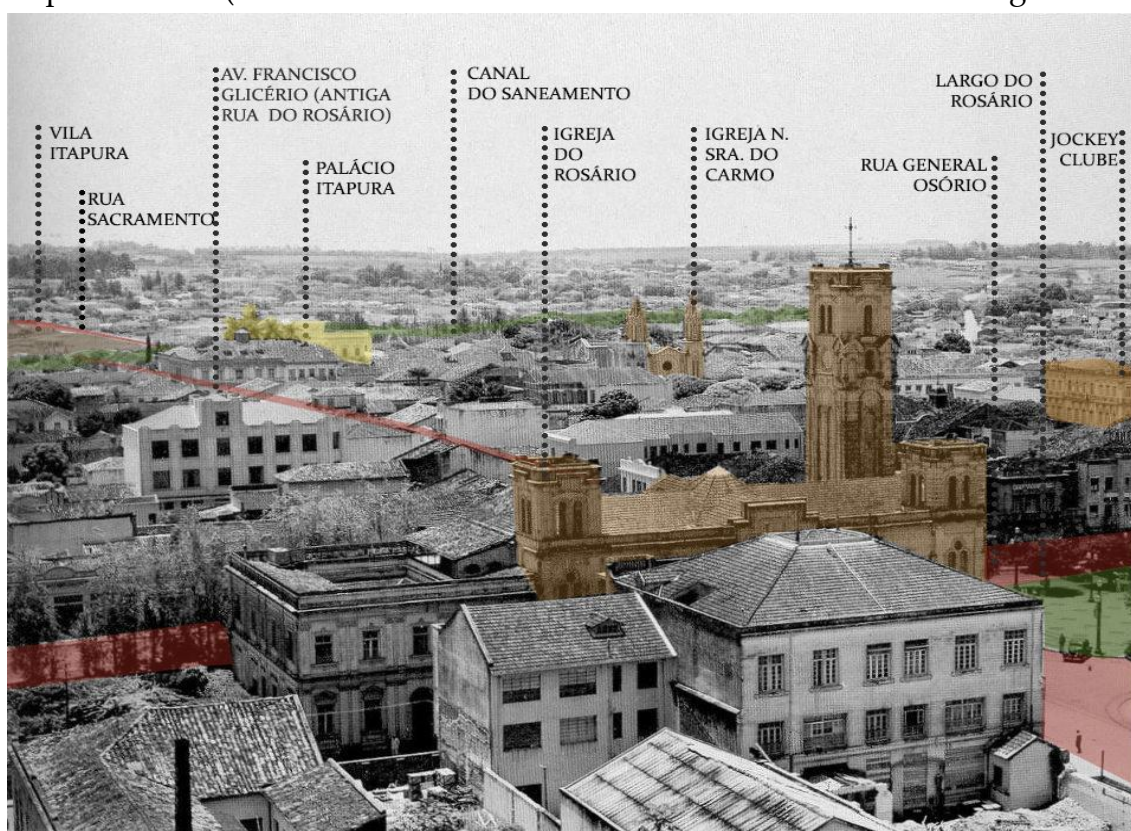


Figura 55. Identificação do Palácio Itapura sobre fotografia da cidade de Campinas, em 1936. Disponível em: <https://bit.ly/3DdU3H1>. Acesso em jan.2019.

Em linhas gerais, a chácara Itapura era formada de terras contínuas da fazenda Chapadão, adquirida por Joaquim Policarpo Aranha, em 1869, de Thomaz Luiz Alves, conforme explicado ao longo do capítulo 2 e já discutido em Menegaldo (2019). Em 1871, a escritura da fazenda Chapadão incluía a chácara Itapura, terras da fazenda Dois Córregos e partes anexas denominadas Bom Retiro: “uma fazenda adquirida

⁴⁶⁷ Para mais informações sobre a residência situada na antiga rua do Góes, recomenda-se a leitura de Menegaldo (2019).

denominada dois córregos – outra fazenda denominada chapadão compreendendo como partes anexas - bom retiro e chácara e as terras denominadas – estiva - que formarão um todo [...]” (CMU, 1868, pp. 17-18).

Em 1881, Joaquim Policarpo Aranha fez as partilhas das propriedades, possivelmente pensando na melhor forma de dividir, posteriormente, seu espólio aos herdeiros: a primeira divisão constava de “[...] uma fazenda denominada Chapadão, situada na freguesia de Santa Cruz em Campinas [...]”, a segunda como “[...] uma casa em construção situada na rua do Imperador, como propriedade do comendador Joaquim Policarpo Aranha [...]” e a terceira “[...] como uma casa e seu respectivo quintal sitos na rua do Imperador” (CMU, 1881, pp. 46-48). Tratava-se, portanto, da separação das escrituras da fazenda Chapadão, da construção (já iniciada em meados de 1880) do palácio Itapura, além de um terceiro imóvel referente a uma casa existente no terreno da chácara denominada, na escritura, como quintal. A chácara Itapura possuía um dos seus limites confrontando com os quadros urbanos instituídos pelas Posturas da época⁴⁶⁸, ou seja, situada em um dos limites urbanos do município (ver figura 64). As chácaras (em geral) possuíam dimensões menores, se comparadas às extensas propriedades rurais, porém possuíam proporções maiores em relação aos terrenos urbanos (Menegaldo, 2019, p. 84)⁴⁶⁹. Em 1889, Joaquim Policarpo Aranha e Libânia de Souza Aranha redigiram um inventário amigável:

[...] acordado entre si e resolvido fazer em vida o inventário de todos os seus bens, dando as respectivas legítimas, tanto paternas como maternas, aos nossos únicos filhos - Joaquim Policarpo Aranha (filho), Manoel Carlos de Souza Aranha, tenente coronel Jose Francisco Aranha, Alberto Egídio de Souza Aranha e Isolete Augusta de Souza Aranha [...] tanto para os bens imóveis como para semoventes, compondo-se afinal os quinhões quantitativos a determinação dos bens segundo a vontade dos ditos nossos herdeiros entre si ⁴⁷⁰(CMU, 1889, p. 01 - grifo da autora).

Todas as propriedades que compunham o patrimônio do casal foram descritas e partilhadas em vida aos herdeiros, sendo a chácara Itapura descrita como “uma chácara que compreende todo o campo competentemente valado, inclusive com as benfeitorias existentes em seu perímetro, avaliada por 50:000\$000 (cinquenta contos de réis)⁴⁷¹

⁴⁶⁸ Ver figura 16 na página 128 de Menegaldo (2019). Disponível em: <https://bit.ly/3qlizww>.

⁴⁶⁹ Sobre a origem fundiária da chácara Itapura e os desdobramentos que esta propriedade sofreu no final do século XIX e século XX, ver Menegaldo (2019).

⁴⁷⁰ CMU, 1889.

⁴⁷¹ Em 1889, compunham o espólio do casal: a fazenda Atibaia, a fazenda Chapadão, a fazenda Santa Thereza, a fazenda Dois Córregos, a fazenda Velha, um sítio denominado Guaiquica e imóveis urbanos

(CMU, 1889, p. 04). Ademais, uma das benfeitorias era uma coudelaria denominada “Aranha”, constituída na chácara avaliada em 5:000\$000 (cinco contos de réis) (CMU, 1889, p. 04). A residência senhorial da família implantada na chácara foi descrita como “o palacete, sito à rua do Imperador, hoje rua Marechal Deodoro, com o respectivo terreno até o córrego, compreendendo todos os móveis e utensílios existentes dentro daquele, avaliado por 100:000\$000 - cem contos de réis” (CMU, 1889, p. 02).

A chácara e o palácio Itapura faziam parte dos bens do casal, ou seja, ficaram sob posse dos inventariados até o falecimento de Joaquim Policarpo Aranha, o barão de Itapura, em 1902 e, posteriormente, de Libânia de Souza Aranha em 1921 (figura 56). No inventário de Joaquim Policarpo Aranha, a propriedade foi descrita como “da chácara verba abaixo da avenida Itapura com todas as benfeitorias existentes, divisando com rua dona Libânia, com a herança de Antônio de Almeida Valente, Orosimbo Maia, Barão de Ibitinga, Francisco de Paula Camargo, e a Companhia de Gás, pela quantia de 60:000\$000 - sessenta contos de réis” (CMU, 1902, pp. 16v-17).



Figura 56. Palácio Itapura, vista a partir da rua Marechal Deodoro. Fonte: CMU, (sem ano). Coleção Fotografias Avulsas, Ref. FA_00_00173.

situados em Campinas e na cidade de São Paulo. Os bens semoventes foram avaliados pela quantia de 15:220:000 (quinze contos e duzentos e vinte mil réis), os bens ditos como “imóveis sendo rurais e urbanos” avaliados pela quantia de 1122:220\$000 (um mil cento e vinte e dois contos duzentos e vinte mil réis) e sendo a soma total de 1145:820\$000 (um mil cento e quarenta e cinco oitocentos e vinte mil réis) (CMU, 1889, pp. 04-06).

Em 1921, com o falecimento de Libânia de Souza Aranha, sua filha Isolete Augusta de Souza Aranha foi indicada para inventariante e testamenteira dos bens deixados por sua mãe (CMU, 1921, p. 02). O testamento foi anexado ao início do inventário:

[...] por acordo de todos os interessados eu e meu dito marido, feito o inventario dos bens do nosso casal, entregamos antecipadamente aos nossos filhos e filha as suas legítimas com nossa herança, reservando cada um de seus marido e mulher a nossa parte para dela dispormos livremente. Por falecimento de meu marido (Joaquim Policarpo Aranha, falecido em 1902) foram partilhados os bens de sua terça reservada, e sob a reserva minha, passo por este meu testamento a dispor de todos os bens que possuo e de futuro possuir, confirmando como confirma as alienações por mim feitas [...] (CMU, 1921, pp. 03-03v).

A propriedade descrita compreendia [...] a chácara do espólio, a área de terreno a partir do prolongamento da rua Francisco Glicério até sair na avenida Barão de Itapura, área do terreno essa que já foi de posse do Barão e Baroneza de Itapura, e fora anteriormente doada à Câmara Municipal de Campinas para aquele fim (CMU, 1921, p. 41v). No mais, o inventário revela que a chácara possuía uma casa de morada em mau estado de conservação, com oito janelas de frente e uma porta, sendo a construção feita em taipa com pomar avaliado por 5:000\$000 (cinco contos de réis) (CMU, p. 41v).

O conjunto da chácara Itapura contava com a “casa grande”, toda construída em alvenaria de tijolos, formando um “quadrado” que se dividia em pequenos quartos e que serviu “em outrora de cocheira”, contendo três portas e cinco janelas, além de um portão de frente avaliado por 4:000\$000 (quatro contos de réis) (CMU, 1921, pp. 42-42v.). Ademais, havia um grupo de duas casas, sendo uma tijolos e outra “pequenina” de pau-a-pique, atrás da casa de morada, antigamente destinada à enfermaria, avaliada por 1:000\$000 (um conto de réis) (CMU, 1921, p. 42v). Havia uma casa velha em mau estado, perto do capinzal e construída de pau-a-pique, que foi destinada a coudelaria e avaliada por 200\$000 (duzentos mil réis). Por fim, uma casa construída de tijolos, onde residia o chacareiro “marechal de tal”, além da valeta que unia aos terrenos dos órfãos Penteados, avaliadas por 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis) (CMU, 1921, pp. 41v-42v.).

Em 1921, a propriedade possuía “[...] superfície aproximada de 13 (treze) alqueires compreendendo capinzal, pastos, pomar, e outras áreas de cultivo [...]” (CMU, 1921, p. 43), confrontando por um lado com a rua dona Libânia, com a rua Santa Cruz, com a av. Barão de Itapura, com a rua José Paulino, com o quartel da polícia, com dona Isolete Augusta de Souza Aranha e com terras pertencentes à herança do Barão de

Ibitinga (Joaquim Ferreira de Camargo Andrade). A propriedade foi avaliada em 87:000\$000 (oitenta e sete contos de réis) (CMU, 1921, p. 43-44v.). Em certa medida, a existência de chácaras denunciava a precariedade das soluções da habitação urbana, como os problemas do abastecimento que a tendência monocultora impunha às cidades. Por meio da criação de aves e porcos, dos pomares e das hortas e aproveitando-se da presença de cursos d'água, a chacara apresentava as vantagens de se morar na cidade sem abdicar das prerrogativas rurais. O afastamento espacial em que ficavam os moradores eram considerados não como um desligamento dos centros urbanos, mas como uma medida de conforto (PIRES, 2006, p. 98).

Quanto à residência na qual a família morava, o palácio Itapura, em Menegaldo (2019) já foi elaborada uma hipótese do programa funcional deste exemplar em sua origem. Contudo, vale incluir a descrição deste exemplar em 1921. A avaliação do imóvel ficou a cargo de Miguel de Moraes Carvalho e José Rodrigues Palhella e foi iniciada pelo pavimento superior do edifício, que contava com uma mobília de caviúna na “sala azul”, com 36 peças e dois espelhos grandes de parede. Em 1899, possivelmente, este mesmo ambiente foi descrito contendo a mobília da sala da frente do pavimento superior, avaliada por quatrocentos mil réis (CMU, 1889, p. 02). Já em 1902, a mobília competente ao cômodo foi avaliada pelo mesmo valor anterior, detalhando: “[...] toda mobília de seis peças e dois espelhos a quantia de um conto e quatrocentos mil réis (CMU, 1902, p. 09v; Menegaldo, 2019, p. 197).



Figura 57. Palácio Itapura, vista a partir da rua Marechal Deodoro. Fonte: FormArte (sem ano). Disponível em: <https://encurtador.com.br/hzGZ8>. Acesso em out. 2018.

Essa descrição, levantada no inventário de 1921, reforça a hipótese suscitada em 2019, de que este ambiente condizia com a sala situada entre as duas varandas do pavimento superior. A seguir, foram avaliados dois lavatórios de madeira com tampo de mármore e espelho, duas camas para casal, sendo uma de madeira e uma de ferro, dois criados-mudos com tampo de mármore, uma mesa pequena com tampo de mármore, uma mesa redonda, uma mesa de jantar, um guarda-roupas antigo com portas de vidro e três espelhos grandes de parede, sendo um oval (CMU, 1921, pp. 21v-22).

O pavimento superior do palácio Itapura era uma área mais íntima, de resguardo familiar (ver figuras 52 e 53). Contemplava, portanto, quartos de dormir, uma sala de jantar mais íntima e varandas nobres ligadas a uma sala. Conforme descrição do inventário de Libânia de Souza Aranha (1921), baronesa de Itapura em consorte, foram avaliadas, no pavimento inferior do palácio Itapura, as mobílias referentes à sala de visita, que compreendiam duas mobílias estofadas compostas por 25 peças em perfeito estado, quatro *tagéres* e aparadores, quatro espelhos grandes de parede, três estatuetas de mármore, quatro estatuetas de louça, oito vasos de metal, seis vasos de porcelana francesa e seis guarnições de metal (CMU, 1921, pp. 22v-23).

Este ambiente era a sala de visitas situada do lado direito do corpo do edifício, avaliado em 1889 com toda a mobília nobre da sala de visitas que fica do lado direito do palacete, compreendendo cortinas, espelhos, estátuas e outros adornos (CMU, 1889, p. 02). Tratava-se do ambiente onde as visitas eram recepcionadas e, dessa forma, a presença de adornos e objetos decorativos de valor decoravam o cômodo, avaliado em 1921 por 2:500\$000 (dois contos e quinhentos mil réis) (CMU, 1921, p. 22-22v).

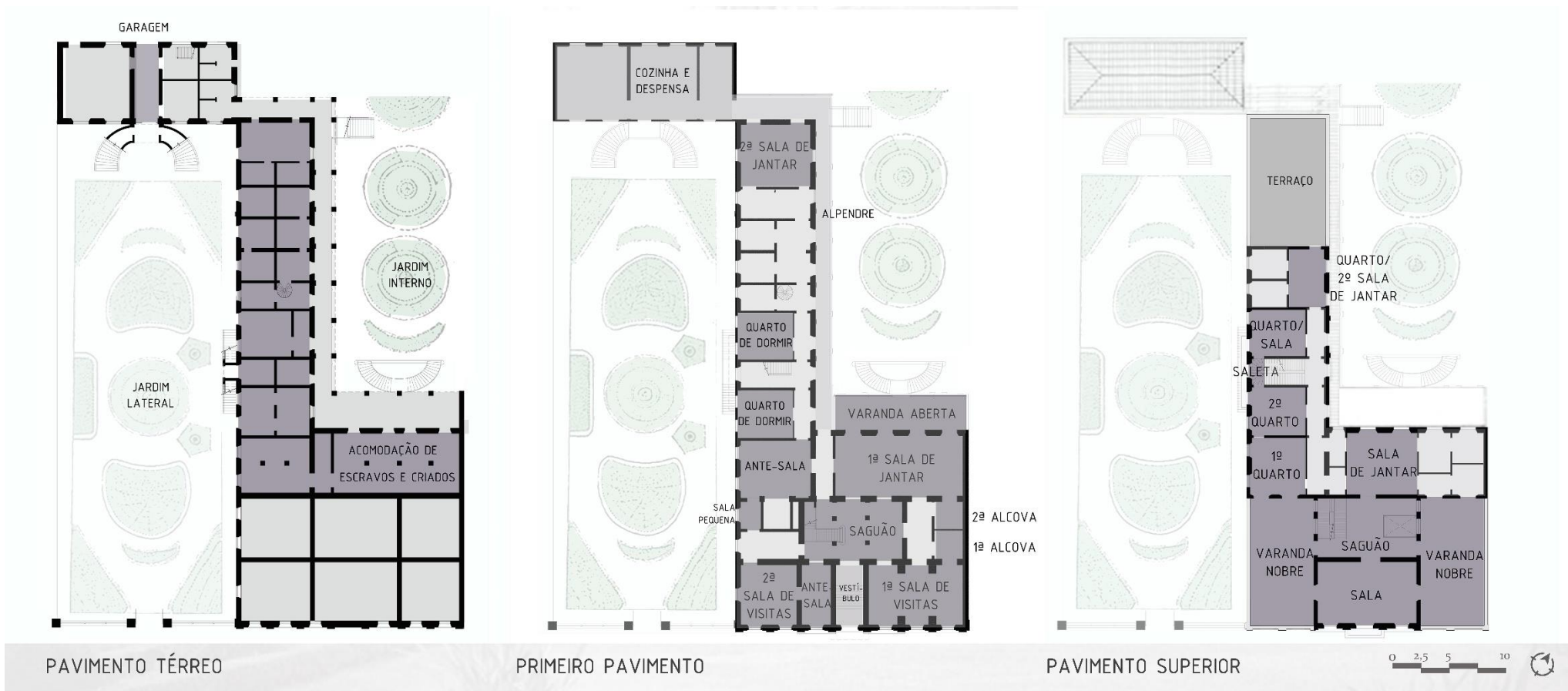


Figura 58. Reconstituição do programa de necessidades original do Palácio Itapura. Da esquerda para direita: pavimento térreo (ou rés do chão), primeiro pavimento e pavimento superior. Fonte: Menegaldo e Pereira, 2022, p. 109.

O quarto junto à sala de estar possuía uma cama de madeira de casa, um lavatório com tampo de mármore e um espelho oval (CMU, 1921, p. 22v). Este espaço condizia com as alcovas que este exemplar possuía. Duas alcovas no inventário de Joaquim Policarpo Aranha (1902) foram descritas e avaliadas. Cada uma possuía uma cama, um lavatório e um criado-mudo (CMU, 1902, p. 09v). As alcovas traduziam-se em cômodos com apenas uma abertura voltada ao interior da residência, não possuindo janelas e, portanto, localizando-se no interior da planta, conectadas a algum outro aposento, como salas de estar e salas de visita (Menegaldo, 2019, p. 161).

A sala de jantar contava, em 1921, com dois *tagéres* de madeira, dois *buffets*, quatro aparadores com tampo de mármore e espelhos grandes, uma mesa elástica, vinte e quatro cadeiras estofadas, mais a mobília de cadeiras com encosto de palhinha em dez peças, um relógio de parede, oito vasos de porcelana, duas fruteiras de cristal e tudo estando em perfeito estado. Segundo Pessoa (2017, p. 462), a relação de bens das famílias senhoriais traduz os hábitos das elites, de uso e fruição de produtos de luxo, tanto para uso pessoal, como joias e vestes, como para a sofisticação do ambiente doméstico, com peças e utensílios em prata, relógios, piano e mobiliário requintado.

Havia uma sala onde se encontrava o piano, além de cadeiras com encosto de palhinha composto de 24 peças e um quarto “junto a sala onde estava o piano”, que possuía um guarda-roupa usado de madeira e vidro (CMU, 1921, p. 23). A sala do “telefone” contava com uma mesa redonda e um sofá bastante usados. A “sala da baronesa” contava com um guarda-roupa com três espelhos, um lavatório com tampo de mármore e espelhos, um aparelho de metal para lavatório bastante usado, uma mesa pequena e uma cadeira, um *psyché* com três espelhos, duas cadeiras de braço e uma de balanço bastante usadas, um criado-mudo com tampo de mármore, uma mesa escrivadinha com duas gavetas, uma cama de madeira para casal e um relógio de parede usado (CMU, 1921, pp. 23v-24). Diferentemente das descrições dos inventários de 1889 e 1902, em 1921 o aposento de Libânia de Souza Aranha situava-se no pavimento inferior da residência.

A varanda contava com um *tagére* velho, duas mesas pequenas bem usadas, um relógio antigo de caixa de madeira pequeno e um aparelho de metal para chá. A copa possuía uma mesa usada, um *tagére* usado e estragado e seis cadeiras velhas (CMU, 1921, p. 24v). A “sala de engomar” contava com uma caixa de madeira, cinco tachos de cobre, além de duas bacias de cobre e latão (CMU, 1921, pp. 24v-25). Por fim, o “pretório” contava com quatro mesas pequenas e quatro bancos de jardim (CMU, 1921, p. 25). O

primeiro pavimento, ou piso nobre da residência, abrigava ambientes e espaços vinculados às atividades sociais da família, como recepções, visitas e celebrações. Nele se encontravam as salas de visita, salas de jantar, varanda aberta, vestíbulo e saguão (Menegaldo; Pereira, 2022, p. 09). O palácio Itapura foi um exemplar construído a partir de três pavimentos: o pavimento térreo (ou rés de chão), o primeiro pavimento (denominado, no inventário de 1921, como inferior) e o pavimento superior (figura 53).

A análise do pavimento térreo suporta a hipótese de que grande parte dele se destinava à acomodação de escravizados e criados que serviam a família. O pé direito desse pavimento era menor, se comparado aos demais ambientes da residência (medindo aproximadamente 2,30 metros), reforçando a hipótese suscitada em Menegaldo (2019) de que o porão da edificação servia como espaço de serviços dos escravos e criados que mantinham o funcionamento cotidiano deste exemplar de casa senhorial urbana (Menegaldo; Pereira, 2019, p. 675). Nenhuma fonte documental consultada até o fechamento deste trabalho revelou explicitamente a presença de criados ou de escravizados habitando a residência. Como os inventários analisados foram redigidos após a Abolição, não há registros da presença de mão de obra escravizada na chácara Itapura e na casa senhorial.

5.2.4 A residência urbana de Joaquim Egídio de Souza Aranha: a casa à rua Direita

Entre os homens cujo caráter pude apreciar mais de perto, **está** naturalmente colocado o comendador **Joaquim Egídio de Souza Aranha**. Se em Campinas fosse admitida a ideia de sujeição a qualquer influência, e este cavalheiro não fosse o primeiro a alimentar a plena independência de seus concidadãos, seria verdadeira potência dos interessados políticos do lugar. **Tronco de uma das famílias mais poderosas de Campinas, ligados pelos laços de amizade aos homens mais importantes da província**, dotado dessa afabilidade simpática que tanto predomínio exerce sobre todos que o conhecem, poderia sem custo, exercer uma ditadura que a integridade de seu caráter, a pureza de suas convicções e o seu bom senso escrupulosamente rejeitam. **Ao lado deste, outros não menos nobres, merecem a estima [...] o sr. Pedro Egídio de Souza Aranha, o sr. tenente-coronel José Egídio de Souza Aranha [...] e um grande número de fazendeiros que não só constituem já as maiores fortunas do lugar**, como prometem, com o progresso que vão desenvolvendo, acrescentar em breve a riqueza da província (ZALUAR, 1953, p.140 - grifo da autora)

Joaquim Egídio de Souza Aranha, nasceu em Campinas em 1821 e faleceu em São Paulo em 1893. Foi vereador da Câmara Municipal de Campinas, deputado provincial e vice-presidente do estado de São Paulo, tendo exercido interinamente a presidência por três vezes, além de ter presidido a Assembleia Legislativa (Bueno, 2016). Joaquim Egídio de Souza Aranha se casou em primeiras núpcias com Ana Francisca de Pontes em 30 de novembro de 1842:

Aos trinta de novembro de mil oito centos e quarenta e dois no engenho da Boa Vista, às cinco horas da tarde com provisão do Vigário, recebi em matrimônio na forma da Igreja, Joaquim Egídio de Souza Aranha, filho de Francisco Egídio de Souza Aranha e de dona Maria Luzia de Souza Aranha, com dona Anna Francisca da Silva Pontes, viúva, por óbito do capitão Antônio José da Silva, ambos naturais desta Paróquia⁴⁷² (FAMILY SEARCH, 1842, p. 6v.).

⁴⁷² Family Search. Registro de matrimônio de Joaquim Egídio de Souza Aranha e Ana Francisca da Silva Pontes (1842). Disponível em: <https://bit.ly/3B7OfZ4>. Acesso em dez. 2022.

Joaquim Egídio de Souza Aranha e Ana Francisca da Silva Pontes⁴⁷³ tiveram três filhos: Carlos Egídio de Souza Aranha (casado com Maria Ângela de Moraes Bueno⁴⁷⁴), Brázília Augusta de Souza Aranha (casada com major João Francisco de Andrade Franco⁴⁷⁵) e Amélia Aureliana de Souza Aranha (falecida aos 16 anos). Por falecimento de Ana Francisca da Silva Pontes em 1875⁴⁷⁶, Joaquim Egídio de Souza Aranha contraiu segundas núpcias com Maria Hipólita dos Santos Silva em 1876, na cidade de São Paulo, e deste casamento não tiveram filhos. Ela era filha do barão de Itapetininga e viúva do barão do Rio Claro, e ele, além de ser cunhado de Eduardo da Silva Prates, possuía relações estreitas com a família Souza Queiroz, através de seu sobrinho Olavo Egídio de Souza Aranha, o qual era casado com a filha do barão de Souza Queiroz (Viana, 2021, p. 81). Em seu inventário, em 1893, sua esposa, marquesa de Três Rios, declarou que no espólio do marido: “possuía móveis e imóveis em diversas partes deste Estado, inclusive nesta capital e bem assim como títulos públicos, ações de companhias e bancos, além de algum dinheiro [...]” (TJSP, 1893, vol.01, pp. 14v-15).

Joaquim Egídio de Souza Aranha se mudou para a cidade de São Paulo, provavelmente, no final da década de 1870 e início da década de 1880. Em 1883, conforme Bueno (2015, p. 130), já possuía uma chácara denominada “chácara do Bom Retiro”. Contudo, antes desse período, Joaquim Egídio de Souza Aranha residiu na cidade de Campinas. Segundo a historiografia local, mais precisamente baseada em Pupo (1983, pp. 47-48) e Brito (1958), a residência urbana de Joaquim Egídio de Souza Aranha condizia com o sobrado situado no largo da matriz nova. Entretanto, antes do falecimento de sua mãe, Maria Luzia de Souza Aranha, Joaquim Egídio de Souza Aranha residia em imóvel junto ao núcleo urbanizado de Campinas.

O imóvel situava-se na rua Direita, sendo um sobrado tributado, no ano de 1874, pelo valor de 29\$000 (vinte e nove mil réis). No mesmo ano, possuía outro imóvel tributado em 4\$000 (quatro mil réis), dito como térreo e situado em mesma rua Direita (CAMPINAS, 1874, ed. 00440, p. 03). Em seu inventário, em 1893, foram descritos e avaliados os seguintes imóveis situados em Campinas:

⁴⁷³ Viúva do capitão Antônio José da Silva.

⁴⁷⁴ Tiveram os seguintes filhos: Joaquim Egídio de Souza Aranha (Neto), Cândido Egídio de Souza Aranha, Zulmira Adelaide de Souza Aranha, Lafayette de Souza Aranha e Maria Helena de Souza Aranha. Fonte: TJSP, 1893, vol. 01, pp. 13v-14.

⁴⁷⁵ Tiveram os seguintes filhos: Octaviano de Souza Franco (residente em Campinas), Maria da Conceição Franco de Andrade (residente em Campinas), Maria Pompeu Franco de Andrade (residente em Campinas), Clodomiro Franco de Andrade (residente em São João do Rio Claro), América Franco Leite Guimarães (residente em São Paulo), Lauro Franco de Andrade (menor de idade), João Franco de Andrade (menor). Fonte: TJSP, 1893, vol. 01, pp. 01-13.

⁴⁷⁶ Segundo a historiografia, Ana Francisca da Silva Pontes faleceu em Campinas, porém não foram encontrados seu registro de óbito nem seu inventário.

...uma casa número cinquenta e nove à rua Barão de Jaguará, divisando pelo lado direito com propriedade do seu acervo, com Maria Franco do Carmo, pelo lado esquerdo com propriedade de Prefeito Álvaro Lobo e a rua Ferreira Penteado, e pelos fundos com a rua Doutor Quirino, **sendo uma casa térrea com oito janelas e porta central compreendendo as benfeitorias externas**, e sobre a área do **quintal com portão na rua Ferreira Penteado**, e em o que acervo possui apenas sete duodécimas partes do todo assim foram avaliados por 52:500\$000 - cinquenta e dois contos quinhentos e mil réis (TJSP, 1893, vol.01, pp. 251-251v - grifo da autora).

Conforme equalização, a partir do emplacamento, o imóvel da rua Barão de Jaguará sob número 59, em 1922, correspondia à numeração 89, localizado na confluência entre as ruas barão de Jaguará e Ferreira Penteado. Pela descrição de 1893, havia um portão no quintal que se abria para a rua Ferreira Penteado, o que confirma a hipótese de localização acima descrita. Com base nessas constatações, tratava-se de um lote de esquina e, pela sua localização, situava-se muito próximo da residência de seus pais (observar a implantação na figura 59). Uma segunda casa foi avaliada como “imóveis do marquês de Três Rios situados na cidade de Campinas” (CMU, 1893), que, pela descrição, serviam de apoio ao imóvel descrito antes:

...a casa de número cinquenta e sete da rua Barão de Jaguará, antiga dependência da primeira **com três janelas e portas no corpo do mesmo prédio, com quintal e dependências** da primeira, digo, dependências, **a qual confronta pelo lado esquerdo e pelos fundos com a propriedade anteriormente descrita**, e pelo lado direito com Maria Franco do Carmo em que o acervo do inventariado possui sete duodécimas partes, na avaliação de vinte contos de réis, em que estimavam o prédio inteiro, valem 11:666\$662 - onze contos seiscentos e sessenta e seis mil seiscentos e sessenta e dois réis (TJSP, 1893, vol.01, pp. 251v-252 - grifo da autora).

O segundo imóvel, pela constatação baseada no Emplacamento, se referia, em 1922, ao imóvel de número 91, portanto vizinho do imóvel anterior. Pela descrição de 1893, era um imóvel menor, se comparado ao primeiro (constando, na fachada, três janelas e uma porta centralizada, enquanto o primeiro possuía oito janelas e uma porta centralizada). O valor atribuído aos dois imóveis corrobora esta hipótese, sendo que o imóvel de esquina foi avaliado por valor superior ao segundo. Nesse sentido, provavelmente o primeiro imóvel era uma residência com quintal extenso e dependências, e o segundo servia possivelmente de apoio, com área destinada aos serviços da residência. A vida familiar que se levava nesses exemplares estava mais para senhorial do que burguesa, pois se agarrava aos aspectos de um refinamento social

e cultural. Assim, conforme Battistoni Filho (2002, p. 29), o uso destes edifícios baseava-se amplamente na dependência da mão de obra escravizada e, posteriormente, de criados. O segundo imóvel, possivelmente, dava suporte à residência nesse sentido, de acomodar os escravizados e criados.

Sob essa ótica, a residência é o palco de solenidades, bem como de ofícios: “são convidados, os srs. acionistas do Banco de Campinas para uma reunião no dia 1º de fevereiro de 1874, na casa do exmo. Barão de Três Rios, ao meio-dia” (CAMPINAS, 1874, ed. 00430, p. 04). Na “ausência” de pontos de encontro da elite, formaram-se, nos palacetes e nas residências, pequenas cortes e salões em que se cultivaram o luxo, a moda, a etiqueta, as formas de cortesia (Homem, 1996, p. 19). Conforme Battistoni Filho (2002, p. 29), o aumento das possibilidades financeiras dos proprietários mais abastados correspondeu à busca de um refinamento técnico, a uma integração crescente nos benefícios da civilização industrial e, conseqüentemente, à ampliação de possibilidades no “morar”.

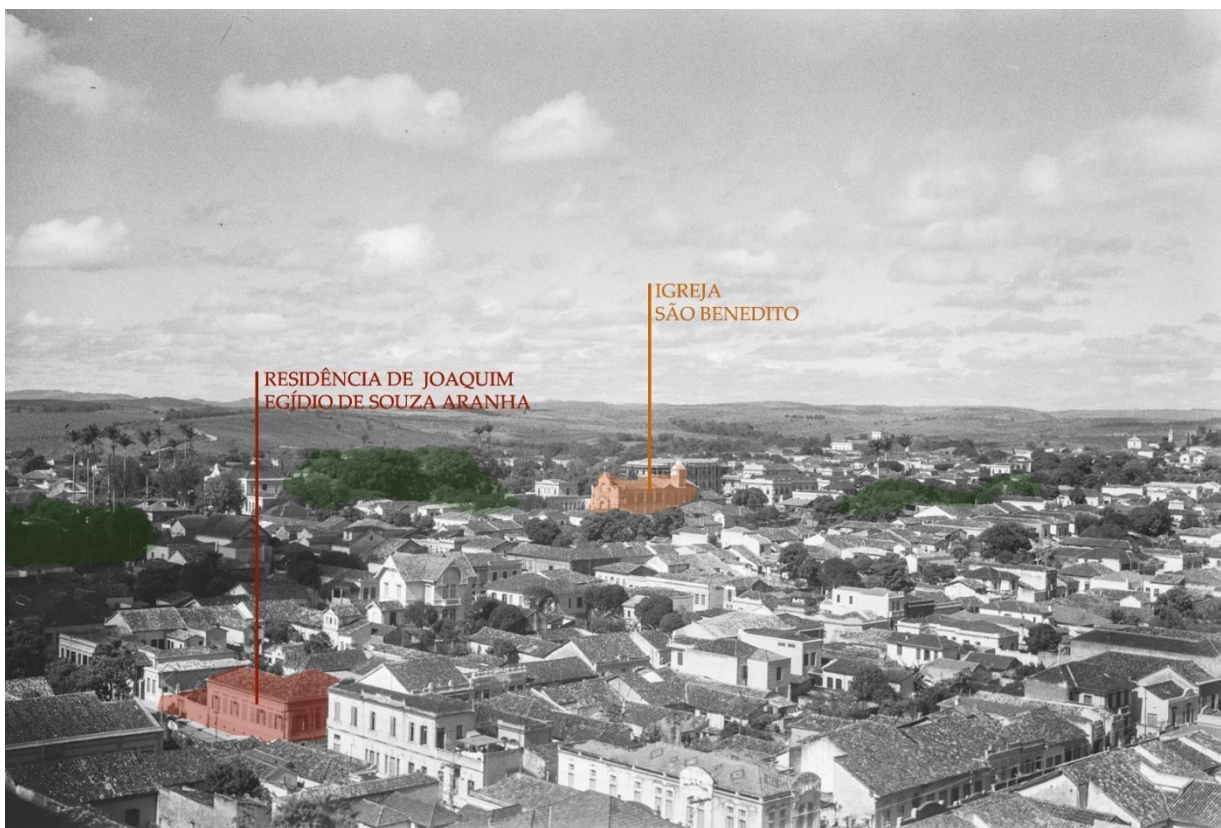


Figura 59. Fotografia da cidade de Campinas, 1938. Em vermelho, do lado esquerdo, destaque para a residência de Joaquim Egídio de Souza Aranha. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tDGHI>. Acesso em jul. 2023.

Com essas mudanças, a atração pelo espaço urbano e o interesse em ter, na cidade, residências que expressassem a condição social passaram a ter grande relevância. Um

outro imóvel foi descrito e avaliado no inventário de Joaquim Egídio de Souza Aranha, 1893:

...Pela casa de sobrado número sessenta e oito, sita a rua Barão de Jaguará, de cinco janelas, com área, puxado e um corredor coberto, com portão de saída na rua da Conceição cujas confrontações são pelo lado esquerdo e pelos fundos, com Theodoro Leite Penteado, pelo lado direito com Eliseário Penteado, por um lado do corredor com Eliseário Penteado e pelo outro com propriedade de dona Antônia de Queiroz Aranha, a quantia de 50:000\$000 - cinquenta contos de réis (TJSP, 1893, vol.01, pp. 252v-253 - grifo da autora).

O terceiro imóvel, em 1893 sob número 68, segundo compatibilização do emplacamento, correspondia, em 1922, à numeração 96. Tratava-se de imóvel que possuía conexão, mediante um corredor coberto, com a rua Conceição. Pela figura 59, é possível constatar que não era um imóvel de esquina, mas que se situava próximo à confluência entre as ruas Barão de Jaguará e Conceição. Tratava-se de um sobrado, com puxado ao fundo e corredor coberto, sendo possivelmente um imóvel que Joaquim Egídio de Souza Aranha alugava.

5.2.5 A residência urbana de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha: o sobrado em frente do largo da matriz nova

É importante lembrar que o pai de Maria Luzia de Souza Aranha, o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, participou ativamente da construção da matriz nova, mediante aluguel de seus 38 escravizados para a execução das obras (Ribeiro, 2015, p.24). O arbítrio que possuía sobre a edificação de uma das principais construções da cidade (que perdurou por décadas), lhe possibilitou “...privilégios na aquisição dos quarteirões, situados na parte mais alta, plana e próxima ao novo núcleo urbano que se formava, portanto mais valorizada.” (Ribeiro, 2015, p. 24).

A afirmação de Ribeiro (2015) vai de encontro à descrição dos “bens existentes na vila” que compuseram o espólio de Eufrosina Mathilde da Silva Botelho, esposa do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, falecida em 1811:

...Por uma morada de casas, nesta vila, na rua de trás da Igreja da Matriz desta mesma Vila, com duas portas e seis fechaduras, e uma porta de duas janelas que foram vistas e avaliadas pelos mesmos avaliadores pela quantia de 100\$000 cem mil réis...e por uma imagem de nossa Senhora

da Conceição que foi vista pelos mesmos avaliadores [...] (CMU, 1811, p. 16v)

É possível que Joaquim Aranha Barreto de Camargo tivesse adquirido o terreno dessa casa mediante a participação na construção da matriz nova. No trabalho de Corrêa (2019, p. 195), o autor compilou todos os registros das concessões de Datas de Terra para a cidade de Campinas e, dentre os solicitantes, Joaquim Aranha Barreto de Camargo fez uma concessão de data em 10 de novembro de 1818. Todavia, em seu registro não há menção da localização do terreno nem informações sobre quem eram os confrontantes ao mesmo, dificultando sua identificação espacial. Ainda assim, é possível supor que – pela dimensão do lote no qual, posteriormente, foi construído o sobrado senhorial da família – Joaquim Aranha Barreto de Camargo tenha adquirido uma data anexa às terras que já eram suas (acerca da matriz nova).

Conforme Rodrigues (2010, pp. 294-295) e Tonon (2003, p. 177), a primeira construção neste terreno foi feita por Joaquim Aranha Barreto de Camargo e foi passada por herança à sua filha, Maria Luzia de Souza Aranha, e ao seu sobrinho e genro, Francisco Egídio de Souza Aranha. Entretanto, em 1829, sua filha, Maria Luzia de Souza Aranha, solicitou uma carta de Data de Terras, através de concessão pela Câmara Municipal, a respeito de “um terreno devoluto que passa por detrás da rua das Flores” para fazer sua residência junto ao bairro da vila de São Carlos⁴⁷⁷ (CAMPINAS, reg. 27/077, 1829, p. 46v). Aventa-se a hipótese de que Maria Luzia tenha anexado esse terreno à construção existente a fim de aumentá-la ainda mais.

Conforme já dissertado, Maria Luzia de Souza Aranha foi casada com seu primo, Francisco Egídio de Souza Aranha, ambos proprietários do engenho Mato Dentro. No inventário de Francisco Egídio de Souza Aranha (1861), foram descritos e avaliados bens de raiz localizados no núcleo urbanizado da cidade de Campinas, sendo:

...uma morada de casas velhas e grandes sitas no pátio da matriz nova, fazendo frente para o mesmo pátio e para a rua do Rosário (*sendo, portanto, um lote de esquina*) com quintal divisando por um lado e pelos fundos com Joaquim Ferreira Penteado e com duas casas pequenas e respectivos quintais pertencentes as casas, avaliados por 14:000\$000 - quatorze contos de réis...Outra morada pequena de casas sitas no mesmo pátio da matriz nova com respectivo quintal divisando com as casas acima descritas e pelos fundos e pelo outro lado com Joaquim Ferreira Penteado avaliado por 2:500\$00 - dois contos e quinhentos mil réis...e outra pequena morada de casas sitas na rua do Rosário com terreno anexo e murado até a rua do Pórtico, para que o mesmo faz

⁴⁷⁷ CAMPINAS, Arquivo Público da Câmara Municipal de. 1829. Registro 27/077, 1829, livro 27. Regimento da Carta de Data cedida a Maria Luzia de Souza Aranha, p. 46v.

frente e divisa pelos fundos com o mesmo Joaquim Ferreira Penteadado e pelo lado de baixo com as casas grandes do casal supra descritos avaliado por 3:500\$000 - três contos e quinhentos mil réis (CMU, 1861, p. 23v - *considerações da autora*).

O conjunto de casas de morada pertencentes ao acervo patrimonial de Francisco Egídio de Souza Aranha se localizava na área “mais valorizada da cidade, que correspondia ao núcleo do entorno imediato da matriz nova” (Ribeiro, 2015, p. 24). Nesse sentido, esclarece-se que havia várias casas, mas que pertenciam ao mesmo conjunto, indo na vertente da hipótese de que as datas solicitadas por Francisco Aranha Barreto de Camargo e Maria Luzia de Souza Aranha foram agregadas à herança de Eufrosina Mathilde da Silva Botelho. No entendimento de Ribeiro (2015, pp. 24-25), a somatória das datas à herança resultava em “casas de moradas velhas e grandes que foram sendo reformadas”, dando lugar ao palacete que veio a ocupar a esquina entre a rua da Constituição (atual dr. Costa Aguiar) e a rua do Rosário (atual av. Francisco Glicério).

No auto do inventário de Maria Luzia de Souza Aranha, em 1879, já nomeada como viscondessa de Campinas, cujo inventariante foi seu filho, Joaquim Egídio de Souza Aranha, então visconde de Três Rios, este imóvel “dito como a casa que foi residência da inventariada” foi descrito como “um palacete sito ao largo da matriz nova, fazendo canto com à rua do Rosário, divisando pelo fundo todo esquerdo com Floriano de Campos e pelos fundos com José Teixeira, avaliado pela quantia de 70:000\$000 - setenta contos de réis” (CMU, 1879, p. 115v).

A mobília contida nesta residência foi descrita e avaliada na presença de Joaquim Egídio de Souza Aranha e seu advogado, o dr. José Bonifácio da Silva Pontes (CMU, 1879, p. 113). Iniciou-se a avaliação pela mobília e ornamentos da primeira “sala ao canto”, que, com a mobília dos quartos, foi avaliada por 5:200\$00 (cinco contos e duzentos mil réis). A mobília da “segunda sala” e de seus quartos foi avaliada por 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). Já a mobília da “terceira sala” foi avaliada, juntamente com a dos seus quartos, por 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis) (CMU, 1879, p. 114v). E toda a mobília da “quarta sala” foi avaliada por 800:000 (oitocentos mil réis) (CMU, 1879, p. 115). Ademais, foi vista toda a mobília existente na “varanda”, avaliada por 2:446\$000 (dois contos quatrocentos e quarenta e seis mil réis) e a mobília existente no quarto do herdeiro Martim Egídio de Souza Aranha foi avaliada pela quantia de 100:000 (cem mil réis). A residência possuía também um conjunto de louças “reservada do uso, inclusive a da cozinha”, quatro colchas bordadas, uma colcha de seda amarela e uma colcha de organza amarela (CMU, 1879, p. 115).

Apesar de o inventário não descrever detalhes sobre as características dos móveis, o que, certamente, daria um vislumbre maior da anatomia do interior dessa residência, considerações podem ser tecidas no tocante ao valor atribuído à avaliação dos conjuntos: a “primeira sala” possuía o maior valor, o que provavelmente era garantido por maior número de móveis e melhor qualidade dos acabamentos. Nesse sentido, este cômodo provavelmente voltava-se a uma das fachadas da residência e sua função deveria ser de uma sala de visitas, por exemplo, podendo ser a sala situada na esquina das duas ruas. A sala de visitas era o mais nobre cômodo da casa e se reservava às visitas de maior consideração ou cerimônia. Continha as melhores luminárias, móveis, os adornos mais finos, mais luxuosos, espelhos, retratos, quadros valiosos, tapetes e cortinas (Pupo, 1983, p. 75).

Possivelmente, esta sala possuía alcovas, uma vez que foram indicadas na avaliação a mobília de “quartos”. Outrossim, a austeridade e a localização privilegiada desta casa senhorial urbana eram expressas através dos eventos que nela ocorreram:

De ordem do sr. comandante superior da guarda nacional deste distrito, convido a todos os sr. oficiais da guarda nacional sob seu comando, tanto da ativa como da reserva e, bem assim a todos os srs. oficiais reformados e honorários do exército, **a que se apresentem fardados no dia 12 do corrente às 10 horas da manhã, no palacete a exma. sra. D. Maria Luzia de Souza Aranha** a fim de acompanhar ao exmo. Presidente da Província ao Te- Deus que terá lugar no mesmo dia. Campinas, 7 de agosto de 1872. O secretário geral, Francisco Alves de Almeida Salles (CAMPINAS, 1872, ed. 00279, p. 03 - grifo da autora).

No ano de 1872, o presidente da província de São Paulo, João Theodoro Xavier de Mattos, visitou a cidade de Campinas e foi recebido na residência de Maria Luzia de Souza Aranha (CAMPINAS, 1872, ed. 00351, p.01). Em 1874, a cidade de Campinas recebeu a visita do príncipe conde d’Eu, hospedado por Maria Luzia de Souza Aranha em sua residência junto ao largo da matriz nova (Teixeira, 2011, p. 180).

Pupo (1983, p.48) aponta que a residência foi originalmente erguida em taipa de pilão, possuindo envasaduras arrematadas por “vergas retas e um grande beiral como todos os característicos da época”. O historiador, em sua obra, aponta que a pintura de Benedito Calixto⁴⁷⁸ denominada “Cavalhadas em Campinas, 1846” representou a primeira visita do Imperador à cidade e que, ao fundo da cena, os sobrados representados condiziam com o conjunto que formava a residência de Francisco Egídio

⁴⁷⁸ Benedito Calixto foi um dos principais pintores brasileiros, além de ser ensaísta e historiador, do século XX.

de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha (conforme pode ser observado na figura 60):



Figura 60. Cavalcadas em Campinas, 1846, óleo sobre tela, 1920, 80x101cm. Benedito Calixto. Fonte: Acervo do Museu Paulista - USP. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iMO03>. Acesso em dez. 2023.

A cidade de Campinas recebeu a primeira visita do jovem d. Pedro II, então com 20 anos, que chegou em 26 de março de 1846, em viagem procedente de Itu, sendo recebido com grandes manifestações e ali permanecendo até o dia 30. (Lapa, 1995, p. 86). A pintura de Calixto foi uma interpretação realizada a partir de um desenho elaborado originalmente por Hercules Florence. O quadro de Calixto foi feito mediante solicitação da Câmara Municipal de Campinas, que cancelou o pedido por falta de verba (Alves, 2000, p. 185).

Focando no objeto em questão, vale o questionamento se Benedito Calixto foi fiel ao retratar a morfologia da cidade de Campinas durante o episódio da visita imperial, em que o palanque estaria situado na rua do Rosário (ainda em terra batida).⁴⁷⁹ A igreja

⁴⁷⁹ Com certeza, pode-se concluir que essa visita do imperador e de sua comitiva de membros da Corte deve ter contribuído para a introdução, na então sociedade colonial campineira, de comportamentos, indumentárias e etiqueta que lhe eram desconhecidos, pois a aristocracia agrária que se formara com o açúcar não mantinha muito contato com a capital da província e com a Corte, o que o café posteriormente estimularia. De certa maneira, constituiu mais um passo decisivo para marcar a transição da ordem social colonial para a ordem social senhorial (Lapa, 1995, p. 87).

representada em segundo plano era a igreja do Rosário, haja vista que a matriz nova se encontrava em fase de obras. No que concerne à representação da arquitetura da igreja do Rosário, esta difere da construção existente, sendo notáveis diferenças significativas na torre e em seu frontispício. Retomando o objeto em questão, a localização ao fundo da pintura, onde os sobrados se encontram, refere-se ao largo em frente da matriz nova e, nesse aspecto, confere com a localização da residência de Maria Luzia de Souza Aranha. Vale o adendo de que dois sobrados foram representados ao fundo da pintura: o da família Souza Aranha seria aquele desenhado à esquerda, mais próximo da rua do Rosário. O da direita, situado entre as ruas Regente Feijó e rua da Constituição (depois dr. Costa Aguiar), segundo Rodrigues (2010, pp. 286-287), referia-se à residência de Francisco de Campos Andrade.⁴⁸⁰ Entretanto, dados os pormenores que balizaram a elaboração do quadro, é complexo assumir que as características construtivas ali representadas fossem fiéis ao exemplar.

A chegada a Campinas do casal imperial, na visita de 1886, deu-se até o sobrado do conde, depois marquês de Três Rios – Joaquim Egídio de Souza Aranha –, que fora preparada para hospedar o imperador na cidade. Tratava-se de uma ampla casa, que já hospedara, em novembro de 1884, a princesa Isabel e seu marido, o conde d’Eu, acompanhados dos filhos, os príncipes d. Pedro de Alcântara, d. Luiz e d. Antônio e da baronesa de Suruí. Essa casa situava-se no largo da matriz nova (Lapa, 1995, p. 89 e Teixeira, 2011, p. 180). Em vista disso, as celebrações e festividades ocorridas nessa residência reafirmam o empenho familiar em reforçar alianças políticas e econômicas, além de formar o cenário perfeito para o exercício da urbanidade e da prosperidade material (Abrahão, 2010, p. 104).

A casa de Francisco Egídio de Souza Aranha e Maria Luzia de Souza Aranha foi um dos exemplares antigos (construído por Joaquim Aranha Barreto de Camargo) que foi modernizado, sofrendo reforma a partir de 1880 (Pupo, 1983, pp. 47-48). A data precisa da reforma é incerta, mas após o falecimento de Maria Luzia de Souza Aranha é possível que Joaquim Egídio de Souza Aranha tenha se mudado para esta residência. De exterior renovado, segundo Pupo (1983), a residência possuía “os requintes do mobiliário importado da França, de puro estilo...impondo-se ainda pela vastidão de sua área”, possuindo 12 janelas para a rua da Constituição e 15 janelas para a rua do Rosário. O número de janelas na fachada principal, as variações de salas e a existência do jardim podiam ser considerados indicadores da “nobreza” da casa (Aragão, 2017, p. 133):

⁴⁸⁰ Segundo Rodrigues (2010, p. 286), Francisco Ferreira de Campos Andrade casou-se com Maria Ferreira Bueno de Andrade e foi fazendeiro e cafeicultor em Campinas ao longo do século XIX.

Outra residência reformada havia sido construída por Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Pertenceu, posteriormente, à sua filha d. Maria Luzia de Souza Aranha e, ao neto Joaquim Egídio de Souza Aranha, marquês de Três Rios, **que a reformou modernizando suas feições arquitetônicas, retirando os beirais e substituindo-os por extensa platibanda revestida com azulejos claros e coroadas com estatuetas no alto. As janelas e a porta principal, com vergas retas, também sofreram alterações, sendo substituídas por vergas semicirculares e complementadas por bandeiras, valorizando o edifício** (Tonon, 2003 p. 177 - grifo da autora).

A então residência do marquês de Três Rios foi reformada após o teatro São Carlos (1863) e pouco tempo antes do término das obras da Catedral (1883). Em ambos os casos, as características arquitetônicas mais marcantes foram: a utilização de pilastras, janelas em arco pleno, porão, entablamento (com arquitrave, friso e cornija) e ático coroadado com estátuas (Rodrigues, 2010, pp. 294-295). Para Homem (1996, p. 57), as reformas que as residências coloniais sofreram a partir da segunda metade do século XIX envolveram azulejos revestindo as fachadas, a substituição dos beirais por platibandas encimadas por estátuas (observado na figura 61).



Figura 61. Fotografia do 2º Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos, em 1908, já no edifício situado no largo da matriz nova, antiga residência de Maria Luzia de Souza Aranha. Fonte: CMU. Coleção Cartões Postais Antônio Miranda. Acesso em fev. 2019.

Também data dessa época o revestimento das fachadas em tijolo (mediante o “encamisamento” da taipa), sendo esses considerados “índices de riquezas”, pois a multiplicação de sobrados com características “modernas” acabou individualizando essa tipologia de morada⁴⁸¹ (Homem, 1996, p. 57). Ao longo do inventário de Maria Luzia de Souza Aranha (1879), não há qualquer tipo de menção quanto às características construtivas da residência, entretanto, na mesma medida, na sequência dessa descrição, outros imóveis foram avaliados, sendo estas casas construídas em tijolo, como confirmam as descrições:

Por três casas de tijolos sitas na rua do Regente Feijó avaliadas pela quantia de sete contos e quinhentos mil réis [...] por uma casa maior de tijolos sita a rua do Regente Feijó, a quantia de dois contos e sete centos mil réis [...] por uma casa de tijolos com quintal grande, sita a mesma rua do Regente Feijó, com cocheira, a quantia de quatro contos de réis (CMU, 1879, p. 115).

Sendo assim, pela omissão da informação em contraste com a descrição dos outros imóveis no inventário, a hipótese sustentada é de que esta residência tenha sido construída com as paredes mestras em taipa de pilão. A hipótese do uso da taipa se sustenta quando são analisadas fotografias e plantas de reformas dessa residência (conforme se observa na figura 56). Do emprego da técnica construtiva de taipa, resultam algumas imposições, como o limite de pavimentos e grandes panos de parede, sem admitir saliências ou balanços. De fato, a austeridade na construção é perceptível neste exemplar, não se observam balanços e há uma regularidade na abertura das envasaduras. A reforma do imóvel garantiu, portanto, a durabilidade da taipa associada à versatilidade do tijolo nas soluções construtivas modernas assumidas. Possibilitou, dessa forma, a reforma das aberturas, solucionadas com vergas curvas e vedadas com janelas de guilhotina e bandeiras fixas de ferro fundido envidraçado. Essa mesma solução foi adotada para a residência senhorial dos Ferreira Penteado (conhecido como Palácio dos Azulejos), acarretando uma espessura final de alvenaria de cerca de 90 centímetros.

No inventário de Joaquim Egídio de Souza Aranha, realizado em 1893, a residência situada no largo da matriz nova não foi descrita nem avaliada, o que leva à compreensão de que essa residência tenha sido passada em vida a um de seus herdeiros.

⁴⁸¹ Segundo Homem (1996, pp. 75-77), a residência de Joaquim Egídio de Souza Aranha situada em São Paulo também possuía a fachada revestida com azulejos e platibanda ornada com estátuas, de influência neoclássica da arquitetura do Rio de Janeiro.

Contudo, entre 1888 e 1889, o imóvel foi tributado ao marquês de Três Rios, localizado na rua da Constituição sob número um, no valor de 4:200\$000 (quatro contos e duzentos mil réis)⁴⁸² (CMU, 1889, p. 06). Em 1898, foi protocolado junto à Câmara Municipal, por Joaquim Egídio de Souza Aranha (homônimo e neto do marquês de Três Rios), um pedido para fazer pequenos consertos na edificação:

Aos srs. engenheiros da intendência municipal: Campinas, 28-11-1898- Jacinto Fonseca, encarregado **pelo sr. Joaquim Egídio de Souza Aranha, proprietário do prédio da rua Costa Aguiar, nº1, precisando consertar o referido prédio vem requerer a devida licença.** Nestes termos. Eng. Jacinto Fonseca. Os consertos consistem primeiro no interior do terreno, na reconstrução de uma parede, em pintar a frente do prédio⁴⁸³ (CAMPINAS, proc. 1898/212, p. 01 - grifo da autora).

A partir de 1907, a residência foi reformada para se tornar sede do Segundo Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos de Campinas. Durante cerca de sete anos, este estabelecimento de ensino funcionou em outro edifício particular, na rua Marechal Deodoro nº 38, alugado pela Câmara Municipal (conforme se observa na figura 62).



Figura 62. Fotografia da primeira sede do Segundo Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos, situado na rua Marechal Deodoro número 38. Observa-se, ao fundo, uma construção em sobrado – tratava-se do Palácio Itapura, principal residência de Joaquim Policarpo Aranha e sua família no final do século XIX. Fonte: CMU, Coleção V8.

⁴⁸² Livro de Imposto sobre prédios no exercício de 1888-1889 Fonte: CMU – Coletoria de Rendas de Campinas.

⁴⁸³ Disponível em: <https://encurtador.com.br/ehlwU>. Acesso em set. 2023.

Não oferecendo, porém, boas condições para os fins a que fora destinado o referido prédio, foi feita, pela mesma corporação municipal, a adaptação do imóvel situado na rua Doutor Costa Aguiar nº1 para a instalação do Grupo Escolar Doutor Quirino dos Santos.⁴⁸⁴ Situado na parte central da cidade, o imóvel em questão possuía os requisitos de boa higiene escolar, salas de aula bastante espaçosas e bem iluminadas, dispondo ainda de um vasto e elegante salão, aproveitado para a realização de festas escolares (SÃO PAULO, 1907).

A partir de 1926, o imóvel teve seu uso alterado novamente, quando o Grupo Escolar deu lugar ao Cine República. O edifício foi remodelado, com instalações condizentes com uma sala para reprodução de filmes. O projeto de reforma do edifício se encontra no Arquivo Municipal de Campinas e, na planta baixa, desenhada em escala 1:100, é possível verificar que as paredes externas do edifício (que se voltam para as ruas Costa Aguiar e Francisco Glicério) são bem espessas, ou seja, reforçam a hipótese da taipa de pilão encamisada pela alvenaria de tijolos (observa-se na figura 63). O imóvel foi demolido ao logo do século XX em função de um incêndio ocorrido no Cine República.

⁴⁸⁴ O Segundo Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos começou a funcionar em 1900 em um prédio que não possuía as condições devidas para receber uma escola. Sete anos depois, ele foi transferido para o antigo solar de Maria Luzia de Sousa Aranha, viscondessa de Campinas, que foi construído em 1874. A adaptação de edifícios imperiais, que geralmente possuíam pátios quadrangulares e áreas grandes para circulação interna, era comum como solução para comportar as crescentes matrículas de novos alunos e ainda assim conter gastos com novas construções. Fonte: SÃO PAULO, Anuário do Ensino do Estado. Almanaque Escolar, ano 1907-1908. Inspectoria Geral do Ensino por ordem do governo do Estado (org.), 1907.

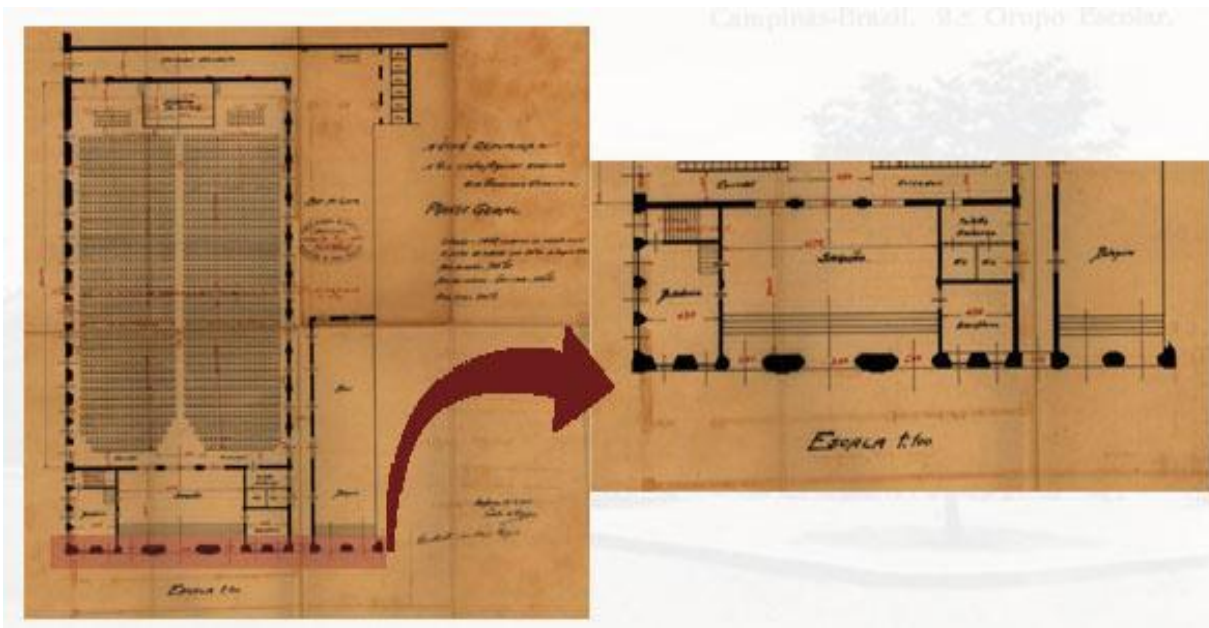


Figura 63. Planta Geral do projeto do Cine República em escala 1:100, à esquerda. À direita, ampliação da representação da alvenaria de fechamento, voltada para a rua Costa Aguiar, que reforça a hipótese da taipa de pilão encamisada. Fonte: Arquivo Municipal de Campinas.

ESPACIALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO VISUAL DAS RESIDÊNCIAS URBANAS E PERIURBANAS DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA

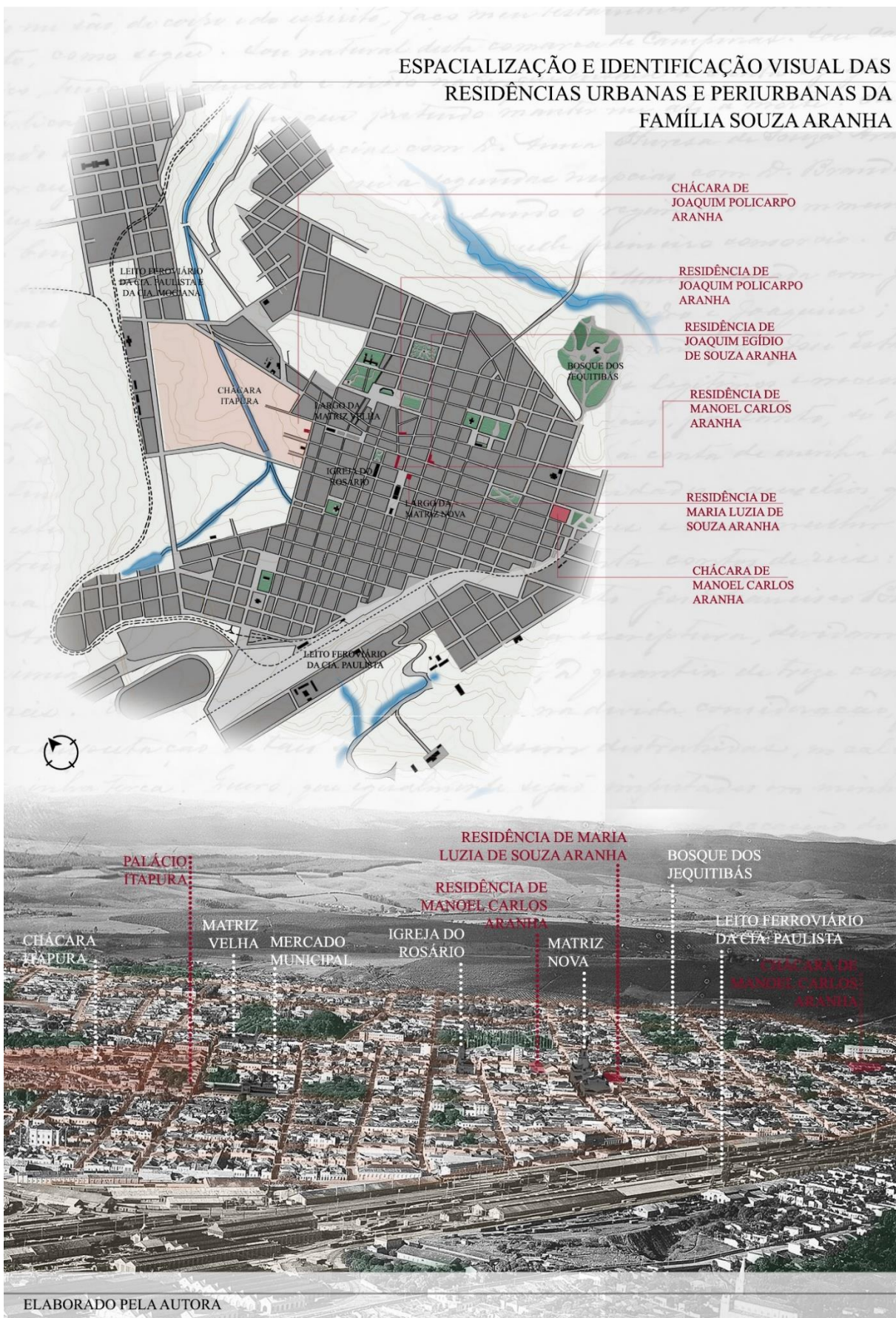


Figura 64. Espacialização e identificação visual das residências urbanas e periurbanas da família Souza Aranha. Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico de São Paulo (IGC). Coleção de Aerofotos Oblíquas 1939/1940 – CAMPINAS V.G. Núcleo Urbano – Tombo: 1658. Disponível em: <https://bit.ly/3yu8HtW>. Acesso em jun. 2022.



Figura 65. Montagem com várias fotografias da cidade de Campinas, tiradas a partir da torre da matriz nova. Em vermelho, da esquerda para direita: Palácio Itapura, residência de Manoel Carlos Aranha, residência de Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha, residência de Joaquim Egídio de Souza Aranha e chácara de Manoel Carlos Aranha. Disponível em: <https://encurtador.com.br/tDGHI>. Acesso em jul. 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou explorar a trajetória da família Souza Aranha dentro dos aspectos de formação territorial e diversificação das práticas dos agentes, bem como seus reflexos na produção da cidade de Campinas-SP, ao longo do século XIX e início do século XX. Portanto, a pesquisa teve por base o recorte temporal, a partir de 1806 – data em que Joaquim Aranha Barreto de Camargo se estabeleceu na vila de São Carlos e fundou o engenho do Mato Dentro – até início do século XX (1806-1902), quando os inventários lançaram luz ao montante familiar, bem como reflexo das práticas. A notoriedade e a participação intensa no agenciamento do espaço (tanto rural quanto urbano) ocorreu a partir de uma construção em uma longa duração, determinada para esta pesquisa a partir três gerações familiares.

A economia cafeeira, no que diz respeito à cidade de Campinas, teve seu impulso a partir da construção sólida da produção de açúcar, estabelecida na localidade ainda em fins do século XVIII. O êxito do sistema econômico se centrou no esforço de indivíduos que, através de práticas individuais e no conjunto familiar, construíram um complexo sistema de relações sociais e ligadas aos negócios. Desde o início da formação da localidade, unir interesses familiares foi uma estratégia que garantiu o prestígio de determinados sobrenomes da cidade, entre eles, os Souza Aranha.

As uniões endogâmicas, relações de compadrio, parentela e o mandonismo local foram estratégias que respaldaram as condutas dos agentes desta família no decorrer do século XIX, a contar pelo enlace consanguíneo de Maria Luzia de Souza Aranha com seu primo Francisco Egídio de Souza Aranha, que culminou no início do plantio de café por iniciativa da família. A partir dos herdeiros desta união, se estreitaram os laços com os supostos filhos de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, senhor do engenho do Atibaia.

Foram esses arranjos familiares que garantiram a reorganização e a expansão do patrimônio mediante mecanismos de dote, terça e meação, pois tornavam viável o desmembramento de propriedades rurais sem representar prejuízo ou perdas de bens da família. Pelo contrário, exprimia, em determinados casos, a possibilidade de novos êxitos econômicos, a contar pelo caso do engenho do Mato Dentro, desmembrado nas fazendas Mato Dentro, fazenda Brandina e fazenda Lapa. Outrossim, se associar a partir dos bens e das boas relações familiares se mostrou um traço característico e efetivo aos Souza Aranha através de afiliações entre parentes: como a sociedade entre Joaquim Policarpo Aranha e seu irmão Manoel Carlos Aranha, que garantiu o agenciamento de fazendas herdadas (como o sítio do Jaguari e o engenho do Atibaia), além da aquisição

de novas propriedades a partir de 1857, como a fazenda Pau d'Alho e a fazenda Santa Thereza, os colocando entre o rol dos principais lavradores da cidade.

Desde as primeiras décadas do século XIX, a família Souza Aranha teve uma participação expressiva na conquista de latifúndios que renderam êxito financeiro e base para as gerações posteriores. Conforme as relações e os rendimentos se intrincaram, fez-se necessário comercializar não somente o produto agrário, mas toda a infraestrutura que norteava a sua viabilidade. Dessa forma, à medida que a importância econômica dos negócios crescia, as gerações herdeiras se viram ampliando seu arbítrio para além do sistema mercantil, tornando-se, portanto, empreendedores e capitalistas e enxergando a cidade como um campo de atuação interessada. Se, por um lado, passaram a gerir suas múltiplas propriedades rurais, impulsionando o universo agrário, por outro, enxergaram a cidade como um campo de agenciamento mediante interesses próprios. Tomar iniciativas em prol da produção urbana se tornou um importante instrumento de afirmação social perante o império e como estratégia de manutenção das ocorrências externas. Ao pensar na perspectiva metodológica, o agenciamento do território, em um primeiro momento, se deu pela gestão e posse dos latifúndios mesclados pelas relações costuradas no bairro da vila, como cargos de confiança e a ascensão da produção.

Contudo, o caráter empreendedor que foi assumido por esses agentes da família Souza Aranha, essencialmente a partir de 1850, não se deu exclusivamente pela concentração do capital em novas oportunidades. Também a cuidadosa construção, geração após geração, de relações (entre outras práticas) permitiu associar a diversificação da fortuna (adquirida pela primeira geração) a relações familiares interessadas e a cargos de importância, os quais só foram obtidos pelas relações sociais conquistadas. Nesta conjuntura, tratou-se de sucessão de medidas locais ancoradas nas repercussões externas, contudo, norteadas pelo “seio familiar”. A família demonstrou, portanto, ser a “base” segura do êxito econômico, político e social; e o território, o meio de agenciamento, ora considerando ações no termo da vila, ora no espaço intraurbano e ora, em uma escala diminuta, no mobiliário e nos objetos que compunham o conjunto dos interiores de suas residências. Sob esse viés, a transição entre escalas – e olhá-las em conjunto das ações interessadas – se revelou como um importante instrumento da pesquisa. Reforça-se assim que o “jogo de escalas”, suscitado por Lepetit (2016), foi importante na compreensão das ações cunhadas pelos agentes modeladores da família Souza Aranha.

O conjunto sólido de estratégias culminou no financiamento de grandes companhias privadas que, além de financiar a economia da cidade de Campinas, foi executado de modo a interessar àqueles que estavam por trás dos investimentos. Em vista disso, as medidas de infraestrutura da cidade, angariadas pela chegada das ferrovias e de companhias privadas de melhoramentos urbanos, foram realizadas a reboque de capitalistas da família Souza Aranha, entre eles Manoel Carlos Aranha, Joaquim Policarpo Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha, que alcançaram esse *status* mediante respaldo financeiro e econômico estruturado pelo âmbito familiar e por gerações antecessoras.

Vale apontar que a participação nos melhoramentos e infraestrutura não se baseava unicamente no financiamento e aplicação de ações. Agentes como Joaquim Egídio de Souza Aranha e Manoel Carlos Aranha assumiram cargos como diretores das companhias ferroviárias, como forma de aumentar o prestígio, mas também garantindo que os trilhos interessassem ao escoamento de suas produções. Se tornou constante a participação dos Souza Aranha nas reuniões e na composição dos diretórios da companhia.

De forma indireta – e sob o discurso anunciado na imprensa local e na capital da província dos feitos dos “homens beneméritos” –, esses agentes foram costurando o território de Campinas em prol de suas predileções. O primeiro ramal férreo a chegar a Campinas, da Companhia Paulista, desapropriou terras de Joaquim Egídio de Souza Aranha e Joaquim Policarpo Aranha, além de contar com mais de 1.000 ações aplicadas na companhia pelos Souza Aranha. Com a companhia Mogiana, não foi diferente, o ramal que seguia sentido Mogi-Mirim perpassou diversas propriedades rurais pertencentes à família, além da chácara Itapura, de Joaquim Policarpo Aranha. Olhar tais ações do ponto de vista da família demonstrou que o agenciamento não possuía uma única forma de ser realizado, quanto menos uma única escala de observação seria possível de ser analisada. Analisar a conduta de agenciamento dos Souza Aranha perante os investimentos ferroviários pressupôs situar as propriedades no termo da cidade de Campinas, identificar as benfeitorias destas propriedades, avaliar os investimentos, apontando quais cargos possuíram e quais foram as conduções seguidas. Assim, olhou-se para a escala intraurbana de enxergar, na imprensa local, o que era divulgado diariamente sobre os feitos desses agentes; para a escala do território de ver onde estavam essas fazendas; e para a relação do desenho que os ramais ferroviários assumiram, consonantes com as sedes desses latifúndios.

Revela-se, portanto, que a conduta não condizia apenas com o financiamento dos serviços, como no caso das ferrovias, mas no agenciamento através da participação em cargos administrativos respeitáveis, que estiveram nas mãos de Carlos Noberto de Souza Aranha, de seu pai, Manoel Carlos Aranha, além de José Egídio de Souza Aranha, todos diretores, em momentos oportunos, da companhia Mogiana. O comportamento se estendia às atitudes de filantropia, na ajuda de causas urgentes, na construção de hospitais, na participação e organização de eventos religiosos, nas obras de edifícios, como a matriz nova de nossa Senhora da Conceição, e no empréstimo de escravizados para melhorias urbanas. Essas ações os interessavam sob o aspecto de estar “sob os holofotes” e serem reconhecidos por seus feitos, o que, pelos olhos do Império, lhes garantiu nobilitações, destinando-se à família Souza Aranha quatro títulos de baronato (barão de Três Rios, baronesa de Campinas, barão de Itapura e barão de Anhumas), um título de conde (conde de Três Rios), dois títulos de visconde (viscondessa de Campinas e visconde de Três Rios) e um título de marquês (marquês de Três Rios).

Entretanto, as melhorias urbanas significavam uma cidade de Campinas mais condizente com a realidade senhorial, e, portanto, o espaço urbano se tornou interessante sob diversas óticas. A partir do final do século XIX, a família Souza Aranha concentra atividades no ramo imobiliário, através da aquisição de imóveis urbanos com a finalidade de aluguel como alternativa rentável. Nesse sentido, Manoel Carlos Aranha, Joaquim Policarpo Aranha, Maria Brandina de Souza Aranha e Joaquim Egídio de Souza Aranha passaram a ser listados como principais proprietários de prédios urbanos em Campinas.

Produzir este espaço urbano, sobretudo, indicava melhorá-lo sob o olhar do que era moderno, uma vez que a cidade se tornou o espaço onde os principais exemplares senhoriais foram construídos, além do espaço onde atividades sociais, culturais e as relações de interesse ocorriam. As construções urbanas herdadas – existentes desde o início da primeira geração – sofreram reformas, como o sobrado de Maria Luzia de Souza Aranha na esquina entre a rua do Rosário (atual av. Francisco Glicério) e a rua da Constituição (atual rua Costa Aguiar), e as casas de Manoel Carlos Aranha e Joaquim Policarpo Aranha, situadas no terreno herdado de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, com frente para as ruas do Rosário e Direita (rua Barão de Jaguará). O privilégio na localização das residências herdadas e adquiridas reafirmava o agenciamento urbano, ou seja, estar próximo das principais atividades religiosas e culturais garantia a participação. Ademais, enxergar o montante desses imóveis urbanos, revelando 70 casas urbanas situadas na cidade de Campinas, apontou para a

transformação significativa do espaço urbano, onde por trás há um sobrenome, o qual nesta pesquisa foi desvelado. Ademais, a perpetuação do sobrenome Souza Aranha, no século XX, com gerações posteriores às estudadas nesta tese, sugere que a lógica das iniciativas individuais, encabeçadas por agentes específicos ou pelo âmbito familiar, permanece como prática de consolidação do sobrenome.

Além do mais, a tipologia de chácara como alternativa de morar se tornou uma realidade na família. Joaquim Policarpo Aranha construiu seu exemplar – a chácara Itapura, situada no espaço periurbano da cidade – e Manoel Carlos Aranha possuía a chácara do Largo São Paulo, ambas reafirmando o substrato econômico e marcando a formação e o desenvolvimento de novos estilos de morar da elite senhorial de Campinas. A chácara – enquanto tipologia fundiária situada nos arredores do espaço urbano, “acinturando” o que era a área urbanizada – congregava as vantagens e a privacidade do universo rural familiar com a proximidade geográfica das atividades cotidianas no meio urbano.

Considerando que a origem do capital dos Souza Aranha era oriunda das atividades agrárias baseadas na mão de obra escravizada, esta fortuna ganhou “novas roupagens” a partir das conjunturas econômicas e políticas decorrentes – a formação de companhias privadas, agenciamento de bancos, a distinção de cargos políticos, o apoio aos clubes e associações –, sofrendo uma ampla diversificação. O crescimento do patrimônio familiar dos Souza Aranha, até meados do século XX, seguiu ditado pela produção do café, contudo o excedente moldou novas possibilidades, viabilizando a urbanização da cidade de Campinas e gerando permanências que resistem na paisagem e no território até os tempos atuais.

Quanto aos aspectos metodológicos, salienta-se a complexidade de congregar documentos referentes à trajetória familiar dos Souza Aranha. Enveredar pelas fontes primárias, em meio ao campo da arquitetura e do urbanismo, se revelou um desafio, pois trabalhar com uma única série documental não supriu as respostas buscadas ao longo da investigação. Em vista disso, a imersão em documentos e fontes de caracteres diversos e o entrecruzamento das informações levantadas foi de grande valia para a pesquisa. Em certa medida, a pesquisa procurou demonstrar como o campo da arquitetura e do urbanismo tem a acrescentar às investigações ligadas à história urbana, no sentido da transformação do dado do documento em suma textual para a informação visual e espacial. Isso dá corpo a uma narrativa que, apesar de cotejar a perspectiva histórica e não perder de vista o rigor, embasa-se na representação visual e de análises que extravasam o documento enquanto conotação unicamente textual. Em outras

palavras, o olhar espacial e de interpretação de dados históricos por meio da produção gráfica, inerente ao profissional da arquitetura e do urbanismo, foi um dos objetivos, buscando “enxergar” essas ações por meio de “traços que vão além de textos”.

Em relação às séries documentais, compiladas de forma integral para este trabalho, os inventários analisados se mostraram como um desafio investigativo. Primeiramente, por decorrência da pandemia, acessar estes documentos já foi, por si, ímprobo. Quando acessados, os extensos volumes que compõem este *corpus* documental demonstraram ser uma fonte infundável de possibilidades analíticas para os estudos da história da arquitetura. Avistar esses documentos permitiu criar hipóteses de temporalidades que não resistiram aos dias de hoje. É o que ocorre para a residência de Maria Luzia de Souza Aranha e Francisco Egídio de Souza Aranha, situada no largo da matriz, e a residência de Manoel Carlos Aranha, na rua do Rosário, que foram demolidas ao longo do século XX. Assim, através da leitura cuidadosa dos autos de inventários sucessórios, foi possível reconstituir de forma hipotética determinados exemplares senhoriais da família.

Para esta tese, uma das principais contribuições no pecúlio destes documentos foi o de “recheiar” os interiores das casas em que esses agentes moravam, revelando costumes e hábitos por trás da materialidade que, ao final do século XIX e início do século XX, se mostrou tão “cara” à família. Sobretudo, revela-se um retrato, de certa maneira muito fiel, de como a representatividade e o simbolismo era uma premissa da afirmação familiar senhorial. Além de possibilitar um vislumbre de suas casas rurais e urbanas, os inventários revelaram o quanto a “estrutura” ditou o monte-mor e os ativos agregados ao espólio familiar, ou seja, na conjuntura Braudeliana, ao evento.

A análise, em sua totalidade, da série dos Registros Paroquiais de Terras para a cidade de Campinas (1854-1857) foi fundamental por determinados aspectos: primeiramente, a compreensão de que as propriedades declaradas não se resumiam àquelas rurais, havendo, portanto, propriedades situadas nos espaços periurbano e urbano de Campinas. A ausência de uma minúcia na lei em determinar, de forma clara e específica, as distinções e características de tipologias fundiárias (enquanto situadas no espaço rural, periurbano e urbano), colaborou para que as declarações realizadas nos Registros Paroquiais de Terras de Campinas abrangessem distintas formas de ocupação, revelando um território em que propriedades rurais – como fazendas, engenhos e sítios – se mesclavam às chácaras, situadas no espaço urbano em meio a terrenos e casas de morar. Assim, esta série documental se mostra como condução primordial para o conhecimento da história da formação territorial e um instrumento importante para

desvelar quais agentes atuavam neste território. Nesse ponto, o “jogo de escalas”, utilizado como referencial metodológico, permitiu vislumbrar o que representava o território da cidade de Campinas no período em que essas propriedades foram registradas. E mais: o papel dos Souza Aranha em meio a esses registros, se posicionando como uma das famílias que mais declararam possuir terras no termo da cidade.

Para a análise das listas nominativas de habitantes, ressalva-se a importância de olhar para essa série sem limitá-la como documentos demográficos. Pelo contrário, a presente tese procurou demonstrar como essa série documental serviu para identificar o deslocamento da família Souza Aranha, revelando a trajetória de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, na vila de São João de Atibaia, migrando para a vila de Castro ao encontro de seu irmão Joaquim Aranha Barreto de Camargo, até se fixarem em terras da vila de São Carlos. Em outras palavras, perseguir esta documentação de forma serial para várias localidades, possibilitou “mapear” o deslocamento da família Souza Aranha ao longo território da capitania de São Paulo, ao final do século XVIII, consoando ao processo de ocupação e interiorização do território paulista. Neste ponto, a “ação situada” foi revelada no deslocamento dos agentes para buscarem seus interesses individuais. No caso de José Francisco Barreto de Camargo, seu ofício sacerdotal e de se estabelecer, posteriormente, na vila de Castro com o irmão, onde adquiriram latifúndios e constituíram recursos através da atividade pecuária. Estas atividades possibilitaram financeiramente chegarem e se fixarem em terras da vila de São Carlos para fundarem seus engenhos e serem inseridos rapidamente na lógica da produção lucrativa de açúcar, nas primeiras décadas do século XIX.

Outro “uso” inerente a esta série documental, e que intenciona ser de serventia a outros estudos de história urbana, foi a tentativa de se enxergar a lógica utilizada por trás do arrolamento das listas nominativas. Em outras palavras, a hipótese de quais eram os critérios determinados para o recenseamento referente a cada porção do território. Essa análise revelou quais bairros existiam no termo da vila de São Carlos até 1818 e permitiu identificar o perfil desses bairros, bem como vislumbrar quais eram os agentes por trás do fomento dessas áreas. Através dessa análise “macro”, foi possível situar Joaquim Aranha Barreto de Camargo (com seu engenho do Mato Dentro) e José Francisco Aranha Barreto de Camargo (com o engenho do Atibaia). O olhar cuidadoso aos agregados e aos seus “fogos” colocou a luz sobre as relações familiares, provavelmente não assumidas por “litígios sociais”, como o caso de Joaquim Policarpo Aranha, Manoel Carlos Aranha e Iria Balbina de Campos, prováveis filhos de José

Francisco Aranha Barreto de Camargo. Neste aspecto, reforça-se como a integridade do sobrenome familiar foi também um recurso alçado para o agenciamento familiar.

Sob outro aspecto, quando elaborada a dissertação de mestrado entre 2017 e 2019, a análise havia se centrado sobre um agente modelador da cidade de Campinas: Joaquim Policarpo Aranha, o barão de Itapura. Naquele momento, direcionada em uma trajetória individual, a pesquisa desvelou processos nítidos de conversão do espaço rural em espaço urbano (bairros e equipamentos) e identificou como o arbítrio (direto e indireto) desse agente foi determinante para acionar vetores de urbanização a áreas da cidade de Campinas que sofreram valorização e beneficiaram a família direta deste agente.

Ao ampliar o escopo investigativo para a presente tese, pretendia-se, inicialmente, enxergar este processo para outros agentes da família Souza Aranha e, conseqüentemente, para outras áreas da cidade de Campinas. Dessa forma, foi possível revelar como as ações se traduziram em um processo recorrente de produzir fragmentos da cidade sob a ótica de agentes e, ainda, demonstrar que a trans(formação) de Campinas, singularmente, no século XX, teve por base os agentes ligados à elite senhorial atuantes ao longo do século XIX. Sobretudo, quando se olha para a alçada familiar (ou seja, múltiplas trajetórias), outras emergências e assuntos primordiais foram suscitados e, entre eles, a necessidade de lançar luz ao território latente ao recorte temporal, sobre o qual muito a historiografia discorre, mas pouco “se enxergava”.

Nesse sentido, reconstruir, hipoteticamente e em momentos distintos, esse território e situar esses agentes foi um desafio não mensurado inicialmente no escopo desta pesquisa. De certa forma, compreender a atuação familiar subentende olhar para o termo da cidade de Campinas como um todo e não para áreas isoladas. Dito isso, aponta-se que o objetivo de avançar nos estudos sobre os desdobramentos do patrimônio desta família para o século XX, compreendendo os processos de conversão e formação de bairros e áreas urbanizadas em Campinas, não se findam neste trabalho.

Por fim, buscou-se demonstrar, através do estudo específico da família Souza Aranha, enquanto uma parcela do grupo senhorial da cidade de Campinas, à semelhança de outras famílias, entendendo ser uma das principais contribuições deste trabalho, um método maduro para outros estudos ligados ao campo da história urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

DOCUMENTOS MANUSCRITOS.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Lista nominativa de habitantes para vila de Castro, 1796-1824. Rolos 226,227 e 228. Lata 0198 (microfilmado).

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Lista nominativa de habitantes para vila de São João do Atibaia,1793-1797. Disponível em: <<https://bit.ly/3D6K4mZ>>. Acesso em mar. 2017.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1797, 82 fls.- Campinas. Ref. 025_002.Disponível em: <<https://bit.ly/3Fbys2I>> Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1798, 147 fls.- Campinas. Ref. 025_003.Disponível em: <<https://bit.ly/3ncfajr>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1799, 327 fls.- Campinas. Ref. 025_004.Disponível em: <<https://bit.ly/3wFfxub>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1800, 137 fls.- Campinas. Ref. 025_005.Disponível em: <<https://bit.ly/3wIW6Ri>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1801, 130 fls.- Campinas. Ref. 025_006.Disponível em: <<https://bit.ly/3C7LMmO>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Lista nominativa de habitantes para a vila de São Carlos de 1803,165 fls.- Campinas. Ref.025_007. Disponível em: <<https://bit.ly/30iqt5i>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1804, 217 fls.- Campinas. Ref. 025_008. Disponível em: <<https://bit.ly/3kyZZDf>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1806, 232 fls. Campinas. Ref. 026_001. Disponível em: <<https://bit.ly/3F6roV1>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1807, 210 fls. Campinas. Ref. 026_002. Disponível em: <<https://bit.ly/3C9ddg6>>. Acesso em mar. 2021.

APESP. Listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos anos de 1808, 208 fls. Campinas. Ref. 026_003. Disponível em: <<https://bit.ly/30hWh9Q>>. Acesso em mar. 2021.

APESP. Listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos anos de 1809, 202 fls. Campinas. Ref. 026_004. Disponível em: < <https://bit.ly/3n7rSEn> >. Acesso em mar. 2021.

APESP. Listas nominativas de habitantes para a vila de São Carlos anos de 1810, 203 fls. Campinas. Ref. 026_005. Disponível em: < <https://bit.ly/3c6bxcK> >. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1811, 138 fls.- Campinas. Ref. 026_006. Disponível em:<<https://bit.ly/3Dd2T88>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1812, 186 fls.- Campinas. Ref. 026_007. Disponível em: <<https://bit.ly/30dUsLh>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1813, 137 fls.- Campinas. Ref. 026_008. Disponível em: <<https://bit.ly/3C9dvDI>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1814, 171 fls.- Campinas. Ref. 026_009. Disponível em: <<https://bit.ly/3qz7wpG>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1815, 153 fls.- Campinas. Ref. 027_001. Disponível em: <<https://bit.ly/3n8EIHZ>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1816, 156 fls.- Campinas. Ref. 027_002. Disponível em: <<https://bit.ly/3HdRszz>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1817, 216 fls. Campinas. Ref. 027_003. Disponível em: <<https://bit.ly/31Yw2X3>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1818, 191 fls. Campinas. Ref. 027_004. Disponível em: <<https://bit.ly/3ChVKck>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1822, 217 fls. Campinas. Ref. 027_006. Disponível em: < <https://bit.ly/3NZtHQs>>. Acesso em mar. 2021.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Lista nominativa de habitantes para vila de São Carlos de 1836, Campinas. Ref. 027-013 Disponível em: < <https://bit.ly/3wDisU8> >Acesso em mar. 2017.

APESP. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Registro Paroquial de Terras de Campinas (1854-1857). Microfilme, Livro nº 114, número de ordem 5.4.116.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Tombamento de Bens Rústicos de 1818 para Vila de São Carlos, 5 fls.

ARQUIDIOCESE, Cúria Metropolitana de Campinas. Registro- Acervo da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Caixa 02 Processo 5899. Folha avulsa datada de 3 de dezembro de 1872.

CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal de. Leis, Resoluções. 1894.

CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1893-1894, Livro 044-01.

CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal. Livro dos Códigos de Posturas e Editaes, 1879-1891.

CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal de. Pasta de pareceres da Câmara Municipal Ano:1889-1891 cx.22. Folhas Avulsas.

CAMPINAS. Arquivo da Câmara Municipal. Arquivo. Atas das Sessões da Câmara Municipal da Vila de São Carlos. Caixa BR SPGEDOCCMC A002-007, 1845.

CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal de. Pareceres da Câmara 1889-1891. Cx. 16 2240 C. Folhas avulsas, 09 p.

CAMPINAS, Arquivo da Câmara Municipal de. Livro Correspondências Posturas Editais 1856 a 1872. p. 34 a pp. 43. Disponível em: < <https://bit.ly/3qAgHGp> >. Acesso em julho de 2021.

CAMPINAS, Arquivo Municipal. Série de 07 Livros de Emplacamento.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1895, Livro 044-02.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1896, Livro 044-03.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1898, Livro 044-05.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1899, Livro 044-06.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1900, Livro 044-07.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1901, Livro 044-08.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1902, Livro 044-09.

CAMPINAS, Arquivo Municipal de. Livros de Impostos sobre o café, 1903, Livro 044-10.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de d. Eufrozina Mathilde da Silva Botelho, 1811. Ofício 01, Caixa 10. Processo: 249.

CMU, Centro de Memória - UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Testamento de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, 1836. Ofício 01, Caixa 692. Processo: 97753.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha Barreto de Camargo, 1839. Ofício 01, Caixa 89. Processo: 0270.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Francisco Egídio de Souza Aranha, 1861. Ofício 01, Caixa 94. Processo: 1859.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Anna Thereza de Souza Aranha, 1865. Ofício 03, Caixa 401. Processo: 7021.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Iria Balbina Campos, 1875. Ofício 04. Caixa 227. Processo: 4694.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Maria Luzia de Souza Aranha (viscondessa de Campinas), 1879, 02 vols. Ofício 03. Caixa s/n. Processo: 7374

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Carlos Egídio de Souza Aranha, 1885. Ofício 04, Caixa 248. Processo: 4890.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Maria Francisca Barbosa Aranha, 1887. Vol. 01. Ofício 04, Caixa 253. Processo: 4944.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Maria Francisca Barbosa Aranha, 1889. Vol. 02. Ofício 04, Caixa 253. Processo: 5121.

CMU, Centro de Memória - UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário Amigável do Barão e Baronesa de Itapura, 1889. Ofício 02, Caixa 236. Processo: 5623.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Protesto de José Francisco Barbosa Aranha à Joaquim Paulino Barbosa Aranha, 1889. Ofício 01, Caixa 356. Processo: 5672.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário em vida de d. Maria Brandina de Souza Aranha, 1893. Ofício 03, Caixa 509. Processo: 7674.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do comendador Manoel Carlos Aranha, 1894. 02 vols. Ofício 03, Caixa 511. Processo: 7686.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Partilha de bens de d. Maria Brandina de Souza Aranha, 1894. Ofício 01. Caixa 389. Processo: 6070.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário do Barão de Itapura, 1902. Ofício 04, Caixa 244. Processo: 5899.

CMU, Centro de Memória -UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Ação de divórcio de Argentina Aranha e Manoel Lopes Fortuna, 1909. Ofício 01, Caixa 555 Processo: 10335.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de José Francisco Aranha, 1916. Ofício 03, Caixa XX. Processo: 7988.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Sessão Tribunal de Justiça de SP, Comarca de Campinas. Inventário de Baronesa de Itapura, 1921. Ofício 03, Caixa 570. Processo: 7993.

CMU, Centro de Memória - UNICAMP. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1883-1884.

CMU, Centro de Memória -UNICAMP. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1885.

CMU, Centro de Memória -UNICAMP. Sessão da Colectoria da Cidade de Campinas. Lançamento de Imposto sobre Prédios, 1875.

CMU, Centro de Memória da UNICAMP. 1º Cartório de Registros e Títulos. Série de Indicadores Reais 1868-1975. Subsérie 02. Livro I.

TJSP, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Inventário do Marquês de Três Rios, 1894. Ofício 03, 08. Vols. Processo: 3057.

DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS.

APESP. Levantamento Cartographico da Comissão Geographica e Geológica. Folha de Campinas, 1900.

APESP. Levantamento Cartographico da Comissão Geographica e Geológica. Folha de Campinas, 1911.

APESP. Levantamento Cartographico da Comissão Geographica e Geológica. Folha de Campinas, 1925.

APESP, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Carta da Câmara e Mappa em Sombra, 1810. Ref.0241 10-1-25A.

CAMPINAS, Arquivo Municipal. Planta Cadastral da Cidade de Campinas de 1929, folha de nº15 (digitalizada).

CAMPINAS, Arquivo Municipal. Planta da cidade de Campinas e seus edifícios principaes, 1878 levantada por Luigi Pucci. (digitalizada).

CAMPINAS, Arquivo Municipal. Planta da cidade de Campinas, 1916 *in* Monographia de Campinas- Apontamentos- para uso dos alunos do curso preliminar- por um professor Campineiro. 1ª ed. Typ. Casa Genoud Campinas, 1916 (digitalizada).

Planta do Município de Campinas em 1900 *in* AMARAL, Leopoldo (org.) A cidade de Campinas em 1900. Typ. a vapor da casa Livro Azul: Campinas, 1899, p. 38 (digitalizada).

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA IMPRESSA.

BRASIL, Decreto nº 1.318 de 30 de janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Coleção das leis do Império do Brasil, Tomo 17, parte 2. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854, pp. 10-29. Disponível em: <<https://bit.ly/3g9qsWy>>. Acesso em julho de 2020.

BRASIL, Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias nacionais, e de estrangeiros, autorizando o governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Coleção das leis do Império do Brasil. Tomo 11, parte 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851. pp. 307-313. Disponível em: <<https://bit.ly/3g9qsWy>>. Acesso em jul.2020.

BLUTEAU, Rafael. Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico...: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos; e offerecido a El Rey de Portugal D. João V. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus. Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728. 8 v. (2 suplementos). Disponível em: <<http://bit.ly/3ueO6po>>. Acesso em abr. 2021.

CONGRESSO Agrícola do Rio de Janeiro, 1878. Anais Introdução e notas de José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. (Edição fac-similar reproduzida do original publicado em 1878 pela Typographia Nacional).

MOGYANA, Relatório da directoria da Companhia para a sessão de Assembleia Geral de acionistas de 2 de março de 1879. São Paulo: Typographia do Diário de Campinas, 1879. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/uvAMQ>> . Acesso em set.2023.

PAULISTA, Relatório da directoria da Companhia para a sessão de Assembleia Geral de 28 de janeiro de 1872. São Paulo: Typographia do Correio Paulistano, 1872. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/hoqw7>>. Acesso em set. 2023.

OCTAVIO, Benedicto. Campinas Antiga- As Festas de 1846. Campinas: Typographia à vapor Livro Azul, 1905.

VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de Vasconcellos Barão de. Arquivo nobiliárquico brasileiro. Lausanne, Suíça: Imprimerie La Concorde, 1918. Disponível em: <<https://bit.ly/anabeatrisfmenegaldo>>. Acesso em ago. 2023.

ALMANAQUES.

AMARAL, Leopoldo (org.) A cidade de Campinas em 1900. Typ. a vapor da casa Livro Azul: Campinas, 1899.

AMARAL, Leopoldo (org.) A cidade de Campinas em 1901. Typ. a vapor da casa Livro Azul: Campinas, 1900.

APESP, SÃO PAULO (ESTADO). SECRETARIA DA CULTURA. DEPARTAMENTO DE MUSEUS E ARQUIVOS DO ESTADO. DIVISÃO DE ARQUIVO DO ESTADO. Fac-sim. de: Repertório das Sesmarias: concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo desde 1711 até 1821 / Secretaria da Educação e Saúde Pública; org. pela Seção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado – São Paulo: Tip. do Globo, 1994.

BARCELLOS, Henrique de. (org.) Almanach do Correio de Campinas para 1886. Typ. a vapor do Correio de Campinas, 1886.

BARCELLOS, Henrique de. (org.) Almanach do Correio de Campinas para 1886. Typ. a vapor do Correio de Campinas, 1886.

FERREIRA, Carlos; DUTRA, José Hypólito da Silva. (orgs.) Almanach Popular para o ano de 1878. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1877.

FERREIRA, Carlos; DUTRA, José Hypólito da Silva. (orgs.) Almanach Popular para o ano de 1879. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1878.

LISBOA, José Maria (org.). Almanak de Campinas para o ano de 1871. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870.

LISBOA, José Maria (org.). Almanak de Campinas para o ano de 1872. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1871.

LISBOA, José Maria (org.). Almanak de Campinas para o ano de 1873. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872. Em anexo MOLINA, Thomáz Carlos de. Almanak de São João do Rio Claro para o ano de 1873 Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872.

MARQUES & IRMÃO (org.). Almanak administrativo, mercantil e industrial da Provincia de S. Paulo para o anno de 1857 / organizado e redigido por Marques e Irmão. 1º anno. S. Paulo: Typ. Imparcial de J. R. de Azevedo Marques, 1857.

PINHEIRO, José Gonçalves. Almanach de Campinas para 1888. Campinas: Typ. do Correio de Campinas, 1871.

JORNAIS.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1869, ed. 00001, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivrn>>..Acesso em out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1870, ed. 00028, p, 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivs4>>. Acesso em jun. 2021

CAMPINAS, A Gazeta de. 1870, ed. 00030, pp. 02-03. Disponível em: <<https://bit.ly/3C7OkRU>>. Acesso em jun. 2021.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1870, ed. 00069, pp. 01-02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivr8>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1870. ed. 00080, p. 03. Disponível em: <<https://bit.ly/3xjmKAd>>. Acesso em out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1870, ed. 00093, p. 03. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/lrv46>> Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de 1870, ed. 00107, p. 04. disponível em: <<https://abre.ai/ivtR>>. Acesso em set. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1870, ed. 00108, p. 04. Disponível em: <<https://abre.ai/ivuc>>. Acesso em set. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1870, ed. 00362, p. 03. Disponível em: <<https://bit.ly/3F9xe8g>>. Acesso em jun. 2021.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1871, ed. 00151, pp. 02-03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivwy>>. Acesso em out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1871, ed. 00155, pp. 03-04. Disponível em: <<https://abre.ai/ivwU>>. Acesso em out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1871, ed. 00168, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivxq>> .Acesso em set. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1871, ed. 00189, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivxI>>. Acesso em mar. 2017.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1871, ed. 00211, p. 04. Disponível em: <<https://bit.ly/3n7K0xQ>>. Acesso em out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1871, ed. 01335, p. 01. Disponível em: <<https://bit.ly/3EZY2fM>>. Acesso em out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00237, p. 02. disponível em: <<https://abre.ai/ivx9>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00238, p. 02. Disponível em: <<https://bit.ly/48yyYqC>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00260, p. 03. Disponível em: <<https://bit.ly/48VEEee>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00273, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivxT>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00279, p. 03. Disponível em: <<https://bit.ly/3naiKkX>>. Acesso em abr. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00289, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivBx>>. Acesso em mar. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00299, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivwh>>. Acesso em mar. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1872, ed. 00302, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivyq>>. Acesso em out. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1873, ed. 00323, p. 02. Disponível em: <<https://bit.ly/3OoRBD3>>. Acesso em mai. 2022.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1873, ed. 00365, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivy9>>. Acesso em out. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1873, ed. 00393, p. 02. Disponível em: <<https://bit.ly/3U124dH>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1873, ed. 00416, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivyI>>. Acesso em 20 de out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1873, ed. 00418, p. 05. Disponível em: <<https://abre.ai/ivyT>>. Acesso em out. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1874, ed. 00425, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivBL>>. Acesso em mar. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1874, ed. 00434, p. 05. Disponível em: <<https://abre.ai/ivzq>>. Acesso em out. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1874, ed. 00440, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivCe>>. Acesso em 20 de out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1874, ed. 00458, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivCp>>. Acesso em mar. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1874, ed. 00461, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivCz>>. Acesso em mar.2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1874, ed. 00481, p. 02. Disponível em: <<https://bit.ly/4aZylry>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1874, ed. 00510, p. 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivzE>>. Acesso em out. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1875, ed. 00523, p. 02. Disponível em: <<https://bit.ly/3HhzgGv>>. Acesso em jan. 2024.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1875, ed. 00532, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivAf>>. Acesso em out. 2023

CAMPINAS, A Gazeta de. 1875, ed. 00544, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivAt>>. Acesso em out. 2023.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1875 ed. 00551, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivA8>>. Acesso em out. 2020.

CAMPINAS, A Gazeta de. 1875, ed. 00559, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivBn>>. Acesso em out. 2023.

CMU, A Gazeta de Campinas. 1875, s/n, p. 03, ref. 1010- versão impressa.

CMU, A Gazeta de Campinas, 1876, nº911, ref. 1301, pp. 02-03- versão impressa.

CMU, A Gazeta de Campinas, 1877, nº910, ref. 1329, p. 02- versão impressa.

PAULISTANO, Correio. 1862, ed. 01972, p. 01 disponível em: <<https://abre.ai/ivHz>>. Acesso em set. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1863, ed. 02233, p. 03. disponível em: <<https://abre.ai/ivHN>>. Acesso em set. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1863, ed. 02214, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivHZ>>. Acesso em set. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1872, ed. 04797, p. 01. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/crvG3>>. Acesso em out .2022.

PAULISTANO, Correio. 1872, ed. 04799 p. 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivC0>>. Acesso em mar. 2020.

PAULISTANO, Correio. 1872, ed. 04837, p. 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivIa>>. Acesso em set. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1875, ed. 00547, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivFw>>. Acesso em out. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1875, ed. 05490, p. 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivDm>>. Acesso em out. 2022.

PAULISTANO, Correio. 1875, ed. 05658 p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivFl>>. Acesso em out. 2022.

PAULISTANO, Correio. 1877, ed. 06086, p. 02 Disponível em: <<https://abre.ai/ivHd>>. Acesso em ago. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1879, ed. 06677, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivDb>>. Acesso em nov. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1879, ed. 06811, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/hZeF>>. Acesso em ago. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1879, ed. 06813, p. 03. Disponível em: <<https://abre.ai/ivGY>>. Acesso em ago. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1879, ed. 06670 p. 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivHp>>. Acesso em mai. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1879, ed. 06798, p. 01. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/flsRV>>. Acesso em ago. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1883, ed. 07899, pp. 01-02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivGI>>. Acesso em out. 2017.

PAULISTANO, Correio. 1883, ed. 08020, p. 02. Disponível em: <<https://abre.ai/ivIn>>. Acesso em nov. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1883, ed. 08194, p. 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivIx>>. Acesso em nov. 2023.

PAULISTANO, Correio. 1884, ed. 08353, p. 01. Disponível em: <<https://abre.ai/ivIV>>. Acesso em nov. 2023.

CAMPINAS, Gazeta *in* Hemeroteca Digital Brasileira- Biblioteca Nacional Digital, 1869-1875. Disponível em: <<https://bit.ly/3wUge2Z>>. Acesso em mar. 2020.

CMU, Centro de Memória- UNICAMP. Gazeta de Campinas. 1869-1925 (digitalizado).

PAULISTANO, CORREIO *in* Hemeroteca Digital Brasileira- Biblioteca Nacional Digital, 1850-1940. Disponível em: <<https://bit.ly/3wIq5Q3>>. Acesso em mar. 2020.

SÃO PAULO, O Estado de. 1870-1920. Disponível em: <<https://bit.ly/3wF7oWq>>. Acesso em jan. 2019.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA.

ABRAHÃO, Eliane Morelli. Morar e viver na cidade-Campinas (1850-1900) - Mobiliários e utensílios domésticos. São Paulo: Alameda, 2010.

ABRAHÃO, Eliane Morelli. Mobiliário e utensílios domésticos dos lares campineiros (1850-1900). Dissertação (mestrado). UNICAMP, 2008.

ABRAHÃO, Fernando Antônio. Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, 2015.

AGUIRRA, João B. de C. Tombamento de 1817: propriedades rurais na capitania de São Paulo. Revista do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, São Paulo, v. X, pp. 57-64, 1935.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. História da vida privada no Brasil: Império. Companhia das Letras, 1997.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O pecado original da sociedade e da ordem jurídica Brasileira. Novos Estudos – CEBRAP, 2010.

ALFONSO, Felipe Rodrigues. A fronteira escravista entre o açúcar e o café: Campinas, 1790-1850. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2018.

ALMEIDA, Leandro Antônio de. Senhores de Terra da Vila de Itu em 1817. Revista da ASBRAP, São Paulo, v. 7, pp. 7-77, 2001.

ALVES, Caleb Faria. Benedito Calixto e a Construção do Imaginário Republicano. Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, 2000.

ALVES, Daniele de Sá. Um passeio pela chácara da Hera: do quintal da família Teixeira Leite ao jardim do museu como espaço museológico relacional, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. Arquitetura campestre na obra de Ramos de Azevedo: a arquitetura rural campineira: a Fazenda São Vicente em Campinas. Dissertação (mestrado), PUC- Campinas, 2009.

AMOROSO, Maria Rita Silveira de Paula. Entre o rural e o urbano: os limites e as potencialidades de preservação da paisagem cultural das regiões norte e leste de Campinas/SP. Tese (doutorado), UNICAMP, 2016.

ANDRADE, Mateus Rezende de. Compadrio de posse da terra: da produção do espaço às hierarquias sociais (Vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1804-1856). Tese (doutorado), UFMG, 2018.

ANJOS, Nathane de Matos Almeida dos; DIAS, Marcelo Henrique. Fontes para a História: Registros Paroquiais e questão de terras em Olivença- Bahia no século XIX. VIII Encontro Estadual de História, ANPUH-BA, Feira de Santana, 2016.

ANUNZIATA, Antônio Henrique Felice. O patrimônio ferroviário e a cidade: a companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Campinas (1872-1971). Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2013.

ARAGÃO, Solange De. Ensaio sobre a Casa Brasileira do século XIX. São Paulo: Blucher, 2017.

ARAUJO, Lucas Henrique Gregate. Retórica do Arquivamento: patrimonialização, memória e o esquecimento nos processos de tombamento do Centro Histórico Expandido de Campinas. *Epígrafe*, 8(8), pp. 138-172, 2020.

ARAUJO, Maria Lucília Viveiros; NOZOE, Nelson Hideiki. Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos. 2003. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

ARAUJO, Girleane Santos; DIAS, Marcelo Henrique. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol.09, nº01, jan-jun, 2016.

ARGOLLO FERRÃO, André Munhoz de. Arquitetura do café. Campinas, SP. Ed. UNICAMP, 2004.

ASSIS, Vinícius Augusto Andrade de. A FLOR DE SENZALAS MIÚDAS: Escravidão e parentesco nos campos de Castro (1789-1836). Dissertação (mestrado) Universidade Estadual de Londrina-UEL, 2020.

AZEVEDO, Rodrigo de; PEREIRA, Renata Baesso. Fazenda Matto Dentro, Campinas-SP: do rural ao urbano, formação e processos fundiários. Anais do XXII Encontro de Iniciação Científica, PUC-Campinas, 2017.

AZEVEDO, Rodrigo de. FAZENDA MATTO DENTRO, CAMPINAS-SP: DO RURAL AO URBANO, FORMAÇÃO E PROCESSOS FUNDIÁRIOS. Relatório final de atividades de iniciação científica, PUC-Campinas, 2017.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória-UNICAMP - CMU, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. "Fontes Documentais. Uso e mau uso dos arquivos". In Pinsky, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 23-79.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Arrolando os habitantes no passado: as listas nominativas sob um olhar crítico. *Locus*, revista de História (Juiz de Fora) 2008, v. 14, pp. 107-124.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; TEIXEIRA, Paulo Eduardo. In RIBEIRO, Suzana Barretto (org.). *Sesmarias, Engenhos e Fazendas – Arraial dos Souzas*, Joaquim Egydio, Jaguaray (1792-1930). Volume 01. Campinas Gráfica Mundo, 2016.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. Campinas, o despontar da modernidade. Campinas: Áreas de Publicações - CMU/ UNICAMP, 1996.

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. “Campinas: A transição da cidade rural para a cidade industrial”. In MEDRANO, Lilia Inés Zanotti; GODOY, João Miguel de Teixeira. (org.) Campinas: visões de sua história. Átomo, 2006, pp. 133-160.

BAENNINGER, Rosana. Espaço e Tempo em Campinas: Migrantes e a expansão do polo industrial paulista. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BARBAS, Manoel Valente. A família Aranha na vila de Itu do século XVIII e início do século XIX. Revista da ASBRAP, nº6, pp. 140-168, 1999.

BARBOUR, Ana Maria. Registros de compra e venda de imóveis no Pari: um olhar sobre a urbanização de São Paulo no início da República. ANAIS DO MUSEU PAULISTA São Paulo, Nova Série, vol. 31, 2023, p. 1-39. e27.

BASSANEZI, Maria Silvia (org). SÃO PAULO DO PASSADO: DADOS DEMOGRÁFICOS 1854 II. Campinas: Núcleo de Estudos de População - NEPO, 1998. v. II.

BATTAGLIA, Luísa. Cadastros e registros fundiários: a institucionalização do descontrolado sobre o espaço no Brasil. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1995.

BATTISTONI FILHO, Duílio. Campinas: Uma visão Histórica, Campinas: Ed. Pontes, 2002.

BERTO, João Paulo. Centro de Memória-UNICAMP (CMU): um percurso intelectual. Acervo, v. 34, n. 1, pp. 154-174, 14 dez. 2020.

BENTO, Flávio Roberto Gomes. Crescimento Populacional e Urbanização: o caso do Distrito de Joaquim Egídio- Campinas (Trabalho de conclusão de curso), UNICAMP, 1997.

BIANCONI, Renata. Dinâmica econômica e formas de sociabilidade: aspectos da diversificação das atividades urbanas em Campinas (1870-1905). Dissertação (mestrado), Instituto de Economia, UNICAMP, 2002.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. Desenho urbano de Campinas: implantação e evolução. Dissertação (mestrado) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BITTENCOURT, Luiz Claudio. Riscando a Cidade. Cartografia Histórica e Desenho Urbano de Campinas. Campinas, CMU/UNICAMP, 2009.

BRASIL. Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Disponível em: <<https://bit.ly/3woM0D5>>. Acesso em: jul. 2021.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. O cotidiano da atuação do vigário da vara da comarca do serro do frio, Minas Gerais, 1714-1821. Revista de História Social y de las Mentalidades, volumen 24, nº2, pp. 41-68, 2020.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal - família e sociedade (São João Del Rei, séculos XVII e XIX). Tese (doutorado), UFF, Niterói, 2002.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Dossiê: Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. Anais do Museu Paulista. São Paulo N Sér. V.20, nº01, pp. 11-40, 2012.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Aspectos do Mercado Imobiliário em Perspectiva História: São Paulo (1809-1950), 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

BUENO, B. P. S.; ARRAES, E. A.; MOURA, N. M. de; BORSOI, D. F. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 4-53, 2018. Disponível em: < <https://bit.ly/30isQVK> >. Acesso em ago. 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Introdução. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 29, 1-9, 2021.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Por uma arqueologia da paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. Labor E Engenharia, 11(3), 242-262, 2017.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. O Brasil- Colônia: em que medida mais urbana do que parece à primeira vista? Congreso Iberoamericano de História Urbana Ciudades en el Tiempo: Infraestructuras, Territorios, Patrimônio, 1, 2016, Chile. Anais do I Congreso iberoamericano de história urbana ciudades en el tiempo: infraestructuras, territorios, patrimonio. Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2016 p. 825-834.

BORIN, Monique Felix. Acervos Históricos e Estudos da Urbanização: cruzamento de fontes urbanísticas e judiciárias como recurso metodológico. Revista Thésis. Rio de Janeiro V.02. N.04, p. 102-11, 2016.

BORIN, Monique Félix. A Barra Funda e o fazer da cidade: Experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920). Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2014.

BORIN, Monique Félix. Experiências da urbanização na Santa Ifigênia e Liberdade: (des) caminhos da modernização de São Paulo nos bairros centrais (1886-1923). Tese (doutorado), UNICAMP, 2020.

BORSOI, Diogo Fonseca. A paisagem das trocas: a Vila de Cunha e a formação de uma economia de abastecimento interno na transição do século XVIII para o XIX. Anais do Museu Paulista, São Paulo, Nova Séria, vol.28, p. 1-56, 2020.

BOTELHO, Adriano. O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: Uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia de São Paulo. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2005.

BOTH, Amanda C. A trama que sustentava o Império: mediação Entre as elites locais e o Estado Imperial Brasileiro (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Dissertação (mestrado),

Programa de Pós- Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da PUC-RS, 2016.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Família, finanças e poder no Brasil: a trajetória do grupo Itaú (1943-2008). *Revista História Econômica, empresarial y del Pensamiento- Tiempo & Economía*, vol. 9 nº2, 2022, pp. 192-219.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a História*. 2. Ed. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*. 2 vols. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRISKIEVICZ, Danilo Arnaldo. ENTRE A ESCRAVIDÃO E O TRIBUNAL DO SANTO OFÍCIO: AFETOS E DESAFETOS DO VIGÁRIO DA VARA DR. DOMINGOS COELHO SAMPAIO, VILA DO PRÍNCIPE, MINAS GERAIS, DE 1756 A 1762. *Trilhas da História*, v. 10, n. 19, ago.-dez., 2020.

BRITO, Jolumá. *História da cidade de Campinas*, 5º Volume. Ed. Saraiva, SP, 1958.

CAMARGO, Angélica Ricci. *Companhias de Ordenanças. Dicionário Período Colonial*, Arquivo Nacional, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3HgVBCu>. Acesso em mai. de 2021.

CAMILLO, Ema E.R. *Guia histórico da nascente indústria em Campinas (1850-1887)*. Campinas: Mercado de Letras; Centro de Memória da UNICAMP, 1998.

CAMPOS, Eudes. *Arquitetura paulistana sob o Império: Aspectos da formação da cultura burguesa em São Paulo*. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 1997.

CAMPOS, Eudes. *Nos caminhos da Luz, antigos palacetes da elite paulistana*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 11-57. jan. -jun. 2005.

CAMPOS JUNIOR, Teodoro de Souza. *História da fundação de Campinas (subsídios)*. In: IBGE. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. p. 5-187.

CANABRAVA, Alice Piffer. *A repartição da terra na capitania de São Paulo, 1818*. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 2, n. 6, p. 77-129, 1972.

CARDOSO DE MELLO, Zélia Maria. *Metamorfoses da riqueza São Paulo, 1845-1895*. Ed. Hucitec: São Paulo, 1985.

CARVALHO, José Murilo De. *A construção da ordem. Teatro de sombras: a elite política Imperial*. São Paulo; Rio de Janeiro: [s.n.], 1988.

CARITA, Helder. *Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: nomenclaturas da casa senhorial da idade média ao século XIX*. In SANTOS, Amanda Basílio; AIRES, Anderson Pires; SANTOS, Carlos Alberto Ávila (orgs.). *Anais do IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores*, 2017, 562 p.

CÂNDIDO, Antônio. *Parceiros do Rio Bonito*. 11a ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CANUTO, Ellen Cristine Alves Silva. A aplicação da Lei de Terras no sertão Paraibano: Os Registros Paroquiais no município de Patos. XVII Encontro Estadual de História- ANPUH-PB, v.17, nº 1, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação (orgs.) A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1ª ed. , 8ª reimpressão- São Paulo: Contexto, 2020.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira; CERASOLI, Josianne Francia. A cidade como história. In: História: Questões & Debates, Curitiba, n. 50, p. 61-101, jan./jun. 2009. Editora UFPR.

CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral. Momento de Ruptura: As transformações no centro de Campinas na década do cinquenta. Campinas: Centro de Memória- UNICAMP, 1996.

CASTRO, Hebe Maria Mattos; SCHNOOR, Eduardo. Resgate: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

CELIA, Maria Isabel Basílico; NETO, Mário Danieli. Aspectos históricos da evolução urbana do município de Campinas (SP) durante os séculos XVIII e XIX. Leituras de Economia Política, Campinas, (10): 105-123, jun. 2002/jun. 2003.

CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. CONFIGURAÇÃO DAS ELITES POLÍTICA E ECONÔMICA EM SÃO CARLOS/SP-1873 A 1904. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. UFSCar, 2015.

CONDEPACC, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Levantamento Histórico e Arquitetônico da fazenda Mato Dentro, 1998.

CONDEPACC, Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Estudo de Tombamento do conjunto arquitetônico da fazenda Pau d'Alho, Processo nº42/024, 2004.

CORRÊA, Rodolpho Henrique. Do Texto ao Desenho: Uma sistematização de documentos históricos não-gráficos no estudo da morfologia urbana: Cartas de Data de Terra de Campinas-SP (1815-1859). Dissertação (mestrado). UNICAMP, 2019.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Dicionário da Arquitetura Brasileira. Edart- São Paulo livraria editorial,1972.

, Emília Viotti Da. Da monarquia à república: momentos decisivos. 6.ed. São Paulo-SP: UNESP, Fundação da Editora, 1999.

COSTA, Dora Isabel Paiva da. Parentela, mercado de terras e os registros paroquiais de terras de Araraquara, São Paulo, 1855-1866. Revista História (São Paulo), vol. 41, pp. 1-17, 2022.

COSTA, Michel Dal Col. Rastros da sociedade senhorial: senhores, negócios, redes sociais e relações de trabalho nos últimos anos da escravidão Capixaba (1871-1888). Tese (doutorado), UFERJ, 2017.

CRISTOVÃO DOS SANTOS, Amália. A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.24. n.3. p. 71-98. set.-dez. 2016.

CRUZ, Cícero Ferraz. Cidade difusa a construção do território na vila de Campanha e seu termo, séculos XVIII-XIX Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2016.

D’ALESSANDRO, Roberto José. O Processo de ordenação do território de Jaguariúna [SP] a partir da conformação do espaço produtivo nas bacias dos rios Jaguari e Camanducaia. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2012.

D’ALINCOURT, Luís. Memória sobre a viagem do Porto de Santos à cidade de Cuiabá. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.

DAUNT, Ricardo Gumbleton. Reminiscencias do districto de Campinas em bairro, freguesia e villa. *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas*, v. 3, n. 7, p. 122-134, 1904, 1879.

DANIELI NETO, Mário. A escravidão Urbana em Campinas: A dinâmica Histórica e Econômica do trabalho escravo no município em crescimento (1850-1888). Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2001.

DEGEO; IBGE; DIURB. Ação dos agentes modeladores no uso do solo urbano. *In Revista Brasileira de Geografia/ Fund. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Ano, nº1 (1981 jan/mar), Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

DIAS, Luciana Valin Gonçalves. Um estudo de morfologia urbana da cidade de Poços de Caldas. Dissertação (mestrado). PUC- Campinas, 2016.

DIAS, Luciana Valin Gonçalves. Águas termais que configuram cidades: Caldas da Rainha (Portugal) e Poços de Caldas (Minas Gerais - Brasil) - Um estudo comparativo. Tese (doutorado). PUC- Campinas, 2023.

DIAS, Marcelo Henrique. Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial. Tese (doutorado), Universidade Federal Fluminense, 2007.

DIAS, Marcelo Henrique; ARAÚJO, Girleane Santos. Ocupação territorial em uma fronteira indígena do sul da Bahia: Una e Olivença em meados do século XIX. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 9, n. 1, p. 215–235, 2016.

EL YOUSSEF, Alain. O Império do Brasil na segunda era da abolição, 1861, 1880 Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, 2019.

FARAH, Ana Paula. A produção do engenheiro-arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo na província de São Paulo. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2003.

FEBVRE, Lucien, *Combates pela História*. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva. Entre fronteiras e conflitos: aspectos fundiários da formação do Sertão do Rio Pardo, 1775-1865. 2017. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva. À sombra da capela: os patrimônios religiosos na constituição dos espaços urbanos e na formação do território polarizado pelas vilas de Casa Branca e Caconde no século XIX. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Os Registros Paroquiais de Terras no estudo do processo de formação do território: o estudo de caso da Freguesia de Caconde-SP, século XIX. 2019, Campinas-SP: [s.n.], 2019. p. 1–17.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso. Os Registros Paroquiais de Terras no estudo do processo de formação do território: o estudo de caso da Freguesia de Caconde-SP, século XIX. In: ANAIS DO IX SEMINÁRIO NACIONAL DO CMU, 2019, Campinas-SP: 2019. p. 1–17. Disponível em: <<https://bit.ly/2CxJDrR>>. Acesso em: dez. 2021.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva; PEREIRA, Renata Baesso; MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. Fazendas, partes de terras, chácaras e terrenos: estudo comparativo do léxico fundiário nos registros paroquiais de terras da freguesia de Caconde e do município de Campinas, na província de São Paulo (1854-1857). Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material, 30, 1-71, 2022.

FERNANDES, Julia; PEREIRA, Renata Baesso. A tipologia de chácaras em Campinas, SP, no final do século XIX: entre o rural e o urbano. In: XXIV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas, 2019.

FERNANDES, Mayara de Camargo. Imigração e ocupação em Campinas do final do século XIX ao início do século XX. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2016.

FILHO, Antônio Batista *et. al.* Da Fazenda Mato Dentro ao Centro Experimental do Instituto Biológico: 80 anos. São Paulo: Instituto Biológico, 2017.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Arraiais e vilas d'El Rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FRACCARO, Laura Candian. Estratégias de pequenos agricultores de cor perante a expansão dos engenhos de açúcar escravistas em Campinas: 1779-1836. Tese (doutorado). UNICAMP, 2018.

FRACCARO, Laura. Vender e viver: posturas e comércio, Campinas, século XIX. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. n.9, 2015, p. 113-125.

FRANCISCO, Rita de Cássia. As oficinas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro: Arquitetura de um complexo produtivo. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, 2007.

- FRANCISCO, Rita de Cássia. Construtores anônimos em Campinas (1892-1933): fortuna crítica de suas obras na historiografia e nas políticas de preservação da cidade. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 2013.
- FRANÇOIA, Juarez. SENHORES DE ESCRAVOS: trajetórias, disputas e solidariedade no Oeste Paulista, 1845-1880. Dissertação (mestrado), 2009.
- FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.
- FRIDMAN, Fania. Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária do Rio de Janeiro. 3. ed. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- FURTADO, Júnia Ferreira *in* PINSKY, Carla Basanezi; LUCA, Tânia Regina de. O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2021.
- GALZERANI, Maria Carolina Bovério. O Almanaque, a Locomotiva da cidade moderna: Campinas, décadas de 1870 e 1880. Tese (doutorado), UNICAMP, 1998.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. OS BARÕES E OS TRILHOS: A estrada de ferro união mineira e os laços de sangue na zona da mata de Minas Gerais. In: Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira, 2008.
- GLEZER, Raquel. Chão de terra: e outros ensaios sobre São Paulo. São Paulo: Alameda Editorial, 2007.
- GUEDES, Caio Júlio. A ideia de cidade: a fundação da vila de Sorocaba e seus primeiros desmembramentos no século XVIII, Itapeva, Itapetininga e Apiaí. Dissertação (mestrado), PUC-CAMPINAS, 2018.
- GOMES, Laurentino. Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume1. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.
- GOULART, Edmo. Campinas: ruas da época imperial. Campinas, Maranata, 1983.
- GOYENA SOARES, Rodrigo. Estratificação profissional, desigualdade econômica e classes sociais na crise do império, Notas preliminares sobre as classes imperiais. Revista Topoi, Rio de Janeiro, v.20, nº41, pp. 446-489, 2019.
- GOYENA SOARES, Rodrigo. Racionalidade econômica, transição para o trabalho livre e economia política da abolição: a estratégia campineira (1870-1889). Dossiê: História da Colonização em Terras Paulistas: Dinâmicas e Transformações (Séculos XVI a XX) História 39, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. Ed. Revista dos Tribunais Ltda., 1990.
- HALLEY, Bruno Maia. Bairro rural-bairro urbano: uma revisão conceitual. GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), v. 18, n. 3, p. 577, 12 dez. 2014.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. As Monções. In: TAUNAY, A. *et al.* Curso de Bandeirologia. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1941.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete paulistano e outras formas de morar da elite cafeeira: 1867-1918. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- HILDALGO, Bruno Dantas. As divisões territoriais do Município de São Paulo: uma proposta de classificação por meio da análise dos Distritos (Trabalho de conclusão de curso), Universidade de São Paulo, 2013.
- IBGE, Monografia História do Município de Campinas. Rio de Janeiro, 1952.
- IZAIAS, Katia Cristina da Silva. População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí- 1615-1890. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2012.
- JUNIOR, Dirceu Piccinato. Terra urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800-1930). Dissertação (mestrado) –PUC-Campinas, 2012.
- KROGH, Daniela da Silva Santos. A reconfiguração urbana de Campinas no contexto das epidemias de febre amarela no final do século XIX (1880-1900). Dissertação (Mestrado), PUC-Campinas, 2012.
- KROGH, Daniela da Silva Santos. O debate sobre o urbanismo em Campinas: do Relatório de Anhaia Mello ao Plano de Melhoramentos Urbanos (1920-1940). Tese (Doutorado), PUC-Campinas, 2018.
- LACRETA, Daniela Andrade. Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim- Campinas-SP: contradições na implementação de um parque urbano contemporâneo. Dissertação (mestrado), PUC-Campinas, 2015.
- LANGENBUCH, Richard Juergen. A estruturação da grande São Paulo. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1968.
- LAPA, José Roberto do Amaral. Primeiras notas para uma bibliografia da História de Campinas. Marília, 1966.
- LAPA, José Roberto do Amaral. A Cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1995.
- LARKHAM, Peter J. e CONZEN, Michael P. *Shapers of urban form. Explorations in morphological agency.* New York: Routledge, 2014.
- LE GOFF, Jacques (Org.). A história nova. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LEME, Luiz Gonzaga da Silva. Genealogia Paulistana. Volume 01. São Paulo- SP: Duprat, 1903.
- LEMONS, Carlos A. C. Alvenaria Burguesa: breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. São Paulo: Nobel, 1989.

- LEMOS, Carlos A. C. Casa Paulista: histórias das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- LEPETIT, Bernard; SALGUEIRO, Heliana Angotti. Por Uma Nova História Urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- LICO, Tamires Saccardo. A Companhia Paulista de Estradas de Ferro: construção e trabalho-1870-1872. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2018.
- LORETTE, Antônio Carlos Rodrigues. Cemitérios em Campinas: a transformação do espaço para sepultamentos (1753-1881). Dissertação (mestrado), PUC-Campinas, 2003.
- MACHADO, Ana Paula Souza Rodrigues. Famílias senhoriais em freguesias rurais: preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, século XVIII). Revista Acervo, Rio de Janeiro, vol. 30, pp. 14-154, 2017.
- MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. Quadro Estatístico de Alguns Estabelecimentos Rurais da Província de S. Paulo, 1854-1855.
- MAGALHÃES, Wanda Moreira. Eleitores e eleitos: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX. Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 1992.
- MAGRO, Ana Laura Scavasso; PEREIRA, Renata Baesso. Elaboração de um SIG histórico de Campinas- SP: georreferenciamento da Planta da cidade de 1929. In: XXVI Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas, 2021.
- MANFREDINI, Eduardo Alberto. História material e a formação urbana: a dinâmica socioespacial de Limeira (SP) no século XIX. Tese (doutorado) Universidade Federal de São Carlos, 2010.
- MANZONI, Francis Marcio Alves. Campos e cidades na capital paulista: São Paulo no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Revista História e Perspectivas, Uberlândia, vol. 36-37, pp. 81-107, 2007.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700-1836. Ed. Hucitec/ Edusp, 2000.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. Revista Novos estudos CEBRAP, vol. 74, pp. 107-123, 2006.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.18. n.1. p. 83-128. jan.- jul. 2010.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 14, n. 1, p. 11-57, jun. 2006.

- MARQUESE, Rafael de Bivar; JÚNIOR, Waldomiro Lourenço da Silva. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *História Historiografia*, v.11, nº28, pp. 41-81, set-dez, 2018.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- MARTINS D'ELBOUX, Roseli Maria. Uma *promenade* nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo *Anais do Museu Paulista*, vol. 14, núm. 2, julho-dezembro, pp. 193-250, 2006.
- MARIANO, Júlio. *História da Imprensa em Campinas*. Campinas, 1972.
- MARIANO, Júlio. *Campinas de ontem e ante-ontem*. Campinas: Ed. Maranata, 1970.
- MARTINS, Marcos Lobato. Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX. 2010. (Seminário). XVII Encontro Regional de História da ANPUH-MG, 2010.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias*. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.
- MATOS, Odilon Nogueira de. *Arquidiocese de Campinas: Subsídios para a sua História*. São Paulo: Komedi, 2004.
- MATOS, Odilon Nogueira de. "Campinas: De freguesia a metrópole. Um breve roteiro para a sua história". In MEDRANO, Lilia Inés Zanotti; GODOY, João Miguel de Teixeira. (org.) *Campinas: visões de sua história*. Átomo, 2006, pp. 27-40.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?* São Paulo: Edusp, 1991.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1987.
- MENDES, José de Castro. *Efemérides Campineiras*. Campinas: Gráfica Palmeiras, 1963.
- MENDONÇA, Thaís Carneiro de. *TÉCNICA E CONSTRUÇÃO EM RAMOS DE AZEVEDO- A CONSTRUÇÃO CIVIL EM CAMPINAS*. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos-USP, 2010.
- MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. *Entre o Rural e o Urbano: O Barão de Itapura como agente modelador da cidade de Campinas, SP (1869-1902)*. Dissertação (mestrado). PUC-Campinas, 2019.
- MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. A análise de Inventários como recurso metodológico para a reconstituição do espaço da cidade de Campinas no século XIX. In: IX Seminário Nacional do Centro de Memória, UNICAMP, 2019.
- MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. Atuação do construtor Luigi Pucci nas cidades de Campinas e São Paulo: O Palácio Itapura e a sede da Chácara do Carvalho (1880-1893). In: 3º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 2019, Salvador- BA.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. A produção do espaço urbano em Campinas-SP na segunda metade do século XIX: estudo de caso de dois agentes modeladores. *In: Anais do V Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades: a diversidade das pequenas cidades brasileiras*, Campos Mourão- PR. pp. 1038-1058.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. Historicidade *in loco*: uma análise dos imóveis urbanos do Barão de Itapura - um agente modelador da cidade de Campinas (1875-1902). *In: Anais [do] XVI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, 2021, Salvador- BA.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. PRODUZIR O ESPAÇO URBANO EM CAMPINAS-SP: A reconstituição conjectural da trajetória do Barão de Anhumas como agente modelador no século XIX (1814-1894). *In: Anais do X Seminário Nacional CMU*, 2021, Campinas-SP.

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. O morar enquanto representatividade e expressão: aspectos referentes às residências de Manoel Carlos Aranha em Campinas-SP (1839-1894). *Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: refazer restaurar revisar*. ENANPARQ, 2022, pp. 521-535. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kIY18> .

MENEGALDO, Ana Beatris Fernandes; PEREIRA, Renata Baesso. Do texto ao traço: o cruzamento de documentação primária para reconstituição conjectural do espaço urbano de Campinas [SP] no século XIX. *Labor & Eng.*, Campinas, SP, v.16, 1-14, e. 022002, 2022.

MENESES, José Newton Coelho. Pátio cercado por árvores de espinho e outras frutas, sem ordem e sem simetria: O quintal em vilas e arraiais de Minas Gerais (séculos XVIII e XIX). *Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material*, 23(2), 69-92.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. Ramos de Azevedo e seu projeto de posturas para uma Nova Campinas. *Revista Oculum Ensaios*, vol. 02, pp. 24-43, 2002.

MONTEIRO, Evandro Ziggiatti. Três Largos Campineiros: Carmo, Rosário e Catedral. *Histórias e Mapas de Viajantes*. Dissertação (mestrado). PUC-Campinas, 2001.

MONTONE, Annelise Costa. Memórias de uma forma de morar: a Chácara da Baronesa, Pelotas, RS, Br (1863-1985). Universidade Federal de Pelotas, 2018.

MOTTA, Márcia (org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 2005.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflitos de terra e direito agrário no Brasil de meados do século XIX*. 1996. 325f. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1996.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

- MOTIM, Benilde Maria Lenzi. Estrutura fundiária do Paraná Tradicional- Castro- 1850-1900. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Paraná, 1987.
- MOURA, Carlos Thaniel. Ramos de Azevedo e Ernesto Dias de Castro: alianças domésticas e espaciais em São Paulo. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal de São Paulo, 2017.
- MOYA, Salvador de. Anuario Genealógico Brasileiro. São Paulo: Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro Ano III, 1941.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889). Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2006.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. Os escravagistas nas “festas da modernidade”: o centro da lavoura e do comércio nas exposições internacionais (1880-1888). Almanack, Guarulhos, n. 29, ea00221, 2021.
- MÜLLER, Daniel Pedro. Ensaio d’um quadro estatístico da província de São Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837. Reedição litteral. São Paulo: secção de obras d’ “O Estado de S.Paulo”, 1923, 266p.
- NANDIN, Cauana Lemes Conde. A constituição do vetor noroeste de expansão urbana da Região Metropolitana de Campinas: permanências e questões fundiárias. Tese (doutorado), PUC-Campinas, 2020.
- NEGRI, Bruna Trevisan. Caracterização do espaço periurbano e análise de suas particularidades no município de Regente Feijó- SP. Revista Geoingá, Maringá, vol.15, nº2, pp. 145-163, 2023.
- NICODEMO, Thiago Lima (org.) Índice dos Registros Paroquiais de Terras de São Paulo, Campinas Livro nº114, APESP, 2022. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ivJK4>>. Acesso em ago. 2023.
- NICOLETTE, Carlos Eduardo; MORENO, Breno Aparecido Servidone. Rede funcionária no Oeste Paulista: Inventário dos Bens Rústicos de Campinas (1818). Revista História UEG, v.10, n.2, 2021.
- NOVAES, Fernando Padula (org.) Índice dos Registros Paroquiais de Terras de São Paulo, Jundiaí Livro nº119, APESP, 2022. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/gkKO4>>. Acesso em ago. 2023.
- NOZOE, Nelson. Sesmaria e apossamento de terras no Brasil Colônia. Economia: revista da ANPEC, Brasília, v. 7, n. 3, pp. 587-605, 2006.
- NOZOE, Nelson. “Sesmarias e posse de terra rural no entre rios de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Matto Grosso”. In: RIBEIRO, Suzana Barretto. (org.) Sesmarias, engenhos e fazendas. Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguary (1792-1930). 3 vols. Vol. 2: NOZOE,

Nelson et al. Sesmaria. Caminhos. Escravidão. Riqueza. Imigração. Núcleos Urbanos. Campinas, 2016, pp. 20-26.

NUNES, Carolina Gonçalves. Formação do território bragantino paulista: o papel dos bairros rurais, fazendas mistas e capelas filiais. Tese (doutorado) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2021.

NUNES, Carolina Gonçalves; SALGADO, Ivone. O papel dos “bairros rurais na consolidação do território bragantino” Anais do Museu Paulista. São Paulo. Nova Série, vol.29, 2021, pp. 1-68.

NUNES, Carolina Gonçalves; SALGADO, Ivone. Os Bairros Rurais e a Economia mista na rede urbana polarizada pela vila de Nova Bragança na província de São Paulo. Cidade, História e Patrimônio, pp. 79-104, 2019.

NUNES, Mônica Balestrin. Cartografia e paisagem: o mapa como objeto de estudo. Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros, (65), pp. 96-119, 2016.

OLIVEIRA, Jéssica Manfrim de. Entre “Grandes” e titulares: os padrões de nobilitação no Segundo Reinado. Dissertação (mestrado) Universidade de São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Joice Fernanda de Souza. Forasteiros no Oeste paulista: escravos no comércio interno de cativos e suas experiências em Campinas, 1850-1888. Dissertação (mestrado) UNICAMP, 2013.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. As transformações da riqueza em Franca segundo os inventários (século XIX). Dissertação (mestrado). UNESP, 1995.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889). Tese (doutorado) Universidade de São Paulo, 2018.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. O poder da Distinção e a Distinção da Recusa: Nobilitação e Construção do Estado Imperial Brasileiro. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo- SP, 2011.

OLIVEIRA, Natalia Altieri Santos de; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Registros Paroquiais da Freguesia de Sant’Anna da Campina em Belém: análise da origem fundiária da capital paraense no século XIX. Encontro da Pesquisa Empírica em Direito, 2017.

OLIVEIRA, Natalia Altieri Santos de; FISCHER, Luly Rodrigues da Cunha. Registros Paroquias da Freguesia de Benfica em Belém: análise da origem fundiária. Revista Brasileira de História do Direito, Maranhão, v.03, nº2, pp. 42-60, jul.-dez, 2017.

OLIVEIRA, Natalia Altieri Santos de. Consolidação da Posse na Belém dos Oitocentos: Análise dos Registros Paroquiais e Legitimações de Posse (1854-1891). Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD), Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

- OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa de. Inventários post-mortem: documentos de vivências senhoriais. In MENDONÇA, Isabel; CARITA, Hélder; MALTA; Marize. A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia de Interiores. Instituto de História da Arte (IHA), 2014.
- PADILHA, Fernanda Maria. Bairros rurais Paulistas: novas territorialidades- o município de Leme (SP). Dissertação (mestrado). Universidade Estadual Paulista- UNESP, 2009.
- PARETO, Lindener. O cotidiano em construção: os “práticos licenciados” em São Paulo (1893-1933). Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, 2011.
- PARETO, Lindener. Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960). Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2016.
- PARRON, Tâmis Peixoto. A política da escravidão no império do Brasil, 1826-1865. Dissertação (mestrado), Universidade de São Paulo, 2009.
- PEDRO, Alessandra. Liberdade sob condição: Alforrias e política de domínio senhorial em Campinas, 1855-1871. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2009.
- PEDROSO, Francis. O centro de Campinas (SP) -Usos e Transformações. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2007.
- PELLICIOTTA, Mirza. Uma viagem no tempo- Elementos para a história de Campinas. Ddm Editora, 2014.
- PEREIRA, Renata Baesso. Arquitetura, imitação e tipo em Quatremère de Quincy. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, 2008.
- PESSOA, Ana. Retrospecto da pesquisa sobre a casa senhorial no Rio de Janeiro. 2011. 14 p.
- PESSOA, Ana; MALTA, Marize (orgs.) Anais do II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores. Rio de Janeiro: FCRB, 2016.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. A Lavoura Canavieira em São Paulo- Expansão e Declínio (1765-1851). São Paulo - SP: Difusão Europeia do Livro, 1968.
- PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, seu berço e juventude. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.
- PUPO, Celso Maria de Mello. Campinas, Município no Império. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S.A, 1983.
- QUEIROZ, Jonas Marçal de. Poder político e representação de classe: o Clube da Lavoura de Campinas e o fim do tráfico interprovincial de escravos (1876-1881). Dimensões- dossiê: História, Cidadania e Educação. nº15, pp. 237-261, 2003.
- REIS, Phillipe Arthur dos; ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de (orgs.) Arquivos e História: a cidade de Campinas e seus documentos. São Paulo: Alameda, 2019.

- REIS FILHO, Nestor Goulart. As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul. – São Paulo: Vias das Artes, 2013.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. O Caminho do Anhanguera. São Paulo: Via das Artes, 2014.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da Arquitetura no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- REVEL, Jacques. Jogos de Escalas: A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. AÇÚCAR, CAFÉ, ESCRAVOS E DINHEIRO A PRÊMIO: CAMPINAS, 1817-1861. Resgate- Vol. XXIII, n.29- jan-jun. 2015.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa; CUNHA, Maísa Faleiros da. A “segunda escravidão” na Princesa do Vale (Vassouras, RJ) e na Princesa do Oeste (Campinas, SP), 1797-1888. História (São Paulo) v.37, 2018.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O visconde imigrantista e a sua escravaria, Campinas, 1887. Revista História e Economia, vol.12, nº01, pp. 103-124, 2014.
- RIBEIRO, Suzana Barreto (org.) Jaguariúna no curso da História, Jaguariúna, 2008 (e-book).
- RIBEIRO, Suzana Barreto (org.). Sesmarias, Engenhos e Fazendas – Arraial dos Souzas, Joaquim Egydio, Jaguaru (1792-1930). Volume 01 e 02. Campinas Gráfica Mundo, 2016.
- ROCHA, Cristiany Miranda. A morte do senhor e o destino das famílias escravas nas partilhas. Campinas, século XIX. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.26, nº52, pp. 175-192, 2006.
- ROCHA, Leila Alves. CARIDADE E PODER: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Campinas (1871-1889). Dissertação (mestrado) UNICAMP, 2005.
- RODRIGUES, Ana Aparecida Villanueva. CAMPINAS CLÁSSICA:A Catedral Nossa Senhora da Conceição e o Engendramento de uma Arquitetura Monumental Clássica Urbana no Brasil (1807-1883). Tese (doutorado), UNICAMP, 2010.
- RODRIGUES, Pedro Parga. Estado, classe senhorial e propriedade da terra no Brasil Império. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1. pp. 1-12.
- ROSSETTO, Pedro Francisco. Reconstituição do traçado da “estrada dos Goiaes” no trecho da atual mancha urbana de Campinas. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.14. n.2.pp. 141- 191. jul.-dez. 2006.
- ROSSETTO, Pedro Francisco. A cidade do curto século vinte: uma história social do advento e difusão do padrão de casa urbana isolada no lote em Campinas como história da síntese (1917-1927) de um novo padrão de cidade. Dissertação (mestrado), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, FAU-USP, 2006.

- ROVARON, Carlos Eduardo. O xadrez imobiliário: As peças humanas, o tabuleiro de terras e as novas regras do jogo em Caldas-MG (Séc. XIX). Tese (doutorado), Universidade de São Paulo, 2015.
- ROXO, Rafael. A formação urbana de Campinas (SP): de pouso à margem do caminho do ouro a lugar mundial. *Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 74, pp. 38-63, jan.- abr. 2020.
- SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I- nº1, 2009 pp. 1-15.
- SABARIM, Fernanda. CAPITALISTAS EM CAMPINAS: 1873-1886. Dissertação (mestrado), UNICAMP, 2016.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem à Província de São Paulo. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- SALGADO, Ivone. "Urbanismo Sanitarista em Campinas no final do século XIX", Projeto Integrado de Pesquisa CnPq FAU-PUC- Campinas, 1992, Mimeo.
- SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação de núcleos urbanos no Brasil Colônia: procedimentos para elevar freguesias a vilas na Capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *Revista Paranoá (UNB)*, 2017.
- SALLES, Ricardo. E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- SALLES, Ricardo. O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. *Almanack*. Guarulhos, n.04, pp. 5-45. 2º semestre, 2012.
- SALLES, Ricardo; MARQUESE, Rafael (orgs.). Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- SALMONI, Anita; DEBENEDETTI, Emma. Arquitetura italiana em São Paulo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007.
- SAMPAIO, Iara Fioravanti. Formação da Rede Urbana e Fundação de Cidades na Região de Itu - 1796 a 1830. Dissertação (mestrado). PUC-Campinas, 2015.
- SANTANA, Antônio Hertez Gomes de. Limites não declarados, terras em comum: Registros de Terras em Alagoinhas (1857-1858). XXIX Simpósio Nacional de História (SNH): Contra os preconceitos: História e Democracia, 2017.
- SANTOS, Amália Cristóvão dos. A América Portuguesa sob as luzes do scanner: arquivos, reprodução e manipulação digital da cartografia histórica. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo N Sér. V.24, nº03, 2016. p. 71-98.

SANTOS, Antônio da Costa. Campinas, das origens ao futuro: compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmária da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá (1732-1992) Campinas, SP. Ed. da UNICAMP, 2002.

SANTOS, Pâmella Synthia Santana; LIMA, Arthur Ives Nunes da Mota; BOMFIM, Fagner dos Santos. NO "TEMPO DA POLÍTICA": PARENTELA, REDES DE RELAÇÕES E POLÍTICA PROFISSIONAL NO INTERIOR SERGIPANO. 31^º Reunião Brasileira de Antropologia, Brasília-DF, 2018.

SÃO PAULO (Estado), Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Repertório de Sesmarias/ Divisão do Arquivo do Estado. São Paulo, A Divisão, 1994.

SEMEGHINI, Ulysses. Do Café à Indústria. Ed. Da UNICAMP, 1991.

SILVA, Áurea Pereira. Engenhos e fazendas de café em Campinas (séc. XVIII- séc. XX). Anais do Museu Paulista. Vol. 14n.1 jan- jun, 2006.

SILVA, Gustavo Pereira da. Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897). Tese (doutorado). UNICAMP, 2011.

SILVA, Elisangela Maria da. Práticas de Apropriação e produção do espaço em São Paulo: A concessão de terras municipais através das Cartas de Data (1850-1900). Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA PINTO. Luís Maria da. Dicionário da Língua Brasileira. Ouro Preto, Tipografia de Silva, 1832.

SILVEIRA, W. Franco da. História de Atibaia. São Paulo, 1950.

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. Campinas, seus distritos e seus desmembramentos: Diferenciações político-territoriais e reorganização da população no espaço (1850-2000). Tese (Doutorado), UNICAMP, 2008.

SOUZA, Bernardino José de. Dicionário da Terra e da Gente do Brasil. Editora Nacional. 1939.

TEIXEIRA, Eduardo Paulo. O compadrio entre as famílias da elite campineira: 1774-1854. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu - MG. ANAIS XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais: As desigualdades sócias demográficas e os direitos humanos no Brasil, 2008.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A formação das famílias livres: Campinas, 1774-1850. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Processos migratórios na formação do interior paulista (Campinas: 1774-1877). In: TEIXEIRA, Paulo E.; BRAGA, A. M. da C.; BAENINGER, Rosana. (Org.). Migrações: Implicações passadas, presentes e futuras. 1^aed. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, v. 1, pp. 61-84.

- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. Gerações de migrantes e a formação das famílias em Campinas: 1774-1920. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais - ABEP, 2014, São Pedro - S.P. ANAIS. XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais: População, governança e bem-estar, 24 a 28 de novembro de 2014 / São Pedro, SP: ABEP, 2014. Campinas: ABEP, 2014. pp. 1-18.
- TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A colonização e a economia açucareira em Campinas, 1765 a 1829. *Revista História (São Paulo)*, v. 39, 2020.
- TEIXEIRA, Vanessa Moura de Lacerda; FONSECA, Carolina Moretti; MAZENOD, Fabien. PRODUÇÃO DA CIDADE: QUAIS DADOS PARA QUAIS QUESTÕES? *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 65, pp. 159-176, dez. 2016.
- TIRICO, José Domingos. Sousas, subúrbio de Campinas. *Boletim Paulista De Geografia*, (35), 32-54. 1967.
- TOMICCH, Dale. “A escravidão no capitalismo histórico: rumo a uma história teórica da segunda escravidão. In MARQUESE, Rafael. SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, pp. 55-98.
- TONON, Maria Joana. *Palácio dos Azulejos: de residência à paço municipal, 1878-1968*. Dissertação (mestrado) UNICAMP, 2003.
- TORRES, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Um lavrador paulista no tempo do Império*. Piracicaba: Equilíbrio, 2010.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Os agentes modeladores de Salvador no período Colonial. *RDE- Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, BA. Ano II, janeiro de 2000.
- VASCONCELOS, Pedro de Almeida. “Os agentes modeladores das cidades brasileiras no período colonial”, in Pessotti de Souza, Luciene; Ribeiro, Nelson Porto (orgs.): *Urbanismo Colonial Vilas e Cidades de matriz portuguesa*. Rio de Janeiro, 2009. pp. 10-25.
- VIANA, Gabriela Petter. *Construindo o bairro e a cidade: Formação do Bom Retiro em São Paulo (1810-1914)*. (Trabalho de Conclusão de Curso), Universidade de São Paulo, 2021.
- VIDAL, Laurent. A gênese dos pousos no Brasil moderno: Considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. *Revista Tempo (Niterói, online)* | Vol. 22 n. 40. pp. 402-421 maio, 2016.
- VIOLIN, Caio Felipe Gomes. *A construção de uma identidade cultural religiosa afrocatólica em terras paulistas: o caso das irmandades e igrejas de Nossa Senhora do Rosário*. Dissertação (mestrado), PUC-Campinas, 2023.
- ZALUAR, Augusto- Emílio in TAUNAY, Afonso de E. (org.). *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Livraria Martins. São Paulo: Editora S.A, 1953.

ZAMBELLO, Marco Henrique. FERROVIA E MEMÓRIA: estudo sobre o trabalho e a categoria dos antigos ferroviários da vila Industrial de Campinas. Dissertação (mestrado). Universidade de São Paulo, 2005.

SITES.

FAMILYSEARCH. Disponível em: < <https://bit.ly/3oskfaX> >. Acesso em dez. 2017.

Plataforma SEADE- Histórico de Formação dos Municípios. Disponível em: < <https://bit.ly/3Hk2q6D> >. Acesso em jan. 2021.

Portal ARQ-CAMP- Portal de descrição de acervos arquivísticos públicos de Campinas. Disponível em: < <https://bit.ly/3quCCi4> >. Acesso em jan. 2020.

is: Ser uma doação
rao, que por a mem
Francisco Barbosa
Silva, constante e
scriptura, devida
uada, valas de es
esas, a quantia
de seis. Esta de
na tomada no deida
ã, para a imputaçã
annua, assim distri
culada em ha terce
almente, seja imput
ha terça, as valas
que dei a minha uni
cauçã de novo cas
a minha filha Au
de seu consorcio e o
Logo a minha filha
edra em que ella resi
de São Benedicto;
da communhão
aido, e sab a ele
poder a legatari
ou de qualquie
a por suas divida
seus aliquis ou se
a Garrado e a sua
adta de trenta e
is: Ser uma doação
rao, que por a mem
Francisco Barbosa
Silva, constante e
scriptura, devida
uada, valas de es
esas, a quantia
de seis. Esta de
na tomada no deida
ã, para a imputaçã
annua, assim distri

ANEXOS.

ANEXO 01. Histórico de formação do município de Campinas e os desmembramentos territoriais (século XVIII-XXI).

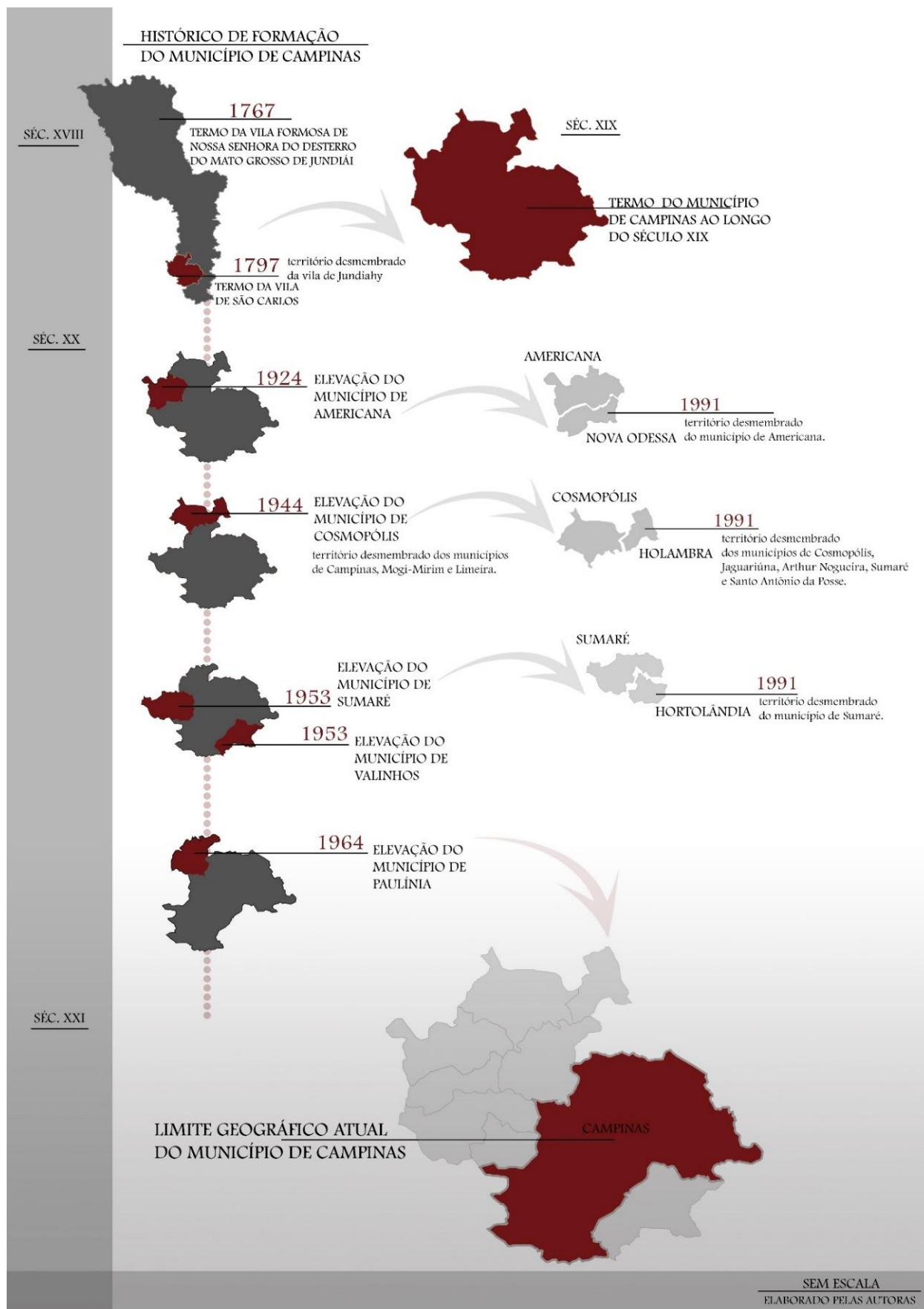


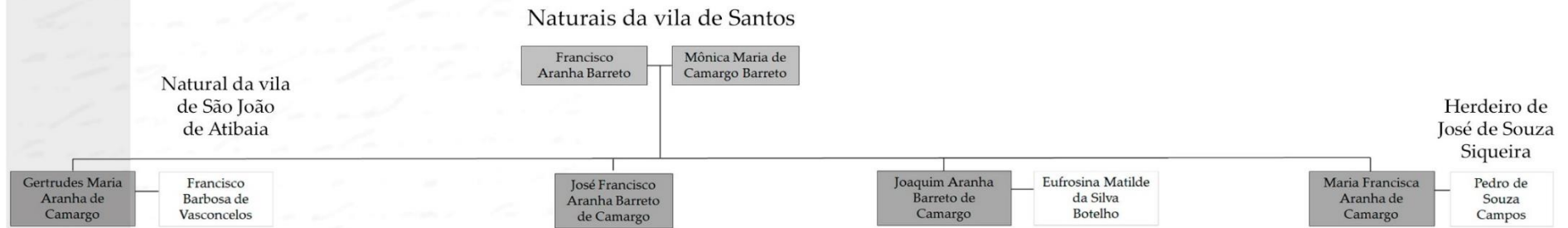
Figura 66. Histórico de formação do município de Campinas e os desmembramentos territoriais (século XVIII-XXI).

ANEXO 02. Histórico de formação do território da cidade de Campinas (século XVIII-XIX).



Figura 67. Histórico de formação do território da cidade de Campinas (século XVIII-XIX).

FORMAÇÃO DA GENEALOGIA DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 68. Genealogia família Souza Aranha: primeira geração.

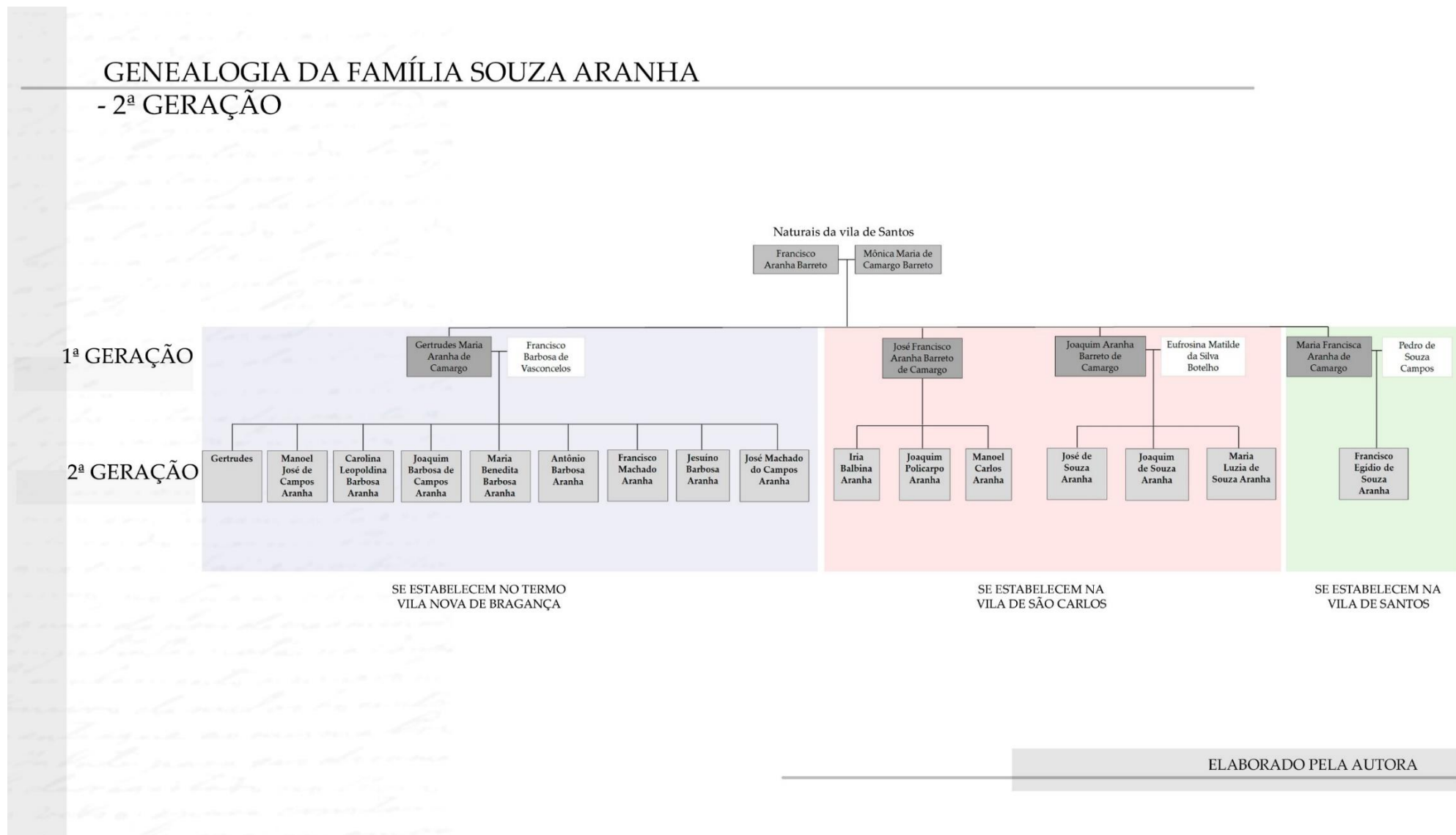


Figura 69. Genealogia família Souza Aranha: segunda geração.

ANEXO 05. Genealogia família Souza Aranha: terceira geração.

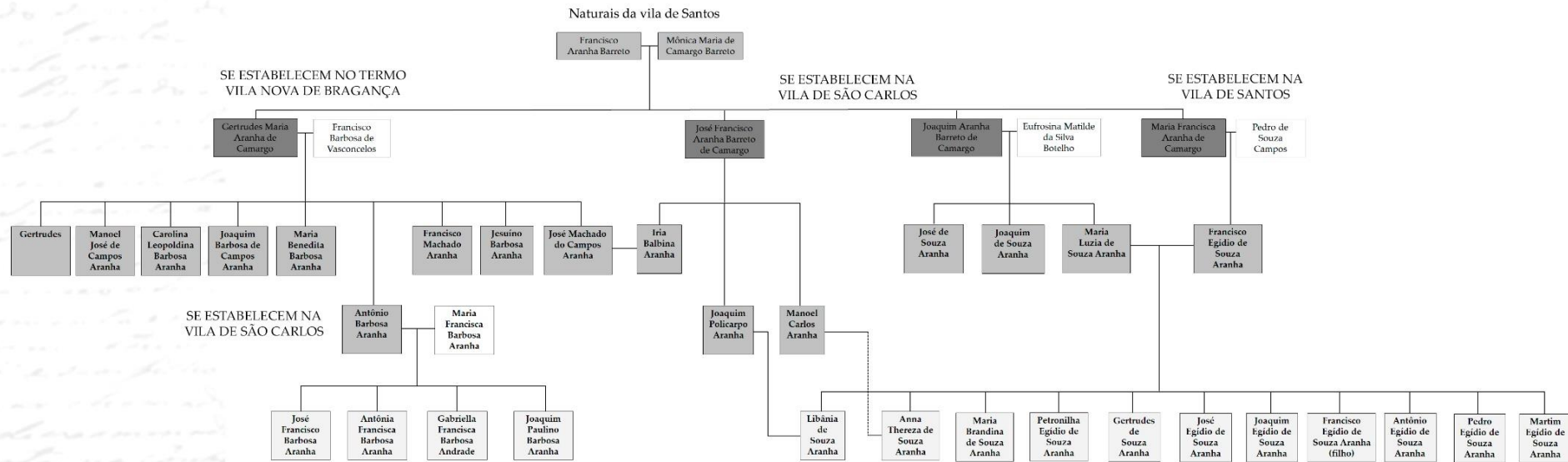
GENEALOGIA DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA

- 3ª GERAÇÃO

1ª GERAÇÃO

2ª GERAÇÃO

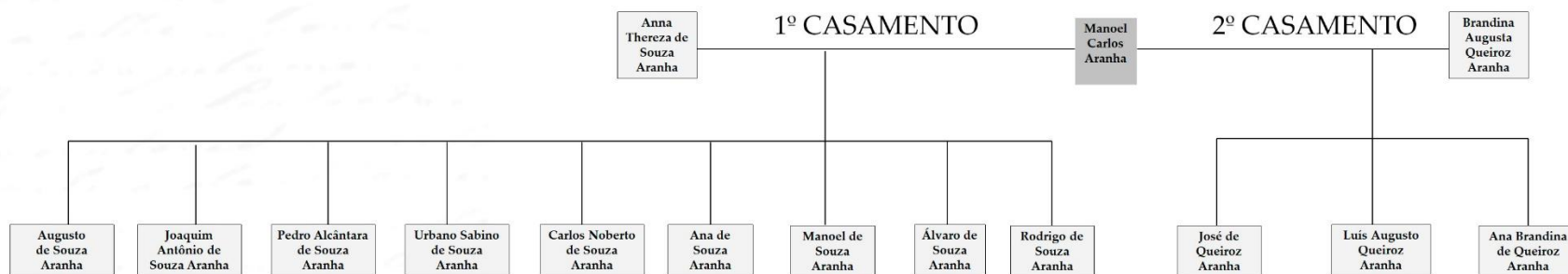
3ª GERAÇÃO



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 70. Genealogia família Souza Aranha: terceira geração.

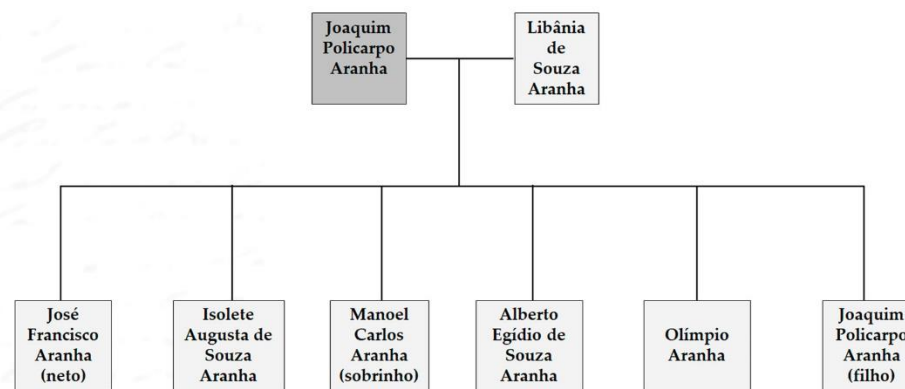
FORMAÇÃO DA GENEALOGIA DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA- HERDEIROS DE MANOEL CARLOS ARANHA



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 71. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Manoel Carlos Aranha.

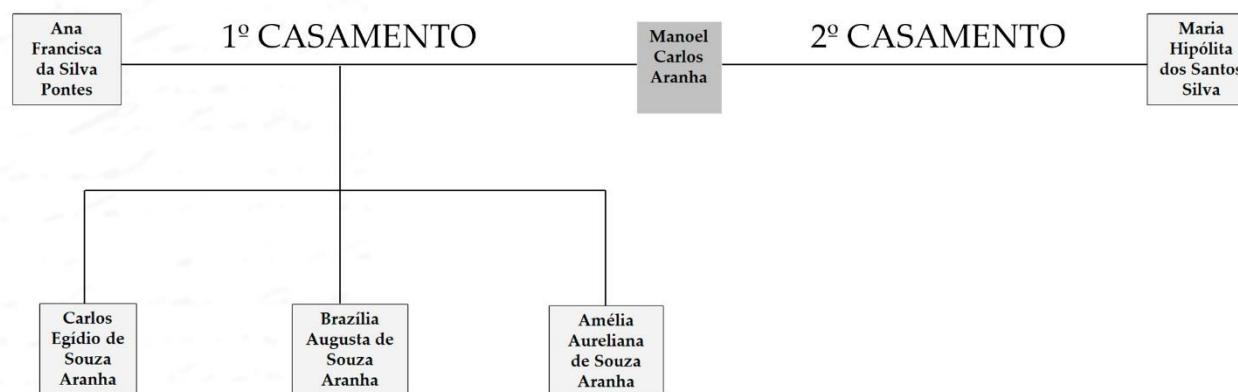
FORMAÇÃO DA GENEALOGIA DA
FAMÍLIA SOUZA ARANHA-
HERDEIROS DE JOAQUIM POLICARPO ARANHA



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 72. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Joaquim Policarpo Aranha.

FORMAÇÃO DA GENEALOGIA DA FAMÍLIA SOUZA ARANHA- HERDEIROS DE JOAQUIM EGÍDIO DE SOUZA ARANHA.



ELABORADO PELA AUTORA

Figura 73. Genealogia família Souza Aranha: herdeiros de Joaquim Egídio de Souza Aranha.

ANEXO 09. Quadro com nomenclatura das ruas, praças e largos da cidade de Campinas (1848-2024).

QUADRO51. NOMENCLATURA DAS RUAS, PRAÇAS E LARGOS DA CIDADE DE CAMPINAS (1848-2024)		
Nomenclatura até 1848	Nomenclatura até 1899	Nomenclatura Atual
Rua de São Pedro	Rua de São Pedro	Rua São Pedro
Rua da Pinga	Rua de Santa Cruz	Rua Santa Cruz
Rua do Cambuizal	Rua do Cambuizal	Av. Júlio de Mesquita
Rua da Formiga	Rua da Formiga	Rua Antônio Cesarino
Rua da Boa Vista	Rua da Boa Vista	Rua Padre Vieira/ Rua Augusto César
Rua do Chafariz	Rua do Mercado	Rua Boaventura do Amaral
Rua da Bica Grande	Rua do Brejo	Rua Irmã Serafina/ Av. Anchieta
Rua do Meio	Rua do Comércio	Rua Dr. Quirino/ Rua General Carneiro
Rua de Baixo	Rua Luzitana	Rua Luzitana
Rua do Sacramento	Rua do Sacramento	Rua Sacramento
Rua Direita	Rua Direita	Rua Barão de Jaguará
Rua do Rosário	Rua do Rosário	Av. Francisco Glicério
Rua da Matriz Nova	Rua do Regente Feijó	Rua Regente Feijó
Rua das Flores	Rua das Flores	Rua José Paulino
Rua do Theatro	Rua do Theatro	Rua José de Alencar
Rua Deserta	Rua de Álvares Machado	Rua Álvares Machado
Rua Alegre	Rua Senador Saraiva	Av. Senador Saraiva/ Rua Culto à Ciência
Rua de São João	Rua de São João	Rua Visconde do Rio Branco
Rua do Matadouro	Rua de Saldanha Marinho	Rua Saldanha Marinho
Rua do Campo	Rua Onze de Agosto	Rua Onze de Agosto
Rua da Ponte ou Rua do Rio	Rua da Ponte	Rua Major Sólón
Rua do Alecrim	Rua do Alecrim	Rua Quatorze de Dezembro
Rua do Picador	Rua do Imperador	Rua Marechal Deodoro
Rua da Matriz Velha	Rua do Barreto Leme	Rua Barreto Leme
Rua do Caracol	Rua do Caracol	Rua Benjamin Constant
Rua da Cadeia	Rua da Cadeia	Rua Dr. Thomaz Alves/ Rua Bernardino de Campos
Rua das Casinhas	Rua das Casinhas	Rua General Osório
Rua de Santo Antônio	Rua do Bom Jesus	Av. Dr. Campos Salles
Travessa do Gois	Rua do Goes	Rua Dr. César Bierrembach
Rua de São José	Rua de São José	Rua Treze de Maio
Rua Formosa	Rua Formosa	Rua Conceição
Rua da Constituição	Rua da Constituição	Rua Dr. Costa Aguiar

Rua do Pórtico	Rua do Pórtico	Rua Ferreira Penteadado
Rua das Campinas Velhas	Rua das Campinas Velhas	Av. Dr. Moraes Salles
Rua do Tanque	Rua do Tanque	Rua Duque de Caxias
----	Rua Uruguayana	Rua Uruguaiana
----	Rua do Aquidaban	Av. Aquidaban
----	Rua de São Carlos	Rua de São Carlos
Travessa do Colégio	----	Rua Hércules Florence
Praça do Passeio	Mercado das Hortaliças/ Largo do Lixo	Praça Carlos Gomes
Praça do Theatro	Largo do Theatro	Praça Rui Barbosa
Praça do Comércio	----	Praça 15 de Novembro
Pátio da Matriz Nova	Largo da Matriz Nova	Praça José Bonifácio
Campo da Alegria	----	Largo São Benedito
Largo do Brejo	Largo do Tanquinho	Largo do Pará
Campo do Chafariz	Largo do Jurumbeval	Praça Corrêa de Mello
Pátio do Rosário	Largo do Rosário	Praça Visconde de Indaiatuba
Pátio da Matriz Velha	Largo da Matriz Velha	Praça Bento Quirino
Praça da Cadeia	Largo do Capim	Praça Antônio Pompeu
Largo de Santa Cruz	Largo de Santa Cruz	Largo Santa Cruz
----	Praça Imprensa Fluminense	Centro de Convivência

Quadro 51. Quadro com nomenclatura das ruas, praças e largos da cidade de Campinas (1848-2024).